



RELATÓRIO anual 2021

2011-2020:

UMA DÉCADA DE DESAFIOS
PARA A IMIGRAÇÃO E
REFÚGIO NO BRASIL

ORGANIZADORES:

LEONARDO CAVALCANTI
TADEU DE OLIVEIRA
BIANCA G. SILVA

OBMigra
Observatório das
migrações internacionais



RELATÓRIO ANUAL 2021

**2011 – 2020: UMA DÉCADA DE DESAFIOS
PARA A IMIGRAÇÃO E REFÚGIO NO BRASIL**

OBMigra

2021

Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP
Ministro – Anderson Gustavo Torres

Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS
Conselho Nacional de Imigração - CNIg
Secretário e Presidente – José Vicente Santini

Departamento de Migrações - DEMIG
Diretora – Lígia Neves Aziz Lucindo

Coordenação-Geral de Imigração Laboral - CGIL
Coordenadora-Geral - Ana Paula Santos da Silva

OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais

Coordenação Geral - Leonardo Cavalcanti
Coordenação Estatística - Antônio Tadeu de Oliveira
Coordenação Executiva – Bianca Guimarães Silva

Equipe técnica

Ailton Furtado
Ana Cristina Collares
André Simões
Cláudia Ayer
Felipe Quintino
Gustavo Junger
João Hallak Neto
Lorena Pereda
Luís Gustavo Vinha
Luiz Fernando Lima
Marília de Macedo
Nilo Cesar Coelho
Paulo César Dick
Tânia Tonhati
Wagner Oliveira

Projeto Gráfico
Silnayra Oliveira

Copyright 2021 – Observatório das Migrações Internacionais

**Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro, Pavilhão Multiuso II,
Térreo, sala BT45/8, Brasília/DF - Brasil. CEP: 70910-900**

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas

Como citar esse texto:

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021

ISSN: 2448-1076

Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>

Realização:

OBMigra
Observatório das
Migrações Internacionais



Apoio:



SENAJUS
Secretaria Nacional de Justiça

DEMIG
Departamento de Migrações



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DO
TRABALHO E PREVIDÊNCIA

PÁTRIA AMADA
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS
RELACIONES EXTERIORES



SUMÁRIO

8	CAPÍTULO 01. A década de 2010 (2011-2020): Dinamismo e mudanças significativas no panorama migratório e de refúgio no Brasil - <i>Leonardo Cavalcanti</i>
24	CAPÍTULO 02. Fontes de dados sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil - <i>Tadeu Oliveira</i>
53	CAPÍTULO 03. A dinâmica demográfica de imigrantes e refugiados no Brasil da década de 2010 - <i>Tadeu Oliveira</i>
76	CAPÍTULO 04. Regionalização na década de 2010 (2011-2020): O Brasil diante da dinâmica intrarregional do refúgio na América Latina - <i>Gustavo Junger</i>
118	CAPÍTULO 05. A inserção do imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2011 e 2020 - <i>André Simões e João Hallak Neto</i>
155	CAPÍTULO 06. A feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral de mulheres imigrantes (2011-2020) - <i>Tânia Tonhati e Lorena Pereda</i>
184	CAPÍTULO 07. Trajetórias de imigrantes por demanda de empregadores locais no mercado de trabalho formal brasileiro na década de 2010 - <i>Wagner Oliveira</i>
203	CAPÍTULO 08. Acesso dos imigrantes aos benefícios sociais: o que os dados do CADÚNICO informam - <i>Cláudia Ayer</i>
225	CAPÍTULO 09. Migração e acesso à saúde no Brasil: Uma análise dos recursos municipais no atendimento à saúde dos imigrantes - <i>Ana Cristina Collares</i>
255	CAPÍTULO 10. Migrações e educação: A inserção educacional dos migrantes e refugiados no Brasil - <i>Luís Gustavo Vinha e Isabela Harumi Yamaguchi</i>
291	Notas Metodológicas <i>Felipe Quintino, Ailton Furtado, Luiz Fernando Lima e Paulo César Dick</i>

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual OBMigra 2021, promovido pelo Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, e elaborado pelos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), apresenta uma análise pormenorizada da década de 2010 (2011-2020) em termos de imigração e refúgio no Brasil. A presença de imigrantes e refugiados no País cresceu de forma exponencial ao longo dessa série histórica. De acordo com os dados e informações discutidos neste documento, durante o período 2011-2020, constata-se a consolidação do Brasil como País destino, marcado pela pluralidade de nacionalidades de imigrantes e refugiados. Um elemento singular da década foi a chegada dos chamados novos fluxos migratórios no Brasil, primeiramente procedentes de diferentes regiões do Sul Global e, nos últimos anos, com a consolidação dos imigrantes latino-americanos, liderados por haitianos e venezuelanos, que compõem as principais nacionalidades em termos numéricos no País.

Cada capítulo do relatório apresenta uma minuciosa caracterização sociodemográfica e socioeconômica da década de 2010 no País em termos de imigração e refúgio. Trata-se, portanto, de análise e difusão de dados e informações sobre a imigração e refúgio que se convertem em subsídios sobre migrações internacionais, a fim de apoiar a formulação, execução e correção de políticas migratórias. Nesse sentido, o Relatório Anual OBMigra 2021 cumpre o seu objetivo de proporcionar uma detalhada caracterização da imigração e do refúgio no Brasil ao longo da década de 2010.

O material analisado é proveniente de fontes de dados oficiais do Governo Federal. O acesso e uso dessas informações só foram possíveis graças ao Acordo de Cooperação Técnica vigente entre órgãos da União: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Economia, a Universidade de Brasília e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse acordo tem como objetivo o fortalecimento de ações de harmonização, pareamento, extração, análise e difusão de sistemas e informações estatísticas sobre as migrações internacionais e refúgio no Brasil. Deste modo, foi possível realizar uma análise estatística rigorosa para caracterizar a

imigração e o refúgio no País. Além das bases de dados dos órgãos que integram o Acordo de Cooperação Técnica, o relatório também trabalhou com o material do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e os dados do Ministério da Cidadania sobre o Programa Bolsa Família; o Auxílio Emergencial; a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Benefício Prestação Continuada.

A partir do documento aqui disponibilizado, é possível conhecer com detalhes a origem dos imigrantes e refugiados no País; a evolução dos fluxos migratórios; volume, sexo e idade; distribuição espacial; nascimentos, óbitos e casamentos; a inserção no mercado de trabalho; o acesso à educação e saúde; o acesso dos imigrantes e refugiados aos benefícios sociais e programas de transferência de renda do Governo Federal; o nível educacional; a demanda das empresas locais por imigrantes; os investimentos de pessoa física por parte dos imigrantes em pessoa jurídica no País, entre outros aspectos. Portanto, o presente relatório é um legado para o conhecimento da temática no País, isto é, um importante subsídio para o planejamento de políticas migratórias e monitoramento da imigração e do refúgio no Brasil.

O Relatório Anual OBMigra 2021 está dividido em dez capítulos. No primeiro, à guisa de introdução, apresentam-se os fatores conjunturais que marcaram a década de 2010 e que foram determinantes na chegada dos novos fluxos migratórios. O segundo e o terceiro analisam as fontes de dados e o panorama demográfico da imigração e do refúgio na década. O quarto, quinto e sexto capítulos abordam diferentes nuances socioeconômicas e pormenorizam a inserção dos imigrantes e refugiados no mercado de trabalho formal do País. O sétimo, por sua vez, aprofunda o debate sobre o refúgio na década de 2010. Por fim, os três últimos capítulos analisam o acesso por parte dos imigrantes à educação, saúde e aos benefícios sociais.

Por último, gostaria de concluir essa sucinta apresentação destacando o rigoroso trabalho científico realizado pelos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e agradecendo a generosa colaboração das diferentes equipes da Secretaria Nacional de Justiça, do Departamento de Migrações e dos demais órgãos da Administração Federal que gentilmente permitiram o acesso as bases de dados oficiais. Sem o solidário esforço conjunto de todos os parceiros aqui mencionados, não poderia ter sido realizado este trabalho de suma importância para o Estado brasileiro.

José Vicente Santini
Secretario Nacional de Justiça
Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

1. A DÉCADA DE 2010 (2011-2020): DINAMISMO E MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO PANORAMA MIGRATÓRIO E DE REFÚGIO NO BRASIL

Leonardo Cavalcanti¹

INTRODUÇÃO

A década de 2010 (2011-2020) pode ser caracterizada como uma das décadas mais dinâmicas e multifacetadas no contexto migratório do Brasil. Observa-se que essa série histórica trouxe mudanças significativas ao cenário das migrações e refúgio no país. O objetivo do presente texto é justamente apresentar, de forma sucinta, tanto os aspectos sociodemográficos, quanto os de caráter socioeconômicos, que tiveram destaque durante a década de 2010. O material de análise é composto pelos textos trabalhados pelos pesquisadores e pesquisadoras do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) no presente relatório.

As migrações internacionais, entendidas por Sayad como um “fato social total”², e como um tema presente nas agendas de primeiro escalão dos governos nacionais, fóruns internacionais e nos discursos políticos, midiáticos e acadêmicos ganhou um protagonismo significativo no Brasil ao longo da década de 2010. Trata-se de um período dinâmico acompanhado por significativas mudanças no cenário migratório do país.

O presente capítulo reflete também sobre as questões conjunturais, em nível nacional e global, que foram determinantes para interpretar a década de 2010. Na migração, como em qual-

quer fato social, os acontecimentos estão marcados por elementos sócio-históricos. Deste modo, objetiva-se ainda analisar a conjuntura que proporcionou as condições necessárias para a caracterização da década de 2010, em termos de migração e refúgio no Brasil.

O conhecimento rigoroso do fenômeno é o primeiro passo para analisá-lo com propriedade. Nesse sentido, os dados de diversos registros administrativos do Governo Federal contidos no presente relatório possibilitam uma análise acurada das migrações e refúgio no Brasil na década de 2010. A partir dessas informações, é possível extraír tanto uma apreciação sociodemográfica, quanto um diagnóstico do acesso dos imigrantes e refugiados ao mercado de trabalho formal brasileiro e aos direitos sociais. Assim, este capítulo introduz as principais questões que serão abordadas em maior detalhe, ao longo do relatório pelos(as) pesquisadores(as) do OBMigra.

1. OS IMPACTOS DA CONJUNTURA GLOBAL E NACIONAL SOBRE OS FATORES ESTRUTURAIS DA IMIGRAÇÃO E REFÚGIO NA DÉCADA DE 2010 NO BRASIL

Na história recente do ocidente, as mobilidades humanas internacionais, como já se sabe, se dava basicamente do Norte para o Sul Global³,

1 Professor da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenador geral do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra.

2 Sayad (2001) utiliza o conceito de “*fato social total*” de M. Maus (1986) - “O espírito da dádiva” - para pensar as migrações contemporâneas.

seja como movimentos coloniais, êxodo rural ou resultados de crises de pós-guerras. No entanto, nas últimas décadas do século XX este fluxo se inverteu, com a emigração do Sul Global para os espaços urbanos do Norte. Este é o caso, por exemplo, dos mexicanos e centro-americanos para os Estados Unidos; dos equatorianos e bolivianos na Espanha; dos negros caribenhos na Holanda; dos indianos, paquistaneses e bengalis na Inglaterra; dos argelinos, senegaleses e marroquinos na França; dos filipinos no Japão, e tantos outros grupos de imigrantes que estão associados a determinados países receptores de fluxos migratórios (Cavalcanti, 2015).

No Brasil, nas últimas décadas do século XX, o fenômeno migratório brasileiro também foi marcado predominantemente pela emigração, acompanhando o movimento Sul-Norte⁴. Entretanto, observa-se a intensificação da imigração no país durante os anos de 2011 a 2020, acompanhada pela pluralidade de nacionalidades em relação às origens dos imigrantes⁵. Essa inesperada imigração ao longo da série histórica é retratada com profundidade a partir dos diferentes textos contidos no Relatório Anual OBMigra 2021.

A chegada e permanência dos imigrantes no país, acompanhada de um espalhamento geográfico de origem e a intensificação dos fluxos migratórios no Brasil a partir de 2011, também foram influenciados pela conjuntura global e regional ocorrida na primeira década do século XXI. De fato, para entender a dinâmica dos fluxos migratórios para o Brasil entre os anos 2011-2020,

é preciso iniciar por meio de uma análise de conjuntura econômica e de políticas migratórias no norte global.

Um importante elemento de análise trata-se das dificuldades de implementação das políticas migratórias nos países do norte global. Esse fenômeno provocou o endurecimento das políticas de imigração, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. A primeira década do século XXI ficou marcada pela crise dos grandes modelos de recepção dos imigrantes no Ocidente. De forma geral, podemos dividir esses modelos em três tipos: **assimilacionista** ou republicano (baseado na ideia de que a equidade e a igualdade podem ser alcançadas através da plena adoção de regras e valores coletivos da república, evitando diferenciações de caráter cultural); **multicultural ou pluralista** (baseado no respeito, proteção e investimento estatal no que se refere à diversidade cultural); e o **segregacionista ou modelo de exclusão** (caracterizado pela segregação cultural e restrição legal para o acesso à cidadania) (Cavalcanti, Simões, 2013).

Os modelos assimilacionista e multicultural se erigiram como paradigmas de integração de imigrantes. No entanto, ambos estão em crise. O paradigma assimilacionista, que teve a França como o seu principal expoente, baseia-se na igualdade jurídica formal republicana, isto é, aplicação universal (das regras) a todos: nacionais e estrangeiros. Entretanto, essa ideia não teve capilaridade na coesão social dos imigrantes e encontra-se em fase de revisão. O evento sim-

3 O chamado “Sul Global” está associado à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas entre Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia). No debate social, as chamadas “teorias do sul” surgem como uma nova lente teórica e epistemológica que tem sua origem em outros movimentos teóricos (como os estudos decoloniais, pós-coloniais, modernidades múltiplas e distintas fases da modernidade), mas que incorpora o centro da disputa geopolítica no debate social (Rosa, 2014; Caixeta, 2014).

4 O país continuou recebendo imigrantes, especialmente latino-americanos, como observado no trabalho de Silva (1997). Mas a partir da década de oitenta ou da chamada “década perdida” houve um incremento da emigração de brasileiros (REIS, SALES, 1999).

5 Apesar do incremento da imigração, os dados estatísticos, que constam no presente relatório, informam que a imigração no Brasil não atinge nem sequer a modesta cifra de 1% da população.

bólico da crise desse modelo foram os violentos distúrbios nas *banlieues* francesas em novembro de 2005. O episódio foi protagonizado por franceses descendentes de imigrantes, que participaram de atos em *Clichy-sous-Bois* e levaram a periferia parisiense a uma crise institucional (Cavalcanti, Simões, 2013).

O caso envolveu a queima de centenas veículos e a destruição de edifícios públicos, que ganharam as manchetes de jornais em escala mundial à época. Assim, ao não reconhecer a diversidade, o modelo assimilacionista francês, em nome de uma ideia de equidade republicana, tem demonstrado uma série de lacunas que têm consequências sociopolíticas de diversas índoles, como, por exemplo, na igualdade de oportunidades no mercado de trabalho (Cavalcanti, Simões, 2013).

Igualmente, o modelo multicultural, aplicado em países como Inglaterra, Holanda, Suécia e Canadá, foi abalado depois do ataque suicida com bombas protagonizado por ingleses descendentes de imigrantes no dia 7 de julho de 2005. O evento conhecido como 7J ocorreu em Londres, logo após o anúncio da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2012, precisamente fazendo gala de seu modelo de sociedade multicultural⁶. Do mesmo modo, o assassinato do cineasta, cronista e escritor holandês Theo Van Gogh, em 2004, na Holanda, pelas mãos de um holandês-marroquino, gerou amplos debates sobre o modelo multicultural desse país. O cineasta vinha recebendo constantes ameaças de morte por realizar produção cinematográfica sobre as mulheres e o islã. Em escala mundial, por exemplo, é possível citar outros eventos, como os atentados em New York de 11 de setembro de 2001 ou mesmo a emergência e fortalecimento de partidos políticos radicais de extrema direita, que colocam em xeque este modelo de integração (Rodríguez-Garcia, 2010).

Em ambos os casos, o fracasso da integração se expressa, fundamentalmente, na segmentação do mercado de trabalho. Seguindo a lógica argumentativa de um dos grandes pensadores das migrações contemporâneas, Abdelmalek Sayad, é o trabalho que, e geral, concentra a razão de ser do fenômeno migratório contemporâneo. E foi justamente no mercado de trabalho que ambos os modelos falharam na hora de integrar os imigrantes (Sayad, 2001).

Com a crise dos modelos de recepção de imigrantes, começaram a emergir discursos políticos e midiáticos reivindicando a diminuição da imigração. Os partidos de extrema direita aumentaram expressivamente o número de votantes a partir de um discurso anti-imigração. No mesmo sentido, os Estados começaram a alterar suas legislações migratórias a fim de endurecer as leis de imigração e refúgio, além da construção de muros e valas, reais ou simbólicos, com o intuito de dificultar a imigração. Especialmente, dificultar a imigração das pessoas que tem a “estrangeria pintada na cara”, por fazer eco de uma expressão de Stolcke (1995), para designar as pessoas que, seja pelo seu aspecto físico, pelo seu modo de falar, pelos seus costumes específicos ou por qualquer outro aspecto considerado como um sinal de pertencimento a um país considerado menos desenvolvido economicamente.

Em paralelo à crise das políticas de recepção dos imigrantes, que incrementaram a dificuldade da emigração para os países do Norte Global, um elemento decisivo para a ampliação da migração sul-sul foram os aspectos de caráter econômico. Alguns fatores conjunturais da economia mundial e da geopolítica foram determinantes para o aumento e consolidação dos fluxos migratórios para o Brasil, especialmente, a imigração sul-sul que começou a ganhar força no início da década de 2010.

6 Jean Charles de Menezes, imigrante brasileiro em Londres, na ocasião foi confundido com um dos terroristas e foi assassinado pela Polícia Metropolitana de Londres.

A crise econômica internacional de 2007 nos Estados Unidos introduziu uma maior complexidade nas migrações sul-americanas. Iniciada nos Estados Unidos, a crise afetou substancialmente a Europa e o Japão. Esse acontecimento também provocou altas taxas de desemprego e alteração dos eixos da migração no globo por meio da consolidação da rota sul-sul como uma alternativa migratória.

Ao mesmo tempo em que coincidiam as restrições à imigração no Norte Global, acompanhada de uma profunda crise econômica, o Brasil e os países da região estavam em movimentos contrários. Já na primeira década do século XXI, o Acordo de Residência do Mercosul passou a ser uma realidade na região, garantindo o direito à residência, ao trabalho e à segurança social, de forma recíproca, aos nacionais dos países-membros do Mercosul e, posteriormente, também foram incluídos os países associados ao bloco.

Além do Acordo de Residência do Mercosul, no Brasil constatam-se avanços com medidas de caráter inovadoras que buscavam contornar as restrições do Estatuto do Estrangeiro, marco legislativo editado durante o período da ditadura militar (Lei nº 6.815 que ficou vigente entre 1980 e 2017) em que o imigrante era visto como ameaça à segurança nacional. Dentre as medidas adotadas para superação das limitações legais do Estatuto do estrangeiro é possível elencar: o Decreto 6.893/2009, que permitia a regularização, num prazo de 180 dias, aos cidadãos que tivessem ingressado no país até 01/02/2009; a emissão das Resoluções Normativas 77/2008 e 93/2010, que, respectivamente, concediam autorização de permanência ao companheiro ou companheira, em união estável, independente do sexo, e visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima de tráfico de pessoas; o Acordo de Residência do Mercosul; e a acolhida humanitária aos haitianos (Resolução Normativa do CNIG nº 97/2012) e venezuelanos (Resolução Normativa CNIG nº 126/2017), entre

outros avanços que estavam na contramão das medidas restritivas dos países europeus, dos Estados Unidos e do próprio marco legal brasileiro (Oliveira, 2020).

Para além dos acordos e normativas, que flexibilizaram e dinamizaram a política de recepção no país, é fundamental destacar o desenvolvimento econômico e social do Brasil e o reposicionamento geopolítico na primeira década do atual século, impulsionado pela lógica do “Commodities Consensus” (Svampa, 2015). Esse impulso fez o país crescer a taxas elevadas. A consolidação do Brasil como potência emergente, participante dos BRICS e organizadora de grandes eventos mundiais (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016) foi determinante na imagem internacional do país como um local de oportunidades (Cavalcanti e Oliveira, 2016).

Outro elemento importante entre os indicadores econômicos na atração de imigrantes no início da década foi a valorização da moeda nacional frente ao dólar. Entre os anos 2011 e 2014 o dólar não superou a barreira dos três reais, com balanços anuais abaixo dos dois reais, como em 2011 (R\$ 1,68) e 2012 (R\$ 1,96) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020). Esse aspecto é crucial para os imigrantes, pois, como diversos autores assinalam não se pode entender o projeto migratório sem levar em conta os vínculos com a sociedade de origem. E uma forma de materializar esse vínculo é a partir das remessas. Nesse sentido, um país com uma moeda forte e uma economia dinâmica é atraente para a consolidação de projetos migratórios (Feldman-Bianco e Glick-Schiller, 2011; Solé, Cavalcanti e Parella, 2011).

A somatória dos elementos acima mencionados, potencializados com a valorização da moeda, mercado de trabalho aquecido, ou seja, apresentando baixas taxas de desemprego, fez com que as redes migratórias do sul global começassem a se fortalecer em direção ao Brasil. Segundo Pedone (2006) são as redes migratórias que de-

terminam quem migra, quando, para onde e em quais condições as pessoas migram. Conforme Solé e Parella (2005), o mercado de trabalho é determinante na intensidade e o direcionamento dos fluxos migratórios.

Assim, imigrantes de diferentes origens do Sul Global (por exemplo: haitianos, senegaleses, congoleses, guineenses, bengalis, ganeses, paquistaneses, entre outros), começaram a chegar às fronteiras brasileiras e a se inserirem de forma crescente no mercado de trabalho nacional. Os imigrantes senegaleses, por exemplo, chegaram a ser a segunda nacionalidade com maior movimentação no mercado de trabalho formal no ano de 2014, só ficando atrás dos haitianos (Cavalcanti e Oliveira, 2016). No segundo quinquênio da década observa-se a forte presença dos venezuelanos no país. O Brasil, portanto, havia se convertido em país de destino e/ou trânsito no contexto das migrações sul-sul⁷ (Dieme, Tonhati e Pereda, 2020).

Todas essas questões conjunturais fizeram com que o Brasil entrasse na década de 2010 conjugando diferentes cenários migratórios: continuava havendo emigração, ao mesmo tempo em que o país passava a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes do Sul Global, além de projetos migratórios de retorno por parte dos emigrados (Cavalcanti e Oliveira, 2016).

O dinamismo migratório protagonizado pelo Brasil na última década sugere que as migrações são processos inerentes às grandes mudanças internacionais. Deste modo, países caracterizados pela emigração (como o Brasil nas décadas de 1980, 1990 e 2000) foram transformados, em pouco tempo, em países de imigração e trânsito. O fenômeno migratório contemporâneo, portanto, é complexo e necessita de uma combinação plural de abordagens teóricas, metodológicas

e empíricas para a plena compreensão. Nesse sentido, é preciso entender os fatores sócio-históricos e econômicos que motivam um grupo de imigrantes a sair de seu país de origem para outro destino. Também é fundamental contabilizar esses fluxos e mensurar suas necessidades e dificuldades através de estudos quantitativos e qualitativos. Além disso, é necessário fazer recortes capazes de dimensionar e aprofundar as experiências migratórias e suas diversidades (Cavalcanti, Oliveira e Macedo, 2020).

Dessa forma, adiciona-se às questões conjunturais supracitadas, alguns eventos de ordem social, econômica ou ambiental que incidiram ou aceleraram alguns fluxos migratórios para o Brasil. É possível exemplificar essa questão por meio da presença das duas principais nacionalidades no país na atualidade, os haitianos e os venezuelanos. O marco histórico do início do fluxo da imigração haitiana para o Brasil foi o período pós-terremoto no Haiti, de 12 de janeiro de 2010, e as subsequentes crises humanitárias que se desdobraram. No mesmo ano, houve um surto de cólera, que matou mais de 8.000 pessoas. E, ainda, em 2012, os furacões, Issac e Sandy, que atingiram o país, vindo a destruir a produção agrícola, principal fonte de recursos econômicos da população.

Por outro lado, a crise econômica e social na Venezuela, a partir de meados da década, foi decisiva para a intensificação do fluxo venezuelano para o Brasil, mas também para outros países da região. O aumento do número de venezuelanos chegando via terrestre no norte do país foi expressivo. Essa região fronteiriça passou a ser a principal porta de entrada no país, pela cidade de Pacaraima e Bonfim, no estado de Roraima a partir do segundo quinquênio da década (Tonhati e Cavalcanti, 2020).

⁷ Nesse período, era comum a entrada de imigrantes pela fronteira norte do país, via Acre, maioritariamente formado por haitianos, mas também de outras nacionalidades do Sul Global, como os senegaleses. Vale lembrar o famoso episódio em que mais de 500 ganeses que vieram com o intuito de assistir à Copa do Mundo em 2014 e decidiram solicitar o refúgio no país (Sanches e Ilha, 2014; Cavalcanti e Oliveira, 2016).

Assim, os chamados “novos fluxos migratórios” provenientes do Sul Global ao longo da década de 2010, como é o caso dos imigrantes haitianos, venezuelanos, senegaleses, bengalis, entre outros, já deixaram importantes legados para a historiografia da imigração no Brasil. Trata-se, portanto, de fluxos migratórios caracterizados pela diversificação e com diferentes origens: geográficas, sociais, culturais, entre outras, que são minuciosamente analisados ao longo dos capítulos do presente relatório.

Destaca-se também que em 24 de maio de 2017 aprovou-se o novo marco legal das migrações no país. A Lei 13.445/17 (Lei de Migração) foi promulgada sob o pilar da garantia dos direitos dos imigrantes e emigrantes. Esse dispositivo legislativo foi comemorado por acadêmicos e diversos atores estratégicos da sociedade civil. Sem dúvidas, trata-se de um evento de extrema relevância na década, pois substituiu o anacrônico Estatuto do estrangeiro (Lei nº 6.815/1980 vigente entre 1980 e 2017). Essa legislação compreendia o imigrante como ameaça à segurança nacional. Baseado na garantia e nos direitos dos imigrantes e emigrantes, o novo marco normativo brasileiro é considerado uma das legislações mais vanguardistas da região quanto à proteção migratória. Além disso, a partir de então, é necessário empreender estudos que permitam monitorar e avaliar os impactos da Lei nº 13.445/17 no cenário migratório brasileiro.

Durante a década de 2010, houve um esforço sistemático por parte de acadêmicos e técnicos especializados em analisar fontes de dados oficiais e prover bancos de informações estatísticas sobre a imigração e o refúgio no país. Antes da promulgação da Lei de Migração, o país vivia a intensidade dos fluxos migratórios. Neste contexto, era necessário tratar rigorosamente as fontes

estatísticas de dados oficiais e registros administrativos para conhecer com mais assertividade o perfil sociodemográfico e socioeconômico dos imigrantes e refugiados no país. Nesse sentido, em 2013, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) foi instituído como fruto da parceria entre o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB). Objetivou-se sistematizar, tratar, analisar e disseminar dados sobre imigração e refúgio no Brasil. Com o advento da nova Lei de Migração, a disponibilização de dados foi cada vez mais sistematizada no país. De fato, o artigo 120, §3º da Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017, determina que “com vistas à formulação de políticas públicas, deverá ser produzida informação quantitativa e qualitativa, de forma sistemática, sobre os migrantes, com a criação de banco de dados”.

Nesse sentido, o OBMigra vem ampliando o seu potencial analítico com a difusão periódica de microdados e relatórios que permitem analisar com mais rigor a imigração e o refúgio no país. O Acordo de Cooperação Técnica vigente, envolvendo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Economia⁸, o Ministério de Relações Exteriores, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Universidade de Brasília (UnB) permitiu o fortalecimento de ações de harmonização, pareamento, extração, análise e difusão de sistemas, dados e informações estatísticas sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil, atendendo, assim, o que determina o marco legal brasileiro.

No capítulo *“Fontes de dados sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil”*, Oliveira (2021) detalha as bases de dados trabalhadas pelo OBMigra ao longo da década de 2010, sinalizando para as potencialidades e limitações do uso das fontes de dados sobre migração e refúgio no

8 Esclarece-se que, recentemente, houve a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência. No entanto, ao momento da escrita dos capítulos deste Relatório, o Ministério da Economia ainda era responsável pelas bases de dados referentes às informações sobre mercado de trabalho.

país. A partir dessas bases de dados discutidas por Oliveira (2021), os pesquisadores do OBMigra realizaram uma análise da década de 2010 que será sintetizada e apresentada no próximo item do texto.

2. CARACTERIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO E DO REFÚGIO NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010

Os diferentes textos e dados contidos neste relatório apresentam uma detalhada caracterização da imigração e do refúgio na década de 2010. O documento argumenta que os anos 2011-2020 foram extremamente dinâmicos e decisivos na configuração do novo cenário da migração e refúgio no Brasil. Os autores e autoras do Relatório Anual OBMigra 2021 apresentam alguns dos principais indicadores que revelam as mudanças ocorridas no cenário migratório no Brasil. Assim, o(a) leitor(a) pode encontrar uma acurada análise, baseada em dados oficiais, que mostram a importância da última década para a construção desse novo contexto migratório no país. A seguir, destacam-se alguns dos pontos que são aprofundados ao longo dos capítulos que compõem o relatório.

2.1. O ESPALHAMENTO GEOGRÁFICO DE ORIGEM, A INTENSIFICAÇÃO E DIVERSIDADE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Os textos contidos no relatório ratificam que a década de 2010 foi marcada pelo espalhamento geográfico de origem, pela intensificação numérica e diversidade dos fluxos migratórios. Sobre este aspecto, Oliveira (2021) examina, de forma inédita, a dinâmica demográfica da imigração e do refúgio ao longo dos anos 2011-2020. O autor analisa as origens nacionais, volume, sexo e idade, distribuição espacial, nascimentos, óbitos e casamentos, entre outros aspectos demográficos da imigração e do refúgio no país.

Durante o primeiro quinquênio da década de 2010, os imigrantes de diferentes origens do Sul Global (por exemplo: sul-americanos, haitianos, senegaleses, congoleses, guineenses, bengalis, ganeses, paquistaneses, entre outros), se inseriram de forma crescente no país e no mercado de trabalho brasileiro. No entanto, na segunda metade da década, os imigrantes haitianos e venezuelanos foram responsáveis pela consolidação da imigração latino-americana e caribenha como principais lugares de origem dos imigrantes no Brasil. Dessa forma, é possível pensar que, diferentemente, do período 2010-2015, marcado por importantes fluxos do Sul Global, parece haver, nos últimos anos, uma consolidação de latino-americanos e caribenhos no Brasil.

O ano de 2013 foi um marco nesse novo contexto migratório da última década. A partir desse ano, os haitianos passaram a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, superando as imigrações clássicas, como os portugueses (Cavalcanti, et al., 2015). A partir de 2016, o rápido crescimento da imigração venezuelana, que ingressou pela fronteira norte do país, converteu-se em outro grande fluxo migratório. Assim, essas duas nacionalidades consolidaram-se como os principais grupos de imigrantes e refugiados no país em termos numéricos. Não somente os nacionais do Haiti e da Venezuela lideravam os números em relação à inserção laboral e registro no Brasil, mas também em reunião familiar, demandas por inserção social, educacional, política e cultural. A seguir, apresentam-se, em síntese, as principais características da inserção laboral dos imigrantes e refugiados na última década.

2.2. OS NICHOS LABORAIS, O PERFIL DOS TRABALHADORES IMIGRANTES, A DEMANDA DOS EMPREGADORES LOCAIS E OS INVESTIMENTOS DE PESSOA FÍSICA

A presença dos imigrantes no mercado de tra-

balho formal brasileiro também foi marcada por um crescimento significativo na década de 2010. Nota-se o aumento de 62.423 imigrantes no mercado de trabalho formal, em 2011, para 181.385 contratados em 2020. Se, no final do século XIX e início do século XX, os imigrantes do Norte Global, predominantemente originários da Europa, eram desejados porque tinham a função de “ocupar” territórios, “branquear” o país e ser mão de obra intensiva para a cafeicultura e a agricultura, na década de 2010 o final da cadeia produtiva do agronegócio (frigorífico – abates de suínos e aves) emergiu como um nicho de mercado decisivo para os imigrantes. O chamado Brasil meridional (região sul e São Paulo) se consolidou como um importante destino para a inserção laboral dos imigrantes e refugiados, sejam eles homens e/ou mulheres, conforme demonstram Tonhati e Pereda (2021), em artigo neste relatório, que aborda particularmente as experiências das mulheres imigrantes.

Consolidando as diversas pesquisas produzidas pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) sobre o mercado de trabalho brasileiro, os artigos elaborados por Simões e Halak (2021), Tonhati e Pereda (2021) e Oliveira (2021) analisam no presente relatório como os novos fluxos migratórios na década de 2010 mudaram de forma substancial a presença dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Destacam-se as inferências sobre as mudanças dos seguintes aspectos:

- *Mudança na composição racial.* Em 2011, os negros e pardos representavam 13,9% do total de trabalhadores no mercado de trabalho formal. No final da década (2020), por sua vez, eram maioria, influenciado, sobretudo, pela imigração do Sul Global, especialmente haitianos e venezuelanos.
- *Crescimento do volume e consolidação dos imigrantes haitianos e venezuelanos.* No início da década, em 2011, essas duas

nacionalidades representavam menos de 2% de todos os imigrantes no mercado de trabalho formal. No entanto, em 2020, eram responsáveis por mais da metade de todos os trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal.

- *A recomposição da distribuição espacial da força de trabalho.* No início da década, a região Sudeste concentrava a maior parcela da força de trabalho de imigrantes no mercado de trabalho formal. Ao longo da década, a região Sul teve um crescimento exponencial. Em 2020, era responsável por empregar praticamente a metade de todos os trabalhadores imigrantes no país.
- *Consolidação da presença do imigrante de nível médio no mercado de trabalho.* Se no início da década havia uma maior participação de imigrantes com nível superior no mercado de trabalho formal, ao longo da década, consolidou-se a presença de imigrantes de nível médio, provenientes dos novos fluxos do Sul Global. Em 2020, a formação de nível médio já correspondia a quase metade de todos os trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal, enquanto os trabalhadores de nível superior reduziram sua participação de forma significativa para em torno de 20%.
- *Durante a pandemia de COVID-19 os empregos para os imigrantes não somente resistiram a crise, bem como apresentaram uma variação positiva.* Constatou-se um aumento de cerca de 23% entre os anos de 2019 e 2020. Esse fato pode ser explicado pelas particularidades dos nichos laborais, principalmente o final da cadeia produtiva do agronegócio, na empregabilidade dos imigrantes. Com um perfil eminentemente exportador, esse nicho de produção é mais resistente às crises econômicas devido a sua consolidada participação no mercado global.

Durante a pandemia de Covid-19, esse setor era considerado serviço essencial por ser produtor de alimentos.

- *As persistentes desigualdades ao longo da década:* Os eixos de desigualdades sociais acompanham a presença dos imigrantes no mercado de trabalho formal. Constatam-se desigualdades relacionadas à: 1) região de origem: imigrantes do Norte Global registraram os mais altos rendimentos em comparação às pessoas do Sul Global; 2) sexo: as mulheres imigrantes recebem cerca de 70% do valor dos rendimentos dos trabalhadores do sexo masculino; as mulheres imigrantes do Sul Global recebem em média menos da metade dos rendimentos das mulheres do Norte Global; 3) cor ou raça: os brancos, em maioria europeus, receberam rendimentos muito superiores aos negros, os quais em média recebem no máximo um ou dois salários mínimos; 4) status migratório: refugiados e solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado têm rendimentos mais baixos que os demais imigrantes; e 5) idade: imigrantes entre 40 a 65 anos, em geral, tem rendimentos mais altos, sendo os mais jovens recebendo salários mais baixos.
- *A imigração a partir da perspectiva de gênero:* No segundo quinquênio da década, houve um aumento significativo na migração de mulheres para o país, com destaque especial para as venezuelanas, haitianas e cubanas. Além disso, constata-se a ampliação do acesso ao mercado de trabalho formal dessas imigrantes em nichos laborais específicos como os frigoríficos, atividades de limpeza em espaços públicos e no setor do comércio e restaurantes. Apesar da inserção laboral é importante destacar que as desigualdades de gênero afetam as imigrantes no mercado de trabalho formal, uma vez que, as mulheres têm rendimentos menores que os homens imigrantes.

- Ainda, em relação à inserção laboral de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, nota-se a demanda por trabalhadores altamente qualificados e por investimentos, a partir de pessoa física na década analisada.
- *Demandas de empregador local por trabalhadores qualificados:* Diretamente relacionada ao ciclo econômico, fortaleza da moeda frente ao dólar e investimentos no país, o empregador nacional demanda trabalhadores qualificados de outros países. Oliveira (2021) apresenta um estudo inédito das trajetórias no mercado de trabalho formal brasileiro desses imigrantes que chegam ao Brasil por demanda de empregador local. Segundo Oliveira (2021), trata-se na sua maioria de europeu, asiático e norte-americano com alta escolaridade, remunerações elevadas, trabalhando em empresas nos grandes centros econômicos do Sudeste brasileiro em setores fortemente representativos do PIB brasileiro, e ocupando posições, sobretudo de gerência, diretoria e desenvolvimento de tecnologia. Quando a economia está aquecida, demanda-se mais por esse tipo de trabalhadores, entretanto, em cenários econômicos desfavoráveis, a demanda diminui.
- *O investimento de pessoa física em pessoa jurídica no país.* O Brasil autoriza residência para realização de investimento de pessoa física em pessoa jurídica no país. Três Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) tiveram papel crucial na década de 2010 neste quesito de investimento. A Resolução Normativa nº 84 do CNIg concedia autorização de residência a qualquer imigrante que investisse no Brasil o valor de R\$ 150.000,00. Em 2015, a RN nº118 do CNIg substituiu a RN 84 aumentando o valor mínimo de investimento para R\$ 500.000,00. Em 2017, por sua vez, a RN 13 do CNIg substituiu a RN 118.

Deste modo, manteve-se o valor mínimo de R\$ 500.000,00, embora houvesse a possibilidade de investimentos abaixo de R\$ 500.000,00, desde que não seja inferior a R\$ 150.000,00, para investir em atividade de inovação, de pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico. Este tipo de investimento abriga volumes expressivos, totalizando a importante cifra de R\$ 2,2 bilhões ao longo da década, ajustados de acordo com os preços vigentes no final de 2020⁹. Entre os anos de 2011 e 2015 foram registrados os maiores valores, acima de R\$ 200 milhões, sendo o ano de 2012 com o maior volume registrado em termos reais: R\$ 440 milhões. A partir de 2015, os valores oscilam em torno dos 100 milhões de reais. O ano de 2020, por sua vez, apresenta o menor patamar (R\$ 53 milhões) muito condicionado, provavelmente, pela pandemia de COVID-19. Trata-se de investimentos feitos majoritariamente por europeus, asiáticos e norte-americanos.

2.3. REFÚGIO NO PAÍS

Uma das formas mais dramáticas e dolorosas da mobilidade humana na atualidade são os deslocamentos forçados, sobretudo, o refúgio, que vêm crescendo nas últimas décadas. Ao longo dos anos 2011-2020, observou-se, no Brasil e no mundo, o aumento do número de pessoas em busca de proteção em razão do fundado temor de perseguição por raça, religião, opinião política ou grupo social, nacionalidade, entre outros aspectos que impulsionam o deslocamento forçado. Neste relatório, o trabalho de Silva (2021), apresenta uma sofisticada análise sobre os deslocamentos forçados e a realidade do refúgio no Brasil, na década de 2010, observando especialmente as dimensões socioeconômicas e socio-demográficas. O autor utiliza na sua análise as

bases de dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), do STI-MAR, assim como as bases harmonizadas pelo OBMigra RAIS-CTPS.

2.4. O ACESSO AOS SERVIÇOS E AOS DIREITOS SOCIAIS: EDUCAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS

No Relatório Anual OBMigra 2021, três capítulos abordam o acesso dos migrantes aos direitos sociais, como transferência de renda do Governo Federal, saúde e educação. O primeiro deles analisa a inserção dos migrantes e refugiados em programas de benefícios sociais. Noronha (2021) realiza uma acurada análise sobre o acesso dos imigrantes internacionais às políticas de assistência social. A autora pormenoriza a participação dos imigrantes nos seguintes programas de proteção social: 1) Programa Bolsa Família (PBF), 2) Auxílio Emergencial (AE), 3) Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE); 4) Benefício Prestação Continuada (BPC). Noronha (2021) mostra como na década de 2010 os maiores volumes de imigrantes registrados no CadÚnico refletia a tendência dos fluxos migratório. A autora observa que o aumento dos registros migratórios de haitianos e venezuelanos no país, também incidiu na maior participação dessas nacionalidades nos programas de transferência de renda. Deste modo, essas duas nacionalidades caracterizam-se como os principais grupos cadastrados e beneficiários das ajudas sociais.

O segundo texto no âmbito dos direitos sociais discute o acesso dos migrantes internacionais à saúde no Brasil. No capítulo, explora-se a relação entre a distribuição espacial e as correlações entre os recursos municipais de atendimento à saúde, a gestão migratória e a distribuição dos migrantes no território nacional. No texto, Colla-

9 Os valores foram ajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

res (2021) realiza uma relevante discussão sobre a importância da área de saúde para os estudos migratórios em termos globais e no Brasil. O artigo analisa a distribuição dos recursos municipais de atendimento, a partir principalmente da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE), e de outras informações adicionais elaboradas pelo OBMigra.

Por fim, o último capítulo que aborda os direitos sociais analisa a participação dos imigrantes no ensino regular no Brasil. A partir dos dados do Censo Escolar, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, os autores examinam a participação dos imigrantes no sistema educacional brasileiro, a partir de variáveis como sexo, idade, país de nascimento, distribuição espacial das instituições de ensino, entre outros aspectos.

Essa aproximação do OBMigra com os temas de educação, saúde e transferência de renda permitiu um levantamento inédito sobre essas questões. A partir desses estudos, nota-se a necessidade em avançar nessas temáticas com pesquisas que combinem técnicas quantitativas e qualitativas, a fim de fomentar ferramentas teórico-metodológicas. Essa abordagem interdisciplinar permite interpretar as diferentes nuances do acesso aos serviços e aos direitos sociais por parte da população imigrante e refugiada no Brasil.

2.5. A PANDEMIA DE COVID-19: EVENTO QUE TAMBÉM MARCOU A IMIGRAÇÃO E O REFÚGIO NA DÉCADA DE 2010

Uma das dimensões mais bruscamente afetadas pela pandemia foi a dos fluxos migratórios internacionais, especialmente no ano de 2020 que foi marcado pela emergência de uma

ameaça em nível global à saúde humana, o vírus Sars-Cov-2, um tipo de coronavírus que transmite a COVID-19. Há duas principais formas em que esse impacto ocorre. A primeira se dá através da interrupção dos projetos migratórios em decorrência do fechamento de fronteiras, medidas restritivas, e mesmo políticas de proibição de concessão de vistos, como apontado por Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2020). A segunda forma é o impacto sentido nas vidas daqueles que já se movimentaram, seja diretamente pelas questões sanitárias, pelo distanciamento social, pelo impacto no mercado de trabalho ou pelo envio de remessas financeiras. A população migrante, em especial aqueles que foram forçados a migrar, constitui um estrato especialmente vulnerável da população e, certamente, foram proporcionalmente mais afetados pela pandemia, seja através do primeiro ou do segundo canal mencionado (Cavalcanti e Oliveira, 2020).

As fronteiras (aquaviárias, aéreas, terrestres) se converteram em barreiras sanitárias de forma a evitar a “importação” do vírus. A mobilidade internacional se viu reduzida de forma significativa. Os projetos migratórios de famílias e indivíduos foram rotundamente afetados. Se, nos anos prévios à pandemia, o aumento do número de pessoas que se deslocavam no planeta fez com que autores como Castles, De Haas e Miller (2014) chegassem a sugerir que viveríamos na “era das migrações”¹⁰, com o advento da pandemia, os deslocamentos humanos foram reduzidos de forma drástica (Cavalcanti, Oliveira e Tonhati, 2020).

Na atualidade o movimento fronteiriço foi retomado na maioria dos países. No entanto, é necessário seguir monitorando os impactos em termos de políticas de fluxos migratórios a partir da pandemia de COVID-19.

10 A “era das migrações” seriam sintetizadas em cinco características fundamentais: globalização, aceleração, diferenciação, feminização e a crescente politização das migrações.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Os dez capítulos contidos no presente relatório proporcionam um acurado panorama da migração e refúgio no Brasil na década de 2010 (2011-2020). A partir do material aqui disponibilizado, é possível analisar como a década passada foi singular no país em relação à imigração e ao refúgio. Os chamados “novos fluxos migratórios” no Brasil, primeiramente procedentes de diferentes regiões do Sul Global, especialmente no primeiro quinquênio da década, e nos últimos anos, com a forte consolidação dos imigrantes latino-americanos e caribenhos, com haitianos e venezuelanos liderando o ranking das principais nacionalidades no mercado de trabalho e no registro de imigrantes e refugiados, mudou a composição e a caracterização das migrações e do refúgio no país.

De fato, foram muitas as mudanças na década, conforme detalhadas ao longo dos capítulos do relatório. Do ponto de vista racial, predominam-se negros e pardos. A partir da perspectiva do mercado de trabalho formal, salientam-se novos nichos no mercado de trabalho, como o final da cadeia produtiva do agronegócio, além do crescimento contínuo e persistente de imigrantes no mercado de trabalho formal do Brasil meridional (São Paulo e Região Sul). Quanto à dinâmica geográfica, as fronteiras da região norte se consolidaram como principais portas de entrada; Em relação ao perfil migratório, nota-se a diversidade

das nacionalidades das pessoas imigrantes e solicitantes de refúgio. Esses elementos compõem, entre outros aspectos, diferentes retratos que a imigração e o refúgio apresentaram durante a década de 2010.

O Relatório Anual OBMigra 2021 mostra uma fotografia panorâmica da imigração e refúgio no país, destacando as principais tendências que foram se consolidando ao longo da década. Por um lado, proporcionam subsídios para elaboração de políticas migratórias. Os desafios em termos de políticas públicas são importantes nessa nova década que se inicia. Por outro lado, os textos também convidam à explorar novas linhas de pesquisa no OBMigra como, por exemplo, mobilidade social, participação política, perspectiva transnacional - com dados da sociedade de origem, ocupação dos imigrantes no mercado de trabalho informal, análise do marco jurídico e garantias de direitos, entre outros temas. É importante não perder de vista que, dada a sua complexidade, o estudo das migrações internacionais e do refúgio exigem abordagens metodológicas multimétodo e interdisciplinares para poder realizar interpretações assertivas deste fato social total que é dinâmico, complexo e multifacetado. Em suma, os diversos capítulos deste documento apresentam desafios para políticas e também para a construção de teorias e metodologias sobre a temática, especialmente nessa nova década que se inicia.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>. Acesso em 22 out. 2020.

CAIXETA, M.B. **A Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional) - Estudos Avançados Multidisciplinares CEAM, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OBMigra**, Ed. Especial, Brasília 2015.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; **A caminho da conclusão. Meia década de novos fluxos migratórios no Brasil**. Série Migrações - Ministério do Trabalho, v. 1, p. 142-146, 2016, Brasília 2016.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In. CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, A.T., TONHATI, T. A pandemia de COVID-19 e as migrações internacionais: impactos e desafios. In: BAENINGER, R., VEDOVATO, L.R., NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nipo/ Unicamp, 2020, p. 373-380.

CAVALCANTI, L.; SIMOES, G. Assimilacionismo x multiculturalismo: reflexões teóricas sobre os modelos de recepção dos imigrantes. **ESFERAS - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste**, v. 3, p. 153, 2013.

CASTLES, S.; DE HAAS, H.; MILLER, M. J. **The age of migration: International population movements in the modern world**. Fifth Edition. Ebook. Palgrave Macmillan, 2014.

COLLARES, A. C. A migração e acesso à saúde no brasil: uma análise dos recursos municipais no atendimento à saúde dos migrantes In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

DIEME, Kassoum; TONHATI, Tânia; Pereda, LORENA. A migração haitiana e a construção de seus “Nortes”: Brasil um “Norte” alternativo e temporário **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 8, núm. 19, pp. 126-147, 2020

FELDMAN-BIANCO, B.; GLICK-SCHILLER, N. Una conversación sobre transformacion de la sociedad, migración transnacional y trayectorias de vida. **Crítica y Emancipación**, v. no.5, p. 9-42, 2011.

MAUSS, M. Essai sur le don, forme et raison de l'échange dans les societes archaiques [1950], In, **Sociologie et Anthropologie**. Paris, Presses Universitaires de France. p. 145-79, 1986.

NORONHA, C. L. A. acesso dos imigrantes aos benefícios sociais: o que os dados do cadúnico informam In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

OLIVEIRA, A. T. R. A transição na legislação migratória: o período 1980-2019. In. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

OLIVEIRA, W. F. Trajetórias de imigrantes por demanda de empregadores locais no mercado de trabalho formal brasileiro na década de 2010. In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

OLIVEIRA, A. T. A dinâmica demográfica de imigrantes e refugiados no Brasil da década de 2010. In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

OLIVEIRA, A. T. Fontes de dados sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil. In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

PEDONE, C. **De L'Equador a Catalunya: El paper de la familia i les xarxes migratòries**. Barcelona: Editorial Mediterrània, 2006.

REIS, R.; SALES, T. **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ROSA, M. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente.

Civitas: Revista das Ciências Sociais, vol. 14, n. 1. p. 43-65. Porto Alegre: EDIPUCRS, jan/abril, 2014.

SILVA, G. J. Regionalização na década de 2010 (2011-2020): O Brasil diante da dinâmica intrarregional do refúgio na América Latina In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SIMÕES, A. HALLAK, J. A inserção do imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2011 e 2020 In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SANCHES, M.; ILHA, F. **Depois da Copa, mais de 500 ganeses solicitam refúgio no Brasil**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/depois-da-copa-mais-de-500-ganeses-solicitam-refugio-no-brasil-13317349>, 2014. Acesso em: 04/10/2020

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SILVA, S. **Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes Bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

SOLE, C., CAVALCANTI, L., PARELLA, S., **La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España**. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración (OPI), 2011.

SOLÉ, C.; PARELLA, S. **Los negocios étnicos en Cataluña**. Barcelona: Fundació CIDOB, 2005.

STOLCKE, V. **Talking Culture: New Boundaries, New Rhetoric of exclusion in Europe**. Currently Anthropology Review 36, 1-24. 1995

SVAMPA. M. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons. In **Latin America South Atlantic Quarterly**; Duke; Volume 114 p. 65-82, 2015.

TONHATI, T.; CAVALCANTI, L. **The North Amazon Border: Haitian Flow to Brazil and New Policies**. In: Robert Sata, Jochen Roose, Ireneusz Pawel. (Org.). Migration and Border-Making: Reshaping Policies and Identities. 1ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2020, v. 1, p. 164-189.

TONHATI, T.; PEREDA, L. A feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral de mulheres imigrantes (2011-2020). In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

VINHA, L. G. A.; YAMAGUCHI, I. H. O. A migrações e educação: a inserção educacional dos migrantes

e refugiados no Brasil In. Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

2. FONTES DE DADOS SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFÚGIO NO BRASIL

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira ¹

INTRODUÇÃO

A década de 2011 a 2020 registrou um ponto de inflexão no comportamento das imigrações internacionais e das solicitações da condição de refugiado no Brasil. Até o final dos anos 2000, a mobilidade espacial, no âmbito internacional, era marcada pelo predomínio das correntes oriundas dos países do Norte Global, em grande medida, por demanda de empresas nacionais e multinacionais por força de trabalho. Em menor escala, de países do Hemisfério Sul, chegavam os vizinhos sul-americanos, estudantes e pessoas através dos processos de reunião familiar (OLIVEIRA, 2020).

Uma série de eventos, como a paulatina flexibilização na regularização migratória, a assinatura do Acordo de Residência dos Países Membros e Associados ao Mercosul, o momento econômico e político do país, a corrente migratória de haitianos, o acolhimento humanitário dos sírios e os fluxos imigratórios de venezuelanos, são a marca dessa mudança qualitativa e quantitativa da migração internacional no Brasil.

A mensuração dessas transformações, ocorridas, sobretudo, no período posterior à realização do Censo Demográfico de 2010, exigia que fosse necessário lançar mão das fontes de dados de registros administrativos e é nessa quadra histórica que o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) foi criado, fruto da parceria entre o Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

e a Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de sistematizar, tratar, analisar e disseminar, num primeiro momento, dados sobre o comportamento da imigração regular, seja na dimensão dos registros de residência e de solicitações da condição de refugiado, seja na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho formal.

Assim, nos últimos anos, o OBMigra vem disponibilizando, regularmente, os microdados e relatórios analíticos sobre as bases de dados disponíveis, aspecto que se consolidou com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, envolvendo os antigos Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Trabalho, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a UnB. Essas iniciativas permitiram que uma gama maior de pesquisadores produza conhecimento a respeito do fenômeno das migrações internacionais e refúgio no Brasil, bem como vem alimentando de informações os organismos de governos na formulação e/ou correção das políticas migratórias.

Em 2015, foi divulgado no Relatório Anual do OBMigra o texto “Relacionamento e complementariedade entre as fontes de dados sobre migrações internacionais: um estudo exploratório”, que sofreu uma primeira atualização em 2016, também disseminada através do Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais. Esse artigo buscava sistematizar as fontes de dados disponíveis sobre o tema, elencando suas principais variáveis, limitações e potencialidades.

1 Demógrafo e Coordenador Estatístico OBMigra.

Desde então, foram registrados os seguintes eventos: i) aprovação da nova Lei de Migração (13.445/2017), tendo sua regulamentação acontecido em novembro do mesmo ano (Decreto 9.199/2017); ii) foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica reunindo os antigos Ministérios da Justiça e Cidadania e do Trabalho, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Universidade de Brasília (ACT firmado em 2017); e iii) profunda reforma administrativa, com mudanças na conformação e ou extinção de vários ministérios, implementada pelo atual governo federal. Além disso, ademais dos registros administrativos abordados no artigo anterior, outros se mostraram úteis na produção de conhecimento a respeito do acesso da população imigrante aos serviços públicos, como educação, saúde e assistência social, não obstante a melhoria na sistematização dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que possibilitaram uma melhor apreensão do comportamento das decisões sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiados.

Dessa forma, a revisão e atualização sobre as fontes que sistematizam dados de migrações internacionais e refúgio se tornam necessárias, reforçando o entendimento que as migrações internacionais, definitivamente, voltaram a fazer parte da agenda de debates e políticas nacionais, seja do ponto de vista daqueles que optam pelo Brasil como alternativa à sua reprodução social, seja na perspectiva de brasileiros que se dirigem ao exterior para buscar sua sobrevivência.

Nesse sentido, para seguir contribuindo para apreensão do comportamento das migrações internacionais e da inserção dos imigrantes e dos solicitantes da condição de refugiado no país, o presente artigo apresenta uma revisão/atualização do texto mencionado acima, estando estruturado de forma a, além desta breve introdução, inicialmente, apresentar as pesquisas domiciliares sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para

em seguida atualizar algumas características e nomenclaturas das fontes já utilizadas, além da incorporação de novas fontes de dados, que seguem organizadas da seguinte forma: i) registros administrativos sobre movimentação pelos postos de fronteiras, solicitações de residência, solicitações do reconhecimento da condição de refugiado - provenientes da Polícia Federal, e as análises dessas solicitações – vindas do CONARE; ii) registros sobre a inserção no mercado de trabalho formal, tratando das solicitações de autorizações de residência para fins laborais ou de investimentos - sob gestão da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), bem como da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - produzidos pelo Ministério da Economia; e iii) registros sobre o acesso aos serviços públicos, abordando os Censos Escolar e de Nível Superior e o Exame Nacional de Ensino Médio - conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Cartão do Sistema Único de Saúde - do Ministério da Saúde, e o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) – do Ministério da Cidadania. Na parte 4, busca-se estabelecer algumas perspectivas de relacionamentos e complementariedades entre essas diversas bases, o pareamento e a harmonização das bases de registros sobre movimentação nos postos de fronteira, de solicitações de residência e do reconhecimento da condição de refugiado, encerrando o artigo com algumas considerações finais.

1. AS PESQUISAS DOMICILIARES

O IBGE é o responsável pela realização de dois levantamentos que aportam informações sobre a mobilidade internacional da população, ambas pesquisas levadas a campo em todo o território nacional: o Censo Demográfico e a Pesquisa Na-

cional por Amostra de Domicílios (PNAD). Como será visto a seguir, os Censos tratam da imigração e emigração internacional², como também dos movimentos pendulares, para trabalho e/ou estudo, entre o Brasil e outros países. Já a PNAD, até 2015, quando foi descontinuada, abordou apenas os aspectos relacionados à imigração internacional. A situação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), que está indo a campo em substituição ao levantamento tradicional³, investigou o tema migração no formato de testes nos anos 2015 e 2016, mas até o momento não foi divulgado nenhum resultado sobre movimentos migratórios.

1.1. OS CENSOS DEMOGRÁFICOS

O Censo Demográfico brasileiro é realizado desde os tempos de Brasil Império, o primeiro ocorreu em 1872, quando já se investigava o tema da imigração internacional (CUNHA, 2014). Em 1940, o IBGE, em articulação com o Serviço Nacional de Recenseamento, executa seu primeiro Censo. No levantamento levado a campo em 1960, pela primeira vez, foi aplicada a técnica de amostragem, que permanece até os dias de hoje. A fração amostral dos domicílios, que veio variando ao longo desse período, passando de 25% para 10% ou 20%, conforme o tamanho do município, no último Censo foi em média de 11% dos domicílios⁴.

O Censo é a fonte de dados que possibilita um vasto conjunto de informações sobre as migrações internacionais, uma vez que está desagregada para todos os municípios; fornece informações sobre o estoque de migrantes, o

último movimento realizado e a residência num momento determinado cinco anos antes da data de referência da pesquisa; bem como permite o cruzamento com as demais variáveis socioeconómicas presentes nos questionários. No Brasil, nos levantamentos recentes, os quesitos que tratam da imigração internacional fazem parte do questionário da amostra. No último levado a campo, foram introduzidas no questionário básico perguntas sobre a emigração internacional.

Além da migração, caracterizada pela mudança da residência habitual em caráter “definitivo”, o IBGE tem investigado os deslocamentos pendulares motivados por trabalho e/ou estudo. No Censo de 2010, a pendularidade foi perguntada de forma separada nos blocos de trabalho e de educação. Jardim (2011) assinala que os últimos Censos vêm incorporando perguntas com o objetivo de mais bem captar as especificidades do fenômeno migratório, podendo-se acrescentar, da mobilidade humana.

As variáveis sobre a imigração internacional presentes no questionário da amostra são:

- Nacionalidade;
- Ano em que fixou residência no País;
- País estrangeiro de nascimento;
- Tempo de moradia sem interrupção na União da Federação (UF);
- Tempo de moradia sem interrupção no município;
- País de residência anterior;
- País de residência há cinco anos exatos antes da data de referência da pesquisa.

2 Esse bloco foi levado a campo em 2010, no questionário básico e, no momento, não há previsão de reeditar essa investigação no próximo Censo Demográfico.

3 Ao contrário da PNAD, que era realizada em um trimestre no ano, a PNADC tem como característica ser coletada ao longo de todo ano, muito embora os aspectos relacionados à migração tenham previsão de serem investigados num trimestre específico.

4 O Censo Demográfico de 2010 utilizou cinco frações amostrais, que variaram entre 5% e 50% de acordo com o tamanho populacional do município. Para maiores esclarecimentos, ver: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/metodologia/default_metodologia.shtml.

No que tange à emigração internacional foram investigadas as seguintes variáveis:

- Se alguma pessoa que morava com o entrevistado estava residindo em outro país;
- Nome;
- Sexo;
- Ano de nascimento;
- Ano da última partida para morar no exterior;
- País de residência atual.

Já em relação aos movimentos pendulares, o bloco de trabalho incorporou as variáveis:

- Em qual país a pessoa trabalhava;
- Se retornava para casa diariamente;
- O tempo gasto habitualmente com o deslocamento da casa até o trabalho.

No bloco de educação a pergunta foi:

- Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro frequenta escola (ou creche)?

Em relação à emigração, além de identificar os países para onde estavam se deslocando os brasileiros, foi possível também estabelecer o perfil por sexo e idade e o momento em que ocorreu o movimento para o exterior. Cabe ressaltar que a enumeração dos emigrantes foi bem inferior à esperada. Contudo, as informações sobre os deslocamentos ocorridos na década que precederam ao Censo se mostraram bastante consistentes, indicando que fazer a pergunta deixando o período da emigração em aberto pode não ser a melhor estratégia de investigação. Outro aspecto importante a ser destacado é a possibilidade de se cruzar os dados dos emigrantes com o perfil do domicílio da pessoa com que eles residiam antes de migrarem. Trabalho de Oliveira (2013) aponta uma correlação muito forte entre o perfil desses domicílios, no que tange ao rendimento médio per capita e à escolaridade, com o perfil médio dos brasileiros retornados.

Contudo, com os cortes de perguntas implementados, a próxima rodada do Censo Demográfico, prevista para ir a campo em 2022, excluiu o bloco de emigração internacional.

No que diz respeito à imigração, ao se caracterizar a pessoa como imigrante, é possível estabelecer o estoque de imigrantes, o tempo de residência deles no Brasil e o país de origem; determinar, para migrantes internacionais e retornados, qual o último movimento realizado, o tempo desse deslocamento e o país de origem; e em que país residiam cinco anos antes da data de realização do Censo.

Quanto aos deslocamentos para fins de trabalho e/ou estudo, pode-se identificar os brasileiros que saem com regularidade para estudar e/ou trabalhar em outro país, para essa última motivação, investigando a periodicidade e o tempo gasto com o deslocamento. A versão atual do questionário da amostra incorporou um quesito que pergunta sobre o principal meio de transporte utilizado no deslocamento.

Os dados da imigração e pendularidade podem ser cruzados, entre outras características, com habitação, a inserção laboral, rendimento, escolaridade, nupcialidade e deficiência, aumentando extremamente o potencial de análise dessas formas de mobilidade.

Ademais das potencialidades apontadas acima, o fato de possuir uma amostra robusta e captar, ao menos, uma parte da imigração em condição migratória irregular tornam ainda mais recomendável o uso dessas informações.

As desvantagens na utilização dos Censos residem: i) no fato de serem realizados a cada dez anos, deixando uma lacuna na oferta de informações; ii) na possível subenumeração dos migrantes, que pode ser mais acentuada entre o segmento em condição migratória irregular.

É importante que seja enfatizado que, tanto nas medidas de estoque, quanto nas de fluxos (última etapa e data fixa), o que o Censo enumera são as pessoas que, na data de referência da pesquisa, residiam no domicílio que estava sendo entrevistado. Nesse sentido, o migrante que tenha residido no Brasil, mas que, por algum motivo, tenha reemigrado ou falecido antes da mencionada data de referência não é computado.

Os downloads dos microdados dos dois últimos Censos Demográficos podem ser obtidos em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>

1.2. A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 1967, leva a campo a PNAD, que ao longo desse período tem proporcionado anualmente⁵ informações sobre as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento, migração, fecundidade e habitação, além de incorporar através de suplementos, com periodicidade variável, temas de interesse para as políticas públicas do país, entre outros, saúde, tecnologia da informação, saúde reprodutiva, etc.

O Instituto dissemina na sua página na internet os resultados das PNADs até o ano de 2015, ano no qual a pesquisa em seu formato convencional foi descontinuada, sendo substituída integralmente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC⁶), cuja ampliação do tamanho da amostra e sua melhor distribuição no território nacional, entre outros fatores, espera-se, possibilitará mais bem captar o fenômeno

migratório nas suas dimensões interna e internacional.

Conforme planejamento do IBGE, a PNAD Contínua iniciou a investigação a respeito dos movimentos migratórios nos questionários que foram a campo no quarto trimestre de 2015 e no segundo trimestre de 2016. Todavia, até o presente momento, a PNADC não divulgou dados sobre a mobilidade espacial da população, seja no âmbito interno, seja no internacional. Mais adiante serão apresentados os aspectos relacionados à migração que fizeram parte do mencionado levantamento.

A PNAD convencional disponibilizava dados desagregados até o nível das nove Regiões Metropolitanas principais, o que impossibilitava sua utilização para escalas infra metropolitanas, como por exemplo, os municípios.

A partir da reformulação do questionário, ocorrida em 1992, no que tange à imigração internacional, a pesquisa passou a investigar as seguintes variáveis:

- Nacionalidade;
- País de nascimento;
- Residência anterior em país estrangeiro;
- Residência cinco anos antes em país estrangeiro;
- Tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação (UF);
- Tempo ininterrupto de residência no município.

Um fator limitador da pesquisa é que esta não permitia identificar tanto o país de nascimento, quanto de origem do imigrante. Aqui cabe ressaltar que a impossibilidade de desagregar o país

5 Nos anos de realização do Censo Demográfico a PNAD convencional não era levada a campo.

6 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) é um levantamento que surge no processo de reformulação das pesquisas domiciliares amostrais do IBGE, no âmbito do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). Para maiores detalhes acessar <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domiciliarios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>

de nascimento do imigrante e o país de origem do deslocamento está diretamente associada ao tamanho da amostra, que era insuficiente para proporcionar informações com representatividade estatística para essas variáveis. Desse modo, a única informação possível de ser obtida a partir daquele levantamento era o agregado de imigrantes internacionais residentes no Brasil.

Por outro lado, da mesma forma que nos Censos Demográficos, a PNAD possibilitava que os dados de imigração fossem cruzados com as demais variáveis presentes no questionário da pesquisa, tais como habitação, família, trabalho, rendimento, escolaridade, contribuição previdenciária, acesso a programas de transferência de renda, etc. No caso das variáveis de trabalho e rendimento, dada as características do levantamento, a investigação era bastante detalhada, permitindo um maior aprofundamento sobre a inserção laboral do imigrante, tanto no mercado formal, quanto na informalidade. Outra vantagem era a de disponibilizar informações anuais para os períodos intercensitários.

Também como nos Censos, a PNAD captava as pessoas residentes no domicílio na data de referência da pesquisa, ou seja, imigrantes que eventualmente tenham reemigrado ou falecido antes dessa data não são investigados.

Os dados da PNAD convencional estão disponíveis para downloads em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?=&t=downloads>.

A PNADC foi a campo nos dois testes realizados com um questionário bem reduzido naquilo que dizia respeito à temática migratória, cuja ênfase foi dada à obtenção de informações do último movimento realizado pela pessoa, investigando as seguintes variáveis:

- Tempo de residência no município;
- A Unidade da Federação ou país estrangeiro

- de residência anterior;
- A Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento.

Ao que tudo indica, a PNADC seguirá com as mesmas limitações e potencialidades da PNAD tradicional. Entre as limitações, por exemplo, destaca-se a que diz respeito à impossibilidade de identificação do país de residência anterior, decorrente da insuficiência do tamanho da amostra.

Entretanto, vislumbra-se que a pesquisa forneça informações de caráter qualitativo. O teste realizado em 2010, e com amostra representativa para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sinalizou que foi bastante satisfatória a investigação de variáveis tais como, trajetórias migratórias, mobilidade social no estudo e trabalho, motivação para empreender o deslocamento e redes sociais, entre outros aspectos.

Ainda se discute qual seria o melhor formato e momento para investigar a temática migratória: i) se com módulo básico, contendo perguntas sobre o município de nascimento, naturalização, migração de última etapa, motivação e rede social, combinando, ao longo da década, com um suplemento que, além das variáveis presentes no módulo básico, incorporaria questões como trajetórias migratórias; educação, deslocamento para o estudo, trabalho, deslocamento para o trabalho, integração dos imigrantes internacionais; e ii) se a melhor época de levar a pesquisa a campo seria no segundo ou terceiro trimestre do ano.

2. OS REGISTROS ADMINISTRATIVOS

Os registros administrativos são criados com a finalidade de orientar à gestão dos mais diferenciados processos e/ou proporcionar a elaboração de políticas públicas. Portanto, quando da concepção, não são pensados com o objetivo

de fornecer dados estatísticos, embora sejam de grande valia como fonte de informações para compreensão de diversos fenômenos. No caso dos estudos voltados à investigação dos movimentos internacionais de população, deve-se ter em claro que se trata da parcela dos imigrantes em situação regular no país, de modo que é importante evitar generalizações e que as conclusões sejam reportadas a esse segmento.

Face aos objetivos finalísticos distintos daquele de, primordialmente, fornecer informações estatísticas, há de se ter cuidado adicional no uso dessas bases, sendo de fundamental importância que se dimensione as potencialidades e limitações inerentes a cada uma das fontes, de modo a não se tentar extrair dos dados mais do que esses possam permitir, evitando, desse modo, que possíveis achados estejam enviesados pelo desconhecimento dos limites intrínsecos aos respectivos registros. Além disso, os aspectos de natureza ética no manuseio dessas informações devem ser ainda mais respeitados tendo em vista que em muitas dessas bases estão presentes dados bastante sensíveis.

2.1. MOVIMENTAÇÃO NOS POSTOS DE FRONTEIRA E REGISTROS DE RESIDÊNCIA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Polícia Federal são responsáveis pelos procedimentos de documentação e regularização da situação migratória dos imigrantes no Brasil, mantendo algumas bases de dados que permitem a obtenção de informações relevantes para o estudo da mobilidade espacial. Entre essas importantes fontes de dados encontram-se: o Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra), o Sistema de Tráfego e Internacional (STI), o banco de dados de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado, essas no âmbito do Departamento de Polícia Federal (DPF); e as bases do Comitê Nacional para os Refugiados

(CONARE) e de naturalizações, sob a responsabilidade do Departamento de Migração (DEMIG), da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS).

As bases de dados do DEMIG não estão completamente estruturadas e sistematizadas. Entretanto, as informações sobre análise do reconhecimento da condição de refugiado, geridas pelo CONARE já vem sendo trabalhadas e caminhando para a 6ª edição da publicação Refúgio em Números. Em relação aos dados sobre nacionalidade, naturalização e regime jurídico dos imigrantes, às medidas compulsórias de expulsão, extradição e deportação, ainda carecem de uma melhor organização para terem os respectivos bancos de dados disponibilizados ao público.

2.1.1. SISTEMA DE TRÁFEGO INTERNACIONAL (STI)

O STI é um sistema gerido pela Polícia Federal e desenvolvido para registrar os dados das entradas e saídas das pessoas no país através dos postos de controle de fronteiras (terrestres, aeroportuárias e portuárias). Desse modo, são registrados pelo sistema todos os tipos de vistos de entradas possíveis, incluindo os concedidos por motivo de turismo, que representam a maior proporção dos registros, e que, por razões óbvias, não estão contemplados pelo SISMIGRA.

O sistema apresenta o seguinte conjunto de variáveis:

- Tipo de movimento
- Tipo de fronteira
- Tipo do transporte
- Data do transporte
- Identificador do transporte
- Tipo do documento
- Número do documento
- Data de validade
- Número do RNM
- Validade da CRNM

- Nome
- Data de Nascimento
- Sexo
- País de nacionalidade
- Classificação
- Prazo de estada

É possível estabelecer para o STI tipologias a partir das classificações de modo a obter aproximações para os diversos tipos de mobilidade espacial da população, não obstante a maior dificuldade de se caracterizar a migração, sem que os dados sejam individualizados. Essas tipologias vêm sendo utilizadas nos relatórios mensais divulgados pelo OBMigra, quais sejam:

Brasileiros – brasileiros; brasileiros com dupla nacionalidade.

Residentes – imigrantes com vistos de residentes no Brasil (indeterminado); asilados; refugiados; solicitantes de refúgio; diplomatas em missão oficial e seus familiares; não nacionais com vistos ou tramitação de permanência; reunião familiar; portugueses com igualdades de direitos civis e políticos.

Temporários – são imigrantes que ingressam no País para desenvolver, por prazo determinado, atividades profissionais, acadêmicas ou religiosas, como professores, cientistas, jornalistas, artistas, desportistas, tripulantes marítimos de longo termo, Programa Mais Médicos; migrantes contemplados pelo Acordo de Residência do Mercosul; viajantes a negócios ou com algum contrato de trabalho com entidade pública ou privada; solicitantes de refúgio com pedido denegado; vistos cortesia a diplomatas e seus familiares; e a nova classificação visita negócios.

Trânsito – tipologia que abarca um segundo bloco de não nacionais caracterizado pela

curtíssima permanência, reunindo: não nacionais em trânsito; tripulantes de empresas de transportes; tripulantes marítimos de longo termo; não nacionais expulsos de forma compulsória por não ter sido possível a retirada imediata no momento do embarque, interrupção da viagem por motivo imperioso ou clandestinos; com vistos de curta duração ou não; transbordos; presos, e a nova classificação visita trânsito.

Turista – composta por não nacionais em viagem de turismo de lazer ou negócios, com prazo de permanência máximo de 90 dias (incluindo turistas vindos para a Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016) e a nova classificação visita turismo.

Fronteiriços – movimento de não nacionais residentes em países limítrofes que possuam Carteira de Registro Nacional Migratório ou documento de identificação, e que vivam em cidade contígua à fronteira.

Não nacionais deportados, expulsos ou extraditados – para as pessoas que deixaram o País nessas condições.

Não aplicável – tipologia criada para atender classificações não abrangidas pelas categorias anteriores⁷.

Entre outras limitações, duas podem ser destacadas. A primeira delas reside no fato dos dados não serem disponibilizados de forma identificada. Uma alternativa para contornar essa questão seria anonimizar as observações, criando um código identificador, processo que poderia vir a ser implementado com o pareamento com as bases do SisMigra e STI-MAR. A segunda limitação está relacionada ao fato de não ser possível assegurar o lugar de residência anterior, o máximo que o dado permite é dizer o país de origem do

⁷ Na base analisada a única situação observada foi entrada ou saída de restos mortais.

deslocamento.

No entanto, para além dos estudos da entrada e saídas das diversas categorias presentes na base e dos postos onde se realizaram essa movimentação no país, o STI poderia se transformar numa ferramenta importante nos estudos das migrações em duas dimensões: i) como parâmetro para mensurar parte das imigrações em condição migratória irregular, sobretudo daquele parcela que entra pelos postos de fronteiras com vistos de turismo e permanece no país. A implementação desse procedimento, a partir da data de entrada, poderia ocorrer considerando na categoria de imigrantes em situação migratória irregular todos os turistas que ingressaram e permaneceram no país, por exemplo, por 12 meses ou mais; e ii) no sentido contrário, todos os brasileiros que tivessem saído do país pelos postos de fronteira e não tenham regressado nos 12 meses subsequentes à partida seriam considerados emigrantes.

Dado que o volume de entradas e saídas dessa migração, potencialmente irregular, pelos postos de fronteira não é significativo, seria possível estabelecer *proxies* tanto da imigração irregular, quanto da emigração, uma vez que ficaria de fora aqueles que não passaram pelos postos de fronteira ao ingressarem ou deixarem o país e, no caso da imigração, daqueles indivíduos que permanecerem em território brasileiro após vencido o prazo de concessão de residência e não tenham tomado providências visando a regularização. O estado das artes atual da entrada, saída e permanência no Brasil sugere que as situações apontadas acima ocorreriam em número não significativo de casos. Desse modo, seria possível fazer inferências sobre o saldo migratório internacional para o agregado do país⁸.

As limitações para a implementação dessa rotina

de trabalho residiriam no fato da Polícia Federal, visando garantir a confidencialidade das informações, não liberar as variáveis que possam identificar os indivíduos, fazendo com que o estudo proposto seja realizado pela própria Polícia Federal ou através de convênios nos quais o sigilo dos dados esteja assegurado.

Os microdados não identificados do STI podem ser obtidos em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti>

2.1.2. SISTEMA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO (SISMIGRA)

Com o advento da nova Lei de Migração (Lei 13445/2017) e sua regulamentação, por meio do Decreto 9.199/2017, o SisMigra foi criado, absorvendo o legado do sistema anterior, o Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE).

O SISMIGRA é constituído por registros administrativos da Polícia Federal que têm por objetivo cadastrar todos os imigrantes com autorização de entrada regular no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de trânsito e turismo. Todas as pessoas com permissão de ingresso, temporário ou residente, devem comparecer, num período máximo de 30 dias, à Polícia Federal para obter o registro nacional migratório (RNM). Uma vez construído o cadastro, além do controle da presença dos imigrantes no território nacional, também é possível a emissão da carteira do registro nacional migratório (CRNM).

O SisMigra está estruturado a partir de classificações que abrangem três categorias (residente, temporário e provisório). Contudo, com o legado do SINCRE, também aparecerão na base as

8 Como não se pode assegurar o efetivo lugar de residência das pessoas que deixam ou chegam ao país, a desagregação do saldo migratório internacional por Unidade da Federação fica inviável.

9 Essa categoria está associada a questões específicas de registros de refugiados.

categorias permanente, asilado, provisório e “outros”⁹. Essas classificações, por sua vez, estão relacionadas a mais de 300 tipos de amparos. Da combinação entre classificação e amparo é possível estabelecer as proxies para as diversas modalidades de mobilidade espacial da população imigrante que ingressa de forma regular no país.

A base possui um vasto conjunto de variáveis entre as quais se destacam:

- RNM/RNE
- Classificação
 - Residente
 - Permanente
 - Asilado
 - Temporário
 - Provisório
 - Fronteiriço
 - Outros
- Nome
- Nome anterior
- Nome pai
- Nome da mãe
- Data do registro
- CPF
- Data de nascimento
- Cidade de nascimento
- País de nascimento
- País de nacionalidade
- Estado civil
- Sexo
- Prazo de validade do registro
- Órgão de registro
- Amparo legal
- Prazo atual
- Endereço
- Telefone
- Bairro
- Município de residência
- UF de residência
- CEP
- Grau de instrução

- Local trabalho
- Motivo da saída
- Data da saída
- Óbito
- Data da entrada
- Profissão
- UF de entrada
- Meios de transporte

Para o uso dos dados com finalidade acadêmica, o OBMigra propõe tipologias para essas classificações, quais sejam:

Migrantes de longo termo – registros para migrantes com previsão de estada de mais longa duração, abrangendo as categorias residentes, permanentes, provisórios, asilados, outros e alguns amparos da classificação “Temporários”¹⁰;

Temporários – registros de entradas tipicamente de curta duração;

Fronteiriços – registros para residentes na fronteira, com permissão de acessar o mercado de trabalho, comércio e serviços no Brasil, nas cidades contíguas aos limites territoriais.

O SISMIGRA parece ser a base de registros administrativos de maior potencial para o monitoramento das imigrações internacionais no país. Para o período 2000-2020, o sistema captou, satisfatoriamente, as transformações ocorridas no comportamento das migrações internacionais no Brasil, identificando o momento pós-crise econômica internacional, novas origens dos fluxos e as mudanças legislativas.

As variáveis presentes na base de dados possibilitam estabelecer o perfil do imigrante, incluindo sua qualificação profissional e o diferencial por sexo, além de estarem desagregadas no nível municipal. A Polícia Federal mantém a base re-

¹⁰ Os amparos 278, 279, 283, 284, 285 e 289, devido a suas características são considerados como migração de mais longo termo.

gularmente atualizada, sobretudo no caso de novos registros.

Contudo, o uso do SISMIGRA deve ser cercado de alguns cuidados, tendo em vista que os recadastramentos realizados antes de 2000, sobretudo o de 1988, prejudicaram a qualidade dos registros para esse período. Um ponto que também requer atenção está relacionado ao fato de não ser realizada a atualização regular no sistema para retiradas dos registros de imigrantes que reemigraram ou vieram a falecer. Ademais, no período analisado, foi observada uma elevada proporção de registros tardios, aproximadamente 60% para os permanentes e 20% para os temporários. Entre esses, cerca de 5% dos registros ocorreram após dois anos de estada no país¹¹. Outra questão para a qual se deve ter cautela é na análise da evolução dos registros na classificação permanentes/residentes, dado que muitos deles, em realidade, surgem não do ingresso de novos imigrantes ao país, mas da transformação de vistos temporários, sobretudo, através do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile e por unificação familiar.

O OBMigra disponibiliza para a sociedade a base de dados anonimizada em <https://portaldeimigração.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra> estão disponibilizados os microdados desidentificados do SisMigra.

2.1.3. SISTEMA DE TRÁFEGO INTERNACIONAL – MÓDULO DE ALERTAS E RESTRIÇÕES (STI-MAR)

Toda pessoa que deseja solicitar o reconhecimento da condição de refugiado no país deve formalizar esse pedido junto à Polícia Fede-

ral, que armazena essas demandas no Módulo de Alertas e Restrições do Sistema de Tráfego de Pessoas e as encaminha ao CONARE para apreciação e deliberação.

A base possui um conjunto restrito de variáveis, como:

- Nome
- Sexo
- Data de nascimento
- Cor ou raça
- País de nascimento
- País de nacionalidade
- Estado civil
- Data do registro
- Data da entrada no Brasil
- Data da emissão do protocolo
- Município de entrada da solicitação
- Unidade da Federação de entrada da solicitação
- Município de residência
- Unidade da Federação de residência
- Status da solicitação

Algumas limitações chamam atenção quando da análise da base de dados, a primeira diz respeito à qualidade dos dados sobre o município e Unidade da Federação de residência dos solicitantes, que são bastante precárias até 2015. No caso da variável cor ou raça a ausência de informações se faz notar em toda a série histórica, o mesmo se repetindo para a variável estado civil.

Da mesma forma que nos outros registros administrativos geridos pela Polícia Federal, os dados do STI-MAR, por razão ainda maior de sensibilidade, são disseminados de forma anonimizada, sendo a solução para evitar essa limitação idêntica a apresentada para o STI e SisMigra, ou seja, a geração de identificador único para cada indivíduo na base, preservando o sigilo do dado.

¹¹ Cabe registrar que nos últimos anos, o lapso entre o ingresso no Brasil e a efetivação do registro tem diminuído.

Todavia, é importante ressaltar que os dados são de grande valia para o acompanhamento da evolução das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no país, permitindo também que seja estabelecido o perfil por sexo e idade dos solicitantes, bem como de suas nacionalidades. Além disso, com a intensificação recente da chegada de haitianos, venezuelanos e africanos sob o abrigo do refúgio, é possível notar, através do volume de solicitações, as distintas estratégias de ingresso no país.

Os microdados não identificados do STI-MAR estão disponíveis em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401293-sti-mar>

2.1.4. ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADOS

O CONARE tem entre suas atribuições: analisar as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado; decidir a cessação, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado; determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado; orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados; e aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução da lei que regulamenta o Estatuto dos Refugiados no país.

No âmbito do CONARE, o banco de dados resultante das avaliações dos processos de pedido do reconhecimento da condição de refugiado ainda não está completamente estruturado, encontrando-se em fase de transição para o SisConare, sistema em desenvolvimento e que será integrado ao STI, de modo que solicitações e os resultados das deliberações estejam integrados numa mesma base de dados.

Desde 2020, o OBMigra ficou encarregado de sistematizar, analisar, tabular e disseminar os dados, a partir da publicação da 5ª edição do Refúgio em Números. No banco de dados repassados ao Observatório constavam as seguintes variáveis:

- Número do processo
- Nome
- Sexo
- Data de nascimento
- País de nacionalidade
- Fundamentação
- Motivação
- Tipo de processo
- Ano do processo
- Data da decisão
- Cidade de entrada da solicitação
- Unidade da Federação de entrada da solicitação

O banco de dados apresenta as seguintes limitações: i) não possui um sistema de informações consolidado; ii) depende dos repasses de informações pela Polícia Federal; e iii) a versão atual da base de dados apresenta alguns problemas, como duplicidades de processos, ausência na descrição dos motivos que deram causa à solicitação, além de inconsistências no preenchimento de informações sobre indeferimentos e reassentamentos, entre outras deficiências. A expectativa é que com a implantação definitiva do SisConare o Comitê possa gerir todo o processo de produção dos dados, minimizando as limitações e deficiências existentes.

Por outro lado, a base proporciona informações sobre as decisões tomadas, como o número de deferimentos, extensões, indeferimentos, arquivamentos, cessações, extinções e reassentamentos, com dados sobre o país de nacionalidade, motivação para o pedido de refúgio, perfil sociodemográfico, cidade onde foi realizada a solicitação e, a partir de 2016, a cidade de residência do solicitante.

É possível obter os microdados anonimizados sobre as deliberações das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/2-sem-categoria/401421-conare>

Antes de prosseguir com a descrição das demais bases de registros administrativos com informação sobre imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, é salutar destacar o fluxo de dados entre os sistemas STI-MAR, CONARE e SisMigra. O solicitante do reconhecimento da condição de refugiado, ao ingressar ao território brasileiro, deve apresentar sua solicitação de refúgio à Polícia Federal no posto de fronteira. Esse pedido é registrado, passando a compor a base do STI-MAR, e a solicitação enviada ao CONARE para apreciação e deliberação. Essas solicitações automaticamente se incorporam ao banco de dados do CONARE e após deliberação são enquadrados em categorias, conforme resultado da decisão: deferido, indeferido, extensão deferida, extensão indeferida, arquivamento, extinção, perda da condição de refugiado, cassação da condição de refugiado. Após deliberação, o CONARE envia à Polícia Federal as decisões. Assim, os casos de deferimento e extensão de deferimento passam à situação de inativos na base do STI-MAR, impactando, automaticamente, o volume de ativos. O refugiado, após concessão do reconhecimento, deve se dirigir ao posto da Polícia Federal para solicitar a mudança de status migratório, só então passará figurar no SisMigra como residente nessa nova condição.

Dois outros aspectos devem ser ressaltados: i) o cálculo do estoque, como aproximação, de imigrantes/refugiados no país deve descontar dos solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado (STI-MAR), nos anos de solicitação dos pedidos, os casos com decisão favorável, informados à Polícia Federal; ii) existe um hiato temporal importante entre a deliberação pelo

CONARE e a ida do refugiado à Polícia Federal, visando a alteração do status migratório.

2.2. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Com a reforma ministerial implantada pelo então governo, as bases de dados que permitem monitorar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho formal passaram do antigo Ministério do Trabalho para o atual Ministério do Trabalho e Previdência. É um conjunto de bancos de dados que proporciona informações valiosas sobre a presença da mão de obra imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) indica o estoque de imigrantes com vínculos empregatícios, ao final de cada ano, e a combinação com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) com as da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)¹² permite identificar, num curto período de tempo, como a dinâmica do mercado formal de trabalho está afetando o emprego da força de trabalho imigrante. Além disso, as informações da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) sinalizam a demanda por mão-de-obra imigrante no país por parte de empregadores, sejam eles de empresas nacionais ou multinacionais.

A seguir serão apresentadas, brevemente, cada uma dessas bases, apontando-se as potencialidades e limitações de cada uma delas.

2.2.1. SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA FINS LABORAIS E DE INVESTIMENTOS

A Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) é responsável por conceder as autoriza-

12 Com a descontinuidade da CTPS, no final de 2019, essa combinação passou a ser feita com dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

ções de residência para fins laborais ou de investimentos aos imigrantes que desejam trabalhar de forma regular no Brasil, subordinado a empresa nacional ou multinacional. Para tanto, o interessado ou seu empregador deve fazer a solicitação por meio do sistema MigranteWeb; ou realizar investimentos produtivos ou imobiliários no país. Além da concessão das autorizações, a CGIL também fica encarregada de executar as Resoluções Normativas (RNs) emitidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Após a edição e regulamentação da Lei de Migração, para se adequar ao novo marco legal, as autorizações passaram a ser classificadas em residência, para os trabalhadores que já estão em território brasileiro, ou residência prévia, para aqueles que se encontram fora do país. No legado das concessões anteriores à nova Lei, os tipos de autorização são permanentes e temporárias.

Em relação as autorizações, em geral, é preciso salientar que um imigrante pode obter, no mesmo ano calendário, mais de uma autorização de residência, sobretudo naquelas cuja a natureza da atividade a ser desenvolvida é temporária. Portanto, o que a base de dados apresenta são as características das autorizações, requerendo a aplicação de filtros para que se possa obter as informações por trabalhador.

Outro aspecto a ser salientado diz respeito aos casos relacionados à migração laboral, mas não contemplados nas Resoluções Normativas (RNs) existentes. Quando ocorre esse tipo de situação, a solicitação é enviada ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que procederá a análise e fará os encaminhamentos cabíveis.

Na base de dados da CGIL a análise combinada do tipo de autorização solicitada com o respectivo amparo legal (RN) possibilita que sejam estabelecidas *proxies* de modalidades de mobilidade espacial, sejam as de curta ou longa duração.

As variáveis presentes na base são:

- Nome
- Número do processo
- Tipo de autorização/tipo de visto
- Amparo legal (RN)
- Mês e ano da autorização
- Passaporte
- Data de nascimento
- Sexo
- Nome do pai e da mãe
- País de origem
- UF
- Valor do investimento
- Profissão
- Escolaridade
- Estado civil
- Código e descrição da CBO
- Código e descrição da CNAE
- Nome e CNPJ da empresa
- Quantidade de brasileiros e imigrantes trabalhando na empresa
- Salário no exterior e atual

Entre as potencialidades da base podem ser listadas: i) o conjunto de variáveis possibilita estabelecer o perfil sociodemográfico das solicitações; ii) permite que se dimensione e acompanhe a evolução da demanda por mão-de-obra imigrante no mercado de trabalho formal do país; e iii) diferentemente de outras bases, a profissão declarada é exatamente aquela que o imigrante exercerá, caso efetivamente ingresse no mercado laboral brasileiro.

Suas limitações estão associadas, principalmente, ao fato de nem todas as autorizações virem a se configurar em efetiva entrada no país, seja porque, no momento da entrevista no consulado, a autorização, por algum motivo, foi negada; ou a Polícia Federal impeça o ingresso num dos postos de fronteira; ou pessoa simplesmente desista de vir. Outra limitação está relacionada à desagregação espacial das informações, que não chegam no nível municipal. Além disso, como

mencionado, a análise por indivíduo necessita de tratamento prévio na base de modo a evitar duplicações.

2.2.2. CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIG)

No novo marco legal, o Conselho Nacional de Imigração (CNIG) passou a ser responsável por formular a política migratória na sua dimensão laboral, a partir da normatização das questões migratórias e da edição de Resoluções Normativas (RNs). O Conselho é um órgão colegiado, quatripartite, composto por representantes do Governo Federal, dos Trabalhadores, dos Empregadores e da Sociedade Civil, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e que conta com o apoio administrativo da Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL).

Normalmente, o CNIG aprecia situações especiais ou caso não previstos nas RNs vigentes. Entre os principais amparos tratados no âmbito do Conselho encontram-se: a Resolução Conjunta nº 1/2018, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare); o que disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais (RN 23).

No legado do arcabouço jurídico anterior, é possível encontrar a avaliação de situações especiais ou casos omissos (RN 27); concessão de visto permanente para imigrante designado para administrar entidades sem fins lucrativos (RN 70); imigrante em união estável com brasileiro (RN 77); e situações especiais envolvendo investidores imigrantes (RN 84).

As estruturas das bases de dados do CNIG e da CGIL são semelhantes. Portanto, compartilham

das mesmas potencialidades e limitações.

Os microdados dados desidentificados da CGIL e do CNIG podem ser obtidos através do link <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401202-cgil-cnig>

2.2.3. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

A CTPS era um documento obrigatório para toda pessoa que prestasse trabalho subordinado, com vínculo celetista, e reproduzia, de forma tempestiva, a situação funcional do trabalhador, possibilitando acesso a direitos como o Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho, seguro-desemprego e benefícios previdenciários.

O OBMigra recebia o extrato da base de dados da CTPS contemplando apenas os imigrantes. O objetivo inicial era implementar cruzamentos com a base do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de modo a obter a nacionalidade desses trabalhadores e produzir informações sobre as movimentações dos imigrantes no mercado de trabalho formal, utilizando o número do Programa de Integração Social (PIS) como variável de ligação. No entanto, a análise dos dados indicou outras possibilidades de investigação, tais como, identificar o status migratório dos indivíduos e a potencial de oferta de força de trabalho imigrante ao mercado laboral formal do país.

A base da CTPS foi descontinuada em dezembro de 2019, quando houve a implantação da Carteira de Trabalho Digital.

Entre as principais variáveis presentes na base de dados é possível destacar:

- Ano
- Mês

- País de nascimento
- UF de residência
- Sexo
- Idade
- Estado civil
- Escolaridade
- Status migratório
- Tipo do Acordo
- Tipo do documento
- Número do documento
- Número da CTPS
- Motivo da segunda via
- Dependente estrangeiro
- Dupla nacionalidade
- Vínculo empregatício

Algumas limitações identificadas diziam respeito ao fato de a utilização de forma isolada não permitir grandes avanços analíticos, pois o fato de possuir a CTPS não significava que o imigrante necessariamente estaria inserido formalmente no mercado laboral e nem que permaneceria no país. Ademais, parte das CTPS emitidas em São Paulo, Unidade da Federação que concentra aproximadamente 40% da imigração no país, não constava da base de dados, em função da emissão manual do documento.

O acesso aos microdados da CTPS está disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401203-caged-ctps>

2.2.4. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

A RAIS é um registro administrativo declarado anualmente, de forma obrigatória, por todas as empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), abrangendo todo território nacional, podendo ser desagregada até o nível municipal. Essa fonte de dados tem entre seus objetivos principais: controlar a atividade trabalhista no País, gerar dados para a elabora-

ção de estatísticas do trabalho e prover informações sobre o mercado de trabalho.

Além disso, é uma das principais bases de dados sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, sendo utilizada pelo governo na elaboração de políticas públicas de emprego e renda, também sendo utilizada pelos mais diversos segmentos da sociedade, como as empresas, meios acadêmicos, sindicatos, etc.

A RAIS contempla os dados de todos os trabalhadores inseridos no mercado laboral formal, a exceção daqueles que trabalham por conta-própria, indicando ao final de cada ano o estoque de pessoas subordinadas com vínculos formais. No caso dos imigrantes, abrange aqueles com autorização de trabalho temporário ou permanente, além de informar sobre seu ano de chegada no Brasil.

A base de dados da RAIS possui uma infinidade de variáveis, que possibilitam estabelecer o perfil socioeconômico dos trabalhadores, entre as quais destacam-se:

- Identificador do estabelecimento
- Código da CBO
- Código da CNAE
- Vínculo em 31/12
- Horas semanais contratadas
- Faixa de remuneração média anual, em salários-mínimos e nominal
- Faixa de remuneração em dezembro, em salários-mínimos e nominal
- Tempo no emprego
- Grau de instrução
- Idade
- Mês de admissão e desligamento
- Município onde está trabalhando
- Nacionalidade
- Tipo de deficiência
- Raça/cor
- Tamanho do estabelecimento
- Tipo do vínculo

- Sexo
- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- Número do Programa de Integração Social (PIS)
- Número da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
- Ano de chegada ao Brasil.

A RAIS é uma ferramenta importantíssima para dimensionar a inserção formal dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, além de permitir que seja traçado um perfil dessa força de trabalho, inclusive utilizando o tempo de presença no país como parâmetro para mensurar o grau de inserção laboral do imigrante. Outra vantagem dessa base é o fato de possibilitar sua desagregação no nível municipal, em todo o território nacional. O fato de possuir entre suas variáveis o código do PIS, abre a possibilidade do relacionamento com outras bases, como por exemplo, CTPS e CAGED.

Por outro lado, algumas limitações podem ser observadas na base da RAIS. Muito embora as nacionalidades que estão discriminadas abrangam aproximadamente 80% das observações, nota-se um baixo grau de desagregação por país. Uma outra restrição está relacionada ao fato dos imigrantes inseridos formalmente como conta-própria e como microempreendedor individual (MEI) não serem captados pelo sistema, o que limita a obtenção dos dados laborais dos não nacionais que trabalham nessas posições de ocupação. Por fim, as omissões, entrega da declaração fora do prazo e problemas de preenchimento são outras limitações observadas, destacando-se a baixa qualidade na informação de cor ou raça, sobretudo para os vínculos estatutários.

No momento em que esse artigo estava sendo redigido, o Ministério da Economia (ressalta-se a recente recriação do Ministério do Trabalho e Previdência) procedia a transição da base da RAIS para a plataforma do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previden-

ciárias e Trabalhistas (eSocial), para a qual todas as informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais devem ser informadas pelas empresas privadas e públicas.

Os microdados da RAIS podem ser encontrados em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged>.

2.2.5. CADASTRO GERAL DE ADMITIDOS E DEMITIDOS (CAGED)

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) é uma base de dados do Ministério da Economia, com os registros permanentes de admissões e demissões de empregados, sob regime da CLT. Os dados do CAGED servem como base de tomadas de decisões para ações governamentais, para estudos, pesquisas e projetos sobre o mercado de trabalho (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2015).

A base do CAGED “... não possuía variável de identificação do país de origem, tanto no CAGED, até 2019, quanto no novo CAGED, iniciado a partir de 2020, até meados do ano de 2021, o que impossibilitava a identificação do país de nascimento dos migrantes diretamente a partir dela. Até dezembro de 2019, o trabalho de identificação dos migrantes com movimentação no mercado de trabalho formal era realizado a partir de um processo de linkage desta base com a da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e com a RAIS. Como já mencionado, com a descontinuidade da CTPS foi necessário recorrer a outra fonte de dados para que seja possível identificar, tempestivamente, a nacionalidade do imigrante que se move no mercado de trabalho formal. Para contornar esse problema, a informação da nacionalidade do trabalhador imigrante passou a ser obtida a partir do pareamento do número do Cadastro de Pessoas Fí-

sicas (CPF), presente na base do CAGED, com o banco de dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Esse procedimento perdura até o momento da redação do presente estudo.

Em 2020, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados foi reformulado, dando origem ao Novo CAGED. Tal reformulação implicou em restrições para a comparação com os dados da série histórica anterior, tendo em vista que algumas ocupações como estagiários, trabalhadores temporários, aprendizes, etc. também passaram a ser informadas. Além disso, as penalidades pela não entrega das informações por parte das empresas passaram a ser mais rigorosas, o que deu um caráter mais compulsório ao envio dos dados.

A base possui variáveis relevantes para o estabelecimento do perfil dos trabalhadores imigrantes no mercado laboral formal, entre outras:

- Identificador do estabelecimento
- Código da CBO
- Código da CNAE
- Horas semanais contratadas
- Faixa de remuneração média anual, em salários-mínimos e nominal
- Faixa de remuneração em dezembro, em salários-mínimos e nominal
- Tempo no emprego
- Grau de instrução
- Idade
- Mês de admissão e desligamento
- Município onde está trabalhando
- Nacionalidade
- Raça/cor
- Tipo do vínculo
- Sexo
- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- Número do Programa de Integração Social (PIS)
- Número da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

A principal limitação da base de dados era não proporcionar de forma direta a informação sobre a nacionalidade do trabalhador.

Ao ser realizado o linkage, inicialmente com a base da CTPS e da RAIS, e posteriormente com os dados da SIT, foi possível acompanhar a movimentação mensal dos trabalhadores imigrantes no mercado formal. Além disso, entre outras potencialidades, a base fornece informações desagregadas até o nível municipal; permite estabelecer o perfil socioeconômico dos trabalhadores imigrantes; identifica, num curto período de tempo, como a dinâmica do mercado formal de trabalho está afetando o emprego da força de trabalho imigrante.

Os dados do CAGED são disponibilizados através do link <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/micrdados/1733-obmigra/dados/micrdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged>.

2.2.6. PAREAMENTO E HARMONIZAÇÃO DAS BASES CTPS/RAIS/CAGED

Os pesquisadores do IBGE e o do OBMigra realizaram o pareamento e a harmonização das bases de dados CTPS, RAIS e CAGED, utilizando como variável de ligação o número do PIS e o número do CPF como variável de controle (DICK et al, 2018). Esse exercício permitiu que fossem construídas séries históricas que se iniciaram em 2011, para os registros de movimentação, e em 2010, para dados sobre o estoque de trabalhadores imigrantes no mercado formal.

O linkage desses bancos de dados contornou algumas das limitações presentes em cada uma das bases, sem contar a maior delas, a ausência da nacionalidade na base do CAGED, alargando consideravelmente a qualidade da informação, podendo ser citados os seguintes exemplos: a) foi ampliada a captação das carteiras de trabalho

emitidas no estado de São Paulo e não ingressadas eletronicamente no sistema; b) aumentou o nível de desagregação na identificação da nacionalidade dos trabalhadores, minimizando limitação da RAIS; c) permitiu identificar um volume maior de movimentação de trabalhadores no CAGED, à medida que era possível incluir trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho antes de 2010 e estavam presentes na RAIS.

A partir de 2018, o exercício de pareamento passou a ser repetido mensalmente, incorporando os dados da CTPS e CAGED, e anualmente, agregando os dados da RAIS. Desde então, toda solicitação específica sobre uma dessas bases é derivada do banco de dados pareado e harmonizado, assegurando melhor qualidade às informações disseminadas.

As bases de dados são disponibilizadas no link <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged>

2.3. O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Nos últimos anos, a chegada de imigrantes e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado tem se intensificado, muito embora ainda em patamares baixos. Mas, para além da dimensão quantitativa, esses movimentos revelam uma mudança no eixo das correntes migratórias, que passou a ter como origens mais expressivas aquelas oriundas do Hemisfério Sul, notadamente, na América Latina e África. Essa alteração na qualidade dos fluxos vem acompanhada de coletivos que, ao contrário do perfil anterior da imigração, necessitam de acesso aos serviços sociais públicos.

Dessa forma, a sistematização e o futuro uso dos registros administrativos a serem apresentados a seguir, permitirá investigar como a população imi-

grante está acessando os serviços educacionais, de saúde e os programas sociais, em especial aqueles relacionados à transferência de renda.

2.3.1. EDUCAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, disponibiliza regularmente para sociedade um conjunto valioso de bases de dados sobre o acesso aos mais diferentes níveis da educação, tais como os Censos Escolar, do Nível Superior e do ENEM. O Censo Escolar apresenta dados sobre a Educação Básica, desagregada em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; Cursos Técnicos e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Censo do Nível Superior fornece informações sobre os cursos de graduação e o do Exame Nacional do Ensino Médio permite saber o perfil do aluno que realiza o ENEM.

No Censo Escolar, entre um sem-número de outras variáveis, destacam-se:

- Nome
- Sexo
- Idade
- Cor ou raça
- País de nascimento
- UF e município de residência
- Tipo de deficiência
- Etapa de ensino cursada
- Dados sobre a turma
- Dados sobre a escola
- Categoria administrativa

No Ensino Superior, o conjunto de variáveis é bem grande, sendo as principais:

- Nome
- Data de nascimento
- Sexo
- Cor ou raça
- País de nascimento

- Tipo de deficiência
- Identificação da IES
- Categoria administrativa da IES
- Código do curso
- Modalidade de ensino
- Nível acadêmico
- Carga horária
- Data de ingresso
- Tipo de ingresso
- Financiamento
- Bolsa de estudo
- Tipo de escola no ensino médio

Uma limitação dessas bases é não informar a Unidade da Federação e o município de residência dos estudantes, apenas o de localização da instituição de ensino.

O Censo do ENEM, como nas bases educacionais apresentadas anteriormente, investiga um leque grande de variáveis, entre as quais:

- Sexo
- Idade
- Cor ou raça
- Nacionalidade
- Estado civil
- UF e município de residência
- Situação da conclusão de ensino médio
- Ano de conclusão do ensino médio
- Tipo de escola
- Tipo de ensino
- Tipo de deficiência
- Certificação do ensino médio
- Dados sobre a aplicação da prova
- Dados da prova objetiva
- Dados da prova de redação
- Dados do questionário socioeconômico
- Dados da inscrição
- Dados sobre a escola
- Dependência administrativa

A principal limitação da base de dados de ENEM é não identificar o país de nascimento ou de nacionalidade do estudante, permitindo apenas saber se ele é um não nacional.

O extrato dos microdados com informações sobre o acesso dos imigrantes aos serviços de educação encontram-se em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/2-sem-categoria/401387-inep>.

2.3.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) proporciona informações a respeito do acesso dos imigrantes e solicitantes da condição de refugiado aos programas de transferência de renda às populações mais vulneráveis.

O OBMigra, por intermédio do Departamento de Migração (DEMIG), da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS/MJSP), vem negociando o acesso aos bancos de dados do CadÚnico¹³. No entanto, é possível adiantar as potencialidades desses registros administrativos, dado que permitem investigar o acesso/demandas aos programas sociais pelo segmento imigrante mais exposto a vulnerabilidades, seja na ótica dos indivíduos, seja na perspectiva da presença de ao menos um migrante internacional naquele arranjo familiar, uma vez que existe uma variável de ligação do indivíduo com a respectiva família presente no domicílio.

Em relação aos domicílios com a presença de algum imigrante no arranjo familiar, é possível obter, por exemplo, informações sobre:

- Código do município de residência
- Renda média familiar per capita
- Data do cadastramento

¹³ O Departamento de Migração da Secretaria Nacional de Justiça – DEMIG/ SENAJUS que é o gestor do Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Economia, Polícia Federal, IBGE e UnB, que visa analisar, parear, harmonizar, tratar e divulgar dados e informações estatísticas sobre migrações internacionais, refúgio e temas correlatos a partir das bases, sistemas e registros administrativos, tomou a iniciativa de intermediar junto ao Ministério da Cidadania a disponibilização dos dados do CadÚnico.

- Benefício do Bolsa Família
- Trabalho infantil
- Data da entrevista
- Endereço
- Situação do domicílio
- Características do domicílio
- Acesso a saneamento básico
- Calçamento da rua
- Características das famílias em Comunidades e Povos Tradicionais
- Quantidade de moradores por faixa etária
- Despesas com energia, gás e água
- Despesa com aluguel
- Despesa com alimentação
- Despesa com medicamentos
- Acesso ao Centros de Referência de Assistência Social (CRAS/CREAS)
- Programas de leite/alimentos
- Acesso a restaurantes populares
- Programa de cisternas
- Programa de acesso à energia elétrica/tarifa social
- Seguro-desemprego
- Trabalho análogo ao escravo
- Benefício de Prestação Continuada – BPC
- Programa de Atenção Integral à Família – PAIF
- Programa de proteção às mulheres
- Abrigo para crianças/adolescentes e idosos
- Abrigo para população em situação de rua
- Programas Pró Jovens
- Serviços de Proteção a Pessoas Portadoras de Deficiência
- Violência contra crianças
- Medidas socio protetivas para adolescentes infratores
- Serviço de orientação de crianças, adolescentes e famílias
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
- Projetos de Centro- Dia
- Projeto de inclusão produtiva

No que tange aos indivíduos, as principais variáveis disponíveis são:

- Código do município de residência
- Renda média familiar percapita
- Data do cadastramento
- Benefício do Bolsa Família
- Trabalho infantil
- Sexo
- Data de nascimento
- Relação de parentesco no domicílio
- Cor ou raça
- Nome dos pais
- País de nascimento
- Certidão de nascimento
- Número de Identificação Social - NIS
- CPF
- Número da identidade
- Número da CTPS
- Título de eleitor
- Pessoa portadora por tipo de deficiência
- Tipo de ajuda recebida
- Escolaridade
- Identificação da instituição de ensino
- Código do INEP da escola
- Trabalho
- Tipo de ocupação
- Remuneração do trabalho
- Remuneração de aposentadoria ou pensão
- Outros tipos de rendimentos
- Pessoa em situação de rua
- Associativismo
- Atendimento por CRAS/CRES
- Atendimento em hospitais
- Trabalho formal
- Trabalho informal
- Programas do Ministério das Cidades

É incontestável a riqueza do banco de dados do CadÚnico. A presença de variáveis identificadoras, potencialmente, possibilita o linkage a uma série de outras bases de dados, em particular, àquelas relativas ao mercado formal de trabalho e ao acesso ao ensino regular. Além disso, permite não apenas mensurar o acesso aos Programas Sociais, como também aferir o nível de pobreza das famílias/indivíduos imigrantes presentes cadastradas na plataforma.

2.3.3. SAÚDE

O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS disponibiliza aos usuários um conjunto variado de sistemas, bases de dados e indicadores, como por exemplo: a) aqueles que tratam diretamente do acesso à assistência à saúde, como a produção ambulatorial (SIA/SUS), a produção hospitalar (SIH/SUS), imunizações, atenção básica à saúde e vigilância nutricional e alimentar; b) os sistemas relacionados às estatísticas vitais como de nascidos vivos (SINASC) e óbitos (SIM); c) epidemiológicas e morbidades; d) rede assistencial; e e) indicadores de saúde e pontuação. Entretanto, lamentavelmente, esses bancos de dados não permitem a identificação do país de nascimento/nacionalidade dos imigrantes.

Para que seja possível, minimamente, mensurar o nível de acesso da população imigrante aos serviços de saúde, OBMigra, a partir da intermediação do DEMIG/SENAJUS¹⁴, vem negociando com o DATASUS a extração de dados de imigrantes internacionais no sistema VinculaSUS¹⁵.

O VinculaSUS permite acompanhar a trajetória das pessoas que acessam os diversos serviços de saúde, tais como, cartão SUS, a produção ambulatorial, a produção hospitalar, Programa Nacional de Imunizações, vigilância alimentar e nutricional, transplantes, agravos de notificação, exames laboratoriais e óbitos.

Nesse sistema, as bases de dados de interesse foram vinculadas a partir de rigoroso processo de pareamento. As rotinas implementadas começam com a extração dos dados de cada base, identificando cada indivíduo; rotina de tratamento, visando a limpeza e padronização dos dados, de modo que todas as bases fiquem com os mesmos caracteres e codificações; deduplicação, utilizando processos probabilísticos de data linkage, checando se os registros são efetivamente daquela pessoa, de forma a eliminar os registros duplicados; e, finalmente, a implementação do pareamento das bases, gerando um banco anonimizado com identificador único, de modo que sempre que aquele indivíduo acessar um dos serviços que compõem a vinculação receberá o mesmo identificador.

Esse banco de dados consolidado tem o potencial para fornecer informações sobre o acesso de imigrantes e refugiados a cada um dos serviços ambulatoriais, internações hospitalares, imunização e vigilância alimentar e nutricional, bem como acompanhar a trajetória pelos distintos serviços, permitindo assim mensurar, de forma bastante aproximada, como esse segmento populacional vem acessando a saúde pública no país.

3. PERSPECTIVAS PARA O RELACIONAMENTO, COMPLEMENTARIEDADE E PAREAMENTO ENTRE AS BASES DE DADOS DE PESQUISAS DOMICILIARES E REGISTROS ADMINISTRATIVOS

À medida que as diversas bases de dados foram sendo sistematizadas, e a apropriação sobre elas evoluindo, foi possível perceber relações de complementariedade e mesmo propor rotinas de pareamento e harmonização entre algumas delas. Nesta parte do artigo serão apresentadas iniciativas nessa perspectiva, iniciando com as pesquisas domiciliares, entre essas e os registros administrativos e, finalmente, entre os bancos de dados de registros.

14 Essa intermediação também ocorreu no âmbito do já mencionado Acordo de Cooperação Técnica.

15 O sistema não possibilita identificar o status migratório dos indivíduos.

3.1. AS PNADS E OS CENSOS DEMOGRÁFICOS

Oliveira (2016) demonstrou que existe uma forte coerência entre os dados de imigração internacional, no que tange ao estoque e à migração de última etapa, presentes nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e na série histórica das PNADs para o período 1992-2015, no qual os quesitos desse levantamento se aproximavam dos observados nos Censos. Posteriormente, Oliveira e Oliveira (2020), investigando a presença dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho informal no Censo 2010 e PNAD 2015, verificaram que, também para esse tema, as pesquisas guardavam consistência entre si.

Essa complementariedade torna possível que, na perspectiva das pesquisas domiciliares, minimamente, fossem acompanhadas a evolução de estoque e a dinâmica dos fluxos migratórios que se dirigem ao país, sem prejuízo do cruzamento com as variáveis socioeconômicas presentes em cada levantamento.

Nesse sentido, torna-se imperioso que a PNADC comece a investigar os aspectos relacionados à mobilidade espacial da população, em particular a imigração internacional, não obstante a limitação de não proporcionar informações sobre o país de nascimento ou de origem do imigrante.

Os links para acesso aos dados do Censo Demográfico e da PNAD são respectivamente:

Censos -> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>

PNADs -> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?=&t=o-que-e>

3.2. PAREAMENTO E HARMONIZAÇÃO DAS BASES STI/SISMIGRA/STI-MAR

Os pesquisadores do IBGE e do OBMigra já iniciaram exercícios exploratórios para o pareamento e harmonização das bases de dados sobre movimentação nos postos de fronteira, registros de residência e de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Dada a extrema sensibilidade dessas informações, o estudo é feito sob a supervisão e nas dependências da Polícia Federal.

Após os exercícios iniciais, no que tange ao aspecto metodológico, foi definido que o estudo de pareamento das bases de dados adotaria o uso de técnica não-determinística, de modo a ampliar a formação de pares verdadeiros, recuperando possíveis ocorrências de falsos negativos ao usar a técnica de *full join*, ou seja, no caso de uma mesma pessoa presente nas respectivas bases, mas o valor da chave não seja exatamente igual. A implementação do pareamento não-determinístico será realizada a partir da implementação dos pacotes e funções disponíveis no software livre R, em particular, o pacote *RecordLinkage*. O procedimento consiste em utilizar como variáveis de pareamento o nome, data de nascimento e sexo, adotando a metodologia de comparação de strings, quando necessário. Para otimizar o tempo de processamento e tornar a execução factível, a estratégia é adotar a blocagem por nacionalidade, onde os possíveis pares são comparados nos registros que possuem mesmo valor para esta variável.

Uma vez realizado o linkage entre as bases, os registros serão anonimizados e gerado um identificador único para cada indivíduo, de modo a assegurar que caso ele tenha que sair e/ou voltar ao país seja possível identificá-lo na base do STI, possibilitando que seja acompanhada a movimentação desse imigrante. Da mesma forma, no momento em que o solicitante tiver reconhecida sua condição de refugiado, e for regularizar seu

registro de residência, o dado não seja duplicado e apenas implementada a atualização do seu status migratório. Essas bases de dados anonimizadas e com identificador único serão disponibilizadas aos órgãos de governo, pesquisadores e entidades da sociedade civil.

Potencialmente, esse banco de dados permitirá, entre outros indicadores, a atualização do status migratório, uma vez que será possível identificar o indivíduo; gerar estimativas para o saldo migratório internacional, no agregado de país; e inferir *proxies* sobre a imigração irregular, ao menos daquela parcela que ingressou no país e foi registrada nos postos de fronteira.

3.3. PAREAMENTO DAS BASES MERCADO DE TRABALHO E REGISTROS DE IMIGRANTES

O principal objetivo do Acordo de Cooperação Técnica, já mencionado, é gerar um banco de dados que vincule os registros administrativos sobre a inserção do imigrante no mercado de trabalho formal e os registros de entradas e saídas do país, residência e solicitação da condição de refugiado.

Como as bases sobre a presença do imigrante no mercado de trabalho formal já estão pareadas e harmonizadas, tão logo seja concluído o linkage dos bancos de dados da Polícia Federal, será factível implementar a vinculação entre esses dois grandes bancos de dados, que também serão disseminados de forma anonimizada, mas com identificador único.

Do ponto de vista da gestão e correção das políticas migratórias, esse banco de dados possibilitará que se tenha uma visão ampla da inserção do imigrante na sociedade brasileira, desde sua entrada no país, sua regularização, movimentação e fixação no mercado de trabalho formal e uma eventual re-emigração. Combinada à esti-

mativa de imigração irregular, será possível formular políticas que oriente a regularização desses imigrantes e, a partir da estimativa do volume de trabalhadores no mercado informal, propor ações de geração de emprego para a mão de obra migrante.

3.4. COMPLEMENTARIEDADE ENTRE CENSOS DEMOGRÁFICOS, PNADS E A BASE PAREADA SOBRE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHOFORMAL

As pesquisas domiciliares, Censos e PNADs, investigam o trabalhador imigrante regular e uma parcela daqueles em situação de irregularidade tanto no mercado de trabalho formal, quanto aqueles na informalidade, inclusive os imigrantes trabalhando por conta-própria. Por outro lado, a RAIS só capta os migrantes regulares com vínculo de subordinação formal no mercado laboral brasileiro. Portanto, não deve ser empreendida qualquer tipo de comparação imediata entre essas bases, de modo a se esperar alguma convergência nos números finais.

Contudo, é possível perceber algumas regularidades entre as fontes de dados oriundas das pesquisas domiciliares e dos registros administrativos, no sentido de apontar alguns pontos convergentes, e outros nem tanto, na tendência de algumas das variáveis associadas à inserção laboral da força de trabalho imigrante, como por exemplo: nível de instrução, grupos ocupacionais e rendimento, como demonstrado por Oliveira (2016). Ademais, embora não fosse o foco da investigação, Oliveira e Oliveira (2020) destacaram que os resultados do Censo Demográfico 2010 e da PNAD 2015 sinalizavam que a inserção nos grupos ocupacionais e ramo de atividades na força de trabalho imigrante era muito semelhante entre formais e informais, destoando nos aspectos da média dos rendimentos e na intensidade das jornadas de trabalho. No tocante ao rendimento, era inferior entre os informais e,

no sentido oposto, as horas semanais trabalhadas eram menos intensas para os formais.

Assim, é possível pensar em tratar como complementares os dados da PNAD e da base pareada CTPS/RAIS/CAGED, que poderiam ser utilizadas como um bom parâmetro do comportamento da inserção laboral dos imigrantes. Como os registros se mostraram mais coerentes nas três variáveis analisadas (nível de instrução, grupos ocupacionais e rendimento), poder-se-ia pensar numa modelagem com séries históricas mais longas dessas fontes de dados, por exemplo, de 2001 a 2015, para medir a correlação e o poder de explicação entre elas, de modo a tornar possível o estabelecimento de hipótese a respeito da inserção da força de trabalho imigrante a partir dos resultados presentes na vinculação da CTPS/RAIS/CAGED.

3.5. COMPLEMENTARIEDADE ENTRE CENSOS DEMOGRÁFICOS, PNADS E A BASE DE REGISTROS DE IMIGRANTES

Inicialmente, é importante destacar que, dada as características de cada uma dessas fontes, a comparação entre essas bases acaba por ser extremamente arbitrária e deve ser empreendida com relativa cautela, uma vez que as diferenças a serem encontradas estão diretamente relacionadas aos aspectos intrínsecos às respectivas estruturações. Por exemplo, no SISMIGRA, uma vez registrado o imigrante, a baixa no sistema nem sempre é realizada nos casos de óbitos e nas situações de re-emigração, ao passo que nos Censos e nas PNADs são enumeradas as pessoas residentes na data de referência da pesquisa, o que exclui aquelas que faleceram ou emigraram antes dessa data.

Cabe enfatizar que, a rigor, mesmo não sendo plenamente comparáveis, os registros do SIS-

MIGRA deveriam apresentar alguma interseção com as pesquisas domiciliares. A princípio, não haveria motivo aparente para que todos os imigrantes com registro de residência, e que não houvesse falecido ou reemigrado, não fossem enumerados no Censo ou na PNAD. A subenumeração desse segmento populacional se daria nas mesmas situações daquelas observadas na população como um todo. Por ter um perfil de idade concentrado entre os adultos jovens, a subenumeração poderia ser ligeiramente maior. Em contrapartida, uma parcela de imigrantes em situação irregular no país poderia ser captada nas pesquisas domiciliares, mas estaria fora dos registros administrativos.

Além disso, o fato de considerar apenas os moradores com residência habitual no domicílio investigado, Censos e PNADs estão tratando única e exclusivamente do imigrante de longo termo, não sendo considerados os tipos de mobilidade de curta duração¹⁶. Assim, qualquer relação com SISMIGRA deve ser tentada levando-se em conta as classificações que permitem estabelecer, minimamente, uma *proxy* de imigração, ou seja, aqueles registros classificados como imigrantes cuja permanência no país seja mais longa duração, tipologia que foi criada e engloba os residentes/permanentes e uma parcela dos temporários, como já mencionado.

Exercício realizado por Oliveira (2016) sinalizou o paulatino encurtamento das distâncias entre o acumulado de imigrantes presentes no SisMigra¹⁷ e os estoques estimados pelas PNADs, sobretudo a partir de 2011, quando a regularização via Acordo de Residência do Mercosul e a flexibilização para outras nacionalidades passaram a ser observadas (OLIVEIRA, 2020).

No tocante aos fluxos, o estudo apontou que os registros de residência captaram, sistematicamente, um número maior de imigrantes ao ser

16 O Censo Demográfico capta os movimentos pendulares, mês, nesse caso, seriam os de residentes no Brasil que se deslocam a estudo ou trabalho em países fronteiriços.

comparado com a PNAD. Diferença que pode ser explicada em função do desenho amostral não ser suficientemente robusto para estimar a entrada da migração. Essas diferenças também foram observadas na comparação com o Censo Demográfico. Contudo, há que se salientar que os dados do levantamento domiciliar derivam do quesito sobre o tempo de residência ininterrupto no país, que pode estar afetado pela imprecisão em informar o ano da última chegada.

Outro aspecto que não se deve perder de perspectiva, e que está previsto no Acordo de Cooperação Técnica, é a possibilidade de vinculação das bases dos Censos Demográficos de 2010 e 2022 com o banco de dados de registros administrativos derivado do pareamento entre as bases STI/SisMigra/STI-MAR. Esse eventual linkage proporcionaria estimativa mais próxima do real tanto do volume de imigrantes, quanto da imigração irregular presente no país no ano de realização dos levantamentos censitários. Além disso, a vinculação desses bancos de dados tornaria possível identificar o país de residência anterior de uma parcela importante dos imigrantes, informação que não é fornecida pelos registros administrativos.

Em resumo, o estudo, referenciado acima, sugere que apesar do SISMIGRA conter apenas a parcela regular da imigração, o sistema retrata bem não só a tendência da imigração, como também a nacionalidade/país de nascimento dos imigrantes. Nesse sentido, parece que o Sistema se constitui em fonte de dados adequada para informar, conjunturalmente, o comportamento da entrada de imigrantes no país, sobretudo a partir da variável data de entrada, uma vez que a PNAD apresenta limitação de não identificar o país de origem e de nascimento do migrante e o Censo Demográfico, realizado a cada dez anos, proporcionar essa informação de forma retrospectiva.

17 Esse tipo de comportamento, já era esperado, dado que no antigo sistema (SINCRE) era verificada uma perda da imigração mais tradicional, ocorrida antes de 2000, que combinada ao processo cumulativo das observações acaba por compensar o hiato inicial entre as bases.

3.6. PAREAMENTO DAS BASES CADÚNICO E INEP

Na base do CadÚnico, no módulo de pessoas, estão presentes as variáveis “Identificação da instituição de ensino” e “Código do INEP da escola”. Essas variáveis, caso apresente boa qualidade de preenchimento, permitiriam que seja implementada a vinculação direta com as bases de dados do Censo Escolar. Esse banco de dados possibilitaria inferir sobre o grau de vulnerabilidade e o nível de acesso dos estudantes imigrantes aos programas sociais, bem como estimar o número de crianças imigrantes fora do ensino regular. Informação fundamental para orientar políticas educacionais para esse segmento populacional.

3.7. PAREAMENTO DAS BASES DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS SOBRE IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL E REFÚGIO

Idealmente, todos esses bancos de dados poderiam vir a ser pareados e harmonizados, a partir de utilização de técnicas determinísticas e não determinísticas. Seria inegável a contribuição desse banco de dados tanto para elaboração e correção de políticas migratórias, quanto para a produção de estudos acadêmicos e atuação/intervenção das entidades da sociedade civil engajadas na causa migratória.

A ser efetivada essa vinculação de bases, o produto proporcionaria um amplo panorama sobre o comportamento da mobilidade espacial da população, na escala internacional, no país. Em se concretizando, seria possível acompanhar a trajetória do migrante desde sua entrada, registro de residência ou de solicitação da condição de refugiado, os eventuais acessos ao mercado de trabalho formal e aos serviços públicos de saúde,

educação e programas sociais. Enfim, estaria colocada a possibilidade concreta de se mensurar o grau de inserção na sociedade brasileira e de vulnerabilidade desses imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou realçar a importância da produção de informações sobre imigração internacional e refúgio, sobretudo a partir das bases de dados de registros administrativos das mais diversas fontes, numa quadra da história na qual o comportamento das migrações internacionais no país se alteraram profundamente, seja do ponto de vista quantitativo, seja qualitativo, cuja a marca principal foi a mudança de eixo das correntes migratórias, que passaram a ser, predominantemente, oriundas do Hemisfério Sul.

Outra contribuição do texto foi atualizar o artigo “Relacionamento e complementariedade entre as

fontes de dados sobre migrações internacionais: um estudo exploratório”, à luz das alterações decorrentes da aprovação e regulamentação da nova Lei de Migração, bem como incorporar outras fontes de dados, como aquelas que tratam da gestão dos serviços públicos de saúde, educação e programas sociais.

Cabe ressaltar que, se concretizadas, as perspectivas futuras apontadas, em relação à complementariedade e vinculação das bases de dados, abrem um leque profícuo para a formulação/ correção de políticas migratórias, produção do conhecimento sobre as migrações internacionais e como instrumento para orientar a intervenção da sociedade civil.

Enfim, o que se espera é que os avanços já alcançados sejam mantidos, com a produção e a disseminação tempestiva e ampla dessas bases de dados e que, em todo ou em parte, as perspectivas apontadas venham a se concretizar.

REFRÊNCIAS

BRASIL, **Decreto 9.119**, 20 de novembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm. Acesso em 17/05/2020.

BRASIL, **Lei 13.445**, 24 de maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 17/05/2020.

BRASIL, **DECRETO Nº 6.975**, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.975%2C%20DE%207,6%20de%20dezembro%20de%202002.. Acesso em: 22/06/2020.

BRASIL, **Lei 9.474**, de 22 de julho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em 21/08/2015.

CAVALCANTI, Leonardo et al, OLIVEIRA, Antônio Tadeu, Tonhati A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OBMigra**, Ed. Especial, Brasília 2015.

CUNHA, Aparecido, **Os censos demográficos brasileiros e a evolução dos quesitos de migração, suas potencialidades e suas limitações, 1872-2010**. Campinas: UNICAMP, 2014.

DICK, Paulo C. et al. Pareamento das bases de dados sobre migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho formal . Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Migrações e Mercado de Trabalho No Brasil. Relatório Anual 2018**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Questionário. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2013/q_pnad2013.pdf . Acessado em 25/04/2015, às 9:48h.

IBGE, **Metodologia do Censo Demográfico de 2010**. Série relatórios metodológicos. Rio de Janeiro: IBGE, 2013, 712 p Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalles&id=281634>. Acessado em: 06/08/2015, às 14:32h.

IBGE, **Projeto de Reformulação das Pesquisas Amostrais e Domiciliares do IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/default.shtm>. Acessado em: 06/08/2015, às 11:45h.

JARDIM, Antonio de Ponte a investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P e OLIVEIRA, A. T. R. (Orgs) **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OBMigra, **Microdados de registros administrativos**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados>. Acesso em 05/06/2021.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período 1980-2019. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R Relacionamento e complementariedade entre as fontes de dados sobre migrações internacionais: um estudo exploratório revisado. Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Tonhati, T.; Dutra. D., **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R Portugueses e Espanhóis no Brasil: a nova migração? **II Seminário Imigração e Emigração Internacional no Cenário de Mudanças Globais no Início do Século XXI: AS RELAÇÕES ENTRE O Brasil e os países da Península Ibérica.** Belo Horizonte: PUCMINAS, junho de 2013.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R e OLIVEIRA, Wagner F A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares?. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R e CAVALCANTI, Leonardo Potencialidades e limitações no uso dos registros administrativos: a experiência do OBMigra. **II Seminário Imigração e Emigração Internacional no Cenário de Mudanças Globais no Início do Século XXI: migração qualificada e demandantes de refúgio** (apresentação). Belo Horizonte: PUCMINAS, junho de 2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. e ERVATTI, Leila R. Fontes de informações para os estudos migratórios. In: ERVATTI, Leila at al. (Orgs) **Mudança demográfica no Brasil, no início do século XXI: subsídios para as projeções da população.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015, 160 p.

3. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DE IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL DA DÉCADA DE 2010

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira ¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar as principais características demográficas dos imigrantes solicitantes de residência, solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e refugiados que chegaram ao Brasil na década de 2010, período que consolidou importantes transformações nos fluxos migratórios que se dirigiam ao país. Essas mudanças foram de natureza quantitativa, com relevante aumento nos volumes dos imigrantes; e qualitativas também, com a mudança no eixo principal, deslocado para o Hemisfério Sul e envolvendo uma diversidade de países.

Para tanto, num primeiro momento, procurou-se identificar abordagens teóricas e conceituais que pudessem auxiliar na compreensão do fenômeno, partindo daquelas que focam nas questões associadas à inserção do país no circuito internacional do capital, bem como no olhar das migrações impulsionadas por momentos de crise, que estão para além da dimensão meramente econômica.

A segunda parte do texto é dedicada à análise descritiva dos aspectos demográficos, tais como principais países de origem, estrutura por sexo e idade, além da distribuição espacial dessa migração. Essas análises são apresentadas desagregadas por status migratório.

Um terceiro bloco foi destinado aos eventos vitais aos quais os imigrantes estiveram expostos

ao longo da década, de modo que serão apresentadas as curvas de nascimento e óbitos, bem como dos arranjos matrimoniais cujos ao menos um dos cônjuges era imigrante. Face às limitações inerentes aos dados disponíveis, as análises tiveram que ser agregadas, englobando os três status migratórios.

Ao final, são postuladas algumas considerações com intuito de destacar os principais achados do estudo.

1. O CONTEXTO EMPÍRICO E TEÓRICO

A década de 2010 foi marcada por alterações importantes nas correntes migratórias que se dirigiram ao Brasil. Tais transformações ocorreram tanto no aspecto quantitativo, quanto no qualitativo. De acordo com os dados do Censo Demográfico, residiam no Brasil, em 31 de julho de 2010, 592.570 imigrantes, sendo as duas principais nacionalidades portuguesas e japonesas, revelando os traços ainda presentes das migrações históricas que se destinaram ao país a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Outras oito nacionalidades, com origem do Hemisfério Norte, Itália, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, França, Coreia do Sul, Escócia e Polônia, perfilavam entre as vinte mais importantes. Ainda segundo esse mesmo levantamento, nos anos 2000, o perfil da imigração que chegava ao Brasil já dava sinais de mudanças. Entre as que mais se destacava, dez nacionalidades

1 Demógrafo e Coordenador Estatístico OBMigra.

localizadas no Sul Global aportaram no país. No que diz respeito à distribuição espacial dessa imigração, 61,4% se concentrava nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 2010).

Entre 2011 e 2020, se estima, conforme os registros administrativos de solicitações de residência e de reconhecimento da condição de refugiado, que estavam residindo no Brasil, aproximadamente, 1,3 milhão de imigrantes, liderados por venezuelanos e haitianos (SISMIGRA, 2020; STI-MAR, 2020). Entre as vinte principais nacionalidades apenas sete eram do Norte Global. Do ponto de vista da localização em nosso território, São Paulo e Rio de Janeiro reduziram sua participação para 38,0%, ao passo que Roraima respondeu por 21,9% e a Região Sul por 16,8%.

Os dados revelam que essas alterações estão marcadas não apenas pelo incremento no volume de imigrantes e solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado, mas também por uma diversidade de origens, com predominância do Hemisfério Sul, e pela desconcentração na distribuição espacial pelo território nacional.

Do ponto de vista das abordagens teóricas, o papel que o Brasil cumpria no circuito internacional do capital, nessa quadra da história, e que o levou a atrair esses novos fluxos migratórios, pode ser entendido acionando algumas construções analíticas. A primeira delas, a partir das lentes da teoria dos sistemas mundiais, segundo a qual, a estrutura do mercado mundial, que se desenvolveu e se expandiu desde o século XVI, criou as condições para a penetração das relações econômicas capitalistas em sociedades periféricas e não capitalistas, gerando uma população móvel que está propensa a migrar para o exterior.

De acordo com essa abordagem, a migração seria um crescimento natural de interrupções e deslocamentos que, inevitavelmente, ocorrem no processo de desenvolvimento capitalista. Assim, a migração internacional seguiria a organização

política e econômica de um mercado global em expansão e estaria fundada em seis hipóteses distintas:

- i) A migração internacional é uma consequência natural da formação do mercado capitalista no mundo em desenvolvimento; a penetração da economia global em regiões periféricas é o catalisador do movimento internacional;
- ii) O fluxo internacional de mão-de-obra segue o fluxo internacional de bens e capitais, mas na direção oposta. O investimento capitalista fomenta mudanças que criam uma população móvel desenraizada nos países periféricos, ao mesmo tempo em que forja fortemente laços materiais e culturais com os países centrais, levando ao movimento transnacional;
- iii) A migração internacional é especialmente provável entre potências coloniais passadas e suas antigas colônias, porque as ligações culturais, linguísticas, administrativas, de investimento, transporte e comunicação foram estabelecidas precocemente e permitiu desenvolver-se livre da concorrência externa durante a era colonial, levando à formação de mercados transnacionais específicos e sistemas culturais;
- iv) Uma vez que a migração internacional decorre da globalização da economia de mercado, o caminho para os governos influenciarem as taxas de imigração é regulando os investimentos das corporações no exterior e controlando os fluxos internos de capital e bens. Tais políticas, no entanto, dificilmente seriam implementadas porque envolveriam uma complexa aplicação, tenderiam a incitar disputas comerciais internacionais, arriscariam a recessão econômica mundial e antagonizariam empresas multinacionais com recursos políticos substanciais que poderiam ser mobilizados para bloqueá-las;
- v) Intervenções políticas e militares de governos de países capitalistas tentam proteger investi-

mentos no exterior e apoiar governos estrangeiros simpáticos à expansão do mercado global. Quando eles falham, produzem movimentos de migratórios direcionados a determinados países centrais, constituindo outra forma de migração internacional;

vi) A migração internacional tem pouco a ver com as taxas salariais ou diferenciais de emprego entre os países; ela segue a partir da dinâmica da criação de mercado e da estrutura da economia global. (MASSEY et al, 1993).

Partindo desse entendimento e dialogando com um outro olhar, que entende a globalização e a expansão dos mercados globais como manifestações de um processo maior no qual o capital, com o esgotamento do modelo fordista, reorganiza o seu modelo de desenvolvimento em outras bases, é possível aportar com uma compreensão um pouco distinta para apreender o fenômeno das migrações contemporâneas no Brasil. Desse modo, de acordo com Lipietz e Leborgne (1988), esse novo modelo, bem como era o fordista, estariam assentados em três premissas: i) uma forma de organização do trabalho – paradigma industrial; ii) uma estrutura macroeconômica – padrão de acumulação; e iii) um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais – modo de regulação. Assim, no modelo vigente, o modo de acumulação flexível estaria expresso nos processos de trabalho, nos mercados laborais, nos produtos e padrões de consumo. Aos países em desenvolvimento estaria reservado um papel secundário no circuito global do capital. Todas essas transformações ditariam o ritmo e a direção dos fluxos migratórios internacionais.

No caso brasileiro, sua inserção periférica nesse novo modelo de desenvolvimento se manifesta na adesão às etapas inferiores do processo de produção, materializada no padrão exportador de especialização produtiva, basicamente produtos primários ou bens de consumo (MARINI, 2012; OSÓRIO 2012). Assim, o bom desempenho do

país, nesse novo cenário da economia global, o colocou numa posição de destaque, comparativamente aos outros países do Sul Global, num momento de expansão do consumo internacional, sobretudo por parte da China, o que o levou atraír importantes fluxos migratórios.

Ainda no campo dessas abordagens e de seus fatores explicativos, estariam presentes elementos associados às hipóteses colocadas pela teoria dos sistemas mundiais, em particular no que diz respeito à corrente migratória haitiana, cuja presença militar brasileira foi decisiva para orientar os fluxos em direção ao Brasil.

Quanto à outra construção analítica, ao mudar o enfoque de “crises migratórias” para “migrações de crise”, essa ajudaria entender os processos que levaram à emigração venezuelana (MOREIRA E BORBA, 2021). Não que os fatores que determinaram os fluxos emigratórios expressivos não guardem alguma relação com aspectos econômicos. No país vizinho, não obstante o forte bloqueio à sua economia, que impede o acesso a diversos bens e serviços, foram instauradas outras tantas crises, como a social e a política, que acabaram por levar a uma verdadeira “migrações de crise”, na qual a mobilidade no âmbito internacional passou a ser estratégia fundamental para sobrevivência.

Nesse sentido, a apreensão dos fatores que determinaram o aumento do volume dos fluxos imigratórios no Brasil e a mudança de qualidade desses fluxos residiria, por um lado, no entendimento sobre as transformações no modelo de desenvolvimento do capital e, por outro, numa dimensão que está para além da econômica, quer dizer, a das migrações produzidas por crises de outras naturezas em curso nos respectivos países de origens. Enfim, como dizia Sayad (1998), as migrações são um fenômeno complexo e total e por ser assim é necessário, portanto, a combinação de olhares para mais bem apreendê-lo.

Antes de avançar na análise descritiva das características demográficas de imigrantes e refugiados, é importante situar o leitor a respeito do funcionamento e do relacionamento dos sistemas que regulam os registros administrativos e que são geridos pela Polícia Federal ou pelo Departamento de Migração, da Secretaria Nacional de Justiça. De forma bem resumida, o Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) tem por objetivo registrar os migrantes com registros de residência, temporários e fronteiriços; o Sistema de Tráfego de Internacional – Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR) recebe as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado e as encaminha ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que analisará as solicitações e deliberará pela concessão ou não do reconhecimento da condição de refugiado. As pessoas que têm a condição de refugiado reconhecida devem se dirigir à Polícia Federal e fazer o registro no SisMigra. Assim sendo, fica explicitado que os mesmos indivíduos, nesse caso, transitaram pelos três sistemas de registros administrativos.

Desse modo, para nacionalidades e países de nascimento faz sentido desagregar a análise segundo cada sistema, face às respectivas especificidades. Para as variáveis sexo e idade essa análise deve ser relativizada, dada as interseções.

Em relação a nascimentos, óbitos e casamentos, a fonte de dados utilizada foi as Estatísticas do Registro Civil, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sistema de informações, embora seja possível identificar o país de nascimento das pessoas envolvidas em cada um dos eventos vitais, o *status* migratório dos indivíduos não é investigado e, portanto, não permite tal nível de desagregação.

2. AS PRINCIPAIS NACIONALIDADES

No que tange ao campo da Demografia, objeto deste artigo, as migrações internacionais são a componente determinante. Sistematizar as principais nacionalidades de imigrantes, solicitantes do reconhecimento da condição de refugiados e refugiados, propriamente ditos, é tarefa relevante para identificar diferenciais por status migratório nesses distintos coletivos, conforme a nacionalidade e/ou país de nascimento desses indivíduos.

2.1. RESIDÊNCIA

Em relação às solicitações de residência, Oliveira (2015) chamava atenção a respeito da imperiosa necessidade de se analisar essa variável de forma desagregada por classificação, pois, cada uma das categorias - residente, temporário ou fronteiriço, possui diferentes estratégias migratórias, motivações, país de origem, que ao serem analisadas em conjunto podem ocultar achados interessantes inerentes às características e especificidades dessas categorias.

Tomando os dados tal qual estão dispostos nos registros administrativos, em relação à classificação, sobressai a categoria “temporários”, que na década de 2010 amparou mais de 700 mil solicitações, contra 265 mil residentes e pouco mais de 15 mil “fronteiriços”, conforme demonstrado abaixo na Tabela 1.

Os migrantes enquadrados na categoria “temporários” foram amparados, fundamentalmente, por questões relacionadas ao Acordo de Residência do Mercosul, acolhida humanitária, residentes em países limítrofes onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Países Associados (venezuelanos), marítimos e transferência de tecnologia. No caso dos residentes, parcela importante é constituída por reunião familiar e transformação de *status* migratório.

Tabela 1. Número de imigrantes por sexo, segundo classificação - Brasil, 2011 - 2020

Classificação	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total	986.919	623.598	363.321
Residentes	265.396	170.929	94.467
Temporários	706.356	444.630	261.726
Fronteiriços	15.167	8.039	7.128

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - SisMigra, 2020.

Notas: (*)Foram excluídos sexos ignorados | (**) A categoria "Residentes" inclui as antigas classificações permanentes, asilados, outros e provisórios.

Nesse sentido, essas particularidades vão determinar os principais países de nascimento desses imigrantes. Assim, os venezuelanos se destacaram como a principal nacionalidade, com 95% de amparos temporários, ao passo que haitianos, segundo país de nascimento em importância registra 67% de residentes, fruto da alteração no status migratório e da reunião familiar. Entre as demais nacionalidades, os vizinhos do Mercosul (exceto uruguaios)², estadunidenses, franceses, espanhóis, aparecem na categoria associadas à residência temporária. Na outra mão, entre os chineses predominam a categoria "residentes", graças à reunião familiar (Tabela 2).

Os dados da Tabela 2 ratificam o que foi apresentado na introdução, no que tange ao deslocamento da origem das principais correntes migratórias para o Hemisfério Sul. Entre os dez principais países de nascimento dos imigrantes, apenas Estados Unidos e França estão localizados no Norte Global.

2.2. SOLICITAÇÕES DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO

Entre os solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado os principais países de nascimento estão todos situados no Sul Global (Mapa 1), onde estavam localizados os principais focos de tensões, como os conflitos armados, religiosos, sociais e ambientais que acabaram por provocar a mobilidade forçada de importante contingente de pessoas, que além do fundado temor de perseguição que, em muitas das vezes, colocavam em risco a própria integridade física desses indivíduos, também estavam expostas às mudanças climáticas.

Cabe destacar que ao início do fluxo migratório venezuelano, esse coletivo utilizou duas estratégias para assegurar a regularização em território brasileiro: solicitação de residência e solicitação do reconhecimento da condição de refugiado. Para evitar problemas diplomáticos com o governo da Venezuela, o país optou por não reconhecer a configuração dos requisitos que justificassem os pedidos de refúgio e editou, por intermédio do Conselho Nacional de Imigração

2 Dois aspectos devem ser destacados em relação aos uruguaios: o primeiro é que boa parte dos registros temporários irá se transformar em permanente; e o segundo, que o equilíbrio entre residentes e temporários observado entre os uruguaios está relacionado a acordo bilateral firmado anteriormente ao Acordo de Residência do Mercosul.

Tabela 2. Número de imigrantes por classificação, segundo principais países de nascimento - Brasil, 2011 - 2020

Principais países	TOTAL		
	Residentes	Temporários	Total
TOTAL	265.408	706.398	971.806
VENEZUELA	8.933	163.373	172.306
HAITI	99.669	49.416	149.085
BOLÍVIA	3.540	52.100	55.640
COLÔMBIA	2.727	51.075	53.802
ESTADOS UNIDOS	5.420	32.295	37.715
CHINA	19.312	16.278	35.590
ARGENTINA	2.212	25.392	27.604
CUBA	5.464	20.128	25.592
FRANÇA	6.026	18.593	24.619
PERU	2.044	21.484	23.528
PORTUGAL	11.406	11.479	22.885
ITÁLIA	8.901	12.590	21.491
PARAGUAI	3.408	17.237	20.645
ESPAÑHA	6.123	13.505	19.628
FILIPINAS	372	18.738	19.110
ALEMANHA	3.560	15.460	19.020
URUGUAI	10.448	7.532	17.980
ÍNDIA	970	15.648	16.618
JAPÃO	4.234	10.088	14.322
MÉXICO	1.667	11.259	12.926
Outros países	58.972	122.728	181.700

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - SisMigra, 2020.

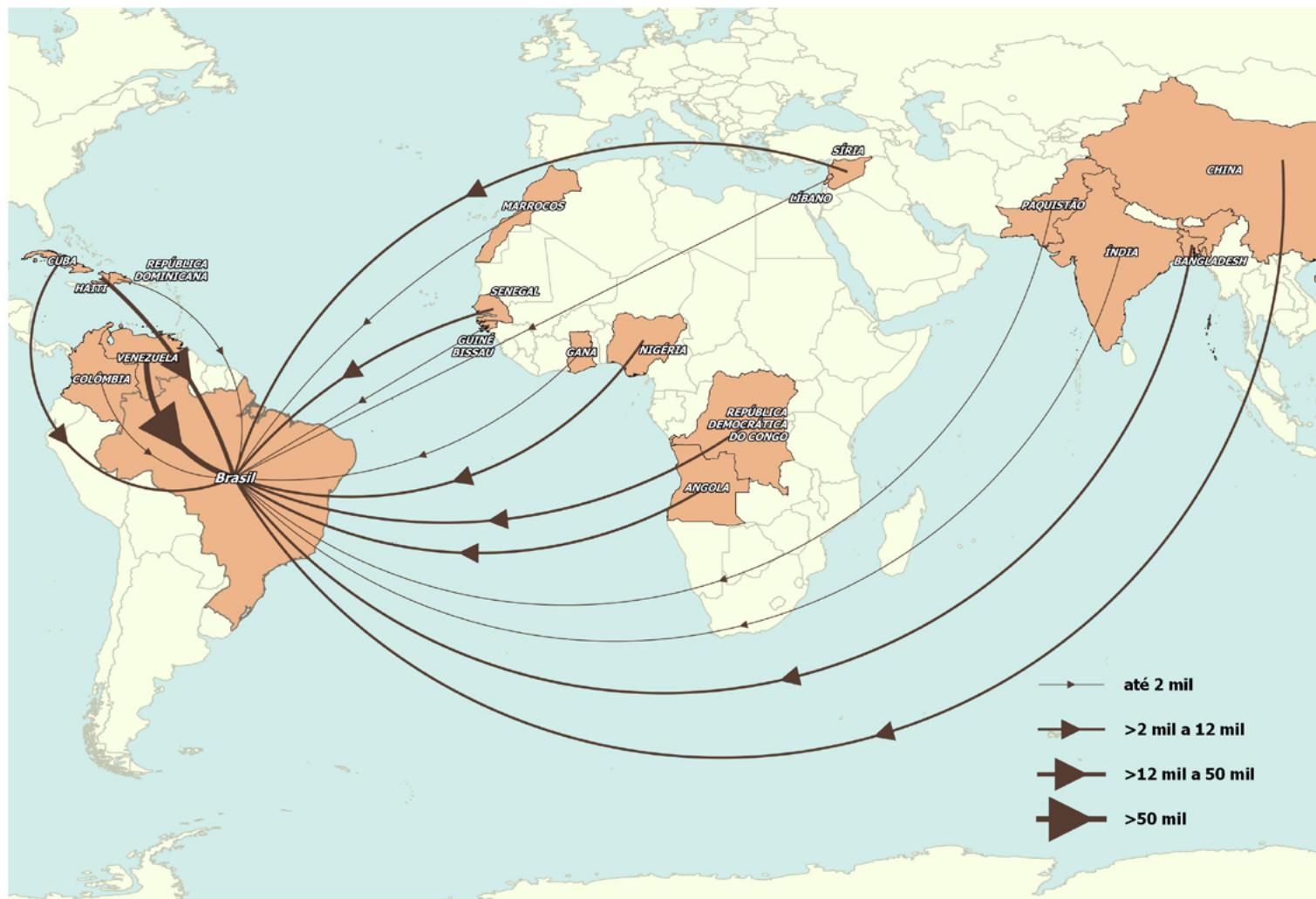
Nota(*) A categoria "Residentes" inclui as antigas classificações permanentes, asilados, outros e provisórios.

– CNIg, a Resolução Normativa - RN 126, estimulando que os venezuelanos solicitassesem residência. Mesmo assim, por diversos motivos, inclusive de ordem financeira, muitas dessas pessoas insistiram na via do pedido de refúgio. Apenas em julho de 2019, o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE passou a reconhecer e conceder a condição de refugiado com base na grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela (SILVA et al., 2021). No tocante aos haitianos, esses passaram a ter direito a regularização de situação migratória com base no estatuto da acolhida humanitária, inicialmente através da RN97/2012, editada pelo

CNIg em 2012, e renovada a cada dois anos, processo que se seguiu até 2017, quando foi editada e regulamentada a nova Lei de Migração. Esse coletivo continuou a ter direito à regularização através do caráter humanitário e pelo amparo 279, do Sistema de Registro Nacional Migratório – SisMigra. No entanto, nos últimos anos, haitianos passaram a solicitar o reconhecimento da condição de refugiado como estratégia de regularização no país.

Num bloco intermediário, com alguma relevância entre os solicitantes de refúgio, surgem cubanos, chineses, bengalis, senegaleses e sírios.

Mapa 1. Número de solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países de nascimento (*) - Brasil, 2011 - 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - STI-MAR, 2020.

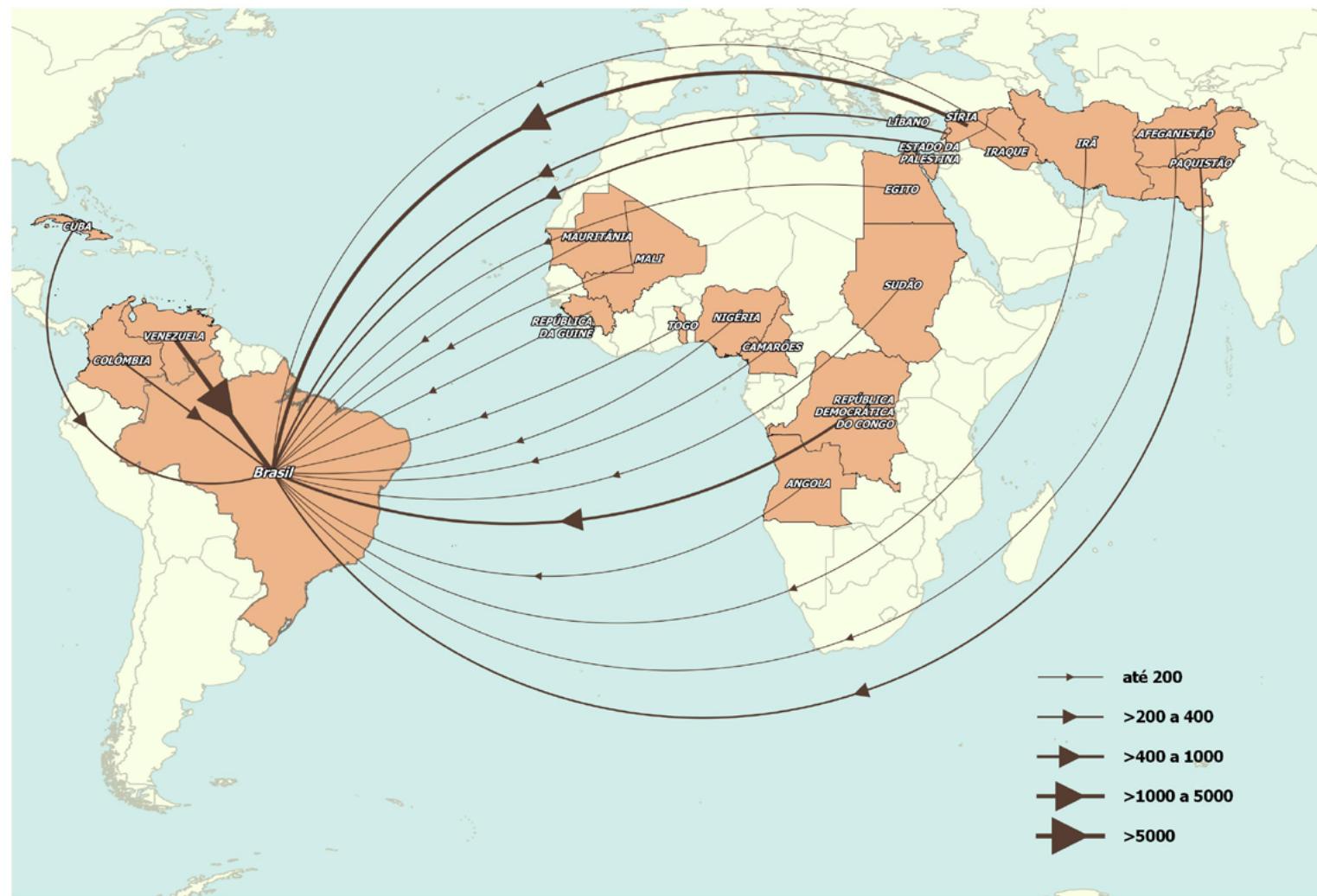
2.3. RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO

Após a análise das solicitações, observa-se, como não podia deixar de ser, que os principais países de nascimento estão localizados no Hemisfério Sul. Entretanto, a hierarquia entre nacionalidades se altera quando comparada a dos solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado. Venezuelanos são os maiores beneficiados, mas haitianos e chineses sequer figuram entre os principais. Após os vizinhos da fronteira norte, sírios e congoleses foram as nacionalidades que mais receberam o reconhecimento da

condição de refugiado (Mapa 2).

A análise desagregada por status migratório reforça a relevância que os países do Sul Global passaram a ter nos processos migratórios no Brasil. Cabendo salientar que apesar do aumento no volume desses fluxos em comparação às décadas anteriores, esses ainda se encontram em patamares baixos se levados em consideração aspectos como a extensão territorial, o tamanho da economia brasileira e o momento da transição demográfica, que avança a passos rápidos em direção ao envelhecimento e à redução populacional.

Mapa 2. Número de refugiados reconhecidos, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual - Brasil, 2011 - 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para Refugiados - CONARE, 2020.

3. DIFERENCIAIS POR SEXO E IDADE

Enquanto na população brasileira como um todo, segundo as projeções oficiais do IBGE, a razão de sexo³ é favorável às mulheres, ou seja, para cada 100 mulheres são observados 98,6 homens (IBGE, 2018), entre imigrantes solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e refugiados a hegemonia masculina salta aos olhos. Entre os imigrantes residentes, sejam de mais longa duração ou temporários, devida à forte característica econômica dessa migração e ao peso relativo da migração de curto tempo, a pre-

dominância masculina é a marcante (Tabela 1). No SisMigra são observados 171,6 homens para cada 100 mulheres. Como pode ser constatado na Tabela 3 abaixo, o limite inferior do indicador foi registrado entre as cubanas, com apenas 77,8 homens para o grupo de 100 mulheres. No extremo oposto surgem os filipinos, cuja relação é de 1.505,8 homens. Esse resultado pode ser explicado em função da motivação que impulsiona a emigração temporária de filipinos para o Brasil, determinada pela forte presença dessa nacionalidade no setor econômico ligado às atividades marítimas.

Tabela 3. Número de imigrantes por sexo e razão de sexo, segundo principais países de nascimento - Brasil, 2011 - 2020

Principais países	TOTAL		
	Homens	Mulheres	Razão de sexo
TOTAL	623598	363321	171,6
VENEZUELA	89538	82926	108,0
HAITI	94566	54499	173,5
BOLÍVIA	30149	25989	116,0
COLÔMBIA	34580	19223	179,9
ESTADOS UNIDOS	25384	12332	205,8
CHINA	22179	13412	165,4
URUGUAI	17018	12491	136,2
ARGENTINA	15922	11834	134,5
CUBA	11199	14391	77,8
FRANÇA	14884	9898	150,4
PERU	13998	9548	146,6
PARAGUAI	12401	10842	114,4
PORTUGAL	15575	7318	212,8
ITÁLIA	16512	4987	331,1
ESPAÑHA	13640	5991	227,7
FILIPINAS	17919	1190	1.505,8
ALEMANHA	12609	6411	196,7
ÍNDIA	14867	1751	849,1
JAPÃO	10854	3480	311,9
MÉXICO	7359	5544	132,7
Outros países	132445	49264	268,8

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - SisMigra, 2020.

³ O indicador razão de sexos é o quociente entre o número de homens e de mulheres, num determinado espaço geográfico e num determinado momento do tempo, e indica o número de homens para cada 100 mulheres.

Entre os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, para os quais os motivos da migração são distintos e a migração familiar, relativamente, tem uma contribuição maior, a razão de sexo, embora amplamente favorável aos homens, é menor do que a observada entre os imigrantes. Os registros do STI-MAR apontam que para 161,7 homens solicitantes de refúgio correspondiam 100 mulheres na mesma condição.

Tomando-se também os valores máximo e mínimo do indicador, observa-se, respectivamente, 5680,8, entre senegaleses, e 94,9 para indianos, sinalizando que para esta nacionalidade as mulheres são mais afetadas pelos fundados temo-

res de perseguição, comparativamente aos homens (Tabela 4).

Uma vez reconhecida pelo CONARE a condição de refugiado, as razões de sexos resultantes da relação entre e homens e mulheres refugiadas, são ligeiramente menos desfavorável às pessoas do sexo feminino, registrando 149 homens para cada 100 mulheres.

Em relação à estrutura etária de imigrantes, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados, a primeira constatação é a concentração desses coletivos nas idades ativas, sobressaindo os grupos etários de 20 a 59 anos de idade. Pensando o momento da transição de-

Tabela 4. Número de solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado por sexo e razão de sexo, segundo principais países de nascimento(*) - Brasil, 2011 - 2020

Principais países Rótulos de Linha	SEXO		
	Homens	Mulheres	Razão de sexo
TOTAL	165.253	102.196	161,7
VENEZUELA	83.849	69.143	121,3
HAITI	23.784	14.752	161,2
CUBA	7.192	4.335	165,9
ANGOLA	3.337	2.099	159,0
CHINA	2.846	2.345	121,4
SENEGAL	5.624	99	5.680,8
BANGLADESH	8.746	184	4.753,3
SÍRIA	3.508	1.416	247,7
NIGÉRIA	2.946	364	809,3
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	1.163	612	190,0
REPÚBLICA DOMINICANA	1.488	355	419,2
LÍBANO	1.005	49	2.051,0
COLÔMBIA	540	404	133,7
GANÁ	1.680	113	1.486,7
MARROCOS	1.531	355	431,3
GUINÉ BISSAU	686	139	493,5
PAQUISTÃO	2.074	157	1.321,0
ÍNDIA	592	624	94,9
Outros Países	17.490	13.179	132,7

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - STI-MAR, 2020.

Nota: Devido a problemas na base, até 2015 os dados se referem à nacionalidade do solicitante de reconhecimento da condição de refugiado. A partir de 2016 foi considerado o país de nascimento.

mográfica do país, essa oferta de força de trabalho ajuda a mitigar os efeitos do envelhecimento da população nativa em idade de trabalhar, que já está em curso.

Outra aspecto já evidente quando da análise da razão de sexos, diz respeito a composição dos fluxos, conforme status migratório. Também entre solicitantes de residência há diferenciais importantes. Apesar da participação relativa de crianças ser bem pequena, ela é ligeiramente menor para os temporários. Nesse segmento a distribuição relativa se intensifica a partir do segmento adolescente até os 39 anos, enquanto para os residentes, apesar de estarem concentrados nas mesmas faixas etárias, o grupo 25 a 29 anos é

o de maior participação. Para a faixa etária dos idosos, 60 anos ou mais, os residentes têm relativamente o dobro de participação, característica que deve estar influenciada pelo componente da reunião familiar. O peso da mobilidade temporária contribuiu de forma decisiva para o perfil etário dos imigrantes solicitantes de residência.

Entre solicitantes de refúgio e refugiados, não obstante a concentração nas idades laborais, nota-se a importante participação de crianças e adolescentes, bem como da população com 50 anos ou mais, o que reforça a hipótese de uma mobilidade realizada, em parte, pelo grupo familiar (Gráfico 1).

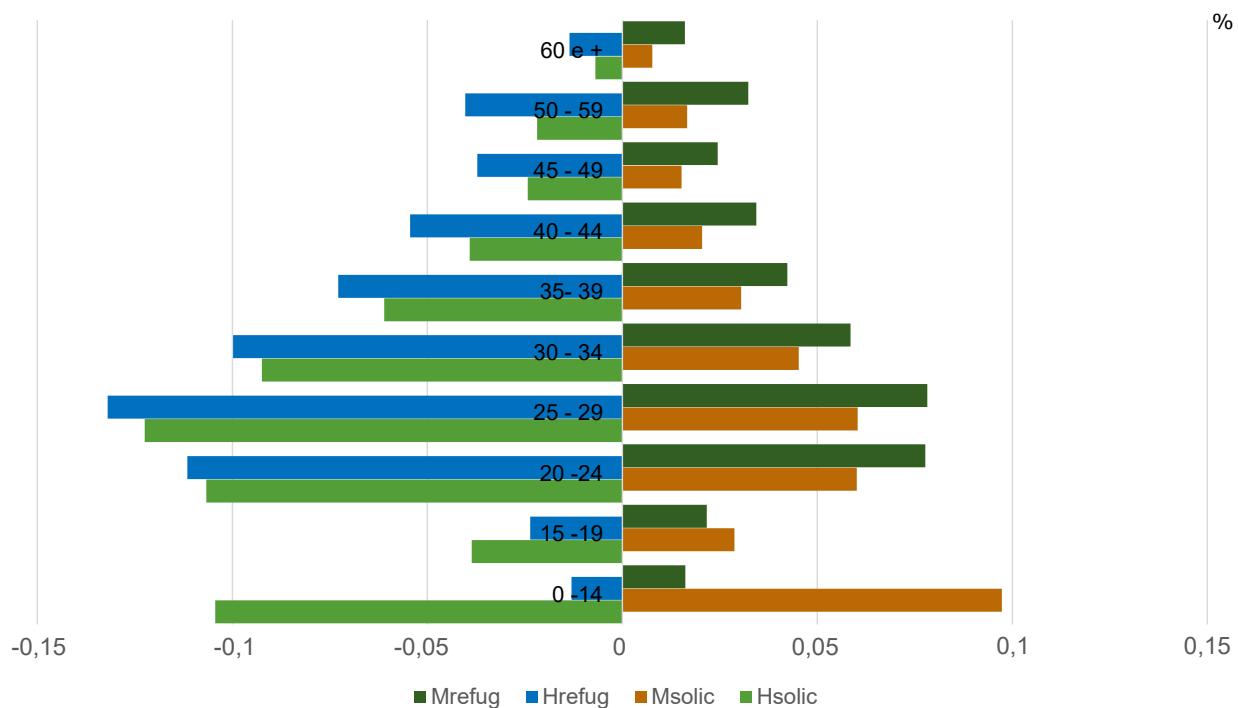
Tabela 5. Número de refugiados reconhecidos por ano sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual - Brasil, 2011 - 2020

Principais países	TOTAL		
	Homens	Mulheres	Razão de sexo
TOTAL	31859	21376	149,0
VENEZUELA	26664	19748	135,0
SÍRIA	2554	662	385,8
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	577	405	142,5
LÍBANO	333	40	832,5
PAQUISTÃO	269	29	927,6
ESTADO DA PALESTINA	215	56	383,9
COLÔMBIA	143	66	216,7
CUBA	140	65	215,4
MALI	134	10	1340,0
NIGÉRIA	90	16	562,5
AFGANISTÃO	78	18	433,3
IRÁQUE	71	17	417,6
REPÚBLICA DA GUINÉ	62	11	563,6
CAMARÕES	47	21	223,8
MAURITÂNIA	44	0	-
TOGO	41	9	455,6
EGITO	38	9	422,2
ANGOLA	36	37	97,3
SUDÃO	29	7	414,3
IRÃ	22	15	146,7
OUTROS	272	135	201,5

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para Refugiados - CONARE, 2020.

Nota: Exclusive solicitantes sem declaração de sexo.

Gráfico 1. Pirâmide etária relativa solicitantes de refúgio e refugiados - Brasil, 2011-2020



Fonte: Elaborado pelo OBMIGRA, a partir dos dados do STI-MAR e CONARE, 2011-2020

4. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

No seu conjunto, as correntes migratórias, envolvendo solicitantes de residência, solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e refugiados, que inicialmente se dirigiam, primordialmente, às Regiões Sudeste e Sul, ao longo da década foi se desconcentrando em direção à Região Norte, mudança determinada em função da chegada dos novos fluxos migratórios, em especial de venezuelanos, haitianos e cubanos.

Todavia, é necessário analisar a espacialização desses fluxos desagregando por status migratório, dado que dependendo da estratégia de regularização corresponde uma localização distinta.

Assim sendo, para os imigrantes solicitantes de residência de mais longa permanência e temporárias identifica-se que esses, preferencialmente, se destinaram à Região Sudeste, com os estados de São Paulo (31,5%) e Rio de Janeiro (11,6%) recebendo a maior parcela desses imigrantes. Na sequência aparecem as Regiões Sul (19,8%) e Norte (16,6%). Se nos estados sulistas a migração foi bem distribuída, nos situados ao norte os fluxos se concentraram em Roraima (10,4%) e, em menor grau, no Amazonas (4,6%), como pode ser observado no Mapa 3. Esse comportamento esteve diretamente relacionado à estratégia que os imigrantes venezuelanos, classificados como temporários, adotaram visando regularizar sua situação migratória no país, como assinalado ao início deste artigo.

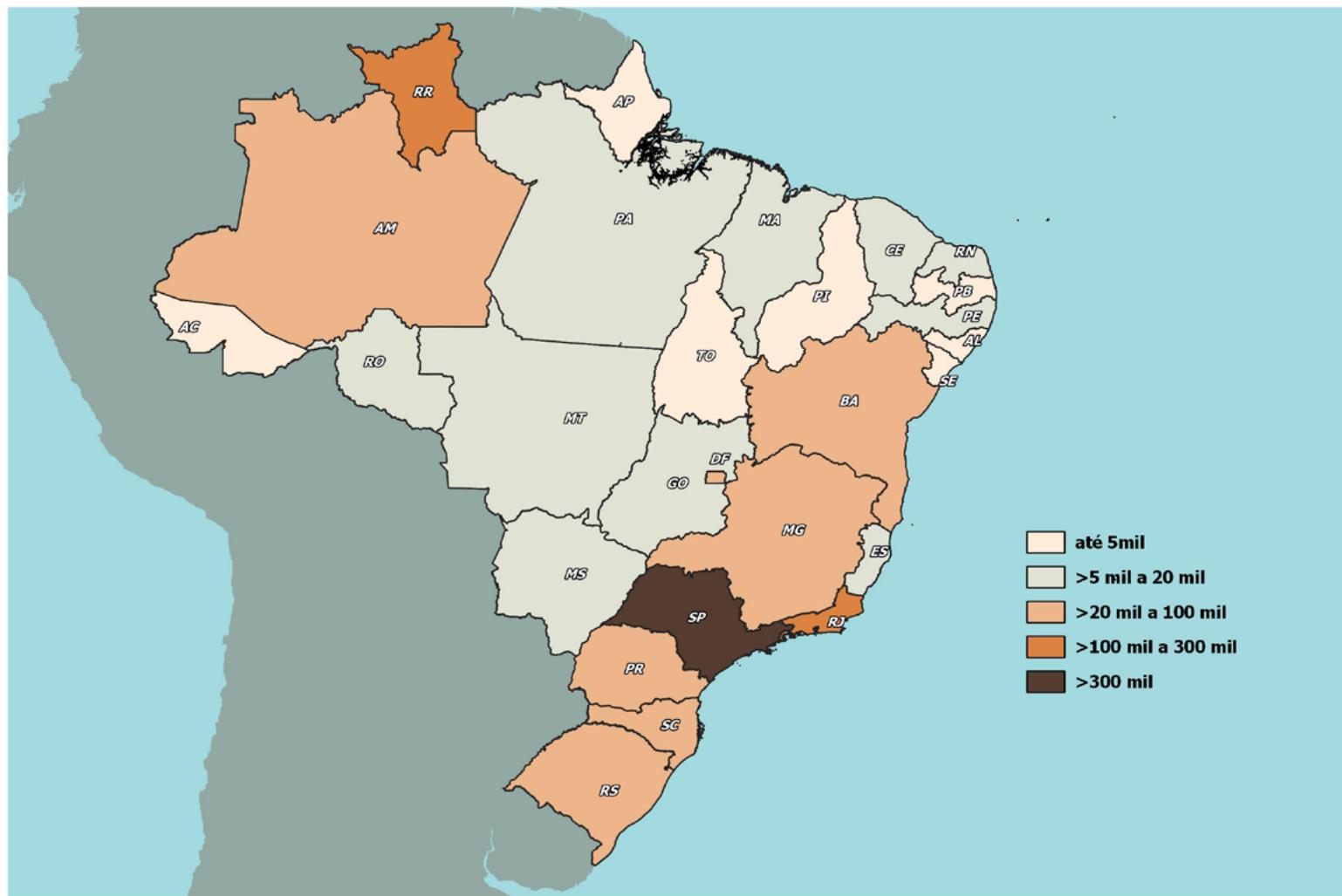
No que diz respeito aos municípios, na década, São Paulo, Boa Vista, Rio de Janeiro, Manaus e Brasília foram as que mais acolheram os fluxos migratórios de solicitantes de residência.

Quanto aos solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado, o comportamento, no que tange à distribuição espacial, se altera a partir de 2016 com a intensificação dos fluxos de venezuelanos, de forma que a Região Norte passou a ser a principal porta de entrada dos solicitantes, sobretudo na cidade de Pacaraima/RR. Ao longo

de toda década, 66,3% das solicitações foram registradas em Roraima e 10,5% no estado de São Paulo, como apresentado no Mapa 4, abaixo.

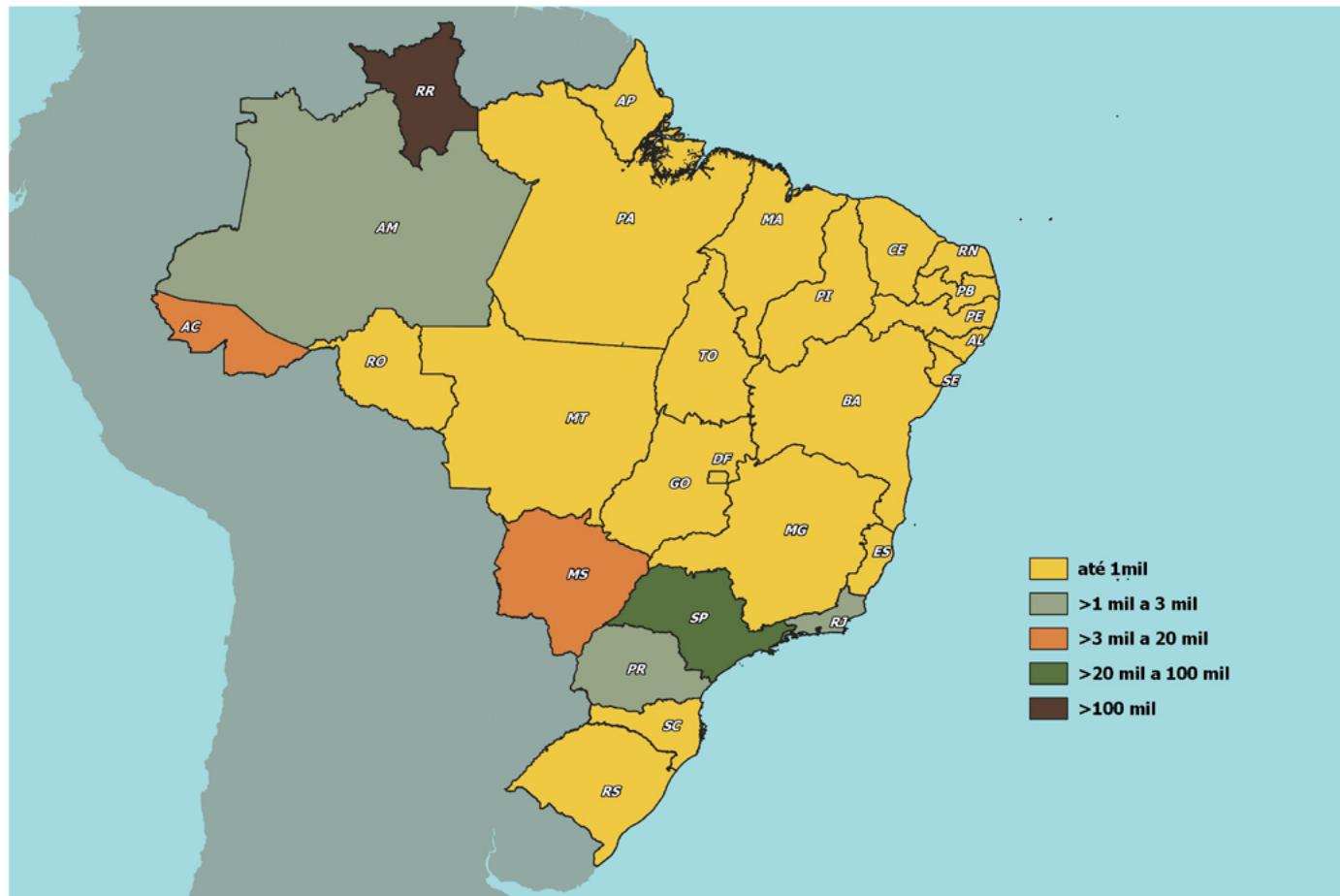
É importante salientar que, no curso das análises dos processos das solicitações de refúgio pelo CONARE, quando da decisão final, e reconhecida a condição de refugiado, a distribuição espacial se altera ligeiramente, com São Paulo e Roraima perdendo participação relativa em favor do Amazonas, que ao longo da década recebeu como residentes 19,5% dos refugiados.

Mapa 3. Número de imigrantes solicitantes de residência, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2011 - 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal – SisMigra, 2020.

Mapa 4⁴. Número de solicitantes da condição de refugiado, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2011 - 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - STI-MAR, 2020.

⁴ A análise da distribuição espacial de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados deve ser interpretada com cautela, pois tende a ter uma viés em favor da Região Norte, tendo em vista que o local de residência não é atualizado.

5. NASCIMENTOS, ÓBITOS E CASAMENTOS

Os dados das Estatísticas do Registro Civil, produzidos pelo IBGE, permitem acompanhar os eventos vitais que envolvem os imigrantes. Nesta parte do artigo, solicitantes de residência, solicitantes do reconhecimento da condição do refugiado e refugiados serão agregados na categoria “imigrantes”. A série histórica disponível comprehende o período 2011 a 2019.

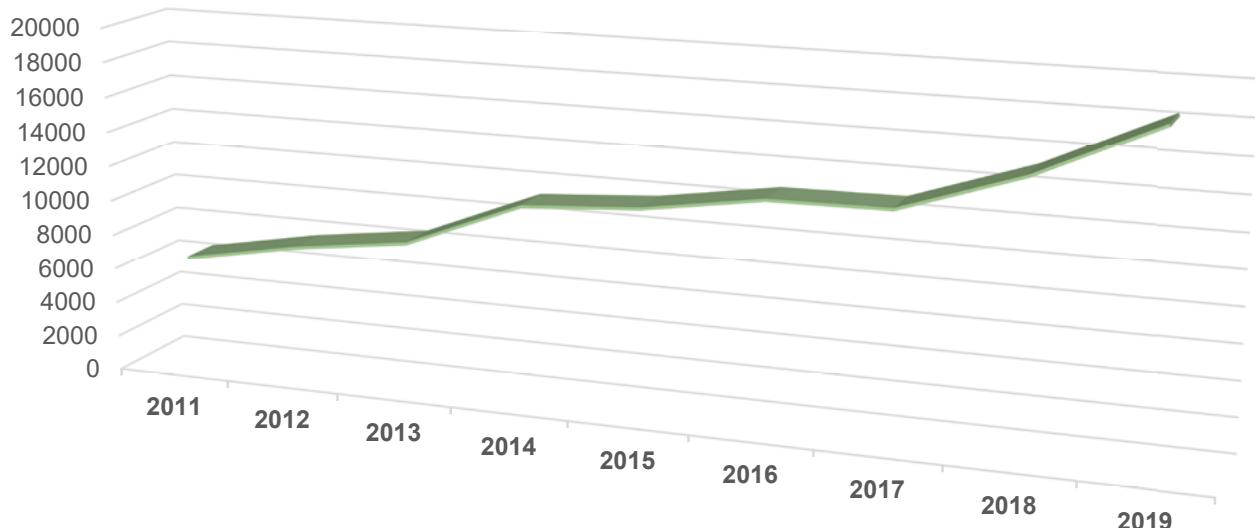
5.1. NASCIMENTOS

A evolução no volume de nascimentos de filhos de mães imigrantes, residentes no Brasil, reflete o aumento dos fluxos migratórios que se destinaram ao país no período analisado, partindo de pouco mais de 6 mil nascimentos, em 2011, chegando a 18,3mil, em 2019, resultando numa variação de 184,7% (Gráfico 2).

Na Tabela 6 é possível observar as nacionalidades das mães. Nela é perceptível o destaque das mulheres bolivianas, seguidas das paraguaias, predomínio que vigorou entre 2011 e 2017. Em 2018, as haitianas e venezuelanas superaram as paraguaias em número de nascimentos e, em 2019, as venezuelanas passaram a registrar o maior volume de filhos. Cabe destacar também a participação da natalidade das mulheres chinesas, que se colocaram na quarta posição ao longo do período analisado. Os dados sugerem um comportamento no qual as mulheres imigrantes retardam um pouco à natalidade até que, minimamente, se insiram na sociedade brasileira.

O Gráfico 1 e a Tabela 6 refletem as mudanças na quantidade e qualidade dos fluxos migratórios que aportaram ao Brasil na década analisada. Entre os principais países de nascimento das mães não figura nenhum do Hemisfério Norte, resultado que decorre da maior participação desses entre a migração temporária e entre as pessoas fora das idades reprodutivas.

Gráfico 2 - Número de filhos nascidos vivos de mães imigrantes por ano de nascimento, Brasil - 2011 - 2019



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do IBGE - Estatísticas do Registro Civil, 2011 a 2019.

Tabela 6. Número de filhos nascidos vivos de imigrantes por ano de nascimento, segundo principais países de nascimento da mãe, 2011 - 2019

Principais países	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
TOTAL	6.435	7.663	8.539	11.220	11.689	12.744	12.834	15.131	18.321	104.576
BOLÍVIA	2.040	2.128	2.110	3.453	2.683	2.859	2.979	3.159	3.285	24.696
PARAGUAI	960	1.141	1.156	1.396	1.424	1.572	1.644	1.672	1.712	12.677
HAITI	16	56	162	526	824	1.235	1.557	2.359	3.146	9.881
CHINA	467	993	668	1.163	924	1.138	930	858	768	7.909
VENEZUELA	43	53	87	141	88	276	535	1.713	3.817	6.753
PERU	229	350	300	455	394	425	452	383	407	3.395
ARGENTINA	296	352	350	372	340	355	402	409	377	3.253
ANGOLA	112	151	130	224	237	471	387	332	305	2.349
COLÔMBIA	103	117	122	210	197	251	270	327	406	2.003
LÍBANO	179	199	180	233	180	192	178	182	152	1.675
Outros	1.990	2.123	3.274	3.047	4.398	3.970	3.500	3.737	3.946	29.985

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do IBGE - Estatísticas do Registro Civil, 2011 a 2019.

5.2. ÓBITOS

O Gráfico 3 apresenta um quadro de estabilidade nos volumes dos óbitos de imigrantes ocorridos entre 2011 e 2019, com oscilações observadas ao longo do período.

Ao contrário do verificado entre os nascimentos, no que tange à nacionalidade das mães, os falecimentos ocorreram, em maior medida, entre aqueles imigrantes que se dirigiram ao Brasil, muito provavelmente, pelas redes sociais formadas em decorrência dos laços históricos estabelecidos a partir das correntes migratórias do final do século XIX e início do século XX. Não de outra forma, as nacionalidades que mais concorreram com os óbitos foram portuguesas, japonesas, italianas, espanhola e alemã (Tabela 7).

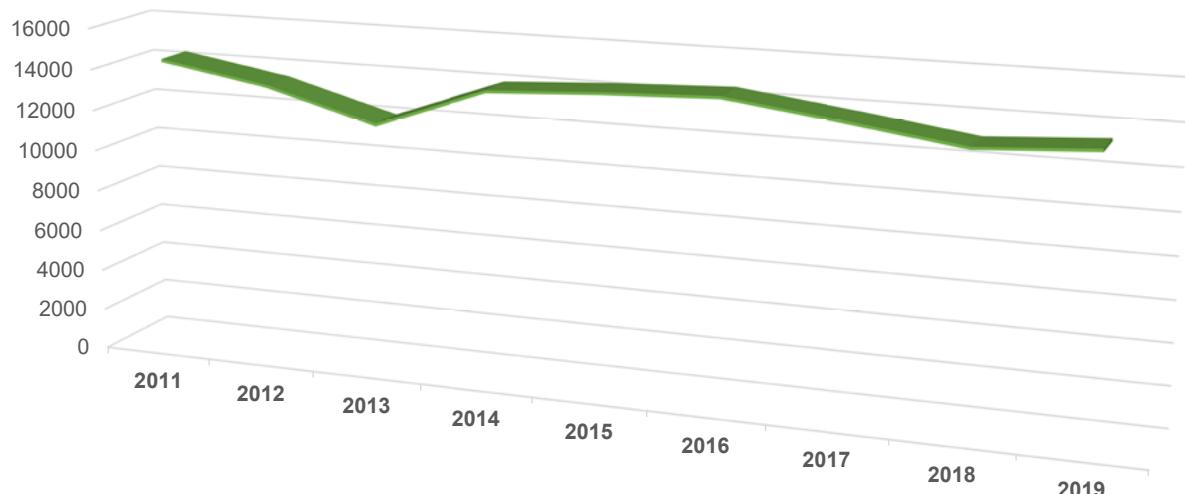
Os novos fluxos migratórios, como já demonstrado, trazem com eles parcela expressiva de pessoas adultas jovens, além de crianças e adolescentes, segmentos etários nos quais a ocorrência de óbitos é menor. Tanto é assim que haitianos e venezuelanos, principais nacionalidades presentes no país, sequer figuram entre as que tiveram maior incidência de falecimentos.

5.3 CASAMENTOS

No período analisado ocorreram mais de 65 mil casamentos nos quais ao menos um dos cônjuges era imigrante. O ritmo com que ocorreram os matrimônios foi menos intenso do que aquele observado na evolução dos fluxos imigratórios ao longo da década.

Deve ser colocado em relevo os arranjos que se formaram. A principal composição observada foi o matrimônio entre homem migrante e mulher brasileira (62,2%); seguida de homem brasileiro e mulher imigrante (28,6%); ficando em menor volume os casamentos nos quais ambos os cônjuges eram imigrantes (9,2%). Entretanto, a partir de 2016, os arranjos entre cônjuges migrantes passaram a ter maior participação relativa, sendo observado em 2019 um volume mais de seis vezes maior que em 2011. A composição envolvendo homem brasileiro e mulher imigrante evoluiu positivamente, mas em menor velocidade (28,8%). Por outro lado, os matrimônios entre homem imigrante e mulher brasileira, desde o início da série analisada, apresentou oscilações com tendência à estabilidade (3,9%).

Gráfico 3. Número de óbitos de imigrantes por ano do falecimento, Brasil - 2011 - 2019



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do IBGE - Estatísticas do Registro Civil, 2011 a 2019.

Tabela 7. Número de óbitos de imigrantes por ano do falecimento, segundo principais países de nascimento do falecido, 2011 - 2019

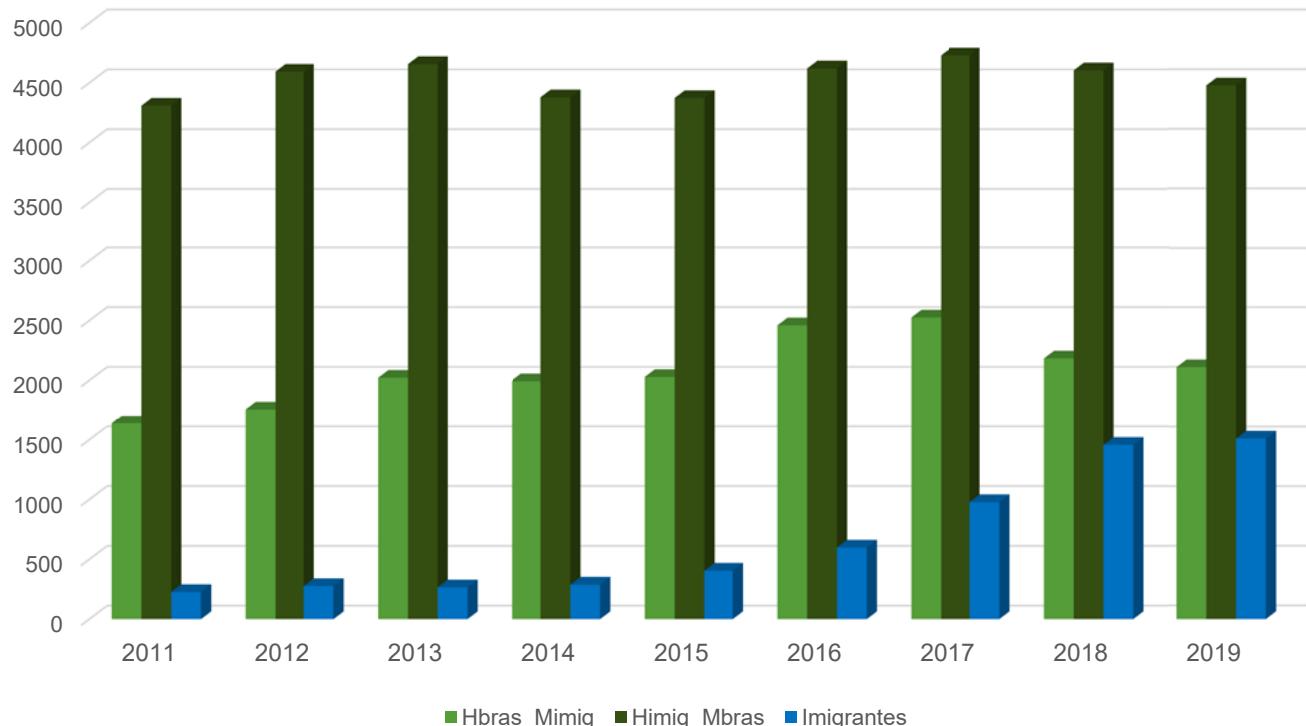
Principais países	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
TOTAL	14.332	13.446	11.968	13.961	14.267	14.474	13.777	13.024	13.368	122.617
PORTUGAL	5.296	5.070	4.467	4.889	4.580	4.567	4.964	5.109	5.197	44.139
JAPÃO	2.006	1.952	1.630	1.894	1.868	1.633	1.728	1.743	1.606	16.060
ITÁLIA	1.320	1.274	1.113	1.269	1.234	1.080	1.213	1.225	1.271	10.999
ESPAÑA	1.161	1.102	937	993	868	856	893	945	947	8.702
ALEMANHA	423	371	351	364	319	303	325	324	326	3.106
ARGENTINA	274	274	249	265	205	232	274	307	309	2.389
LÍBANO	231	192	210	210	224	233	248	230	273	2.051
URUGUAI	219	254	243	217	232	191	201	225	213	1.995
POLÔNIA	303	258	183	251	193	202	191	180	210	1.971
BOLÍVIA	163	161	162	223	191	190	170	271	288	1.819
PARAGUAI	149	143	118	170	209	219	212	233	247	1.700
CHINA	152	156	126	169	143	165	164	193	181	1.449
CHILE	107	117	99	146	115	119	158	176	167	1.204
ROMÊNIA	186	140	116	146	93	87	90	82	93	1.033
FRANÇA	125	117	94	122	81	84	95	106	106	930
CORÉIA DO SUL	86	75	68	83	72	82	98	86	109	759
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	80	98	74	86	67	50	81	90	91	717
PERU	59	49	52	96	71	69	74	70	101	641
EGITO	79	75	59	54	83	66	86	65	64	631
SÍRIA	77	68	70	71	66	49	72	67	57	597
Outros	1836	1500	1547	2243	3353	3997	2440	1297	1512	19.725

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do IBGE - Estatísticas do Registro Civil, 2011 - 2019.

A distribuição espacial relativa dos matrimônios, nos quais ao menos um dos cônjuges era imigrante, está concentrada na Região Sudeste, em particular no estado de São Paulo, e na Região Sul, seguindo o padrão da distribuição de imigrantes solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado e refugiados pelo país.

No entanto, chama atenção a inversão de posição entre as Regiões Norte e Nordeste. Apesar de nos últimos anos os estados do norte terem recebido uma parcela importante dos fluxos migratórios, foram as Unidades da Federação do Nordeste que registraram um maior número de casamentos, sobretudo nos estados do Ceará e Pernambuco.

Gráfico 4. Número de casamentos por nacionalidade dos cônjuges e sexo, segundo ano de ocorrência - Brasil, 2011-2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do IBGE - Estatísticas do Registro Civil, 2011 a 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações em direção ao Brasil, ocorridas nos anos 2010, podem ser compreendidas através do emprego de algumas abordagens teóricas. Na primeira metade da década, a teoria dos sistemas mundiais e marxista pareciam mais bem apreender os processos em curso, à medida que enxergavam nas desigualdades do modelo de desenvolvimento e na inserção periférica do país no circuito internacional do capital os fatores impulsionadores dos fluxos migratórios. No segundo quinquênio, sem que os primeiros determinantes tivessem desaparecidos, ganham relevância os aspectos associados às crises vividas nos países de origem da migração, sobretudo Haiti e Venezuela, de onde partiram as principais correntes migratórias com destino ao Brasil. Essas crises, que estavam para além da dimensão meramente econômica, assumiram caráter de crise humanitária tal a degradação social, política e da economia locais.

A década de 2010 consolidou processos que vinham sendo sinalizados nos anos 2000, e que se refletiam no aumento dos volumes dos fluxos imigratórios com origem no Hemisfério Sul, destacadamente na América Latina, mas também África e Ásia. As mudanças de natureza qualitativa implicaram na redução de importância dos países associados às migrações históricas, localizados na Europa e Japão, e trouxeram uma diversidade de origens, com destaque para venezuelanos, haitianos, cubanos, congoleses, bengalis, entre outros.

Os fluxos de venezuelanos, haitianos, cubanos, sobretudo entre os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados, colaborou para reconfigurar a distribuição espacial da migração no país, com os estados de Roraima e Amazonas, localizados na Região Norte, acolhendo parcela importante dos imigrantes.

No que tange à estrutura por sexo e idade de solicitantes de residência, de reconhecimento da condição de refugiado e refugiados, é flagrante, para os três status migratórios, a predominância masculina, bem como a concentração populacional em idades adultas jovens (20 a 40 anos). Como demonstrado empiricamente, entre solicitantes de refúgio e refugiados a maior presença de crianças (0 a 14 anos de idade) e de idosos (60 anos ou mais) sugere que parte da mobilidade foi empreendida por grupos familiares. Deve ser enfatizado que esses fluxos migratórios aportam um contingente importante em idade de trabalhar e, no geral, com bom nível de escolaridade, aspecto importante para o momento da transição demográfica que o país está ingressando, no qual se destaca o envelhecimento da população, destacadamente do segmento em idade ativa.

Em relação aos eventos vitais, observou-se que a curva de crescimento dos nascimentos acompanhou o ritmo do aumento do volume nos fluxos migratórios e com maior contribuição de mães bolivianas, paraguaias, haitianas e venezuelanas. Esse comportamento era esperado por dois aspectos principais: a contribuição da parcela de imigrantes de mais longa duração (solicitantes de residência, solicitantes de refúgio e refugiados) e da concentração de pessoas em idade reprodutiva. Quanto aos óbitos, pode-se dizer que permaneceram estáveis, com leves oscilações ao longo do período analisado e incidiram, primordialmente entre os imigrantes europeus com um perfil etário mais avançado. No tocante aos casamentos, pode ser destacado os arranjos nos quais um dos cônjuges era brasileiro, com quase 90% dos matrimônios oficializados no período analisado. No geral, os dados sugerem um certo retardamento na natalidade das mães imigrantes e na união cujos dois cônjuges eram migrantes. Tal comportamento pode estar associado ao fato desses indivíduos esperarem a consolidação da sua inserção na sociedade brasileira até decidirem por ter filhos e/ou se casarem.

REFRÊNCIAS

IBGE, **Censo Demográfico de 2010.**

IBGE, **Estatísticas do Registro Civil, 2011 a 2019 – Tabelas Complementares.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=resultados>. Acesso 26/08/2021.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates.** São Paulo, n.25, p. 12-29, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução.** Florianópolis: Editora Insular, 2012. 272 p. (Coleção Pátria Grande: 1).

MASSEY, DOUGLAS S. et al. Theories of international migration: A review and appraisal. **Population and Development Review.** New York: Population Council, vol. 19, n.3, pp. 431-466, September, 1993.

Moreira, J.B. e Borba, J.H.O.M. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”. **R. bras. Est. Pop.**, v.38, 1-20, e0137, 2021.

OLIVEIRA, Antônio T. R. de Buscando apreender o comportamento recente das migrações internas. **Revista Eletrônica @metropolis.** Ano 5, nº 19, 2014, pp. 27 a 37.

OLIVEIRA, Antônio T. R. de O Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SIN-CRE) e a migração regular no país. In Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Tonhati, T.; Dutra, D., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual 2015.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

OSÓRIO, Jaime América Latina: um novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: Ferreira, Carla et al. (orgs.) **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo, SP: Boitempo, 2012, p. 103-133.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** 1ª edição. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Gustavo et al. **Refúgio em Números, 6ª Edição.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SISMIGRA, **Sistema de Registro Nacional Migratório.** Polícia Federal. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra> . Acesso em 05/07/2021.

STI-MAR, Sistema de Tráfego Internacional, Módulo de Alertas e Restrições. Polícia Federal. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401293-sti-mar>. Acesso em 05/07/2021.

4. REGIONALIZAÇÃO DO REFÚGIO NA DÉCADA DE 2010(2011-2020): O BRASIL DIANTE DA DINÂMICA INTRARREGIONAL DO REFÚGIO NA AMÉRICA LATINA

Gustavo Junger da Silva ¹

INTRODUÇÃO

Há anos os deslocamentos forçados se mantêm como uma tendência crescente no contexto da mobilidade humana internacional. Segundo a última versão do relatório *Global Trends: forced displacement in 2020*² (ACNUR, 2021), no final do ano de 2020, cerca de 82,4 milhões de pessoas em todo mundo foram forçadas a se deslocar³, distribuídos entre: 48 milhões de deslocados internos (IDP's)⁴, 26,4 milhões de refugiados – dos quais 20,7 milhões sob o mandato do ACNUR, além de 5,7 milhões de refugiados palestinos que hoje se encontram sob o mandato do UNRWA⁵–, cerca de 4,1 milhões de solicitantes de refúgio e 3,9 milhões de venezuelanos deslocados no exterior.

Quando observamos a evolução do fenômeno por continente ou região, verifica-se que, na últi-

ma década, o mesmo se acentuou sobremaneira nas Américas⁶, impulsionado, principalmente, pelo contexto de “migrações de crise” (BERTINO e BORBA, 2021) que se observa de maneira muito contundente em países como Venezuela e Haiti, o que se reverteu na presença de 4,6 milhões de pessoas em situação de refúgio⁷ vivendo nas Américas ao final do ano de 2020 (ACNUR, 2021).

Importa observar que o mesmo relatório revela que cerca de 86,0% das pessoas refugiadas, além dos venezuelanos deslocados internacionais, encontravam-se vivendo em países em desenvolvimento no final do ano de 2020 (ACNUR, 2021). Nesse cenário, países como: Peru, México, Brasil, Colômbia e Equador assumem um protagonismo significativo em meio às maiores restrições impostas pelos países do Norte global para a entrada de refugiados e solicitantes

1 Doutor em Geografia, pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA).

2 **Tendências Globais – Deslocamento Forçado em 2021 (tradução).** Divulgado pelo ACNUR no mês de junho de 2021, no âmbito das atividades de celebração do dia mundial do refugiado.

3 O maior número de deslocados forçados desde o início da série histórica, em 1993.

4 No que concerne aos deslocados internos, estes são considerados um grupo distinto dos refugiados por se deslocarem dentro das fronteiras dos seus países de origem, seja por não conseguirem transpor as fronteiras nacionais, seja por não acreditarem que tal decisão contribuirá de fato para sua segurança.

5 United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the New East. Agência da ONU criada em 1948 para atender especificamente os refugiados palestinos (ACNUR, 2000).

6 Nos últimos três anos, especialmente, a dinâmica do refúgio e deslocamento internacional forçado de venezuelanos nas Américas se apresentou como o principal fator de crescimento desse segmento de deslocados internacionais no mundo (ACNUR, 2021).

7 O que inclui refugiados, solicitantes de refúgio, além das pessoas venezuelanas deslocadas no exterior que não se encontram amparadas pelo estatuto do refúgio (ACNUR, 2021).

de refúgio, a exemplo do que se observa para o sistema migratório sul-norte global como um todo (BOGUS; MOZINE, 2016).

O maior protagonismo assumido pela mobilidade humana internacional Sul-Sul vem se consolidando como um tema de interesse para diversos autores como Baeninger (2016; 2018), e Magalhães (2018) que observa que “(...)o histórico sistema migratório sul-norte global vê-se, gradativamente, suplantado pelo emergente sistema migratório Sul-Sul” (p. 368). O autor também recorre às tendências migratórias apontadas pela Organização Internacional para a Migrações (OIM) para o ano de 2017, que reconheciam “(...) aspectos importantes da atual dinâmica migratória internacional, especialmente da emergência nesta dinâmica das migrações Sul-Sul” (p. 368).

Seguindo debruçado sobre o mesmo informe da OIM (2017), Magalhães ressalta que tais movimentos reforçam uma lógica espacial de mobilidade intrarregional latino-americana⁸. Segundo o autor,

Na atualidade, as migrações na região mostram um aumento dos movimentos intrarregionais, facilitados pela difusão das tecnologias de comunicação, barateamento dos custos de transporte e, essencialmente, pelas condições políticas vigentes na região, a partir da implementação e funcionamento dos mecanismos de integração regionais (a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, a União das Nações Sul-americanas, a Comunidade Andina e o Mercado Comum do Sul). Por sua vez, os tradicionais países de destino das migrações desde a América do Sul, particularmente os mais desenvolvidos, levantam crescentes barre-

ras, impedindo os fluxos de entrada e saída, assim como a residência, nos mesmos [...] (2018, p.368-369).

A redefinição dos sistemas de mobilidade humana, cada vez mais caracterizados por fluxos intrarregionais como aqueles que hoje se observa no contexto latino-americano (MARINUCCI; MILESI, 2006), aportaram desdobramentos significativos para a realidade do refúgio no Brasil na última década. Neste sentido, o capítulo tem como objetivo apresentar um panorama sobre os reflexos dessas transformações para a realidade do refúgio no país, com recorte temporal definido para o período de 2011 a 2020, atentando para suas dimensões socioeconômicas e demográficas.

Com este intuito, busca-se, primeiramente, explorar as bases de dados do ACNUR, com o objetivo de retratar a influência da mobilidade intrarregional para a realidade do refúgio na América do Sul como um todo ao longo da década. Em seguida, dedicamos a analisar com maior detalhamento as transformações experimentadas no cenário brasileiro no mesmo período. Para tanto, utiliza-se a base de dados do Sistema de Tráfego Internacional – Medidas de Alertas e Restrições Ativas (STI-MAR), sob gestão da Polícia Federal. Na sequência, nosso olhar se volta para a inserção laboral dos solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho formal brasileiro. Com esse intuito, seguindo a mesma metodologia utilizada por Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2019), foram utilizados dados extraídos a partir do pareamento das bases de dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁹ com o alcance, entretanto, limitado ao ano de 2019¹⁰:

⁸ Importante destacar que o mesmo relatório da OIM (2017) aponta ainda para “(...)novas tendências migratórias que envolvem fluxos de países da África e da Ásia à América do Sul, além, como dito, da intensificação da migração de latino-americanos e caribenhos sobretudo para a Argentina, Chile e, especialmente, Brasil” (MAGALHÃES, 2018, p 369). Trata-se de algo que de fato se fez marcante no cenário migratório e, particularmente, do refúgio no Brasil na última década, como será possível observar ao longo deste capítulo.

(...) após o pareamento entre as bases CTPS, RAIS e CAGED todas as informações provenientes de uma dessas bases passaram a ser extraídas da base pareada. Com isso foi possível, após o pareamento, criar uma nova base de dados, permitindo assim caracterizar os solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho formal brasileiro, a partir do status migratório (p. 90).

Feitas nossas considerações introdutórias, seguiremos agora para a análise dos dados do ACNUR sobre solicitantes e refugiados latino-americanos residentes em países da América do Sul, período 2011-2020.

1. PANORAMA REGIONAL DO REFÚGIO NA AMÉRICA DO SUL

Nesta seção serão apresentadas informações sobre solicitantes de refúgio e refugiados, considerando o país de nacionalidade ou de residência habitual e o país de solicitação de refúgio na América do Sul. Busca-se traçar um panorama comparativo do cenário do refúgio para o contexto sul-americano ao final da primeira década do século XXI (2010) frente àquele que se observa ao final da última década (2020). Os dados analisados foram extraídos das bases do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)¹¹.

Inicia-se a análise com as informações sobre o total de solicitantes de refúgio e refugiados que residiam em países sul-americanos para os anos de 2010 e 2020, apresentadas na tabela 1.1. Como é possível verificar, em praticamente todos os países sul-americanos observa-se o aumento do número de solicitantes de refúgio e refugiados, com destaque para o Peru (541.879) e o Brasil (262.212) como os países de residência dos maiores contingentes de solicitantes de refúgio e refugiados vivendo na América do Sul ao final de 2020¹². Em conjunto, estes países constituíam o local de refúgio para 75,5% desse total (ver gráfico 1.1).

Destacam-se ainda o Equador e a Venezuela como os únicos países nos quais se observa a redução do número de solicitantes de refúgio e refugiados no período analisado. Nesse caso, ambos os países são justamente aqueles que abrigavam os maiores contingentes desses grupos ao final de 2010, concentrando 95,5% do total de solicitantes de refúgio e refugiados vivendo na região à época. Cabe sublinhar que, mesmo após a retração do número de solicitantes de refúgio e refugiados vivendo nestes países, ao final do ano de 2020 o Equador (130.653) e a Venezuela (68.403) ainda representavam o terceiro e quarto principais países de refúgio na América do Sul, abrigando em conjunto 18,7% dos solicitantes de refúgio e refugiados que viviam em países da América do Sul naquele ano (ver gráfico 1.1).

9 Para a identificação das categorias ora analisadas, foi apurada a informação do status migratório proveniente da base CTPS e pareada à informação da RAIS. Entretanto, como o pareamento não contemplou a totalidade dos registros, foram comparadas somente as informações que possuíam referência na base CTPS. Em 2019, a totalidade de registros classificados como refugiados/solicitantes de refúgio alcançou 22,8 mil e a dos demais imigrantes 72,9 mil, o que totalizou 95,7 mil, correspondendo a 65% dos registros totais daquele ano (147,7 mil).

10 Com a descontinuidade da base CTPS, não será possível realizar análises diretas para o ano de 2020, ou conferir o status migratório às informações da RAIS para esse mesmo ano.

11 Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=E1ZxP4>

12 O dado não considera o deslocamento internacional forçado que não se encontra amparado pelo estatuto do refúgio, ao menos em fase de solicitação. Esse é o caso, por exemplo, de milhares de venezuelanos que ao final da última década se encontravam na Colômbia amparados por outros mecanismos de gestão migratória, ou em qualquer outra condição.

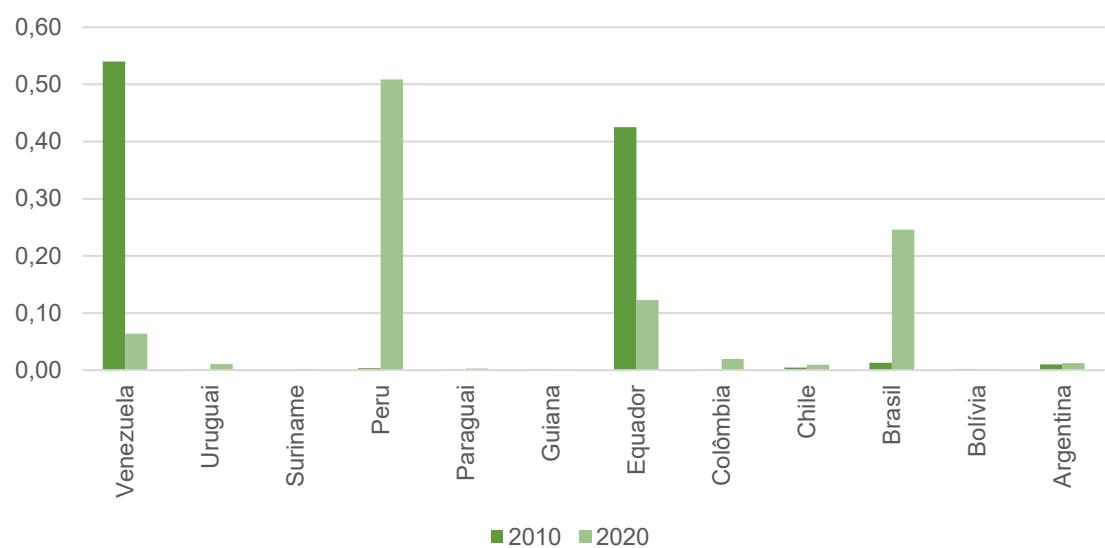
Tabela 1.1. Número de solicitantes de refúgio e refugiados por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010 e 2020

País de solicitação ou refúgio	2010	2020
Argentina	4.173	13.221
Bolívia	723	1.313
Brasil	5.198	262.212
Chile	1.884	10.147
Colômbia	363	20.930
Equador	171.096	130.653
Guiana	7	105
Paraguai	103	3.153
Peru	1.386	541.879
Suriname	-	2.012
Uruguai	214	11.350
Venezuela	217.388	68.403

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2010 e 2020).

Notas: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; (x) Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação.

Gráfico 1.1. - Proporção de solicitantes de refúgio e refugiados por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010 e 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2010 e 2020).

Seguindo com a nossa análise, a tabela 1.2, os gráficos 1.2 e 1.3, assim como os mapas 1.1 e 1.2 revelam que, já ao final da primeira década do século XXI, quase a totalidade dos países sul-americanos abrigavam solicitantes de refúgio e refugiados com origem predominantemente latino-americana, a exceção do Brasil que, em 2010, ainda contava com um maior contingente de solicitantes e refugiados não latino-americanos, correspondendo a 68,8% do total de pessoas refugiadas no país. No ano de 2020 este cenário se mostra ainda mais consolidado, não somente

em função da transição observada no Brasil, que passa a apresentar uma proporção de 75,7% de solicitantes e refugiados latino-americanos frente a 24,3% com origem em outros países, como em virtude do aumento quase generalizado das proporções verificadas nos demais países da região, com destaque para países como Uruguai e Colômbia que, em 2010, contavam com 55,1% de solicitantes e refugiados latino-americanos, alcançando uma proporção de 98,5% ao final do ano de 2020.

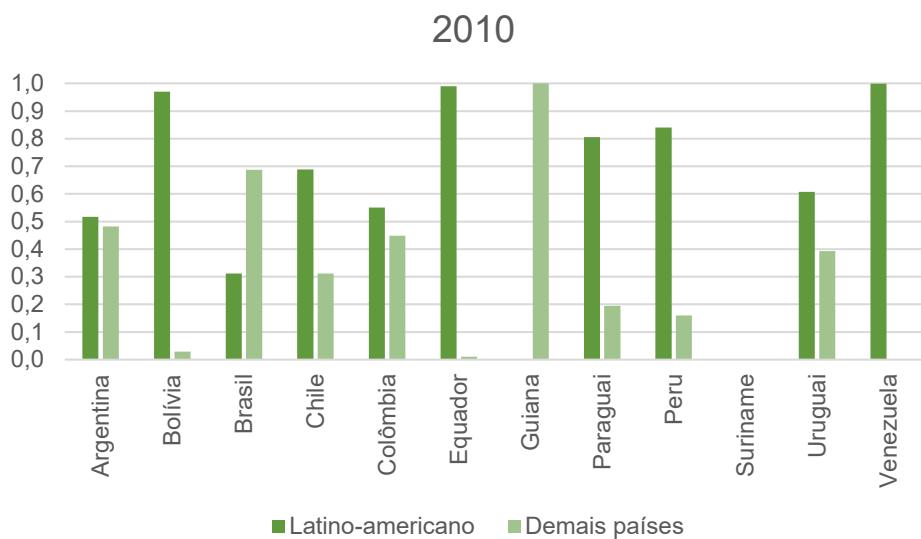
Tabela 1.2. Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos e demais países, por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010 e 2020

País de solicitação ou refúgio	2010		2020	
	Latino-americano	Demais países	Latino-americano	Demais países
Argentina	2.159	2.014	8.403	4.818
Bolívia	702	21	1.206	107
Brasil	1.622	3.576	198.577	63.635
Chile	1.297	587	9.365	782
Colômbia	200	163	20.614	316
Equador	169.360	1.736	129.330	1.323
Guiana	-	7	85	20
Paraguai	83	20	3.007	146
Peru	1.165	221	541.201	678
Suriname	-	-	2.007	5
Uruguai	130	84	10.637	713
Venezuela	217.253	135	68.241	162

Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2010 e 2020).

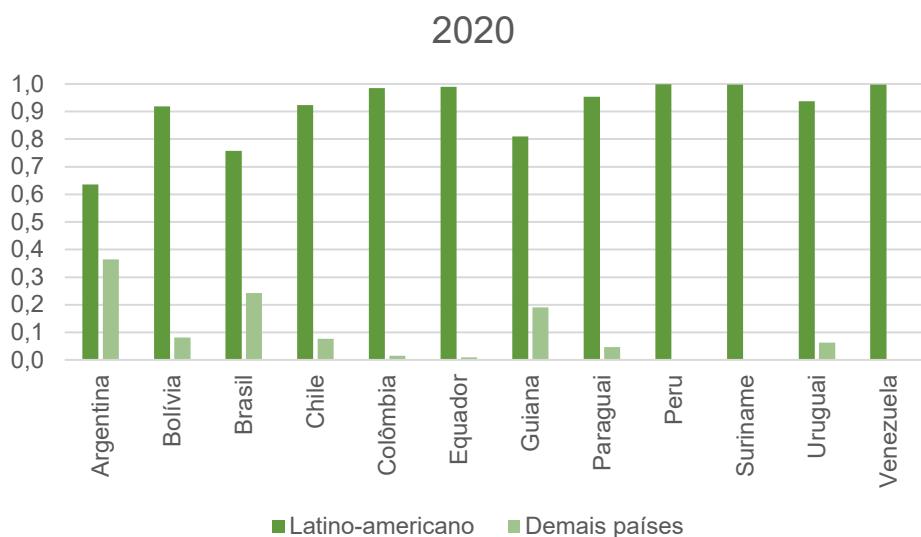
Notas: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; (x) Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação.

Gráfico 1.2. Proporção de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos e demais países, por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010



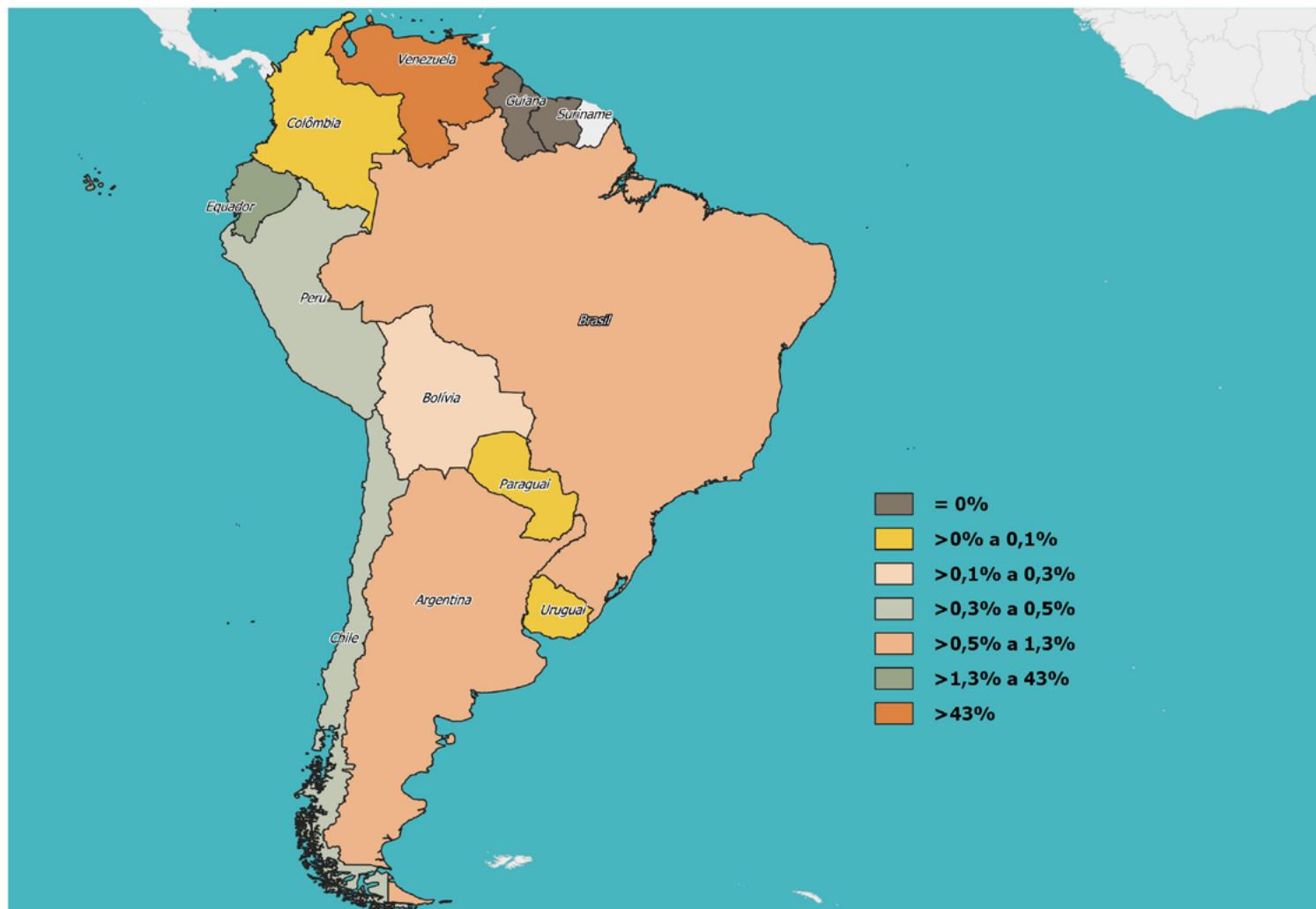
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2010).

Gráfico 1.3. Proporção de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos e demais países, por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2020



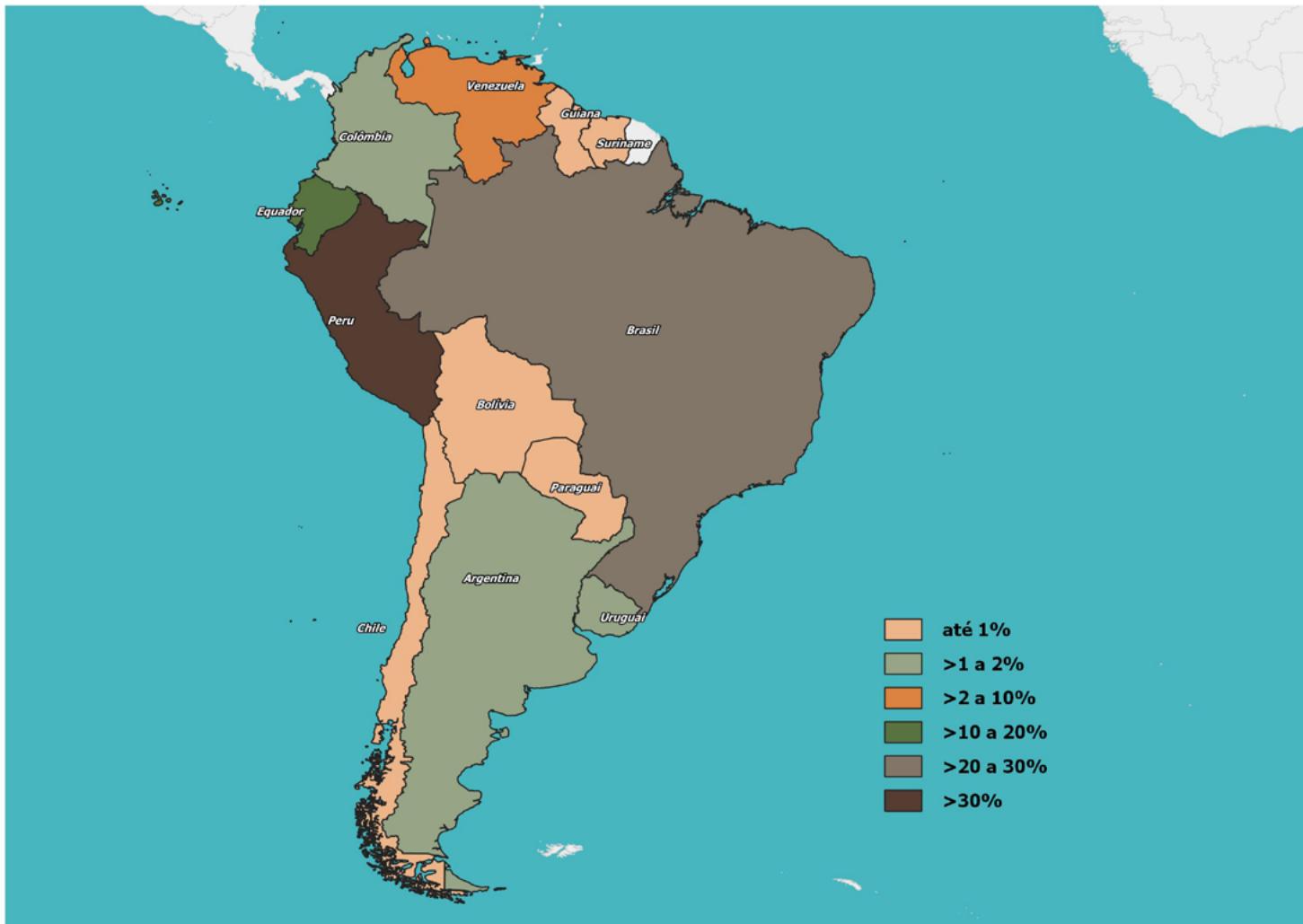
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2020).

Mapa 1.1. Distribuição relativa dos solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2010



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2010).

Mapa 1.2. Distribuição relativa dos solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos por país de solicitação ou refúgio, países da América do Sul, 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2020).

Já as tabelas 1.3 e 1.4 permitem compreender melhor como se direcionaram estes fluxos intrarregionais de refugiados e solicitantes, assim como as transformações que se processaram ao longo da última década. Nesse sentido, ao final do ano de 2010, os colombianos representavam o maior grupo de solicitantes e refugiados latino-americanos vivendo em países da América do Sul - 380.402 (96,5%) - concentrados fundamentalmente na Venezuela - 217.161 (57,1%) - e no Equador - 160.147 (42,1%). Ao final do ano de 2020 verificava-se um cenário consideravelmente mais complexo, em virtude da diversificação e intensificação generalizada dos fluxos de solicitantes e refugiados latino-americanos na América do Sul.

Neste novo cenário, os venezuelanos correspondiam ao principal grupo de solicitantes e refugiados latino-americanos vivendo em países da América do Sul - 717.310 (72,3%) - seguidos pelos colombianos - 193.976 (19,5%) - que, mesmo após significativa retração na comparação com o final do ano de 2010¹³, seguiram como um grupo relevante para o cenário sul-americano, o que sinaliza para a resiliência destes movimentos de mobilidade humana forçada. Na sequência, destacam-se os solicitantes e refugiados haitianos (40.266) e cubanos (34.355) correspondendo, respectivamente, a 4,0% e 3,5% do total de solicitantes e refugiados latino-americanos vivendo em países da América do Sul¹⁴.

Sobre os solicitantes e refugiados venezuelanos, cabe destacar ainda que estes se encontravam presentes em quase todos os países sul-americanos ao final do ano de 2020, exceto na Guiana, mas concentrados fundamentalmente no Peru (74,6%) e no Brasil (19,2%) abrigando, portanto, 93,7% destes.

Sobre o Brasil, que será objeto da nossa atenção de forma mais detalhada nas próximas seções, cabe destacar dois aspectos. Primeiro, as mudanças de caráter representativo, uma vez que, em 2010, o país abrigava solicitantes e refugiados oriundos de cerca de metade dos países latino-americanos, enquanto no ano de 2020 verificava-se a presença de pessoas refugiadas provenientes de todos os países latino-americanos. Segundo, a própria presença de solicitantes e refugiados brasileiros vivendo em um maior número de países da sul-americano. No ano de 2010, o Equador aparecia como o único país sul-americano que registrava a presença de solicitantes e refugiados brasileiros, enquanto, em 2020, os mesmos já eram observados em cinco diferentes países: Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, além do próprio Equador. Sobre este último aspecto, importa frisar que se trata de um volume de solicitantes e refugiados pouco significativo, cujas motivações não são alcançadas pelo presente artigo, cabendo investigações futuras que provavelmente extrapolam o recorte espacial agora investigado.

13 Os solicitantes e refugiados colombianos constituíram de fato o único grupo no qual se observou uma retração dos seus quantitativos vivendo em países sul-americanos, na comparação entre 2010 e 2020.

14 Inclusive, esta dinâmica se faz central para compreender a maior presença na região de solicitantes e refugiados latino-americanos, que não possuíam origem em países da América do Sul. Enquanto no ano de 2010 estes correspondiam a 1,7% do total de solicitantes de solicitantes e refugiados latino-americanos vivendo em países da América do Sul, no ano de 2020 este grupo já representava 7,8% desse total.

Tabela 1.3. Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, segundo países de nacionalidade ou residência habitual, países da América do Sul, 2010

País de nacionalidade ou residência habitual	País de solicitação ou refúgio											
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Guiana	Paraguai	Peru	Suriname	Uruguai	Venezuela
Argentina	-	-	11	-	-	16	-	-	-	-	5	-
Bolívia	5	-	130	5	-	17	-	-	5	-	-	5
Brasil	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-
Chile	336	8	21	-	-	36	-	-	-	-	-	-
Colômbia	606	160	618	1.130	-	160.147	-	31	450	-	99	217.161
Costa Rica	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cuba	367	9	162	28	126	3.772	-	52	668	-	11	14
Dominican Rep.	119	-	-	-	-	69	-	-	-	-	-	-
Equador	18	-	26	17	-	-	-	-	5	-	7	18
El Salvador	11	-	5	-	7	5	-	-	-	-	-	-
Guatemala	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Haiti	83	-	597	-	-	661	-	-	15	-	-	23
Honduras	5	5	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-
Mexico	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-
Nicaragua	-	-	-	-	24	-	-	-	-	-	-	5
Panama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	13	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peru	585	520	45	117	19	4.540	-	-	-	-	8	22
Uruguai	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-
Venezuela	5	-	-	-	24	65	-	-	22	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2010).

Notas: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; (x) Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação.

Tabela 1.4. Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, segundo países de nacionalidade ou residência habitual, países da América do Sul, 2020

País de nacionalidade ou residência habitual	País de solicitação ou refúgio											
	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Guiana	Paraguai	Peru	Suriname	Uruguai	Venezuela
Argentina	-	13	135	5	-	11	-	6	14	-	12	-
Bolívia	121	-	579	26	5	-	-	21	42	-	10	-
Brasil	15	-	-	-	-	20	-	5	17	-	20	-
Chile	39	5	140	-	-	11	-	-	17	-	10	10
Colômbia	786	202	3.247	4.563	-	114.332	-	57	2.352	5	213	68.219
Costa Rica	5	-	19	5	-	-	-	5	5	-	-	-
Cuba	1.080	48	15.815	1.616	214	544	85	839	3.269	1710	9.135	-
Dominican Rep.	583	-	1.270	116	-	48	-	-	75	13	255	-
Equador	34	5	146	52	12	-	-	-	269	-	16	-
El Salvador	80	-	59	36	11	31	-	18	14	-	55	-
Guatemala	6	-	24	5	-	-	-	-	-	-	5	-
Haiti	840	-	39.181	26	-	57	-	-	140	-	15	7
Honduras	17	-	21	5	5	10	-	-	7	-	-	-
Mexico	6	-	47	-	-	-	-	-	13	-	5	-
Nicaragua	30	-	37	5	9	5	-	-	15	-	9	-
Panama	-	-	8	-	-	5	-	-	11	-	-	-
Paraguai	29	-	145	-	-	-	-	-	5	-	5	-
Peru	594	524	210	128	-	198	-	10	-	-	11	5
Uruguai	-	10	31	-	-	-	-	-	5	-	-	-
Venezuela	4.138	399	137.463	2.777	20358	14.058	-	2.046	534.931	279	861	-

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2010).

Notas: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; (x) Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação.

Conforme anunciado anteriormente, na próxima seção deslocaremos nosso olhar para uma compreensão mais detalhada do panorama do refúgio latino-americano no Brasil na última década. Nesse percurso, serão analisadas informações sobre solicitantes de refúgio latino-americanos, considerando o país de nacionalidade ou de residência habitual, Unidades da Federação (UFs) da solicitação de refúgio, assim como o perfil sociodemográfico das pessoas latino-americanas solicitantes, entre outras, que vão nos auxiliar a traçar o perfil do refúgio latino-americano no Brasil na última década. Os dados analisados foram extraídos da base de dados STI-MAR da Polícia Federal (PF).

2. REFÚGIO LATINO-AMERICANO NO BRASIL NA DÉCADA

A análise dos dados sobre o refúgio latino-americano no Brasil, ao longo da última década, mostra-se significativamente reveladora das profundas transformações experimentadas pela própria dinâmica do refúgio no país de maneira mais geral no período 2011-2020.

Primeiramente, ressalta-se o importante aumento do número de latino-americanos solicitantes de refúgio ao longo da série histórica em destaque, 2011-2020. A exemplo da tendência mais geral observada para este mesmo recorte temporal (SILVA et al, 2021), trata-se de um processo que ganha relevância nos últimos quatro anos, período no qual foram registradas 93,7% do total de solicitações de refúgio apresentadas por latino-americanos na última década. Ainda sobre o recorte temporal 2017-2020, cabe mencionar que, mesmo considerando os efeitos da pandemia de COVID-19 para a mobilidade humana internacional e, consequentemente, para o refú-

gio, foram registrados, apenas no ano de 2020, 12,4% do total de solicitantes latino-americanos no período analisado.

Na série histórica observada, o número de solicitantes latino-americanos cresceu quase constantemente, após uma oscilação negativa verificada no ano de 2016. No último ano da série, 2020, o total de solicitantes latino-americanos reduziu-se drasticamente, no contexto da pandemia de COVID-19, retornando a um total de 25.799 solicitações em um ano, ainda assim um volume superior àquele observado para o ano de 2017¹⁵, quando se intensificou a chegada de solicitantes latino-americanos ao Brasil. Entre os anos de 2017 e 2019, renovou-se seguidamente o pico de solicitações de refúgio apresentadas por pessoas latino-americanas, alcançando o maior volume no ano de 2019, quando 75.222 latino-americanos solicitaram refúgio ao Brasil (ver tabelas 2.1, 2.2 e gráfico 2.1).

As tabelas 2.1 e 2.2, assim como o gráfico 2.1 e o mapa 2.1, revelam ainda que as pessoas latino-americanas solicitantes de refúgio de origem venezuelana (73,7%), haitiana (18,6%) e cubana (5,6%) foram aquelas que mais se destacaram ao longo da série histórica analisada, representando, em conjunto, 97,9% do total de solicitações ao longo da última década. Enquanto os haitianos, entre os anos de 2011 e 2015, apareceram como o principal grupo de latino-americanos solicitantes de refúgio no Brasil, a partir de 2016 os venezuelanos assumiram essa posição, registrando seu pico histórico no ano de 2018, com 61.391 solicitações, ou 85,5% do total de solicitações de refúgio, apresentadas por latino-americanos, em 2018.

Cabe destacar que, mesmo deixando de representar o principal grupo de latino-americanos so-

¹⁵ Na realidade esse dado pode ser encarado como mais um indicativo da tração conferida pelos solicitantes latino-americanos ao cenário brasileiro do refúgio na última década, visto que, no plano geral das solicitações de refúgio, o volume registrado para o ano de 2020 (28.899) foi inferior àquele registrado para o ano de 2017 (32.009) (SILVA et al, 2021).

licitantes de refúgio no Brasil (desde 2016), os haitianos registraram o seu próprio pico de solicitações no ano de 2019, quando 16.610 pessoas solicitaram refúgio ao Brasil. Estes pedidos corresponderam a 22,1% do total de solicitações de latino-americanos registradas no Brasil, em 2019, enquanto neste mesmo ano os solicitantes venezuelanos representaram 71,4% desse total. No último ano da série histórica em análise, 2020, as proporções observadas eram de 25,6% de haitianos e 67,4% de venezuelanos, a menor diferença registrada entre estes dois grupos de solicitantes desde 2016, quando os venezuela-

nos se constituíram como o principal grupo de latino-americanos solicitantes de refúgio no Brasil.

Sendo assim, quando analisados em conjunto, os solicitantes venezuelanos e haitianos representaram, em 2020, 93,0% do total de solicitações de refúgio registradas por latino-americanos no Brasil, proporção similar à observada em 2019 (93,5%). Essa representatividade é apenas um pouco inferior àquela alcançada no ano de 2018, quando estes grupos, em conjunto, representaram 95,2% do total de pessoas latino-americanas solicitantes de refúgio no país.

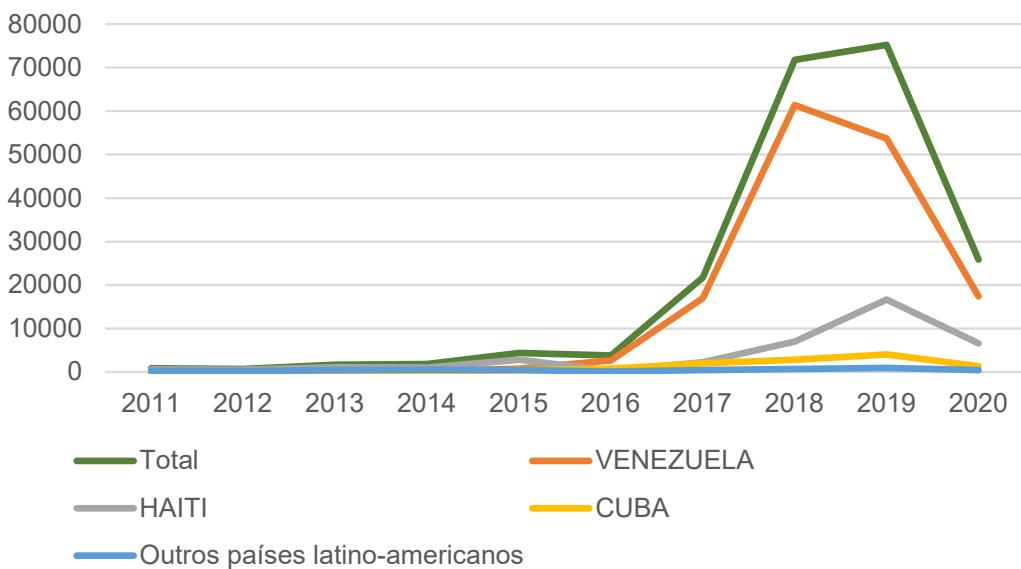
Tabela 2.1. Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, segundo países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil, 2011-2020

Países	Total	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	207629	848	681	1645	1784	4384	3750	21694	71822	75222	25799
VENEZUELA	153.050	3	1	49	191	717	2.601	16.999	61.391	53713	17.385
HAITI	38.686	559	470	1.112	991	2.815	243	2.253	7.020	16610	6.613
CUBA	11.550	28	26	68	113	419	770	2.006	2.774	3999	1.347
COLÔMBIA	1.857	214	156	285	87	82	49	168	253	381	182
PERU	268	7	1	7	9	4	2	35	57	60	86
PARAGUAI	183	7	0	2	3	22	0	21	34	55	39
REPÚBLICA DOMINICANA	1.218	0	5	90	366	293	59	120	117	132	36
BOLÍVIA	145	10	8	12	10	17	11	10	18	22	27
ARGENTINA	167	6	0	1	1	3	2	20	39	70	25
CHILE	152	0	0	2	0	0	4	8	41	79	18
EL SALVADOR	41	0	0	3	1	0	1	13	6	7	10
EQUADOR	101	12	9	10	6	3	2	11	12	26	10
MÉXICO	48	0	4	0	1	4	2	3	12	15	7
NICARÁGUA	47	0	0	0	1	1	1	2	21	15	6
URUGUAI	45	0	1	0	2	1	2	10	9	16	4
GUATEMALA	27	2	0	3	0	0	0	6	6	7	3
HONDURAS	21	0	0	1	0	2	0	5	6	6	1
COSTA RICA	14	0	0	0	1	0	1	4	4	4	0
PANAMÁ	9	0	0	0	1	1	0	0	2	5	0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio.

Nota: (*) De 2011 a 2015 foi utilizada NACIONALIDADE e de 2016 a 2020 foi utilizado PAÍS DE NASCIMENTO.

Gráfico 2.1. Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, segundo ano, Brasil, 2011 – 2020 (Principais países)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio (STI-MAR).

Nota: (*) De 2011 a 2015 foi utilizada NACIONALIDADE e de 2016 a 2020 foi utilizado PAÍS DE NASCIMENTO.

As formas, percursos e rotas de entrada utilizadas pelas pessoas latino-americanas solicitantes de refúgio para chegar ao território brasileiro também apresentaram importantes transformações ao longo da última década. A informação sobre as Unidades da Federação (UF) da solicitação de refúgio (mapas 2.2 e 2.3), nos oferece uma *proxy*¹⁶ de como esse padrão espacial se alterou nesse período¹⁷.

Neste sentido, quando se analisa os dados sobre as UF's de registro das solicitações de refúgio apresentadas por pessoas latino-americanas, para os anos de 2016 e 2020, reitera-se a relevância da região Norte para a dinâmica latino-americana do refúgio no Brasil. A região já se encontrava bem consolidada, desde ao menos meados da última década, uma vez que esta re-

gião já concentrava cerca de 89,8% destas solicitações, em 2016, com destaque para Roraima (82,3%). Já no ano de 2020, 94,2% destas solicitações foram registradas nas UF's que compõem a região Norte. Mais uma vez, Roraima (90,5%) se destacou como a principal UF de solicitação de refúgio por pessoas latino-americanas. Inclusive, no ano de 2020, o Tocantins foi a única UF da região que não registrou solicitações de refúgio apresentadas por pessoas latino-americanas, enquanto no ano de 2016, 3 UF's desta região não registraram tais solicitações (Pará, Rondônia e Tocantins).

Já a região Nordeste, tanto em 2016 quanto em 2020, foi aquela que concentrou os menores percentuais de solicitações de refúgio de pessoas oriundas de países latino-americanos. Quanto

16 Não existe aderência absoluta entre a UF de solicitação de refúgio e de efetiva entrada no Brasil.

17 Em virtude da inexistência dessa informação para o ano de 2011, optamos por utilizar a informação para o ano de 2016 (primeiro ponto de comparação disponível).

às demais regiões brasileiras, todas reduziram a sua participação nas solicitações de refúgio de pessoas oriundas de países latino-americanos no período analisado. O Sudeste variou de 4,9%

para 4,0%, enquanto o Centro-Oeste (2,3% para 0,7%) e o Sul (2,8% para 1,0%) completam o quadro de análise regional.

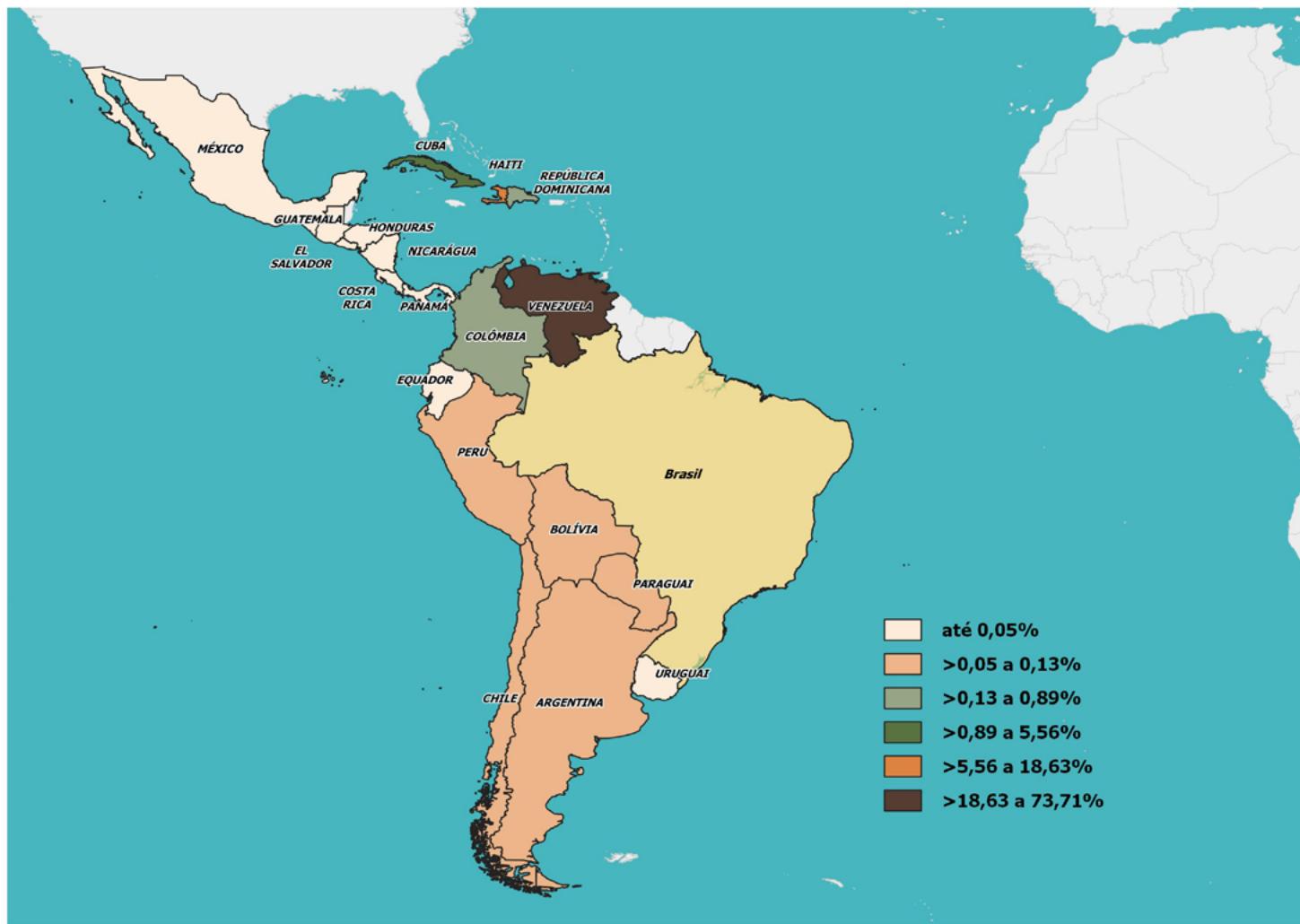
Tabela 2.2. Distribuição das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil, 2011-2020

Países	Frequência	Frequência Relativa
Total	207629	100,0%
VENEZUELA	153.050	73,7%
HAITI	38.686	18,6%
CUBA	11.550	5,6%
COLÔMBIA	1.857	0,9%
REPÚBLICA DOMINICANA	1.218	0,6%
PERU	268	0,1%
PARAGUAI	183	0,1%
ARGENTINA	167	0,1%
CHILE	152	0,1%
BOLÍVIA	145	0,1%
EQUADOR	101	0,0%
MÉXICO	48	0,0%
NICARÁGUA	47	0,0%
URUGUAI	45	0,0%
EL SALVADOR	41	0,0%
GUATEMALA	27	0,0%
HONDURAS	21	0,0%
COSTA RICA	14	0,0%
PANAMÁ	9	0,0%

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio.

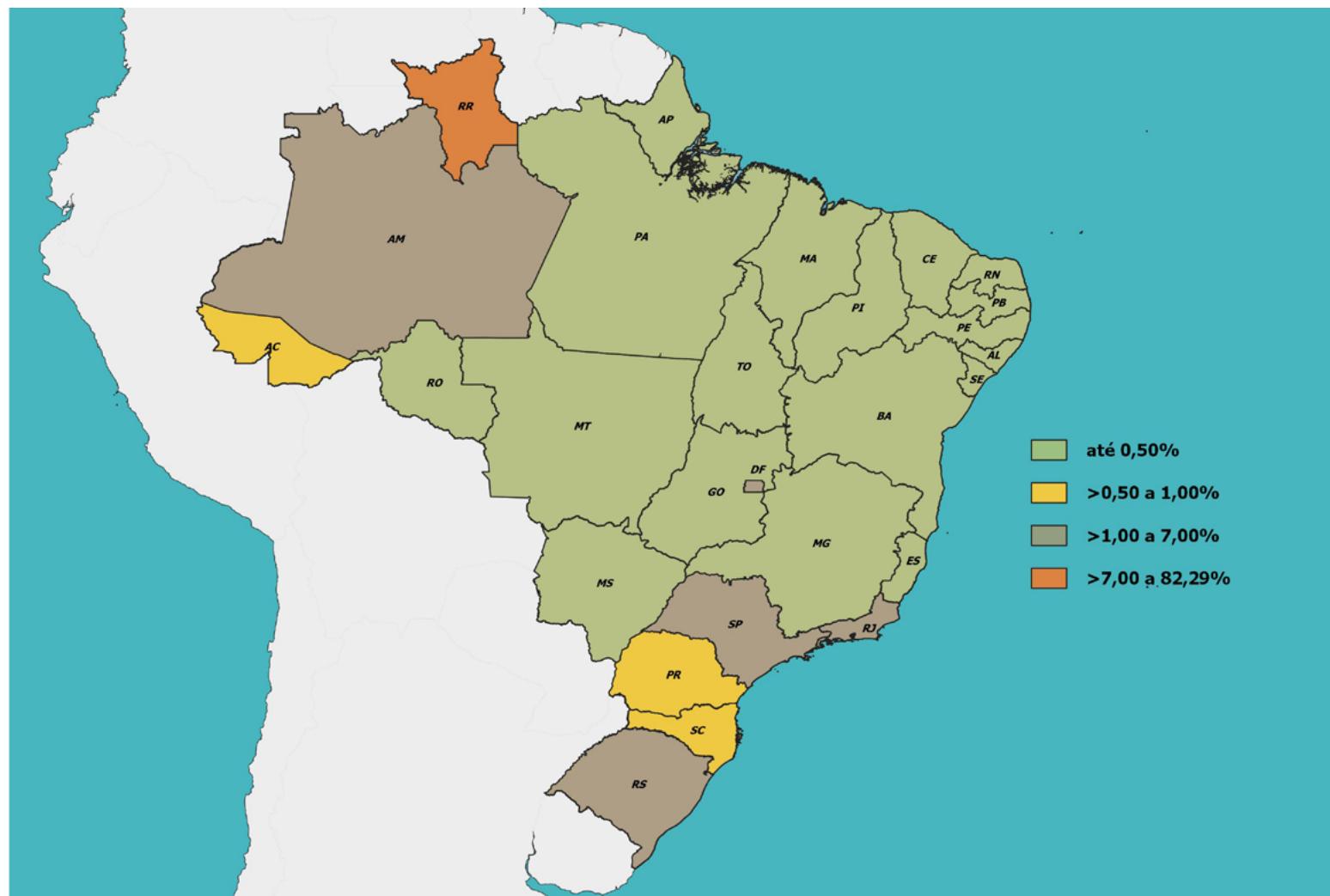
(*) De 2011 a 2015 foi utilizada NACIONALIDADE e de 2016 a 2020 foi utilizado PAÍS DE NASCIMENTO.

Mapa 2.1. Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual – 2011-2020



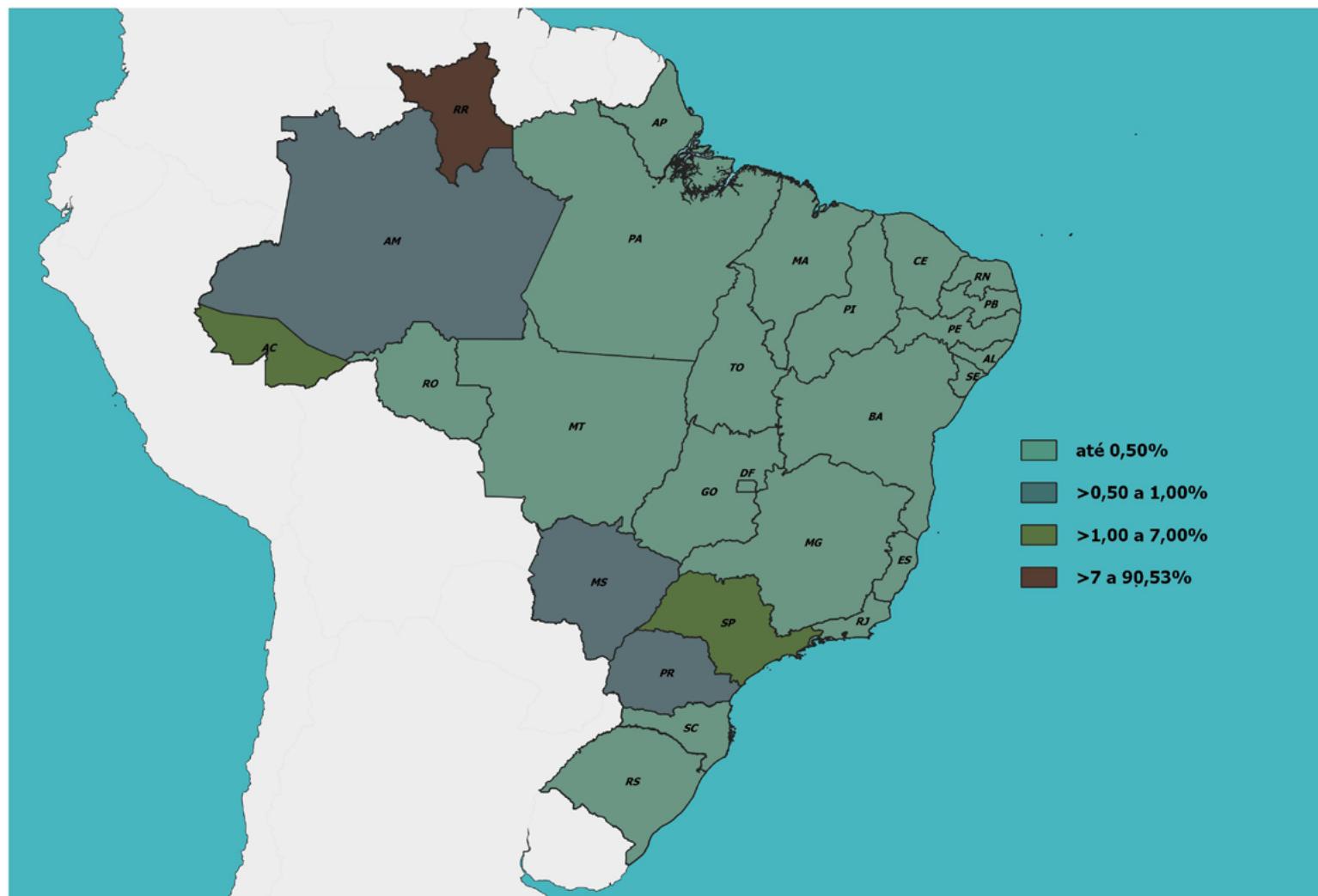
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio (STI-MAR).

Mapa 2.2. Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, segundo UF de solicitação – 2016



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio (STI-MAR).

Mapa 2.3. Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, segundo UF de solicitação – 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio (STI-MAR).

Já a distribuição por grupos de idade das pessoas latino-americanas que solicitaram refúgio entre 2011 e 2020 (ver tabela 2.3 e gráfico 2.2) revela que a maior parte dos solicitantes tinha entre 25 e 39 anos de idade¹⁸, seguida pelo grupo com menos de 15 anos de idade¹⁹. Este é, inclusive, um aspecto que destoa um pouco do perfil geral dos solicitantes de refúgio para o período analisado, conferindo um perfil ainda mais jovem aos refugiados e solicitantes latino-americanos. Na sequência, encontram-se as pessoas solicitantes com idade entre 15 e 24 anos. Estes três grupos de idade concentraram 84,5% do total de pessoas que solicitaram refúgio ao longo da última década, o que, como frisamos anteriormente, caracteriza um perfil majoritariamente jovem dessa população.

Considerando os países de nacionalidade ou de residência habitual das pessoas latino-americanas solicitantes de refúgio, apenas três não concentraram a maioria destes solicitantes no grupo de 25 a 39 anos de idade: Equador, Panamá e

Chile. Nos três casos, o maior volume de solicitações se concentrou no grupo com menos de 15 anos de idade. No caso do Chile, foram registradas 105 solicitações de refúgio para esse grupo de idade, o que significa que se trata de um segmento populacional que correspondia a 69,1% do total de chilenos solicitantes de refúgio no período analisado.

As crianças e adolescentes venezuelanos, por sua vez, representaram 93,8% das pessoas latino-americanas solicitantes de refúgio com menos de 15 anos de idade, ou 22,8% do total de pessoas latino-americanas solicitantes de refúgio, entre 2011 e 2020. Estes dados revelam que a significativa incidência de crianças e adolescentes latino-americanas solicitantes de refúgio apresenta-se fortemente correlacionada com as dinâmicas de mobilidade internacional forçada venezuelana. Inclusive, a partir destes dados, a mobilidade “em família” se apresenta como uma interpretação possível sobre o perfil demográfico verificado para o grupo analisado.

18 Grupo majoritário ao longo de toda a série temporal analisada, e que chegou a concentrar 58,8% das pessoas latino-americanas solicitantes de refúgio no ano de 2013.

19 No ano de 2019, as pessoas latino-americanas com idade entre 15 e 24 anos chegaram a representar 30,4% dos latino-americanas solicitantes de refúgio, ante 32,9% dos solicitantes com idade entre 25 e 39 anos, correspondendo à menor diferença verificada ao longo da última década.

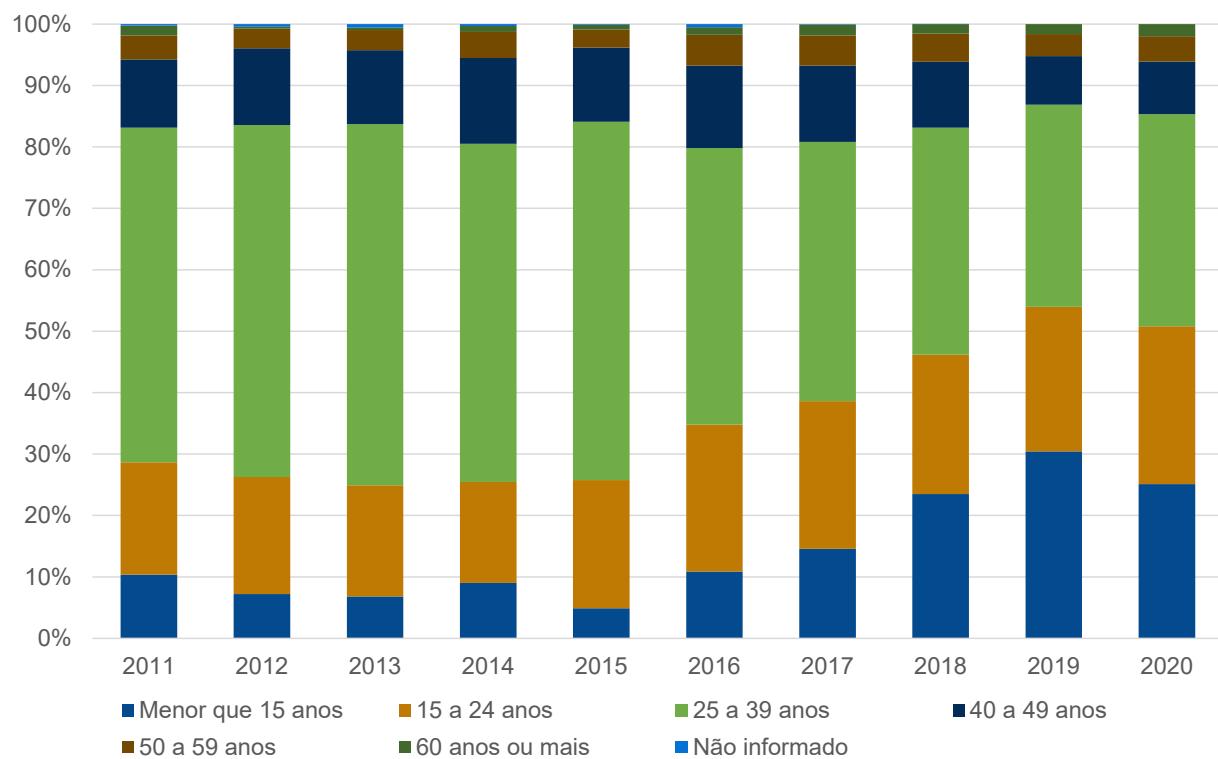
Tabela 2.3. Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, apresentadas por latino-americanos, por grupos de idade, segundo país de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil, 2011-2020

Países	2011 - 2020							
	Total	Menor que 15 anos	15 -- 25	25 -- 40	40 -- 50	50 -- 60	60 --	Não Informado
Total	207.629	50423	48.543	76.383	20.213	8.621	3.358	88
VENEZUELA	153050	47316	35266	46211	14563	6802	2842	50
HAITI	38686	1782	11062	22018	2977	637	188	22
CUBA	11550	722	1415	6400	2022	851	132	8
COLÔMBIA	1857	232	369	677	286	178	112	3
PERU	268	71	33	65	37	29	33	0
PARAGUAI	183	10	76	77	11	5	4	0
REPÚBLICA DOMINICANA	1218	59	204	660	226	56	10	3
BOLÍVIA	145	21	20	40	33	20	9	2
ARGENTINA	167	18	37	79	16	12	5	0
CHILE	152	105	5	22	6	9	5	0
EL SALVADOR	41	4	7	17	6	2	5	0
EQUADOR	101	51	14	22	9	3	2	0
MÉXICO	48	3	10	24	3	4	4	0
NICARÁGUA	47	4	4	28	6	4	1	0
URUGUAI	45	6	6	17	4	6	6	0
GUATEMALA	27	6	6	11	4	0	0	0
HONDURAS	21	4	7	7	2	1	0	0
COSTA RICA	14	4	1	6	1	2	0	0
PANAMÁ	9	5	1	2	1	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio (STI-MAR).

Nota: (*) De 2011 a 2015 foi utilizada NACIONALIDADE e de 2016 a 2020 foi utilizado PAÍS DE NASCIMENTO.

Gráfico 2.2. Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, por grupos de idade, Brasil, 2011-2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio (STI-MAR).

Ainda sobre o perfil das pessoas latino-americanas que solicitaram refúgio ao Brasil entre 2011 e 2020, a distribuição por sexo revela que 56,5% destas eram homens, enquanto as mulheres corresponderam a 43,3% das pessoas latino-americanas solicitantes²⁰. Chama atenção que, entre todos os países latino-americanos de nacionalidade ou de residência habitual, somente a República Dominicana registrou um número maior de solicitantes mulheres (51,2%), em relação aos solicitantes dominicanos homens (48,6%). Para mais detalhes, ver tabela 2.4 e gráfico 2.3.

Destaca-se que o ano de 2013 foi aquele que registrou a maior diferença nas proporções entre homens (75,8%) e mulheres (22,1%) para o grupo analisado, enquanto o ano de 2019 registrou a menor diferença entre homens (53,5%) e mulheres (46,5%) latino-americanas solicitantes de refúgio na última década. Entretanto, é importante salientar que, ao longo de toda a década, as mulheres latino-americanas solicitantes ampliaram a sua participação no cenário brasileiro do refúgio de forma praticamente constante²¹, até que no ano de 2020 verificou-se a única retração

20 Além de 0,2% com sexo “não informado”.

21 Exceto pelo ano de 2013, quando as mulheres corresponderam a 22,1% das pessoas latino-americanas solicitantes de refúgio, o que representou um pequeno recuo em relação ao ano de 2012 quando estas corresponderam a 22,8% destas pessoas.

para o período analisado, provavelmente como um desdobramento (a ser explorado) do contexto excepcional determinado pelas medidas de restrição à mobilidade internacional em virtude da pandemia de COVID-19²² (ver gráfico 2.3).

Finalizada a exploração das características demográficas das pessoas latino-americanas que solicitaram refúgio ao Brasil no período 2011-2020, a próxima seção irá tratar da presença destes refugiados e solicitantes no mercado de trabalho formal brasileiro.

Tabela 2.4. Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil, 2011-2020

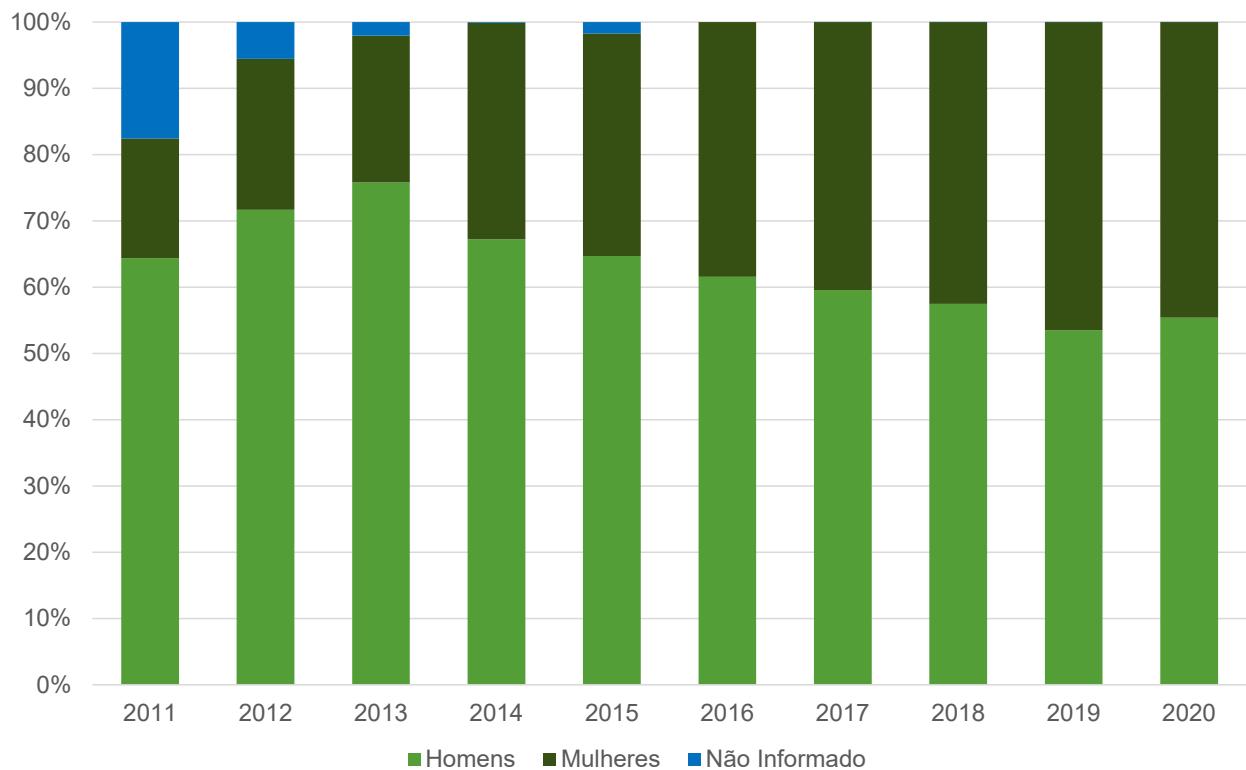
Países	2011-2020			
	Total	Homens	Mulheres	Não Informado
Total	207629	117.346	89957	326
VENEZUELA	153050	83.849	69143	58
HAITI	38686	23.784	14752	150
CUBA	11550	7.192	4335	23
COLÔMBIA	1857	1.163	612	82
PERU	268	170	97	1
PARAGUAI	183	108	73	2
REPÚBLICA DOMINICANA	1218	592	624	2
BOLÍVIA	145	83	60	2
ARGENTINA	167	104	62	1
CHILE	152	82	70	0
EL SALVADOR	41	24	17	0
EQUADOR	101	56	42	3
MÉXICO	48	36	12	0
NICARÁGUA	47	26	21	0
URUGUAI	45	35	10	0
GUATEMALA	27	15	10	2
HONDURAS	21	13	8	0
COSTA RICA	14	9	5	0
PANAMÁ	9	5	4	0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio (STI-MAR).

Nota:(*) De 2011 a 2015 foi utilizado NACIONALIDADE e de 2016 a 2020 foi utilizado PAÍS DE NASCIMENTO

22 As medidas de restrição estão contidas em diversas portarias, sendo a primeira editada em 19 de março de 2020. O normativo vigente no momento em que este artigo foi escrito é a Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021).

Gráfico 2.3. Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas por latino-americanos, por sexo, Brasil, 2011-2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio (STI-MAR).

3. A PRESENÇA DE REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO LATINO-AMERICANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO

Esta seção abordará a inserção das pessoas latino-americanas refugiadas e solicitantes no mercado de trabalho formal brasileiro, com recorte temporal definido para o período 2011 a 2019²³, atentando para suas dimensões socioeconômicas e demográficas. Para tanto, serão utilizadas informações extraídas a partir das bases harmonizadas OBMigra CTPS e RAIS.

3.1. CARTEIRAS DE TRABALHO EMITIDAS PARA SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS LATINO-AMERICANOS NO BRASIL – 2011 A 2019

Ao longo do período analisado, foram emitidas 87.570 carteiras de trabalho para pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas. Essas carteiras representaram 76,0% do total de carteiras de trabalho emitidas para o universo geral de refugiados e solicitantes, no Brasil, entre 2011 e 2019. Nesse intervalo de tempo, observa-se um crescimento contínuo da emissão de carteiras de

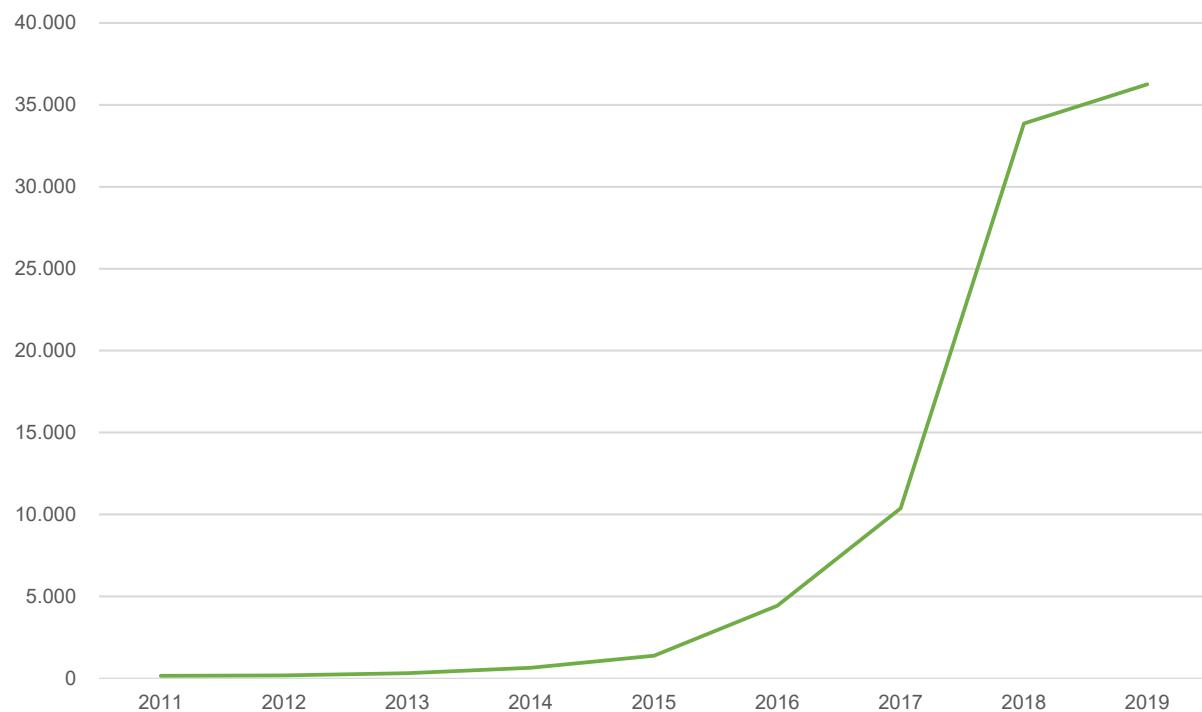
23 Sobre a limitação dos dados apresentados para o ano de 2019 e indisponibilidade dos mesmos para o ano de 2020, ver Nota 9.

trabalho para pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas, algo que se acelera a partir do ano de 2015 para finalmente assumir maiores proporções a partir de 2018 e atingir o seu pico no ano de 2019, quando foram emitidas 36.259 carteiras de trabalho para solicitantes e refugiados latino-americanos (ver gráfico 3.1.1 e tabela 3.1.1).

Ao longo do período analisado, 2011-2019, é significativo o predomínio de carteiras de trabalho emitidas para homens, que chegam a representar

68,8% do total de carteiras de trabalho emitidas para solicitantes e refugiados no ano de 2014²⁴. A disparidade entre homens e mulheres passa a declinar quase constantemente a partir do ano de 2014²⁵, com forte aceleração entre os anos de 2015 e 2016, registrando a menor diferença verificada na série histórica no ano de 2019, na proporção de 55,7% de carteiras de trabalho emitidas para homens, enquanto as mulheres responderam por 44,3% do total de carteiras de trabalho emitidas naquele ano para solicitantes e refugiados latino-americanos.

Gráfico 3.1.1. Número de carteiras de trabalho emitidas para solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, Brasil, 2011-2019



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, CTPS, 2011-2019.

24 Importante destacar que, no universo geral dos solicitantes e refugiados, essa proporção chega a alcançar 92,6% de carteiras de trabalho emitidas para homens, no ano de 2013 (SILVA et al, 2021). Trata-se de uma variação por recorte de escala da mobilidade forçada internacional, que não pode ser desprezada para a compreensão dos desdobramentos que a maior regionalização desses fluxos sinaliza para o cenário do refúgio no Brasil.

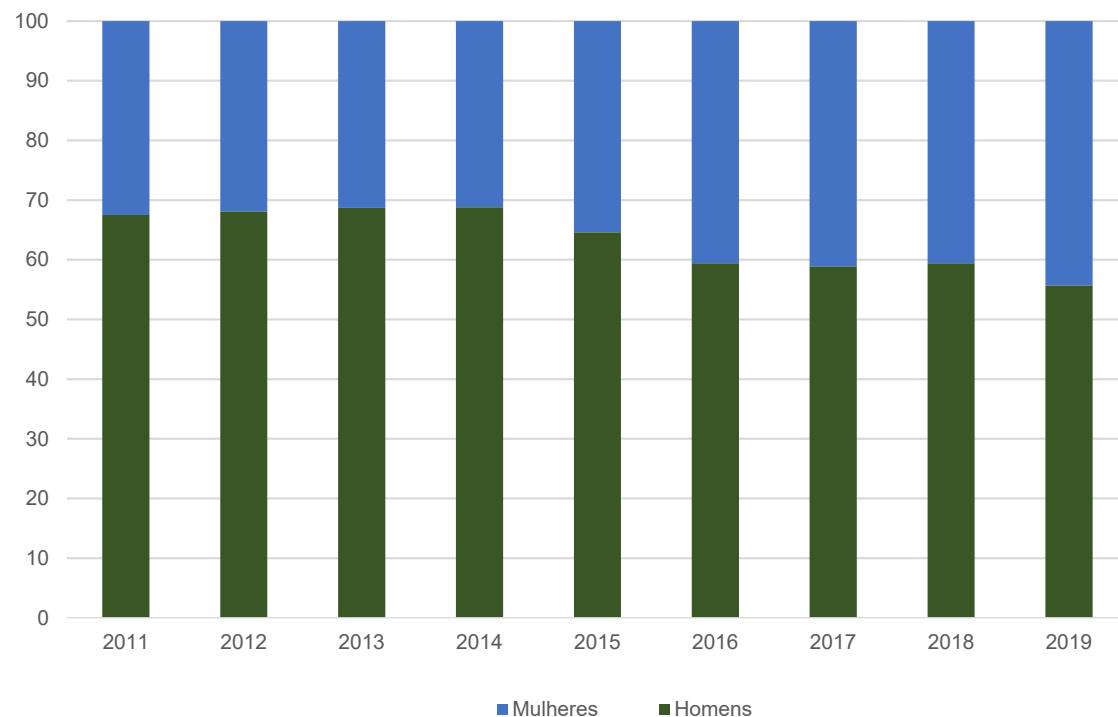
25 Exceto pelo ano de 2018.

**Tabela 3.1.1. Número de carteiras de trabalho emitidas para
solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por sexo,
segundo principais países, Brasil, 2011-2019**

Principais países	2011-2019		
	Total	Homens	Mulheres
Total	87.570	53.648	33.922
Venezuela	57102	34912	22190
Haiti	20929	12747	8182
Cuba	7150	4618	2532
República Dominicana	1129	540	589
Colômbia	803	526	277
Peru	100	74	26
Bolívia	80	50	30
Paraguai	62	42	20
Argentina	43	31	12
El Salvador	35	24	11
Uruguai	27	15	12
Equador	25	14	11
Nicarágua	25	11	14
México	22	16	6
Chile	13	9	4
Honduras	12	9	3
Costa Rica	6	4	2
Guatemala	6	5	1
Panamá	1	1	0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, CTPS, 2011-2019.

Gráfico 3.1.2. Proporção de carteiras de trabalhos emitidas para solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, segundo sexo, Brasil, 2011-2019



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, CTPS, 2011-2019.

Após a análise dos dados relativos à emissão de carteiras de trabalho no período 2011-2019, seguiremos com a exploração do perfil sociodemográfico das pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas que se inseriram no mercado formal de trabalho brasileiro para esse período de referência.

3.2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS LATINO-AMERICANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO - 2011 A 2019

Nesta seção, será traçado o perfil das pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas no mercado formal de trabalho entre os anos de

2011 e 2019. Os dados a seguir estão organizados em dois grupos: ocupados e não ocupados. A exemplo de Silva (2020), segue-se a proposta metodológica apresentada por Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2019) para composição desses grupos. Os autores ressaltam-se que:

No primeiro grupo encontram-se aqueles que no dia 31 de dezembro do respectivo ano possuíam vínculo ativo com a empresa contratante, ou seja, estavam empregados na data em questão. Em relação ao segundo grupo (não ocupados) é necessário frisar que os fatores utilizados para o agrupamento desses trabalhadores são mais amplos. Foram classificados como não ocupados os trabalhadores que não se encontravam no mercado de trabalho formal no final de

cada ano da série histórica aqui analisada. Em outras palavras, essas pessoas estiveram empregadas ou tiveram a carteira de trabalho emitida em algum momento dessa série, mas no final do ano não estavam mais empregadas (p.94).

A exemplo dos autores supracitados, ressalta-se que os critérios que definiram a composição do grupo “não ocupado” têm como referência apenas a atuação desses sujeitos no âmbito do mercado formal de trabalho. Sendo assim, a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho informal, uma prática recorrente tendo em vista a característica do mercado de trabalho no Brasil²⁶, assim como a possibilidade de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos terem decidido deixar o país definitivamente, sem a devida atualização de sua condição migratória junto às autoridades responsáveis pela gestão da política migratória no Brasil, constituem possibilidades que escapam a esta proposta de análise.

Observando os dados sobre ocupação das pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas no Brasil (gráfico 3.2.1) verifica-se que, ao longo de toda a série histórica iniciada em 2011, houve uma tendência constante de aumento no número de ocupados. A partir de 2017, acelera-se substancialmente a tendência de aumento no número de solicitantes e refugiados latino-americanos ocupados no mercado de trabalho formal, atin-

gindo o seu maior patamar justamente no último ano da série analisada, 2019, quando se verificou a presença de 17.483²⁷ destas pessoas refugiadas no mercado de trabalho formal brasileiro.

Já em relação às pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas que não se encontravam ocupadas no mercado formal de trabalho brasileiro, considerando-se o mesmo período (2011-2019), também se verifica uma tendência de aumento consistente. No ano de 2019, verificou-se o pico no número de pessoas solicitantes e refugiadas que se encontravam fora do mercado de trabalho formal no país, 65.779 pessoas²⁸.

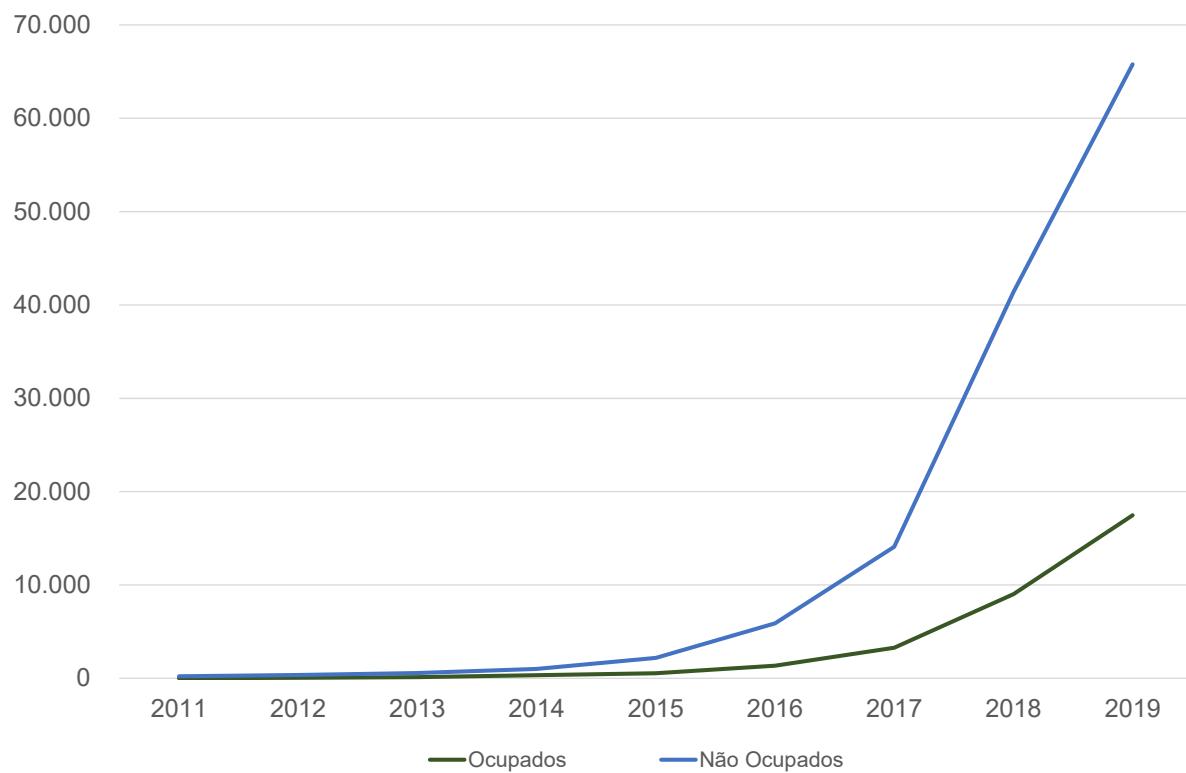
Cabe sublinhar que o volume de pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas não ocupadas foi superior ao total de pessoas ocupadas no mercado de trabalho formal, para esse mesmo grupo, ao longo de toda série histórica analisada. A diferença entre ocupados e não ocupados aumentou ano após ano, entre 2011 e 2019, com destaque para o período iniciado a partir de 2015, quando se verifica a aceleração dessa tendência, em diálogo claro com o contexto de estagnação econômica. Esses dados demonstram que existe uma quantidade cada vez maior de pessoas latino-americanas refugiadas e solicitantes que não conseguem acessar o mercado formal de trabalho no Brasil.

26 Fortemente marcado pela informalidade, em virtude (principalmente) da escassez de oportunidades de trabalho no mercado formal, o que se agravou nos últimos anos no contexto da crise econômica iniciada em 2015.

27 Que à época corresponderam a 76,6% do total de pessoas solicitantes e refugiadas no mercado formal de trabalho brasileiro.

28 Que representaram 76,4% do total de pessoas solicitantes e refugiadas não ocupadas no ano de 2019.

Gráfico 3.2.1. Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação, Brasil, 2011 – 2019



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

No que se refere à origem das pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio, fica evidente o destaque para as provenientes da América Latina, região esta que se consolidou, ao longo do período analisado, como o espaço de origem mais representativo entre os refugiados e solicitantes no Brasil (SILVA et al., 2020).

Este cenário de maior regionalização pode ser melhor delineado quando se explora a composição de origens por condição de ocupação para o último ano da série histórica analisada. Entre as

pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas que se encontravam ocupadas no mercado de trabalho formal no ano de 2019, os venezuelanos representavam 47,7% (8.333), enquanto que no ano de 2011 representavam apenas 3,7%, com uma única pessoa ocupada no mercado formal de trabalho. Já os haitianos correspondiam a 43,8% (7.657) deste grupo de pessoas ocupadas no ano de 2019, enquanto no ano de 2011 não havia sequer registro de haitianos solicitantes ou refugiados ocupados no mercado formal de trabalho (ver tabelas 3.2.1, 3.2.2 e mapa 3.2.1).

Entre as pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas não ocupadas no ano de 2019, os venezuelanos igualmente apareciam como o grupo mais significativo, 69,8% (45.940), enquanto no ano de 2011 representavam somente 1,3% das pessoas refugiadas latino-americanas não ocupadas. Já os haitianos correspondiam a

18,6% (12.223) das pessoas latino-americanas solicitantes ou refugiadas não ocupadas no ano de 2019, enquanto no ano de 2011 não havia registro destes entre as pessoas refugiadas não ocupadas no mercado formal de trabalho (ver tabelas 3.2.1, 3.2.2 e mapa 3.2.2).

Tabela 3.2.1. Número de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação e ano, segundo principais países, Brasil, 2011 e 2019

Principais países	2011		2019	
	Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados
Total	27	226	17.483	65.779
Venezuela	1	3	8333	45940
Haiti	0	0	7657	12223
Cuba	3	23	1161	5656
República Dominicana	0	1	175	826
Colômbia	16	144	83	746
Outros países latino-americanos	7	55	74	388

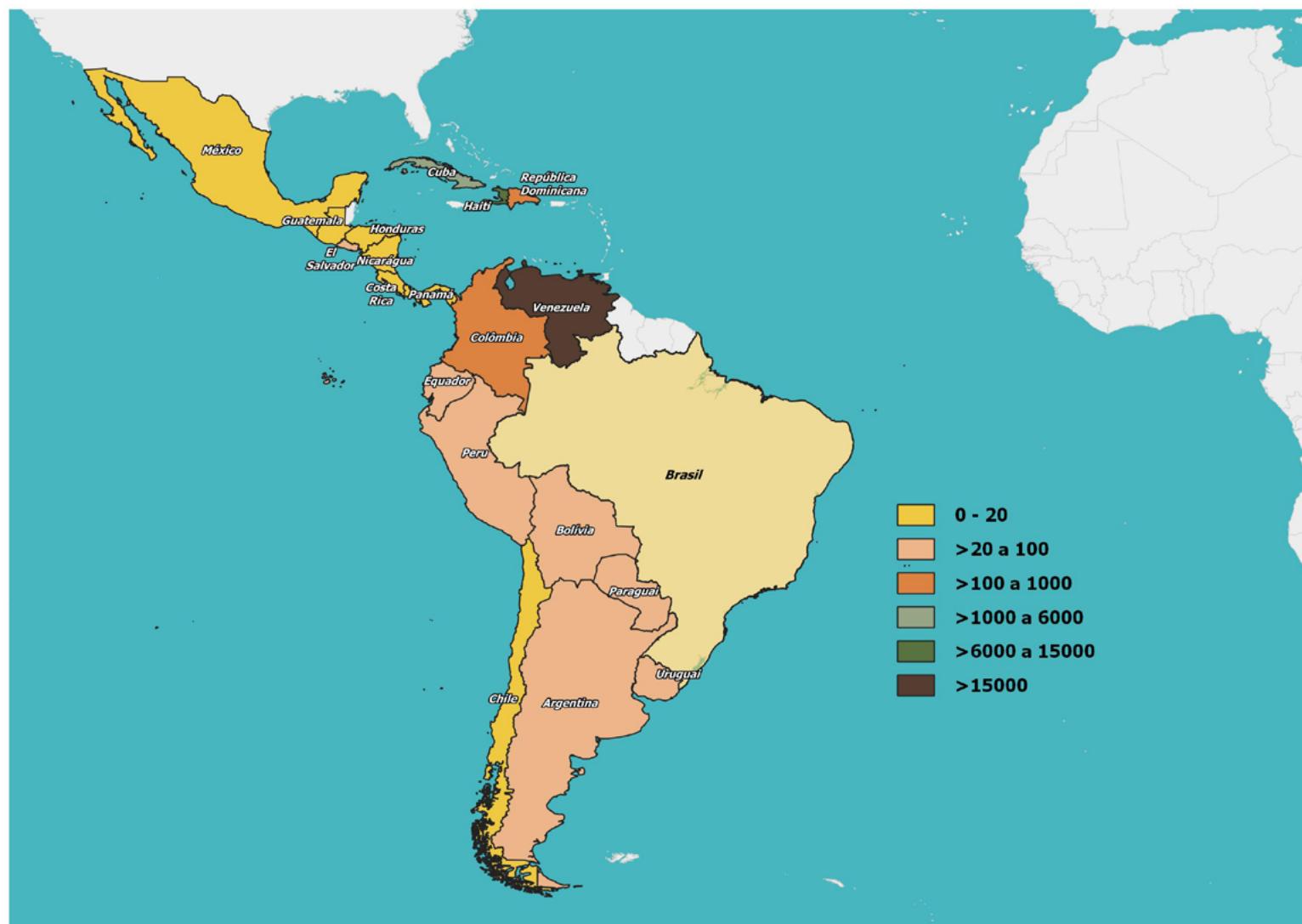
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

Tabela 3.2.2. Distribuição relativa de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação e ano, segundo principais países, Brasil, 2011 e 2019

Principais países	2011		2019	
	Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Venezuela	3,7	1,3	47,7	69,8
Haiti	0,0	0,0	43,8	18,6
Cuba	11,1	10,2	6,6	8,6
República Dominicana	0,0	0,4	1,0	1,3
Colômbia	59,3	63,7	0,5	1,1
Outros países latino-americanos	25,9	24,3	0,4	0,6

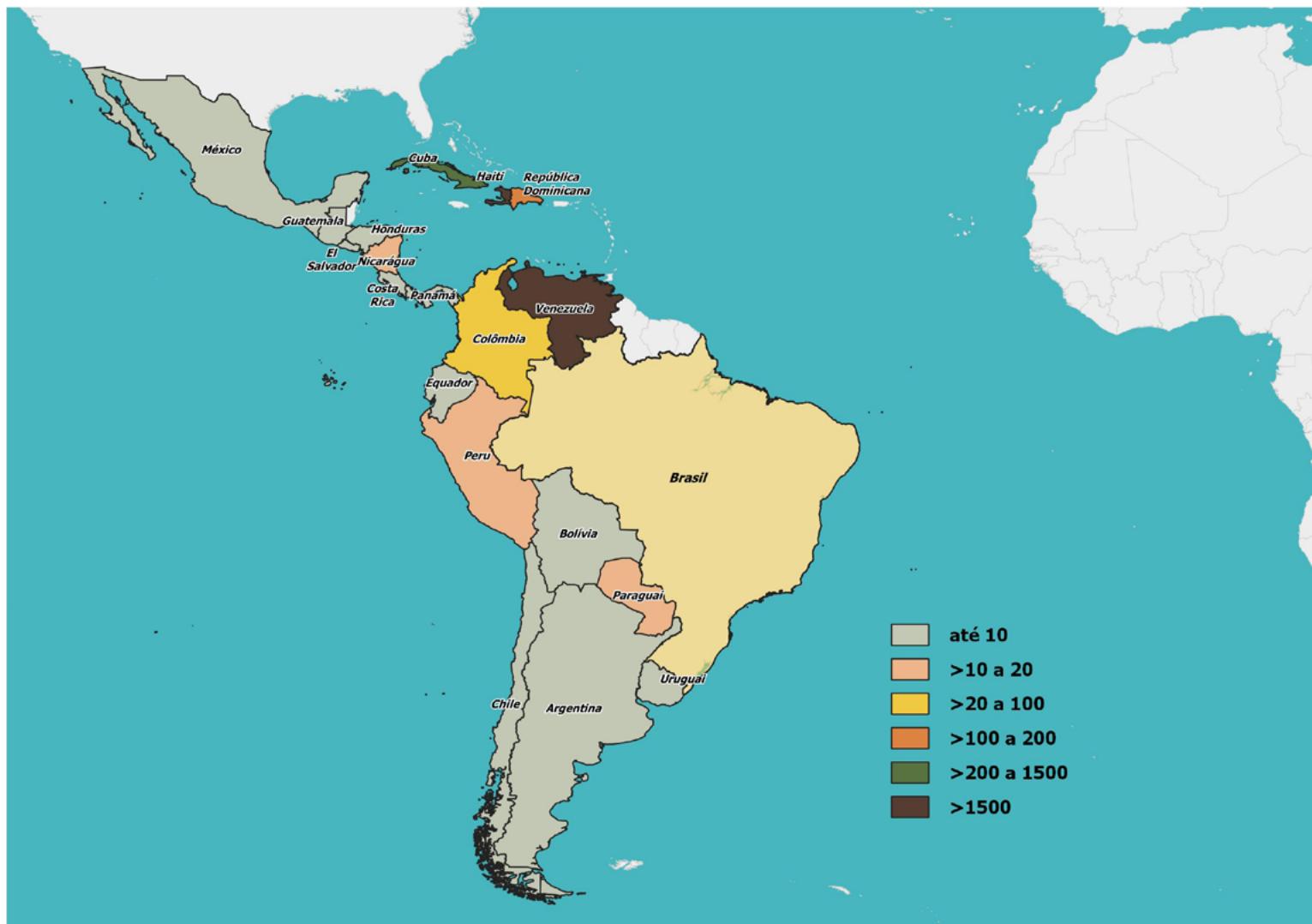
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

Mapa 3.2.1. Solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, não ocupados, segundo principais países - 2019



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

Mapa 3.2.2. Solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, ocupados, segundo principais países - 2019



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

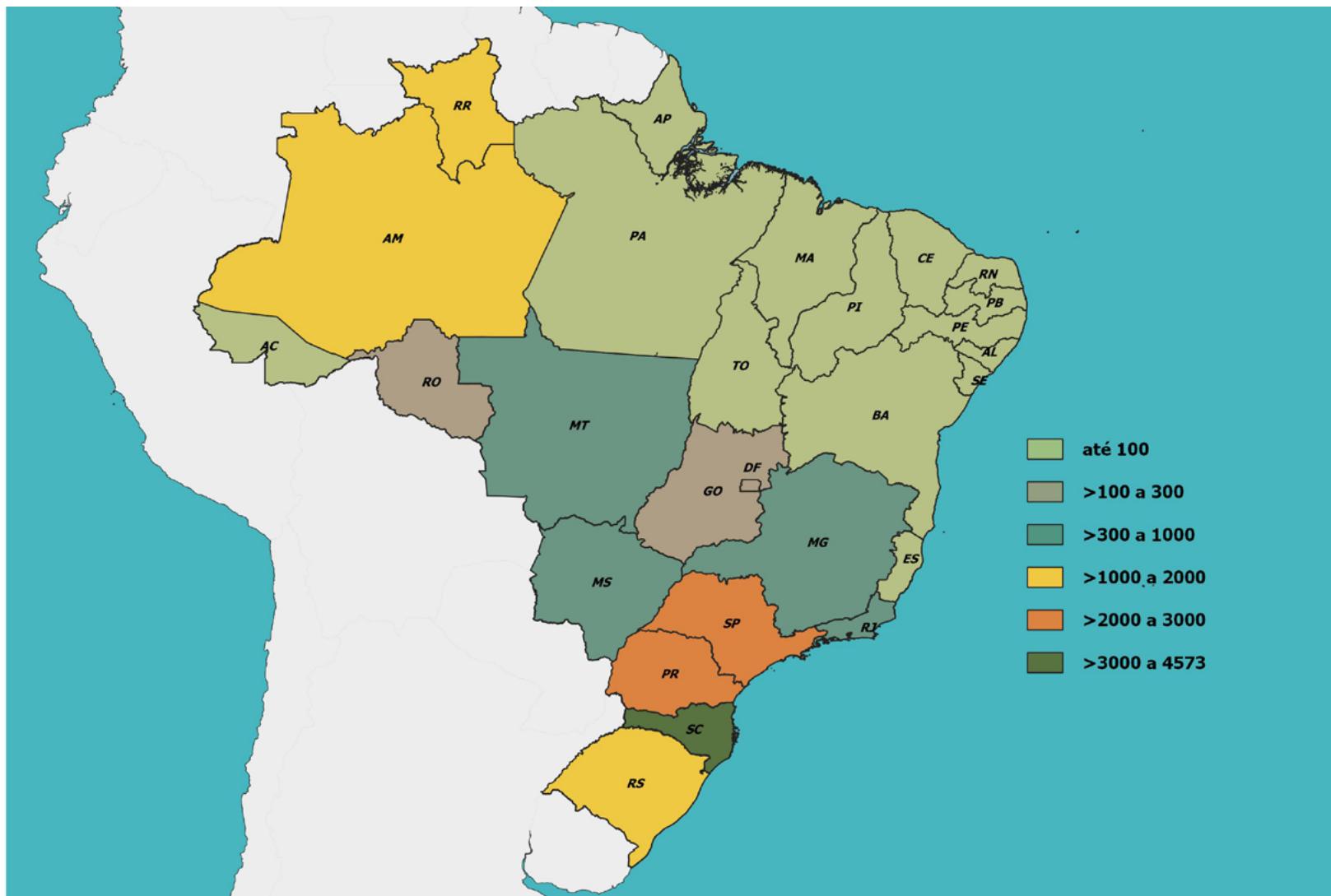
Ainda sobre o ano de 2019, último da série histórica analisada, cabe observar a espacialização dos solicitantes e refugiados latino-americanos ocupados no território brasileiro. A informação sobre a Unidade da Federação (UF) na qual estas pessoas se encontravam ocupadas, mostrada no mapa 3.2.3, indica que, conforme apontado anteriormente, mesmo diante de um cenário no qual as solicitações de refúgio apresentadas por estas pessoas tenham se concentrado entre as UFs que integram a região Norte do país, o maior volume de pessoas ocupadas no mercado de trabalho formal ocorre na região Sul do Brasil, com 8.539 pessoas refugiadas ocupadas (48,8%), com destaque para Santa Catarina, que reunia 4.573 destas pessoas (26,1%).

Entre as demais regiões brasileiras, a região Norte contemplava 3.679 pessoas latino-americanas refugiadas ocupadas no mercado de trabalho formal (21,0%), concentradas, fundamentalmente, em Roraima (1.681) e Amazonas (1.653) que, em conjunto, respondiam por 90,6% das pesso-

as refugiadas latino-americanas ocupadas nesta região. Por sua vez, em 2019, a região Sudeste se constituía no espaço de inserção no mercado de trabalho formal para 3.349 pessoas latino-americanas refugiadas ocupadas (19,1%), com destaque absoluto para São Paulo, onde se encontravam 2.340 destas pessoas, ou 69,8% do total de pessoas latino-americanas refugiadas e solicitantes ocupadas no mercado de trabalho formal nesta região (ver mapa 3.2.3).

Salientamos que a contraposição das informações sobre a UF de solicitação de refúgio e a UF de efetiva inserção no mercado formal de trabalho se faz fundamental para entender os processos de espalhamento espacial das pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas no território brasileiro. A partir destas informações, verifica-se uma face das movimentações internas realizadas por estas pessoas refugiadas, ressaltando a capacidade atrativa das áreas econômicas mais dinâmicas do país (ver mapa 3.2.3).

Mapa 3.2.3. Solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos ocupados, segundo Unidade da Federação – Brasil – 2019



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2019.

Seguindo com a exploração das características sociodemográficas dos solicitantes e refugiados latino-americanos, a análise da tabela 3.2.3 apresenta a presença majoritária de homens (77,8%)²⁹ entre aqueles que se encontravam ocupados no ano de 2011, enquanto no ano de 2019 estes representavam 74,8% daqueles que se encontravam inseridos no mercado de trabalho formal no Brasil. Já em relação aos não ocupados, as pessoas do sexo masculino também

constituíam o principal grupo em 2011 (64,2%), enquanto no ano de 2019 a presença destes entre os não ocupados havia se reduzido para 57,3%. Estas variações respondem, claro, ao aumento do número de mulheres latino-americanas solicitantes e refugiadas no Brasil, o que se desdobrou em um maior volume de carteiras de trabalho emitidas e na ampliação da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho formal.

Tabela 3.2.3. Distribuição relativa de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação e ano, segundo sexo, Brasil, 2011 e 2019

Sexo	2011		2019	
	Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Masculino	77,8	64,2	74,8	57,3
Feminino	22,2	35,8	25,2	42,7

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

Já a análise por grupos de idade nos revela que em ambos os períodos observados ocorre uma concentração significativa na faixa dos 20 a 39 anos, que reúne o maior número de pessoas solicitantes e refugiadas latino-americanas ocupadas e não ocupadas. Verifica-se também uma redução de participação em direção às faixas extremas dos grupos de idade, o que caracteriza uma inserção fundamental de pessoas jovens que se encontram na faixa mais produtiva da vida laboral. Cabe destacar, entretanto, uma menor participação das pessoas na faixa dos 40 a 64 anos, tanto para aquelas que se encontravam ocupadas, quanto para as não ocupadas, quando se compara os anos de 2011 e 2019. Este dado

revela que, ao longo da década, aprofundou-se o cenário de maior concentração na faixa dos 20 a 39 anos das pessoas latino-americanas refugiadas no mercado de trabalho formal brasileiro (ver tabela 3.2.4).

Como é possível observar na tabela 3.2.5, a informação sobre cor ou raça para as pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas no Brasil apresenta uma grande proporção de “ignorado”, particularmente em relação àqueles indivíduos que não se encontravam ocupados no ano de 2011. Segundo Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2019), trata-se de um problema que ocorre na origem da emissão da carteira de trabalho.

29 Ante 93,3% para o total dos solicitantes e refugiados que se encontravam ocupados no mercado de trabalho formal em 2011.

Tabela 3.2.4. Distribuição relativa de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação e ano, segundo grupos de idade, Brasil, 2011 e 2019

Grupos de idade	2011		2019	
	Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 20 anos	3,7	4,9	2,0	5,1
De 20 a menos de 40 anos	70,4	60,6	81,2	70,0
De 40 a menos de 65 anos	25,9	33,6	16,7	24,1
65 anos ou mais	0,0	0,9	0,0	0,9
Ignorado	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

O primeiro destaque é para as pessoas de cor ou raça branca que correspondiam, no ano de 2011, a 63,0% das pessoas ocupadas para o grupo analisado, reduzindo a sua participação para 16,3%, em 2019. Já as pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas de cor ou raça preta representavam 11,1% das pessoas ocupadas em 2011, ampliando a sua representação para 35,4% no ano de 2019 (ver tabela 3.2.5).

Ainda sobre a tabela 3.2.5, observa-se que, entre as pessoas solicitantes e refugiadas latino-americanas não ocupadas, aquelas declaradas pardas correspondiam à maior parcela em 2019, de 60,6%. A análise agregada para pretos e pardos revela uma presença significativa desse grupo para ambas as condições de ocupação ao longo da década, alcançando, respectivamente, 62,4% e 83,1% das pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas ocupadas e não ocupadas em 2019.

Tabela 3.2.5. Distribuição relativa de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação e ano, segundo cor ou raça, Brasil, 2011 e 2019

Cor ou raça	2011		2019	
	Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	63,0	11,5	16,3	11,5
Preta	11,1	1,3	35,4	22,5
Parda	22,2	9,3	27,0	60,6
Amarela	0,0	0,4	0,3	0,4
Indígena	0,0	0,0	0,2	0,5
Ignorado	3,7	77,4	20,8	4,5

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

Já a partir dos dados sobre o nível de instrução das pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas, observa-se que estas se caracterizaram, principalmente, por possuir ensino médio completo no ano de 2011. Essa característica se mantém para o ano de 2019, como mostrado na tabela 3.2.6.

Outro aspecto que chama atenção na compa-

ração entre os anos de 2011 e 2019 é a maior participação das pessoas sem instrução, tanto entre as pessoas ocupadas, quanto entre aquelas não ocupadas no mercado de trabalho formal no ano de 2019. Em paralelo, verifica-se a menor participação das pessoas refugiadas latino-americanas, com ensino superior completo, entre as pessoas ocupadas e não ocupadas no mesmo período.

Tabela 3.2.6. Distribuição relativa de solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos, por condição de ocupação e ano, segundo nível de instrução, Brasil, 2011 e 2019

Nível de instrução	2011		2019	
	Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução	0,0	0,0	5,2	1,5
Ensino fundamental incompleto	22,2	14,2	11,9	14,5
Ensino fundamental completo	0,0	7,5	10,8	8,6
Ensino médio incompleto	0,0	10,6	9,2	15,0
Ensino médio completo	59,3	40,7	53,5	44,4
Ensino superior incompleto	0,0	6,2	2,0	4,1
Ensino superior completo	18,5	20,8	7,4	11,3
Ignorado	0,0	0,0	0,0	0,7

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque e base harmonizada de não ocupados, 2011 e 2019.

A partir da análise das características sociodemográficas, nota-se a relevância das pessoas solicitantes de refúgio e refugiadas oriundas da América Latina para o cenário do refúgio brasileiro, na última década. Outro aspecto relevante para a caracterização dos trabalhadores latino-americanos solicitantes e refugiados refere-se à inserção destes nos diferentes setores de atividade econômica. Este ponto será objeto de atenção na próxima seção.

3.3. A INSERÇÃO LABORAL DOS SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS LATINO-AMERICANOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO

Quando se analisa os grandes grupos ocupacionais nos quais se encontravam inseridas as pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas no período 2011-2019 (mostrado na tabela 3.3.1), verifica-se que, ao longo de toda a série histórica, os grupos de “Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais”³⁰ e “Trabalhadores

30 Para fins deste artigo foram agregados os grupos 7 e 8 da classificação brasileira de ocupações (CBO), ambos sob a nomenclatura “Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais”.

Tabela 3.3.1. Solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos ocupados, por ano, segundo Grandes Grupos Ocupacionais, Brasil – 2011 a 2019

Grandes Grupos Ocupacionais	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	27	56	143	339	549	1.350	3.285	9.014	17.483
Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	2	1	2	7	9	16	32	73	108
Profissionais das ciências e das artes	2	3	7	9	19	31	54	101	156
Técnicos de nível médio	3	5	4	14	22	52	101	246	398
Trabalhadores de serviços administrativos	4	6	15	33	58	140	325	852	1536
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	5	15	37	110	227	557	1271	3307	5826
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	0	2	0	3	5	35	65	120	215
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	11	23	76	156	203	488	1357	4142	8851
Trabalhadores de manutenção e reparação	0	1	2	7	6	31	80	173	393
Ignorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2019.

dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados” reuniram os maiores volumes destes trabalhadores refugiados ocupados. Esses dois grupos registraram o seu pico de ocupação, para pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas, no ano de 2019 quando, em conjunto, representaram 83,9% desse grupo de trabalhadores ocupados naquele ano.

A tabela 3.3.2 nos informa que, somente a partir de 2018, a Indústria se torna o principal grupo de atividade econômica no qual se encontravam ocupados os solicitantes e refugiados latino-americanos no mercado formal de trabalho brasi-

leiro, enquanto para o universo geral dos solicitantes e refugiados ocupados no mercado formal esse mesmo encaminhamento ocorre já a partir do ano de 2013 (SILVA et al, 2020). Destaca-se também o grupo de atividade econômica “Demais serviços” que, entre 2012 e 2017, figurou como o principal grupo de atividade econômica no qual se encontravam ocupadas as pessoas solicitantes e refugiadas latino-americanos no mercado formal de trabalho brasileiro. Finalmente, sublinha-se que, em todos os grupos de atividade econômica que apresentaram registro para o grupo analisado, o pico de ocupação das pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas ocorreu no ano de 2019.

Tabela 3.3.2. Solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos ocupados, por ano, segundo Grupos de Atividade Econômica, Brasil – 2011 a 2019

Grupos de Atividade Econômica	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	27	56	143	339	549	1.350	3.285	9.014	17.483
Agropecuária	1	3	3	4	7	34	74	90	125
Indústria	8	15	43	116	131	383	1010	3004	7032
Construção	3	6	13	25	43	92	261	655	1088
Comércio e reparação	6	5	26	54	121	279	813	2286	3915
Administração pública	1	1	1	3	5	8	10	21	52
Educação, saúde e serviços sociais	3	6	6	10	19	42	80	193	431
Serviços domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais serviços	5	20	51	127	223	512	1037	2765	4840
Atividades mal definidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não especificado	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2019.

No que se refere às horas semanais trabalhadas e à média salarial dos solicitantes e refugiados latino-americanos ocupados no mercado de trabalho formal brasileiro, as tabelas 3.3.3 e 3.3.4 revelam que estas pessoas refugiadas trabalharam, majoritariamente, entre 40 e 45 horas semanais ao longo de toda a série histórica, com uma média salarial mensal que variou - em valores deflacionados pelo INPC, para junho/2021 - entre R\$2.175, no ano de 2013, e R\$1.624, em 2019.

Sublinha-se que a média salarial verificada para os solicitantes e refugiados latino-americanos em 2019 registrou o menor patamar de toda a sé-

rie histórica analisada como desdobramento de um recuo constante, após atingir o seu pico em 2013. Trata-se, portanto, de uma variação real negativa de - 25,3%, entre o ano de 2013 e 2019. Por fim, ressalta-se que a média salarial verificada para os solicitantes e refugiados latino-americanos foi invariavelmente inferior àquela observada para o mercado de trabalho formal em geral para o período analisado, registrando a maior diferença justamente no ano de 2019 (- 53,1%)³¹, quando a média salarial entre pessoas latino-americanas refugiadas registrou o seu menor patamar para a série histórica analisada.

31 No ano de 2019 a média salarial verificada para o mercado de trabalho em geral foi de R\$ 3.459,45(deflacionado pelo INPC para junho de 2021).

Tabela 3.3.3. Solicitantes de refúgio e refugiados latino-americanos ocupados, por ano, segundo Grupos de Atividade Econômica, Brasil – 2011 a 2019

Grupos de horas semanais	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	27	56	143	339	549	1.350	3.285	9.014	17.483
Menos de 15 horas	1	0	2	3	2	5	11	39	140
De 15 horas a menos de 20 horas	0	0	0	0	0	2	4	5	14
De 20 horas a menos de 30 horas	0	0	3	3	6	10	22	85	161
De 30 horas a menos de 40 horas	0	3	2	11	39	105	180	425	650
De 40 a 45 horas	26	53	136	322	502	1228	3068	8460	16518

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2019.

Tabela 3.3.4. Média salarial mensal em reais (R\$) dos Solicitantes de refúgio, e refugiados latino-americanos ocupados, segundo o ano, Brasil – 2011 a 2019

Ano	Média salarial (R\$)
2011	2108
2012	1850
2013	2175
2014	2005
2015	1962
2016	1737
2017	1695
2018	1636
2019	1624

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2019.

Nota: rendimentos deflacionados, pelo INPC, para junho/2021.

Finalizada nossa exploração acerca da inserção da pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas no mercado de trabalho formal brasileiro, seguiremos agora para os nossos últimos aportamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da última década, a comunidade internacional observou com preocupação a intensificação dos fluxos humanos que se deslocaram em busca de proteção em razão de perseguição relacionada a questões de raça, religião, opinião política, nacionalidade, pertencimento a grupos minoritários, entre outras circunstâncias geradoras dos deslocamentos internacionais forçados.

Por sua vez, o cenário político regional latino-americano mostrou-se particularmente sensível ao fenômeno do deslocamento humano forçado com desdobramentos evidentes para todos os países da região, entre eles o Brasil.

Neste contexto, a exemplo do que se verifica para as demais dimensões do fenômeno migratório para o Sul-global, o número de pessoas latino-americanas solicitantes e refugiadas vêm crescendo ano a ano no Brasil, processo esse marcado por importantes transformações sociodemográficas, como a maior participação de mulheres e crianças, além da diversificação dos espaços de origem, entrada, trânsito e destino

dessas pessoas refugiadas no território brasileiro, o que se verificou através da maior participação de solicitantes e refugiados venezuelanos, haitianos e cubanos na dinâmica do refúgio no Brasil e o próprio protagonismo assumido pela região Norte neste contexto.

Estas dinâmicas, próprias da mobilidade humana, alteraram substancialmente a geografia do refúgio no Brasil, o que resultou no maior espalhamento das pessoas refugiadas latino-americanas no território brasileiro orientadas, principalmente, pela capacidade de atração dos mercados de trabalho nas áreas mais dinâmicas do país, algo que se estabiliza a partir da sobreposição de redes, em particular as redes sociais tecidas por estes solicitantes e refugiados, articulando territórios (SANTOS, 2007).

Neste capítulo, buscou-se mais uma vez colaborar com o debate sobre a mobilidade humana internacional forçada no Brasil, refletindo sobre a influência do componente regional para a redefinição do cenário do refúgio no país ao longo da última década.

REFRÊNCIAS

ACNUR. **Global Trends 2021: Forced Displacement in 2020**. Jun. 2021. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/60b638e37/global-trends-forced-displacement-2020.html>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ACNUR. **A situação dos refugiados no mundo: cinquenta anos de acção humanitária**. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000.

BAENINGER, R. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do Sul. In: BAENINGER, R; BOGUS, L; BERTINO et al (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2^a ed.).

BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

BOGUS, L. M. M.; MOZINE, V. Imigração e refúgio no Brasil Contemporâneo: 1930-2012. In: CUTTI, D. et al. (Org.). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo, SP: EDUC, 2016.

BRASIL, **Portaria Nº 652 de 25 de janeiro de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-652-de-25-de-janeiro-de-2021-300740786>

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2019**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

MAGALHAES, L. F. A. Migração de dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no brasil. In: BAENINGER, R; BOGUS, L; BERTINO et al (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2^a ed.).

MARINUCCI, R.; MILESI, R. Migrantes e Refugiados: por uma Cidadania Universal. **Cadernos de debates: Refúgio, Migrações e Cidadania**, 2006.

MOREIRA, J. B.; BORBA, J. H. O. M. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira De Estudos De População. São Paulo**, v. 38, p. 1-20, 2021.

SANTOS, G. A. Redes e Território: reflexões sobre a migração In: DIAS, Leila C. & SILVEIRA, Rogério L. L. da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SILVA, G. J. O Reflexo dos deslocamentos internacionais forçados no mercado de trabalho brasileiro. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 6^a Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 5^a Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

5. A INSERÇÃO DO IMIGRANTE NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE 2011 E 2020

André Simões*

João Hallak Neto*

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise das características da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, considerando os dez anos que compreendem o período 2011 a 2020, momento marcado por intensas transformações políticas, econômicas e sociais, tanto no plano nacional quanto no internacional. Pretende-se mostrar que essa dinâmica marcou mudanças na natureza desses movimentos, com o crescimento da entrada de imigrantes de países do Sul Global, assim como do perfil destes trabalhadores, que passou a refletir cada vez mais as características destes novos movimentos. De forma complementar, este capítulo busca analisar o comportamento do mercado formal de trabalho imigrante em 2020, ano marcado pelos impactos da pandemia de COVID-19 na economia.

A análise é desenvolvida com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), registro de cobertura censitária em todo o território nacional e de responsabilidade da apuração do empregador, que considera uma gama de informações relacionadas às características dos empregados. Para o estudo do comportamento dos imigrantes que possuem ocupação formal no Brasil, o Ministério do Trabalho e Previdência disponibilizou ao Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) um estrato da base de dados com os microdados de 2011 a 2020. Com isso, foi possível realizar uma análise comparativa em relação

à dinâmica e à estrutura dos empregos formais, seus rendimentos e sua distribuição em diferentes aspectos, tais como o quantitativo de imigrantes desagregados por nacionalidades, sexo, cor ou raça, escolaridade e inserção ocupacional.

O estudo encontra-se dividido em mais cinco seções além desta introdução. Na primeira é apresentada uma visão geral da evolução do trabalho imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. Em seguida, o perfil demográfico e educacional deste grupo. A terceira seção traz uma análise da estrutura ocupacional dos imigrantes, procurando caracterizar com mais detalhes sua inserção no mercado formal de trabalho. A quarta seção, por sua vez, apresenta uma análise inicial das desigualdades de rendimentos entre os trabalhadores classificados por continentes ou nacionalidades. A quinta seção complementa a análise dos rendimentos considerando sua distribuição, que apresenta resultados para os índices de Gini e para as razões de rendimentos mais comumente utilizadas. Por fim são tecidas as considerações finais.

1. PANORAMA GERAL DA DINÂMICA DO IMIGRANTE NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO BRASILEIRO

A intensidade dos acontecimentos, no plano nacional e internacional, que mobilizaram o campo econômico, social e político entre os anos de 2011 e 2020, tornaram este período de dez anos

* Os autores são doutores em economia pela UFRJ e pesquisadores colaboradores do OBMigra

extremamente fértil para a análise da dinâmica da inserção dos imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. Este processo ganhou novas características ao longo desta década, onde se destaca a mudança no volume e perfil destes trabalhadores, até então delimitados, em sua maioria, a alguns países sul-americanos e europeus, passando a ser cada vez mais condicionado por novos fluxos, cuja origem são notadamente, mas não exclusivamente, aqueles países que vem passando por crises humanitárias.

O fato de o Brasil ter se tornado um polo de atração de novas nacionalidades está relacionado a uma conjunção de fatores: em primeiro lugar pelo dinamismo de sua economia e mercado de trabalho nos primeiros anos da década de 2010, contrariamente ao verificado nos países desenvolvidos, que ainda sofriam as consequências econômicas da crise financeira de 2008, em especial pela queda da atividade produtiva e do elevado desemprego. Como já mencionado em relatórios anteriores, esse comportamento beneficiou o país neste período, dinamizado por uma inserção ativa do país na política internacional, tornando-o um polo de atração de trabalhadores de todos os continentes e de todas as qualificações (Simões, 2018; Hallak e Simões, 2020).

Da mesma forma, no campo jurídico, a aprovação de legislações viabilizou condições mais favoráveis de recebimento e acolhida dos imigrantes no território brasileiro, dentro de uma perspectiva de integração destas populações a partir da concessão dos mesmos direitos conferidos aos nacionais. Nesse sentido, cabe destacar o Decreto n. 6.975 de 7 de outubro de 2009, chamado de Acordo de Residência do Mercosul, que conferiu direitos de residência aos nacionais de países-membros do Mercosul, Bolívia e Chile no território brasileiro, com igualdade dos direitos civis e de tratamento com os nacionais, considerando a aplicação da legislação trabalhista, especialmente em matéria de remuneração, condições de trabalho e seguro social (Brasil, 2009).

Além disso, a promulgação da Lei n. 13.445 de 2017, ou Nova Lei de Migração brasileira, que orientada por uma perspectiva de direitos humanos, ampliou as oportunidades de acolhida dos imigrantes, em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que, na parte que determina os princípios que regem a referida lei (artigo 3º), o parágrafo X menciona como diretriz a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas (Brasil, 2017).

Por fim, as crises humanitárias que atingiram o Haiti nos primeiros anos da década e a Venezuela já mais para o final do período, foram fundamentais no processo de reconfiguração do mercado formal de trabalho brasileiro imigrante, já que estas duas nacionalidades possuem peso cada vez mais relevante dentre estes trabalhadores. Cabe apontar que, no ano seguinte à edição da Nova Lei de Migração brasileira, foi promulgada a Portaria Interministerial n.10, de 6 de abril, que instituiu a concessão do visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Da mesma forma que nas legislações anteriores, garantia-se a possibilidade de livre exercício de atividade laboral no Brasil, respeitando a legislação vigente (Brasil, 2018).

Vigorando ao longo dos anos cobertos pelo presente relatório, esta dinâmica, composta por fatores de diferentes ordens, foi em grande medida responsável por um crescimento intenso do número de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. De fato, entre 2011 e 2020, o número destes trabalhadores foi ampliado em cerca de 3 vezes, passando de, respectivamente, 62,4 mil para 181,3 mil (Tabela 1). Este crescimento, no entanto, não foi verificado para todos os continentes no período analisado, o que se explica pela maior ou menor influência dos fatores acima colocados. No caso da América do Norte e da Europa, observa-se queda de,

respectivamente, 16,7% e 29,4% no volume de trabalhadores imigrantes entre 2011 e 2020, o que está relacionado ao comportamento da economia brasileira no período pós-2015, que teve seu mercado de trabalho impactado pela crise iniciada em meados de 2014. Entre 2015 e 2020, houve redução de 26,1% dos trabalhadores norte-americanos e de 38,5% de eu-

ropeus, ao passo que entre 2011 e 2014, momento em que a economia e o mercado de trabalho brasileiro se encontravam aquecidos, estes dois continentes registraram crescimento de, respectivamente, 23,0% e 21,3% no volume de trabalhadores ocupados.

Tabela 1. Número absoluto e relativo de ocupados imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, por continentes, segundo o ano – 2011 a 2020

Ano	Total		África		América do Norte		América Central e Caribe		América do Sul		Ásia		Europa		Outros	
	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)	(n. abs)	(%)
2011	62.423	100	1.206	1,9	2.600	4,2	803	1,3	23.769	38,1	7.068	11,3	20.245	32,4	6.732	10,8
2012	72.852	100	1.820	2,5	3.000	4,1	3.857	5,3	27.533	37,8	7.321	10,0	22.040	30,3	7.281	10,0
2013	92.011	100	3.116	3,4	3.144	3,4	12.849	14,0	32.407	35,2	8.719	9,5	24.014	26,1	7.762	8,4
2014	116.375	100	6.146	5,3	3.199	2,7	27.310	23,5	36.057	31,0	11.280	9,7	24.562	21,1	7.821	6,7
2015	127.879	100	7.945	6,2	2.932	2,3	38.133	29,8	36.520	28,6	11.857	9,3	23.236	18,2	7.256	5,7
2016	113.295	100	8.132	7,2	2.481	2,2	29.257	25,8	35.932	31,7	10.509	9,3	20.464	18,1	6.520	5,8
2017	122.658	100	8.452	6,9	2.379	1,9	39.430	32,1	37.014	30,2	9.081	7,4	18.336	14,9	7.966	6,5
2018	136.329	100	9.012	6,6	2.362	1,7	50.299	36,9	41.830	30,7	8.972	6,6	16.799	12,3	7.055	5,2
2019	147.674	100	8.794	6,0	2.192	1,5	55.821	37,8	52.265	35,4	8.811	6,0	15.156	10,3	4.635	3,1
2020	181.385	100	9.392	5,2	2.167	1,2	73.439	40,5	68.313	37,7	8.917	4,9	14.293	7,9	4.864	2,7

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

Nota: A categoria “Outros” inclui a Oceania e os registros de migrantes não especificados por continentes.

Cabe apontar que nacionalidades tradicionalmente presentes dentre os trabalhadores formais imigrantes, como portugueses, espanhóis e italianos, sofreram redução ao longo deste período. Em 2011, os portugueses eram a nacionalidade com o maior número de trabalhadores, representando cerca de 14,0% do total, passando para 3,0% em 2020, com uma redução de quase 35,0% no seu volume (Mapas 1 e 2).

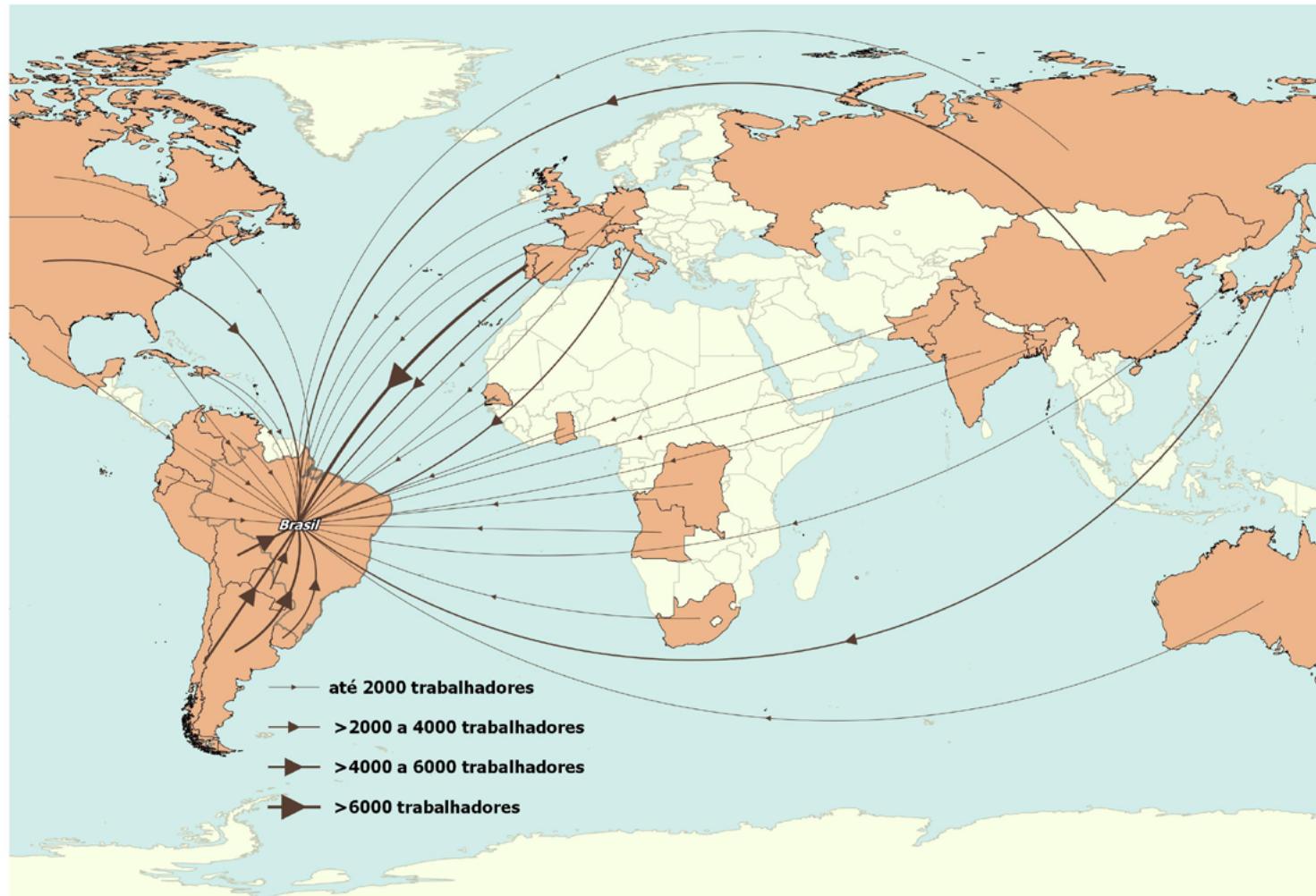
O comportamento da América Central e Caribe e da América do Sul, por sua vez, tiveram forte influência dos intensos fluxos de trabalhadores imigrantes oriundos do Haiti e da Venezuela, países que passam por crises humanitárias. No primeiro caso, o crescimento do volume de haitianos se intensificou a partir de 2013, quando a região era responsável por 14,0% do total de trabalhadores imigrantes no Brasil, passando para 40,5% em

2020 (Tabela 1). Ainda que o Haiti seja o responsável pelo crescimento da participação deste continente dentre os trabalhadores imigrantes, outras nacionalidades também registraram crescimento, como os cubanos.

O caso dos nacionais da América do Sul é um pouco diferente, pois os mesmos já representavam cerca de 38,0% do total de trabalhadores em 2011 e mantiveram este nível de participação em 2020, mas com um aumento no seu volume em quase três vezes (Tabela 1). Mesmo com

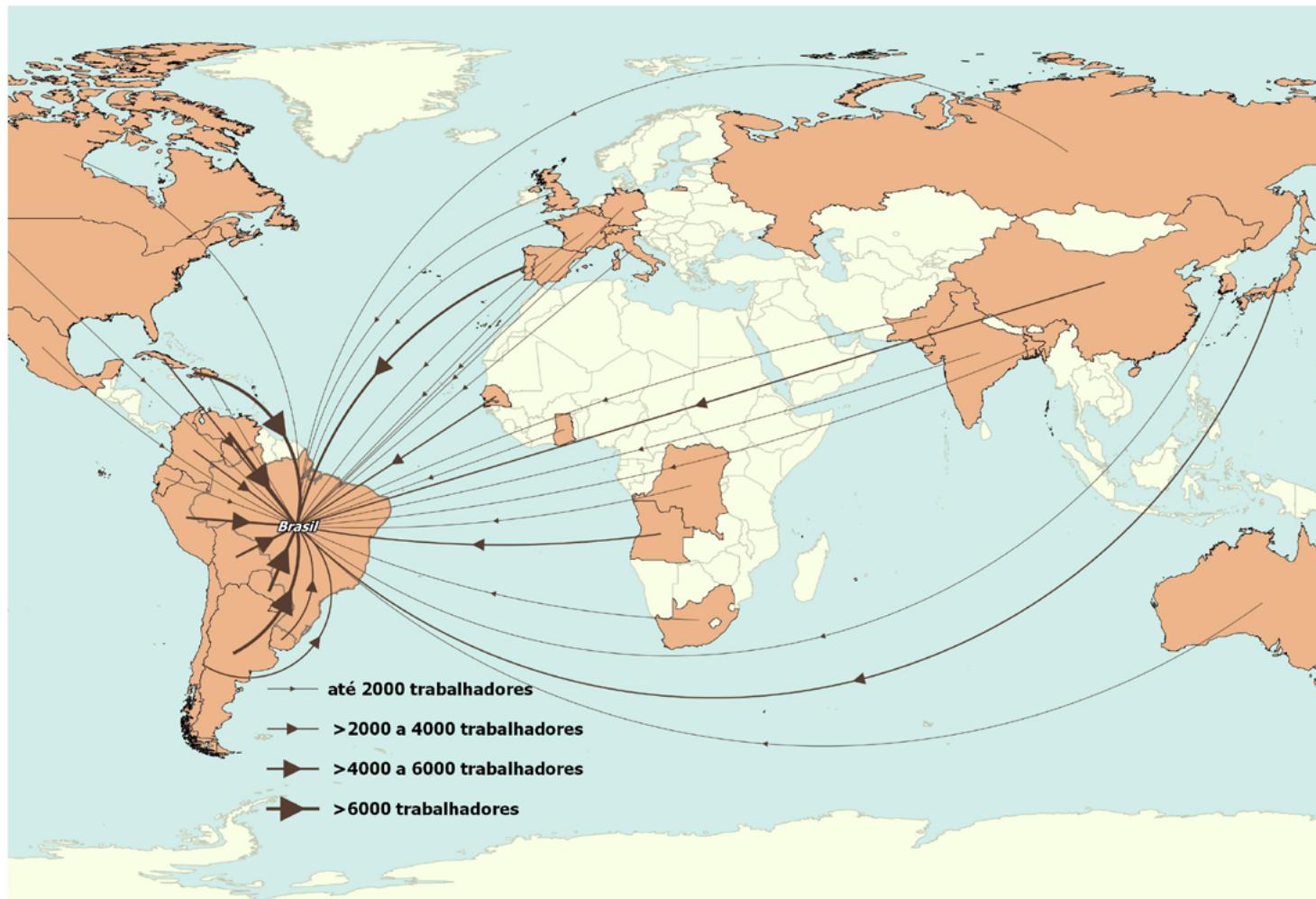
a crise econômica, o número de trabalhadores deste continente manteve trajetória de crescimento, o que se deve não apenas à influência da entrada de venezuelanos – que se intensificou a partir de 2018 – como também às nacionalidades que tradicionalmente compõem os fluxos de sul-americanos, como argentinos, bolivianos, paraguaios e uruguaios, que registraram aumento neste período, juntamente com peruanos e colombianos, que passaram a ter maior presença dentre os trabalhadores imigrantes desta região (Mapas 1 e 2).

Mapa 1. Número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo países de origem 2011



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011.

Mapa 2. Número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo países de origem 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2020.

Os nacionais do continente africano registraram crescimento de mais de sete vezes no volume de imigrantes entre 2011 e 2020, passando de 1,9% do total no primeiro ano para 5,2% em 2020. O dinamismo da economia brasileira no início da década de 2010, aliado à continuidade dos efeitos da crise financeira de 2008 sobre os países europeus é um fator explicativo para a mudança de estratégia dos nacionais de países africanos que passaram a buscar o território brasileiro em virtude das maiores oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho nacional, especialmente até 2015. Os trabalhadores senegaleses e angolanos foram aqueles em maior número dentre os trabalhadores africanos, sendo responsáveis por cerca de 45% do total destes imigrantes.

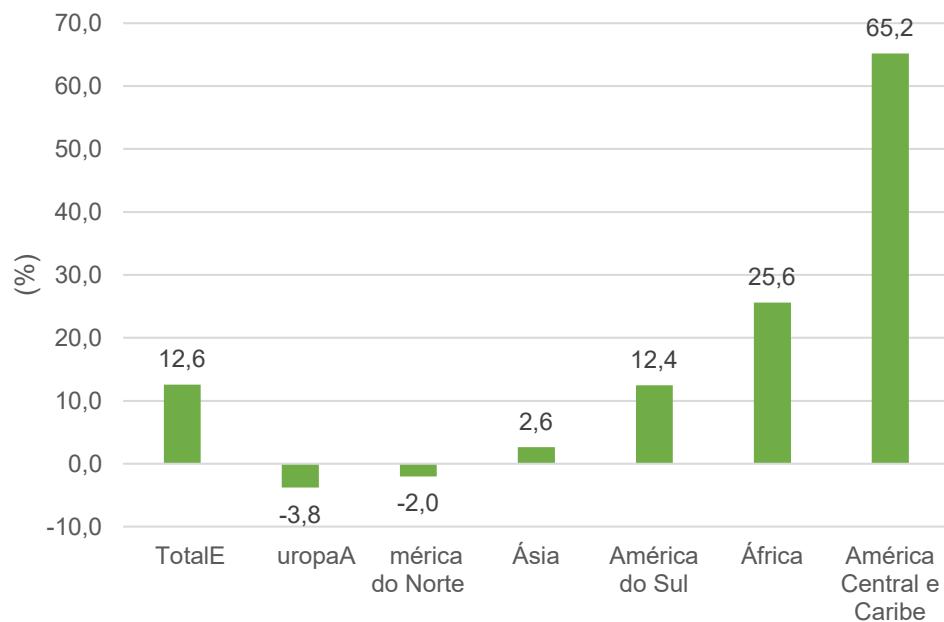
O comportamento dos trabalhadores asiáticos se aproximou do verificado para os europeus, ou seja, crescimento até meados da década e posterior queda, em virtude, muito provavelmente, da crise econômica brasileira, aliada à recuperação das economias dos países desenvolvidos (Tabela 1). Ainda assim, no período 2011 a 2020, houve crescimento de 26,2% do volume total destes trabalhadores, embora os mesmos tenham reduzido a participação no total de trabalhadores imigrantes. Os japoneses e os chineses foram os trabalhadores mais numerosos do continente asiático no mercado de trabalho brasileiro.

De maneira geral, considerando o período de 2011 a 2020, houve redução do volume e par-

ticipação dos continentes e nacionalidades pertencentes ao Norte Global que, em geral, possuem uma maior participação de trabalhadores qualificados que estão inseridos em posições de liderança na estrutura sócio-ocupacional (Simões et al, 2019). Ao apresentar as taxas anuais de crescimento do volume de trabalhadores no período compreendido por este capítulo, o Gráfico 1 mostra que a América do Norte e a Europa registraram em média uma queda anual de, respectivamente, 2,0% e 3,8%. Ainda que o volume de trabalhadores oriundos dessas regiões tenha crescido entre 2011 e 2014, a queda subsequente (2015 a 2020) explica as taxas negativas observadas para o período completo (2011 a 2020).

Por outro lado, os continentes e países do Sul Global registraram elevado crescimento médio anual do número de trabalhadores, com destaque para a América Central e Caribe, que teve um crescimento médio anual de 65,2%, o que se deve ao elevado volume da imigração de trabalhadores haitianos. A África também teve crescimento intenso no período, com uma média anual de 25,6%. A América do Sul, por sua vez, mesmo tendo um quantitativo de trabalhadores semelhante a América Central e Caribe em 2020, teve um incremento médio anual de 12,4%, ou seja, abaixo do verificado para este último, o que se deve ao fato de os sul-americanos já apresentarem participação relevante dentre os trabalhadores imigrantes em 2011, além de sua evolução ter ocorrido em ritmo mais lento.

Gráfico 1. Taxas médias anuais de crescimento do número de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, total e continentes – 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

Nota: Não são apresentados resultados para a categoria outros.

Passando a análise focada no período mais recente, especialmente no ano de 2020, quando a pandemia de COVID-19 trouxe impactos significativos sobre os mercados de trabalho dos países, as informações de registros relacionados ao mercado formal de trabalho dos imigrantes mostram que, no Brasil, houve crescimento de 22,8% no volume destes trabalhadores entre 2019 e 2020. Este aumento reproduz o comportamento que foi analisado para o período de 2011 a 2020, com queda do número de trabalhadores norte-americanos e europeus e crescimento do volume dos trabalhadores dos demais continentes, em especial da América Central e Caribe e da América do Sul, que tiveram crescimento em torno de 30,0% (Tabela 1).

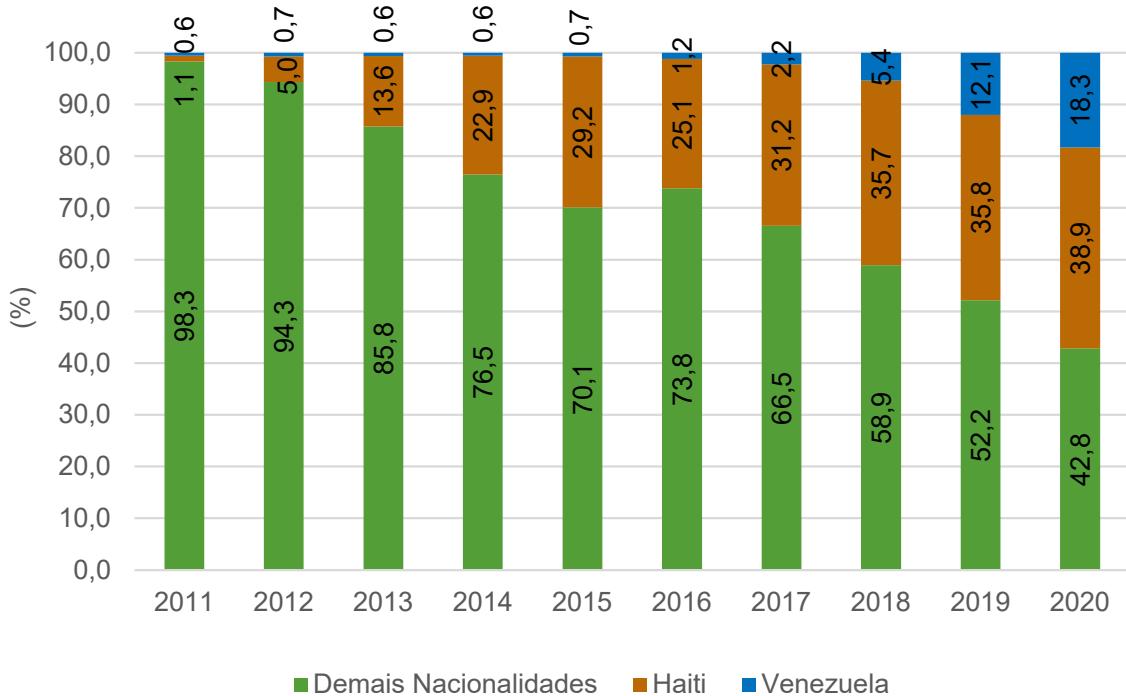
Embora tenham registrado aumento, os trabalhadores da África e da Ásia contribuíram pouco para o crescimento do volume de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2019 e 2020, sendo os maiores responsáveis os trabalhadores haitianos e venezuelanos. No primeiro caso, houve um incremento de 33,4% ao passo que entre os venezuelanos o aumento foi cerca de 86,0%. Como será tratado mais adiante, parte do crescimento do número de trabalhadores destas duas nacionalidades pode estar relacionado à inserção dos mesmos em setores de atividades e ocupações que se beneficiaram das condições da economia mundial em 2020, como a cadeia do agronegócio, que tem absorvido especialmente os haitianos, mas também os trabalhadores venezuelanos.¹

¹ Esta hipótese será detalhada em seção posterior. Por sua vez, é importante ressaltar a necessidade de estudos que explorem com mais detalhes a relação entre o crescimento acentuado do número de imigrantes ocupados (especialmente entre 2019 e 2020) com o aumento da participação destes trabalhadores nas ocupações e atividades vinculadas à cadeia agroindustrial, em especial nos setores voltados à exportação.

Um aspecto importante do crescimento do volume de imigrantes haitianos e venezuelanos nos últimos anos é o aumento de sua participação no total dos trabalhadores imigrantes (Gráfico 2). De fato, em 2011, estas duas nacionalidades representavam menos de 2% destes trabalhadores, passando para 57,2% em 2020. Ou seja, no último ano da série, mais da metade dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de tra-

lho brasileiro eram haitianos ou venezuelanos, o que faz com que o perfil da força de trabalho imigrante seja fortemente condicionado pelas características dos trabalhadores destas duas nacionalidades. Embora os haitianos sejam maioria, com 38,9% destes trabalhadores em 2020, o crescimento dos venezuelanos vem chamando atenção nos últimos anos, quando passaram de 5,4% em 2018 para 18,3% em 2020.

Gráfico 2. Distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo nacionalidades selecionadas – 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

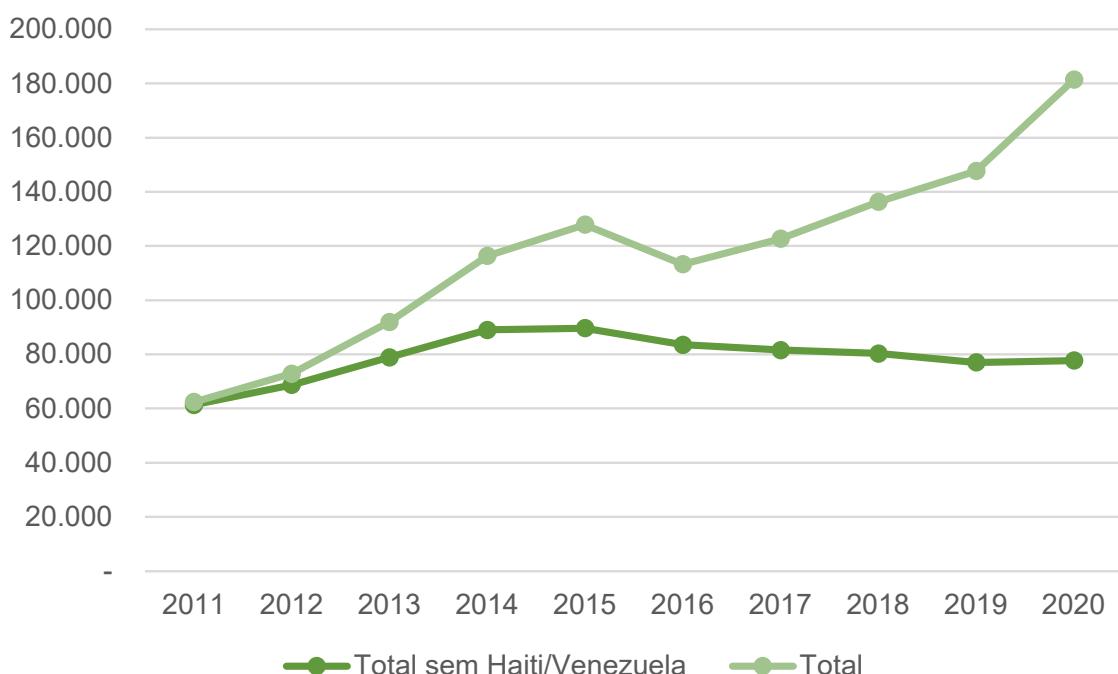
Esse incremento significativo de trabalhadores haitianos e venezuelanos nos últimos anos está relacionado à continuidade da crise humanitária nesses países, o que se sobrepõe à conjuntura econômica brasileira que, desde meados de 2014, vem sendo impactada por baixo crescimento econômico e, consequentemente, de-

saceleração do dinamismo de seu mercado de trabalho. De fato, se não for considerado o volume de trabalhadores do Haiti e da Venezuela, a evolução do número de trabalhadores imigrantes apresenta comportamento diferente daquele observado quando todas as informações são consideradas. Ou seja, o crescimento destes tra-

lhadores entre 2011 e 2014 é seguido por uma queda no seu volume, a partir de 2015, que se mantém até 2019. Há, portanto, uma maior ade-

rência do mercado formal de trabalho imigrante a conjuntura econômica do país neste período para imigrantes das demais nacionalidades².

Gráfico 3. Número de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro, segundo recortes selecionados de nacionalidade - 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

Como pontuado anteriormente, este comportamento mostra a influência do crescente volume de trabalhadores haitianos e venezuelanos sobre a localização territorial dos trabalhadores imigrantes, assim como de seu perfil sociodemográfico, produzindo mudanças em suas características ao longo da série analisada neste trabalho. As próximas seções aprofundam mais esta análise.

2. A LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES IMIGRANTES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Em 2011, a distribuição espacial da força de trabalho imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro era caracterizada por elevada concentração na Região Sudeste do país, com destaque para o estado de São Paulo, responsável por 47,4% do total destes trabalhadores, e o Rio de Janeiro, com 15,7%. Este comportamento inicial, que foi sendo alterado ao longo dos anos, refletia o perfil da imigração na época, marcada pela ele-

2 Em 2020 há um pequeno crescimento do estoque de imigrantes.

vada participação de europeus e sul-americanos, onde os mesmos apresentavam uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, o que se traduzia na busca por localidades com desenvolvimento mais intenso de atividades com elevado conteúdo tecnológico e científico e a existência de centros de ensino, pesquisa e gestão.

A intensificação da entrada dos trabalhadores imigrantes ao longo da década foi responsável por mudanças relativas no que tange à absorção desta mão de obra, com uma maior desconcentração do Sudeste frente às outras regiões. A Região Sul, que em 2011 foi responsável por 17,0% do total de trabalhadores imigrantes no país, ganhou maior participação ao longo dos anos, chegando a 46,2% em 2020, a maior dentre todas as regiões. Como aponta Oliveira (2016), as imigrações recentes passaram a privilegiar também os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, especialmente por conta dos haitianos, levando a uma reconfiguração dos fluxos migratórios que abriu novas frentes para a localização da força de trabalho no território nacional. Mais recentemente, o crescimento da imigração venezuelana para os estados do sul do país tem contribuído para o aumento da participação desta região no total dos trabalhadores.

Nesta mesma linha de análise, o crescimento do peso da Região Centro-Oeste passou de 4,6% em 2011 para 7,5% em 2020, com destaque para os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A Região Norte, por sua vez, registrou aumento de sua participação no total de trabalhadores imigrantes após 2015, o que se deve ao peso crescente de venezuelanos, que ampliaram a participação dos estados de Roraima e Amazonas em 2020.

Esta tendência se manteve entre 2019 e 2020, mas com intensidade superior ao registrado para os demais anos. Ou seja, as Regiões Sul e Centro-Oeste ampliaram ainda mais seus pesos no mercado de trabalho formal imigrante, ao passo que Sudeste e Nordeste mantiveram trajetória de queda, ainda que tenham registrado aumento no volume de trabalhadores. O elevado crescimento do volume de haitianos e venezuelanos entre estes dois anos e o direcionamento de parte deste contingente para as atividades vinculadas à cadeia produtiva do agronegócio, em setores de abate de animais para a exportação, são elementos que podem ajudar a explicar este movimento (Oliveira, 2016; Handerson, 2014).

Tabela 2. Número absoluto relativo de trabalhadores imigrantes segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 2011/2015/2019/2020

Brasil e Grande Regiões	2011		2015		2019		2020	
	(#)	(%)	(#)	(%)	(#)	(%)	(#)	(%)
Brasil	62.423	100	127.879	100	147.673	100	181.384	100
Norte	2.690	4,3	3.781	3,0	8.502	5,8	10.749	5,9
Rondônia	503	0,8	887	0,7	906	0,6	1.037	0,6
Acre	179	0,3	209	0,2	149	0,1	202	0,1
Amazonas	1.453	2,3	1.688	1,3	3.579	2,4	4.893	2,7
Roraima	72	0,1	228	0,2	2.993	2,0	3.733	2,1
Pará	343	0,5	532	0,4	615	0,4	622	0,3
Amapá	42	0,1	62	0,0	84	0,1	92	0,1
Tocantins	98	0,2	175	0,1	176	0,1	170	0,1
Nordeste	3.845	6,2	5.937	4,6	5.025	3,4	5.193	2,9
Maranhão	137	0,2	243	0,2	175	0,1	155	0,1
Piauí	396	0,6	91	0,1	109	0,1	89	0,0
Ceará	476	0,8	1.663	1,3	1.003	0,7	1.051	0,6
Rio Grande do Norte	353	0,6	467	0,4	461	0,3	436	0,2
Paraíba	235	0,4	293	0,2	346	0,2	378	0,2
Pernambuco	641	1,0	1.048	0,8	909	0,6	944	0,5
Alagoas	131	0,2	181	0,1	183	0,1	205	0,1
Sergipe	131	0,2	189	0,1	167	0,1	176	0,1
Bahia	1.345	2,2	1.762	1,4	1.672	1,1	1.759	1,0
Sudeste	42.378	67,9	64.100	50,1	62.233	42,1	67.982	37,5
Minas Gerais	2.431	3,9	5.037	3,9	6.043	4,1	7.374	4,1
Espírito Santo	561	0,9	864	0,7	780	0,5	858	0,5
Rio de Janeiro	9.799	15,7	12.534	9,8	9.273	6,3	8.933	4,9
São Paulo	29.587	47,4	45.665	35,7	46.137	31,2	50.817	28,0
Sul	10.637	17,0	45.796	35,8	61.208	41,4	83.828	46,2
Paraná	4.158	6,7	16.528	12,9	20.085	13,6	25.714	14,2
Santa Catarina	2.867	4,6	16.389	12,8	25.347	17,2	37.655	20,8
Rio Grande do Sul	3.612	5,8	12.879	10,1	15.776	10,7	20.459	11,3
Centro-oeste	2.873	4,6	8.265	6,5	10.705	7,2	13.632	7,5
Mato Grosso do Sul	829	1,3	2.054	1,6	3.252	2,2	4.514	2,5
Mato Grosso	427	0,7	2.757	2,2	3.334	2,3	4.269	2,4
Goiás	539	0,9	1.674	1,3	2.056	1,4	2.641	1,5
Distrito Federal	1.078	1,7	1.780	1,4	2.063	1,4	2.208	1,2

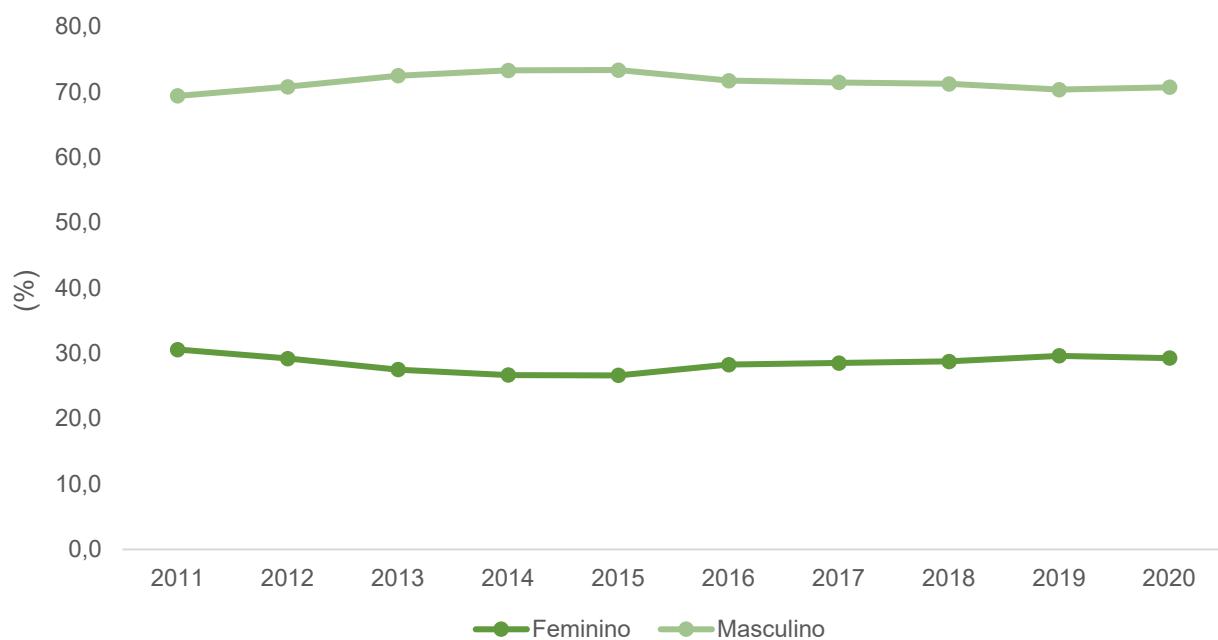
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2010-2020.

3. PERFIL DEMOGRÁFICO E EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES IMIGRANTES

Ao longo do período analisado, foi predominante a presença de homens dentre os trabalhadores imigrantes, seguindo o padrão relacionado às migrações por trabalho. A diferença aumentou até 2014, quando os homens chegaram a compor 73,6% da mão de obra estrangeira, ante os 69,4% observados em 2011. A partir de 2016, houve ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, que se manteve estável desde então, por ocasião de dois movimentos.

Primeiro, os efeitos da crise econômica que atingiram setores que tradicionalmente empregam mais homens, como a Construção e a Indústria de transformação. Segundo, e reforçando o movimento anterior, houve também redução na entrada de trabalhadores haitianos em 2016, grupo de migrantes com elevada participação masculina. Em 2019, as mulheres ampliaram sua participação em virtude do crescimento da imigração venezuelana, mantendo-se estável em 2020 (Gráfico 4).

Gráfico 4. Proporção de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho, por sexo, Brasil 2011 a 2020

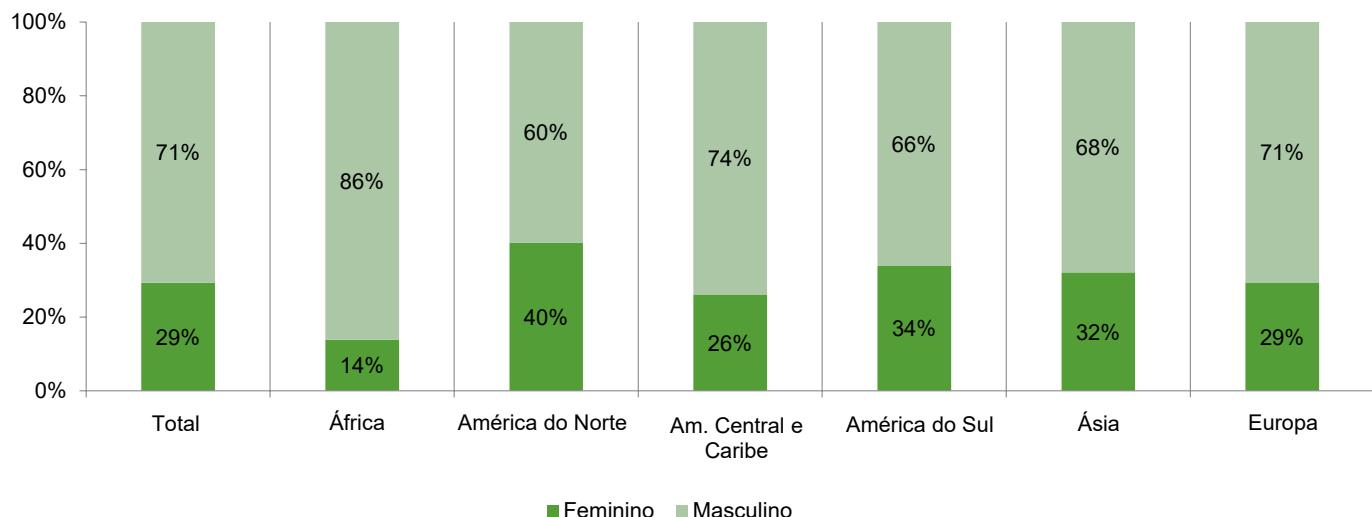


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2011-2020.

Em relação à distribuição por continentes, verificou-se maior participação feminina quando o país de nacionalidade é da América do Norte (40% de mulheres) e, em seguida, da América do Sul (34% de mulheres). América Central e Caribe, região que apresenta o maior número de imi-

grantes em postos formais, tem os homens em sua grande maioria (74,0%), em virtude do peso dos trabalhadores haitianos. Entre os africanos, a participação feminina é a menor dentre todos os continentes, com apenas 14,0% dos trabalhadores (Gráfico 5).

Gráfico 5. Proporção de imigrantes no mercado formal de trabalho por sexo segundo os continentes - Brasil - 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2020.

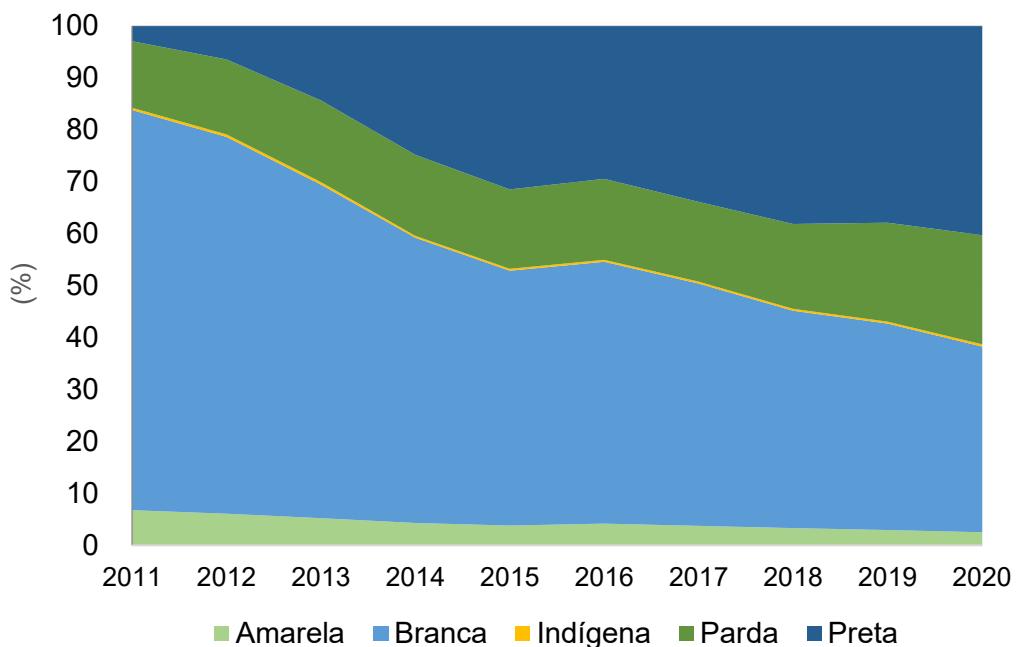
A distribuição da população imigrante por cor ou raça³ também revela a influência das novas nacionalidades, com especial atenção para o crescimento da população de cor preta e parda ao longo da série histórica. Em 2011, ambas somadas representavam 13,9% dos trabalhadores migrantes, chegando a 54,4% em 2020, tendo os trabalhadores de cor preta aumento ainda mais expressivo, por conta da intensificação das imi-

grações oriundas de países africanos e, especialmente, do Haiti (Gráfico 6). O aumento mais intenso de trabalhadores de cor parda ocorreu a partir de 2018, em virtude do crescimento da imigração venezuelana. Por outro lado, os trabalhadores brancos reduziram sua participação de, respectivamente, 79,8% para 46,7%, tendência também observada para aqueles de cor amarela⁴.

3 Na RAIS, a declaração de cor ou raça, bem como as demais informações que constam na base de dados, é fornecida pelo empregador, diferentemente das pesquisas domiciliares do IBGE, em que as informações são obtidas por meio de autodeclaração do entrevistado.

4 A cor ou raça Amarela tem relação com a origem asiática.

Gráfico 6. Distribuição percentual de imigrantes no mercado formal de trabalho por cor ou raça - 2011 a 2020



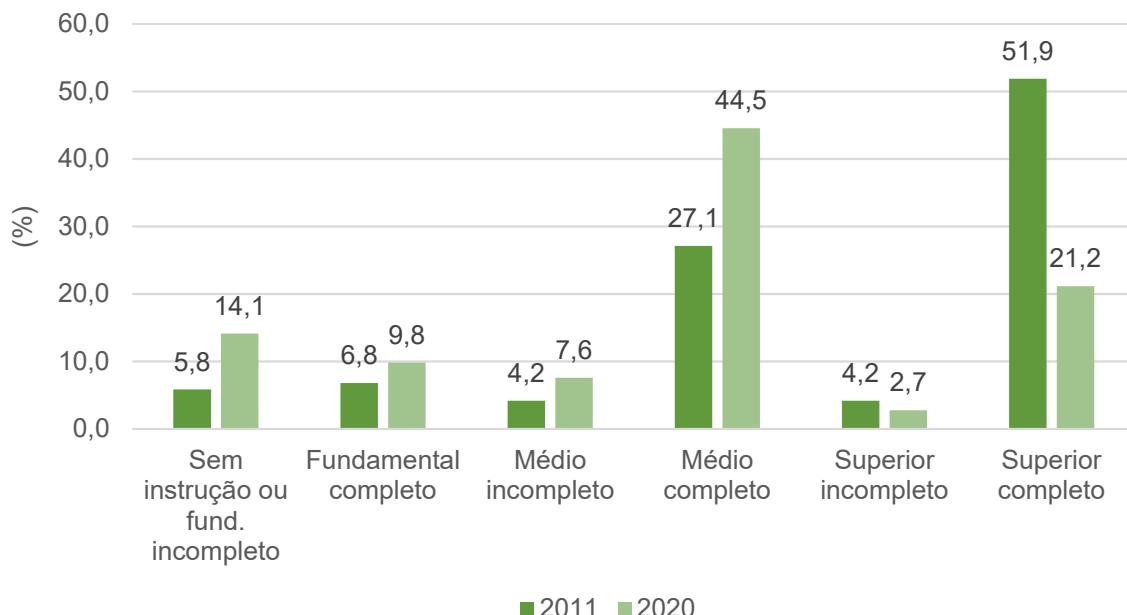
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2011-2020.

Em 2011, o perfil educacional do trabalhador imigrante era, em sua maioria, de nível superior completo ou mais (51,9%), seguido pelos de nível médio completo (27,1%) (Gráfico 7). Tal composição, que refletia um padrão de imigração mais tradicional, com peso mais elevado dos trabalhadores europeus, sofreu mudanças em decorrência, principalmente, da entrada dos novos fluxos migratórios oriundos do Sul global, conforme apontado na Tabela 1 anteriormente.

Com esta nova configuração, houve ampliação da proporção de imigrantes com nível médio completo – que passou para 44,5% em 2020 – e redução significativa do peso dos trabalhadores de nível superior (21,2%). Da mesma forma, houve crescimento da participação de trabalhadores com escolaridade abaixo do nível médio completo, principalmente na categoria sem instrução ou fundamental incompleto, categoria que aumentou sua participação de 5,8% para 14,1% no período analisado⁵.

5 Importante ressaltar que, embora a participação dos trabalhadores com nível superior tenha sido reduzida entre 2011 e 2020, houve crescimento absoluto em seu volume.

Gráfico 7. Distribuição percentual dos imigrantes no mercado formal de trabalho por nível de instrução – Brasil 2011 e 2020

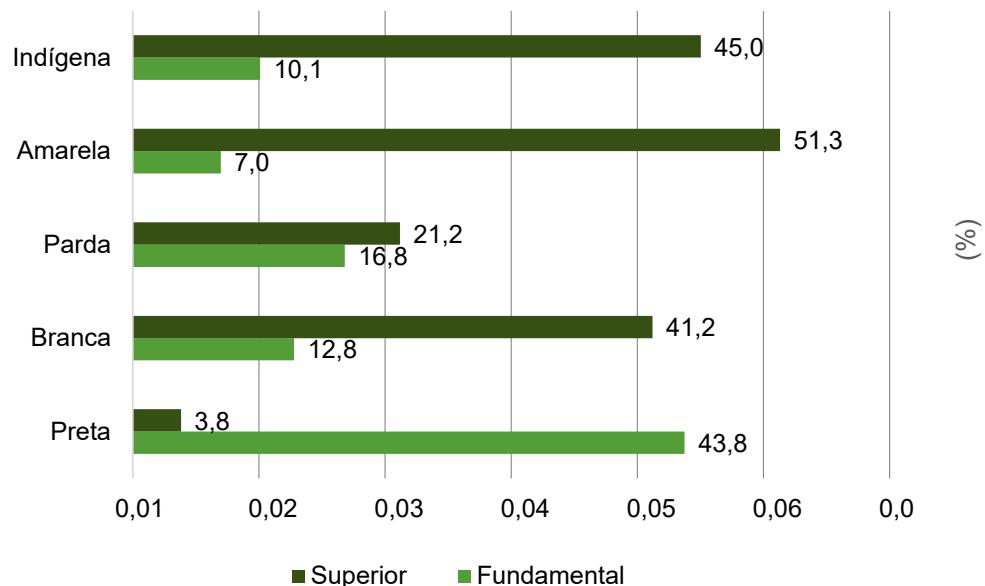


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2011 e 2020.

Quando se considera o recorte por cor ou raça, os resultados mostram que 43,8% dos trabalhadores de cor ou raça preta possuíam até o nível fundamental completo e somente 3,8% o superior completo, em 2020. Com relação aos pardos, estas proporções foram de, respectivamente, 8,6% e 29,8%. Por outro lado, cerca de

41,2% dos trabalhadores de cor ou raça branca possuíam o último nível de instrução completo e somente 12,8% até o Fundamental completo. Os trabalhadores de cor ou raça amarela e indígena apresentaram padrão semelhante à população branca (Gráfico 8).

Gráfico 8. Distribuição percentual dos imigrantes no mercado formal de trabalho por nível de instrução, segundo cor ou raça – Brasil 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2020.

4. ESTRUTURA OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES IMIGRANTES

No que tange às ocupações, percebeu-se que o perfil do trabalhador imigrante no Brasil foi sendo modificado à medida em que absorvia as mudanças na tendência migratória no decorrer da década. Quando se analisam os extremos, nota-se que o aumento das ocupações entre imigrantes ocorreu de forma bastante diferenciada entre grupos ocupacionais. O crescimento total de quase duas vezes em termos de ocupações (190%) se distribuiu muito mais intensamente justamente nos grupos ocupacionais de menores

rendimentos, como os casos dos *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados* (395%), *Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca* (318%), e, sobretudo dos *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, que são classificados em duas categorias na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tendo a primeira crescido 571% e a segunda impressionantes 2.060%, ou seja, cerca de 21 vezes em relação ao valor inicial. Estas, somadas representaram um acréscimo, entre 2011 e 2020, de 70,5 mil trabalhadores ao total, ou seja, cerca de 60% de todo o incremento observado na década.⁶

6 A consulta detalhada por 190 subgrupos ocupacionais da CBO indicou que as categorias 784 – *Embaladores e alimentadores de produção* e 848 – *Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo* foram responsáveis por 43,2 mil ocupações de imigrantes, ou seja, cerca de ¼ do total em 2020. Em termos de atividades econômicas, as principais que ocuparam os imigrantes, em 2020, foram a fabricação de produtos alimentícios (35,3 mil), o comércio varejista (21,4 mil), os serviços de alimentação (11,3 mil).

Já os menores crescimentos ocorreram nas categorias *Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes* (-1,6%), *Profissionais das ciências e das artes* (6,9%) e *Técnicos de nível médio* (30,2%), que registraram variações bem abaixo da média ou até negativas, entre os anos 2011 e 2020. A Tabela 3, a seguir, apresenta os resultados mencionados para as nove categorias de grupos ocupacionais da CBO, as variações acumuladas entre as duas pontas da década e a variação anual entre 2020 e 2019.

Em relação ao último ano da década, o crescimento já mencionado de 22,8% nas ocupações formais ocorreu, também, com maior incidência nos grupos ocupacionais relativos aos *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, com cerca de 42% entre os dois anos. Outros grupos de ocupações que apresentaram significativo crescimento proporcional em relação a 2019 foram os de *Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca* e o de *Trabalhadores de serviços administrativos* (Tabela 3).

Tabela 3. Número absoluto e variações acumuladas percentuais do emprego formal e rendimento médio mensal segundo grupos ocupacionais Brasil, 2011, 2019 e 2020

Grupos ocupacionais por sexo	Ocupações (vínculos)					Rendimento médio (R\$)
	2011	2019	2020	2020/2011 (var. ac. %)	2020/2019 (var. ac. %)	2020
Total	62.423	147.674	181.385	190,6	22,8	4.878
0 - Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	16	19	26	62,5	36,8	7.981
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	11.736	11.449	11.553	-1,6	0,9	29.759
2 - Profissionais das ciências e das artes	17.348	18.570	18.547	6,9	-0,1	12.272
3 - Técnicos de nível médio	7.092	8.713	9.234	30,2	6,0	5.791
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	7.890	15.030	18.379	132,9	22,3	2.469
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	7.976	35.632	39.478	395,0	10,8	1.574
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	446	1.310	1.863	317,7	42,2	1.601
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7.475	35.235	50.157	571,0	42,3	1.763
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.350	19.166	29.165	2.060,4	52,2	1.808
9 - Trabalhadores de manutenção e reparação	1.090	2.550	2.983	173,7	17,0	2.687

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2011-2020.

A desagregação dos resultados por continentes indicou que os três grupos ocupacionais que mais absorveram postos de trabalho formais na década foram: *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados* (código 5), e as duas categorias de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais* (códigos

7 e 8) – que tiveram como destino os imigrantes oriundos da América Central e Caribe e da América do Sul. De um acréscimo de 102 mil ocupações formais nestas categorias, no intervalo de dez anos, 96,6 mil foram atribuídas às duas regiões. Tais resultados aparecem em destaque na Tabela 4.

Tabela 4. Número absoluto e variações absolutas acumuladas por continentes selecionados e anos, segundo grupos ocupacionais - Brasil, 2011 e 2020 (Unidade: vínculos formais)

Grupos Ocupacionais	Total			Am. Central e Caribe			América do Sul		
	2011	2020	dif abs.	2011	2020	dif abs.	2011	2020	dif abs.
Total	62.423	181.385	118.962	803	73.439	72.636	23.769	68.313	44.544
0 - Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	16	26	10	2	4	2	5	14	9
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	11.736	11.553	-183	28	301	273	2.975	3.978	1.003
2 - Profissionais das ciências e das artes	17.348	18.547	1.199	55	627	572	5.337	7.629	2.292
3 - Técnicos de nível médio	7.092	9.234	2.142	93	1.035	942	2.800	4.610	1.810
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	7.890	18.379	10.489	57	4.292	4.235	2.917	9.127	6.210
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	7.976	39.478	31.502	151	15.546	15.395	3.504	17.938	14.434
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	446	1.863	1.417	1	863	862	331	862	531
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7.475	50.157	42.682	355	29.043	28.688	4.801	17.188	12.387
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.350	29.165	27.815	41	20.829	20.788	519	5.391	4.872
9 - Trabalhadores de manutenção e reparação	1.090	2.983	1.893	20	899	879	579	1.576	997

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2011-2020.

Conforme esperado, as principais nacionalidades responsáveis pelos resultados observados pelos grupos ocupacionais foram a haitiana e a venezuelana. Do incremento de 102,0 mil nestes

três grupos ocupacionais, 88,3 mil foram destas duas nacionalidades, sendo que a haitiana contribuiu com 63,2 mil e a venezuelana com 25,1 mil, conforme indica o Gráfico 9.

Gráfico 9. Variação em números absolutos do emprego formal imigrante total, grupos de ocupação, continentes e nacionalidades selecionadas Brasil, 2011 e 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2011-2020.

Em relação a 2019, os resultados por continentes indicaram tendência semelhante à observada entre o início e o final da década, pois dois dos três grupos ocupacionais que se destacaram no período decenal foram os responsáveis por grande parte do aumento do emprego formal em 2020. No caso do biênio final, de um acréscimo de 33,7 mil ocupações formais no total intera-

nual, 24,5 mil, ou cerca de $\frac{3}{4}$ da variação total, ocorreram nos grupos ocupacionais de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais* (categorias 7 e 8). Da mesma forma as vagas foram preenchidas majoritariamente pelos imigrantes da América Central e Caribe (17,6 mil) e da América do Sul (16,0 mil), como destacado na Tabela 5.

Tabela 5. Número absoluto e variações absolutas acumuladas por continentes selecionados e anos, segundo grupos ocupacionais - Brasil, 2019 e 2020 (Unidade: vínculos formais)

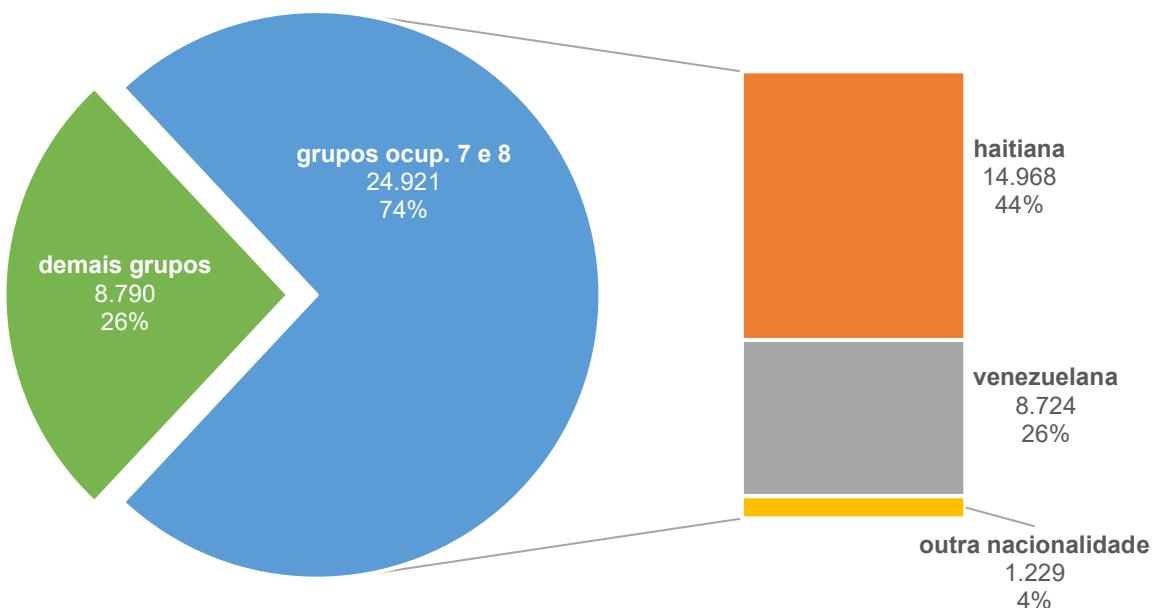
Grupos Ocupacionais	Total			Am. Central e Caribe			América do Sul		
	2019	2020	2020-19	2019	2020	2020-19	2019	2020	2020-19
Total	147.674	181.385	33.711	55.821	73.439	17.618	52.265	68.313	16.048
0 - Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	19	26	7	2	4	2	8	14	6
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	11.449	11.553	104	303	301	-2	3.764	3.978	214
2 - Profissionais das ciências e das artes	18.570	18.547	-23	600	627	27	7.368	7.629	261
3 - Técnicos de nível médio	8.713	9.234	521	809	1.035	226	4.189	4.610	421
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	15.030	18.379	3.349	3.290	4.292	1.002	6.938	9.127	2.189
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	35.632	39.478	3.846	14.682	15.546	864	14.714	17.938	3.224
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	1.310	1.863	553	632	863	231	557	862	305
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	35.235	50.157	14.922	20.691	29.043	8.352	11.013	17.188	6.175
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	19.166	29.165	9.999	14.019	20.829	6.810	2.478	5.391	2.913
9 - Trabalhadores de manutenção e reparação	2.550	2.983	433	793	899	106	1.236	1.576	340

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2019-2020.

Em relação às nacionalidades, os resultados apurados no intervalo temporal correspondente a 2019 e 2020 mostraram mais uma vez que haitianos e venezuelanos predominaram na distribuição do acréscimo do emprego formal nos grupos ocupacionais das categorias 7 e 8. Do incremento de 24,9 mil no biênio, 15,0 mil foram

para haitianos (44%) e 8,7 mil para venezuelanos (26%), conforme indica o Gráfico 10. Em outras palavras, 70% do crescimento de empregos, em 2020, foi de *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, de nacionalidade haitiana ou venezuelana.

Gráfico 10. Distribuição em números absolutos e percentual da variação do emprego formal imigrante total segundo grupos de ocupação e principais nacionalidades Brasil, 2019 e 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2019-2020.

A análise de inserção ocupacional dos imigrantes permite caracterizar com maior precisão o aumento do volume destes trabalhadores em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, cujos impactos na economia foram expressivos, assim como no mercado de trabalho. O crescimento do número de trabalhadores formais imigrantes, neste contexto, pode estar relacionado, em grande medida, ao perfil de inserção de parte significativa destes trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro que vem sendo direcionado aos setores de atividades ligados à agroindústria, como, por exemplo, as atividades de fabricação de produtos alimentícios⁷, com destaque para aquelas voltadas à exportação⁸. Estes setores podem ter se beneficiado em 2020, pela desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar, como também

por conta de incentivos concedidos por grandes economias com vistas à recuperação pós pandemia, especialmente as da China e dos Estados Unidos. Outro fator favorável é que algumas atividades industriais, como o caso da cadeia de processamento de carnes, sofreram menos com as restrições de mobilidade adotadas durante a pandemia, uma vez que a produção de alimentos está relacionada à definição de “atividade essencial”.

De fato, cerca de 46% do aumento do volume dos *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais*, em 2020, foram de imigrantes empregados na atividade de *Fabricação de produtos alimentícios*, o que contribui para explicar o percentual elevado de trabalhadores nos subgru-

7 De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, em 2020, houve aumento anual de 4,2% em volume na produção de produtos alimentícios.

8 Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), embora a variação total das exportações tenha se mantido próxima à estabilidade, houve crescimento de 16,0% em volume da exportação de produtos alimentícios no ano 2020.

pos ocupacionais *Trabalhadores artesanais na agroindústria, indústria de alimentos e do fumo e Embaladores e alimentadores de produção* que, juntos, representavam cerca de 62,0% de todos os trabalhadores deste grande grupo ocupacional. Dado que este é o grupo que contribuiu com o maior crescimento do volume de trabalhadores imigrantes entre 2019 e 2020, representando 74,0% dos vínculos criados como visto anteriormente, o significativo peso do setor de *Fabricação de produtos alimentícios* na sua estrutura traz elementos para a compreensão da dinâmica do período que, embora não tenha sido favorável para a economia e o mercado de trabalho nacional como um todo, pode ter beneficiado setores específicos, em particular aqueles vinculados à produção agroindustrial para a exportação⁹.

Nessa mesma linha de análise, mas com fatores possivelmente ligados à dinâmica doméstica, também merece atenção o peso das atividades relacionadas à Construção (*Construção de edifícios e Obras de infraestrutura*) no aumento do volume das ocupações de produção de bens e serviços entre 2019 e 2020, que chegou a cerca 10% do total.

No que se refere às nacionalidades, observa-se que, entre os haitianos, há maior concentração no grupo de *Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais*, o que se reflete no fato de quase 85% dos vínculos criados entre 2019 e 2020 terem ocorrido neste grupo. Da mesma forma, mais de 50% destes trabalhadores estão inseridos em atividades relacionadas a *Fabrica-*

Tabela 6. Variação absoluta do emprego formal imigrante no grupo trabalhadores na produção de bens e serviços industriais e respectiva distribuição percentual, por total, haitianos e venezuelanos, segundo subgrupos ocupacionais e subsetores de atividades – Brasil 2019 e 2020

Subgrupos ocupacionais e subsetores de atividade	Total		Haitianos		Venezuelanos	
	Abs	%	abs	%	Total	%
Subgrupos ocupacionais Total	24.921	100	14.968	100	8.724	100
Trabalhadores artesanais na agroindústria	7.346	29,5	4.002	26,7	2.839	32,5
Embaladores e alimentadores de produção	8.070	32,4	5.595	37,4	2.089	23,9
Trabalhadores da construção civil	1.169	4,7	502	3,4	578	6,6
Ajudantes de obras	1.888	7,6	1.204	8,0	641	7,3
Demais subgrupos	6.448	25,9	3.665	24,5	2.577	29,5
Subsetores e atividade Total	24.921	100	14.968	100	8.724	100
Fabricação de produtos alimentícios	11.404	45,8	7.500	50,1	3.540	40,6
Construção de edifícios	1.225	4,9	871	5,8	817	9,4
Obras de infra-estrutura	1.165	4,7	259	1,7	182	2,1
Demais atividades	11.127	44,6	6.338	42,3	4.185	48,0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS - CTPS estoque, 2011-2020.

Nota: os resultados dos grupos 7 e 8 que compõem os trabalhadores na produção de bens e serviços industriais foram apresentados juntos

⁹ Uma análise mais detalhada mostra que, entre os trabalhadores que estão no ramo de Fabricação de produtos alimentícios, 80% dos vínculos criados entre 2019 e 2020 foram para trabalhadores em *atividades de abate de aves e suínos*.

ção de produtos alimentícios. Os venezuelanos possuem um padrão menos concentrado, mesmo apresentando um perfil semelhante aos trabalhadores haitianos, ou seja, mais da metade dos vínculos de trabalho gerados em 2020 foram entre os *Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais* e 40% deles estavam na atividade de *Fabricação de produtos alimentícios*. Mas, neste caso, houve também crescimento significativo no volume de *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados*¹⁰. Tal comportamento reflete maior participação dos venezuelanos verificada ao longo dos últimos anos neste grupo ocupacional, o que em algum grau os diferencia do padrão observado para os haitianos.

Em breve síntese, os resultados revelaram que grande parte da dinâmica do emprego formal na década foi determinada pelas categorias de ocupação destacadas, Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais e Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. Com especial ênfase para os primeiros, tal tendência também foi observada quando se considera a variação do biênio final da série. Adicionalmente, a quase totalidade dos empregos gerados ficaram a cargo das duas nacionalidades referidas, haitiana e venezuelana.

5. RENDIMENTOS DO TRABALHO

Como visto na primeira seção, o recente aumento do emprego de trabalhadores imigrantes se deveu, sobretudo, ao crescimento da participação dos trabalhadores oriundos de países latino-

-americanos no mercado de trabalho formal brasileiro, mais especificamente devido ao aumento de trabalhadores haitianos e venezuelanos. Ambas as nacionalidades totalizaram, em conjunto, 57,2% dos ocupados formais em 2020, ante apenas 1,7% em 2011. O cenário econômico menos atraente desde 2015, com anos de recessão e parcial estagnação da economia, seguidos por nova queda em 2020 em decorrência da crise sanitária, bem como a entrada de imigrantes que buscaram o país em grande parte por razões humanitárias, forjaram uma determinada característica de imigração que trouxe particular influência em relação ao nível dos rendimentos no mercado laboral brasileiro na segunda metade da década.

A mudança na composição da estrutura do trabalho formal imigrante caracterizou-se, assim, pela redução dos rendimentos médios reais¹¹ de forma bastante pronunciada, o que ocorreu sobretudo nos dois últimos anos da década. As colunas do Gráfico 11 mostram a redução significativa dos rendimentos médios dos imigrantes, desde 2013, e a intensificação de sua queda nos anos finais. Considerando-se os extremos da série, o valor médio mensal foi de R\$ 10,9 mil, em 2011, para R\$ 4,9 mil em 2020, ou seja, o correspondente a apenas 43,4% do observado no início da década.¹²

A análise acima é corroborada pelas curvas de rendimentos médios desagregadas por continentes, que mostraram nítida diferenciação, mantida em todos os anos. Assim, fica claro que o efeito composição da força de trabalho por nacionalidades foi, de fato, determinante para a redução da média geral das remunerações. Consideran-

10 Destaca-se, neste grupo, os *trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e logradouros e os Vendedores e demonstradores*. A principal atividade, por sua vez, é o *Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados*. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, embora a variação anual do volume de vendas em 2020 no comércio varejista tenha sido próxima à estabilidade, houve crescimento da ordem de 6,0% do volume de vendas em hipermercados e supermercados.

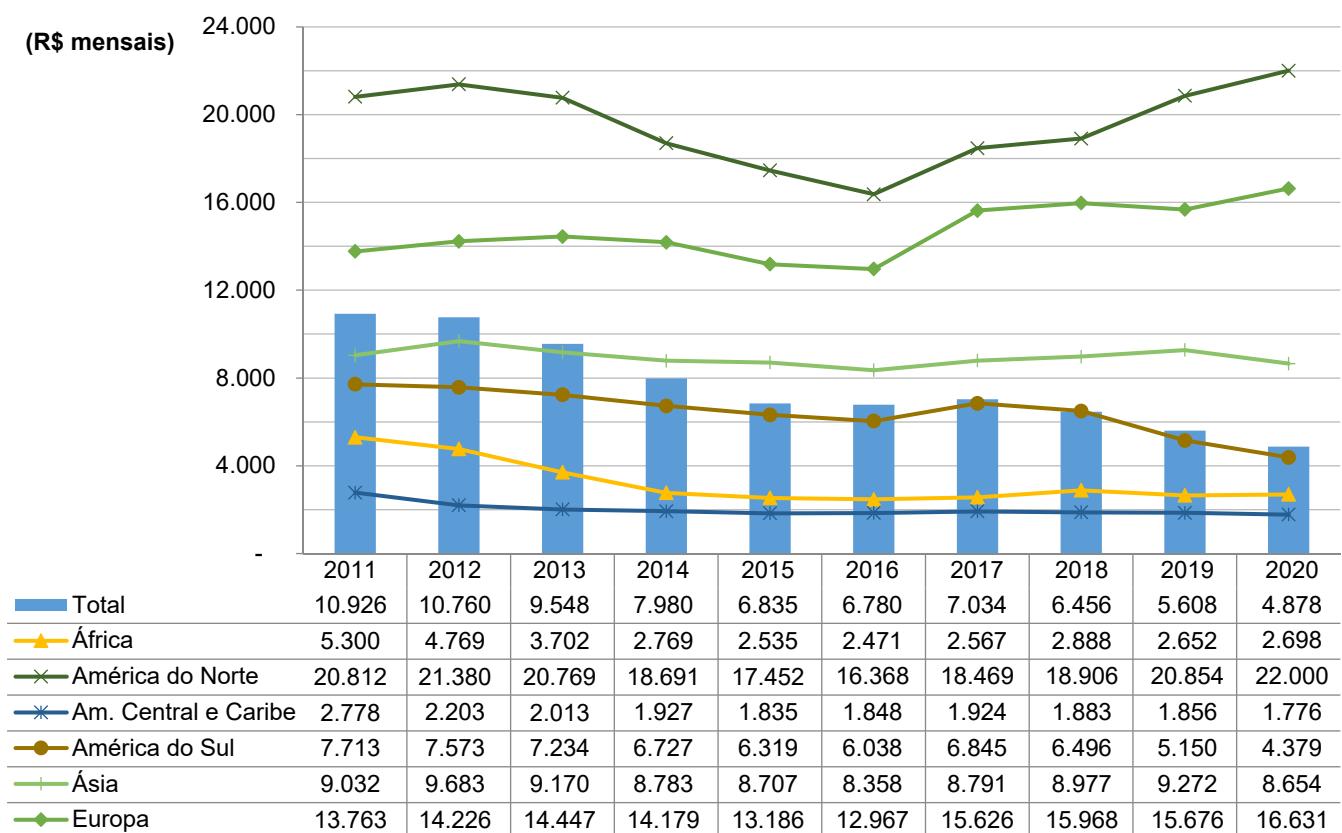
11 Rendimentos médios mensais deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2020.

12 Nesse sentido, o Relatório RAIS 2020 já apontava que fatores institucionais, humanitários e econômicos condicionaram uma dinâmica imigratória para o Brasil “com elevado peso de trabalhadores não qualificados, sendo boa parte destes oriundos de países em desenvolvimento.” (Simões e Hallak Neto, 2020, p. 5).

do-se os valores de 2020, enquanto América do Norte (R\$ 22,0 mil) e Europa (R\$ 16,6 mil) registraram os mais altos rendimentos, bem acima da média, América Central e Caribe (R\$ 1,8 mil) e África (R\$ 2,7 mil) registraram os mais baixos. Ásia (R\$ 8,7 mil) e América do Sul (R\$ 4,3 mil)

situaram-se em posições intermediárias. Ao longo da década, este padrão no ranqueamento dos rendimentos médios entre os continentes foi mantido, permanecendo-se as posições bem definidas (Gráfico 11).

Gráfico 11. Rendimento médio mensal real dos imigrantes no mercado de trabalho formal por continentes 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020.

Nota: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2020.

Percebe-se ainda que, enquanto América do Norte e Europa tiveram elevações nos rendimentos médios mensais nos anos finais, os demais continentes registraram reduções ou mantiveram os rendimentos médios relativamente estáveis entre 2017 e 2020. Mais uma vez, a distinção por continentes (e por nacionalidades¹³), conservada ao

longo da série histórica, indicou que a variação na composição da força de trabalho foi determinante para o resultado de redução do rendimento médio total.

Assim, o movimento de novas entradas de imigrantes com características específicas contribui

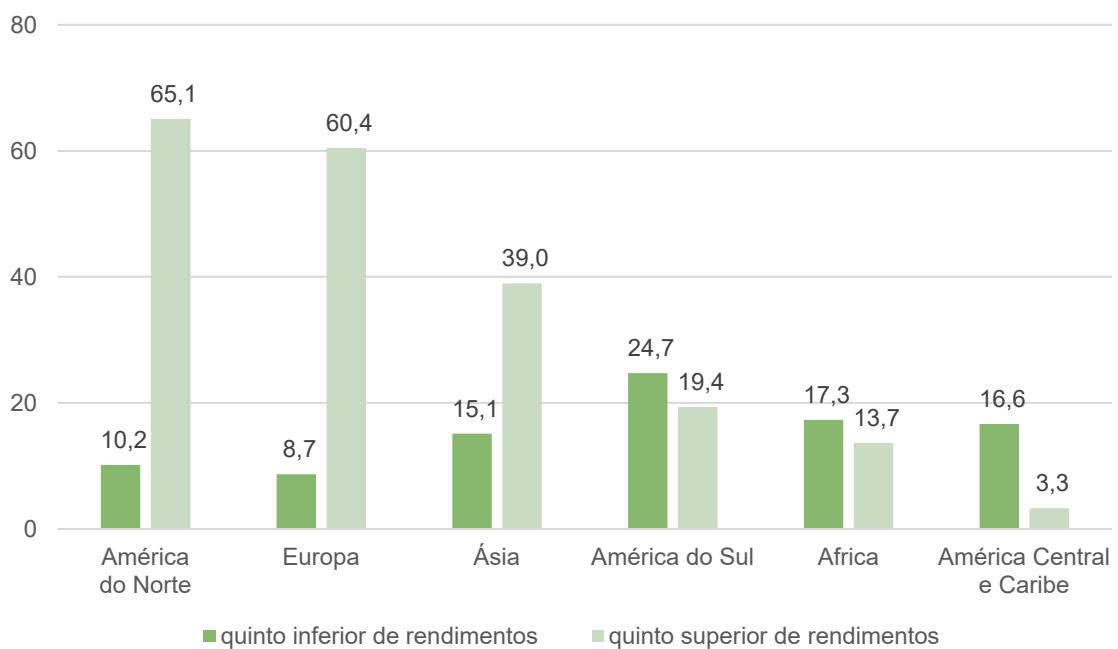
13 Ver os resultados por países na Tabela A1, em anexo.

buiu para a redução dos rendimentos médios dos trabalhadores. Uma outra forma de examinar este fenômeno concerne às diferenças encontradas na distribuição dos rendimentos médios avaliando-se a proporção de trabalhadores por continentes que se encontraram nas classes com menores rendimentos médios (1º quinto) *vis a vis* aqueles trabalhadores nas classes com os maiores rendimentos médios (5º quinto).¹⁴

Em 2020, os trabalhadores sul-americanos (24,7%) registraram maior proporção no 1º quinto de rendimento (em que a média das remunerações correspondia a R\$ 1.075), indicando uma

sobrerrepresentação, posto que superior aos 20% de ocupações contidas em cada classe. Países europeus (8,7%) e da América do Norte (10,2%) mostraram as menores participações no quinto de renda inferior, indicando sub-representação. Por outro lado, estes continentes apresentaram, respectivamente, 60,4% e 65,1% de seus trabalhadores dentre aqueles com os maiores rendimentos (5º quinto – média de R\$ 16,1 mil). Os imigrantes da América Central e Caribe, em contrapartida, estavam presentes no quinto de renda mais elevado em apenas 3,3%, indicando forte sub-representação nesta categoria de renda (Gráfico 12).

Gráfico 12. Proporção de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho por quintos inferior e superior de rendimento médio total dos imigrantes, por continentes – 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011 e 2020.

Nota: Não foram apresentados resultados para a categoria outros.

14 Esta forma de análise, chamada de análise por quintos de rendimentos, estratifica o rendimento médio de todos os imigrantes em cinco classes (quintos), ou seja, o valor do rendimento médio mensal de 20% dos trabalhadores com menores rendimentos, e subsequentemente repetindo-se intervalos de classe com 20% de trabalhadores de rendimentos superiores, até chegar ao valor médio do rendimento dos 20% trabalhadores com os maiores rendimentos. A partir da definição dos valores médios de cada quinto de rendimento para o total de trabalhadores migrantes, aplicou-se essa estrutura para os continentes e países, o que permitiu avaliar se um país, por exemplo, possui mais ou menos de 20% de trabalhadores em cada quinto de rendimento.

Tomando-se as nacionalidades, franceses, canadenses e britânicos apareceram com maior representação no quinto superior de rendimentos, com mais de 75% destes nesta categoria. Em outras palavras, dos 2.224 trabalhadores dessas três nacionalidades, cerca de 1.670 estavam entre os 20% de imigrantes mais bem remunerados no mercado de trabalho formal brasileiro. Já em relação à classe de mais baixo rendimento, coube aos venezuelanos a maior proporção, uma vez que 34,9% dos trabalhadores dessa nacionalidade estavam no quinto inferior, o que correspondeu a 11.575 dentre os 33.173 trabalhadores formais venezuelanos no Brasil, em 2020.

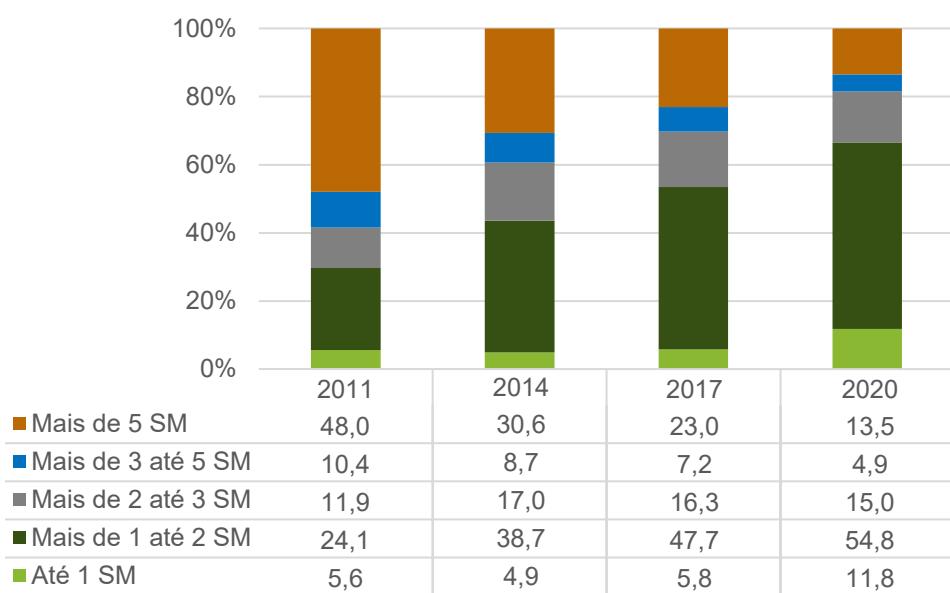
Prosseguindo com a comparação dos rendimentos médios mensais, desta vez considerando faixas salariais, percebe-se a mudança no padrão do mercado formal de trabalho imigrante ao longo da década. A análise mostra a evolução temporal para a totalidade dos imigrantes segundo cinco faixas salariais referenciadas no salário-mínimo (SM). A de nível mais baixo comporta o percentual de ocupações que recebeu mensal-

mente menos do que 1 SM, e a de nível superior as que receberam acima de 5 SM. Entre elas são apresentadas a distribuição das ocupações em três faixas intermediárias: mais de 1 até 2 SM; mais de 2 até 3 SM, e mais de 3 até 5 SM.

A evolução temporal sob esta ótica evidencia o aumento gradativo e expressivo da proporção de ocupações contidas nas duas categorias inferiores de rendimentos que, somadas, passaram de 29,7%, em 2011, para 66,6%, em 2020. Ou seja, no final da década, exatamente 2/3 do trabalho formal imigrante recebeu rendimentos mensais de até 2 SM. Em contrapartida, enquanto em 2011 quase metade dos imigrantes possuíam rendimentos superiores a 5 SM, em 2020 esta proporção atingiu apenas 13,5% (Gráfico 13).

O exame das desigualdades entre os continentes indicou ainda que a maioria absoluta dos africanos (66,5%), centro-americanos e caribenhos (78,9%) e sul-americanos (67,8%) situaram-se nas duas primeiras faixas em 2020, ou seja, receberam até 2 SM. Já entre norte-americanos

Gráfico 13. Distribuição do total de imigrantes por faixas salariais 2011 – 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020.

(58,0%) e europeus (51,0%), a faixa predominante foi a mais elevada, enquanto asiáticos apresentaram uma distribuição mais equilibrada com a maior parte dos ocupados recebendo nas faixas de 1 a 2 SM (32,4%) ou

acima de 5 SM (30,0%). Este padrão distributivo não diferiu substancialmente do ano anterior e revelou-se uma tendência observada nos anos finais da década analisada.

Tabela 7. Número absoluto e relativo de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho, por continentes, segundo classes de salários mínimos, -Brasil, 2020

Classes de Salário Mínimo	Total		África		América do Norte		Am. Central e Caribe		América do Sul		Ásia		Europa	
	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)	(n. abs.)	(%)
Total	181.385	100	9.392	100	2.167	100	73.439	100	68.313	100	8.917	100	14.293	100
até 1 SM	21.441	11,8	1.123	12,0	239	11,0	7.074	9,6	9.303	13,6	1.467	16,5	1.886	13,2
mais de 1 até 2 SM	99.319	54,8	5.120	54,5	327	15,1	50.834	69,2	37.036	54,2	2.892	32,4	2.324	16,3
mais de 2 até 3 SM	27.166	15,0	1.936	20,6	158	7,3	13.372	18,2	8.946	13,1	1.104	12,4	1.378	9,6
mais de 3 até 5 SM	8.976	4,9	667	7,1	186	8,6	1.604	2,2	4.006	5,9	780	8,7	1.418	9,9
mais de 5 SM	24.483	13,5	546	5,8	1.257	58,0	555	0,8	9.022	13,2	2.674	30,0	7.287	51,0

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010 e 2020.

Nota: Não foram apresentados resultados para a categoria outros.

6. INDICADORES DE DESIGUALDADE - GINI E RAZÕES DE RENDIMENTOS¹⁵

A seção final do estudo investigou três indicadores de desigualdade de renda, que adicionam conclusões em relação à dinâmica dos rendimentos dos imigrantes na década: o índice de Gini e as razões de rendimento R10/40

- coeficiente dos rendimentos médios do décimo de renda mais elevada sobre os 40% da base da distribuição; e R20/20 que compara a média do quinto mais elevado sobre a do quinto inferior de renda. Nesta avaliação, foram considerados os trabalhadores formais imigrantes em sua totalidade e dimensionada a desigualdade para este universo populacional. Além do acompanhamento da evolução histórica, os resultados dos indicadores fo-

¹⁵ Esta seção comprehende uma atualização resumida da seção final do estudo Hallak Neto e Simões (2020).

ram também comparados com os resultados do mercado de trabalho formal brasileiro como um todo, que inclui os imigrantes e os nacionais.

Em termos metodológicos, o índice de Gini é definido graficamente como sendo o valor correspondente à área delimitada entre a reta de distribuição equitativa e a curva de distribuição de rendimentos observada em determinada população (a Curva de Lorenz¹⁶). Quanto maior essa área, maior a desigualdade e maior o índice, que pode variar entre zero (perfeita igualdade) e um (desigualdade máxima, situação hipotética em que um indivíduo receberia toda a renda de uma economia). A elaboração do índice de Gini utiliza, portanto, toda a informação disponível de uma população, considerando a distribuição como um todo e sintetizando-a em um único valor.

Ainda que o Gini seja um indicador importante e amplamente utilizado em comparações internacionais, é recomendável que se realize uma análise conjunta com outros indicadores para o acompanhamento da evolução da desigualdade de renda das populações. Justamente para cumprir este papel são utilizadas as razões de rendimentos. As razões entre parcelas da população com maiores e com menores rendimentos (R10/40 ou R20/20) caracterizam-se por apresentar maior volatilidade se comparadas ao Gini, pois, ao contrário, focam nos extremos da distribuição. Assim, em séries históricas o Gini tende a ser mais estável, pois frequentemente os extremos são mais afetados, relativamente ao meio da distribuição, por conta das flutuações da economia ou por serem grupos objetos de políti-

cas públicas de distribuição de renda (ver Palma, 2011; Cobham, 2013 e IBGE, 2019).

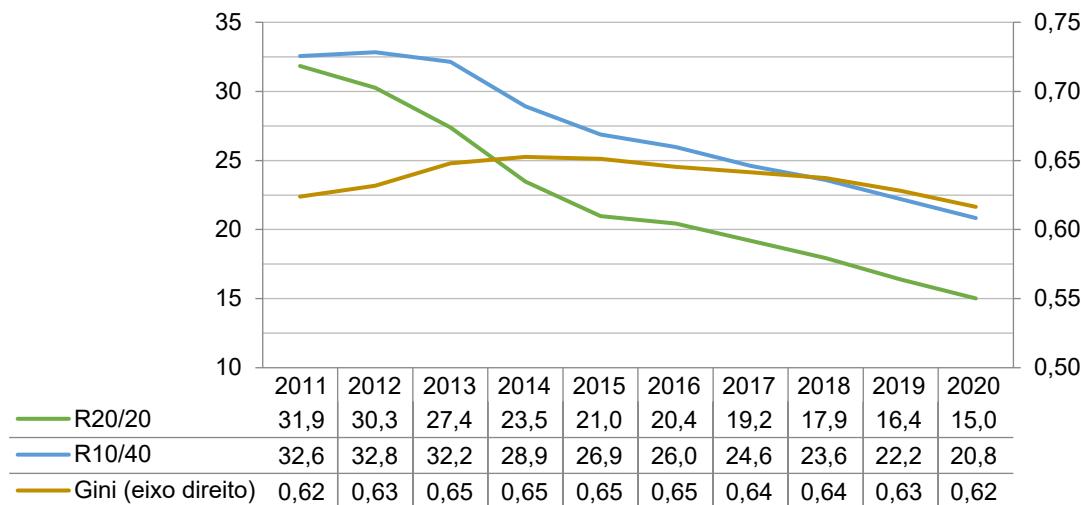
A análise dos resultados dos indicadores aplicados ao universo do trabalho formal imigrante mostrou uma semelhança no comportamento das duas razões de rendimentos e uma divergência destas em relação ao Gini, sobretudo na primeira parte da série decenal. Nos anos finais, a desconcentração dos rendimentos foi observada segundo os três indicadores (Gráfico 14). Enquanto a R10/40 passou de 32,6 para 20,8 vezes, a R20/20 passou de 31,9, para 15,0, entre 2011 e 2020. Ambas as reduções se deram de forma contínua em praticamente toda a década. Já o Gini iniciou o período em seu nível mais baixo (0,62), cresceu e se estabilizou até 2016 (0,65), e se reduziu posteriormente até retornar ao nível inicial, em 2020.

Pela análise pregressa, a desconcentração dos rendimentos foi motivada pela entrada de trabalhadores imigrantes com baixos rendimentos, o que, de certa maneira “nivelou” a distribuição “por baixo”. Ou seja, enquanto os rendimentos da base da distribuição (seja dos 20% ou dos 40% de rendimentos inferiores) pouco se reduziram ao longo da série, os rendimentos do décimo, e principalmente, do vigésimo superiores se reduziram significativamente.¹⁷ Cabe observar também que a definição de um piso salarial para os empregados formais, regida pela política de reajustes anuais do salário-mínimo nacional, evita que maiores perdas ocorram nas faixas salariais inferiores.

16 A curva de Lorenz corresponde a uma representação gráfica que deriva da relação entre rendimento e população. A curva é traçada considerando-se a percentagem acumulada de pessoas no eixo das abscissas e a percentagem acumulada de renda no eixo das ordenadas.

17 A Tabela A2, em anexo, apresenta os rendimentos médios para cada décimo da distribuição e para as agregações da base, do meio e do topo das razões de rendimentos, nos anos de 2011 a 2020.

Gráfico 14. Índices de Gini e razões de rendimentos (R10/40 e R20/20) da população ocupada imigrante no Brasil 2011 – 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

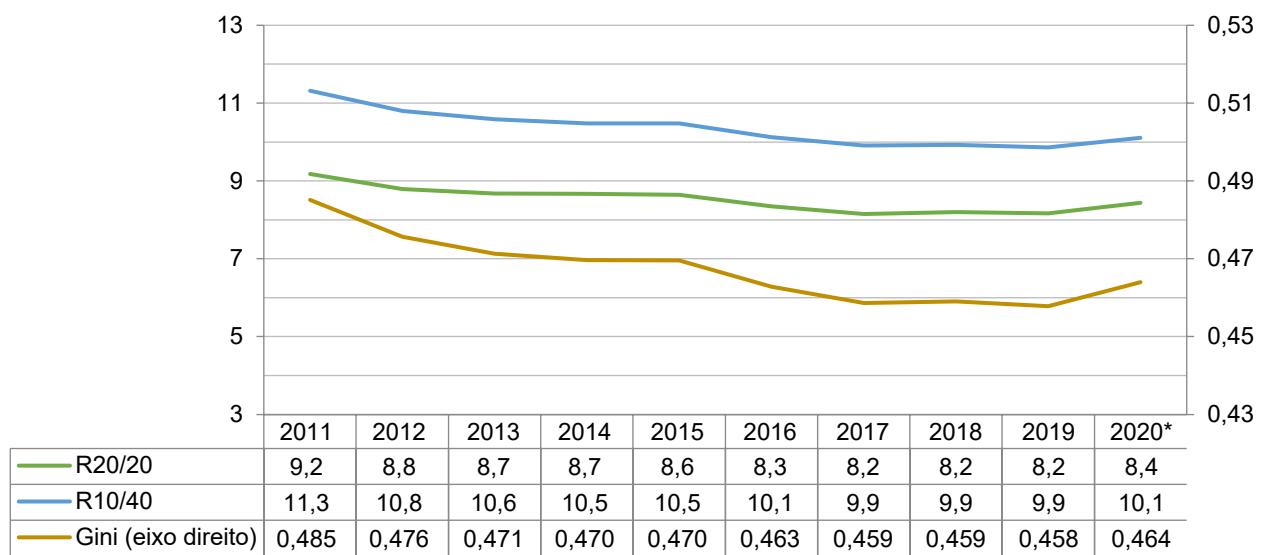
Como esperado pela metodologia do índice, o Gini apresentou menor volatilidade ao longo do período. Sob esta perspectiva, o mercado de trabalho imigrante mostrou estabilidade da desigualdade entre os anos inicial e final da década. A explicação deste fenômeno é que houve relativamente poucos imigrantes no topo da distribuição que mantiveram preservados os valores de seus altos rendimentos ao longo da série, enquanto o restante da distribuição, sobretudo a parcela intermediária, apresentou redução média dos rendimentos. De fato, o rendimento médio da metade da população ocupada situada entre os 40% e os 90% de maiores rendimentos reduziu de R\$ 11,1 mil, em 2011, para R\$ 2,7 mil, em 2020 (Tabela A2, em anexo).

Assim, os resultados indicaram que, sobretudo após a segunda metade da década, quando Gini

e razões apresentam trajetórias similares, houve um decréscimo da desigualdade, com a queda dos rendimentos médios da parte superior superando a queda da parte inferior, implicando em convergência para menores rendimentos na distribuição dos empregados imigrantes.

Finalizando a seção e o título de comparação são apresentados os resultados dos índices para todos os empregados, imigrantes ou não, utilizando-se também a base de dados da RAIS, que contempla o universo dos empregados formais do país. Por se tratar de um universo com muito mais registros - por volta de 46 milhões de empregados em 2019 - os valores e a oscilação dos índices anuais são bem menores. As tendências observadas no Gráfico 15 apontam também para uma redução da desigualdade nos extremos da década para os três indicadores.

Gráfico 15. Índice de Gini e Razões de rendimentos (R10/40 e R20/20) da população ocupada total no Brasil, 2011 – 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, microdados RAIS 2011-2020.

* Estimado pelo OBMigra com base na variação do índice para a categoria empregados com carteira, a partir dos dados do IBGE, microdados da PNAD Contínua 2019-2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 2011 e 2020, a dinâmica do mercado formal de trabalho imigrante no Brasil sofreu alterações expressivas, com mudanças no perfil destes trabalhadores, assim como de sua movimentação dentro do território brasileiro. Cabe ressaltar, nesse sentido, que tais alterações foram resultado dos impactos da conjuntura econômica, social e política, nos planos nacional e internacional, que tiveram como principal consequência tornar o Brasil um ator importante enquanto destino de novos contingentes de imigrantes, especialmente daqueles com origem no Sul Global.

Após a crise econômica de 2015, no entanto, o crescimento do volume de trabalhadores imigrantes passou a se concentrar cada vez mais nas nacionalidades haitianas e venezuelanas, que ampliaram, ano após ano, suas participações sobre o total destes trabalhadores. Este movimento sugere que fatores internos de ordem econômica, marcantes na atração de trabalhadores entre os primeiros anos da década de 2010, cederam cada vez mais espaço para fatores que estão relacionados às questões internas destes dois países, em especial, a crise humanitária que ambos vêm passando, assim como ao protagonismo que o Brasil exerce entre os países do Sul Global, em especial entre aqueles localizados na América do Sul e em parte da África.

Mas a entrada destes imigrantes no mercado nacional, por si só, não garantiu a absorção dos mesmos pelo mercado de trabalho. No caso em questão, ainda que em um momento de baixo dinamismo da economia nacional, o crescimento da participação de trabalhadores haitianos e

venezuelanos pode estar relacionado à natureza das atividades exercidas com maior frequência por estes trabalhadores. Como analisado, parte expressiva de haitianos e parte considerável de venezuelanos se inseriram em atividades e ocupações relacionadas ao setor agroindustrial, como a de abate de animais e na fabricação de alimentos, que vem se expandindo ao longo dos últimos anos e ganharam espaço na pauta de exportações brasileiras.

O progressivo aumento da participação dos estados da Região Sul do país como polo receptor destes trabalhadores em certa medida reflete esta dinâmica, que ganha contornos ainda mais definidos em 2020, quando esta região passa a representar próximo a metade dos trabalhadores imigrantes no país, já que a quase totalidade do aumento do volume destes trabalhadores foram das nacionalidades haitiana e venezuelana.

O impacto desta recente tendência migratória no país também trouxe como consequência a redução e a desconcentração dos rendimentos médios do trabalho formal imigrante. Tal movimento foi retratado tanto pelos indicadores tradicionais de distribuição de renda, como o Gini e as Razões de rendimentos, como pelo aumento do contingente situado nas classes inferiores de renda, medidas por classes de salários-mínimos.

Por fim, para desenvolvimento futuro, sugere-se um estudo com maior profundidade da relação entre a dinâmica econômica nacional recente e as características da inserção dos trabalhadores haitianos e venezuelanos, considerando as atividades econômicas, os grupos ocupacionais e as Unidades da Federação.

REFRÊNCIAS

BRASIL. **Decreto No. 6975**, de 7 de outubro de 2009

BRASIL. **Lei No. 13447**, de 24 de maio de 20017

BRASIL. **Portaria Interministerial No. 10** de 6 de Abril de 2018

COBHAM, A. Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality. London: **Center for Global Development - CGD, 2013**. Disponível em: <http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>. Acesso em: out. 2016.

HANDERSON, J. (2014) A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O brasil como novo espaço migratório. In Cavalcanti, L. et al. **A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na Região Sul e no Distrito Federal**. Observatório das Migrações Internacionais, Brasília-DF.

IBGE (2020) **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro – 2019. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2020). **Pesquisa Industrial Mensal**. Rio de Janeiro: IBGE.

HALLAK NETO, J.; SIMOES, A. (2020): Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. Relatório RAIS 2020. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.

HALLAK NETO, J; SIMOES, A. Desigualdade de Rendimento do Imigrante no Mercado de trabalho Formal Brasileiro. **Revista Périodos**, v. 4, p. 95-124, 2020.

OLIVEIRA, A.T.R. (2016). A inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho formal: o que nos diz a RAIS? In: CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, T., ARAUJO, D. (Org.) A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016

PALMA, G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'Inverted-U': the share of the rich is what it's all about. **Cambridge Working Papers in Economics (CWPE)**, 2011.

SIMOES, A (2018). A inserção dos migrantes qualificados no mercado de trabalho formal brasileiro: características e tendências. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T., Macedo, M. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. **Relatório Anual 2018**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018

SIMOES, A.; HALLAK NETO, J. (2020): A Inserção do Imigrante Qualificado no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro 2010 a 2019. **Relatório RAIS 2020**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.

SIMÕES, A; HALLAK NETO, J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. (2019): A Inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal. Relatório Rais 2019. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.

ANEXO

Tabela A1. Rendimento médio dos migrantes com vínculo formal de trabalho, segundo principais nacionalidades, Brasil, 2011 – 2020

Nacionalidades	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	10.926	10.760	9.548	7.980	6.835	6.780	7.034	6.456	5.608	4.878
ÁFRICA	5.300	4.769	3.702	2.769	2.535	2.471	2.567	2.888	2.652	2.698
Angolano	5.455	5.199	5.321	4.955	4.285	2.915	2.719	3.067	2.802	2.936
Congolês	3.917	2.788	2.185	1.906	1.813	1.795	1.885	1.845	1.897	1.862
Ganês	1.994	5.655	2.514	1.913	1.946	2.058	2.028	2.019	2.053	2.566
Senegalês	2.433	2.176	1.947	2.000	1.859	1.992	2.088	2.162	2.045	2.082
Sul-Africano	7.150	7.995	9.952	6.323	5.247	5.278	6.122	13.267	4.809	5.556
Outros Africanos	5.522	4.489	3.344	2.867	2.608	2.626	2.759	2.820	2.988	2.853
AMÉRICA DO NORTE	20.812	21.380	20.769	18.691	17.452	16.368	18.469	18.906	20.854	22.000
Canadense	19.252	19.983	19.076	15.729	15.678	15.155	16.425	16.434	19.664	22.098
Norte-Americana	20.986	21.217	20.983	19.039	17.699	16.561	19.100	19.311	21.245	22.425
Mexicano	21.468	24.851	20.985	19.345	17.461	16.175	16.323	18.773	19.548	19.295
AMÉRICA CENTRAL E CARIBE	2.778	2.203	2.013	1.927	1.835	1.848	1.924	1.883	1.856	1.776
Haitiano	1.521	1.711	1.824	1.822	1.759	1.756	1.811	1.788	1.750	1.696
Cubano	5.562	4.922	6.666	5.064	4.351	4.042	4.025	3.696	3.077	3.234
Dominicano	3.835	4.632	3.298	2.998	2.363	2.529	2.587	2.719	3.753	3.425
Outras Centro-americanas e Caribenhas	16.304	16.626	15.453	13.755	13.064	10.930	17.102	12.842	11.118	9.331
AMÉRICA DO SUL	7.713	7.573	7.234	6.727	6.319	6.038	6.845	6.496	5.150	4.379
Argentina	12.924	12.638	12.735	11.271	10.413	10.192	12.350	13.634	11.366	11.697
Boliviana	5.038	4.774	4.238	4.198	4.323	4.428	4.973	5.279	5.109	4.932
Chilena	7.861	8.365	8.491	8.295	7.644	7.210	7.905	7.576	7.138	7.837
Colombiano	14.541	13.023	11.829	9.677	8.932	9.134	11.621	10.508	10.100	9.977
Equatoriano	13.097	13.566	11.764	10.945	10.079	8.722	13.321	12.686	12.953	10.446
Paraguaia	2.551	2.558	2.415	2.340	2.213	2.230	2.431	2.564	2.415	2.265
Peruano	7.678	6.707	6.459	6.462	6.350	6.159	6.569	6.635	6.448	6.608
Uruguai	5.429	5.490	5.406	5.225	4.791	4.669	5.024	4.868	5.257	4.912
Venezuelano	18.823	21.500	19.900	17.374	13.550	8.207	6.602	3.425	2.314	1.946
Outras Sul-americanas	7.964	4.228	2.827	4.237	4.531	6.443	6.351	5.099	4.939	4.828
AMÉRICA NÃO ESPECIFICADO	14.915	15.106	15.760	16.236	15.328	15.473	17.152	18.087	15.410	14.140
Americanas não especificadas	14.915	15.106	15.760	16.236	15.328	15.473	17.152	18.087	15.410	14.140
ÁSIA	9.032	9.683	9.170	8.783	8.707	8.358	8.791	8.977	9.272	8.654
Bengalês	1.744	1.876	1.786	5.942	5.166	4.762	2.214	2.175	2.430	2.043
Chinesa	4.563	5.300	6.190	5.862	6.239	6.503	7.600	8.516	10.666	8.466
Coreana	12.167	14.005	13.338	12.633	14.984	14.326	13.515	12.791	13.970	14.995
Indiana	16.316	18.070	16.413	16.847	15.358	15.445	16.049	15.467	14.505	18.611
Japonesa	15.226	14.291	13.743	13.014	13.371	12.817	11.674	11.256	10.173	9.695
Paquistanês	2.891	3.806	3.728	2.371	2.553	2.233	3.527	3.952	2.995	3.077
Outras Asiáticas	9.794	9.775	9.222	7.572	6.181	6.079	5.873	6.052	5.277	5.912
EUROPA	13.763	14.226	14.447	14.179	13.186	12.967	15.626	15.968	15.676	16.631
Alemã	21.494	21.978	22.118	22.883	22.564	21.671	25.544	26.377	23.945	26.648

Belga	17.880	18.001	18.224	19.831	17.528	16.072	18.049	22.876	21.374	23.827
Britânica	20.026	19.369	18.907	19.173	17.923	17.612	21.445	19.877	21.766	23.883
Espanhola	13.449	13.968	15.328	14.989	13.839	13.120	18.152	18.419	17.246	20.828
Francesa	23.692	23.951	24.297	23.748	21.710	21.531	23.353	25.052	24.703	26.701
Italiana	12.331	13.042	12.845	12.334	11.800	11.815	13.050	13.490	12.682	14.629
Portuguesa	8.773	9.080	9.399	9.003	8.597	8.575	9.680	9.232	9.574	8.738
Russo	14.974	14.352	12.268	13.642	12.017	14.173	19.270	14.633	10.841	13.096
Suíça	17.561	18.196	17.614	16.057	15.237	17.580	36.466	45.568	41.192	50.960
Outros Europeus	19.081	21.407	20.166	20.432	16.773	15.825	20.617	21.690	22.043	21.229
OCEANIA	24.844	24.500	24.486	26.651	22.072	23.515	23.544	29.735	20.456	18.482
Austrália	23.916	26.540	30.049	30.905	29.010	27.361	24.893	32.631	19.546	18.587
Outros Oceânicos	28.369	18.889	12.934	16.613	8.709	13.517	19.497	19.440	22.731	18.233
NÃO ESPECIFICADO	11.322	14.785	13.107	10.946	9.302	8.948	9.017	8.693	13.077	13.359

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2011-2020.

Notas: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2020.

Tabela A2. Rendimento médio dos imigrantes com vínculo formal de trabalho, por classes de rendimento, Brasil, 2011 – 2020

Ano	Média total	Décimos de rendimentos										Parcelas selecionadas				
		D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	Até 20%	20% acima	Até 40%	10% acima	Entre 40% e 90%
2011	11.354	975	1.357	1.708	2.317	3.504	5.712	9.288	14.425	22.495	51.762	1.166	37.128	1.589	51.762	11.084
2012	11.144	1.034	1.412	1.723	2.209	3.162	5.209	8.674	13.805	21.957	52.257	1.223	37.107	1.595	52.257	10.561
2013	9.851	1.084	1.422	1.644	1.946	2.446	3.614	6.360	11.427	19.574	48.998	1.253	34.286	1.524	48.998	8.684
2014	8.241	1.102	1.436	1.619	1.822	2.107	2.629	4.102	8.219	16.155	43.223	1.269	29.689	1.495	43.223	6.642
2015	7.045	1.065	1.388	1.552	1.716	1.920	2.247	3.033	5.987	13.127	38.412	1.227	25.770	1.430	38.412	5.263
2016	7.011	1.079	1.406	1.571	1.738	1.951	2.289	3.133	6.155	13.144	37.641	1.242	25.393	1.449	37.641	5.334
2017	6.517	1.051	1.422	1.590	1.752	1.948	2.225	2.794	4.911	11.691	35.783	1.237	23.737	1.454	35.783	4.714
2018	5.882	1.010	1.386	1.551	1.694	1.862	2.090	2.495	3.783	9.682	33.262	1.198	21.472	1.410	33.262	3.983
2019	5.256	975	1.341	1.507	1.641	1.794	1.992	2.302	3.076	7.605	30.326	1.158	18.966	1.366	30.326	3.354
2020	4.568	867	1.283	1.448	1.573	1.705	1.874	2.107	2.576	5.321	26.926	1.075	16.124	1.293	26.926	2.717

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2019.

Nota: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2020.

6. A FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL: A INSERÇÃO LABORAL DAS MULHERES IMIGRANTES (2011-2020)

Tânia Tonhati¹
Lorena Pereda²

INTRODUÇÃO

Dentro do campo de estudo das migrações, o termo “feminização das migrações” ganhou projeção no final dos anos 1990 e indicava um aumento numérico substancial na migração feminina na contemporaneidade (CASTLES e MILLER, 1998). Para além do incremento numérico, os estudos de cunho feministas, relataram a diversificação do perfil das mulheres imigrantes nas últimas décadas, e passaram a mapear e analisar as suas experiências migratórias. Os avanços nas construções teóricas sobre esse tema proporcionaram à migração feminina visibilidade. No entanto, os estudos, em sua grande maioria, têm as suas construções teóricas, empíricas e metodológicas centradas nas experiências das migrações Sul-Norte (PARREÑAS, 2005; 2009; PADILLA, 2012). Nesse presente capítulo, pretendemos contribuir para a discussão da “feminização das migrações” olhando para o caso da imigração de mulheres para o Sul Global, no caso, o Brasil na última década (2011-2020).

No caso do Brasil é possível afirmarmos que entre os anos de 2011 e 2020 houve uma retomada da imigração para o país, e os estudos acadêmicos demonstram que essa se iniciou com uma forte presença de homens (TONHATI e MACE-DO, 2020). Tal fato pode ser explicado pelo coletivo de imigrantes que chegou ao país a partir

de 2010 - os haitianos. Esses imigrantes foram responsáveis por recolocar o Brasil na rota das migrações, o tornando um receptor de imigrantes e também um país de trânsito (DIEME, TONHATI e PEREDA, 2020). Já os estudos voltados para interpretar a imigração das haitianas no Brasil revelam que essas em sua maioria chegaram ao país por reunião familiar, ou após seu marido, ou companheiro estar há alguns anos no país (MAMED, 2015, 2016). Há também o caso de mulheres solteiras ou divorciadas, mas em menores números (MAMED, 2018). Tal fato, explica o aumento no número de mulheres haitianas no Brasil apenas a partir de 2013. No entanto, é importante salientarmos que o número de haitianas na última década, após os anos iniciais, cresceu de forma contínua, assim como, a sua inserção no mercado de trabalho, “feminizando” as migrações no Brasil e os nichos laborais dos imigrantes.

Se, por um lado, as haitianas foram as responsáveis pelo início do processo de feminização das migrações no Brasil, por outro lado, foram as venezuelanas que avolumaram e concretizaram o aumento do número de mulheres imigrantes no país. Foi, a partir de 2015, com o início dos deslocamentos dos venezuelanos, que se fez possível observar um crescimento contínuo na chegada de mulheres nos postos de fronteiras do país, e a ampliação na inserção laboral dessas imigrantes

1 Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (SOL/UnB) e pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)

2 Mestra em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latinoamericanos (ELA/UnB) e pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)

no mercado de trabalho formal. As venezuelanas, diferentemente das haitianas, tendiam a migrar junto com seus maridos ou companheiros, ou mesmo, sozinhas, na companhia de parentes e filhas/os (BARBOSA, TONHATI e HERRERA, 2020).

Dentro desse cenário, podemos afirmar que a década de 2011 a 2020, aqui analisada, inaugura no Brasil um processo de feminização das migrações, ou seja, vivenciamos um aumento no número de chegadas de imigrantes mulheres e sua inserção laboral. Buscamos, assim, neste capítulo detalhar esse processo de feminização, apresentando os números das chegadas, registros e solicitações de refúgio. E, ainda, dedicamos a segunda parte do capítulo para analisar a inserção laboral dessas mulheres. Durante a análise dos dados, mantivemos nosso olhar atento às particularidades do ano de 2020, devido a pandemia de COVID-19.

O presente capítulo, portanto, tem como objetivo traçar um panorama da imigração feminina no Brasil, entre os anos de 2011 e 2020. Para tal, contamos com as seguintes bases de dados: Sistema de Tráfego Internacional (STI), sobre a chegada das imigrantes pelos postos de fronteiras, Sistema de Tráfego Internacional Módulo Alerta e Restrições (STI-MAR), no qual acessamos os dados sobre as solicitações de refúgio, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), que possui os registros migratórios, ambas da Polícia Federal. Ademais, analisamos a inserção e a movimentação das trabalhadoras imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil, a partir da base de dados harmonizada da Relação Anual de Informações Social (Rais), da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia.

Todos os dados foram tratados estatisticamente pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). No presente capítulo não faremos

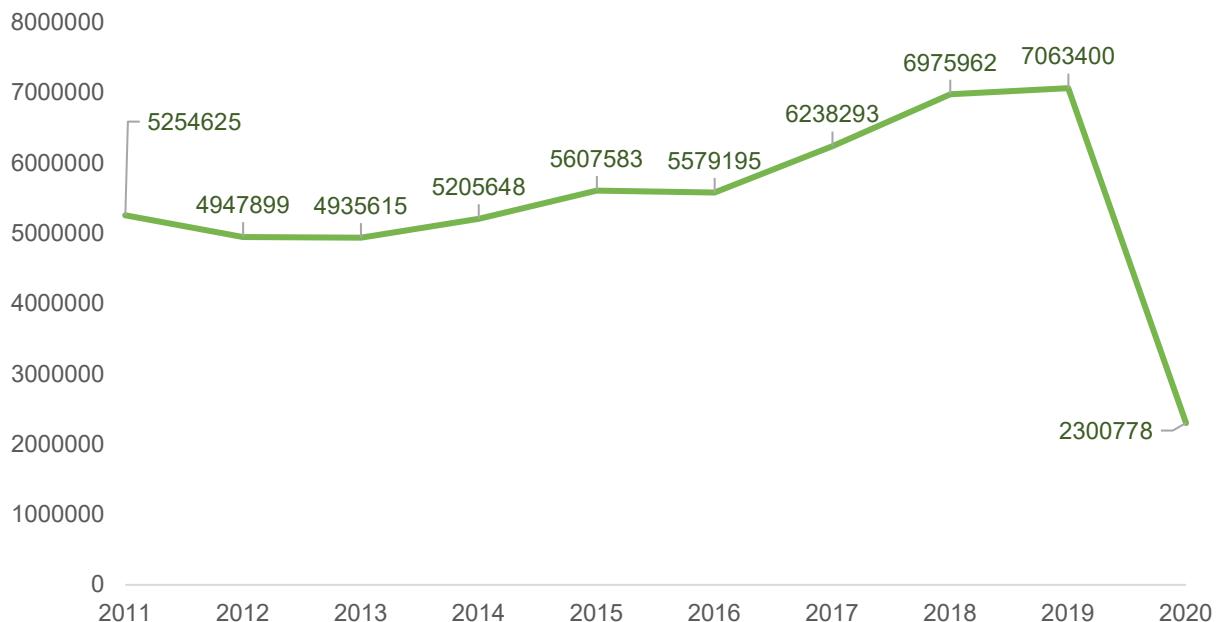
distinção de status migratório, portanto, os dados contam com informações de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas de forma agrupada. Para demais informações sobre os procedimentos metodológicos (limpeza, tabulações, limitações e série histórica) das bases de dados consultar o capítulo de metodologia no presente documento.

1. A MOVIMENTAÇÃO DE MULHERES NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS (STI)

Com relação aos dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) é importante destacarmos que neles estão contabilizadas as mulheres que entraram no país, podendo ser inclusive a turismo, ou seja, essa base de dados apresenta informações sobre as movimentações nas fronteiras do país, o que não necessariamente significa que essas mulheres passaram a ser residentes no país. Os dados sobre residência foram analisados através da base de dados do SISMIGRA, que apresentaremos nas próximas seções. Vejamos agora, as movimentações das mulheres nas fronteiras brasileiras.

Segundo os dados do STI, o número de entradas de mulheres nas fronteiras brasileiras a partir de 2011 cresceu de forma constante. Entre os anos de 2011 e 2016, esse crescimento foi mais linear com algumas variações, mas a partir de 2017, os dados mostram um crescimento significativo na chegada de mulheres. O ano de 2019 foi quando esse número atingiu as maiores cifras na década. Já o ano de 2020, devido a pandemia de COVID-19, vai se destacar diferentemente, pois foi o ano com o menor número de entradas de mulheres no Brasil em toda a década, representando os impactos da pandemia na mobilidade feminina. Se compararmos com 2019 a redução na entrada de mulheres foi de (-4.762,622), ou seja, 67,43% menor.

Gráfico 1. Entradas de mulheres no território brasileiro nos pontos de fronteira, totais por ano, Brasil, 2011 - 2020



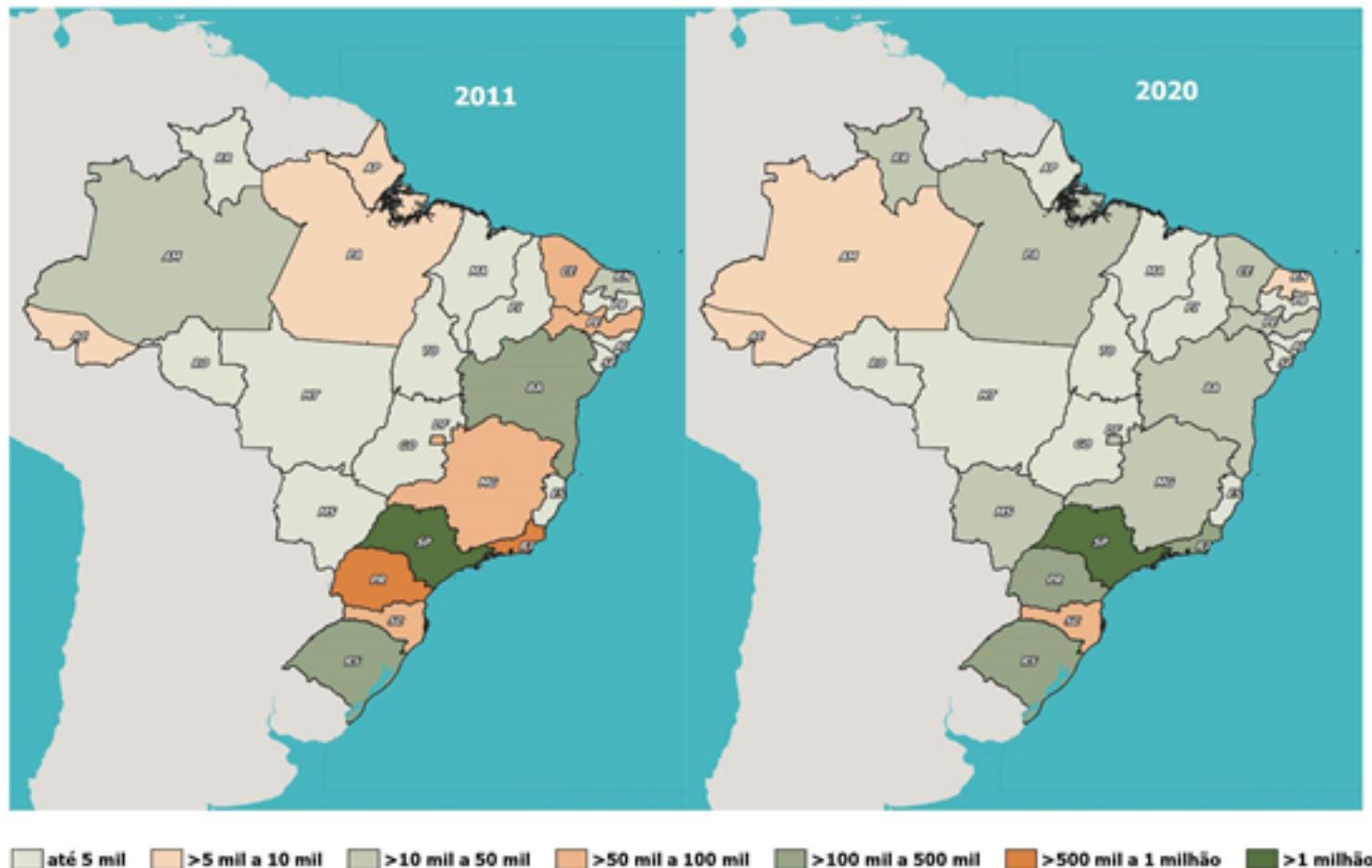
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI), 2020.

As principais portas de entradas das mulheres imigrantes no Brasil na década foram os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul. Nos três primeiros estados estão localizados os maiores aeroportos internacionais do país e os outros dois estados possuem importantes áreas de fronteira com outros países, com cidades gêmeas e/ou de mobilidade pendular. O caso mais peculiar, e que chamou a atenção, foi o estado de Roraima, o qual nos dois primeiros anos da década apresentava 0 (zero) entrada de mulheres imigrantes. Tal fato,

mudou a partir de 2013 e teve um crescimento exponencial saindo de 0 para 118.832, em 2019.

Em específico, no ano de 2020, a redução das entradas foi dramática em todas as Unidades da Federação (UFs), que vinham recebendo mulheres imigrantes nos últimos anos. Por exemplo, em São Paulo há uma redução de -2.539.882, ou seja -30,93%, já no Rio de Janeiro a redução foi de -833.439 (28,75%) e -95 (19,92%) em Roraima.

Mapa 1. Entradas de mulheres no território brasileiro nos pontos de fronteira, Unidades da Federação, por ano, Brasil, 2011 e 2020

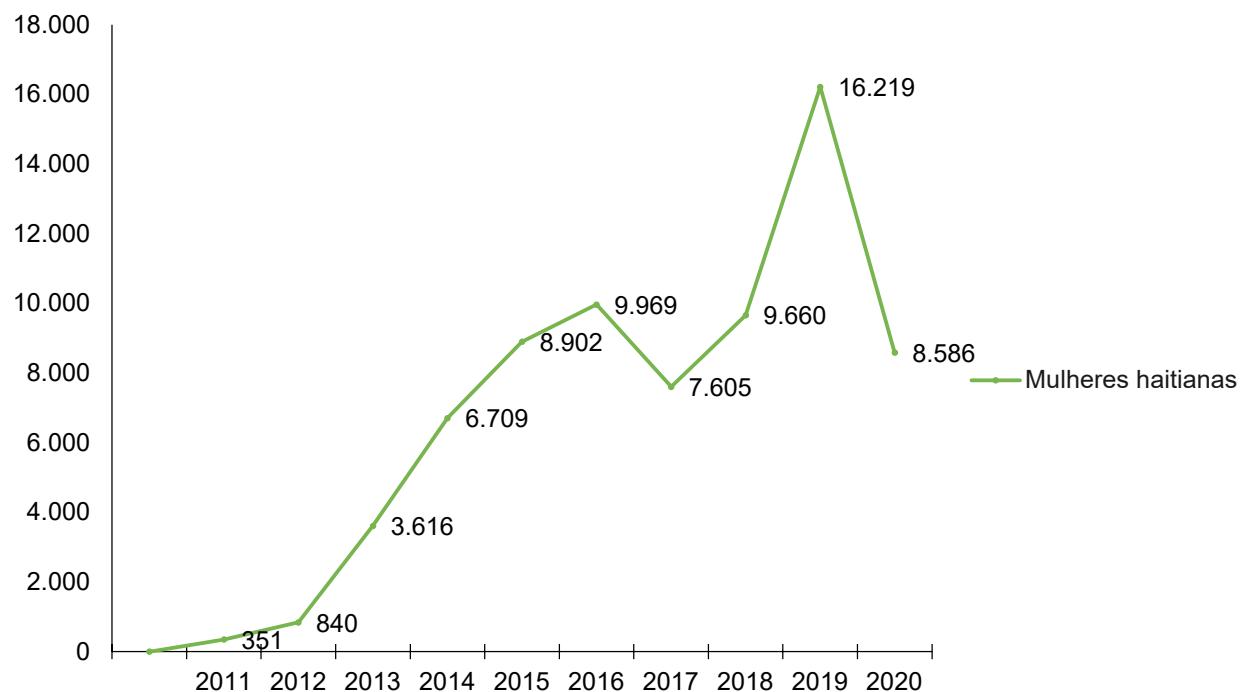


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI), 2020.

Em termos de nacionalidades é possível observar a presença da migração sul-sul de mulheres dos países vizinhos para o Brasil. As argentinas, por exemplo, foram as que mais entraram no país na série estudada. Na sequência estão as mulheres dos países do Norte-Global, como por exemplo, Estados Unidos, França e Portugal, respectivamente. Em menores números, aparecem as paraguaias, chilenas, uruguaias, bolivianas, peruanas, e mais para o final da década destaca-se as entradas das haitianas e venezuelanas. Com relação às argentinas é interessante notar que há um crescimento nas entradas a partir de 2015, e esse número permanece alto até 2019. Já com

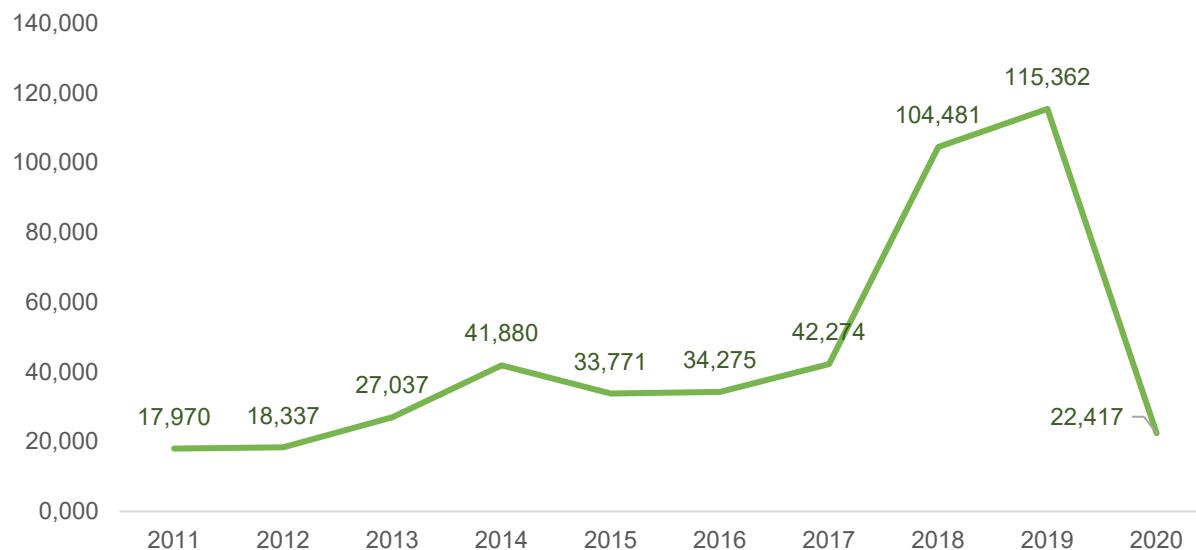
relação às bolivianas é possível observar um aumento nos anos de 2018 e 2019, em relação aos anos anteriores. Já no caso das haitianas o aumento se inicia em 2013, passando de 351, em 2011, para 3.616, em 2013, e crescendo de forma constante até atingir a cifra de 16.219, em 2019, ou seja, um aumento de 90% com relação ao primeiro ano da década. As venezuelanas, por sua vez, tiveram dois picos de entradas distintos, o primeiro em 2014, quando houve a entrada de 41.880, 36% a mais que em 2013 e o segundo e mais expressivo pico de entrada foi nos anos de 2018 (104.481) e 2019 (115.362).

Gráfico 2. Entradas de mulheres haitianas no território brasileiro nos pontos de fronteira, Brasil, 2011-2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI), 2020.

Gráfico 3. Entradas de mulheres venezuelanas no território brasileiro nos pontos de fronteira, Brasil, 2011 - 2020

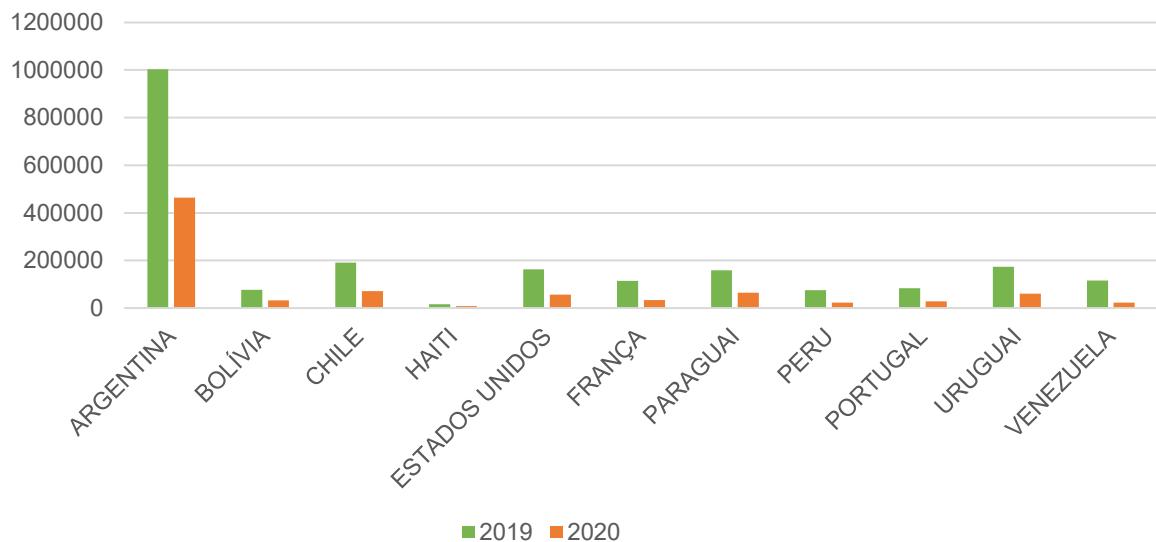


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI), 2020.

Como podemos observar através dos dados das movimentações nas fronteiras brasileiras, discutidos anteriormente, o número de mulheres, que adentraram a fronteira brasileira, cresceu de forma mais significativa a partir da segunda metade da década. Esse incremento no fluxo foi in-

terrompido pela pandemia de COVID-19, a qual afetou a todos os coletivos. Em sua maioria as entradas reduziram a menos da metade em comparação ao ano de 2019, como podemos notar no Gráfico 4.

Gráfico 4. Entradas de mulheres no território brasileiro nos pontos de fronteira, por nacionalidade, Brasil, 2019 - 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI), 2020.

Para além do crescimento nas movimentações nas fronteiras, que reforça nossa argumentação de que a imigração no Brasil está em processo de feminização, analisamos os dados referentes às solicitações de refúgio e registros das mulheres imigrantes no país. Neles tal aumento também foi constatado. Vejamos esses dados em detalhe nas próximas duas seções.

2. AS MULHERES SOLICITANTES DE REFÚGIO (STI-MAR)

O número de solicitações de refúgio por parte de mulheres no Brasil teve um aumento substancial nos últimos anos. Em 2011, no Brasil, por exemplo, foram feitas 232 solicitações de refúgio, esse número passou para 36.945, em 2019, ou seja, aumentou 159 vezes. Em 2020, esse número foi impactado pela pandemia de COVID-19, reduzindo para 12.344, ou seja, em -66,6%. A seguir são apresentados os números para as principais nacionalidades.

As venezuelanas estão em primeiro lugar na soma das solicitações de refúgio na série estudada (2011 a 2020). Até o ano de 2015, eram as haitianas que lideravam os pedidos de solicitações de refúgio, já em 2016 as venezuelanas passaram as haitianas e permaneceram como a nacionalidade que mais solicitou refúgio no Brasil. Entre os anos de 2017 e 2018 houve um crescimento de 73,7% no número de solicitações de refúgio das venezuelanas. Em 2019 (26.026) o número de solicitações ficou próximo ao de 2018 (26.550). Já em 2020, o número de solicitações de refúgio sofreu com uma queda de -68,4%, comparando com 2019, devido à pandemia de COVID-19, os fechamentos das fronteiras e as proibições de viagens.

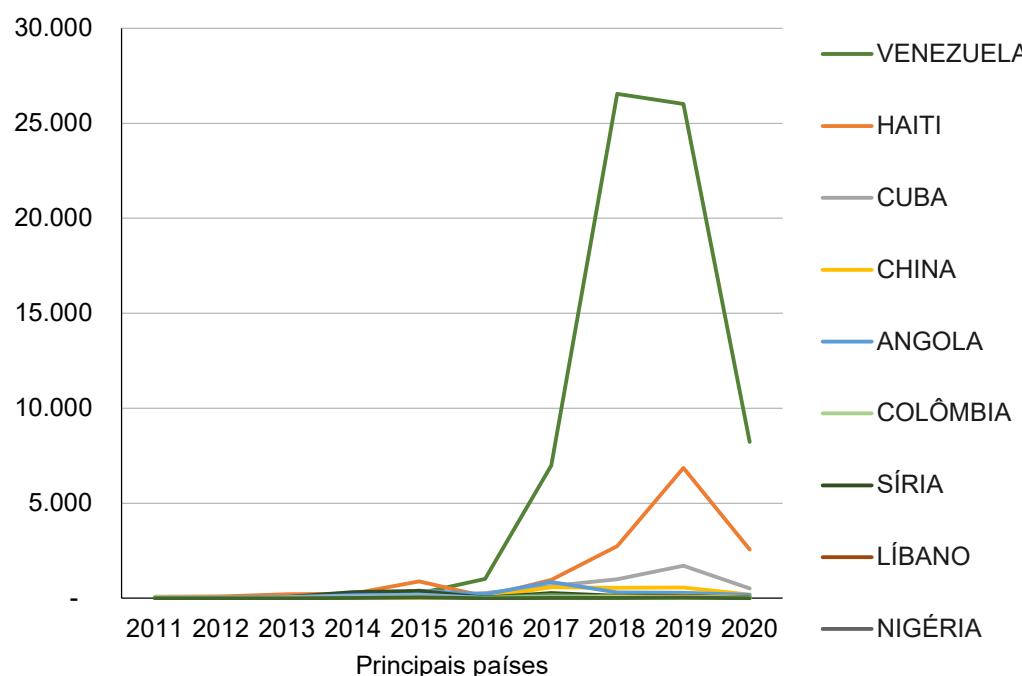
Em segundo lugar nas solicitações de refúgio no país, entre os anos de 2011 e 2020, estão as haitianas totalizando 14.752 solicitações de refúgio, representando 21,3% das solicitações de refúgio. As solicitações das haitianas têm dois diferentes picos, o primeiro em 2015, quando houve um au-

mento de 72% de 2014 para 2015, e depois uma queda brusca em 2016 de -89%. Os números de solicitações, no entanto, voltaram a aumentar a partir de 2017, chegando a 969, e em 2018 atingiu a cifra de 2.740, mas em 2019 o aumento foi ainda mais substancial chegando a 6.864 solicitações. Em 2020, como esperado, o número diminui para 2.566, ocasionado pela pandemia de COVID-19, no entanto, um número ainda alto para o contexto de dificuldade de mobilidade.

Em terceiro lugar temos as cubanas. O número de solicitações de refúgio entre as cubanas também aumentou nos últimos três anos da década. Em 2016, foram 270 solicitações e, em 2019, foram 1.707, um aumento de 84,2%. Em quarto lugar temos as angolanas, que desde 2011 estão entre

as solicitantes de refúgio, mas o auge das solicitações foi no ano de 2017 (858). Na sequência, em quinto lugar, estão as chinesas, que nos dois primeiros anos da década não tiveram nenhuma solicitação de refúgio. Nos anos seguintes houve algumas poucas solicitações mas, no ano de 2017, houve 576 solicitações e nos anos seguintes os números de solicitações permaneceram semelhantes a 2017 (555, 2018 e 557, 2019). Em sexto lugar estão as sírias com dois picos de solicitações, um nos anos de 2014 (327) e 2015 (390), depois uma redução em 2016 para apenas 37, e um novo aumento em 2017 para 277. Já nos anos de 2018 e 2019, os números de solicitações ficaram em 135. É importante destacar aqui que todas as nacionalidades tiveram queda nas solicitações de refúgio no ano de 2020.

Gráfico 5. Solicitações de refúgio, por mulheres, as principais nacionalidades (2011 a 2020)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional Módulo Alerta e Restrições (STI-Mar), 2020.

Em relação às localidades das solicitações de refúgio, os dados dessa base se mostram consistentes a partir de 2016³, e chama a atenção como a região norte do país, com grande destaque para o estado de Roraima, se transformou em uma porta de entrada para as mulheres. O estado de Roraima, de 2016 em diante tem os números de solicitações de refúgio crescendo de forma exponencial. Em 2016, foram 1.182 solicitações, três anos depois esse número chega a 32.104, e mesmo no ano de 2020, o número de solicitações continua relevante 10.545. Roraima

é, portanto, o estado que mais recebeu solicitações de refúgio (78.760) no período analisado. São Paulo foi o segundo estado da série histórica, com 8.625 solicitações, ou seja, -89,1% a menos que Roraima. Mesmo no ano de 2020, quando as solicitações em Roraima caíram -67,2% em relação a 2019, ainda foi 9,2 vezes maior que São Paulo, o segundo estado a receber mais solicitações de refúgio em 2020. Na soma da década, Roraima sozinho recebeu 3,3 vezes mais solicitações que a soma de todos os estados brasileiros.

³ Antes desse ano, o campo local da solicitação não era obrigatório de ser preenchido. Portanto, grande parte dos cadastros não apresentam respostas para essa informação. Para mais informações ver capítulo “Fontes de dados sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil”, neste relatório.

Tabela 1. Número de mulheres solicitantes de refúgio, por ano, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação de entrada - Brasil, 2011-2020

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Brasil	232	228	691	1.561	3.319	2.828	11.538	32.510	36.945	12.344	102.196
Norte	-	-	-	1	2	1.289	7.832	27.967	32.573	10.957	80.621
Rondônia	-	-	-	-	-	-	2	15	8	12	37
Acre	-	-	-	-	1	12	55	162	249	284	763
Amazonas	-	-	-	-	-	87	304	133	145	107	776
Roraima	-	-	-	1	1	1.182	7.405	27.522	32.104	10.545	78.760
Pará	-	-	-	-	-	-	4	4	6	1	15
Amapá	-	-	-	-	-	8	62	131	61	8	270
Nordeste	-	-	-	1	-	20	63	45	76	13	218
Maranhão	-	-	-	-	-	-	2	1	2	-	5
Ceará	-	-	-	1	-	13	44	27	36	6	127
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	4	1	1	6
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2
Pernambuco	-	-	-	-	-	4	16	8	23	4	55
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Bahia	-	-	-	-	-	3	1	4	13	1	22
Sudeste	-	-	1	2	7	501	2.887	2.315	2.734	1.176	9.623
Minas Gerais	-	-	-	-	-	2	8	13	9	2	34
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	3
Rio de Janeiro	-	-	-	-	1	136	333	230	229	32	961
São Paulo	-	-	1	2	6	363	2.545	2.071	2.495	1.142	8.625
Sul	-	-	-	-	2	75	670	869	309	124	2.049
Paraná	-	-	-	-	-	29	350	548	161	82	1.170
Santa Catarina	-	-	-	-	-	19	218	207	31	4	479
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	2	27	102	114	117	38	400
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	34	86	1.314	1.253	74	2.761
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	9	31	1.102	991	70	2.203
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	1	83	11	-	95
Goiás	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2
Distrito Federal	-	-	-	-	-	25	54	128	250	4	461
Não Especificado	232	228	690	1.557	3.308	909	-	-	-	-	6.924

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de refúgio.

Entre os municípios, o destaque fica para a cidade de Pacaraima (RR), que em 2018 e 2019 recebeu 26.512 e 25.688, respectivamente. Em segundo lugar, aparece o município de Bonfim (RR), com o número mais elevado no ano de 2019, 5.447. Em terceiro lugar está a cidade de São Paulo, com um total de 4.954 solicitações de refúgio entre os anos de 2011 e 2020. Um dado interessante de se notar é que no ano de 2020 houve queda significativa de solicitações de refúgio em praticamente todos os municípios, em relação a 2019, apenas Boa Vista (RR), Assis Brasil (AC) e Epitaciolândia (AC) receberam mais solicitações de refúgio em 2020, em comparação com 2019.

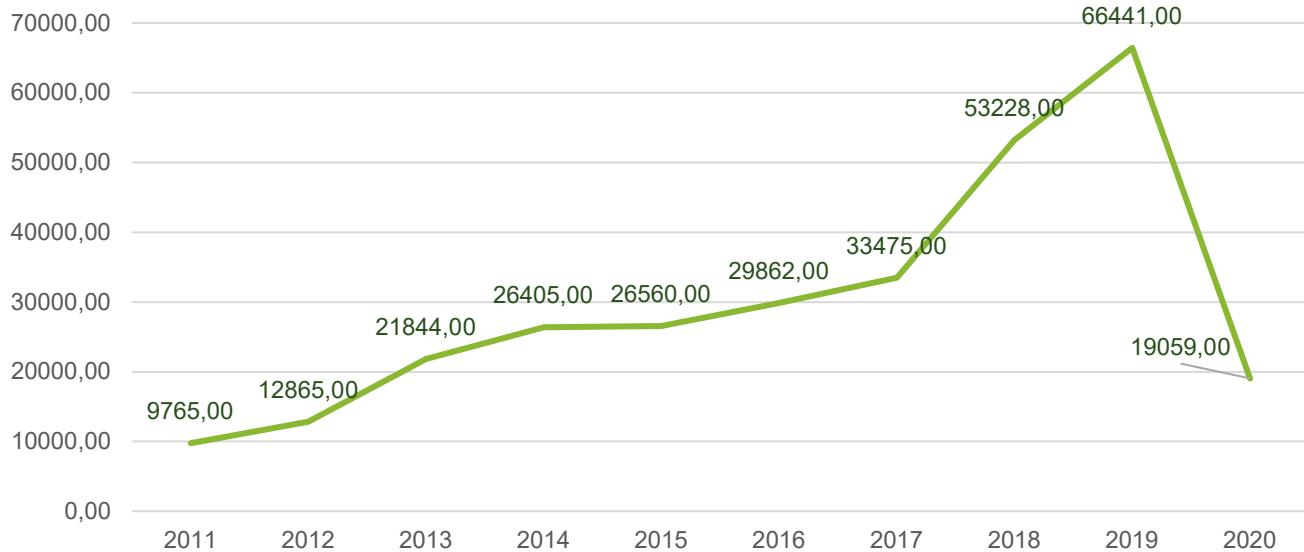
Vejamos agora os dados do registro nacional de imigrantes. Lembrando que nessa base de dados são registradas as pessoas, que chegam ao país com vistos de residência, para trabalho, estudo,

reunião familiar, diplomatas, entre outras, e ela também contempla os refugiados que já tiveram o seu status reconhecido pelo Conselho Nacional para Refugiados (CONARE).

3. SISTEMA DE REGISTRO NACIONAL MIGRATÓRIO (SISMIGRA)

Em termos dos registros de imigrantes mulheres, junto à Polícia Federal, foi possível observar também um crescimento constante na década, iniciando com 9.765 registros em 2011 e finalizando em 2019 com 66.441. O número total de registros da década foi de 299.504 registros de mulheres e 429.933 de homens (ver gráfico 6). Esse número foi reduzido em 2020 para 19.059, registrando uma queda de -71,32% em relação a 2019, devido aos efeitos da pandemia da COVID-19 nas dinâmicas de mobilidade.

Gráfico 6. Número de registros de imigrantes mulheres, por ano de entrada, 2011 - 2020

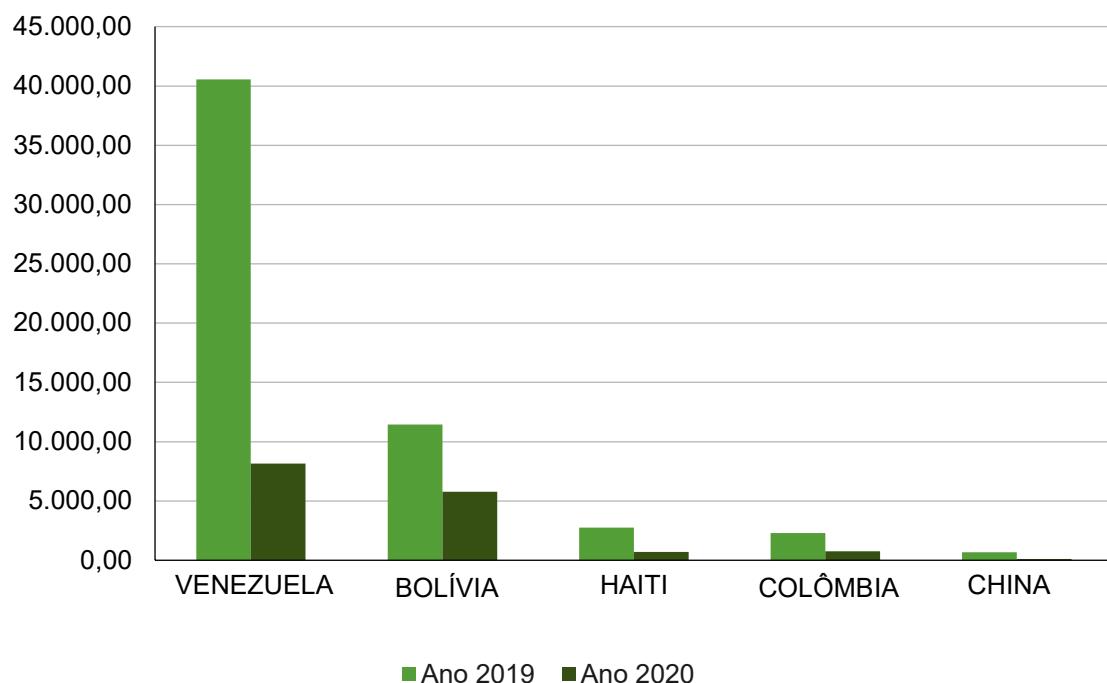


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2020.

A nacionalidade com maior número de registros foi a venezuelana. Os registros das mulheres venezuelanas tiveram um aumento expressivo nos anos de 2018 e 2019, e caiu em -78,14% em 2020. A segunda nacionalidade em registros na década foi a haitiana com um total de 58.273. Esse número começou a aumentar a partir de 2013 e continuou de forma progressiva até 2019,

apenas em 2020 que teve uma redução de -50,43%. O terceiro lugar ficou com as imigrantes bolivianas com um total de 25.929 registros na década. As colombianas foram a quarta nacionalidade com maior número de registros com 15.664 e em quinto lugar as chinesas com um total de 11.448 registros.

Gráfico 7. Número de registros de mulheres imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada, segundo principais países, 2019 e 2020

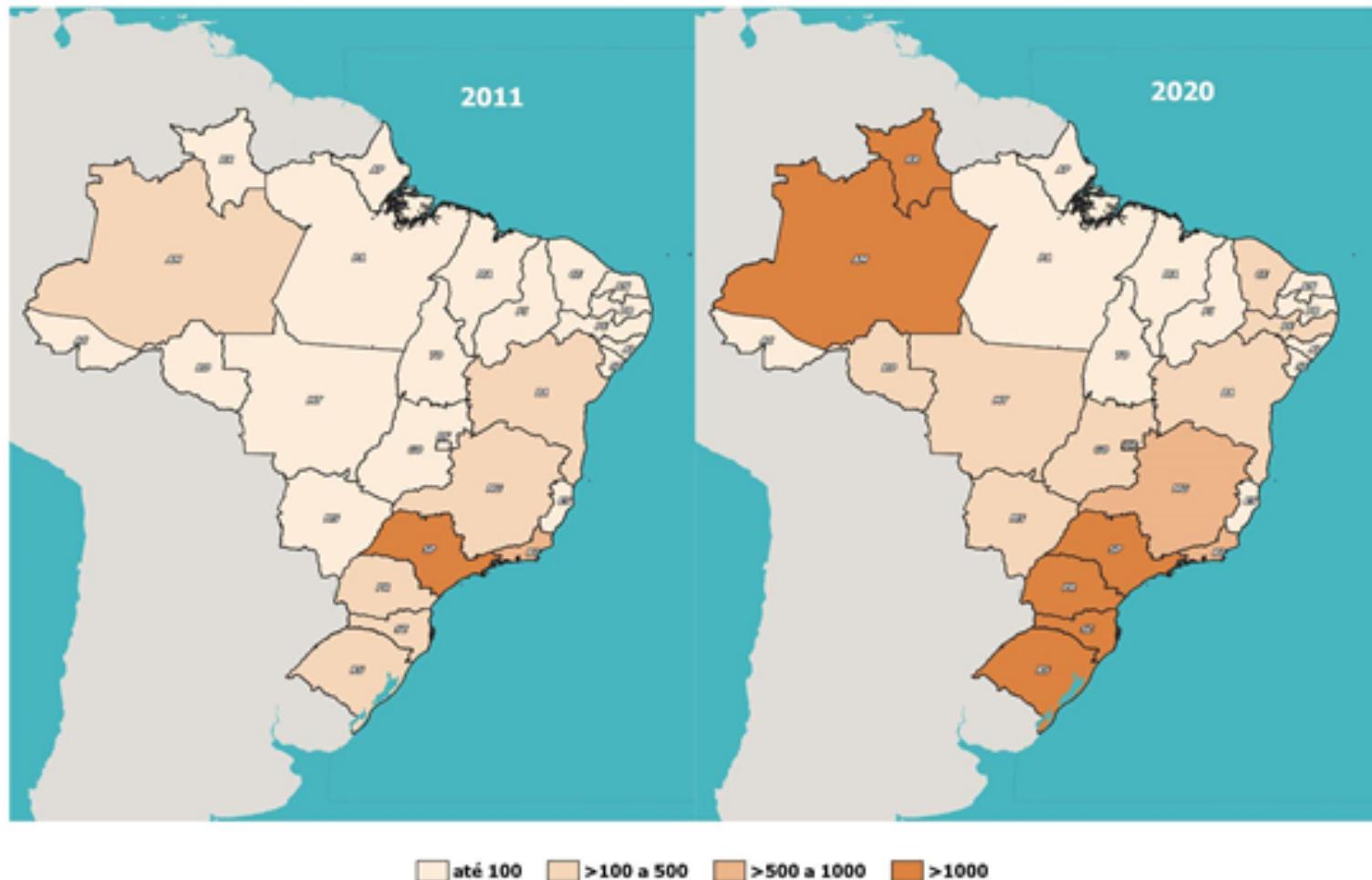


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2020.

Durante a década, os quatro estados que mais tiveram registros foram São Paulo (91.926) e os localizados na região Sul (Paraná, 23.695; Santa Catarina, 22.875; e Rio Grande do Sul, 20.194). Somente nos últimos três anos foi que o estado

de Roraima (51.902 registros) ganhou destaque, e teve um crescimento expressivo. Esse ficou em segundo lugar na soma dos registros da série histórica analisada (Ver Mapa 2).

Mapa 2. Número de registros de mulheres imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada, segundo unidade da federação de residência, 2011 e 2020

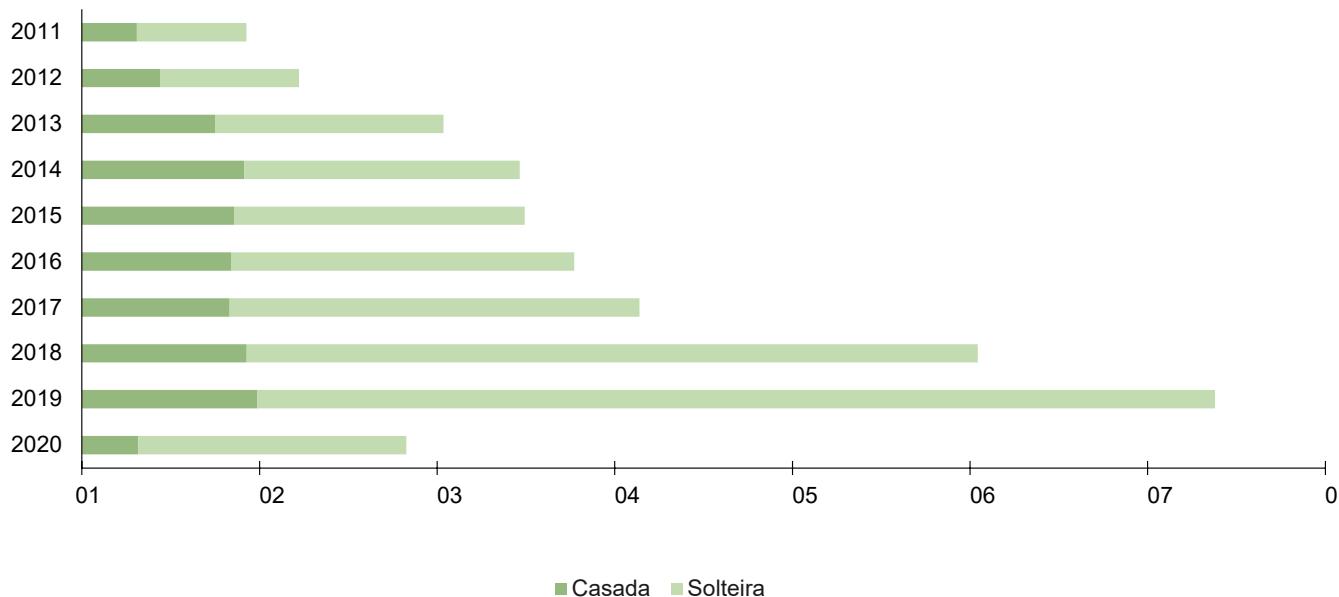


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2020.

Em termos de perfil demográfico a grande maioria das mulheres imigrantes registradas na década foi de solteiras 194.909, representando 65,07% do total, em segundo lugar estão as mulheres casadas com 63.206 (21,10% do total). Nos anos de maiores registros, 2018 e 2019, o número de mulheres solteiras se manteve alto, representando 77,32% e 81,14% do total respectivamente. Em 2020, mesmo com a queda nos registros e os efeitos da pandemia na mobilidade, essas porcentagens se mantêm altas com 79,24% de registros de mulheres solteiras e 16,63% casadas. Esses dados são relevantes e precisam ser

mais aprofundados para melhor entendermos a dinâmica da migração feminina para o Brasil. A partir dos dados aqui analisados é possível afirmar que nos últimos anos houve um crescimento na imigração de mulheres solteiras frente às mulheres casadas, o que abre novos olhares sobre a participação das mulheres na dinâmica da mobilidade humana internacional. As mulheres são, geralmente, associadas às dinâmicas de reunião familiar, ou a movimentos similares, no entanto, a análise demonstra que, ao longo da década, essa não parece ser a razão motivadora para as mulheres que migram para o Brasil.

Gráfico 8. Número de registros de mulheres imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada, segundo estado civil, 2011 - 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2020.

Já com relação a idade, a maioria das registradas na década 127.027 tinham entre 25 a 40 anos; o segundo grupo foi de 72.418, com idade entre 15 a 25 anos e o terceiro grupo foi de mulheres entre 40 e 65 anos (51.662). No último ano do pe-

ríodo analisado, 39,39% dos registros foram de mulheres entre 25 a 40 anos de idade. Portanto, a imigração de mulheres para o país tem como característica serem em sua maioria jovens e em idade laboral.

Tabela 2. Número de registros de mulheres imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada, segundo faixa etária, 2011 - 2020

FAIXA ETÁRIA	Mulheres 2011	Mulheres 2012	Mulheres 2013	Mulheres 2014	Mulheres 2015	Mulheres 2016	Mulheres 2017	Mulheres 2018	Mulheres 2019	Mulheres 2020
TOTAL	9765	12865	21844	26405	26560	29862	33475	53228	66441	19059
IGNORADO	1	3	2	0	4	2	3	2	0	0
0 -- 15 anos	1478	1857	2297	2629	3194	3369	4184	7830	12625	3592
15 -- 25 anos	3171	3680	5125	5769	6076	6572	7701	13443	16456	4425
25 -- 40 anos	3517	5180	9491	12998	12653	14743	15681	21398	23857	7508
40 -- 65 anos	1385	1883	4636	4620	4222	4716	5360	9633	12079	3128
65 -- anos	213	262	293	389	411	460	546	922	1424	406

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2020.

Os dados do SISMIGRA nos permitem afirmar que na década de 2011 a 2020, a imigração feminina no país cresceu de forma constante até 2019, sendo as venezuelanas e as haitianas as nacionalidades com os maiores números de registros. A grande maioria dos registros se deram em Roraima, São Paulo e nos três estados da região Sul. Ademais, a partir das informações analisadas foi possível notar que a imigração de mulheres para o país tem como característica ser de jovens em idade laboral. Nesse sentido, vamos agora nos debruçar na análise dos dados sobre a inserção laboral no mercado de trabalho formal das mulheres imigrantes.

4. AS TRABALHADORAS IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO (2011- 2020)

Analisando os dados referentes à inserção laboral das mulheres imigrantes no Brasil na década, foi possível notar um crescimento contínuo no número de admissões, com exceção do ano de 2016, quando esse número caiu, levando a um saldo negativo (- 2.551). Tal fato não aconteceu no ano de 2020, como era de se esperar, mediante a crise sanitária da COVID-19 e o alto índice de desemprego entre as brasileiras/os. De fato, de forma surpreendente, o ano de 2020 teve o maior saldo positivo da década analisada, ou seja, comparando com 2019 houve um crescimento de 4,8% no saldo. Já em termos de contratações, o ano de 2020 apresentou um número menor que em 2019, mas isso foi compensado por um menor número de demissões em 2020, que em 2019.

Tabela 3. Admissões e desligamentos das trabalhadoras imigrantes no mercado formal de trabalho, segundo ano de movimentação, 2011-2020

Ano	Admissões	Desligamentos	Saldo
2011	11.030	9.268	1.762
2012	12.945	11.217	1.728
2013	17.557	14.112	3.445
2014	23.180	18.933	4.247
2015	22.002	20.336	1.666
2016	17.773	20.324	- 2.551
2017	18.702	16.159	2.543
2018	21.485	17.136	4.349
2019	28.220	21.268	6.952
2020	25.956	18.653	7.303

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2011-2020.

Em adição, para entendermos melhor como se deu a movimentação das trabalhadoras imigrantes no ano de 2020, analisamos as suas admissões e desligamentos mês a mês. Os meses de março, abril, maio e junho foram os que apresentaram saldos negativos, ou seja, houve mais demissões que contratações. É relevante salientar que esses meses correspondem ao que se convencionou chamar de primeira onda da COVID-19 no Brasil. De fato, nesse momento o país apresentou índices altos de contaminação e mortalidade, e vários estados e municípios adotaram medidas de distanciamento social e fechamento de atividades econômicas. Nesse sentido, podemos afirmar que as imigrantes foram afetadas pelo desemprego durante a primeira onda da COVID-19 no país.

Já nos meses subsequentes julho, agosto e setembro as admissões começam a superar as demissões e nos meses de outubro, novembro e dezembro, o saldo volta a ser positivo e nos patamares do ano de 2019. Mais uma vez, devemos destacar que esses foram meses em que os números de contaminação e mortalidade no país referente a pandemia do COVID-19 estavam baixos, coincidindo com a abertura de diversas atividades econômicas. Nesse sentido, podemos afirmar que as mulheres imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, sim, foram fortemente afetadas pelos impactos da pandemia de COVID-19 em termos de perda do emprego.

Tabela 4. Admissões e desligamentos das trabalhadoras migrantes no mercado formal de trabalho em 2020, segundo mês de movimentação

Mulheres			
Total	Admissões	Desligamentos	Saldo
	25.956	18.653	7.303
Janeiro	2.636	1.723	913
Fevereiro	2.772	1.770	1.002
Março	2.286	2.322	- 36
Abril	952	2.178	- 1.226
Maio	1.121	1.288	- 167
Junho	1.135	1.171	- 36
Julho	1.706	1.128	578
Agosto	1.983	1.230	753
Setembro	2.321	1.310	1.011
Outubro	3.060	1.414	1.646
Novembro	3.258	1.425	1.833
Dezembro	2.726	1.694	1.032

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2020.

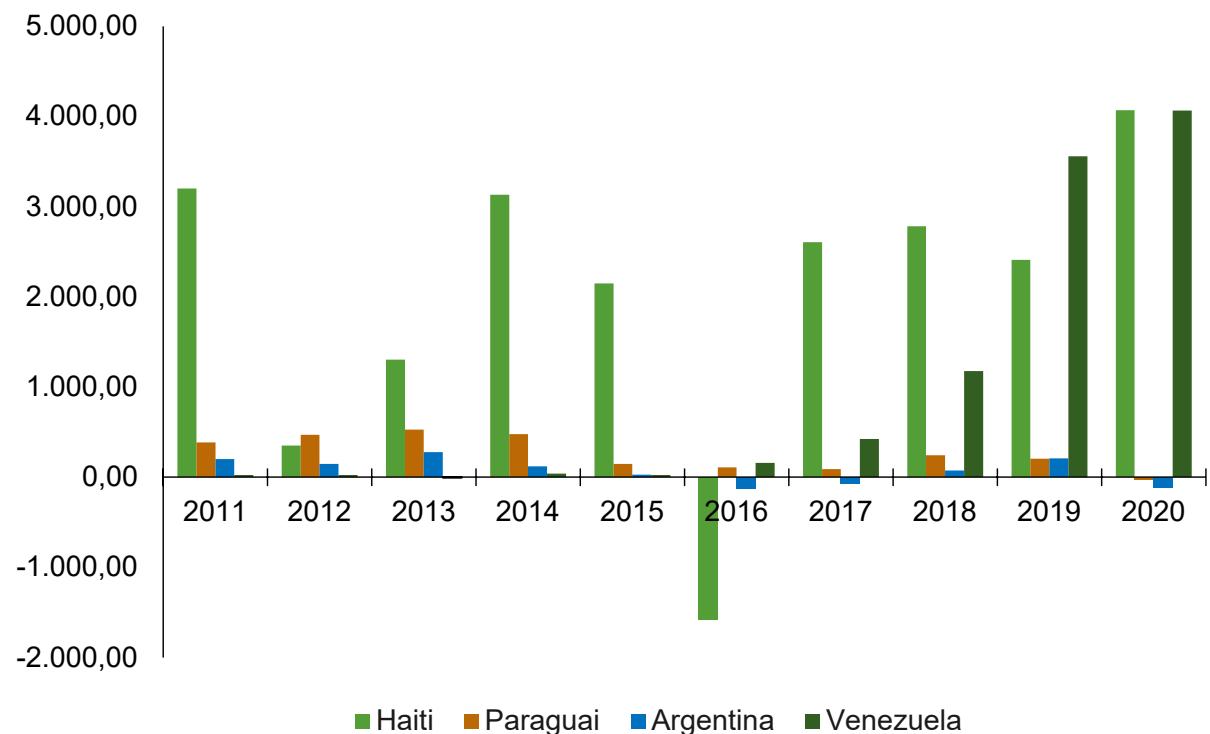
Em relação às nacionalidades, é relevante notar que a maioria das trabalhadoras imigrantes são de países do Sul-Global, da América do Sul e dos países caribenhos (Haiti e Cuba). De longe, chama a atenção a inserção contínua das haitianas, que estão em primeiro lugar como a nacionalidade com maior movimentação no mercado de trabalho formal. O aumento na inserção laboral das haitianas se deu a partir de 2013, que ficou com um saldo positivo de 1.302 e foi crescendo ao longo dos anos. Já em 2020, as haitianas, tiveram um acréscimo nas suas admissões de 19,10% e no saldo de 40,77% em relação a 2019. Apenas no ano de 2016 elas tiveram um saldo negativo de inserção laboral (-1.572).

Em segundo e terceiro lugar no mercado de trabalho formal brasileiro na década estudada estiveram as paraguaias e argentinas. No caso desses coletivos, elas apresentaram um padrão de maior volume de admissões no início da década e manutenção desses números ao longo do período. Somente em 2020 é que sofreram com um saldo negativo de inserção laboral. O padrão de inserção laboral das argentinas no Brasil é seme-

lhante ao das paraguaias, sendo maior no início da década, porém essas tiveram saldos negativos nos anos de 2016 e 2017, e apresentaram um saldo negativo elevado em 2020.

Já o caso das venezuelanas chama a atenção por terem tido uma inserção laboral recente, concentrada nos últimos três anos, ou seja, no início da década o número de venezuelanas no mercado de trabalho no país era muito baixo, não alcançando a casa das centenas. Tal fato se modificou a partir de 2016 e 2017, mas ainda com número de poucas centenas. Será a partir de 2018 que esse número cresce de forma volumosa e em 2019 o saldo das venezuelanas ultrapassa o das haitianas em mais de 30%. Aqui é importante destacarmos que as admissões das imigrantes haitianas e das venezuelanas aumentaram no ano de 2020, em 19,10% e 27,41% respectivamente em relação ao ano de 2019. De fato, essas duas nacionalidades foram as que tiveram um alto saldo positivo em 2020, já as outras, em sua maioria, apresentaram saldo negativo nas contratações.

Gráfico 9. Movimentações das haitianas, paraguaias, argentinas e venezuelanas na década (2011-2020)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2020.

Analisando especificamente o ano de 2020, é possível ver uma queda nas admissões e nos desligamentos das mulheres haitianas nos meses de março, abril e maio. No entanto, desde o mês de junho, as admissões seguem um aumento contínuo até o mês de dezembro. Já a movimentação das trabalhadoras venezuelanas no ano de 2020 apresentou um padrão distinto. Somente no mês de abril que apresentou um saldo negativo, já nos outros meses as admissões seguiram uma rota de aumento até o mês de dezembro.

Na série estudada, dentre as UFs, o estado de São Paulo foi o que mais admitiu trabalhadoras imigrantes na década, um total de 59.448. Na sequência estão os estados da região sul do país, primeiramente Santa Catarina (34.507), depois o Paraná (32.587) e finalmente o estado do Rio Grande do Sul (22.202). O Rio de Janeiro vem em quinto lugar. É importante notar que os estados do Norte, como Roraima e Acre são portas de entradas para as imigrantes e não os locais onde elas conseguem emprego, funcionando assim, como portas de entradas apenas.

Tabela 5. Admissões e desligamentos das trabalhadoras haitianas e venezuelanas no mercado formal de trabalho, segundo mês de movimentação, 2020

Ano	Mulheres trabalhadoras haitianas			Mulheres trabalhadoras venezuelanas		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
Total	9528	5429	4069	8499	4432	4067
Janeiro	835	444	391	784	368	416
Fevereiro	848	554	294	791	365	426
Março	729	768	-39	760	504	256
Abril	323	771	-448	354	452	-98
Maio	434	435	-1	404	230	174
Junho	400	312	88	402	261	141
Julho	630	292	338	538	246	292
Agosto	739	290	449	646	327	319
Setembro	856	346	510	745	326	419
Outubro	1.234	387	847	1.008	428	580
Novembro	1.360	369	991	1.112	431	681
Dezembro	1.140	491	649	955	494	461

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2011-2020.

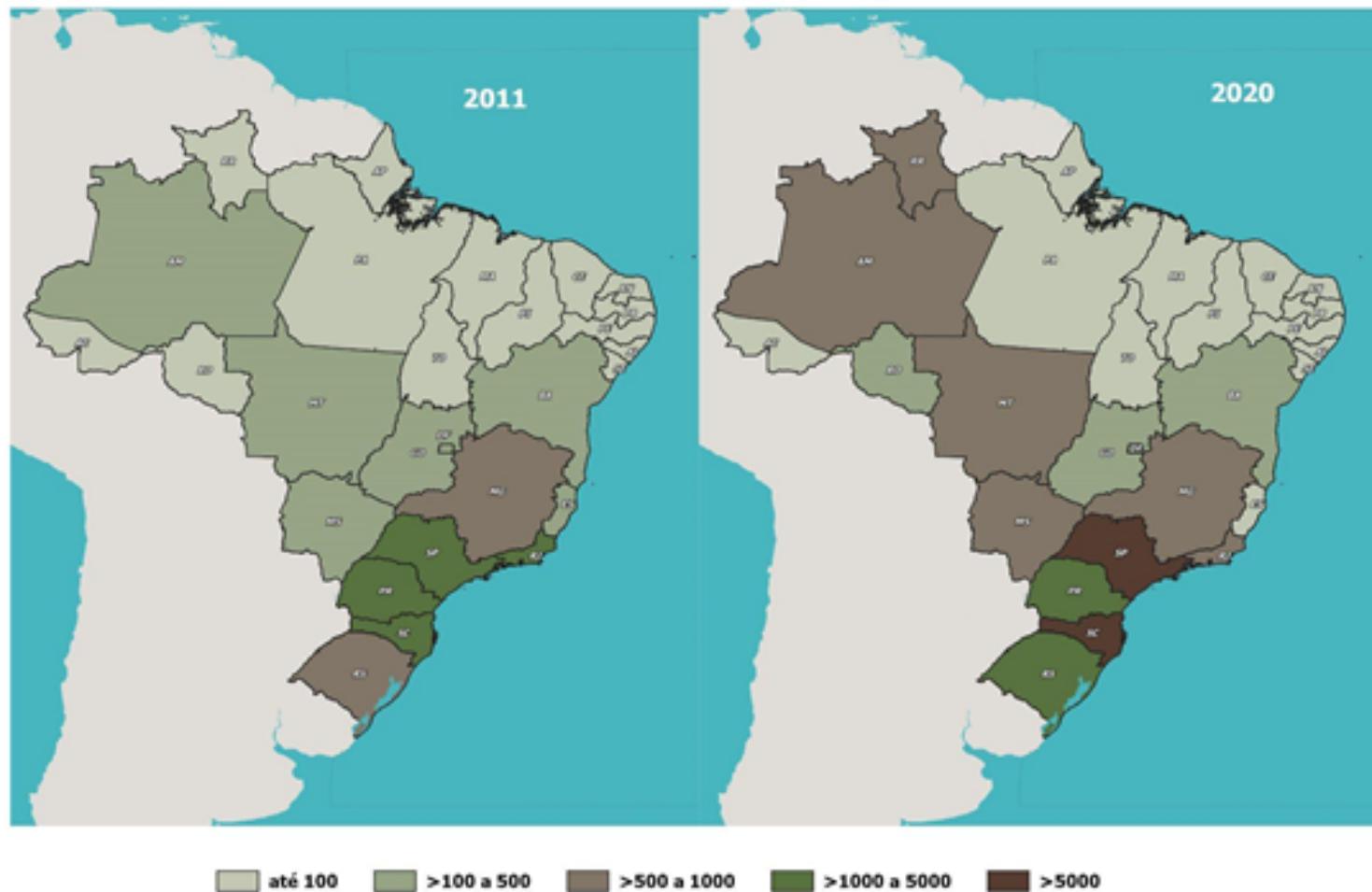
Os dados revelam, ainda, que o estado de Santa Catarina foi o único que admitiu mais em 2020 (7.151), que em 2019 (5.157). No ano de 2019, as haitianas eram 48,6% do total das imigrantes admitidas no estado, esse número aumentou em 2020 para 52,6%. Em 2020, o estado de Santa Catarina passou também a ser o que mais admitiu venezuelanas (2.177), superando São Paulo (1.213), que também foi ultrapassado pelo estado do Paraná (1.367). O número de imigrantes venezuelanas admitidas no estado de Santa Catarina saiu de 18,6% do total em 2019, para 30,4% em 2020. Dessa forma, é possível afirmar que 83% das imigrantes admitidas nesse estado foram de haitianas e venezuelanas. Aqui é importante destacar que o estado de Santa Catarina é o maior produtor e exportador de carne suína

nacional, e o segundo maior produtor de carne de frango, segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural⁴. Como veremos na próxima seção, a maioria das contratações das haitianas e venezuelanas se deram nos setores econômicos vinculados aos frigoríficos.

O segundo estado a contratar mais haitianas na década foi o Paraná (9.880), seguido de São Paulo (9.661) e Rio Grande do Sul (8.527). Já com relação às venezuelanas, o segundo estado que mais admitiu foi São Paulo (3.099), seguido do Paraná (2.627), Roraima (2.248), Rio Grande do Sul (1.771) e Amazonas (1.240). No caso do estado de Roraima nota-se que as venezuelanas foram 90,7% do total das mulheres admitidas.

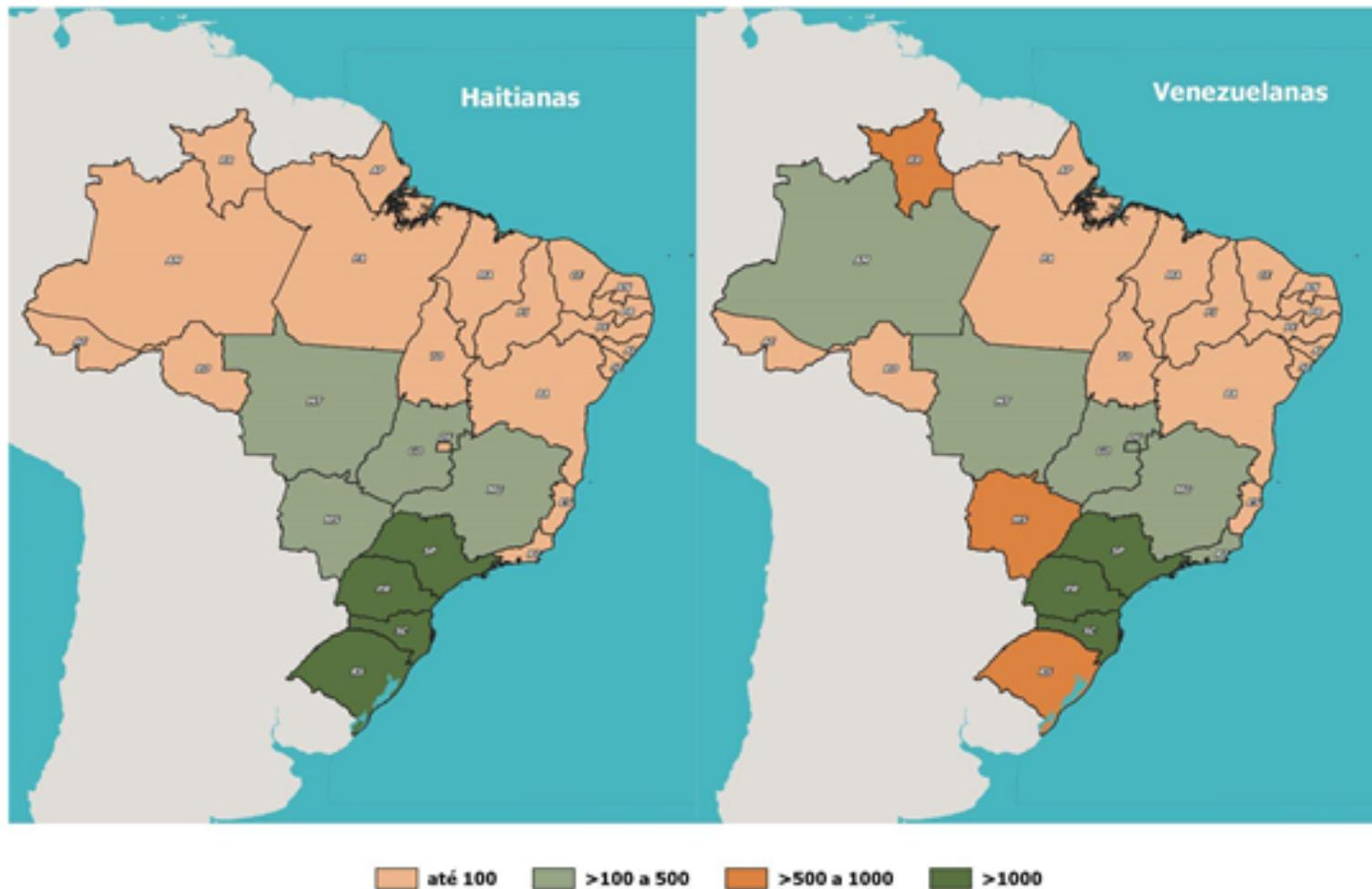
⁴ Para mais informações ver: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/agricultura-e-pesca/exportacoes-de-carne-de-frango-catarinense-crescem-57-5-em-outubro>

Mapa 3. Admissões das trabalhadoras imigrantes, por Unidades da Federação, 2011 e 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2011-2020.

Mapa 4. Trabalhadoras haitianas e venezuelanas admitidas no mercado formal de trabalho, segundo Unidades da Federação, 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2020.

Com relação à escolaridade das imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro a maioria tinha ensino médio completo no ato da admissão, olhando a somatória da década. Em segundo lugar, o nível de escolaridade mais relatado foi o ensino fundamental. No início da década observa-se que havia mais mulheres com ensino superior e ensino médio completo e que, a partir de 2018, o número de mulheres com apenas ensino fundamental passou a aumentar. O número de mulheres nessa faixa de escolaridade aumentou em 2020, em relação a 2019, em praticamente 50% (613, 2019; 1.311, 2020).

Assim como em 2019, em 2020 a atividade econômica que mais contratou mulheres imigrantes foi a relacionada com o abate de aves, o que surpreende nos dados é o aumento no saldo de 2020 com relação a 2019 de 73%. A segunda ocupação em 2020 a proporcionar mais postos de trabalho para as imigrantes mulheres foi o abate de suínos com 1.331 de saldo, 52% maior

que em 2019. O setor de comércio varejista ligado à venda de mercadorias do setor de alimentos teve também um saldo mais positivo, com mais contratações em 2020 (475) que em 2019 (262). Houve também aumento nas contratações em ocupações vinculadas a limpeza em prédios e domicílios (61, 2019; 215, 2020).

A grande queda aconteceu no setor de restaurantes e similares que, em 2019, teve um saldo de 599 e, apresentou em 2020, saldo negativo de -78. Da mesma maneira, as atividades vinculadas a hotéis, lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares somadas em 2019 tiveram saldo de 398 e, em 2020, o saldo foi negativo (-253). O setor de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e confecção de peças do vestuário também ficaram com saldos negativos em 2020 (-67 e -30, respectivamente). O que chama, portanto, bastante atenção é o aumento nas contratações de mulheres no setor de frigoríficos, abate de aves e suínos.

Tabela 6. Movimentação de trabalhadoras migrantes no mercado de trabalho formal, segundo principais atividades, 2019 e 2020

Principais atividades	2019			2020		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
Total	28.220	21.268	6.952	25.956	18.653	7.303
Abate de aves	1.309	608	701	3.420	833	2.587
Restaurantes e similares	2.455	1.856	599	1.596	1.674	- 78
Frigorífico - abate de suínos	962	330	632	1.814	483	1.331
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	925	663	262	1.110	635	475
Locação de mão-de-obra temporária	267	193	74	936	625	311
Hotéis	981	812	169	593	831	- 238
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	1.078	849	229	648	663	- 15
Limpeza em prédios e em domicílios	670	609	61	623	408	215
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	863	737	126	464	531	- 67
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	678	603	75	456	486	- 30
Outros	18.032	14.008	4.024	14.296	11.484	2.812

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2019 e 2020.

Quando cruzamos as atividades econômicas com as nacionalidades das imigrantes notamos um aumento nas contratações de mulheres haitianas nos setores de frigoríficos. Se somarmos as ocupações de alimentador de linha de produção, magarefe, abatedor e retalhador de carne,

observamos que essas são 77,3% do total das ocupações das haitianas no mercado de trabalho formal no país. O segundo setor que mais empregou as haitianas foi o voltado à limpeza (323) que, na soma, registrou o equivalente a 8% das ocupações desse grupo.

Tabela 7. Movimentação de trabalhadoras haitianas no mercado de trabalho formal, segundo principais atividades, 2019 e 2020

Principais ocupações	2019			2020		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
Total	7.708	5.298	2.410	9.528	5.459	4.069
Alimentador de linha de produção	1.221	685	536	1.876	850	1.026
Faxineiro	1.623	1.341	282	1.290	1.119	171
Magarefe	820	236	584	1.873	277	1.596
Auxiliar nos serviços de alimentação	768	545	223	585	579	6
Abatedor	214	118	96	468	137	331
Cozinheiro geral	313	274	39	238	243	- 5
Camareiro de hotel	205	179	26	168	224	- 56
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	186	129	57	183	138	45
Retalhador de carne	60	104	- 44	250	59	191
Trabalhador de preparação de pescados (limpeza)	66	21	45	163	56	107
Outros	2.232	1.666	566	2.434	1.777	657

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2019 e 2020.

Como ressalta Mamed (2018) em estudo com haitianas em frigoríficos no Paraná, mesmo quando estão em setores de limpeza, essas geralmente são contratadas também para frigoríficos de carnes (aves, suínos, bovina e pescado). Nesse sentido, é possível afirmar que a grande maioria da mão de obra das imigrantes haitianas estão em atividades econômicas ligadas aos frigoríficos na região sul do país, “onde os postos de trabalho são menos reconhecidos e remunerados, mais cansativos e desgastantes” (MAMED, 2018, p. 158). Demonstrando que o processo de feminização das migrações no Brasil, não necessariamente proporciona às mulheres imigrantes

melhores condições de trabalho e, consequentemente, de vida. Como salienta Mamed (2018, p. 159),

O mundo do trabalho vem acentuando a divisão sexual do trabalho, pois a abertura para o ingresso das mulheres significa reservar a elas espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizam por inferioridade hierárquica, salários menores e atividades adaptadas a capacidades supostamente inatas. O contexto da agroindústria paranaense bem ilustra essa tendência de “feminização do mundo do trabalho”, segundo a qual, em di-

versos países ocidentais, 40% ou mais da força de trabalho está composta por mulheres. Mas, ainda que essa tendência represente emancipação, também é preciso examiná-la como precarização, ou seja, uma estratégia ao processo de valorização do capital, ao reforçar a segregação ocupacional e incrementar a competição entre trabalhadores e trabalhadoras com rebaixamento salarial.

Com relação às venezuelanas o mesmo fenômeno foi encontrado em 2020, ou seja, houve um aumento na empregabilidade dessas nos

setores voltados ao final da cadeia produtiva do agronegócio, os frigoríficos. Entre as principais atividades desse grupo estão alimentadora de linha de produção, com um aumento de 59,74% de 2019 para 2020. E a atividade de magarefe e abatedor, que somadas tiveram um aumento de 69,93 % em 2020, em comparação a 2019. As demais ocupações (por exemplo: atendente de lojas e mercados, atendente de lanchonete, cozinheiro geral, vendedor de comércio varejista) apresentaram saldo menor (menos do que 100) em comparação a 2019.

Tabela 8. Movimentação de trabalhadoras venezuelanas no mercado de trabalho formal, segundo principais ocupações, 2019 e 2020

Principais ocupações	2019			2020		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
Total	6.169	2.611	3.558	8.499	4.432	4.067
Alimentador de linha de produção	463	122	341	1.248	401	847
Faxineiro	695	276	419	1.016	528	488
Auxiliar nos serviços de alimentação	472	197	275	488	331	157
Magarefe	137	11	126	562	133	429
Operador de caixa	337	147	190	462	231	231
Atendente de lanchonete	374	180	194	314	237	77
Vendedor de comércio varejista	307	169	138	255	212	43
Repositor de mercadorias	140	41	99	277	105	172
Cozinheiro geral	247	122	125	203	152	51
Atendente de lojas e mercados	211	97	114	209	124	85
Outros	2.786	1.249	1.537	3.465	1.978	1.487

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2019 e 2020.

Segundo Mamed (2018), as trabalhadoras nos frigoríficos são, geralmente, alocadas na área interna da planta, nos setores de escaldagem, corte, desossa, miúdos e embalagens. Todos esses são organizados e controlados por nórias, onde passam os animais abatidos e esteiras, que encaminham os animais para as mesas de cortes. Elas também estão, como dito, no serviço de limpeza dos maquinários e demais espaços da indústria. A autora relata que os homens são em sua maioria alocados no que é chamado de área externa da planta do frigorífico, ou seja, nos setores de pendura e sangria (abate), na pesagem e no transporte (por exemplo como motoristas de empilhadeira), e, ainda, são os agentes de fiscalização e expedição de produtos embalados. Já o circuito produtivo (sala de temperos e graxaria), ela constatou ser mistos, dessa forma esse é composto por homens e mulheres. As atividades de gerência, ela expõe que são exclusivamente conduzidas por homens. Dentro dessa organização, nota-se a lógica da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são contratadas para os setores que demandam atenção e paciência, cuidado e limpeza.

Nesse contexto, podemos afirmar que a grande maioria das mulheres imigrantes no país, sendo elas as haitianas e venezuelanas, estão exercendo atividades laborais que são maioritariamente caracterizadas pelas jornadas de trabalho exaustivas, em locais com alta insalubridade, riscos de acidentes laborais e salários baixos. Na próxima seção analisamos e apresentamos os dados re-

ferentes à renda média das trabalhadoras imigrantes na última década.

4.1. A RENDA DAS MULHERES IMIGRANTES NO BRASIL

Fazendo a análise sobre os rendimentos durante a década passada (2011-2020), os cinco maiores foram para os homens dos países do Norte Global, dentre eles, Noruega, Suécia, Austrália, França e Holanda. Entre as mulheres foram as norueguesas, australianas, francesas, holandesas e suecas, que ficaram com os cinco maiores rendimentos. Entretanto, notamos que a soma dos dez maiores rendimentos entre as mulheres, em média, ficou sendo a metade dos rendimentos dos homens, ou seja, mesmo quando provenientes dos países do Norte Global, as mulheres recebem menos que os homens daquelas mesmas regiões.

Outro ponto de destaque, é que não há nenhum país da América do Sul e do Caribe entre os dez países com trabalhadores com os dez maiores rendimentos. O ano de 2020 segue a mesma tendência, como é possível observar na tabela 9. Entre os homens, os maiores rendimentos ficaram para os trabalhadores europeus provenientes dos países escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia), e para as mulheres, novamente aparecem as norueguesas, francesas, suecas, polonesas e australianas.

Tabela 9. Os dez maiores rendimentos médio real de trabalhadores admitidos no mercado formal de trabalho, por ano e sexo, segundo principais países, em 2020

Principais países	Homens	Mulheres
	2020	2020
Total	2.184	1.874
Maiores rendimentos		
Noruega	33.704	33.488
Suécia	17.798	6.098
Bélgica	17.886	7.477
Polônia	17.881	12.264
França	17.317	9.560
Alemanha	16.252	7.877
Austrália	15.008	4.738
Holanda	13.565	2.549
México	12.976	7.895
Reino Unido	13.038	6.651

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2011-2020.

Notas: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2020. Para evitar grandes flutuações nos resultados, foram considerados apenas países que tiveram ao menos 10 admissões em 2020. Casos marcados com .. não tiveram admissões no período.

Olhando para o rendimento médio das trabalhadoras admitidas no mercado formal de trabalho na presente década, em geral, constatamos que houve uma diminuição de -29% entre 2011 e 2020. Os rendimentos foram reduzindo ao longo do período, o que coincide também com a chegada e inserção laboral de mais imigrantes haitianas e venezuelanas, que exercem atividades com menores remunerações.

Focando na análise dos rendimentos das trabalhadoras haitianas e venezuelanas observamos que as primeiras recebem baixos salários, e que os rendimentos em toda a série estudada não ultrapassaram os 1400 reais, correspondendo a pouco mais que um salário mínimo. As imigran-

tes venezuelanas, entretanto, tiveram uma variação maior em termos de rendimentos médios durante a década. No ano de 2013, por exemplo, essas chegaram a ter um rendimento médio de quase 5500 reais, mas esse valor diminui na mesma proporção em que aumenta o número de mulheres venezuelanas no país, chegando em 2020 a um rendimento médio de menos de 1500 reais. Para além das haitianas e venezuelanas, que atualmente (2020) estão entre as nacionais com os dez menores rendimentos, também se encontram nessa situação as mulheres imigrantes dos países africanos como: São Tomé e Príncipe, Níger, Serra Leoa, Togo, Somália, Senegal, e ainda compõe essa lista os países Guiana e Bangladesh.

Tabela 10. Rendimento médio real das trabalhadoras imigrantes admitidas no mercado formal de trabalho, segundo principais países

Principais países	Mulheres									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	3.066	3.206	2.667	2.313	2.255	2.279	2.400	2.261	2.103	1.874
Haiti	1.111	1.219	1.295	1.346	1.321	1.311	1.355	1.365	1.363	1.387
Paraguai	1.328	1.478	1.387	1.431	1.401	1.432	1.462	1.477	1.498	1.562
Argentina	3.361	3.397	3.005	2.560	2.595	2.555	2.515	2.679	2.855	3.068
Venezuela	4.913	5.399	5.453	4.141	3.829	2.214	2.924	1.586	1.430	1.435
Bolívia	2.088	2.086	1.814	1.791	2.114	2.351	2.588	2.555	2.432	2.812
Uruguai	2.135	2.193	1.815	2.087	1.868	1.884	1.804	1.993	1.855	1.838
Portugal	3.888	3.999	3.601	3.308	3.483	3.221	3.482	3.355	3.084	4.466
Chile	3.108	3.786	3.022	2.898	2.603	2.555	3.200	3.098	3.131	3.531
Peru	2.704	2.717	2.629	2.591	2.727	2.722	2.776	2.954	2.828	3.145
Japão	2.606	2.334	2.006	2.179	1.985	1.979	1.955	1.930	2.014	1.836
Outros	4.089	4.800	4.331	3.868	3.655	3.466	3.967	3.833	3.630	3.734

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2011-2020. Nota: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2020.

Tabela 11. Os dez menores rendimentos médios reais de trabalhadores admitidos no mercado formal de trabalho, por ano e sexo, segundo principais países, em 2020

Principais países	Homens		Mulheres	
	2020	2020	2020	2020
Total	2.184		1.874	
	Menores rendimentos			
São Tomé E Príncipe	1.374		1.232	
Níger	1.445		1.314	
Serra Leoa	1.451		1.432	
Bangladesh	1.459		1.484	
Togo	1.475		1.369	
Haiti	1.491		1.387	
Somália	1.534		846	
Guiana	1.304		1.980	
Senegal	1.479		1.406	
Venezuela	1.521		1.435	

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2011-2020.

Notas: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2020. Para evitar grandes flutuações nos resultados, foram considerados apenas países que tiveram ao menos 10 admissões em 2020. Casos marcados com .. não tiveram admissões no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de contextualizar e situar o Brasil no debate sobre a feminização das migrações, apresentamos nesse capítulo um panorama da migração feminina para o país na última década (2011-2020). Os dados analisados nos permitem afirmar que a partir da segunda metade da última década as migrações no Brasil se tornaram mais femininas, ou seja, houve um aumento no número de chegadas de mulheres no país, assim como, cresceu a quantidade de mulheres com residência permanente. Também observamos que aumentou o número de mulheres solicitantes da condição de refugiadas, com destaque para as venezuelanas que lideram a lista de solicitações. Em síntese, na última década o Brasil entrou no rol dos países em que há um processo de feminização das migrações, e no caso foram as haitianas e venezuelanas as principais protagonistas.

O fato de termos um aumento no número de mulheres imigrantes no país, no entanto, não significa que elas estão atingindo um maior grau de independência e igualdade perante os homens ou mesmo sendo menos exploradas no mercado de trabalho e atingindo melhores condições de vida através da migração. De fato, os dados revelaram que o saldo de contratações de mulheres foi positivo ao longo da década, com exceção do ano de 2016, porém as atividades econômicas onde essas mulheres, particularmente as venezuelanas e haitianas, estão conseguindo inserção laboral são em espaços com alta exploração da mão de obra - os frigoríficos nas regiões Sul do país. Nesse caso, elas executam atividades

insalubres, longas jornadas de trabalho com baixa remuneração.

De fato, como demonstrou a autora Mamed (2018), e aqui gostaríamos de reforçar o seu argumento, o trabalho nos frigoríficos, que se tornou o espaço de inserção laboral para a grande maioria das imigrantes haitianas e mais recentemente a partir de 2020 também para as venezuelanas, é uma precarização das condições de trabalho das mulheres. A autora chama atenção para o fato de que, mesmo que as mulheres imigrantes estão cada vez mais fazendo parte desses espaços laborais, pouco é feito para incorporar às suas necessidades particulares, como, por exemplo, ter igual número de banheiros, treinamento de segurança e saúde sobre os produtos e maquinários a serem limpos e menos ainda direitos e realocação para outras posições quando grávidas, licença-maternidade e auxílio creche.

Finalmente, é preciso ponderar que a pandemia de COVID-19 afetou a mobilidade e empregabilidade das mulheres imigrantes. Como vimos, em 2020, houve uma redução significativa na chegada, nas solicitações de refúgio e registros, assim como, houve índices elevados de desligamentos durante a primeira onda de COVID-19 nos meses de março a agosto. Os dados aqui analisados não contemplaram a segunda grande onda de contaminação e morte por COVID-19 no país, que se iniciou em março de 2021. Para estudos futuros consideramos comparar os impactos desses dois momentos distintos da pandemia na mobilidade e empregabilidade das mulheres imigrantes.

REFRÊNCIAS

BARBOSA, Lúcia.; TONHATI, Tânia; HERRERA, Miliana. **Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil.** ACNUR, 2020.

DIEME, Kassoum; TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. A migração haitiana e a construção de seus “Nordestes”: Brasil um “Norte” alternativo e temporário. **Revista brasileira de sociologia**, v. 8, p. 126-147, 2020.

CASTLES, Stephen. DE HAAS, Hein, MILLER, Mark J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World.** London: Palgrave macmillan, 1998.

MAMED, Letícia.. Trabalho, migração e gênero: a trajetória da mulher haitiana na agroindústria brasileira. **TEMÁTICAS (UNICAMP)**, v. 25, p. 139-176, 2018.

MAMED, Letícia.. Haitianos no Brasil: do ingresso pela Amazônia à inserção precarizada. **ARGUMENTUM REVISTA CIENTÍFICA**, v. 8, p. 78-90, 2016

MAMED, Letícia; DE LIMA, EURENICE OLIVEIRA . Trabalho, precarização e migração: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **NOVOS CADERNOS NAEA**, v. 18, p. 33-64, 2015.

TONHATI, Tânia; MACÊDO, Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACÊDO, Marília, **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, p. 111 - 141, 2020.

ZLOTNIK, H. **The Global Dimensions of Female Migration.** Migration Policy Institute. 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/global-dimensions-female-migration>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

7. TRAJETÓRIAS DE IMIGRANTES POR DEMANDA DE EMPREGADORES LOCAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO NA DÉCADA DE 2010

Wagner Faria de Oliveira ¹

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil recebe imigrantes para trabalhar em território nacional a partir da demanda de empregadores locais. A origem dessa demanda pode variar entre diversos motivos, tais como a importação de uma cultura organizacional de outro país ou o preenchimento de lacunas relacionadas a conhecimentos e experiências específicas muitas vezes escassos no país. Tais lacunas de qualificação não são necessariamente associadas à escolaridade do ponto de vista formal, apesar dessa subpopulação possuir escolaridade mais elevada do que a média dos imigrantes. Nesse sentido, a ideia de “trabalho qualificado” neste caso tem a ver com o fato de dominar habilidades que são demandadas por empregadores, não com a escolaridade em si, como tipicamente se faz na literatura sobre imigração qualificada (PELLEGRINO, 2001).

Um exemplo pode ser ilustrativo para a compreensão de como uma demanda por trabalho imigrante a partir de firmas brasileiras pode ocorrer independente do grau de escolaridade formal. Tipos específicos de abate de animais para con-

sumo de carne associados a rituais religiosos, como é o caso do abate *Halal* para os muçulmanos e o *Kosher* para os judeus são práticas necessárias para exportar carnes e derivados para países com grandes contingentes de população muçulmana ou judaica. Por outro lado, apesar de o Brasil ser um dos principais *players* globais na produção desse tipo de mercadoria, a parcela de sua população que é aderente a uma dessas religiões é residual², quanto mais de pessoas que dominam tais técnicas de abate. O resultado disso é que as empresas do ramo precisam trazer esses trabalhadores de fora para executar tais atividades e permitir que a carne possa ser exportada para determinados países³.

Tipicamente, no entanto, empresas locais são filiais ou subsidiárias de empresas multinacionais, cuja sede ou matriz está em outro país. Por essa razão, tais empresas podem desejar trazer trabalhadores de fora para assumir cargos de alta direção e gerência, seja por já terem construído uma carreira na empresa, seja por trazerem aspectos específicos da cultura organizacional.

Tendo isso como pano de fundo, o objetivo des-

1 Doutorando em Economia pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV EPGE) e pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA).

2 Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o percentual da população brasileira que declara religião judaica ou muçulmana é de 0,075%.

3 Segundo os dados da CGIL/CNIg para o período analisado (2011-2020), filtrando empresas do setor de abate e fabricação de produtos de carne, 43% das autorizações de trabalho foram para cidadãos de Israel, país de maioria judaica. Em relação à escolaridade, 42% dessas autorizações foram para trabalhadores com até o ensino médio completo.

te artigo é mapear os trabalhadores imigrantes por demanda de empregadores locais dentro dos registros administrativos do mercado de trabalho formal brasileiro e analisar suas trajetórias após a chegada ao Brasil. Essa análise terá como período de interesse a década de 2010, ou seja, o período 2011-2020. Essa década representa um período de consolidação de tendências crescentes de fluxos globais de circulação de pessoas, cujos impactos sobre o desenvolvimento dos países podem ser bastante significativos (DOCQUIER e RAPOORT, 2012).

Do ponto de vista metodológico, o artigo apresenta uma análise estatística descritiva dos dados obtidos a partir de um pareamento inédito entre duas bases de dados: a base de autorizações de trabalho concedidas a imigrantes, oriunda de registros produzidos pela Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) e pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a base harmonizada RAIS-CTPS estoque (DICK, FURTADO e OLIVEIRA, 2018)⁴, que contempla os registros de imigrantes no mercado de trabalho formal. Ambas as bases de dados foram pré-processadas pelos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). O pareamento permite construir um painel de trabalhadores que possuam as características de interesse do estudo ao longo do tempo.

Espera-se que o artigo traga novos subsídios para a política migratória brasileira do ponto de vista laboral e, em particular, da atração e retenção de imigrantes com habilidades e conhecimentos específicos, a partir da compreensão do que acontece com esses imigrantes depois que se estabelecem no Brasil. Além disso, o estudo permite aferir o quanto as autorizações de

trabalho de fato se convertem em integração no mercado de trabalho. Finalmente, o artigo contribui com uma forma diferente de pensar o trabalho qualificado, sem necessariamente recorrer a recortes de escolaridade⁵. Entende-se que o retrato dessa população que possui habilidades demandadas por empregadores locais, mas que não necessariamente possuem escolaridade elevada, traz novas informações para o debate público.

O artigo se subdivide da seguinte forma: a seção 1 traz um detalhamento da metodologia empregada para obter os dados utilizados. Na sequência, a seção 2 apresenta o perfil socioeconômico e demográfico dessa população de imigrantes. Na seção 3, são apresentadas algumas estatísticas com respeito às trajetórias desses imigrantes ao longo do tempo, em particular sobre sua empregabilidade e sua remuneração. Por fim, apresentamos algumas considerações finais e reflexões sobre futuras agendas de pesquisa.

1. METODOLOGIA

Nesta seção apresentamos com maior detalhe a metodologia empregada para encontrar os vínculos de trabalho formal de imigrantes que obtiveram autorizações de trabalho associadas à demanda de empregadores locais. Primeiro apresentamos os filtros empregados para reconhecer de fato as autorizações (e respectivos aparatos normativos) que faziam sentido de serem analisadas. Em seguida, apresentamos a metodologia de pareamento entre as duas bases. Por fim, comentamos sobre detalhes na criação do painel de trabalhadores.

4 Trata-se de cruzamento entre a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e a base de dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com informações anuais para cada trabalhador com um vínculo principal de trabalho, sem informações de movimentação dentro de cada ano. Por simplicidade, o artigo fará referência à base sempre como RAIS-CTPS.

5 Um exemplo de trabalho que analisa o recorte do trabalho qualificado no mercado formal de trabalho brasileiro a partir da escolaridade é Simões et al (2020a). Além disso, os relatórios conjunturais do OBMigra (SIMÕES et al, 2020b) já trazem análises sobre os trabalhadores qualificados, porém com foco apenas nos dados da CGIL/CNIg.

1.1. FILTROS

A primeira etapa metodológica deste trabalho consiste em uma análise das autorizações de trabalho concedidas pela CGIL e pelo CNIg no período 2011-2020 e identificação de categorias que não se enquadram no objetivo do artigo. Tendo em vista que o objetivo é a identificação de imigrantes que caracterizam vínculo empregatício com um empregador no Brasil, foram retiradas da análise as autorizações de trabalho que:

- 1) Caracterizam vínculos de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil;
- 2) Não caracterizam imigração por trabalho;
- 3) Não foram deferidas.

Cada um desses filtros possui sua importância para a análise. O primeiro se deve ao fato de que imigrantes sem vínculo empregatício no Brasil⁶ não deveriam aparecer na RAIS, uma vez que esta é uma base de dados de vínculos de trabalho formal em firmas sediadas no Brasil. Logo, caso um imigrante identificado com uma autorização de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil apareça na RAIS, o vínculo de trabalho em questão possivelmente não terá relação com o motivo de sua autorização de trabalho, o que poderia gerar confusão na análise. Exemplos desses trabalhadores são aqueles de curta duração, associados a contratos de transferência de tecnologia, intercâmbio, ou mesmo aqueles associados a missões diplomáticas.

O segundo filtro se destina à retirada da análise de imigrantes que vem ao Brasil e obtém autorização de trabalho por outros motivos que não estão relacionados ao seu contrato de trabalho com uma empresa local. Exemplos dessas situações são aqueles imigrantes que obtém autorização a partir da Resolução Normativa 93/2010, que disciplina a situação de imigrantes vítimas de tráfico de pessoas. Outro exemplo seria o da grande maioria dos imigrantes que obtém autorização a partir da análise de casos especiais (RN 27/1998, RN 23/2017 e RN 38/2019).

Por fim, o terceiro filtro busca retirar as autorizações indeferidas, isto é, pedidos de autorização que não foram concedidos por algum motivo. Novamente, caso imigrantes com autorizações indeferidas apareçam na RAIS, certamente não será por meio de algum vínculo com essa autorização indeferida, o que também causaria confusão na análise.

A base de dados original contemplava, para o período 2011-2020, um total de 605.230 autorizações. Feitos os filtros, restaram 46.405 autorizações que se enquadram nos critérios de análise deste artigo, o que representa 7,7% do total. Essas autorizações contemplam oito grupos de amparos legais que regulamentam a obtenção de autorização de trabalho desses imigrantes, tal como mostra a Tabela 1.1.

6 Esse filtro já era aplicado em análises prévias do OBMigra, como mostrado em Quintino et al. (2019).

Tabela 1.1. Grupos de amparos legais* considerados na análise por ano de autorização, 2011-2020

Grupo de amparo legal	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Trabalho com vínculo empregatício no Brasil	5.994	5.979	5.943	5.688	4.350	2.647	2.657	3.370	3.555	2.840	43.023
Pesquisa, ensino ou extensão acadêmica	124	126	141	188	132	119	116	160	154	81	1.341
Atleta profissional	88	119	134	113	96	96	114	130	171	104	1.165
Grandes eventos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016)		5	214	218	103	40	1				581
Estudante ou recém- formado em intercâmbio profissional	10	37	61	63	37	25	12				245
Transformação de estudante para trabalho temporário							24				24
Trabalho nas férias de instituição acadêmica no exterior				4	5	2	10				21
Não especificado	4	1									5
Total	6.220	6.267	6.493	6.274	4.723	2.929	2.934	3.660	3.880	3.025	46.405

Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2020.

* Nota: os amparos legais foram agrupados para facilitar a compreensão, já levando em consideração a compatibilização entre resoluções normativas vigentes antes e depois da Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445 de 2017). Na ordem em que aparecem na tabela, os grupos são compostos pelas seguintes RNs: 1) RN 80/2008, RN 99/2012, e RN 02/2017, 2) RN 01/1997 e RN 24/2018, 3) RN 76/2007, RN 121/2016 e RN 21/2017. 4) RN 98/2012, 5) RN 94/2011, 6) RN 124/2016, 7) RN 103/2013, e 8) RN 74/2007.

A grande maioria obtém autorização a partir da resolução normativa que disciplina o trabalho com vínculo empregatício no Brasil (RN 80/2008, RN 99/2012 e RN 02/2017). Além desses, a população analisada contempla aqueles que possuem vínculo de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica (RN 01/1997 e RN 24/2018), atletas profissionais com vínculo empregatício no Brasil (RN 76/2007, RN 121/2016 e RN 21/2017) e trabalhadores em algum dos grandes eventos realizados no Brasil, a saber, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (RN 98/2012). Além dessas categorias, os dados também contemplam estudantes ou recém-formados em

intercâmbio profissional (RN 94/2011), trabalhadores que transformaram a condição de estudante em trabalhador temporário (RN 124/2016) e trabalho em período sabático associado a instituições acadêmicas no exterior (RN 103/2013). Restaram ainda 5 casos não especificados e associados à RN 74/2007. De 2018 em diante, apenas as três principais categorias (trabalho com vínculo empregatício, pesquisadores e atletas profissionais) permanecem como amparo à entrada desses imigrantes por demanda de empregadores locais.

1.2. PAREAMENTO

O segundo passo metodológico consiste em obter uma listagem de indivíduos que obtiveram essas autorizações de trabalho entre 2011 e 2020 e pareá-los com os registros individuais da RAIS-CTPS, o que permite o acompanhamento das trajetórias desses imigrantes no mercado de trabalho formal. Segundo alguns estudos anteriores do OBMigra (QUINTINO et al, 2019; 2020), a variável escolhida para identificar indivíduos na base CGIL/CNIg foi o nome do imigrante, vista como mais consistente do que o número do passaporte por exemplo. Além disso, outros identificadores como o PIS e o CPF não se encontram nas duas bases de dados sujeitas ao pareamento.

Naturalmente, pessoas diferentes podem ter o mesmo nome. Apesar de esperamos uma baixa frequência de homônimos nesses dados, tanto pelo universo populacional ser relativamente pequeno, quanto pelo fato de se tratar de imigrantes, que possuem nomes menos comuns em comparação com os nomes usuais de brasileiros, ainda assim existem casos de homônimos. Por essa razão, procedemos da seguinte forma: primeiro pareamos de forma determinística pelo nome e verificamos se havia apenas um ou vários indivíduos na base de destino (RAIS-CTPS) com este nome. Caso houvesse vários, tentamos desfazer a duplicidade usando o pareamento pela data de nascimento, caso ela estivesse disponível em ambas as bases. Essa é uma forma de reduzir o problema dos homônimos, ainda que o resultado do pareamento não será perfeito.

Outro problema comum em parear usando nomes é o de mudanças marginais na grafia do nome nas duas bases. Para afastar esse problema, normalizamos a grafia do nome nas duas bases, retirando qualquer tipo de acento, pontuação ou outro caractere que poderia gerar formas marginalmente diferentes de grafia. Ainda assim, podem ter restado casos de indivíduos não pa-

reados por uma mudança marginal de grafia, ou por problemas de digitação.

A partir do universo de 46.405 autorizações identificadas como objeto da análise, foram detectados 39.834 indivíduos únicos. Desse total, 68,4% (27.242) foram encontrados nos registros da RAIS-CTPS de 2011 a 2020 a partir do pareamento determinístico. Não se esperava de todo modo que esse número fosse mais alto, tendo em vista que nem todos os indivíduos que recebem autorização de trabalho necessariamente devem aparecer na RAIS. Uma alternativa seria implementar um algoritmo de pareamento probabilístico que atribui um escore de propensão de acordo com a similaridade entre nomes encontrados nas duas bases. No entanto, entendemos que, diante da possibilidade de gerar vieses de pareamento, o ganho marginal de uma metodologia como essa seria pequeno, considerando que estimamos em torno de 600 indivíduos que podem ter homônimos na base de origem, o que representa pouco menos de 2% dos registros.

1.3. PAINEL DE TRABALHADORES

Uma vez identificados os vínculos de trabalho associados a esses imigrantes na RAIS-CTPS, o terceiro e último passo é construir um painel desses trabalhadores ao longo do tempo. Em outras palavras, trata-se de observar, para cada indivíduo, o comportamento das variáveis disponíveis na RAIS em todos os anos entre 2011 e 2020. Caso o indivíduo não apareça na RAIS em um determinado ano, seja porque regressou ao seu país de origem, saiu do mercado formal de trabalho ou outros motivos, as variáveis serão codificadas como “não-aplicável”.

Com isso, podemos examinar suas trajetórias médias e entender o que aconteceu ao longo do tempo depois que o imigrante obteve autorização e entrou no mercado no trabalho pela primeira vez. Podemos identificar tanto casos em que ter-

minado o contrato, o indivíduo não é mais observado, quanto casos em que o trabalhador muda de empregador e continua na RAIS por outros motivos.

Os 27.242 indivíduos pareados a partir do nome estão associados a 28.066 números PIS únicos. Muitos desses trabalhadores aparecem em mais de um ano na RAIS-CTPS entre 2011 e 2020, totalizando um número de 75.250 vínculos de trabalho (pares PIS-ano). Vale ressaltar que 1.022 trabalhadores aparecem na RAIS-CTPS em um ou mais anos consecutivos, depois saem da base em determinado ano e voltam a aparecer em anos posteriores, o que representa pouco menos de 4% do universo de trabalhadores analisados.

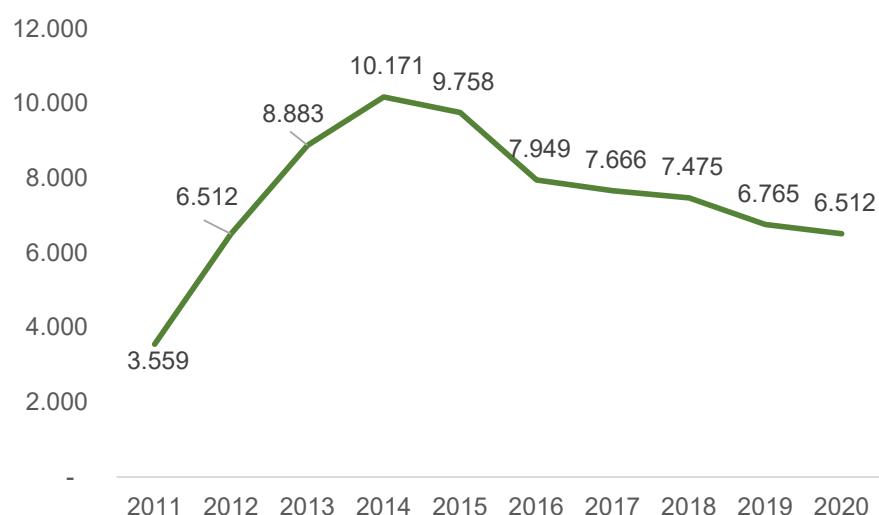
2. PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

Nesta seção serão apresentadas informações sobre o perfil socioeconômico e demográfico dos trabalhadores imigrantes por demanda de empregadores locais. O universo de análise são os

75.250 vínculos obtidos a partir do pareamento entre as bases de dados CGIL/CNIg e RAIS-CTPS entre 2011 e 2020, como mencionado na seção anterior.

A figura 2.1 mostra que o número de vínculos desses trabalhadores ao longo do tempo segue o ciclo da economia brasileira. Observa-se um crescimento contínuo até 2014, chegando ao maior número da série analisada (10.171 vínculos de trabalho). Em seguida, o gráfico passa a apresentar uma queda, que é particularmente brusca entre 2015 e 2016 e depois se converte em uma queda mais suave até 2020, chegando a 6.512. Essa observação sugere que as empresas demandam mais esse tipo de trabalhador em momentos de maior atividade econômica, o que é esperado considerando os elevados custos envolvidos em trazer um trabalhador de fora do país. Algo que chama atenção é que a queda observada em 2020 segue a tendência já observada em anos anteriores, não sendo particularmente drástica, o que poderia ser esperado em decorrência da pandemia de COVID-19.

Figura 2.1. Número de vínculos de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais, por ano do vínculo, 2011-2020

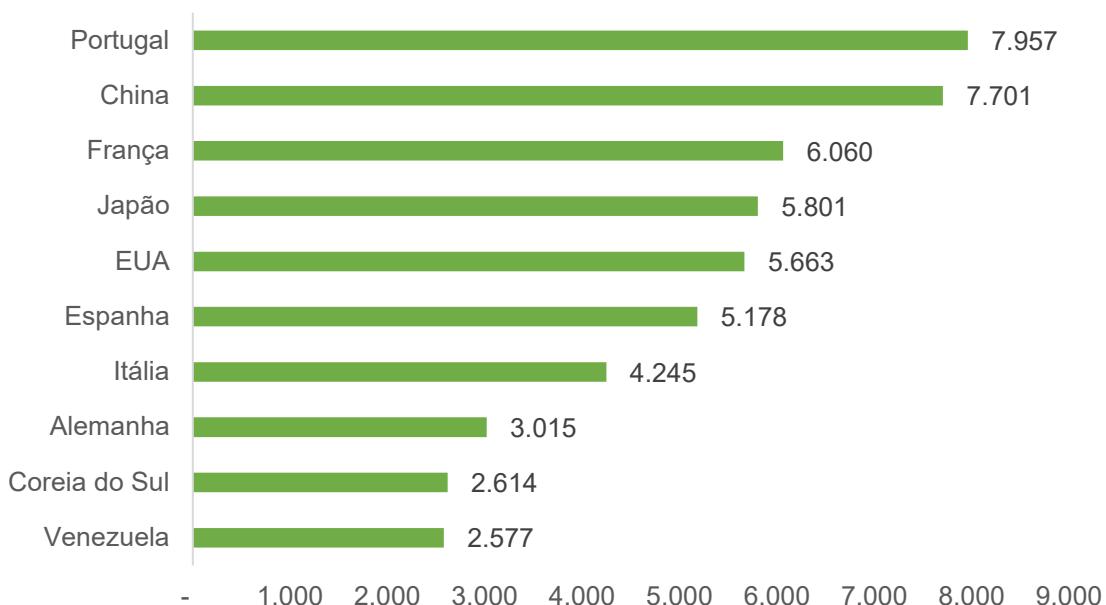


Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

Contudo, essa figura acaba por esconder diferentes padrões observados de acordo com o país de origem do imigrante. A figura 2.2 traz as 10 principais nacionalidades identificadas nos dados entre 2011 e 2020. Diferentemente do retrato da imigração para o Brasil na última década, os principais países de origem são europeus (Por-

tugal, França, Espanha, Itália e Alemanha), asiáticos (China, Japão e Coreia do Sul) e os EUA. Os venezuelanos, que compõem cada vez uma parcela cada vez mais significativa do mercado de trabalho formal no Brasil, aparecem apenas em décimo, sendo o primeiro país latino-americano a figurar nesse ranking.

Figura 2.2. Número de vínculos de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por país de origem (10 principais), 2011-2020

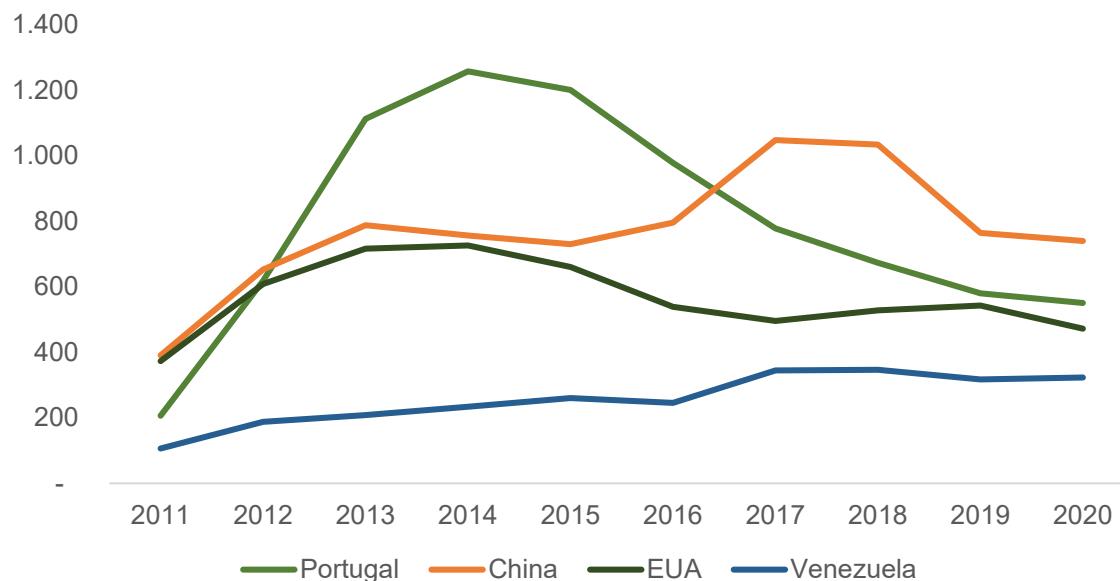


Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

A análise dos países de origem em perspectiva temporal sugere que o padrão observado na figura 2.1 - de acompanhamento do ciclo econômico – se deve em grande parte ao que ocorre com os imigrantes de origem europeia (e em particular portuguesa) e norte-americana, como mostra a figura 2.3. Por outro lado, há um movimento crescente de demanda por trabalhadores chineses, sobretudo em 2017 e 2018, boa parte deles trabalhando em empresas de origem chinesa no Brasil, em particular nos setores de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos e de comércio ata-

cadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação. Os venezuelanos também têm sua presença aumentada em particular após 2017, o que coincide com o aumento dos fluxos migratórios da Venezuela para o Brasil de forma mais geral. Esses trabalhadores venezuelanos atuam principalmente nos setores de apoio à extração de petróleo e gás natural e de fabricação de produtos diversos de papel e similares. Logo, há uma mudança da composição de países de origem desses trabalhadores ao longo da década de 2010.

Figura 2.3. Número de vínculos de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por países de origem selecionados e ano do vínculo, 2011-2020



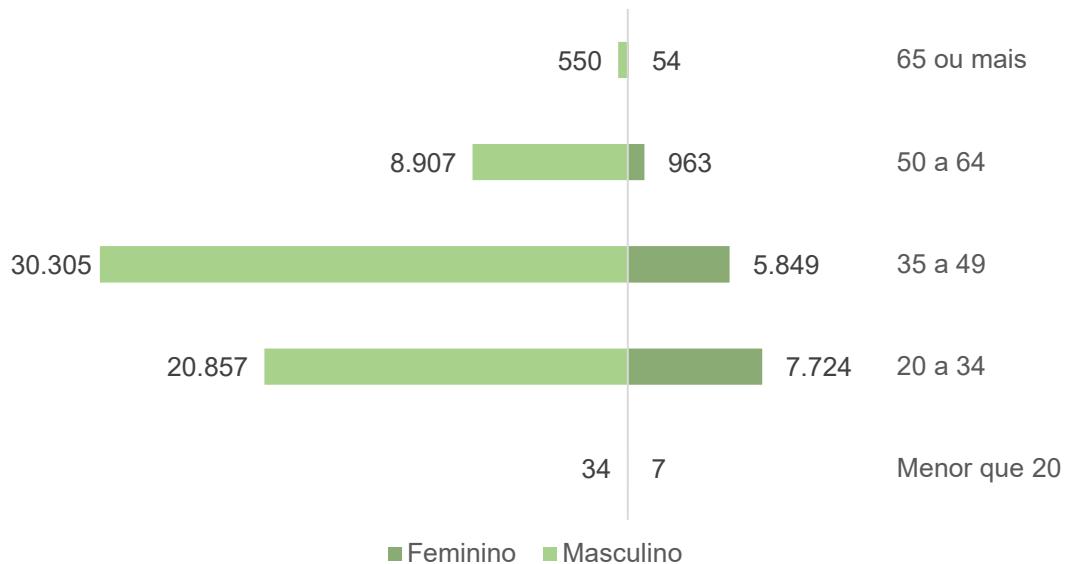
Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

No que se refere ao perfil demográfico desses trabalhadores, como mostrado na figura 2.4, destaca-se primeiro uma presença majoritária de homens (81% no período 2011-2020) e, em segundo lugar, uma concentração desses homens na faixa de 35 e 49 anos, portanto em um estágio já mais consolidado da carreira. Já a distribuição etária das mulheres é ligeiramente mais jovem, com concentração maior na faixa de 20 a 34 anos.

Apesar de não ter sido aplicado nenhum filtro relativo à escolaridade dos trabalhadores imi-

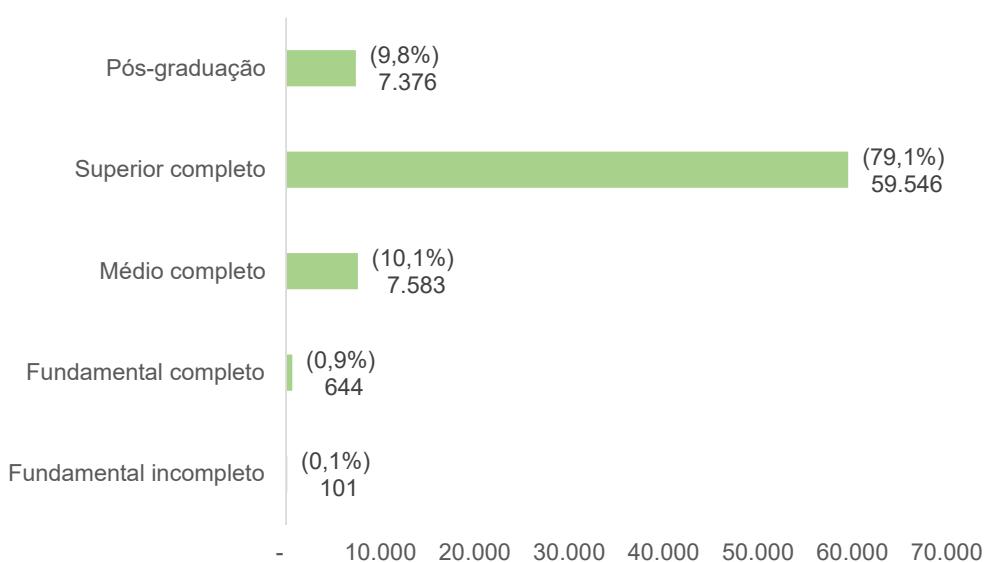
grantes estudados, quase 90% desse universo é composto por pessoas com ensino superior completo ou pós-graduação completa, como mostra a figura 2.5. Se por um lado esses trabalhadores são, na média, fortemente qualificados do ponto de vista formal, chama a atenção que existe uma parcela razoável de trabalhadores sem ensino superior que também são demandados, sendo que a maioria possui o ensino médio completo. Esta subpopulação provavelmente diferencia os resultados deste estudo em comparação com outros que usam definições de trabalho qualificado baseadas em escolaridade formal.

Figura 2.4. Número de vínculos de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por faixas de idade e sexo, 2011-2020



Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

Figura 2.5. Número de vínculos de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por faixas de escolaridade, 2011-2020

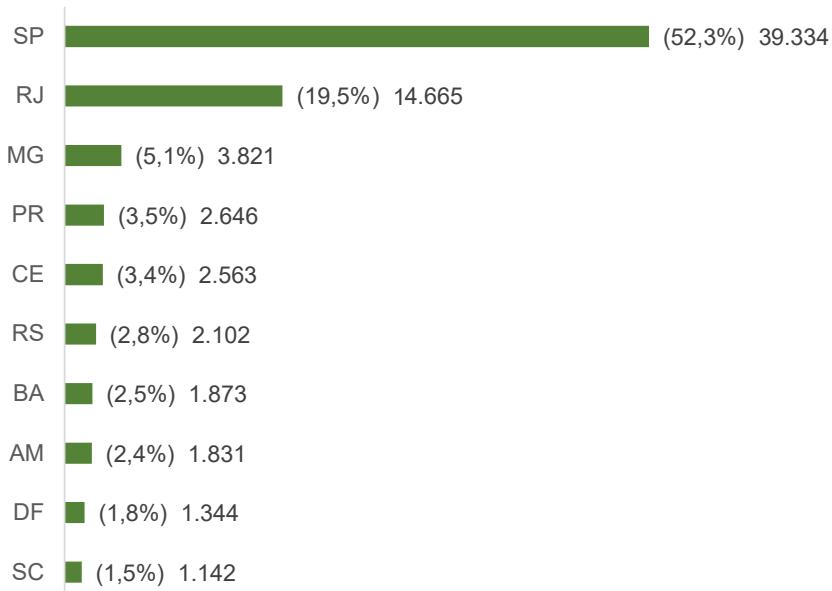


Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

Em linha com o fato de que esse tipo de imigração tem forte relação com a atividade econômica no Brasil, observa-se uma grande concentração desses trabalhadores na região Sudeste, como mostra a figura 2.6. As Unidades da Federação dessa região contemplam mais de três quartos da população de trabalhadores imigrantes por demanda de empregadores locais. Esse é um resultado diferente do que é observado para a

população imigrante como um todo no Brasil, que tem apresentado uma concentração relativa cada vez maior na região Sul do país, ainda que o Sudeste também seja a mais relevante. Além disso, vale destacar a presença do estado do Ceará na 5^a posição, o que se explica pela chegada de trabalhadores de origem sul-coreana entre 2013 e 2015, trabalhando sobretudo no setor de construção de edifícios e obras de infraestrutura.

Figura 2.6. Número de vínculos de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por UF⁷ (10 principais), 2011-2020



Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

Refletindo o perfil etário e de escolaridade apresentados anteriormente, as principais ocupações dos imigrantes que vem ao Brasil por demanda de empregadores locais são compostas principalmente por posições de alto escalão em empresas privadas, como mostra a figura 2.7.

Lideram o ranking posições de comando como gerentes administrativos, financeiros, de comercialização e marketing, produção e operações, seguidos pelos diretores administrativos e financeiros. As principais ocupações refletem preocupações com o nível decisório dessas empresas,

⁷ Uma possível preocupação é a de que a informação do município na RAIS pode não necessariamente refletir a localização da empresa ou o local efetivo de trabalho, podendo ser uma localização para fins meramente contábeis. Como as bases de 2018-2020 possuem também a informação sobre o município de trabalho, fizemos uma análise comparativa das UFs e das UFs de trabalho obtidas a partir dos municípios, mostrando que, pelo menos para essa subpopulação analisada e para esses anos, a compatibilização era de 100% (UF e UF de trabalho iguais).

o que provavelmente reflete, ao menos em parte, uma preocupação em trazer aspectos da cultura organizacional da companhia. Não é claro, nesse sentido, que essas ocupações refletem apenas as habilidades profissionais desses trabalhadores, mas possivelmente outros aspectos mais difíceis de observar nos dados tais como capacidades individuais, tempo de empresa, experiência no cargo, entre outros.

Na sequência encontram-se ocupações como gerentes de pesquisa e desenvolvimento e ana-

listas de tecnologia de informação, posições mais associadas a inovação e tecnologia. O ranking das dez principais ocupações é completado pelos administradores, professores de nível superior do ensino fundamental, diretores de comercialização e marketing e gerentes de manutenção e afins. Em resumo, esses trabalhadores encontram-se tipicamente em posições de gerência ou posições mais técnicas associadas à tecnologia e engenharia, todas tipicamente exigindo curso superior completo.

Figura 2.7. Número de vínculos de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por família ocupacional* (10 principais), 2011-2020



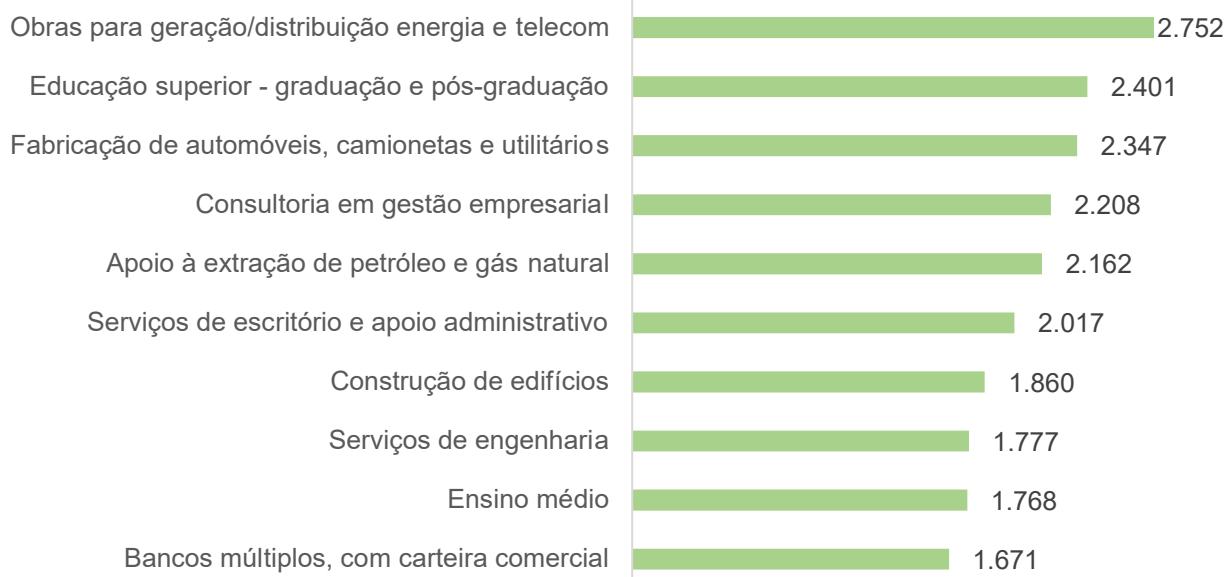
Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

*Nota: a família ocupacional corresponde aos quatro primeiros dígitos do código de ocupação com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 2002.

Além disso, os principais setores de atividade econômica das empresas que demandam esses imigrantes são os de obras associadas a energia, educação superior, fabricação de automóveis, consultoria em gestão empresarial e extração de petróleo e gás natural, como mostra a figura 2.8. Em geral, trata-se de setores que respondem por

uma parcela muito relevante do PIB brasileiro, à exceção talvez do setor de educação superior, responsável pela atração de profissionais acadêmicos. O ranking é completado por serviços de escritório e apoio administrativo, construção de edifícios, serviços de engenharia, ensino médio e bancos múltiplos com carteira comercial.

Figura 2.8. Número de vínculos de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por classe de atividade econômica* (10 principais), 2011-2020



Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

* Nota: a classe de atividade econômica corresponde aos cinco primeiros dígitos do código de atividade econômica (subclasse) com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0.

Tendo agora uma maior clareza sobre o perfil médio do imigrante que veio ao Brasil por demanda de empregadores locais ao longo da década de 2010, partimos para uma análise de suas trajetórias no mercado de trabalho.

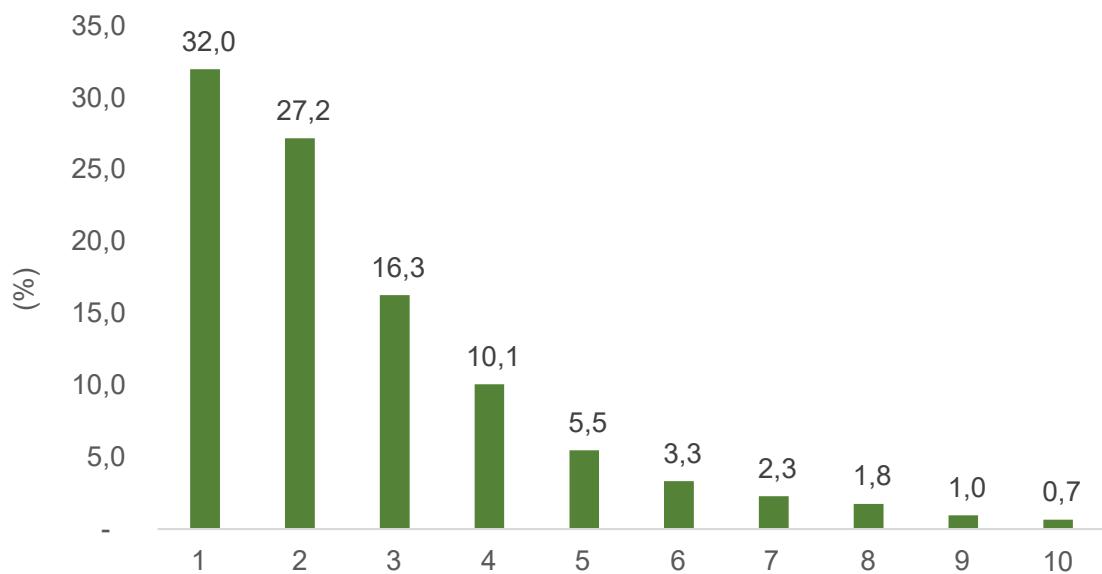
3. TRAJETÓRIAS NO MERCADO DE TRABALHO

Nesta seção buscamos entender qual a trajetória “média”, entre 2011 e 2020, do trabalhador imigrante no mercado formal que vem ao Brasil por demanda de empregadores locais. Para isso, utilizamos o painel de trabalhadores elaborado

conforme descrito na subseção 1.3.

Em primeiro lugar, destacamos que a grande maioria desses trabalhadores fica apenas temporariamente no mercado de trabalho formal brasileiro. A figura 3.1 mostra a proporção de trabalhadores (não de vínculos) de acordo com o número de anos em que eles aparecem na base RAIS-CTPS entre 2011 e 2020. Mais da metade dos trabalhadores aparece apenas 1 ou 2 anos, o que sugere vínculos temporários com o Brasil. Foram encontrados pouco menos de 15% de trabalhadores que aparecem 5 anos ou mais na base de dados, sugerindo vínculos de mais longo prazo.

Figura 3.1. Proporção de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por quantidade de anos na base RAIS-CTPS, 2011-2020



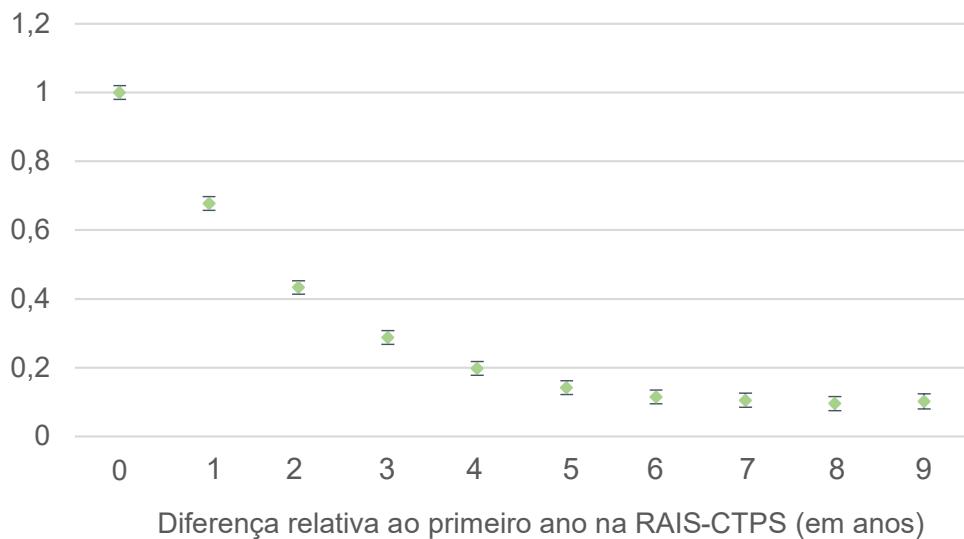
Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

De forma complementar à figura 3.1, a figura 3.2 traz a probabilidade de continuar no mercado formal (aparecer na base RAIS-CTPS) de acordo com o tempo relativo ao primeiro ano que o trabalhador aparece na base. Para calcularmos essa probabilidade e recuperarmos os erros padrão necessários para calcular intervalos de confiança de 95%, rodamos uma regressão linear simples⁸ de uma variável que assume 0 se o trabalhador não aparece na RAIS-CTPS em um ano e 1 se sim, tendo como regressor o tempo, medido em anos, relativo ao primeiro ano em que esse tra-

balhador aparece na base. Por essa razão, o valor do gráfico quando o eixo X assume o valor 0 (exatamente o primeiro ano) é exatamente 1. Na sequência, observa-se que essa probabilidade diminui consideravelmente com o tempo: apenas 68% aparecem um segundo ano na RAIS-CTPS. Após cinco anos, essa probabilidade cai para em torno de 10%. Os padrões são muito similares entre as principais nacionalidades, com exceção dos sul-coreanos que, como mostrado anteriormente, tiveram um pico entre 2013 e 2015, logo existem menos vínculos de longo prazo.

⁸ Essa abordagem assume implicitamente um modelo de probabilidade linear, que foi a opção adotada para que os valores estimados tenham a interpretação de simples proporções.

Figura 3.2. Probabilidade de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais permanecerem na base RAIS-CTPS relativamente ao primeiro ano, 2011-2020



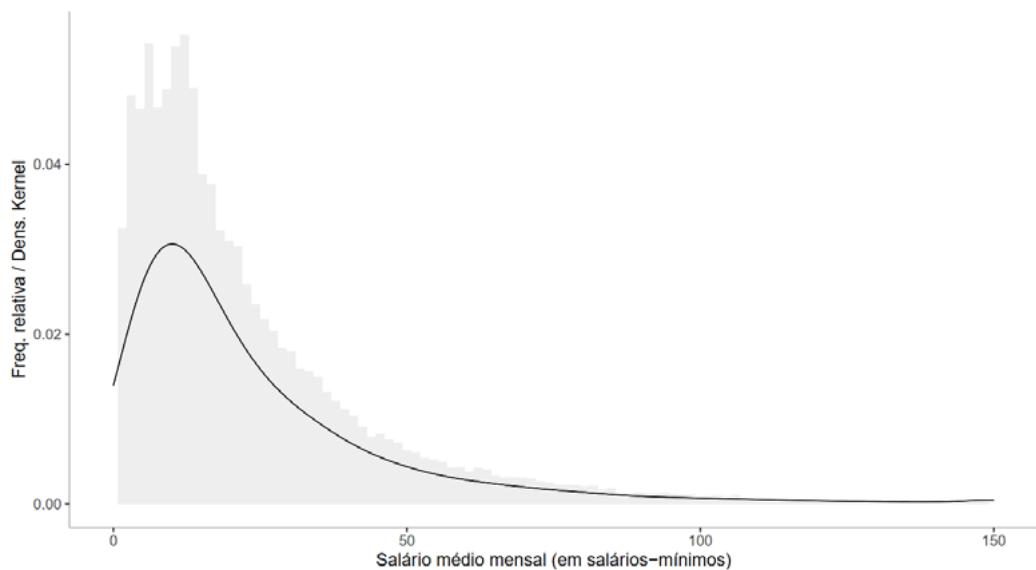
Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

* Nota: o gráfico mostra a probabilidade média (pontos) e o intervalo de confiança de 95% (linhas) de acordo com a diferença relativa ao primeiro ano que o trabalhador aparece na RAIS-CTPS, medida em anos.

Refletindo o perfil médio desses trabalhadores apresentado na seção 2, a remuneração desses imigrantes é bastante elevada. Após aplicar um procedimento de winsorização para remoção de salários muito baixos ou muito altos que provavelmente decorrem de erros de preenchimento, isto é, valores acima de 150 ou abaixo de 0,3 salários- mínimos mensais foram substituídos por esses limites máximo e mínimo, respectivamente, a média mensal é de 24,3 salários-míni-

mos de remuneração, sendo que a mediana é de 16,4. Como mostra a figura 3.3, a distribuição de salários é fortemente concentrada em remunerações muito elevadas e ainda tem uma massa não desprezível de salários extremamente altos, de mais de 50 salários-mínimos mensais. A figura mostra tanto o histograma da distribuição relativa dos salários quanto a densidade de Kernel, que é uma estimativa não-paramétrica da distribuição geradora dos dados.

Figura 3.3. Distribuição da remuneração média mensal* (em número de salários-mínimos) de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais, 2011-2020



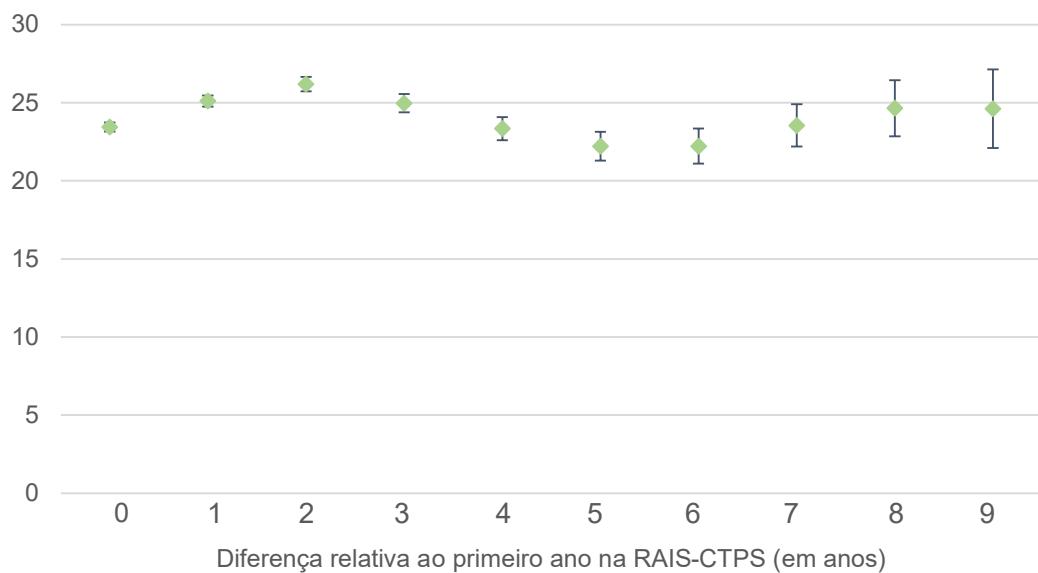
Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

*Nota: a densidade de Kernel foi calculada usando as opções default do pacote ggplot2 do R, com Kernel do tipo gaussiano.

No entanto, esses salários não necessariamente se alteram de forma muito significativa de acordo com o tempo que esses trabalhadores permanecem no mercado de trabalho formal brasileiro, como mostra a figura 3.4. Nesse gráfico, além da remuneração média, são mostrados os intervalos de confiança de 95%. Eles são mais

espaçados à medida em que o trabalhador fica mais tempo na RAIS-CTPS, devido ao fato de que o número de trabalhadores nessa condição é significativamente menor. O gráfico não sugere uma tendência muito clara, à exceção talvez dos primeiros 2 anos, em que a remuneração parece ter uma tendência levemente crescente.

Figura 3.4. Remuneração média mensal (em número de salários-mínimos) de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais relativamente ao primeiro ano na base RAIS-CTPS, 2011-2020



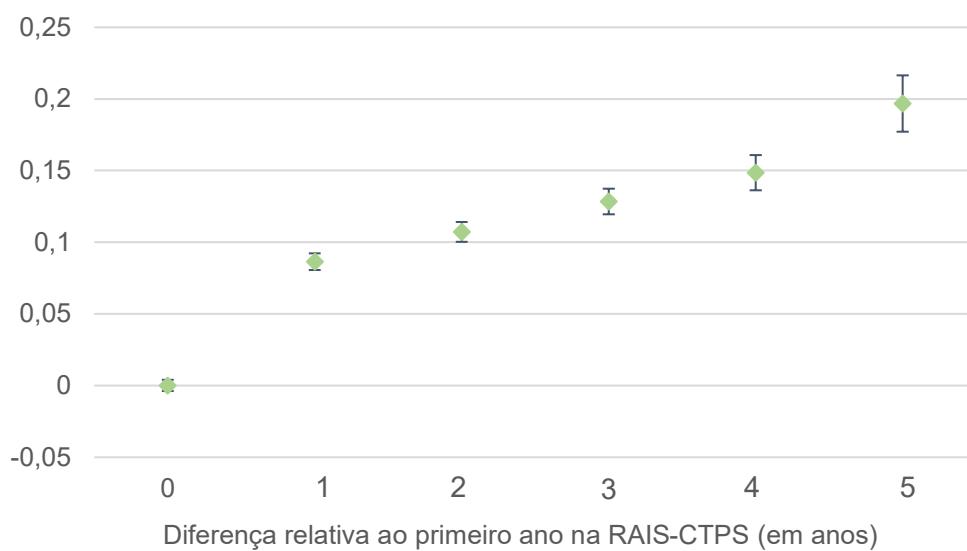
Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

* Nota: o gráfico mostra a remuneração média (pontos) e o intervalo de confiança de 95% (linhas) de acordo com a diferença relativa ao primeiro ano que o trabalhador aparece na RAIS-CTPS, medida em anos.

Por fim, analisamos a probabilidade desses trabalhadores mudarem de empregador com o tempo. A figura 3.5 mostra o resultado de um cálculo similar ao realizado para a figura 3.2, mas dessa vez a variável dependente é uma indicadora igual a 1 se o trabalhador mudou de empregador naquele ano. A diferença principal é que, nesse caso, a probabilidade é condicional, isto é, restri-

ta à subpopulação de trabalhadores que aparecem pelo menos mais de um ano na RAIS-CTPS. Observa-se que há uma probabilidade relativamente pequena de mudança de empregador, que varia entre 10 e 20% dos casos. Além disso, essa tendência é crescente quanto mais tempo o trabalhador fica no país.

Figura 3.5. - Probabilidade de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais mudarem de empregador relativamente ao primeiro ano na base RAIS-CTPS, 2011-2020



Fonte: elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral e da base harmonizada RAIS-CTPS, 2020.

* Nota: o gráfico mostra a probabilidade média (pontos) e o intervalo de confiança de 95% (linhas) de acordo com a diferença relativa ao primeiro ano que o trabalhador aparece na RAIS-CTPS, medida em anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou traçar um panorama dos trabalhadores imigrantes que vieram ao Brasil por demanda de empregadores locais ao longo da década de 2010 (2011 a 2020). Esses trabalhadores possuem determinadas qualificações e habilidades que são demandadas por empresas brasileiras por diversos motivos. Tais qualificações não necessariamente estão associadas ao nível de escolaridade formal, ainda que a grande maioria seja composta por trabalhadores com pelo menos o ensino superior completo.

O artigo foi possível graças ao cruzamento inédito das informações sobre autorizações de trabalho temporárias, permanentes, de residência e de residência prévia concedidas pela CGIL (e anteriormente pela Coordenação Geral de Imigração - CGIg) e pelo CNIg com os registros de imigrantes no trabalho formal obtidos a partir da base harmonizada RAIS-CTPS, ambos previamente produzidos pelo OBMigra.

O que o estudo mostra é que o retrato do trabalho demandado por empresas locais é muito distinto do trabalhador imigrante “médio” no mercado de trabalho formal brasileiro ao longo da mais recente década. Trata-se de um tipo de imigração mais diretamente relacionado ao ciclo econômico, em que a demanda aumenta nos momentos de maior atividade econômica e diminui caso contrário.

Na média, esse trabalhador imigrante que chega ao país por demanda do empregador é tipicamente europeu, asiático ou norte-americano, mas sua composição tem sido cada vez mais representada pelos asiáticos e, em menor medida, pelos latino-americanos. Além disso, são tipicamente trabalhadores homens adultos, de

alta escolaridade, trabalhando em empresas nos grandes centros econômicos do Sudeste brasileiro em setores fortemente representativos do PIB brasileiro, e ocupando posições sobretudo de gerência, diretoria e desenvolvimento de tecnologia. No entanto, há um percentual significativo de trabalhadores sem ensino médio completo, mas que ainda assim possuem habilidades ou qualificações específicas demandadas por essas empresas.

Além disso, a análise das trajetórias desses trabalhadores ao longo do tempo sugere que a grande maioria gera vínculos de curto prazo – de 1 a 2 anos – com o mercado de trabalho formal brasileiro. As remunerações, que são muito elevadas na média, não se alteram significativamente com o tempo no mercado de trabalho formal. Por fim, menos de 20% mudam de empregador em algum momento da década. Vale destacar ainda que, no que se refere à pandemia de COVID-19, não foi observada uma queda particularmente brusca em 2020 na presença desses imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro⁹, mas sim a continuação de uma tendência de queda que já era observada pelo menos desde 2015.

Uma futura agenda de pesquisa se abre a partir deste trabalho. É possível fazer análises mais focalizadas em grupos específicos, como por exemplo o grupo menos escolarizado. Cabe ainda olhar para as firmas que contratam esses imigrantes e identificar variáveis que possam medir o desempenho dessas firmas antes e depois da contratação¹⁰. Por fim, análises comparativas com outras formas de ver o trabalho qualificado e com outros tipos de imigrantes podem trazer informações relevantes, em particular o entendimento sobre se as qualificações tipicamente demandadas também podem ser encontradas em imigrantes que vêm ao Brasil por outras razões.

9 Isso apesar do fato de que boa parte do trabalho qualificado passou a ser feito remotamente. Mais informações sobre os primeiros efeitos da pandemia sobre a imigração no Brasil podem ser consultadas em Cavalcanti e Oliveira (2020).

10 Existe evidência, por exemplo, de que a contratação de imigrantes pode estar associada a um aumento da geração de inovação por parte das firmas contratantes, como mostrado por Hunt e Gauthier-Loiselle (2010).

REFRÊNCIAS

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, W.F. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Imigração e Re-fúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

DICK, P; FURTADO, A; OLIVEIRA, T. Pareamento das bases de dados sobre migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho formal. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

DOCQUIER, F; RAPOORT, H. Globalization, brain drain and development. **Journal of Economic Literature**, v.50, n.3, pp. 681-730, 2012.

HUNT, J; GAUTHIER-LOISELLE, M. How much does immigration boost innovation? **American Economic Journal: Macroeconomics**, v.2, n.2, pp. 31-56, 2010.

PELLEGRINO, A. Éxodo, movilidad y circulación: nuevas modalidades de la migración cualificada. **Notas de población**, v.73, pp. 129-162, 2001.

QUINTINO, F; DICK, P.C; OLIVEIRA, A.T.R; FURTADO, A.J. Notas metodológicas. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2019. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

QUINTINO, F; DICK, P.C; FURTADO, A.J; COSTA, L.F.L. Notas metodológicas. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SIMÕES, A; HALLAK NETO, J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. Relatório RAIS. **A Inserção do Imigrante Qualificado no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro 2010 a 2019**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento de Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2020a.

SIMÕES, A; HALLAK NETO, J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Relatório Conjuntural: tendências da imigração e refúgio no Brasil, 1º quadrimestre/2020**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020b.

8. ACESSO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS AOS BENEFÍCIOS SOCIAIS: O QUE OS DADOS DO CADÚNICO INFORMAM

Cláudia Lima Ayer de Noronha¹

INTRODUÇÃO

Esse capítulo tem como objetivo compreender o acesso dos imigrantes internacionais² aos benefícios sociais e programas de transferência de renda ofertados pelo governo brasileiro no âmbito das políticas de assistência social. A análise será realizada por meio dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e terá uma abordagem descritiva, com foco no perfil dos imigrantes cadastrados na base do Governo Federal e acesso desse público aos seguintes programas de proteção social: 1) Programa Bolsa Família (PBF), 2) Auxílio Emergencial (AE), 3) Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE); 4) Benefício Prestação Continuada (BPC). A investigação dessa temática apresenta grande relevância de ser conduzida, sobretudo frente às recentes transformações nos fluxos de entrada de imigrantes no Brasil, as mudanças ocorridas no marco legal das migrações e o aumento observado nos níveis de pobreza e vulnerabilidade, especialmente após a pandemia da Covid-19.

Em relação às alterações nos fluxos migratórios para o Brasil, a crise econômica internacional, iniciada em 2007 nos Estados Unidos, introduziu maior complexidade ao fenômeno migratório latino-americano, refletindo na configuração de no-

vos fluxos de imigrantes. A partir desse contexto macroeconômico, observou-se o aumento da entrada no Brasil de pessoas vindas do Sul Global, com destaque para haitianos, venezuelanos e bolivianos (Cavalcanti & Oliveira, 2020). A chegada de novos estrangeiros para o território nacional, trouxe desafios para a oferta de políticas públicas, sobretudo em relação ao atendimento aos grupos em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Os imigrantes, em especial aqueles que foram forçados a migrar, constituem um estrato potencialmente mais vulnerável da população, o que torna relevante uma análise específica à temática de assistência social.

Quanto à mudança no marco legal, em 2017, houve a substituição do Estatuto do Estrangeiro³ pela nova Lei de Migração⁴ (Oliveira, 2020). O novo quadro regulatório trouxe avanços, pelo menos sob o aspecto jurídico, para o acesso dos imigrantes internacionais aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, na medida em que estabeleceu a igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros.

Em seguida, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia da Covid-19 orientando a adoção de medidas de isolamento social como ações fundamentais⁵ para

1 Socióloga, Pós doutoranda em Sociologia na UFMG e Pesquisadora do OBMIGRA.

2 Quando utilizado nesse capítulo o termo “imigrantes internacionais”, refere-se somente aos indivíduos que nasceram em outro país e que se inseriram no território brasileiro. Não estão incluídos aqui os brasileiros que deixaram o Brasil e depois retornaram.

3 Lei nº6.815 de 19 de agosto de 1980.

4 Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

5 Ver recomendação da OMS: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>

conter a disseminação da doença causada pelo novo coronavírus (World Health Organization, 2020). Como resposta para enfrentamento da pandemia, governos ao redor do mundo restrin- giram as atividades comerciais e recomendaram a população a se manter em distanciamento social. No Brasil, as consequências socioeconô- micas da pandemia provocaram aumento nos ní- veis de pobreza e desemprego e forte impacto na desigualdade de renda (Barbosa & Prates, 2020), resultando na ampliação significativa de famílias, tanto nacionais quanto imigrantes, em situação de vulnerabilidade social (Carvalho, Souza, Gon- çalves, & Almeida, 2021).

Sob essa perspectiva, esse capítulo tem como objetivo responder as seguintes questões: Como está o acesso dos imigrantes aos programas e benefícios compreendidos no sistema de assistência social brasileiro? Houve evolução no aces- so, considerando as mudanças do marco legal ocorridas em 2017 com a nova Lei do Migrante? Os imigrantes tiveram acesso ao Auxílio Emer- gencial, medida criada de forma excepcional para enfrentamento da pandemia da Covid-19? Qual o perfil dos imigrantes que mais acessam os programas e benefícios ofertados pelo Gover- no brasileiro, em termos de variáveis sociodemo- gráficas dos indivíduos e condições dos domicí- lios de residência?

Para responder essas questões nesse capí- tulo serão utilizados os dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), registro administrativo que contêm dados das pessoas de baixa renda⁶ no Brasil (Barros, Carvalho, & Mendonça, 2009). O CadÚnico é a principal fonte de informação utilizada pelas três esferas do go- verno brasileiro – federal, estadual e municipal - para focalização, monitoramento e avaliação dos programas sociais.

Os dados foram disponibilizados pela Secreta- ria Nacional do Cadastro Único do Ministério da Cidadania e apresentam informações da série histórica de pessoas cadastradas entre 2012 a 2020. O Ministério da Cidadania extraiu da base completa do CadÚnico apenas aquelas pessoas identificadas com o país de nascimento⁷ diferen- te do Brasil. Dessa forma, o conceito de imigrante adotado nesse capítulo se restringe a resposta preenchida na base do CadÚnico, apresentando limitações quanto às informações relativas à na- cionalidade desses indivíduos. Ou seja, não se tem informação se os imigrantes, após a chega- da no Brasil, optaram pela nacionalidade brasi- leira. De maneira adicional, também foram dis- ponibilizadas na base de dados informações dos imigrantes que tiveram acesso no ano de 2020 a quatro programas sociais, quais sejam: Pro- grama Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Tarifa Social de Energia Elétrica e Benefício Prestação Continuada.

Para tanto, a estrutura desse capítulo se dá em 4 partes, além dessa introdução. Inicia-se com uma breve descrição sobre as políticas de as- sistência social no Brasil e o atendimento aos imigrantes, seguida da análise dos dados do CadÚnico para os anos de 2012 a 2020. A partir da seção 3 são analisados os dados apenas de 2020 dos imigrantes beneficiários do Programa Bolsa Família, do Auxílio Emergencial, da Tarifa Social de Energia Elétrica e do Benefício Presta- ção Continuada. Na seção 4, são apresentadas considerações finais com destaque para os prin- cipais achados nesse capítulo e apontamentos para uma futura agenda de pesquisa na temática entre assistência social e imigração.

6 São classificadas como famílias de baixa renda aquelas com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo (SM) ou renda familiar total de até 3 SMs em todos os municípios brasileiros.

7 Variável 4.14 do dicionário do CadÚnico identificada como “Nome do país de nascimento da Pessoa”.

1. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E O ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES

No Brasil, a assistência social foi estabelecida como política pública universal, direcionada a todos os cidadãos, tanto nacionais quanto imigrantes, a partir da Constituição Federal de 1988. Tal direito foi ratificado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993 e, em 2004, suas diretrizes foram consolidadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁸. Em seguida, em 2005, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), modelo de gestão que estruturou no Brasil a operacionalização das políticas públicas para atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente, o SUAS adota uma estrutura institucional descentralizada, contendo a oferta de dois tipos de serviços de proteção: 1) Proteção Social Básica; 2) Proteção Social Especial (de média e alta complexidade) (Colin, Pereira, & Massarani Gonelli, 2013). A Proteção Social Básica reúne um conjunto de programas e benefícios destinados à população em situação de vulnerabilidade decorrente de pobreza, privação de acesso aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos, independente da nacionalidade dos indivíduos. A unidade de referência nos territórios para os serviços de proteção básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Dentre os serviços ofertados, destaca-se a concessão de benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada e a Tarifa Social de Energia Elétrica, além de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), que serão objeto de análise neste artigo no item 3.

Já a Proteção Social Especial organiza a oferta de serviços socioassistenciais de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, destinados ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos. O atendimento ocorre nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social⁹ (CREAS) e, dependendo da necessidade, há disponibilização de estruturas como Abrigo Institucional, Casa de Passagem, dentre outros.

Em termos do atendimento à população imigrante pelas políticas públicas no Brasil, a regularização ocorreu pela primeira vez em 1980, pela Lei 6.815, que estabeleceu que “o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros” (Giovanella, Guimarães, Nogueira, Lobato, & Damacena, 2007). Entretanto, ainda em 1980, o governo brasileiro editou a Lei 6.815, por meio da instituição do marco legal das migrações internacionais, conhecido como o Estatuto do Estrangeiro. Esse arcabouço jurídico enquadrava o imigrante como ameaça à segurança nacional, colocando barreiras ao acesso as políticas públicas (Oliveira, 2020).

Em seguida, em 1988, a Constituição Federal trouxe avanços em relação ao atendimento dos imigrantes internacionais em situação de vulnerabilidade, na medida em que instituiu a assistência social como política pública direcionada a todos os cidadãos, independente de raça, etnia, gênero ou nacionalidade. Dessa forma, os mesmos direitos socioassistenciais dos brasileiros, deveriam também estar garantidos aos imigrantes.

Outro importante marco no que diz respeito ao

8 Os serviços e benefícios socioassistenciais direcionados aos imigrantes e descritos na Política Nacional de Assistência Social são: segurança de acolhida, segurança de convívio familiar e comunitário e segurança de desenvolvimento da autonomia (Ferla, 2021).

9 O acesso aos serviços ofertados nos CREAS é realizado por meio de busca espontânea do usuário, encaminhamentos da rede de proteção social, de órgãos de defesa de direitos ou Serviço Especializado em Abordagem Social que promove trabalho de busca ativa em espaços públicos como as áreas de fronteiras do país.

acesso dos imigrantes aos serviços de assistência social, só foi acontecer muitas décadas depois, em 2014, no contexto de intensificação do fluxo migratório de imigrantes para o território nacional. Aquele momento, marcado pela grande chegada de haitianos e haitianas no Brasil, contribuiu para que o Ministério do Desenvolvimento Social emitisse um Ofício Circular¹⁰, contendo importantes esclarecimentos sobre a concessão de benefícios sociais aos imigrantes.

No documento é pontuado que imigrantes que residem em situação migratória regular no Brasil podem ser cadastrados no CadÚnico e, caso se enquadrem nos requisitos de vulnerabilidade social exigidos pelos programas sociais, podem ter acesso aos benefícios assistenciais da mesma forma que os brasileiros. Nesse sentido, o documento reforça que indivíduos e famílias imigrantes internacionais são também público-alvo das políticas sociais no Brasil, visto como importantes instrumentos para redução da pobreza e desigualdade no país.

“O acesso aos serviços, benefícios e programas de transferência de renda operados pelas políticas sociais é direito de todo cidadão brasileiro e estrangeiro residindo legalmente no país, e tem se afirmado como um importante vetor da redução de pobreza e desigualdade (...)" (Brasil, 2014)

A única exceção indicada no documento é o Benefício de Prestação Continuada que, na ocasião, foi definido como exclusivo para brasileiros, segundo disposição do Decreto nº 6.214/2007. A discussão sobre o acesso ao BPC por imigrantes residentes no país vem sendo ponto de divergência

quanto ao direito dos imigrantes, conforme será discutido no item 3 desse artigo.

Nos anos seguintes, com a intensificação dos fluxos migratórios para o Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social, publica em 2016, um documento intitulado “O Papel da Assistência Social no Atendimento aos Migrantes”¹¹ (Brasil, 2016). A principal diretriz apresentada no documento é que o atendimento ao migrante deve estar inserido, de forma transversal, na estrutura de programas, serviços e benefícios já disponíveis a qualquer indivíduo ou família em situação de vulnerabilidade previsto na política de assistência social. Portanto, o atendimento ao imigrante internacional não se trata de estruturar e oferecer serviços diferenciados ou exclusivos no âmbito da assistência social, mas de criar as condições para assegurar o acesso deste público à rede socioassistencial já estabelecida (Harrop, 2018). Dessa forma, no documento é pontuado que os programas de proteção social, devem se nortear por três princípios no que diz respeito à temática migratória:

Universalidade: todos os migrantes têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

Gratuidade: a assistência social aos migrantes deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida;

Integralidade da proteção social: o migrante tem direito a oferta das provisões em sua

10 Conjunto nº 2/2014 SENARC/MDS e SNAS/MDS, de 11 de fevereiro de 2014. Documento pode ser acessado em: <https://www.sds.sc.gov.br/index.php/component/content/article/16-artigos-cib/220-materiais-diversos-cib?Itemid=155> acesso em 8 de setembro de 2021.

11 O documento consiste na sistematização de debates realizados no período de 2015 a 2016, a partir da Câmara Técnica dos Migrantes, instituída no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite e das ações desenvolvidas para Secretaria Nacional de Assistência Social para construção do entendimento sobre o papel da Política de Assistência Social no atendimento aos imigrantes.

completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

Intersetorialidade: a oferta de serviços socioassistenciais aos migrantes deve se pautar pela integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;

Equidade: os serviços socioassistenciais oferecidos aos migrantes devem levar em conta o respeito às diversidades nacionais, regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social" (Brasil, 2016).

Esse documento ainda destaca que as barreiras do idioma são um dos principais impedimentos à incorporação dos imigrantes no conjunto de ações de proteção social, já que a comunicação é a ferramenta elementar para a acolhida e orientação desse público. Nesse sentido, dois grandes desafios estão colocados ao poder público: 1) Disponibilizar formulários e documentos orientadores das políticas públicas nos idiomas mais recorrentes dentre os imigrantes em território nacional; 2) Garantir que a barreira linguística não seja um impedimento para o acesso aos serviços públicos, seja por meio da contratação de profissionais que possam auxiliar no processo de tradução ou pela oferta de cursos de língua portuguesa para os migrantes que necessitem. Essas duas estratégias devem funcionar de maneira complementar (Brasil, 2016).

Em seguida, em 2017, foi sancionada a Lei de Migração baseada na defesa dos direitos dos imigrantes, consolidando a flexibilização dos dispositivos legais anteriormente previstos no Estatuto do Estrangeiro (Oliveira, 2020). Esse novo marco legal estabelece que no âmbito da assistência social o imigrante é definido como um sujeito de direitos socioassistenciais independente

da regularidade de sua situação migratória. O imigrante indocumentado deve receber orientação para regularizar sua situação, já que o país oferece recursos e garantias para tal.

Frente a essas mudanças nos marcos regulatórios e no padrão imigratório para o Brasil, a seguir são apresentados os resultados dos registros do CadÚnico. Tem-se como principal intuito compreender as especificidades e desafios da efetivação da política de assistência social na garantia da proteção social de indivíduos e famílias imigrantes.

2. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS (CADÚNICO)

O CadÚnico foi criado em 2001 com objetivo de ser uma ferramenta de identificação dos beneficiários de baixa renda de programas do Governo Federal, se fortalecendo principalmente a partir de 2003, após a unificação dos programas de transferência de renda através do Programa Bolsa Família. Em seguida, em 2011, o CadÚnico teve sua utilização ampliada para mais de dezoito programas federais (Minha Casa Minha Vida, Programa Bolsa Verde, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Tarifa Social de Energia Elétrica, Telefone Popular, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros).

A progressiva utilização do CadÚnico, ao longo dos anos, o torna um importante instrumento para análise de informações das famílias pobres no Brasil e o constitui, atualmente, como a principal porta de entrada para o acesso aos benefícios de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social brasileiro (Camargo, Curralero, Licio, & Mostafa, 2013).

O cadastramento dos imigrantes no CadÚnico é assegurado pelo preceito constitucional da igualdade de direitos aos serviços de assistên-

cia social entre brasileiros e imigrantes residentes. Para o cadastramento, os imigrantes devem apresentar pelo menos um documento previsto nos formulários do Cadastro Único, quais sejam: certidão de nascimento ou casamento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou carteira de trabalho (Brasil, 2014). Em termos de informações registradas no CadÚnico, há coleta de dados específicos sobre os indivíduos, bem como sobre suas famílias e condições habitacionais dos domicílios de residência.

No que tange ao número de famílias imigrantes registradas pelo CadÚnico no Brasil, o Gráfico 1 apresenta a evolução da quantidade de registros entre 2012 e 2020, considerando famílias com pelo menos um membro imigrante. Nota-se crescimento contínuo desde 2012, chegando a

132.484 famílias cadastradas em 2020. Apesar desse total representar uma parcela muito pequena (0,4%) comparada ao universo de famílias registradas no CadÚnico, incluindo as brasileiras, chama a atenção que a tendência de crescimento identificada entre os imigrantes internacionais, não é observada para o CadÚnico como um todo (representado pela linha tracejada abaixo). Ou seja, para a base de cadastros completa, nota-se acentuada queda no número de famílias registradas em 2015, sendo que o total de registros alcança o mesmo patamar apenas em 2019. Já a análise específica para as famílias com imigrantes internacionais, em todos os anos, nota-se ampliação progressiva na quantidade de registros no CadÚnico, com maior aumento absoluto de famílias observado no período de 2018 a 2020.

Gráfico 1. Número de famílias inscritas no CadÚnico com pelo menos um membro imigrante, segundo ano - Brasil, 2012 a 2020



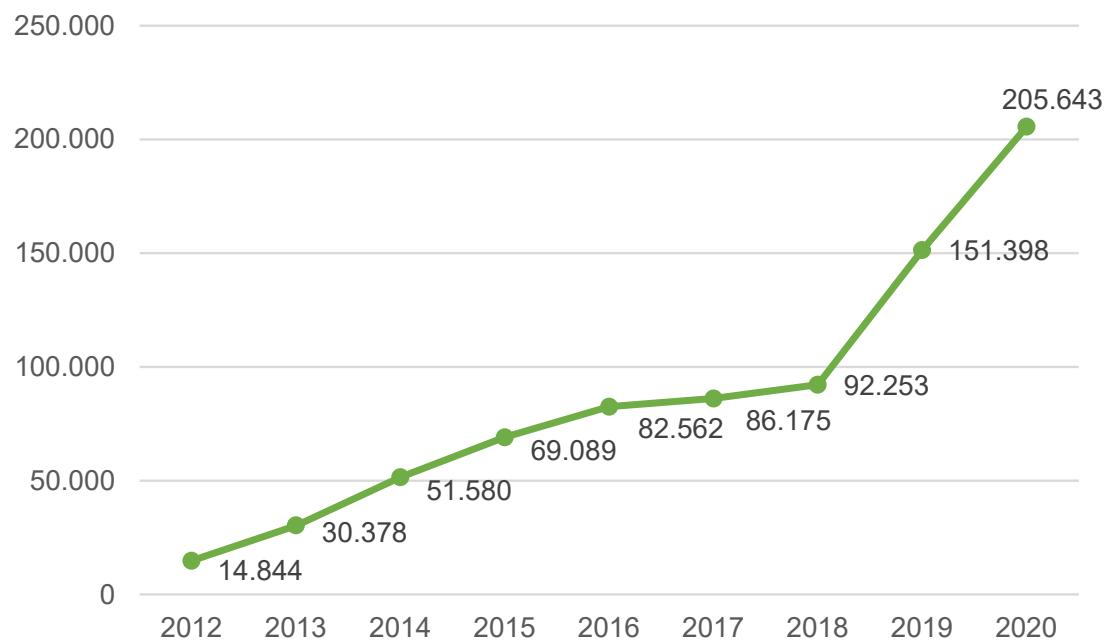
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico. *Informações sobre o total de famílias cadastradas foram extraídas no portal do Ministério da Cidadania - <https://cecad.cidadania.gov.br>

Como explicado anteriormente, no CadÚnico há coleta de informações sobre as famílias, assim como sobre os indivíduos especificamente. Em termos do número de indivíduos imigrantes internacionais identificados no CadÚnico, o Gráfico 2 indica um aumento contínuo, com ênfase para o crescimento nos registros a partir de 2018. Tem-se como hipótese que essa ampliação de registros de imigrantes no CadÚnico foi influenciada pela entrada de latino-americanos no país, sobretudo haitianos e venezuelanos. Esse ponto será melhor verificado adiante.

Destaca-se ainda o resultado de 2020 que, apesar da pandemia de Covid-19 ter implicado em uma redução sem precedentes dos movimentos de entrada de imigrantes no país¹², nota-se aumento nos registros no CadÚnico. Há diversos fatores que podem ter influenciado esse aumen-

to no número de imigrantes no CadÚnico. Um primeiro ponto se deve ao aprofundamento da pobreza e vulnerabilidade decorrentes das medidas de isolamento social necessárias para conter a disseminação da pandemia. Os impactos econômicos da crise sanitária colocaram o desafio ao Estado brasileiro de prover proteção social a pessoas impactadas pela retração econômica, incluindo os imigrantes. Outro aspecto refere-se ao CadÚnico ter sido adotado, em 2020, como uma das fontes de obtenção do Auxílio Emergencial. Esse fator pode ter contribuído para a dinamização e interesse de imigrantes quanto ao cadastramento. Além disso, um terceiro ponto pode ser a intensa chegada de imigrantes pobres no Brasil a partir de 2018, momento no qual se observa um fluxo de entrada predominante de venezuelanos no país.

Gráfico 2. Número de imigrantes inscritos no CadÚnico - Brasil, 2012 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

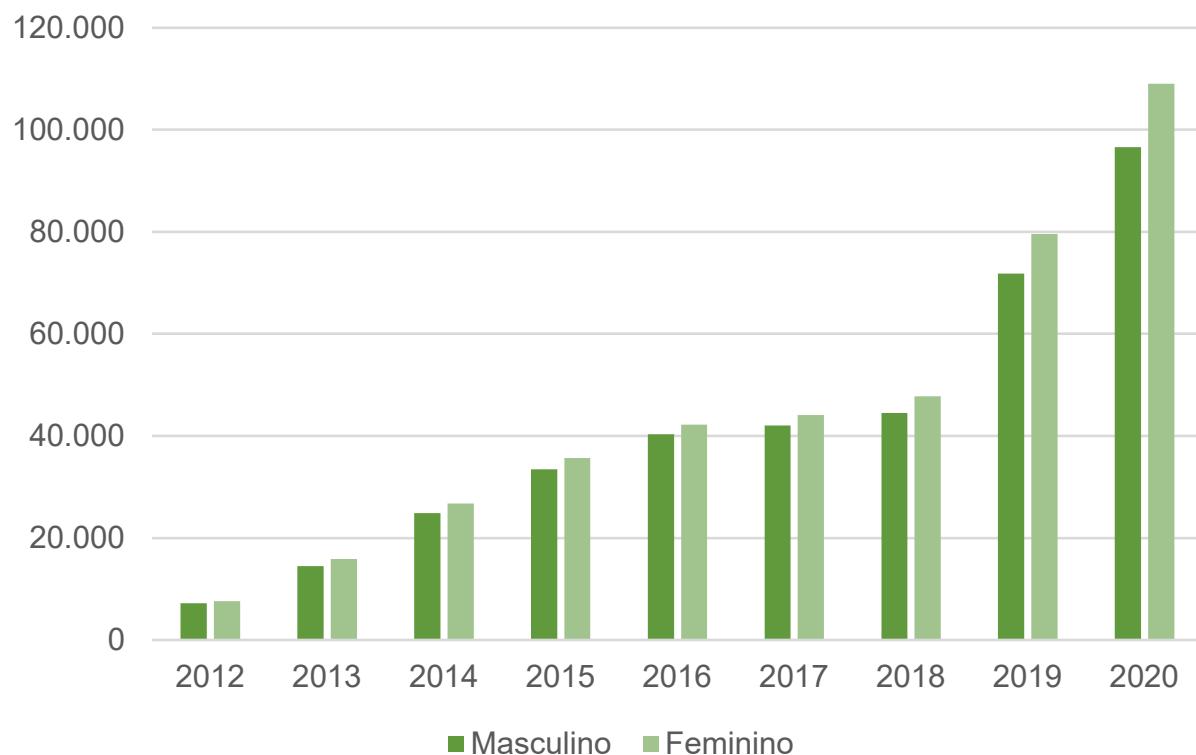
12 Cavalcanti e Oliveira (2020) analisaram os movimentos nas fronteiras do Brasil entre 2000 e 2020 e identificaram uma redução geral em mais da metade dos fluxos de não brasileiros no último ano, através de registros da Polícia Federal.

Quanto ao perfil dos imigrantes cadastrados, a seguir são apresentadas informações sobre distribuição por sexo, faixa etária e posição no domicílio. Os dados se referem a todos os membros imigrantes do domicílio, tanto crianças, quanto jovens, adultos e idosos.

Ao longo dos anos, nota-se predomínio de mulheres cadastradas (média de 52%) comparado aos homens (48%). Esse resultado sugere perfil mais feminino nas famílias com imigrantes e em situação de pobreza no Brasil. Nesse ponto, des-

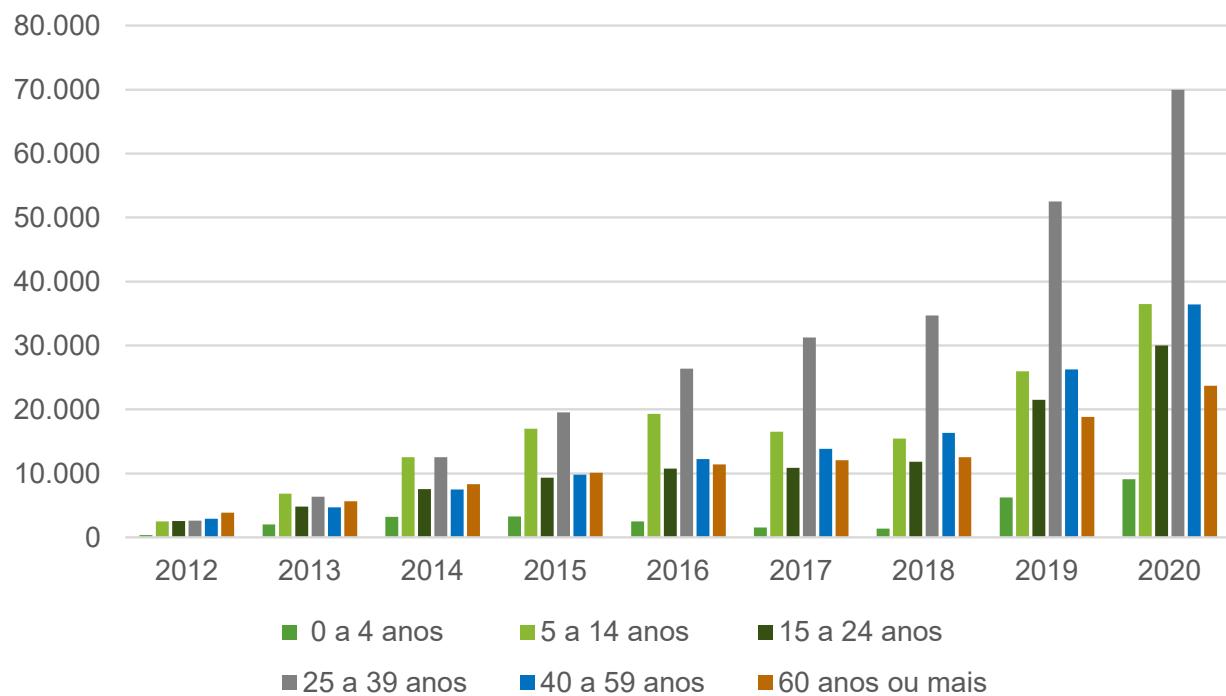
taca-se a importância de aprofundar questões específicas à gênero em estudos futuros. No que tange a distribuição por idade, o Gráfico 4 indica que houve um aumento importante no registro de pessoas de 25 a 39 anos, sendo esse o principal grupo com crescimento na quantidade de cadastros. Quanto à posição na família, a Tabela 1 indica que a maioria dos imigrantes registrados no CadÚnico são responsáveis pela unidade familiar, cônjuge ou companheiro (a) ou filho (a), sendo, portanto, membros da família nuclear.

Gráfico 3. Número de imigrantes inscritos no CadÚnico, por sexo, segundo ano - Brasil, 2012 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Gráfico 4. Número de imigrantes inscritos no CadÚnico, por faixa de idade, segundo ano - Brasil, 2012 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Tabela 1. Distribuição dos imigrantes segundo a posição na família - Brasil, 2012 a 2020

Ano	Posição na família					
	Pessoa Responsável pela Unidade Familiar	Cônjugue ou companheiro(a)	Filho(a) ou Enteado(a)	Outro parente	Não parente	Não especificado
2012	33%	26%	31%	7%	0%	2%
2013	32%	22%	38%	7%	0%	1%
2014	33%	21%	38%	7%	0%	1%
2015	36%	21%	36%	6%	1%	0%
2016	39%	20%	33%	6%	1%	0%
2017	45%	21%	28%	6%	1%	0%
2018	49%	20%	25%	5%	1%	0%
2019	46%	19%	28%	7%	1%	0%
2020	45%	18%	29%	7%	1%	0%

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Em relação ao país de nascimento das pessoas cadastradas, os volumes de imigrantes seguem a tendência dos fluxos migratórios observados na última década no Brasil. Em 2012, o maior número de imigrantes cadastrados no CadÚnico era de pessoas nascidas no Paraguai. Entretanto, a partir de 2012, observa-se uma mudança nessa situação com o aumento de registros de haitianos, que chegam a 2018 como o principal grupo registrado na base, representando quase 22% do total de imigrantes cadastrados no CadÚnico.

Já em 2018, o Brasil começou a vivenciar altos índices de solicitações de refúgio, principalmente devido à chegada de venezuelanos para o país. Essa intensificação também refletiu no aumento de cadastros desse grupo de imigrantes no CadÚnico. Nota-se que a partir de 2019 até 2020, os venezuelanos são o grupo com maior quantidade de imigrantes registrados.

No que diz respeito à condição dos domicílios nos quais os imigrantes são residentes, a Tabela 3 aponta para concentração em áreas urbanas,

Tabela 2. Número de imigrantes inscritos no CadÚnico, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2012 a 2020

País de nascimento	Ano								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL	14.844	30.378	51.580	69.089	82.562	86.175	92.253	151.398	205.643
VENEZUELA	102	109	221	422	598	1.771	9.080	49.673	80.985
HAITI	2	222	2.514	6.535	11.678	17.188	20.082	27.114	36.194
PARAGUAI	3.775	4.653	8.669	10.831	11.851	12.358	11.471	12.778	14.923
BOLÍVIA	1.504	2.214	5.952	9.382	11.041	12.350	12.110	13.985	17.386
PORTUGAL	1.936	2.451	5.186	7.001	7.862	8.013	7.138	8.151	8.777
JAPÃO	1.234	1.397	2.802	3.635	3.970	4.074	3.696	4.407	4.881
ARGENTINA	1.169	1.291	2.041	2.349	2.621	2.819	2.700	3.448	4.349
PERU	502	622	1.585	2.240	2.642	2.834	2.710	3.222	3.787
URUGUAI	1.198	1.336	2.026	2.154	2.237	2.350	2.214	2.789	3.409
ANGOLA	137	155	468	1.170	2.757	3.371	3.430	3.667	3.816
OUTROS	3.285	15.928	20.116	23.370	25.305	19.047	17.622	22.164	27.136

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

sendo a maior parte das moradias com construção predominante de alvenaria (80%). Quanto ao acesso aos serviços de utilidade pública, observa-se uma diminuição proporcional ao longo do tempo de domicílios com fornecimento de água e esgotamento sanitário por rede geral e coleta de lixo direta na residência, quando analisada a série histórica de 2012 a 2020. Cabe uma investigação mais aprofundada das características desses domicílios, mas os dados preliminares apontam para uma situação de maior vulnerabi-

lidade das famílias, tendo em vista a diminuição do acesso a água, coleta de lixo e esgoto.

Em relação à condição mais recente, para o ano de 2020, os paraguaios são o grupo de famílias de imigrantes com maior quantidade de domicílios localizados na área rural (1.570 - 29%), com material de construção das residências diferente de alvenaria (2.597 - 25%) e sem acesso à água por rede geral de abastecimento (1.944 - 21%). Os venezuelanos, por sua vez, são aqueles com

Tabela 3. Distribuição percentual da condição dos domicílios de famílias no CadÚnico - Brasil, 2012 a 2020

Condição do domílio	Ano								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Tipo de localidade									
Urbano	92%	91%	91%	92%	92%	93%	93%	93%	94%
Rural	8%	9%	8%	7%	6%	6%	5%	4%	4%
Não especificado	0%	0%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%
Material predominante no exterior do domicílio									
Alvenaria	74%	78%	80%	80%	80%	80%	79%	79%	80%
Outro material	24%	18%	14%	12%	10%	9%	9%	8%	8%
Não especificado	2%	4%	6%	8%	10%	11%	12%	13%	12%
Forma de abastecimento de água									
Rede geral de distribuição	85%	83%	83%	82%	82%	82%	81%	80%	81%
Outras formas	14%	13%	11%	10%	8%	8%	7%	7%	7%
Não especificado	2%	4%	6%	8%	10%	11%	12%	13%	12%
Forma de escoamento sanitário									
Rede coletora de esgoto ou pluvial ou fossa séptica	73%	70%	71%	70%	71%	72%	71%	71%	72%
Outras formas	25%	25%	23%	20%	18%	16%	16%	15%	15%
Não especificado	2%	5%	7%	9%	11%	11%	13%	14%	13%
Forma da coleta de lixo									
Coletado diretamente	83%	84%	85%	84%	83%	82%	81%	81%	82%
Outras formas	15%	12%	9%	8%	7%	7%	6%	6%	6%
Não especificado	2%	4%	6%	8%	10%	11%	12%	13%	12%

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

maior número de pessoas vivendo em domicílios sem coleta de lixo direta (1.679 – 20%) e sem rede geral de esgoto (6.273 – 31%).

Sobre a distribuição desses domicílios no território brasileiro, o Mapa 1 indica uma localização espacial parecida com a observada nos fluxos migratórios (Cavalcanti & Oliveira, 2020). São Paulo é o estado com maior concentração de cadastros no CadÚnico, com o total de 52.912 imigrantes internacionais registrados em 2020. No estado há maior número de cadastros de bolivianos (14.023), haitianos (9.413) e venezuelanos (6.631).

Em seguida, nota-se prevalência de imigrantes cadastrados em Roraima (32.763), estado que faz fronteira com a Venezuela, sendo importante uma porta de entrada de venezuelanos (32.073). O Paraná apresenta um total de 29.947 imigrantes cadastrados em 2020, tendo destaque como local de residência de imigrantes que chegaram nos fluxos recentes para o Brasil, em particular os haitianos (8.188) e paraguaios (8.145) como destacado na Tabela 4.

Observa-se, portanto, que a distribuição das famílias de baixa renda como imigrantes internacionais cadastradas no CadÚnico se distribui

de maneira diferente do padrão brasileiro como um todo (Camargo, Curralero, Licio, & Mostafa, 2013). Quando se analisam os registros do CadÚnico para o universo de dados contidos na base, incluindo tanto brasileiros quanto imigrantes, nota-se que a distribuição de cadastros se aproxima do padrão de distribuição de renda no

país. Isto é, há maior quantidade de cadastros nos estados do Nordeste em razão da maior proporção de famílias pobres nessa região. Entretanto, os resultados desse artigo mostraram que a análise focalizada nos imigrantes internacionais apresenta distribuição específica, com características mais próximas à dinâmica migratória.

Tabela 4. Distribuição de imigrantes nos 5 estados com maior quantidade de cadastros no CadÚnico – Brasil, 2020

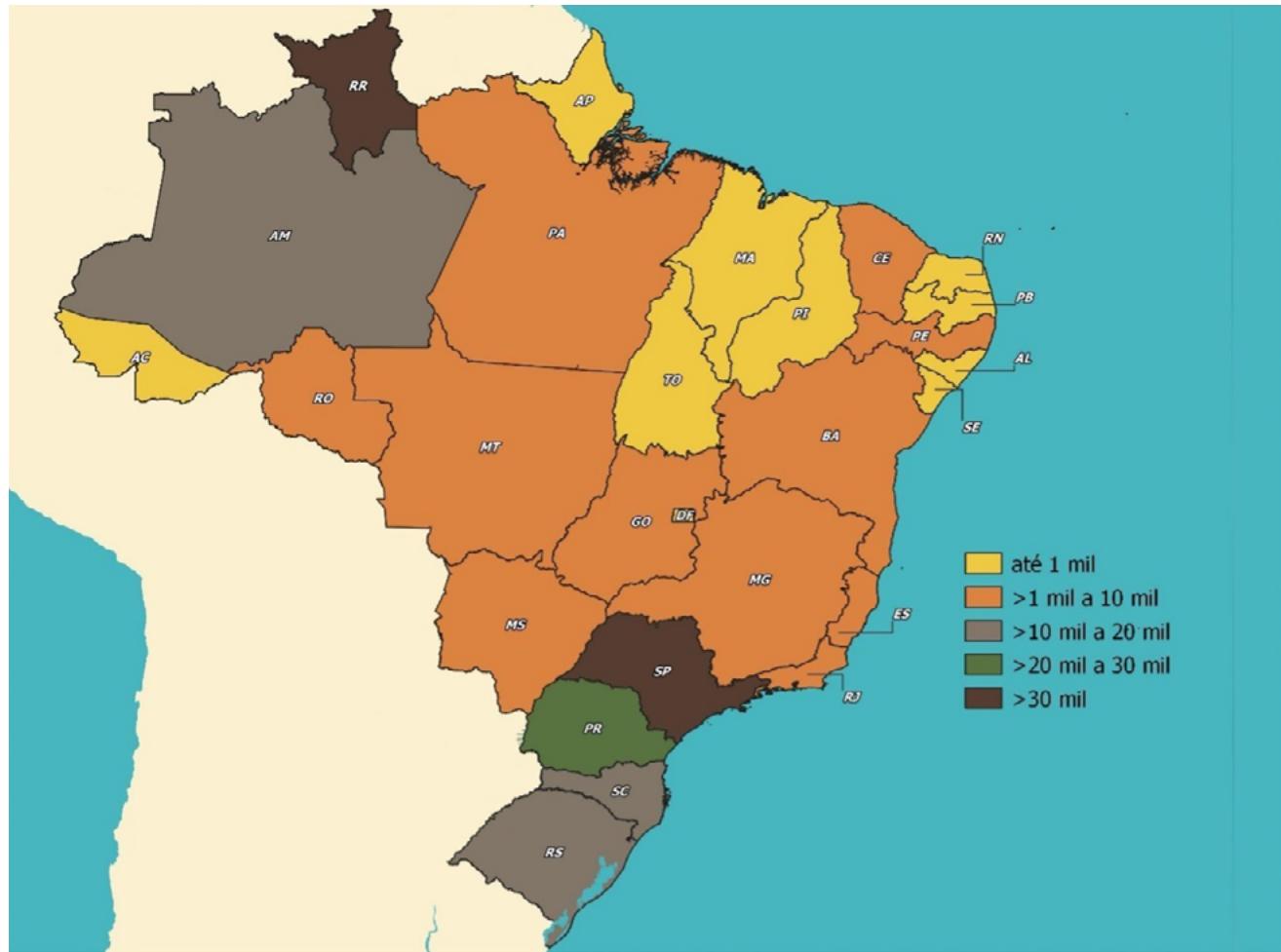
País de nascimento	Roraima	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Venezuela	32.073	6.631	7.428	4.509	4.678
Haiti	197	9.413	8.188	7.291	5.017
Bolívia	3	14.023	185	55	36
Paraguai	3	1.412	8.145	581	311
Portugal	16	3.193	670	131	67
Japão	6	2.828	885	61	45
Argentina	1	778	741	772	886
Angola	2	2.739	179	74	25
Peru	66	1.545	318	124	107
Chile	13	1.047	164	154	91
Outros países	383	9.303	3.044	1.462	3.408

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

O registro no CadÚnico não é garantia para recebimento dos benefícios sociais, sendo necessário o atendimento aos requisitos específicos de cada programa. Portanto, a base é utilizada como uma forma de focalização, monitoramento e identificação dos beneficiários de baixa renda de programas do Governo Federal. Nesse sentido, o Gráfico 5 abaixo apresenta a quantidade de imigrantes internacionais no CadÚnico, em 2020, e que receberam algum benefício social considerando o total de 205.643 imigrantes registrados na base de dados. Nota-se que o Bolsa Família tem maior percentual entre beneficiários imigrantes (44%), seguido da Tarifa Social de Energia Elétrica (21%), Auxílio Emergencial (18%) e Benefício de Prestação Continuada (4%).

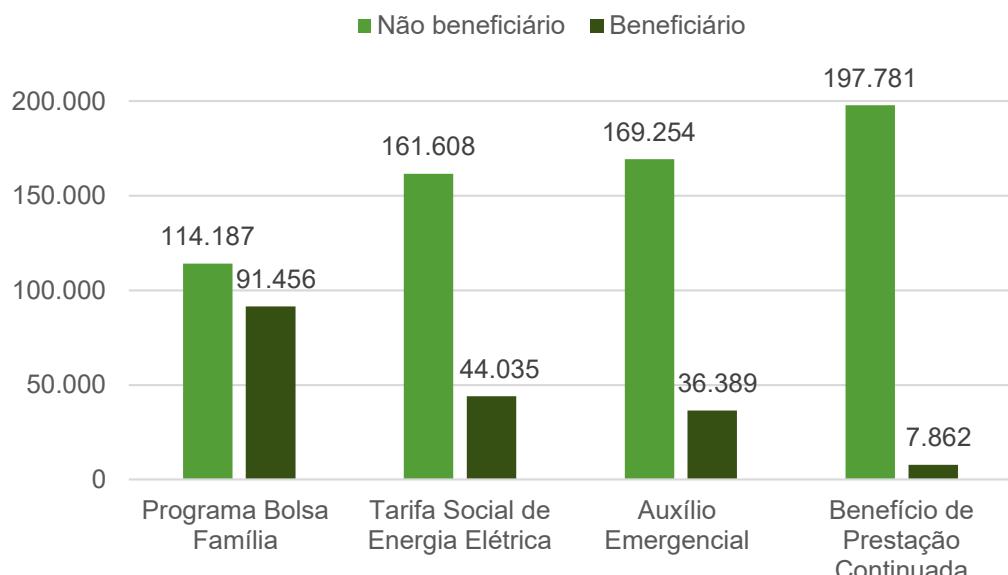
Cabe destacar que esse resultado no Gráfico 5 apresenta algumas limitações, relacionadas ao uso mais frequente do CadÚnico. Embora a utilização do CadÚnico seja aplicada a um amplo leque de programas, a principal função da base continua sendo centrada na seleção dos beneficiários do PBF (Camargo, Curralero, Licio, & Mostafa, 2013). O Auxílio Emergencial e o Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, são programas que não exigem para sua concessão que o beneficiário esteja necessariamente cadastrado no CadÚnico. Portanto, os dados abaixo, referente a estas duas modalidades podem estar sub representados, tendo em vista a existência de imigrantes que recebem tais benefícios, mas não estão registrados na base do CadÚnico.

Mapa 1. Número de imigrantes inscritos no CadÚnico, segundo Unidade da Federação de localização do CRAS que realizou cadastro considerando de todos os membros da família - Brasil, 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Gráfico 5. Distribuição dos imigrantes inscritos no CadÚnico, segundo a situação nos programas sociais analisados - Brasil, 2012 a 2020



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Um outro ponto interessante de ser analisado refere-se à quantidade de famílias que receberam esses benefícios. Destaca-se que uma família pode ter mais de um membro imigrante e, por isso, o total de indivíduos beneficiários, como discutido anteriormente, é diferente da quantidade de famílias beneficiárias. O programa Bolsa Família, por exemplo, é um benefício concedido a unidade familiar, não havendo recebimento por mais de um membro. Entretanto, o Auxílio Emergencial, por exemplo em 2020, teve como unida-

de de focalização o indivíduo, havendo possibilidade de mais de uma pessoa da mesma família receber o benefício, assim como o Benefício de Prestação Continuada. Tendo isso em perspectiva, na Tabela 5 a seguir é possível identificar que 38% das famílias com imigrantes registradas no CadÚnico receberam Auxílio Emergencial, seguido de 36% beneficiárias do Bolsa Família, 22% do Programa de Tarifa Social de Energia Elétrica e 10% com recebimento de benefício de Prestação Continuada.

Tabela 5. Distribuição de imigrantes nos 5 estados com maior quantidade de cadastros no CadÚnico – Brasil, 2020

Programa	Número de famílias beneficiárias	Percentual em relação ao total de famílias*
Auxílio Emergencial	50.731	38%
Programa Bolsa Família	47.344	36%
Tarifa Social de Energia Elétrica	29.554	22%
Benefício de Prestação Continuada	13.456	10%

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.* O total de famílias registradas no CadÚnico, com pelo menos um membro imigrante internacional em 2020 foi de 132.484

No item a seguir são apresentadas as características socioeconômicas dos imigrantes beneficiários de cada um desses programas de proteção social, apesar das limitações já pontuadas anteriormente no que tange a subnotificação de beneficiários do BPC e do Auxílio Emergencial no CadÚnico.

3. PERFIL DOS IMIGRANTES BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Nesse item do artigo é analisado de maneira comparativa o perfil dos imigrantes beneficiários do Programa Bolsa Família (**Tabela 6**), do Auxílio Emergencial (**Tabela 7**), da Tarifa Social de Energia Elétrica (**Tabela 8**) e do Benefício de Prestação Continuada (**Tabela 9**), em termos das características relativas ao país de nascimento dos principais grupos atendidos e local de moradia no Brasil em 2020.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos países com maior número de imigrantes beneficiários dos programas sociais em análise. Percebe-se que pessoas nascidas na Venezuela, Haiti, Bolívia e Paraguai são os principais grupos de imigrantes para os quais o Bolsa Família, o Auxílio Emergencial e o Programa de Tarifa Social de Energia Elétrica foram concedidos.

Os grupos atendidos pelo BPC, no entanto, apresentam perfil diferenciado. Os portugueses, paraguaios e japoneses são os principais imigrantes indicados como beneficiários. O acesso ao BPC, até abril de 2017, foi ponto de divergências de entendimento quanto ao direito dos imigrantes. Predominava a defesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de que este era um benefí-

cio exclusivo de brasileiros, destinado aos idosos e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de renda. Nessa perspectiva, o acesso por parte de refugiados e imigrantes era negado pelo INSS, que entendia que o pagamento do BPC estaria restrito aos brasileiros natos ou naturalizados (Andrade & Garcia, 2020).

Após 2017, esse entendimento jurídico foi relativizado, sobretudo após a promulgação da Lei de Migração. Entretanto, o acesso ao BPC pode ainda enfrentar alguma dificuldade para se viabilizar. Nesse sentido, sugere-se que o acesso maior de portugueses a esse benefício possivelmente pode ser explicado pelo maior tempo de moradia desses indivíduos no país. Cabe destacar que esse ponto deve ser melhor investigado em pesquisas futuras.

Por fim, apresentam-se abaixo os mapas contendo a distribuição dos estados de residência em 2020 dos imigrantes beneficiários do Bolsa Família (Mapa 2), Auxílio Emergencial (Mapa 3), Tarifa Social de Energia Elétrica (Mapa 4) e Benefício de Prestação Continuada (Mapa 5). Os mapas foram construídos considerando intervalos padronizados das legendas, com intuito de facilitar uma análise comparativa entre os programas. Os resultados dos quatro programas indicam que São Paulo é o estado com maior distribuição de domicílios de beneficiários. Prevalecem também a residência em Roraima, entre os beneficiários do Bolsa Família.

De maneira geral, a distribuição desses domicílios segue o padrão espacial dos fluxos migratórios, com concentração no chamado Brasil meridional (região sul e São Paulo) e Roraima como importante porta de entrada de venezuelanos no país.

Tabela 6. Número de imigrantes beneficiários do PBF – Brasil, 2020

País de nascimento	Quantidade de beneficiários
Venezuela	48.292
Haiti	11.470
Bolívia	8.054
Paraguai	5.236
Portugal	2.124
Angola	2.001
Peru	1.589
Argentina	1.341
Uruguai	1.016
Japão	980
Outros	9.353
Total	91.456

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Tabela 7 – Número de imigrantes beneficiários do Auxílio Emergencial – Brasil, 2020

País de nascimento	Quantidade de beneficiários
Venezuela	10.723
Haiti	6.973
Bolívia	4.163
Paraguai	3.299
Argentina	1.152
Portugal	1.047
Peru	974
Uruguai	857
Japão	814
Angola	752
Outros	5.635
Total	36.389

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Tabela 8. Número de imigrantes beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica – Brasil, 2020

País de nascimento	Quantidade de beneficiários
Venezuela	10.935
Haiti	6.456
Bolívia	5.928
Paraguai	4.302
Portugal	2.710
Japão	1.615
Peru	1.149
Argentina	1.074
Uruguai	1.020
Angola	967
Outros	7.879
Total	44.035

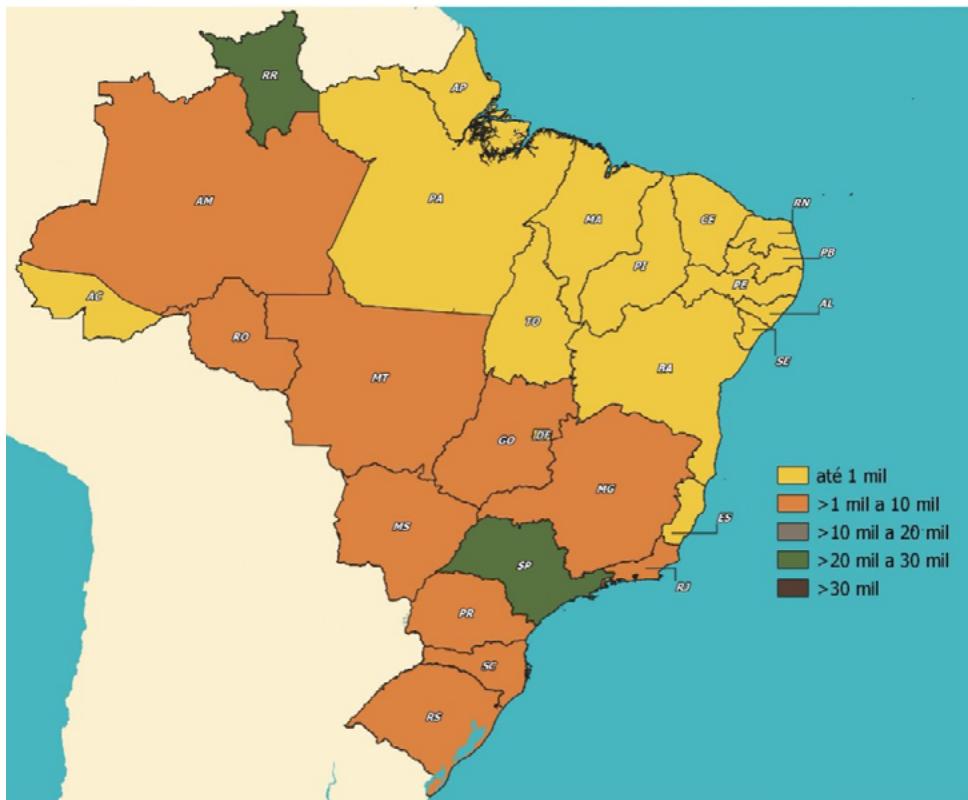
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Tabela 9. Número de imigrantes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – Brasil, 2020

País de nascimento	Quantidade de beneficiários
Portugal	1.590
Paraguai	1.084
Japão	662
Venezuela	559
Uruguai	514
Coréia do sul	466
Bolívia	411
Argentina	371
Chile	309
Peru	252
Outros	1.644
Total	7.862

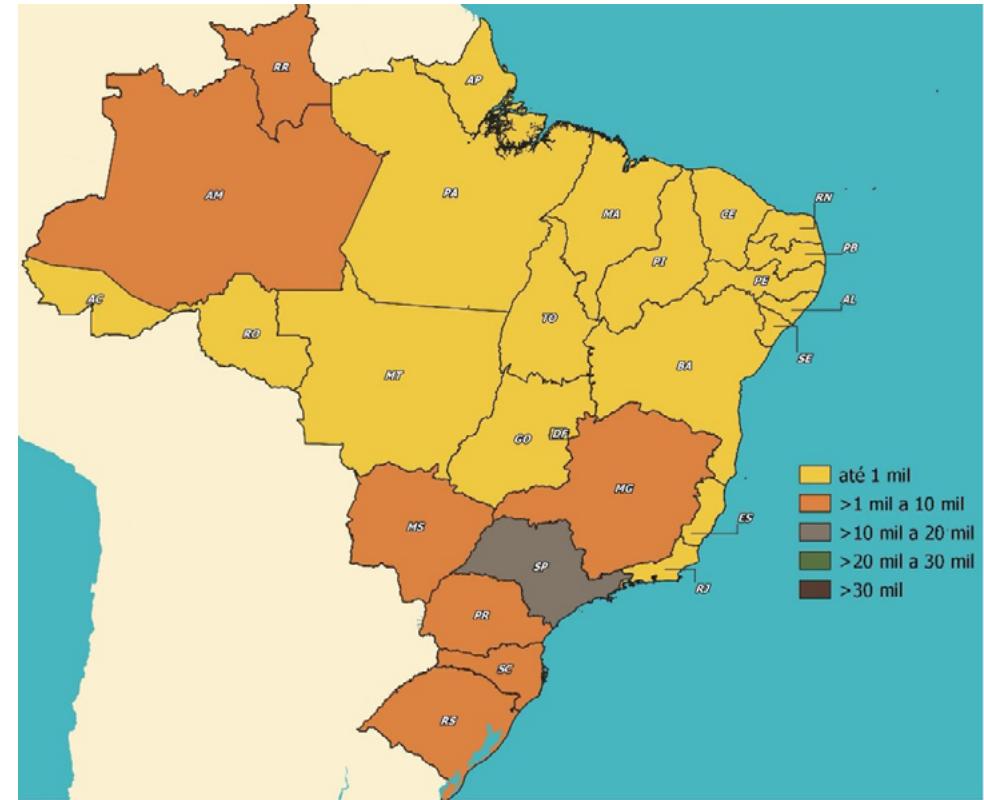
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Mapa 2. Número de imigrantes beneficiários do PBF por UF - Brasil, 2020



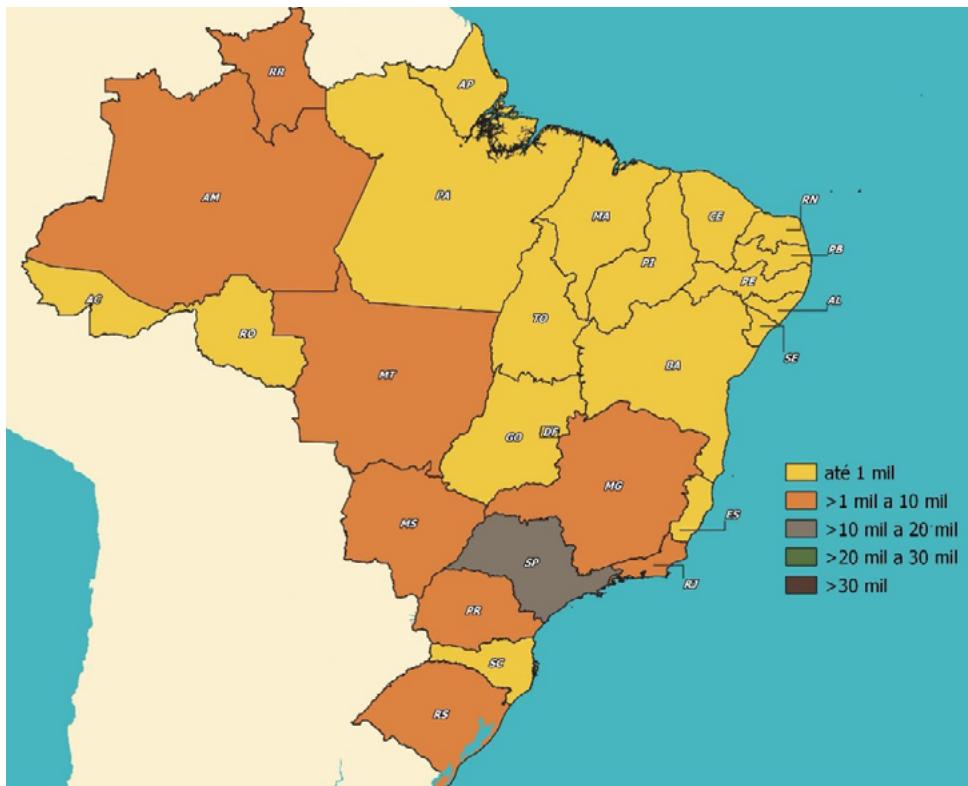
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

Mapa 3. Número de imigrantes beneficiários do Auxílio Emergencial por UF – Brasil, 2020

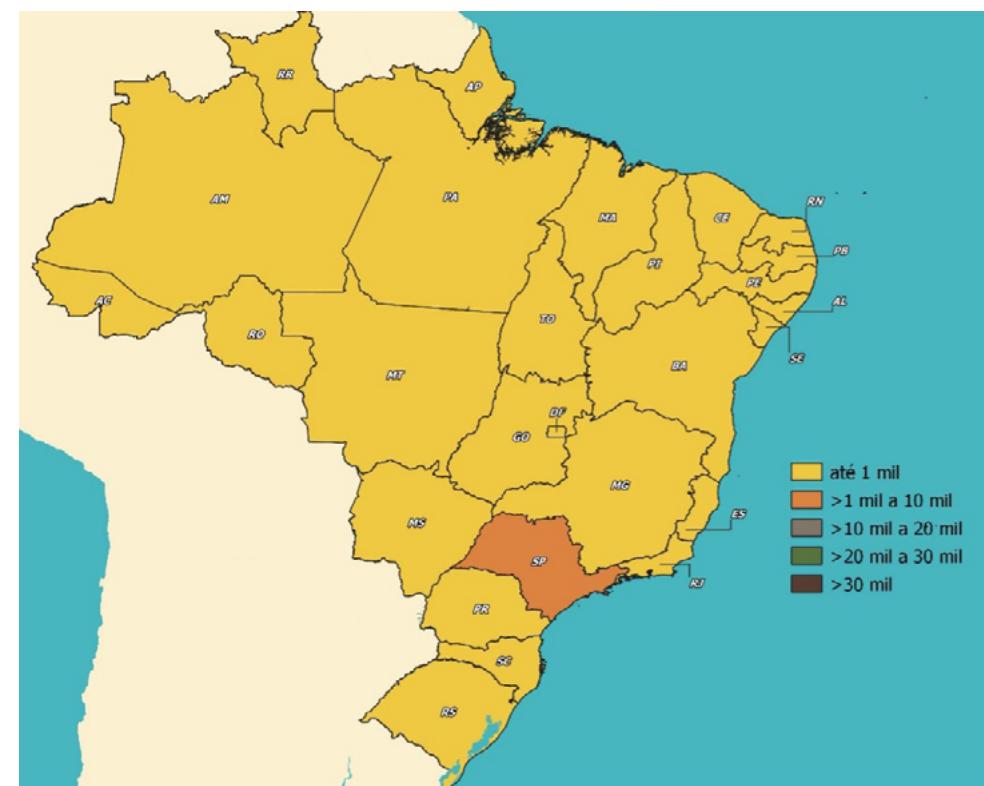


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados CadÚnico.

**Mapa 4. Número de imigrantes beneficiários da TSEE
por UF – Brasil, 2020**



**Mapa 5. Número de imigrantes beneficiários do BPC
por UF – Brasil, 2020**



Fonte: Elaborado pelo ObMigra, a partir de dados CadÚnico.

Fonte: Elaborado pelo ObMigra, a partir de dados CadÚnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo inaugura uma nova linha de pesquisa do OBMigra, na qual pretende-se discutir a relação entre assistência social e imigração internacional. Para tanto, com intuito de iniciar a compreensão sobre essa temática, foi realizada uma análise exploratória do acesso dos imigrantes internacionais aos benefícios sociais e programas de transferência de renda ofertados pelo Governo Federal no âmbito das políticas de assistência social. A análise foi conduzida por meio dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e apresentou uma abordagem descritiva, com foco no acesso aos seguintes programas de proteção social: 1) Programa Bolsa Família (PBF), 2) Auxílio Emergencial (AE), 3) Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE); 4) Benefício Prestação Continuada (BPC).

Desde 2010, o Brasil vem passando por um aumento do fluxo migratório para o território nacional, trazendo um grande desafio para a oferta de políticas públicas adequadas às necessidades dos diversos grupos. Na história recente do Brasil, o país não tinha experimentado situações com tanta intensificação dos fluxos de entrada de imigrantes como observado na última década. Nesse sentido, os imigrantes, em especial aqueles que foram forçados a migrar, constituem um estrato potencialmente mais vulnerável da população para o qual deve ser direcionado um olhar específico no que tange o acesso às políticas de assistência social. De maneira adicional, os impactos econômicos da pandemia da Covid-19, colocaram um grande desafio para o Estado brasileiro de prover proteção social a pessoas impactadas pela retração econômica, incluindo os imigrantes internacionais. Portanto, diante dessa intensificação na entrada de imigrantes para o país e da situação de vulnerabilidade em que se encontram muitos dos imigrantes que vêm para o Brasil, a Política de Assistência Social exerce um papel fundamental na qualidade de vida desse público.

Apesar das dificuldades para atendimento dos imigrantes em situação de vulnerabilidade pelas políticas de assistência social, em 2017, ocorreu um importante avanço com a promulgação da Lei de Migração. Tal quadro jurídico coloca o Brasil como um país que garante a proteção dos direitos dos imigrantes internacionais e preconiza a igualdade no acesso aos serviços públicos entre nacionais e imigrantes. A despeito dos avanços no marco legal, o debate sobre imigração e assistência social ainda apresenta inúmeros desafios para as políticas públicas. Os desafios são tanto em relação à efetivação dos direitos previstos na Lei de Migração nos níveis locais de atendimento, quanto nas condições de resposta frente ao aumento na demanda em razão da chegada de novos imigrantes e do crescente número de famílias vulneráveis após a pandemia da Covid-19.

Por meio dos dados do CadÚnico foi possível perceber que os imigrantes ainda representam uma parcela muito pequena dos registros do CadÚnico, frente ao universo de cadastros existente. Entretanto, no período de análise, entre 2012 e 2020, há uma tendência de crescimento contínuo de registros entre os imigrantes internacionais. O crescimento é inclusive identificado em 2020, apesar da redução sem precedentes nos fluxos de entrada de imigrantes no país, em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Dessa forma, acredita-se que o aumento de registros de imigrantes em 2020 se deve ao aprofundamento da pobreza e vulnerabilidade decorrentes da retração econômica, também refletida entre os imigrantes. Outros dois possíveis fatores referem-se: 1) a dinamização do CadÚnico, que foi fonte utilizada em 2020 para focalização de beneficiários do Auxílio Emergencial; 2) ao aumento na chegada de imigrantes pobres ao país, em especial os grandes fluxos de venezuelanos.

Também foi identificado que os maiores volumes de imigrantes registrados no CadÚnico seguem a tendência dos fluxos migratórios da última década no Brasil. A partir de 2012, nota-se aumen-

to de registros de haitianos que chegam a 2018 como principal grupo cadastrado. Em seguida, de 2019 a 2020, os venezuelanos são o grupo com maior quantidade de imigrantes registrados.

No que diz respeito à condição dos domicílios nos quais os imigrantes são residentes, foi observado uma piora ao longo do tempo em relação ao acesso aos serviços de utilidade pública, como água e escoamento por rede geral e coleta de lixo direto na residência. Esses primeiros resultados indicam uma situação de maior vulnerabilidade das famílias, sobretudo dos paraguaios. Em relação a esse ponto, faz-se necessário o aprofundamento das análises em pesquisas posteriores para compreensão mais detalhadas em relação a qualidade desses domicílios. A investigação deve ser feita regionalizada e particularizada para cada um dos grupos de imigrantes.

Sobre a distribuição desses domicílios no território brasileiro, foi identificado que a localização também segue o padrão espacial dos fluxos migratórios, com concentração no chamado Brasil meridional (região sul e São Paulo) e Roraima que se mostra como importante porta de entrada de venezuelanos no país.

Por fim, em termos da quantidade de imigrantes internacionais registrados no CadÚnico e que receberam algum benefício social no ano de 2020, o Bolsa Família tem maior percentual entre beneficiários imigrantes (44%), seguido da Tarifa Social de Energia Elétrica (21%), Auxílio Emergencial (18%) e Benefício de Prestação Continuada (4%). Entretanto, entre os programas conside-

rados, para o Auxílio Emergencial e o Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, não há a exigência que o beneficiário esteja necessariamente cadastrado no CadÚnico. Portanto, como possibilidade de investigações futuras, cabe a análise de acesso de imigrantes considerando todas as fontes de informação de cadastro dos beneficiários e não somente o CadÚnico.

Apesar das limitações de dados, esse artigo contribui para o fortalecimento do debate público no que diz respeito ao acesso dos imigrantes as políticas de assistência, considerando as necessidades de garantia de direitos nos níveis locais de atendimento desses grupos.

Em termos de novos tópicos para serem investigados pelo OBMigra, os resultados exploratórios apresentados nesse capítulo apontam para a necessidade de aprofundar as análises para compreensão com mais detalhes das consequências para os imigrantes internacionais decorrentes da crise socioeconômica após a pandemia de Covid-19 e a chegada de grupos vulneráveis no Brasil, sendo os venezuelanos o principal grupo. Além disso, o Brasil passa por um momento singular em termos das políticas de assistência social no país. O Governo Federal anunciou, em outubro de 2020, a substituição do Bolsa Família, instituído há 18 anos, por um novo programa social, o Auxílio Brasil. Sob essa perspectiva, a linha de pesquisa que trata da relação entre imigração e assistência social mostra-se muito promissora, lançando luz sobre temas relevantes de serem investigados.

REFRÊNCIAS

Andrade, N. M., & Garcia, S. (2020). A concessão do benefício de prestação continuada ao estrangeiro na condição de refugiado no Brasil. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**.

Barbosa, R., & Prates, I. (2020). Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da Pandemia. **Repositório do Conhecimento do IPEA**.

Barros, R. P., Carvalho, M., & Mendonça, R. S. (2009). Sobre as utilidades do Cadastro Único. *IPEA*.

Brasil. (11 de fevereiro de 2014). **Conjunto nº 2/2014 SENARC/MDS e SNAS/MDS**. Fonte: <https://www.sds.sc.gov.br/index.php/component/content/article/16-artigos-cib/220-materiais-diversos-cib?Itemid=155>

Brasil. (2016). **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social**. Fonte: O papel da assistência social no atendimento aos migrantes.: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes

Brasil. (2016). **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Camargo, C. F., Curralero, C. R., Licio, E. C., & Mostafa, J. (2013). Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa Família. Em T. Campello, & M. Neri, **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Governo Federal. (p. 494). Brasília: IPEA.

Cardoso, B. B. (2020). A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, 1052-1063.

Carvalho, A. R., Souza, L. R., Gonçalves, S. L., & Almeida, E. R. (2021). Vulnerabilidade social e crise sanitária no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 101-120.

Cavalcanti, L., & Oliveira, W. F. (2020). Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. Em L. Cavalcanti, T. Oliveira, & M. Macedo, **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020** (pp. 16-28). Brasilia, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Cavalcanti, L., & Oliveira, W. F. (2020). Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexão à guisa de introdução. Em L. Cavalcanti, A. T. Oliveira, & M. F. Macedo, **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual** (pp. 8 - 16). Brasilia: Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral.

Colin, D. R., Pereira, J. M., & Massarani Gonelli, V. M. (2013). Trajetória de construção da gestão integrada do Sistema Único de Assistência Social, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. Em T. Campello, & M. N. Côrtes, **Programa Bolsa**

Família : uma década de inclusão e cidadania (p. 494 p). Brasília: Ipea.

Ferla, L. (2021). **A Política de Assistência Social como afiançadora das Seguranças Sociais: Análise da gestão Municipal no Centro de Referência de Assistência Social: CRAS Cachoeirinha em Dourados**, MS. Dourados: Dissertação em Sociologia. Universidade Federal da Grande Dourados.

Giovanella, L., Guimarães, L., Nogueira, V. M., Lobato, L. D., & Damacena, G. N. (2007). Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, S251-S266.

Harrop, A. P. (2018). Assistência Social na atenção ao migrante e refugiado: especificidades e desafios. Em P. V. Aristoteles Veloso da Silva, **Programa CapacitaSUAS no estado de Pernambuco: experiências temáticas dos cursos de ensino a distância** (p. 240p). Caruaru: Editora Asces.

Oliveira, A. T. (2020). A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período 1980-2019. Em L. Cavalcanti, T. Oliveira, & M. Macedo, **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Brasília, DF: Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral.

Pedra J.B., A. (2016). **Guia de Atendimento aos Migrantes, Refugiados, Vítimas de Tráfico de Pessoas e Brasileiros Retornados, em situação de vulnerabilidade e em áreas de fronteira**. Brasilia: ICMPD (International Centre for Migration Policy Development) & Ministério da .

World Health Organization. (12 de Março de 2020). **WHO Announces COVID-19 Outbreak a Pandemic**. Fonte: World Health Organization Regional Office for Europe: <http://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2020/3/who-announces-covid-19-outbreak-a-pandemic>

9. MIGRAÇÃO E ACESSO À SAÚDE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS RECURSOS MUNICIPAIS NO ATENDIMENTO À SAÚDE DOS MIGRANTES

Ana Cristina Collares¹

INTRODUÇÃO

Nesse capítulo discutimos o acesso dos migrantes internacionais à saúde no Brasil. Nossos objetivos principais são 1) chamar a atenção para a importância cada vez maior no contexto atual da investigação das relações entre migração e saúde e 2) realizar uma análise exploratória dos dados sobre as estruturas municipais de atendimento à saúde e de gestão migratória, de forma a elencar questões e levantar desafios para o crescimento da pesquisa na área. Nesta introdução, além de demonstrar a importância da área de saúde para os estudos migratórios em termos globais, fazemos uma breve revisão em torno de alguns subtemas que vêm sendo discutidos por pesquisadores no Brasil. Em seguida descrevemos os dados utilizados, e na seção seguinte mostramos alguns resultados, discutindo os recursos de gestão migratória em sua relação com os recursos na área da saúde e com o quantitativo de migrantes presente na região, de forma agregada no nível municipal. Por fim, apresentamos algumas considerações finais, sugerindo possíveis caminhos para essa linha de pesquisa no Brasil, especialmente diante de uma maior disponibilidade de dados, que poderiam contribuir para análises mais precisas tanto do ponto de vista da descrição empírica quanto da possibilidade de levantar hipóteses teóricas que nos auxiliem a compreender melhor essa realidade cada vez mais relevante nos contextos nacional e global.

1. MIGRAÇÃO E SAÚDE: UMA QUESTÃO INTERNACIONAL

O ato de migrar – mudar de região ou país – é um fenômeno antigo e tem feito parte da cultura e da vivência de diversos povos e nações ao longo de toda a sua história. Em 2020, o relatório anual da Organização Internacional para a Migração (IOM, UN Migration) estimou que uma em cada 30 pessoas no mundo hoje é um migrante. Essa proporção pode não parecer muito grande, mas corresponde a um total de mais de 281 milhões de pessoas, ou seja, um crescimento de mais de 45% nos deslocamentos populacionais nessa última década. Além do aumento do contingente de migrantes, houve uma diversificação nas causas do deslocamento populacional e uma intensificação de certas causas: mudanças climáticas e conflitos provocando o deslocamento forçado, mudanças geopolíticas e políticas, globalização da economia e outros fenômenos, afetando o perfil demográfico e as destinações dos migrantes (Thomas, 2020).

Paralelamente a essas mudanças, os efeitos do fenômeno migratório na saúde populacional nos países de origem e destino – bem como a saúde e o bem-estar dos próprios migrantes e refugiados – tornou-se uma discussão cada vez mais incontestavelmente necessária. Tem mudado também o foco dessa discussão. Tradicionalmente, migrantes vinham sendo abordados em pesquisas como vetores de transmissão de doenças

1 Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, desde 2012. Pesquisadora OBMIGRA.

infecciosas como o sarampo e a tuberculose, por exemplo, ou como “pesos” adicionais aumentando a carga dos sistemas de saúde pública nacionais, e até mesmo vistos como “ameaças de saúde pública” (Thomas, 2020; Cox e Marland, 2013). Como exemplo dessas doenças que historicamente se propagaram através da migração, podemos citar o sarampo, a catapora, a caxumba, a febre tifoide, a difteria, a influenza, a malária, febre amarela, tuberculose e, recentemente, a SARS e a COVID-19, entre outras. Algumas delas dizimaram certos grupos populacionais (Castro e Singer, 2003), especialmente antes do advento das vacinas/vacinação em massa.

Mas se é verdade que o influxo de pacientes de origem estrangeira seja realmente um desafio para os sistemas de saúde dos países receptores e que o aumento da mobilidade populacional tenha dificultado a contenção das epidemias (Cox e Marland, 2013), aumentando ainda a incidência de doenças não-infecciosas nos territórios nacionais (Gushulak e MacPherson, 2006), essa abordagem tem sido revista e novos ângulos trazidos para a discussão. A migração é não apenas um importante determinante social da saúde e do bem-estar (Schenker et al. 2014), como também contribui de muitas formas não só para a economia do país de destino como para a saúde pública deste. Além disso a própria saúde do migrante é determinada por uma série de causas sociais, inclusive a discriminação e outras barreiras relacionadas ao acesso à saúde.

Por exemplo: embora os homens ainda sejam maioria entre aqueles que migram ao redor do mundo por motivos laborais (IOM, 2020), pesquisas na área de migração tem chamado a atenção para o fato de que boa parte da força de trabalho que se dedica às profissões “do cuidado” nos países do norte global (e em muitos outros) hoje é composta de mulheres migrantes, que cuidam de crianças, idosos, pessoas com deficiência, e por isso sua contribuição para a saúde pública no país hospedeiro é inestimável. Apesar disso es-

sas trabalhadoras estão frequentemente em arranjos de trabalho informais e expostas a riscos de saúde maiores em média do que o restante da população, relacionados ao acesso aos cuidados médicos, proteção social e trabalhista, entre outros (Kickbush, 2019).

Reconhece-se, assim, que o migrante/refugiado possui vulnerabilidades intrínsecas que podem levar a desigualdades no acesso à saúde. Algumas dessas vulnerabilidades mencionadas na literatura, são relacionadas ao HIV, a tuberculose, aos cuidados pré-natal e neonatal e a questões de saúde mental. Os migrantes podem também ser mais vulneráveis do que a população local a alguns tipos de doenças infecciosas nos locais de destino, e muitas vezes possuem percepções e atitudes em relação a temas relacionados à saúde, vacinas, relação médico-paciente, entre outras, que afetam sua interação com os sistemas de saúde locais (Markkula et al, 2018, Thomas, 2020).

Algumas das principais barreiras ao acesso dos migrantes à saúde são diferenças culturais, dificuldades com o idioma, falta de documentação e histórico médico, bem como racismo e xenofobia, isolamento social e falta de informação sobre as formas de acesso (Rocha et al. 2020, Granada et al. 2017). Acresce-se a isso as restrições dos sistemas de saúde pública locais ao atendimento de não-nacionais e a falta de informação dos próprios migrantes sobre seus direitos. Tudo isso eleva a vulnerabilidade destes à problemas de saúde física e mental (Granada et al, 2017).

Com relação ao acesso aos sistemas de saúde locais, houve nos últimos anos uma evolução do conceito de saúde, que se tornou mais abrangente e levou muitos governos a reconhecerem a saúde como um direito humano essencial, e estes têm trabalhado para proporcionar direitos semelhantes aos migrantes e a seus cidadãos. Na Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO, 1946) a saúde é definida como “um

estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.” Nesse mesmo texto a OMS acrescenta que “gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social”, e ainda que “a saúde de todos os povos é essencial para conseguir a paz e a segurança e depende da mais estreita cooperação dos indivíduos e dos Estados.” Esse entendimento da saúde se aproxima muito da percepção de “qualidade de vida”¹, e com base nela a discussão sobre o direito do acesso à saúde dos migrantes no país de destino foi ampliada internacionalmente.

Como relatam Costa, Gurgel e Matos (2020), “a conquista mais expressiva nessa temática ocorreu em dezembro de 2018, com a aprovação na ONU do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, que contou com a participação dos Estados, organizações internacionais e sociedade civil. A saúde é um dos aspectos citados em vários trechos do Pacto, mas se aprofunda e detalha no objetivo 15, que disserta sobre o acesso de migrantes à serviços básicos” (p.104)

Neste Pacto os países signatários se comprometem a incluir os migrantes nas políticas de saúde nacionais e locais, facilitando o acesso destes e promovendo mecanismos e capacitação de servidores que sejam sensíveis à questões como língua e cultura dos mesmos.

Vale acrescentar que literatura reconhece a existência de um *Healthy Immigrant Effect* (Zoua et al, 2017) ou “efeito do migrante saudável”, indicando que a população migrante em geral é mais saudável do que a população no país de destino (em geral por efeito de seletividade já no país

de origem, onde os que migram são, em geral, mais jovens e possuem melhores condições de saúde). Porém, sabe-se também que esse efeito é mais prevalente em adultos do que em crianças e adolescentes e se dilui ao longo do tempo (Zoua et al. 2017, Markkula et al 2018). Esse efeito do migrante saudável também está muito ligado ao perfil do migrante econômico, que consiste geralmente de homens jovens que migram desacompanhados.

Mudanças recentes nas motivações, origem e destinação dos fluxos migratórios, inclusive o crescimento da migração forçada, em grande parte devido aos conflitos políticos e sociais, mudanças climáticas e desastres naturais, vêm causando mudanças no próprio perfil dos migrantes, aumentando a migração de crianças, pessoas idosas e famílias inteiras. Tais mudanças acrescentam novas demandas às instituições nacionais, tais como os sistemas de educação e saúde públicos. Além disso, diferenças entre os sistemas de saúde de diversos países acrescidas a uma maior facilidade de deslocamento, têm trazido o fenômeno do “turismo de saúde” ou “turismo médico”, que consiste em viajar para buscar cuidados médicos além das fronteiras nacionais. Esse tipo de turismo vem crescendo exponencialmente e uma das suas principais motivações é a sobrecarga dos sistemas públicos e de segurança nacionais nos países de origem dos migrantes por populações em processo de envelhecimento (UNWTO, 2018).

Finalmente, a todos esses desafios podemos acrescentar as barreiras à migração criadas por um fenômeno relacionado à saúde, a pandemia da COVID-19. Esta multiplicou os problemas já existentes de deslocamento e de vulnerabilidade, especialmente no que se refere ao cruzamento de fronteiras internacionais e ao acesso à recursos de saúde em geral.

1 O objetivo 3 da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é expresso como “saúde e bem estar”, e fala em promoção de uma “vida saudável” antes que o combate a doenças específicas.

“Entre as diferentes formas em que a pandemia pode impactar na vida dos imigrantes e refugiados no país, neste texto destacamos duas delas. A primeira se dá através da interrupção dos projetos migratórios em decorrência do fechamento de fronteiras, medidas restritivas, e mesmo políticas de proibição de concessão de vistos, como apontado por Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2020). A segunda forma é o impacto no mercado de trabalho sentido na vida daqueles que já se movimentaram. Os migrantes, em especial aqueles que foram forçados a migrar, constituem um estrato potencialmente mais vulnerável da população, o que torna relevante um olhar específico para este grupo no que tange aos impactos da pandemia global.” (Cavalcanti e Oliveira, 2020)

Em suma, as relações entre migração e saúde têm se tornado cada vez mais complexas. De uma perspectiva inicial do migrante como “vetor de doenças”, ao migrante jovem e saudável que se desloca por motivos econômicos, às recentes ondas migratórias incluindo idosos, mulheres e crianças por motivos políticos, climáticos, relacionados a desastres naturais e a crises econômicas nos países de origem, cada vez mais a população que se desloca para outros países tem características que requerem perspectivas e atuações distintas por parte das regiões receptoras. Esforços para garantir que a migração internacional não agrave o acesso à saúde nos países hospedeiros, esforços para conter epidemias, e para garantir o direito à saúde e ao bem-estar das populações independente de origem, raça, etnia, gênero, respeitando diferenças culturais e barreiras linguísticas são desafios que requerem cada vez mais a cooperação internacional para serem enfrentados (Kickbush, 2019).

2. MIGRAÇÃO E SAÚDE NO BRASIL

O acesso à saúde dos migrantes nos países de destino possui peculiaridades que se relacionam diretamente com as características do fluxo de migrantes que se direciona a cada território nacional, com as características do sistema de saúde local, a abrangência e a estrutura desse sistema e fatores como custo e dispersão territorial. O Brasil tem experimentado um fluxo crescente de migrantes na última década, com algumas flutuações recentes devidas sobretudo à pandemia do coronavírus (Cavalcanti, Oliveira e Macedo 2020). Além disso o perfil dos migrantes que chegam ao país também tem se modificado, com a chegada maior de indivíduos em situação de vulnerabilidade, movidos por conflitos sociais e políticos e desastres naturais como é o caso dos migrantes Venezuelanos e Haitianos. Tais mudanças aumentam as demandas por serviços providos pelas instituições públicas, por exemplo nas áreas de educação, saúde e assistência social (Rosa, Meijía e Perico, 2021), discutidas neste volume.

Segundo o relatório anual do OBMigra de 2020, o país registrou, de 2011 a 2019, mais de um milhão de imigrantes e refugiados, em sua maioria homens em idade ativa e com escolaridade média ou superior. Os maiores fluxos de migrantes na década vieram da América do Sul (Venezuela) e Caribe (Haiti). A pandemia da COVID-19 causou a queda nos fluxos de migrantes e solicitantes de refúgio que atravessam as fronteiras nacionais em mais de 70% entre janeiro e agosto de 2020, em comparação com o ano de 2019.² Os grupos mais impactados pela pandemia de acordo com o relatório foram mulheres e pessoas de escolaridade mais elevada trabalhando nos setores de comércio e serviços, principalmente na região

2 “A análise de acordo com o status migratório revela que a redução nos fluxos regulares de migração já era sentida desde os primeiros meses do ano, em particular para os imigrantes de mais longo termo – os residentes – categoria que inclui, por exemplo, os refugiados. [...] a queda nesse grupo entre os meses de janeiro a agosto de 2020 foi de 84% em comparação com 2019. Essa redução foi menor nos grupos dos fronteiriços (78%) e temporários (74%).” (Cavalcanti, Oliveira e Macedo 2020, p.27)

sudeste (Cavalcanti, Oliveira e Macedo 2020).

A respeito do acesso à saúde por esses migrantes e refugiados em território nacional, a legislação brasileira “se apresenta alinhada às recomendações das agências internacionais, uma vez que, tanto a nível constitucional quanto nas legislações específicas como a Lei 8.666/1990 que regulamenta o Sistema Único de Saúde - SUS e a Lei 13.445/2018 que regulamenta a migração no país garantem o direito à saúde aos migrantes no território brasileiro independente do status migratório.” (Costa, Gurgel e Matos, 2021, p.4). Apesar disso, Costa, Gurgel e Matos assinalam que, em sua pesquisa sobre os direitos de acesso à saúde dos migrantes em território brasileiro, “excetuando-se a Lei 16.478/2016 que institui a política municipal de São Paulo para a população imigrante, tradicional local de destinos dos imigrantes desde o século XIX, não foi encontrada nenhuma outra política pública ou ação voltada para o atendimento de saúde fora do contexto emergencial.” (2021, p. 105)

Em que pese a falta de regulamentação específica, a própria característica de universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e o foco desse em programas de atenção à saúde primária e familiar, bem como o programa do agente comunitário de saúde e similares, são aspectos do sistema que fornecem recursos importantes para o atendimento aos migrantes em suas principais demandas de saúde. Entretanto os obstáculos subsistem, e vão além daqueles representados pela ausência de legislação apropriada. Migrantes haitianos em Curitiba/PR citaram como os principais obstáculos de acesso ao SUS: 1) o idioma; 2) questões culturais (conflitos com a medicina tradicional haitiana); 3) problemas com horários devido ao fato de que muitos migrantes não podem faltar ao trabalho para buscar atendimento e; 4) a demora no atendimento (Rocha et al. 2020). Este e diversos outros estudos de caráter qualitativo, com foco em algum grupo específico, também relatam a falta de medicamentos

ou a falta de informações sobre como obtê-los, a dificuldade para entender o sistema e para obter liberação do trabalho para buscar atendimento, e episódios de não atendimento em serviço de urgência como problemas encontrados pelos migrantes (Guerra e Ventura, 2017, etc).

Alguns estudos também relatam como problemas na relação entre migração e saúde no Brasil dificuldades da própria equipe de saúde (Maia et al. 2020, e Rocha et al 2020), que sente angústia ao ver que os tratamentos não são seguidos porque os agentes de saúde não conseguem explicar os procedimentos adequadamente ao paciente, devido a dificuldades com o idioma. Além disso é mencionada a dificuldade de localizar o paciente, pois estes possuem grande mobilidade, especialmente no caso dos refugiados, e por vezes têm medo de revelar o próprio endereço, assim o cadastramento dos pacientes para acompanhamento médico dos tratamentos é grandemente dificultado. Por fim, a falta de documentação destes e as condições precárias em que os migrantes estão instalados, requerendo muitas vezes também a acolhida das famílias para possibilitar o tratamento (Arruda-Barbosa et al 2020) são outras barreiras ao atendimento mencionadas na literatura, relacionadas a dificuldades dos próprios agentes de saúde.

Ao discutir a relação entre migração e saúde no Brasil é importante também mencionar que a migração é um determinante social intrinsecamente relacionado às doenças tropicais como Chagas, dengue, malária, que possuem padrões de incidência variando de acordo com as características da população. Ao investigar a incidência de malária na fronteira com a Guiana Francesa, zona de grande fluxo populacional transfronteiriço, Gomes et. al (2020) observam que “as migrações populacionais, por exemplo, modulam os padrões de ocorrência da doença no tempo e no espaço, e estão relacionadas com processos econômicos e sociais mais amplos, que determinam a circulação dos hospedeiros (principalmen-

te homens) em áreas de maior ou menor recep-
tividade à malária, favorecendo ou dificultando a
transmissão da doença". Esses autores ressal-
tam que a intensa mobilidade de certos grupos
"afeta as suas condições de trabalho e moradia
gerando condições que favorecem a morbidade"
(Gomes et al., 2020).

A despeito dos desafios, a gratuidade, qualidade
e amplitude dos serviços de saúde estão entre os
motivos mencionados por grupos migrantes para
buscarem o Brasil (Martes e Faleiros, 2013). Al-
guns estudos mostram um viés positivo dos mi-
grantes na avaliação do atendimento, como por
exemplo o de Martes e Faleiros (2013) sobre a
acesso à saúde por bolivianos em São Paulo,
Rosa, Mejía e Perico (2021), que entrevistaram
haitianos em Poço das Antas (RS), e o de Al-
ves et al. (2019), que pesquisaram a utilização
dos serviços de saúde por haitianos em Cuiabá.
Segundo esses estudos, boa parte dos entre-
vistados avaliou o atendimento pelo SUS como
adequado. Os serviços mais utilizados foram a
unidade básica de saúde (UBS), e o atendimento
público de urgência e emergência. Nesse último
estudo, por exemplo, 45,6% dos entrevistados
utilizaram algum serviço de saúde, "sendo maior
a prevalência entre mulheres, aqueles com maior
renda, maior tempo de residência no Brasil, me-
lhor entendimento da língua portuguesa e que
autoavaliaram sua saúde como ruim." (Alves et.
al, 2019)

Alguns estudos também observaram que as mu-
lheres estão entre os migrantes/refugiados que
mais buscam os serviços de saúde, tanto para
exames de rotina quanto para o pré-natal, aten-
dimento de parto e pós parto (Martes e Faleiros,
2013, Zaslavsky e Goulart, 2017). Finalmente,
grande parte dos estudos qualitativos sobre as
experiências dos migrantes e mesmo dos agen-
tes de saúde que os atendem no SUS indica a
importância fundamental do programa do agente
comunitário de saúde para fazer a ponte entre
os migrantes e as unidades de atendimento. Isso

se deve ao fato de que estes agentes se tornam
a principal referência tanto dos migrantes/refu-
giados – como fontes de informação e de apoio,
como dos agentes de saúde – como pontos de
referência na localização, comunicação e acom-
panhamento dos primeiros, sobretudo devido ao
caráter territorializado do SUS e à alta mobilida-
de dos migrantes (Maia e Azize 2020, Losco e
Gema 2019).

Em suma, embora a diversidade dos fluxos mi-
gratórios recentes para o Brasil torne difícil re-
alizar uma revisão exaustiva do acesso destes
à saúde no escopo deste capítulo, destacamos
aqui a importância de alguns aspectos do apa-
relhamento do sistema de saúde que devem
ser levados em conta na formulação de políti-
cas públicas para o atendimento das demandas
de saúde dos migrantes e refugiados no país.
Estes são, principalmente, a grande busca por
atendimentos relacionados à gravidez, parto e
pós parto, a importância dos atendimentos de
média complexidade tais como serviços de inter-
nação intermediária, a possibilidade de realizar
exames sem grandes deslocamentos no territó-
rio e principalmente a importância do programa
do agente comunitário de saúde no atendimento
aos migrantes. Destaca-se ainda a importância
da distribuição espacial desses recursos para
reduzir as desigualdades no atendimento. Dado
esse quadro, o presente estudo se utiliza de da-
dos agregados para avaliar a distribuição espa-
cial dos recursos de saúde do sistema público
brasileiro, em relação à distribuição espacial dos
próprios migrantes no território nacional. Junta-
mente com isso a isso discute-se distribuição de
instrumentos de acolhida e/ou gestão migratória
em concomitância com a presença de recursos
de atendimento à saúde nos municípios.

3. DADOS E METODOLOGIA

Em um cenário ideal, a análise sobre o acesso à saúde por migrantes internacionais no Brasil poderia ser feita através de dados individualizados de acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, os registros administrativos de saúde poderiam fornecer “informações relevantes para além da comunicação de doenças de notificação compulsória como, por exemplo, a identificação das localidades onde seja necessária a capacitação de profissionais e ações de inclusão da população migrante.” (Costa, Matos e Gurgel, 2019) As bases do Cartão Nacional de Saúde (CNS) fornecido pelo Ministério da Saúde, por exemplo, poderiam oferecer “uma abordagem local em situação não emergencial mais próxima da realidade dos municípios brasileiros” (Costa, Matos e Gurgel, 2019). Porém, apesar de o SUS fornecer diversas informações sobre o acesso a seus diversos serviços através do Portal do DATASUS³, as bases de domínio público, devido entre outros motivos às dificuldades de desidentificação dos dados, no momento não disponibilizam sem solicitação específica dados que distinguem os usuários por nacionalidade. Diante da não disponibilidade imediata desses dados, optamos por realizar uma análise com dados agregados e foco na distribuição espacial dos recursos de saúde, de gestão migratória, e dos próprios migrantes registrados no país.

Acreditamos que a territorialidade do atendimento e a relativa desigualdade da distribuição de alguns recursos do sistema único de saúde podem trazer informações relevantes para uma melhor compreensão da situação do acesso e para se pensar políticas destinadas à melhoria do mesmo. Assim, utilizamos aqui como principais fontes de informação, os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC, IBGE) de 2018 e os dados da REGIC - Pesquisa de Re-

giões de Influência das Cidades (REGIC, IBGE) também de 2018, além de informações sobre o número de migrantes e de solicitantes de refúgio por município em 2018, gerados a partir do Sistema de Registro Migratório Nacional (SisMigra) e de solicitantes de refúgio, com dados do Sistema de Tráfego Internacional – Módulo de Medidas e Alertas de Restrições Ativas (STI-MAR), por município em 2018, obtidos no *link* para o OBMigra no Portal de Imigração Laboral (<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/>). Descrevemos, a seguir, a MUNIC e a REGIC e de que forma seus dados foram utilizados na análise, que conta, nesse primeiro momento, com técnicas predominantemente exploratórias e descritivas.

3.1. MUNIC

A pesquisa de Informações Básicas Municipais ou MUNIC é um levantamento anual detalhado de informações sobre o funcionamento, a estrutura e a dinâmica das instituições públicas municipais, tendo como informante principal as prefeituras municipais. A abrangência da pesquisa é nacional, e nesta o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha são contados como municípios, perfazendo um total de 5570 municípios investigados⁴. Em 2018, o caderno suplementar de temas específicos da MUNIC contou com questões sobre saúde e instrumentos de gestão migratória, motivo pelo qual este ano específico foi selecionado para essa investigação. Vale ressaltar que a inclusão desse último tema "...visou enfocar variados aspectos desses instrumentos de gestão, inclusive os mecanismos de cooperação existentes com os demais entes da federação, tendo em vista que a integração dos fluxos migratórios recentes - sobretudo de pessoas de origem no hemisfério sul, com perfis socioeconômico e étnico-racial completamente distintos daqueles que o Brasil estava acostu-

3 <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>

4 <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>

mado a receber - recai, principalmente, sobre os estados e municípios" (IBGE, ver nota 4). Como a abrangência dos instrumentos de gestão migratória já foi descrita na 6a edição do *Refúgio em Números* (Silva, 2021), nossa utilização das informações sobre estes será complementar ao foco principal da análise dos recursos de saúde presentes nos municípios.

Além de analisar itens individuais representados no questionário da MUNIC, tais como a presença do agente comunitário de saúde no município, transformado em variável binária onde "Sim" indica que o município possui o programa e "Não"

que não possui/ou o respondente não soube ou não quis responder, foram também criados índices da oferta agregada dos serviços de saúde e dos instrumentos de gestão migratória. Selecione-nos ainda, como uma medida de tamanho do município, uma variável categórica fornecida na própria base de dados da MUNIC que indica dentro de que faixa populacional cada município se situa. A variável agregada de população estimada do município utiliza 7 categorias de tamanho, descritas no Quadro 1 juntamente com o código numérico utilizado, e a distribuição de frequência dos municípios pelas faixas de tamanho populacional no território brasileiro.

Quadro 1. Distribuição dos municípios brasileiros pelas categorias de população estimada

Classe de população	Porcentagem do total	Código numérico da categoria
Até 5000 hab	22,57	1
De 5001 a 10.000	21,6	2
de 10.001 a 20.000 hab	24,2	3
De 20.001 a 50.000 hab	19,68	4
De 50.001 a 100.000 hab	6,27	5
De 100.001 a 500.000 hab	4,87	6
Maior que 500.000 hab	0,03	7

Fonte: MUNIC/IBGE, 2018 (elaboração própria)

O índice "Recursos de Saúde Municipais" (RSM) ou indsau foi criado a partir do somatório simples de cinco variáveis binárias provenientes do módulo de saúde da MUNIC 2018 indicando presença ou ausência de determinado serviço no município. A variável resultante dessa soma varia entre 0 e 5 e é uma *proxy* da abrangência da oferta de serviços de saúde no município. Essa variável também foi posteriormente agregada em três categorias, sendo a primeira "0" ou "nenhum recurso presente no índice disponível" (10,46% dos municípios); "1", significando "1 ou 2 recursos disponíveis" (52,52% dos municípios) e "2", significando "3 ou mais recursos disponíveis" (37,01% dos municípios). A variável resultante foi

denominada RSMA, ou RSM agregado.

A escolha das variáveis obedeceu a critérios diversos, baseados principalmente nos serviços direcionados à atenção básica e ao atendimento de partos (estabelecimentos de parto hospitalar e UTI neonatal), sendo estes alguns dos serviços mais utilizados pelos migrantes no Brasil de acordo com a literatura. A escolha se baseou também na disponibilidade desses recursos por município, tendo sido selecionados recursos que não são universalmente oferecidos, a fim de obter alguma variabilidade no índice. Por exemplo: serviços de urgência e emergência – bem como vacinação – são alguns dos mais utilizados pela

população migrante. Porém, como são disponíveis em quase todos os municípios brasileiros, optamos por não incluir esses serviços no índice. O objetivo era destacar comunidades com um atendimento mais amplo e variado na atenção básica e em certos serviços como parto hospitalar e exames, reduzindo a necessidade de deslocamento para municípios próximos para obter serviços de saúde. Descrevemos a seguir as variáveis selecionadas:

- Presença de programa de agente comunitário de saúde no município (1 = “sim”, 0 = “não”). Apesar de sua abrangência, abarcando praticamente 73% dos municípios brasileiros, esse recurso foi escolhido devido à sua importância para o acesso à saúde dos migrantes destacada na literatura.
- Presença de estabelecimentos que realizam partos hospitalares (1 = “sim”, 0 = “não”). Serviços ligados à gestação e parto estão entre os mais procurados pelos migrantes, justificando a escolha deste recurso e também da presença de UTI neonatal para compor o índice. 46,80% dos municípios brasileiros possuem estabelecimentos que fazem parto hospitalar ou casas de parto.
- Presença de UTI neonatal (1 = “sim”, 0 = “não”). Apenas 9,7% dos municípios brasileiros possuem esse recurso, que é o único serviço selecionado considerado de alta complexidade.
- Presença de estabelecimentos públicos ou conveniados aos SUS com leitos destinados aos cuidados intermediários (1 = “sim”, 0 = “não”). O questionário da MUNIC pergunta diretamente sobre a existência de leitos/berços de cuidado intermediário nos estabelecimentos de saúde municipais e 34,56% dos municípios declararam possuir esse recurso.⁵

- O município não necessita encaminhar para outro município a realização de exames de pacientes da atenção básica (1 = “não encaminha”, 0 = “precisa encaminhar”). 55,95% dos municípios encaminham pacientes da atenção básica para a realização de exames em outras localidades.

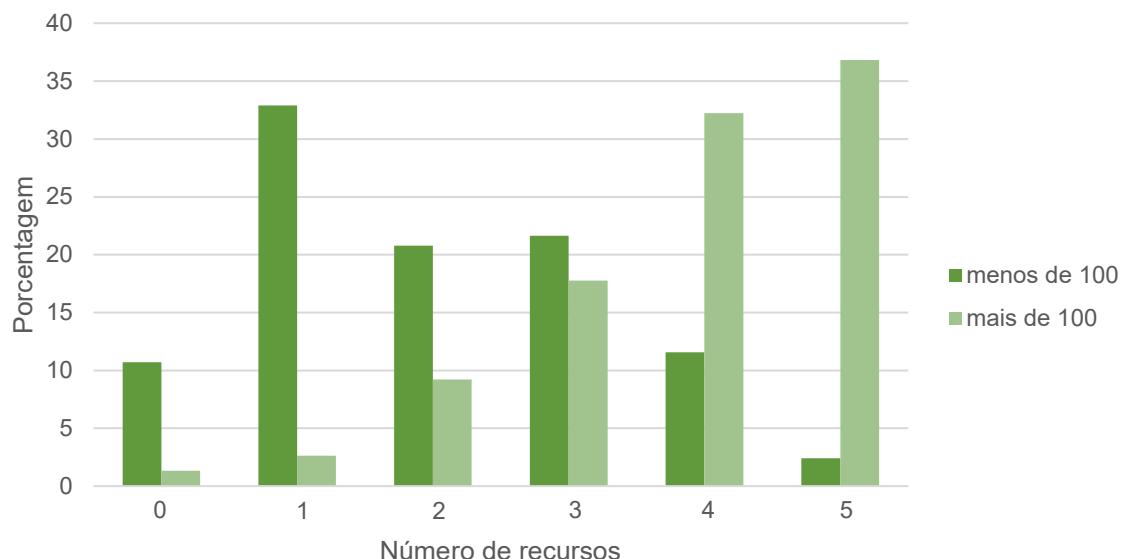
O Gráfico 1 indica a distribuição dos municípios por número de recursos de saúde do RSM, segundo os municípios com mais de 100 migrantes e os municípios com menos de 100 migrantes, mostrando que, em média, os migrantes se concentram em municípios com mais recursos ou mais diversidade de recursos de saúde.

Os instrumentos de gestão migratória presentes no mesmo questionário da MUNIC 2018 também foram somados de forma a obter um índice dos “recursos de gestão migratória do município”, variando entre “0” ou “nenhum instrumento” e “7”, nos municípios que reportaram todos os 7 instrumentos presentes no índice, denominado IGM. Apenas 4,17% dos municípios brasileiros reportou possuir algum instrumento de gestão migratória em 2018. Agregando a variável IGM em três categorias, onde “0” significa “nenhum”, “1” significa “1 ou 2 instrumentos” e “2” significa “3 ou mais instrumentos de gestão migratória”, foi obtida a variável IGMa. Esta indica que apenas 0,63% dos municípios, ou 35 municípios no Brasil reportaram 3 ou mais instrumentos de gestão migratória em 2018, contra 198 municípios ou 3,55% dos municípios brasileiros com 1 ou 2 instrumentos de gestão migratória.

As sete variáveis selecionadas para compor o índice foram: existência de mecanismos de cooperação entre o município e os demais entes da federação na promoção de políticas locais

5 Os cuidados intermediários se situam entre os serviços de saúde de média complexidade, e esse termo no Brasil “tem sido usado para nomear os serviços que estão atrelados à linha de cuidado progressivo ao paciente crítico ou grave, conforme Portaria do MS nº 895/2017, [...] entendidos como aqueles que se situam entre a AB [atenção básica] e o hospital, destinados a usuários em situação crônica e em processo de agudização, ou com baixa autonomia, necessitando de cuidados de reabilitação ou recuperação, para os quais os recursos disponibilizados em domicílio ou na AB são insuficientes.” (Franco e Hubner, 2020)

Gráfico 1. Distribuição percentual dos municípios, conforme o número de recursos de saúde por número de migrantes (menos de 100 ou mais de 100)



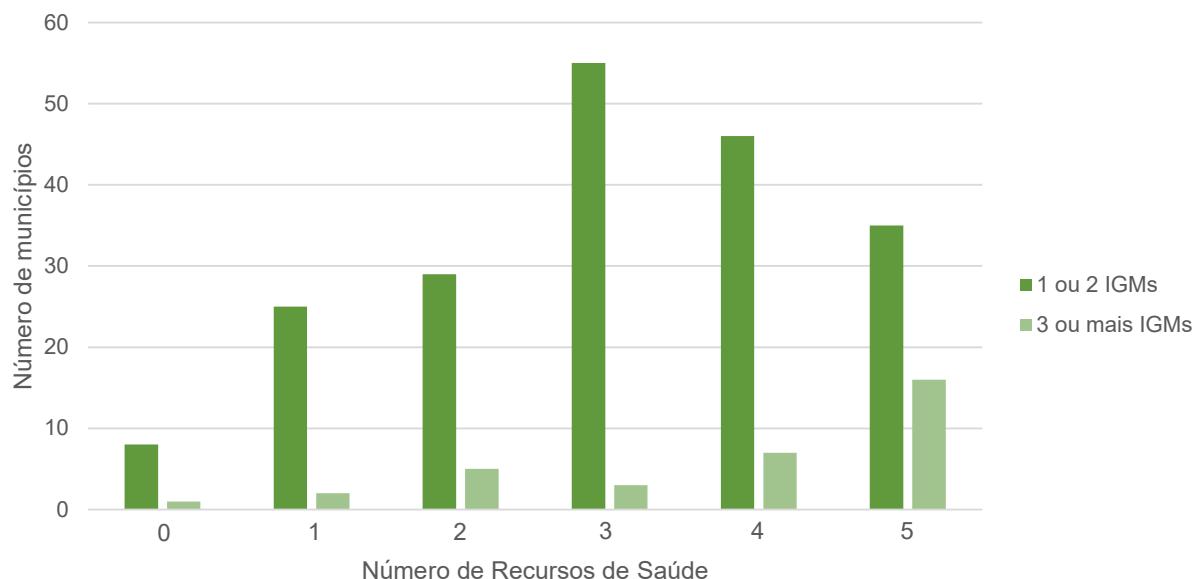
Fonte: MUNIC, 2018 (IBGE) OBMigra, dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2021. Elaboração própria.

voltadas para imigrantes e refugiados; e existência, no município, de associação e/ou coletivo da população imigrante/refugiados que se relacione com a prefeitura; existência de curso permanente de português voltado especificamente para imigrante/refugiado; o município realiza atendimento multilíngue nos serviços públicos, inclusive protocolos e formulários de atendimento; existência de abrigo para acolhimento de imigrantes/refugiados no município; existência de Centro de Referência e Apoio a Migrantes e Refugiados e realização, pelo município, de capacitação/formação continuada interdisciplinar para o atendimento a imigrantes/refugiados, voltados para

pessoas que atuem nas áreas de saúde, segurança pública, educação, trabalho e outras.

O gráfico 2 indica a distribuição dos municípios, em números absolutos, conforme o número de recursos de saúde do RSM, segundo a presença de 1 ou 2 instrumentos de gestão migratória, ou 3 ou mais instrumentos. Como previsto, há uma tendência a haver mais recursos de saúde nos mesmos municípios que possuem mais instrumentos de gestão migratória. Estes são também aqueles municípios que possuem, em média, mais “recursos humanos” na administração pública, como discutido a seguir.

Gráfico 2 - Distribuição dos municípios por índice RSM, segundo índice de instrumentos de gestão migratória (IGM)



Fonte: MUNIC, 2018 (IBGE). Elaboração própria.

3.2. REGIC

A Pesquisa de Regiões de Influência das Cidades, ou REGIC, define a hierarquia urbana e de áreas de influência das cidades brasileiras. A pesquisa classifica os centros urbanos que possuem determinados bens e serviços que atraem populações de outras cidades, fazendo com que estas se desloquem para determinados centros urbanos em função da necessidade de diversos serviços, incluindo serviços de saúde. Após definir as zonas urbanas operacionalizando-as em três conjuntos de unidades territoriais com base na sua integração territorial (Arranjos Populacionais, concentrações urbanas e municípios isolados), a REGIC estabelece quais são os centros urbanos de hierarquia inferior que estabelecem vínculos com centros de hierarquia superior, definindo as regiões de influência com base nesses vínculos. Os vínculos hierarquizados são calculados com base em um questionário aplicado na maior parte dos municípios brasileiros (5503)

com diversos módulos, inclusive o de saúde. O questionário conta também com um módulo internacional. O módulo internacional foi aplicado em 588 municípios definidos como "faixa de fronteira", direcionando as questões para a origem dos indivíduos de países estrangeiros que se deslocavam para buscar serviços naquele município.

Da REGIC, foram utilizadas as listagens de municípios considerados polos de atração para deslocamentos populacionais em busca de serviços de saúde a) de baixa e média complexidade, e b) de alta complexidade. A pesquisa cita 30 municípios em cada categoria, com algumas interseções, perfazendo um total de 52 municípios. Essa classificação foi incorporada às demais informações obtidas através da MUNIC, sob a forma de duas variáveis binárias ("BC" e "AC" para serviços de saúde de baixa/média e alta complexidade respectivamente), onde "1" indica o pertencimento à listagem da REGIC para cada categoria e "0"

o não pertencimento. Segundo classificação do SUS, serviços de baixa e média complexidade compreendem consultas médicas e odontológicas, exames clínicos, serviços ortopédicos e radiológicos, fisioterapia, pequenas cirurgias e outros que não impliquem em internação. Já os serviços de alta complexidade incluem aqueles de alto custo como internações, cirurgias, ressonância magnética, tomografia e tratamentos de câncer. O relatório da pesquisa contém a observação de que a principal referência dos informantes para esse último tipo de serviços foram os tratamentos de câncer e as cirurgias complexas. A listagem dos municípios será apresentada em conjunto com outras informações na seção de resultados e discussão.

Para manter a coerência, e também devido ao fato de que apenas a MUNIC de 2018 possui atualmente o módulo de informações sobre saúde e sobre recursos de acolhimento a migrantes, utilizamos neste trabalho também a REGIC de 2018. Os dados sobre o número de migrantes e solicitantes de refúgio também foram obtidos para este mesmo ano. De acordo com esses microdados disponibilizados pelo OBMigra em 2018, dos 5.570 municípios brasileiros presentes na MUNIC, 1.937 ou 34,77% deles possuíam migrantes registrados em 2018. Além disso, 152 municípios, ou 2,73% do total, possuíam 100 ou mais migrantes registrados.

Devido ao caráter agregado de todos essas fontes, só nos cabe aqui fazer análises descritivas e exploratórias, e especular de forma tentativa sobre alguns temas relevantes à compreensão do acesso à saúde pelos migrantes no Brasil. Desse modo, empregamos como metodologia o cruzamento entre os dados a respeito de regiões de influência para serviços de saúde no Brasil, e aqueles sobre a origem dos migrantes/refugiados que buscam serviços no país e os dados da MUNIC sobre serviços de saúde e de acolhimento de migrantes oferecidos pelos municípios brasileiros. Comparamos também essas bases

com dados sobre o número de migrantes e de solicitantes de refúgio registrados em cada município (OBMigra), a fim de verificar 1) se há uma correspondência espacial entre as cidades que mais possuem migrantes no país e os recursos de saúde oferecidos; 2) se existe uma correlação entre o número de migrantes no município, os recursos de saúde presentes, e os instrumentos de gestão migratória, independente da população do município; 3) se as cidades de fronteira são, no Brasil, polos de atração de serviços de saúde.

Na próxima sessão, apresentam-se alguns resultados, ressaltando que os dados não fornecem informações específicas sobre as necessidades ou a utilização do serviço de saúde pelos migrantes. A utilização de dados agregados baseados em territórios geográficos apresenta o risco de cair na famosa “falácia ecológica”, onde se atribui a grupos específicos dentro de determinada área atributos ou relações detectadas através de valores médios que não se aplicam a estes grupos. Apesar desse risco, também é inegável a influência do “lugar” ou das características socio-espaciais e da organização coletiva de recursos, no acesso à saúde e ao bem estar, como discutem MacIntyre, Ellaway e Cummins (2002). Isso se aplica especialmente aos grupos migrantes, pois para estes os contextos geográfico, epidemiológico e social são importantes determinantes tanto do impulso de deslocar-se de sua região de origem quanto de suas experiências na região de destino.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira questão que se coloca nessa discussão entre a distribuição espacial de recursos de saúde e de acolhimento de migrantes é a do tamanho do município, ou sua concentração populacional. Seria lógico afirmar que municípios com maior população detém mais recursos materiais e institucionais e possuem recursos humanos mais capacitados nas repartições da administra-

ção pública para orientar políticas específicas e oferecer facilidades que atrairiam a população migrante. Além disso, como já foi dito, as mudanças no perfil dos migrantes internacionais que chegaram ao Brasil nos últimos anos levam a uma demanda maior por parte dessa população por serviços públicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Assim, os migrantes se concentrariam nos municípios que possuem mais recursos e serviços tais como os citados, os quais são mais frequentemente de porte médio a grande. Entretanto, a migração é um fenômeno multicasual e a escolha da região de chegada e de permanência dos migrantes no Brasil são causadas por diferentes motivações.

Buscamos mostrar, assim, primeiramente, a distribuição de migrantes, dos instrumentos de gestão migratória e dos recursos de saúde pertencentes ao índice criado por meio dos dados da MUNIC (o RSM), nas cidades que são polos de atração regional devido a ofertarem mais serviços relacionados à saúde. Utiliza-se para isso a listagem elaborada pelo IBGE e descrita na REGIC de 2018.

4.1. MIGRANTES E AS CIDADES POLO DE ATRAÇÃO PARA SERVIÇOS DE SAÚDE BÁSICA E DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE

Em primeiro lugar observa-se que as cidades fronteiriças brasileiras atraem migrantes, ainda que temporários ou pendulares, das cidades vizinhas de outros países em busca de serviços de saúde mais acessíveis tanto do ponto de vista da oferta quanto dos custos (Guerra e Ventura, 2017; Zaslavsky e Goulart, 2017). O relatório da pesquisa de Regiões de Influência das Cidades de 2018 (REGIC), na seção Ligações Internacionais entre as cidades, registra que a busca por serviços de saúde de baixa complexidade atraiu, de acordo com os instrumentos da pesquisa, indivíduos de 51 localidades além da fronteira, per-

fazendo 86 ligações e constituindo-se em 19 “intra-Arranjos Populacionais Internacionais [SIC]”. O relatório observa ainda em relação à oferta de serviços de saúde que

“Apesar de envolver um pouco menos cidades que a questão sobre vestuário e calçados, sua ocorrência possui uma disseminação em toda faixa de fronteira, indicando que o afluxo de pessoas para o Brasil a fim de buscar tratamento de saúde é um comportamento generalizado.

Esse fato se explica pela assimetria na oferta desse serviço, quando se compara as Cidades de fronteira às suas congêneres vizinhas. O sistema público de saúde no país, possuindo um caráter universal, torna-se atrativo para os habitantes dos países vizinhos que, em grande medida, privatizaram seus sistemas de saúde, tornando-os de mais difícil acesso para suas próprias populações” (MACHADO, 2005 apud REGIC, 2018)

Quanto aos recursos de saúde de alta complexidade, estes são menos atrativos com relação às cidades fronteiriças, colocando em contato com as Cidades brasileiras 28 localidades situadas fora do território nacional (37 ligações, das quais 9 internas aos Arranjos Populacionais Internacionais). Quanto a esses recursos de saúde de maior complexidade, o relatório observa que “esse tipo de serviço é dependente de equipamentos custosos e de existência mais rara, fato que dá indício de sua menor ocorrência.” (REGIC, 2018). Nas faixas de fronteiras onde há Cidades brasileiras que recebem pessoas de países estrangeiros percebe-se uma predominância de polos de complexidade média, com, no máximo, algumas cidades de complexidade média-alta como Bagé (RS) e Foz do Iguaçu (PR). Chama-se a atenção para “o caso de São Gabriel da Cachoeira (AM) que, embora não seja um polo significativo para os serviços de saúde, atrai populações da Colômbia e Venezuela devido à pequena aces-

sibilidade das localidades desses países. A Cidade brasileira passa a funcionar como a única referência de centralidade de fato dada a convergência da rede fluvial, que é usada como meio de transporte por aquelas populações." (REGIC, 2018)

Conforme já explicitado, a REGIC elenca 30 municípios brasileiros como os principais polos de atração de indivíduos de outros municípios em busca de serviços de atenção básica de saúde, e outros 30 municípios que são polos de atração de indivíduos de outras cidades a buscarem serviços de saúde de alta complexidade. Naturalmente, a maior parte desses municípios é de porte grande ou médio, e oferece mais recursos institucionais em média do que municípios menores. Os Quadros 2 e 3 mostram quais são esses municípios, em qual faixa de tamanho populacional se situam e assinala, para cada um deles, o número de migrantes registrados e de solicitantes de refúgio, e os valores correspondentes aos índices de recursos de saúde municipal e de instrumentos de gestão migratória municipal. No Quadro 2 apresentamos os polos de serviços de saúde de baixa/média complexidade, e no Quadro 3 aqueles de alta complexidade. Em ambos os quadros destacamos também, apesar de esse recurso fazer parte do RSM, se o município pos-

suía programa do agente comunitário de saúde ou não.

Como se poderia esperar, todos os polos de atração de serviços de saúde de alta complexidade são municípios de porte médio a grande, com mais de 100 mil habitantes (dos 30 municípios, 18, ou 60% possuem mais de 500 mil habitantes). Todos os 52 municípios nessas listas, alguns figurando em ambas os quadros, possuem migrantes registrados, com exceção de Brejo Santo (AM). Esse município ganhou destaque na REGIC 2018 por ser o único município externo ao Arranjo Populacional formado por Juazeiro do Norte (CE), Crato (CE) e Barbalha (CE), mencionado como destino no questionário para serviços de baixa e média complexidade pelos respondentes do Arranjo. Vale observar ainda que nenhuma das Cidades polo de serviços de saúde de alta complexidade é cidade de fronteira. Das demais, o município de Pato Branco (PR) é um polo de saúde de baixa/média complexidade (Quadro 2) e é o único município com menos de 100 mil habitantes e mais de 100 migrantes registrados (n=222). Os demais municípios menores, ou seja, com menos de 100 mil habitantes, também possuem menos de 10 migrantes registrados e destes apenas Irecé (BA) possui solicitantes de refúgio (n=2).

Quadro 2 – Migrantes, RSM e IGM nos municípios polo de serviços de saúde de baixa/média complexidade

Município	UF	Faixa População	Migrantes	Solicitantes de Refúgio	RSM	IGM	Agente Comunitário
Manaus	AM	7	8635	5	5	5	1
Cascavel	PR	6	703	139	3	1	1
Sorocaba	SP	7	547	85	5	0	1
Uberlândia	MG	7	427	64	5	1	1
São José dos Campos	SP	7	370	11	5	0	1
Ribeirão Preto	SP	7	310	12	4	1	0
São José do Rio Preto	SP	6	264	9	5	0	1
Pato Branco	PR	5	222	97	4	0	1
Teresina	PI	7	153	0	5	0	1
Pouso Alegre	MG	6	146	0	5	1	1
Passo Fundo	RS	6	116	10	5	0	1
Uberaba	MG	6	104	30	4	0	0
Feira de Santana	BA	7	103	7	5	0	1
Volta Redonda	RJ	6	73	0	4	0	0
Tubarão	SC	6	64	11	4	0	1
Botucatu	SP	6	58	2	5	4	1
Governador Valadares	MG	6	54	0	4	0	0
Caruaru	PE	6	47	8	4	0	1
Assis	SP	6	36	1	5	2	1
Araguaína	TO	6	34	0	3	0	0
Sobral	CE	6	30	7	4	0	0
Itabuna	BA	6	24	13	5	0	1
Garanhuns	PE	6	16	0	4	0	1
Patos de Minas	MG	6	14	0	4	2	0
Arcoverde	PE	5	5	0	3	0	0
Santo Antônio de Jesus	BA	6	4	0	4	0	1
Irecê	BA	5	3	2	4	0	0
Guanambi	BA	5	2	0	5	1	1
Ceres	GO	4	1	0	2	0	0
Brejo Santo	CE	4	0	0	3	0	0

Fonte: REGIC/MUNIC (IBGE) e OBMigra, dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2021. Elaboração própria.

Quadro 3. Migrantes, RSM e IGM nos municípios polo de serviços de saúde de alta complexidade

Município	UF	Faixa População	Migrantes	Solicitantes de Refúgio	RSM	IGM	Agente Comunitário
Manaus	AM	7	8635	5	5	5	1
Curitiba	PR	7	2515	110	4	7	1
Florianópolis	SC	6	1819	211	4	0	1
Porto Alegre	RS	7	1471	295	5	3	1
Belo Horizonte	MG	7	1088	43	5	1	1
Campinas	SP	7	1027	152	5	6	1
Salvador	BA	7	1023	41	5	0	1
Fortaleza	CE	7	905	119	5	0	1
Cuiabá	MT	7	866	303	5	6	1
Recife	PE	7	841	29	3	0	1
Cascavel	PR	6	703	139	3	1	1
Goiânia	GO	7	585	75	5	0	1
São Luís	MA	7	351	32	5	0	1
Porto Velho	RO	7	334	356	3	1	0
Belém	Pará	7	301	121	5	3	1
Aracaju	SE	7	284	4	5	1	1
Natal	RN	7	281	6	5	0	1
João Pessoa	PB	7	221	17	4	2	0
Juiz de Fora	MG	7	195	15	3	2	0
Vitória	ES	6	186	17	3	1	0
Teresina	PI	7	153	0	5	0	1
Passo Fundo	RS	6	116	10	5	0	1
Botucatu	SP	6	58	2	5	4	1
Montes Claros	MG	6	55	0	3	0	0
Barretos	SP	6	48	2	4	1	0
Araguaína	TO	6	34	0	3	0	0
Sobral	CE	6	30	7	4	0	0
Itabuna	BA	6	24	13	5	0	1
Muriaé	MG	6	4	0	5	0	1
Jaú	SP	6	4	0	5	0	1

Fonte: REGIC/MUNIC (IBGE) e OBMigra, dados da Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), 2021. Elaboração própria.

4.2. POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO X NÚMERO DE MIGRANTES, RECURSOS DE SAÚDE E INSTRUMENTOS DE GESTÃO MIGRATÓRIA

Dado que grande parte das cidades polo de atração para serviços de saúde possuem migrantes, mas que muitos municípios de porte menor no país também registram um contingente razoável de migrantes, nos questionamos se há uma relação forte entre o tamanho da população e a concentração de recursos que atendem especificamente a população migrante, como os instrumentos de gestão migratória ou IGMs levantados pela MUNIC. É importante observar antes de mais nada que o tamanho populacional não é um condicionante da oferta de serviços básicos de saúde pelo SUS. No que se refere aos cinco recursos de saúde selecionados para compor nosso índice, em todas as faixas de tamanho existem municípios com todos os cinco recursos, e municípios com nenhum deles, com exceção da faixa superior a 500.000 habitantes em que todos os 46 municípios possuem, no mínimo, dois recursos.

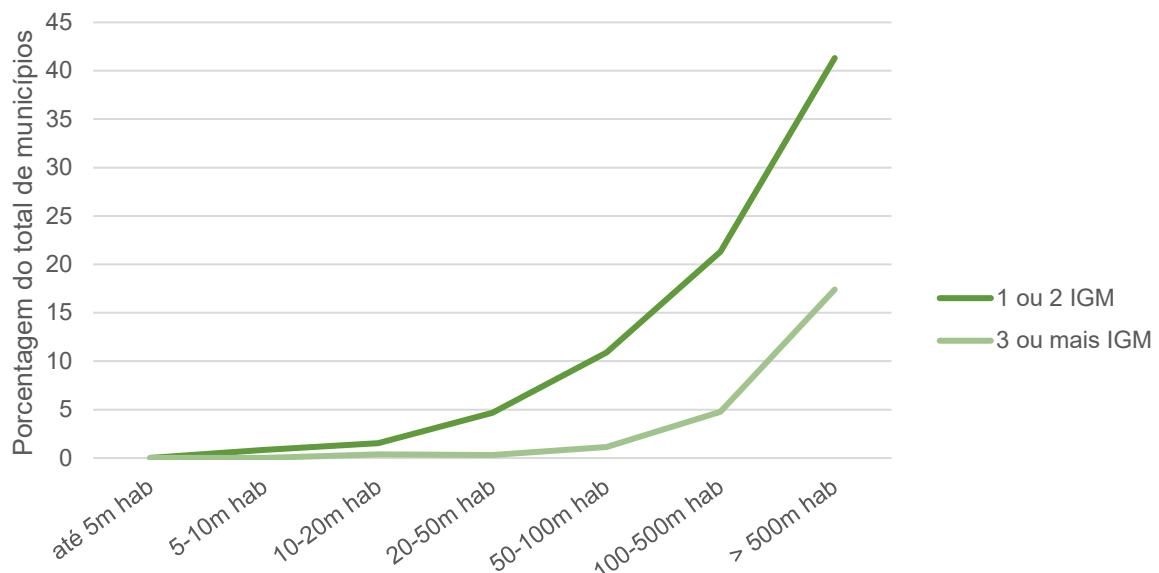
Em relação aos IGMs, a oferta destes no território nacional é extremamente limitada, pois apenas 4,17% dos municípios brasileiros reportaram possuir algum desses instrumentos em 2018. Ainda assim, dos 232 municípios que possuem IGMs, 11 possuem menos de 5 mil habitantes e 44,83% destes possuía até 50 mil habitantes. Por outro lado, existem municípios com instrumentos de atendimento ao migrante em todas as faixas de tamanho populacional, porém municípios com até 10.000 habitantes possuem, no máximo, dois instrumentos. A partir de 10 a 20 mil habitantes existem municípios com até quatro instrumentos, e apenas aqueles com mais de 20 mil habitantes possuem seis ou mais instrumentos.

O gráfico 3 ilustra a relação entre o tamanho populacional do município e a coincidência da exis-

tência de RSMs e de IGMs no mesmo, indicando que realmente, embora não seja determinante, a faixa de tamanho do município condiciona a coincidência entre um número maior de recursos de saúde e de instrumentos de gestão migratória no mesmo município. Foram selecionados nesse gráfico, para cada categoria de tamanho populacional, apenas os municípios com 3 ou mais recursos de saúde (RSM) e calculada a porcentagem de municípios, dentre estes, que possuía também instrumentos de gestão migratória de acordo com o índice agregado IGMa (1 a 2 instrumentos, e mais de 3 instrumentos).

De qualquer modo, além do tamanho, o número de migrantes registrados em uma localidade deveria também ser correlacionado com a concentração de recursos ou equipamentos de saúde no município, bem como deveria ser um determinante importante da concentração de instrumentos de gestão migratória por município. Com o objetivo de visualizar melhor esta relação entre a presença de RSMs, IGMs e a concentração de migrantes no espaço geográfico brasileiro, construímos os Mapas 1, 2 e 3 a partir dos índices RSM e IGM agregados em 3 categorias cada um, e do número de migrantes registrados por município no Brasil em 2018, também agregado em 3 categorias (nenhum migrante, até 100 migrantes e mais de 100 migrantes). Assim, o Mapa 1 destaca a concentração de migrantes no Brasil, destacando aqueles municípios que possuem 100 ou mais migrantes com uma tonalidade mais forte. Nesse mapa se observa que há uma razoável dispersão dos migrantes pelo território brasileiro, com algumas zonas de concentração na região norte, em municípios que fazem fronteira com outros países da América do Sul, com destaque para Roraima, e em municípios maiores das regiões sul e sudeste como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, além do Distrito Federal.

Gráfico 3 - Porcentagem do total de municípios brasileiros com 3 ou mais RSM por faixa de tamanho populacional, segundo presença de IGM.



Fonte: MUNIC, IBGE (2018). Elaboração própria.

Já o Mapa 2 permite a visualização da distribuição espacial dos recursos de saúde selecionados para o índice RSM em três categorias, com a tonalidade mais forte destacando os municípios com 3 ou mais recursos. Esse mapa, especificamente, deixa clara a ampla distribuição dos recursos de saúde pelo território nacional, ressaltando porém que ainda existe grande desigualdade entre municípios nessa distribuição. Finalmente, o Mapa 3 ressalta territorialmente a concentração de IGMs, com algumas poucas zonas em tonalidade mais escura mostrando os municípios com 3 ou mais instrumentos.

Existe certamente uma relação entre municípios que são mais bem estruturados administrativamente e a existência de recursos de saúde e instrumentos de gestão migratória. Os mapas mostram que existe também uma correlação entre os municípios que detêm esses recursos e o número de migrantes permanentes registrados em cada um. Um exemplo dessa relação são as tonalida-

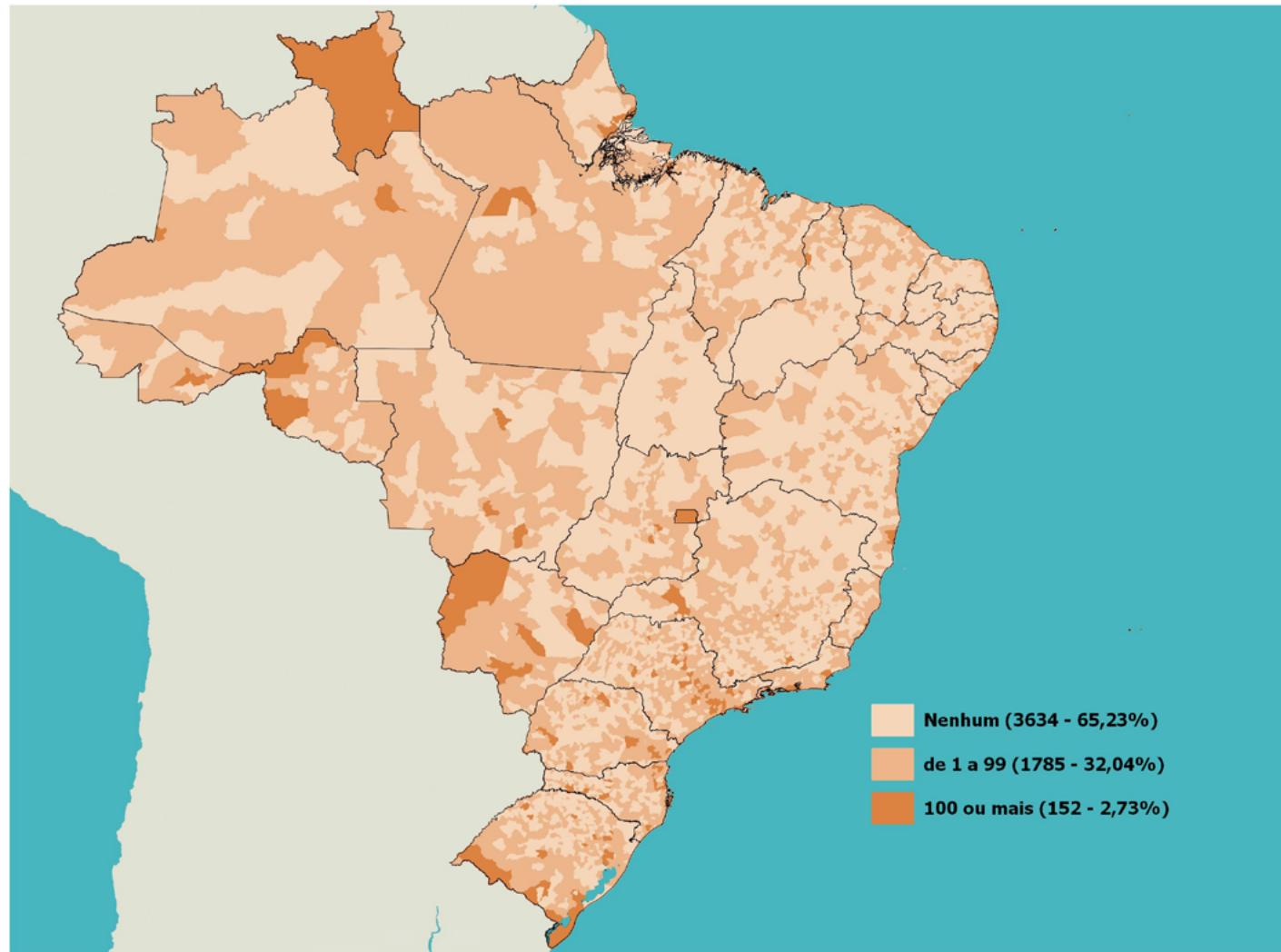
des mostradas nos mapas para os recursos das cidades de fronteira nos estados do Rio Grande do Sul, Rondônia e Mato Grosso do Sul. No Rio Grande do Sul, por exemplo, existem dois municípios que são polos de atração para serviços de saúde de baixa e alta complexidade, Passo Fundo e a capital, Porto Alegre. Nenhum deles é município de fronteira. Mas podemos observar no mapa 2 que há uma faixa escura que faz fronteira com o Uruguai, compreendendo principalmente os municípios de Uruguaiana, Quaraí, Santana do Livramento e Dom Pedrito, que também possuem 3 ou mais recursos de saúde do índice RSM, aparecendo no mapa como uma faixa escura ao longo da fronteira tanto no Mapa 1 (número de migrantes) quanto no Mapa 2. Entretanto, nenhum desses municípios reporta recursos de acolhimento a migrantes, como pode ser visto no Mapa 3. Já no Mato Grosso do Sul, na faixa norte da fronteira, correspondente ao entorno de Corumbá, as tonalidades mais escuras coincidem nos três mapas. Por fim, observamos que

a faixa norte do estado de Rondônia, incluindo o município de Porto Velho, possui faixas escuras ou de média tonalidade (no caso dos recursos de gestão migratória) nos três mapas.

Também no estado de Roraima, todo ele na cor mais escura no Mapa 1 devido sobretudo ao grande fluxo de Venezuelanos que cruzaram a fronteira para o Brasil em anos recentes, a região de Pacaraima, um dos municípios com maior número de migrantes e solicitantes de refúgio registrados no Brasil, coincide com uma zona es-

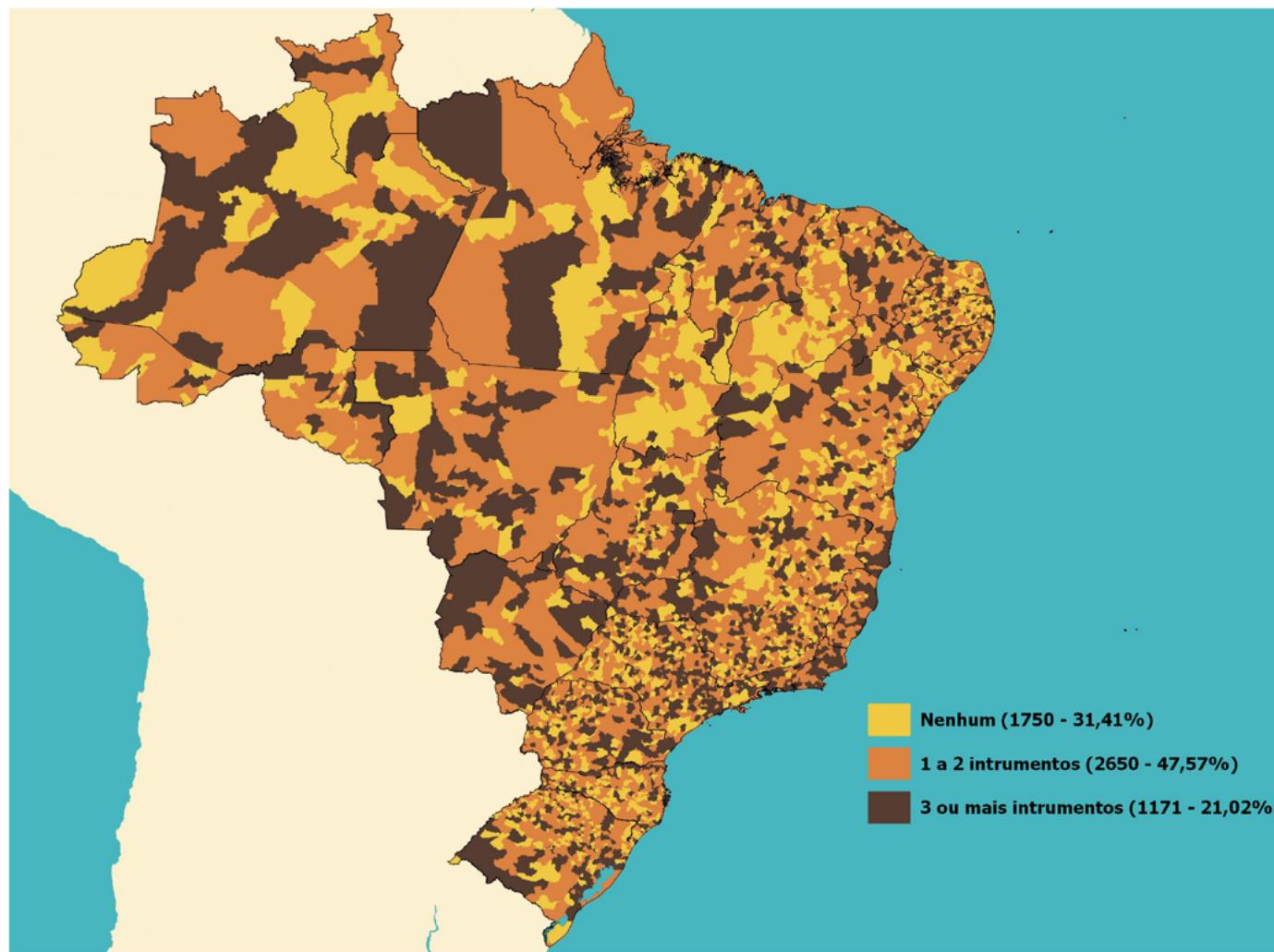
cura no Mapa 2, dos IGMs, e com uma faixa de média tonalidade no mapa 1. Os únicos recursos de saúde reportados por Pacaraima (uma cidade com menos de 20 mil habitantes, porém 4 IGMs) dentre os que compõem o RSM são o programa do agente comunitário de segurança, um dos recursos considerados mais importantes para o acesso dos migrantes ao sistema de saúde, e a existência de instalações de saúde que fazem parto hospitalar, um outro recurso de saúde muito buscado pelos migrantes.

Mapa 1 - Distribuição espacial de migrantes registrados no território Brasileiro em 2018



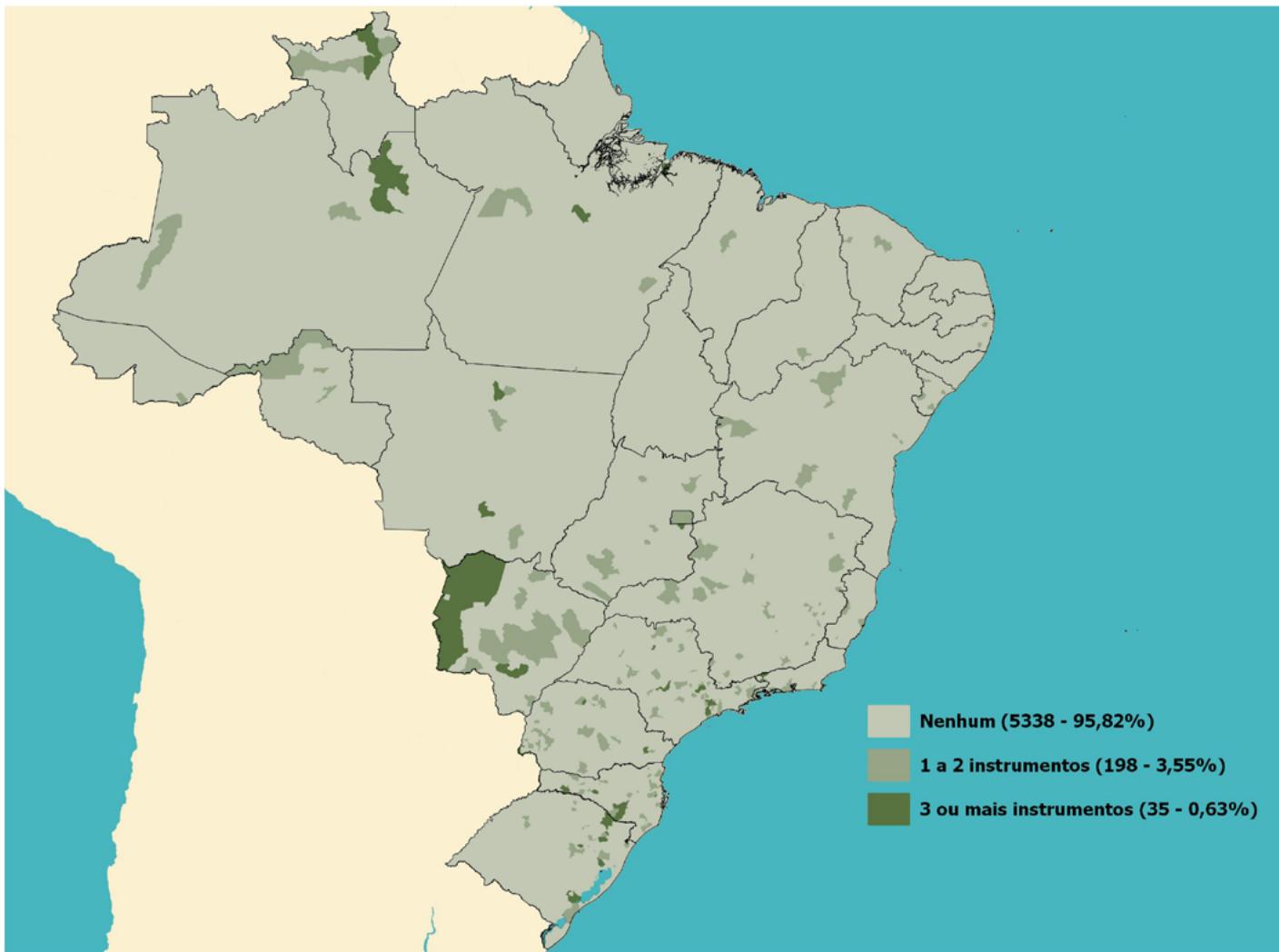
Elaborado pelo OBMigra, dados da DPF Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), 2021.

Mapa 2 - Distribuição espacial dos recursos municipais de saúde (RSMa) no Brasil, 2018



Elaborado pelo OBMigra a partir de dados da MUNIC 2018 (IBGE).

Mapa 3 - Distribuição espacial dos instrumentos de gestão migratória no Brasil por categorias, 2018



Elaborado pelo OBMigra a partir de dados da MUNIC 2018 (IBGE).

Mesmo nas regiões que não fazem fronteira com outros países, a existência de grande número de migrantes muitas vezes coincide nos mapas com a existência de um maior número de instrumentos de gestão migratória e de recursos de saúde, como pode ser visto por exemplo no estado de Mato Grosso. Nesse estado, não apenas Cuiabá possui tonalidade escura nos três mapas, mas também os demais municípios com mais de 100 migrantes, Rondonópolis e Sinop, possuem tonalidade escura (RSM) e média (IGM) nos demais mapas. Além disso, o município de Colider, com apenas 9 indivíduos entre migrantes registrados e solicitantes de refúgio, portanto uma tonalidade média no mapa 1, possui 4 IGMs, e todos os 5 recursos do RSM.

A comparação entre os Mapas de 1 a 3 pode trazer ainda outros elementos para análise, porém a informação que buscamos ressaltar é que, embora o tamanho populacional do município seja um correlato da oferta de recursos de saúde e de instrumentos de gestão migratória, também o número de migrantes registrados, qualquer que seja a faixa populacional em que se encontra o município, parece ter uma relação relevante com os recursos oferecidos pelo mesmo. Para dar mais robustez a essa conjectura, o Quadro 4 a seguir mostra os 30 municípios com mais migrantes registrados no Brasil, indicando também em que faixa de tamanho populacional estes se encontram, qual o seu escore nos índices RSM e IGM e se possuem programa do agente comunitário de segurança.

Quadro 4. Tamanho Populacional, RSM, IGM e Presença do Programa do Agente Comunitário de Saúde (SUS) para os 30 municípios com maior número de migrantes no Brasil

Município	UF	Faixa População	Migrantes	Solicitantes de Refúgio	RSM	IGM	Agente Comunitário
Boa Vista	RR	6	27660	174	5	3	1
São Paulo	SP	7	19577	6489	5	6	1
Manaus	AM	7	8635	5	5	5	1
Pacaraima	RR	3	6439	293	2	4	1
RJ	RJ	7	3989	652	5	2	1
Curitiba	PR	7	2515	110	4	7	1
Brasília	DF	7	2134	94	4	1	0
Florianópolis	SC	6	1819	211	4	0	1
Porto Alegre	RS	7	1471	295	5	3	1
Jaguarão	RS	4	1258	7	3	0	1
Belo Horizonte	MG	7	1088	43	5	1	1
Campinas	SP	7	1027	152	5	6	1
Salvador	BA	7	1023	41	5	0	1
Macaé	RJ	6	1002	8	5	0	1
Joinville	SC	7	980	210	5	0	1
Foz do Iguaçú	PR	6	942	207	5	5	1
Fortaleza	CE	7	905	119	5	0	1
Cuiabá	MT	7	866	303	5	6	1
Guarulhos	SP	7	846	158	5	2	1
Recife	PE	7	841	29	3	0	1
Chuí	RS	2	748	97	0	0	0
Canoas	RS	6	707	93	4	2	0
Cascavel	PR	6	703	139	3	1	1
Sant'Ana do Livramento	RS	5	618	1	3	0	1
Goiânia	GO	7	585	75	5	0	1
Santa Vitória do Palmar	RS	4	562	3	1	0	0
Sorocaba	SP	7	547	85	5	0	1
Armação dos Búzios	RJ	4	545	4	3	1	0
Chapecó	SC	6	484	194	4	3	1
Contagem	MG	7	445	83	4	1	0

Fontes: MUNIC (IBGE), e OBMigra, DPF Polícia Federal, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), 2021.

Em primeiro lugar é importante observar, em relação ao Quadro 4 e também às demais informações apresentadas neste capítulo, que o número de migrantes informado corresponde aos migrantes registrados no município. Estes podem ter perfis completamente diferentes de acordo com a localidade, e os migrantes e refugiados ainda não documentados não estão presentes nessas cifras. Comparam-se, por exemplo, as cidades de Armação dos Búzios (RJ), cidade com forte vocação turística, e Santa Vitória do Palmar (RS), na fronteira com o Uruguai, ambas na mesma faixa de tamanho (50 a 100 mil habitantes) porém com recursos muito diferenciados. Nenhuma das duas possui programa do agente comunitário de saúde, porém Armação dos Búzios possui 3 dos demais RSM enquanto Santa Vitória do Palmar possui apenas 1, e a primeira conta com um IGM (existência de coletivo de migrantes) contra nenhum na segunda cidade. Das demais cidades com menos de 100 mil habitantes e muitos migrantes registrados, Chapecó, Jamarão e Pacaraima possuem programa do agente comunitário de saúde, e Pacaraima e Chapecó reportaram a presença de 3 ou 4 IGMs. Além disso, grande parte dos municípios listados (24 em 30) está nas faixas de tamanho 6 ou 7, ou seja, são maiores do que 100 mil habitantes, e destes, embora a todos possuam 3 ou mais RSM, apenas 16 possuem algum IGM, e apenas 9 possuem 3 ou mais IGMs. Enquanto isso, dos seis municípios com menos de 100 mil habitantes, apenas 2 possuem IGMs, 3 possuem programa do agente comunitário de saúde, e apenas Chuí e Santa Vitória do Palmar, no extremo sul do país, possuem menos de 3 RSM.

Para concluir, assinalamos que a população do município não é o único indicador de desenvolvimento deste, e pode dar-se que, independente do tamanho, os migrantes estejam concentrados em municípios com maior quantidade de recur-

sos humanos e institucionais independente do tamanho ou da população destes. Por exemplo, nos municípios com mais de 100 migrantes registrados, o único que está na faixa de 5 mil habitantes ou menos possui 3 ou mais dos recursos de saúde do índice. Já entre os municípios nas faixas populacionais 6 ou 7, 91,67% daqueles com mais de 100 migrantes possui 3 ou mais RSM, uma concentração maior do que a média geral de 84,87% dos municípios nessa faixa de tamanho. Todos os 46 municípios acima de 500 mil habitantes possuem mais de 3 RSM, e 40 deles possuem mais de 100 migrantes registrados. Já quanto aos IGMs, reportados por menos de 5% dos municípios brasileiros, dentre os municípios que possuem migrantes registrados há os que reportam IGMs em todas as faixas de tamanho populacional. Nos municípios maiores, 27 em 46 (58,7%) na faixa 7 possuem IGMs, e 24,54% daqueles na faixa 6 também possuem IGMs.

Um outro exemplo relevante dessa associação entre recursos humanos e sociais de saúde e a presença de migrantes, e de instrumentos de gestão migratória, é o fato de que, independente de faixa populacional, de acordo com a MUNIC (2018) 33,06% dos municípios brasileiros possuem programas de saúde voltados exclusivamente para minorias (população em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros). Porém, dos 152 municípios que possuem mais de 100 migrantes registrados, 73,03% possuem esses programas, e dentre aqueles que possuem 3 ou mais IGMs, 77,14% possuem também programas de saúde voltados para minorias. E essa relação independe do tamanho do município. Por exemplo, 61,25% dos municípios entre 100 e 500 mil habitantes possuem programas de saúde voltados para minorias, mas dos 13 municípios nessa faixa que possuem 3 ou mais IGMs, 12 também possuem esses programas.

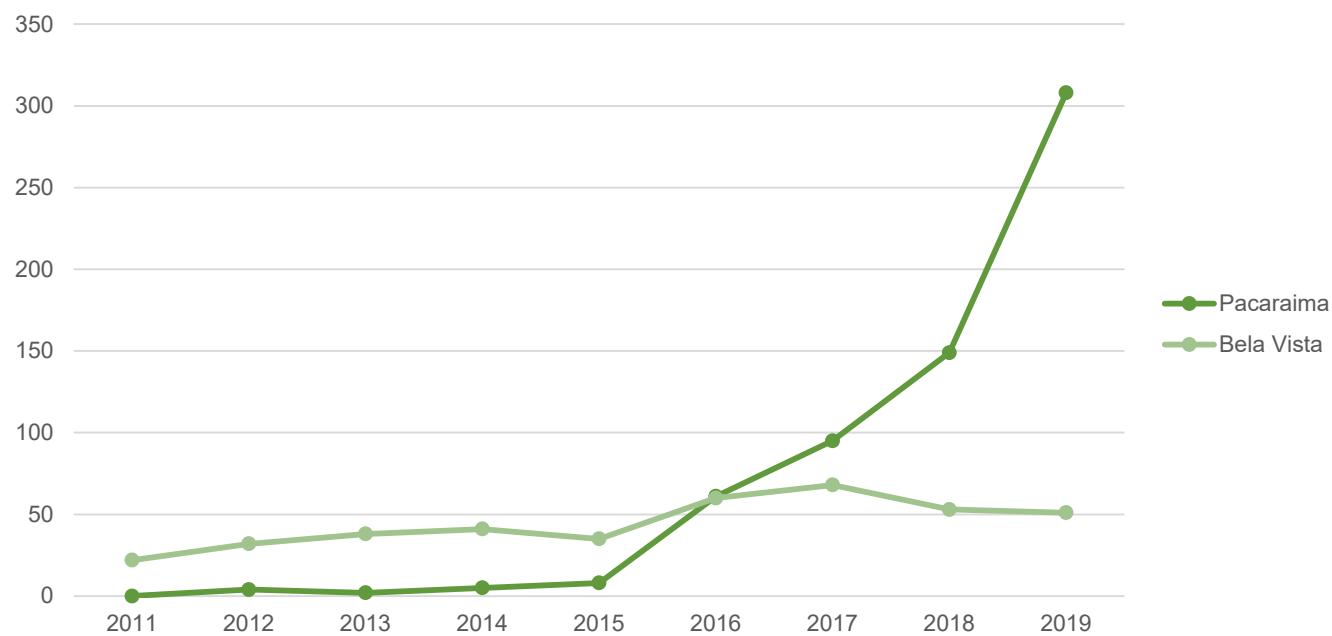
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, analisamos a relação entre migração e saúde no Brasil a partir da capacidade e recursos da administração municipal no atendimento às demandas dos migrantes, tanto do ponto de vista da saúde como dos instrumentos de gestão migratória. Para isso utilizamos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2018, combinados com outras informações e registros administrativos. A natureza agregada dos dados permitiu a investigação de relações entre a distribuição desses recursos e a concentração de contingentes de migrantes registrados no país, tanto do ponto de vista territorial quanto do ponto de vista do tamanho populacional e da presença de outros recursos da administração municipal. Em relação aos objetivos iniciais, pudemos verificar que há sim, um indício de uma associação espacial entre as cidades que mais possuem migrantes no país e os recursos de

saúde e de gestão migratória oferecidos; além disso, o tamanho populacional importa, mas não é determinante para a existência desses recursos, porém um maior percentual de migrantes está concentrado em municípios que oferecem mais recursos. Finalmente, diversas cidades na fronteira brasileira concentram mais recursos de saúde do que outros municípios próximos, independentemente do tamanho da população, porém poucas são polos de atração para serviços de saúde segundo a medida da REGIC.

É inegável que houve um grande crescimento da demanda por serviços de saúde por parte das populações migrantes, à qual o sistema tem procurado se adaptar. O Gráfico 4, mostrando os nascimentos de mães que são migrantes registradas tanto em Pacaraima (RR), quanto em Bela Vista (MS), são alguns indicadores desse fenômeno. Dados dos registros administrativos da saúde, fornecendo informações individualizadas

Gráfico 4 - Número de nascidos vivos de mães migrantes estrangeiras, por ano, em cidades gêmeas brasileiras



Fonte (IBGE, Registro Civil). Elaboração própria.

de acesso, tais como as bases do Cartão Nacional de Saúde (CNS) e as do Sistema de Vigilância Epidemiológica (SINAN) permitiriam construir o perfil epidemiológico da população migrante e mapear de forma mais precisa as solicitações mais frequentes desses indivíduos aos serviços de saúde. Auxiliariam também a compreender as necessidades de saúde dos migrantes diferenciados por grupo, nacionalidade e distribuição no território nacional. E, principalmente, contribuiriam para elaborar ações e políticas direcionadas tanto ao aparelhamento do sistema de saúde, de acordo com as demandas localizadas, como para a capacitação e distribuição dos agentes de saúde.

O Ministério da Saúde vem trabalhando para unificar as bases de dados dos registros admi-

nistrativos de saúde e fornecer dados de todos esses sistemas de forma completa e desidentificada. Com a disponibilidade dessas bases, será possível, por exemplo, estratificar as tendências de acesso ao sistema de saúde ambulatorial e hospitalar, os dados de estado nutricional, os dados de agravos de notificação obrigatória e de mortalidade por gênero, idade, região e, em alguns casos, distinguir as motivações para buscar o sistema de saúde e as diferenças no acesso por etnia/raça/cor para brasileiros e estrangeiros. A análise dessas relações poderá proporcionar um diálogo mais fluido entre os gestores da saúde e os órgãos de acolhida e atendimento aos migrantes no Brasil, possibilitando intervenções mais efetivas e/ou mais direcionadas que podem reduzir as desigualdades do acesso à saúde no país.

REFRÊNCIAS

Alves, Jenniffer Francielli de Sousa et al. (2019) Utilização de serviços de saúde por imigrantes haitianos na grande Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2019, v. 24, n. 12 [Acessado 13 Outubro 2021] , pp. 4677-4686. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.32242017>.

Arruda-Barbosa, L. de, Sales, A. F. Gondim e Torres, M. E. Mineiro (2020) Impacto da migração venezuelana na rotina de um hospital de referência em Roraima, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. v., e190807. <https://doi.org/10.1590/Interface.190807>

BELLE, Nayara; MATOS, Karina; GURGEL, Helen da Costa (2019). Migração e saúde: um estudo exploratório a partir dos registros administrativos no Brasil. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA DA SAÚDE**, 9., Blumenau – SC.

Castro, M. e Singer, B. Paper preparado para a **Conference on African Migration in Comparative Perspective**, Johannesburg, África do Sul, 4-7 junho, 2003.

Caívalcanti, L. e Oliveira, T. (2020) Capítulo 2_ Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. Em Caívalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020

Caívalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020

Costa, Nayara B. N; Gurgel, Helen e Matos, Karina F. R. (2020) _ Migração e saúde: inter-relações, legislação e acesso. **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, 14(3), 99-114, set.

Cox, C. e Marland, H. (2013) **Migration, Health and Ethnicity in the Modern World**. New York, NY: Palgrave McMillan.

Franco, T.B; Hubner, L.C. A Atenção básicas e os cuidados intermediários: um debate necessário. **Saúde em Debate**, 2020.

Gomes, M. do S. M. et al. (2020) Malária na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa: a influência dos determinantes sociais e ambientais da saúde na permanência da doença. **Saúde e Sociedade [online]**. v. 29, n. 2, e181046. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020181046>

Granada D, Carreno I, Ramos N, Ramos MCP. (2017) Debating health and migrations in a context of intense human mobility. **Interface** (Botucatu); 21(61):285-96

Guerra, Katia e Ventura, Miriam (2017) Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países. **Cadernos Saúde Co-**

letiva [online]. v. 25, n. 1. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201700010185>.

Gushulak, B. D.; and MacPherson, D. W. (2006) The basic principles of migration health: Population mobility and gaps in disease prevalence. **Emerging Themes in Epidemiology**, 3:3 doi:10.1186/1742-7622-3-3

Kickbusch, I. (2019) Foreword. Em Kohen, P. **Transnational Mobility and Global Health. Traversing borders and boundaries**. New York, NY: Routledge, 2019.

Losco, Luiza Nogueira e Gemma, Sandra Francisca Bezerra (2021) Sujeitos da saúde, agentes do território: o agente comunitário de saúde na Atenção Básica ao imigrante. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2019, v. 23, e180589. <https://doi.org/10.1590/Interface.180589>

Macintyre, Sally; Ellaway, Anne e Cummins, Steven (2002) Place effects on health: how can we conceptualise, operationalise and measure them? **Social Science & Medicine**, Volume 55, Issue 1, 2002, Pages 125-139, ISSN 0277-9536, [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(01\)00214-3](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(01)00214-3).

Maia, Ana Carolina e Azize, Rogerio Lopes (2021) Saúde nas margens: dilemas da territorialidade da Atenção Primária em Saúde no cuidado aos refugiados no município do Rio de Janeiro, **Brasil. Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 25, n. 5, pp. 1789-1798. <https://doi.org/10.1590/141381232020255.34972019>

Markkula, Niina; Cabieses, Baltica; Lehti, Venla; Uphoff, Eleonora; Astorga, Sofia e Stutzin, Francisca. (2018). Use of health services among international migrant children – a systematic review. **Globalization and Health**. 14. <https://doi.org/10.1186/s12992-018-0370-9>

Martes, Ana Cristina Braga e Faleiros, Sarah Martins (2013) Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade [online]**. v. 22, n., pp. 351-364. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200008>

Rocha, Anna Silvia Penteado Setti da; Cunha, Thiago Rocha da; Guiotoku, Sandra; Moysés, Simone Tetu (2020) Acesso de migrantes haitianos à saúde pública: uma questão bioética. **Revista Bioética**; 28(2); 384-389

Rosa, I. C.; Mejía, M. R. G.; Périco, E. (2021) Políticas públicas e redes de apoio aos migrantes haitianos, em pequeno município do Rio Grande do Sul, Brasil. **Serv. Soc. Soc.** (141) May-Aug. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.250>

Schenker, M. B; Castañeda, X. e Rodriguez-Lainz, A. (2014) Migration and Health: a research methods handbook. Oakland, CA: University of California Press.

Silva, G. J; Cavalcanti, L; Oliveira, T; Costa, L. F. L; Macedo, M. (2021) **Refúgio em Números, 6ª Edição**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra. 3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO LOCAL DO REFÚGIO NO BRASIL

Thomas, Felicity. Introduction. Em Thomas, F. (Eds.). (2016). **Handbook of Migration and Health**. Chel-

tenham, UK: Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781784714789>

World Migration Report (WMR 2020), **International Organization for Migration (IOM)**, Geneva, Switzerland.

World Tourism Organization and European Travel Commission. **Exploring Health Tourism. Executive Summary**, UNWTO, Madrid, 2018.

Zaslavsky, Ricardo e Goulart, Bárbara N. G. de (2017) Migração pendular e atenção à saúde na região de fronteira. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 22, n. 12, pp. 3981-3986. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.03522016>

Zoua M. Vang, Jennifer Sigouin, Astrid Flenon & Alain Gagnon (2017) Are immigrants healthier than native-born Canadians? A systematic review of the healthy immigrant effect in Canada, *Ethnicity & Health*, 22:3, 209-241, <https://doi.org/10.1080/13557858.2016.1246518>

10. MIGRAÇÕES E EDUCAÇÃO: A INSERÇÃO EDUCACIONAL DOS MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

Luís Gustavo do Amaral Vinha¹

Isabela Harumi Oshiro Yamaguchi²

INTRODUÇÃO

Os grandes movimentos migratórios observados nas últimas décadas no Brasil são caracterizados pelo fluxo de indivíduos do hemisfério sul, principalmente oriundos dos países vizinhos. Esses movimentos são resultantes de transformações no acesso e nas garantias de direitos de imigrantes, por exemplo, por meio do Acordo sobre Residência para Nacionais dos países que integram o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da promulgação da Lei 13.445 de 2017, além de aspectos econômicos e as crises vividas no Haiti e Venezuela.

Oliveira, Cavalcanti e Costa (2020), no capítulo voltado para a Educação do Relatório Anual do Observatório das Migrações de 2020, apresentam um estudo do acesso de estudantes imigrantes nas escolas brasileiras, para as diferentes etapas de ensino. Dando continuidade a essa linha de investigação, no presente capítulo serão apresentados os principais movimentos migratórios no país no período de 2010 a 2020, tendo como base as matrículas dos estudantes imigrantes no sistema de ensino básico do Brasil. Além da evolução no número de matrículas nas macrorregiões e em algumas cidades brasileiras, são apresentadas informações sobre as escolas que concentram parte desses jovens imigrantes.

A principal fonte de dados utilizada no presente estudo é o Censo Escolar realizado pelo Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Uma investigação mais abrangente teria como população de interesse todos os jovens imigrantes em idade escolar, porém o Censo Escolar contém apenas informações sobre os jovens que estão matriculados nas escolas brasileiras, e não sobre aqueles jovens que são imigrantes, residem no país e não estão matriculados nas instituições de ensino.

Sabe-se que, apesar da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) defender que a educação escolar pública deve ser um direito garantido a todos (Brasil, 1996), vários são os desafios que os imigrantes em idade escolar enfrentam tanto no acesso quanto na permanência nas escolas. Falta de documentação, domínio do idioma, xenofobia e ausência de suporte por parte do Estado são algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias de imigrantes. Em contrapartida, existem iniciativas por parte de organizações não governamentais (ONGs) e de governos locais que auxiliam no acolhimento desses jovens estudantes (GIROTO, 2020).

Como mencionando anteriormente, o Censo Escolar³ é a principal fonte de informação no presente estudo, uma vez que contém, entre outros

1 Graduação e mestrado em Estatística pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador OBMigra.

2 Graduação em Estatística pela Universidade de Brasília (UnB).

3 “O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.”

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>

dados, a nacionalidade dos estudantes. Foram utilizados no estudo os dados do Censo Escolar de 10 anos consecutivos, de 2011 a 2020, desagregados por macrorregiões, cidades e escolas. Os dados da edição de 2010 do Censo Escolar foram utilizados como ponto de partida, para o cálculo da variação dos números de matrículas no início do período. Além do Censo Escolar, foram utilizados os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁴, também disponibilizados pelo Inep. Do SAEB, foram extraídos os resultados dos testes de Língua Portuguesa e Matemática aplicados aos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, agregados por escola. Dados do Censo Demográfico⁵ de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram utilizados na construção dos mapas de algumas cidades selecionadas.

Além dessa introdução, o presente capítulo apresenta um panorama geral da distribuição dos estudantes imigrantes no Brasil, os resultados obtidos para as cinco macrorregiões do país e as considerações finais. O capítulo também conta com um apêndice onde são apresentados os valores utilizados para a construção dos gráficos das sessões a seguir.

1. BRASIL

A partir dos dados do Censo Escolar, consolidados para o Brasil, verifica-se um aumento expressivo no número de imigrantes matriculados na rede básica de ensino, passando de 41.916 em 2010 para 122.900 em 2020 (Tabela 1). Nota-se maior número de estudantes do sexo masculino, principalmente no ano de 2020, e crescimento considerável do número de matrículas para todas as etapas da educação básica.

A Tabela 2 apresenta a distribuição de estudantes das principais nacionalidades de acordo com a etapa da educação em que se encontravam em 2020. São apresentados os resultados dos países com mais estudantes matriculados, tanto do Norte Global quanto da América Latina e África. Pela Tabela 2, pode-se observar a presença marcante de estudantes venezuelanos, haitianos e bolivianos nas escolas do país, além de estudantes de outros países vizinhos como Paraguai e Argentina. Entre os estudantes oriundos do Norte Global, norte-americanos e portugueses são os grupos mais numerosos.

Tabela 1. Número de imigrantes por sexo e etapa da educação em 2010 e 2020

Etapa da educação	2010		2020	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Educação Infantil	3.772	3.539	9.223	8.784
Ensino fundamental	13.435	12.887	39.759	37.434
Ensino Médio	2.710	2.826	8.055	8.001
Curso Técnico Integrado	171	65	532	408
Ensino Médio - Magistério	9	43	18	65
Curso Técnico / EJA	1.201	1.258	6.239	4.382
Total	21.298	20.618	63.826	59.074
	41.916		122.900	

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 e 2020).

4 “O SAEB é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.”

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>

5 <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

Tabela 2. Número de imigrantes por nacionalidade e etapa da educação em 2020

País	Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Curso técnico integrado	Ensino médio magistério	Curso técnico EJA	Total
Venezuela	7.056	26.351	4.261	58	12	1.148	38.886
Haiti	1.243	8.349	1.665	33	11	4.914	16.215
Bolívia	2.959	7.489	1.765	51	3	550	12.817
Estados Unidos	843	4.604	1.341	114	2	84	6.988
Portugal	193	4.332	871	78	4	163	5.641
Paraguai	653	3.085	718	74	13	737	5.280
Argentina	701	2.472	545	29	12	288	4.047
Japão	250	2.410	925	123	3	137	3.848
Colômbia	601	2.079	401	14	0	243	3.338
Espanha	154	2.075	273	20	0	48	2.570
Peru	264	1.085	318	20	2	218	1.907
Uruguai	240	854	206	103	9	483	1.895
Itália	143	1.243	262	37	0	53	1.738
Angola	145	744	201	9	1	158	1.258
China	95	706	200	8	0	44	1.053
França	153	681	152	8	1	25	1.020

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar 2020.

A evolução e a distribuição do número de imigrantes no período de 2010 a 2020 nas cinco macrorregiões brasileiras são detalhadas nas próximas sessões.

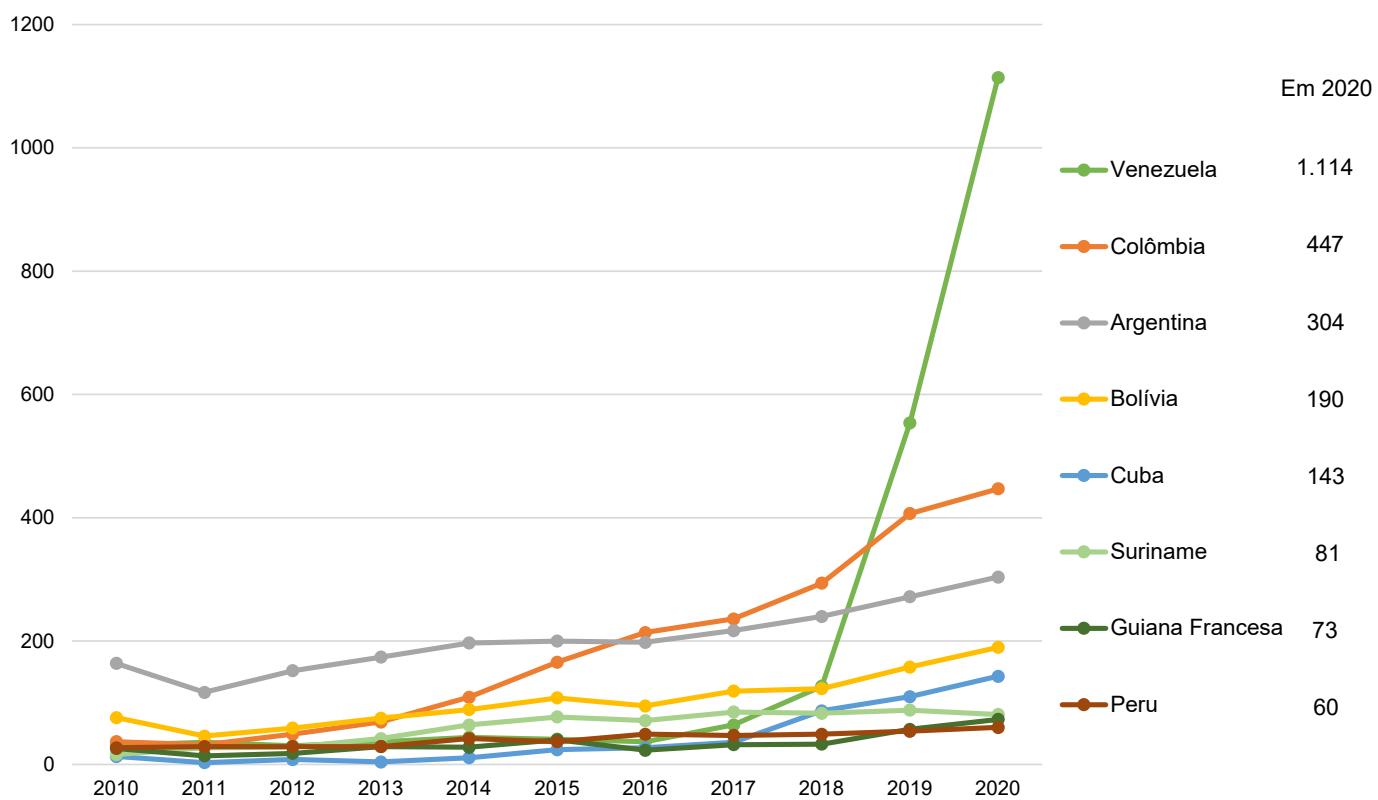
1.1. REGIÃO NORDESTE

A região Nordeste abriga o menor número de estudantes imigrantes no país, principalmente os nascidos na América Latina. Essa região não possui fronteiras terrestres com os países vizinhos, o que, em parte, explica essa menor concentração. Por outro lado, o nordeste do Brasil apresenta um número expressivo de imigrantes do Norte Global, com destaque para portugueses e americanos.

A Gráfico 1 apresenta a evolução do número de matrículas nas escolas da educação básica dos estudantes nascidos nos países latino-americanos. De forma geral, observa-se o crescimento

das matrículas, principalmente na segunda metade do período e com destaque para os estudantes venezuelanos, passando de 217 em 2018 a 1.114 em 2020.

Gráfico 1. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Nordeste

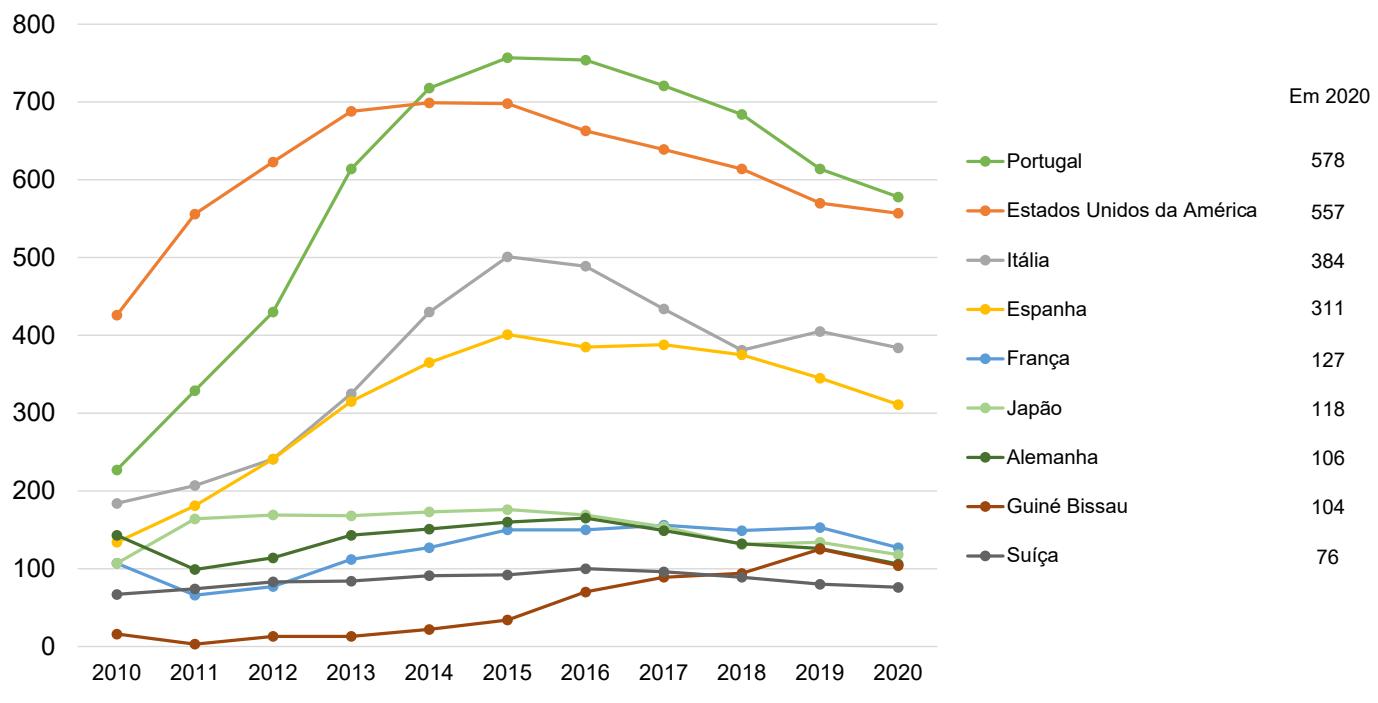


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Entre os estudantes nascidos no Norte Global, observa-se, pelo Gráfico 2, maior número de portugueses, americanos, italianos e espanhóis. Verifica-se, ainda, o aumento desses grupos de estudantes nos quatro primeiros anos do período analisado, seguido de queda nos anos finais. Vale destacar, também, a presença de estudantes nascidos na Guiné-Bissau, país africano e antiga colônia portuguesa.

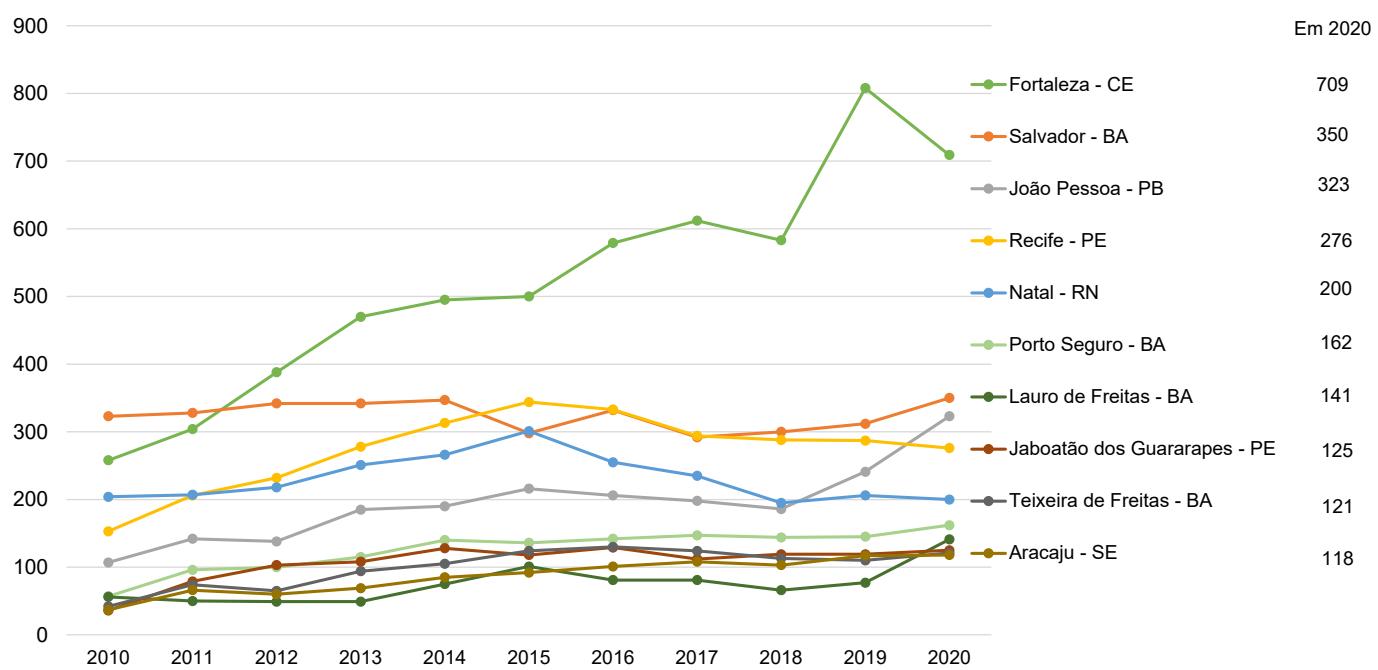
Pelo Gráfico 3, pode-se destacar que o número de estudantes imigrantes é maior nas capitais dos estados nordestinos, com destaque para a cidade de Fortaleza. Além do maior número, é possível observar que a capital do Ceará apresenta crescimento contínuo nesse período, diferentemente das outras cidades destacadas.

Gráfico 2. Número de estudantes do Norte Global e Guiné Bissau na educação básica no Nordeste



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Gráfico 3. Número de estudantes imigrantes por município na educação básica no Nordeste

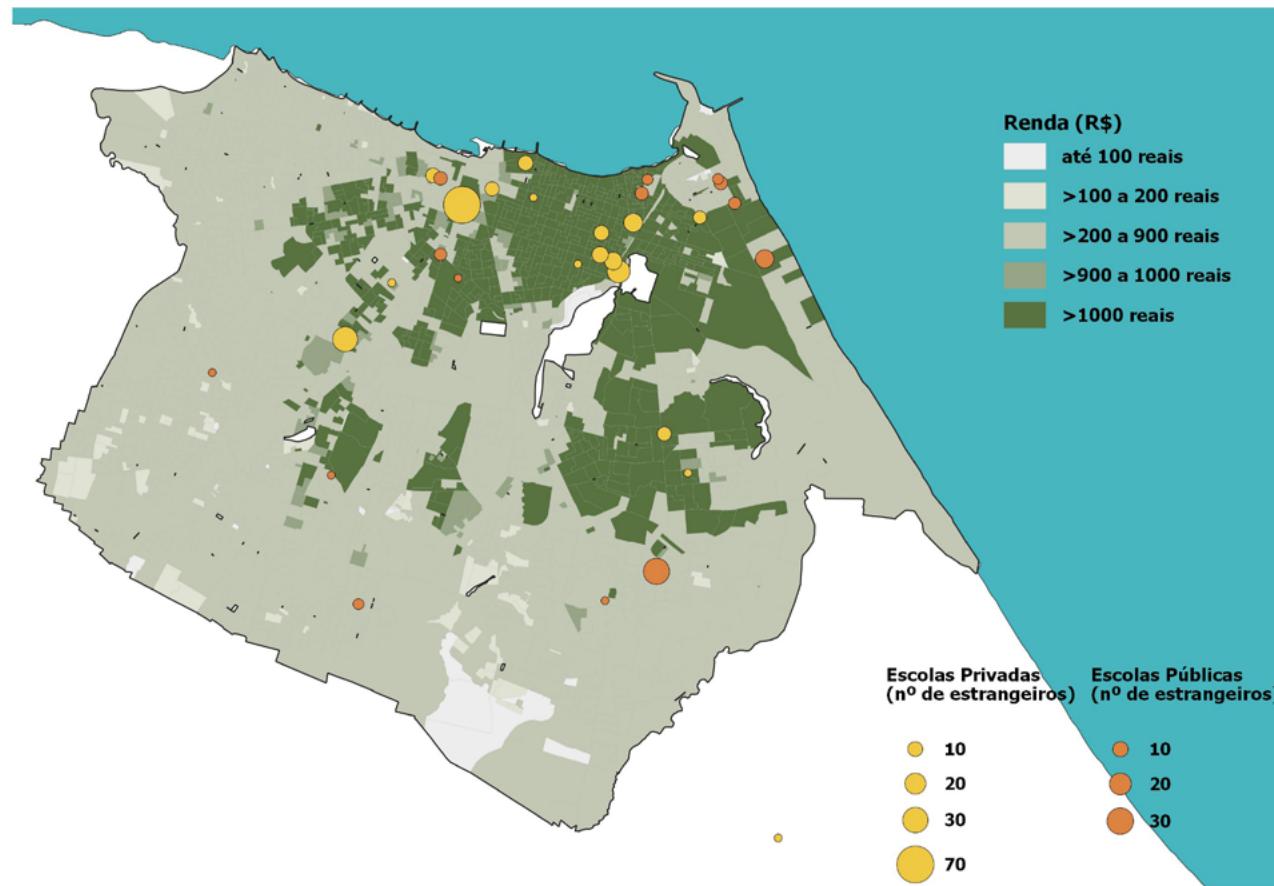


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

A distribuição dos estudantes imigrantes na cidade de Fortaleza é apresentada em maiores detalhes a seguir. Na Figura 1, é apresentado o mapa

dessa cidade dividido pelos setores censitários, destacando a renda média por pessoa e as escolas com maior número de imigrantes.

Figura 1. Mapa da cidade de Fortaleza com renda média por pessoa, por setor censitário e escolas com maior número de imigrantes



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 e Censo Escolar de 2020

As escolas com maior número de imigrantes em Fortaleza são da rede privada e encontram-se, majoritariamente, em regiões com renda média por pessoa acima de R\$ 1.000,00 (Figura 1). Entre as escolas públicas, verifica-se que estão localizadas em áreas com renda inferior ou entre setores censitários que têm rendas elevadas e baixas. A escola com maior número de imigrantes na educação básica (64 estudantes), segundo o Censo Escolar de 2020, é uma instituição privada localizada no centro da cidade.

Apenas três escolas públicas municipais de Fortaleza têm matrícula de mais de 10 imigrantes no ensino básico e foram avaliados na edição de 2019 do SAEB (denominadas Escolas 1, 2 e 3 nesse texto). A partir dos dados do SAEB, foram calculadas as proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental para essas escolas e identificada a posição relativa, considerando todas as escolas públicas da cidade⁶. A Escola 1 apresentou o pior resultado em Língua Portuguesa com média de 215,01 pontos, ocupando a 4ª faixa na posição relativa, a Escola 2 obteve média de 221,22, ocupando a 6ª faixa, e a Escola 3 apresentou bom rendimento entre as escolas da cidade com média de 243,23 pontos e está na 9ª faixa das proficiências. Em Matemática, a Escola 3 novamente apresentou o melhor resultado, ocupando a 9ª faixa relativa, com média de 243,23 pontos, e as duas outras ocupam a 7ª faixa, com médias próximas a 230 pontos.

Com isso, destaca-se para a região Nordeste, o

crescimento expressivo da quantidade de estudantes venezuelanos nos últimos anos do estudo. Nas capitais dos estados estão concentrados a maioria dos imigrantes e, ainda, verifica-se que as escolas com mais imigrantes são da rede privada de ensino.

1.2. REGIÃO SUL

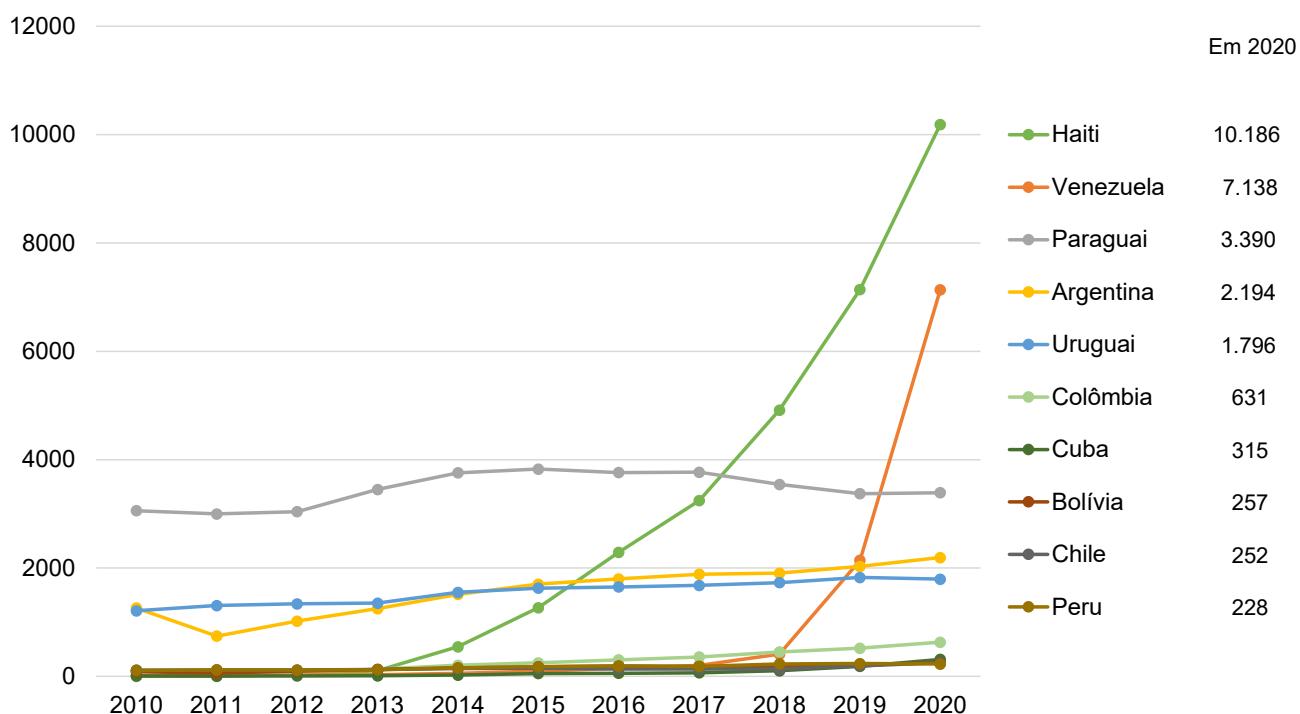
A região Sul é conhecida pela colonização por imigrantes europeus e pelas fronteiras com Argentina, Uruguai e Paraguai. A história e a posição geográfica da região explicam, em parte, a composição e a evolução do número de matrículas de estudantes imigrantes apresentadas a seguir.

Assim como em outras regiões, no período analisado, o fluxo de haitianos e venezuelanos foi intenso (Gráfico 4). O número de estudantes haitianos aumentou substancialmente a partir de 2014, atingindo 10.186 em 2020. Para os venezuelanos, observa-se aumento expressivo entre 2018 e 2020, passando de 410 para 7.138 estudantes nas escolas da educação básica. Em seguida, verifica-se a presença de estudantes nascidos nos países vizinhos à região, mas, nesse caso, a evolução do número de matrículas apresenta variações menores.

Na região, pode-se observar, também o aumento do número de estudantes oriundos do Norte Global até a metade do período e queda nos anos seguintes (Gráfico 5).

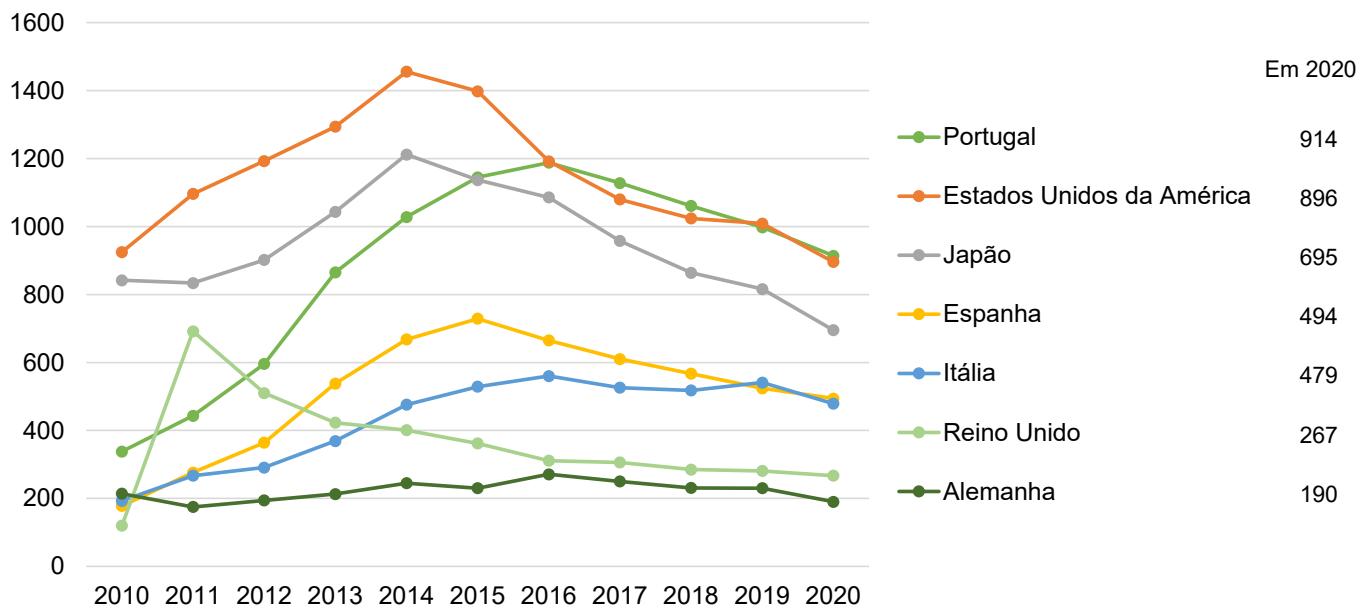
6 As faixas propostas neste estudo foram obtidas com base nos deciles da distribuição das proficiências médias das escolas. As escolas com notas até o primeiro decil ocupam a primeira faixa; as que têm proficiência entre o primeiro e o segundo decil, ocupam a segunda faixa; e assim por diante. Vale ressaltar que essa classificação depende apenas das notas e não considera outros fatores.

Gráfico 4. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Sul



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Gráfico 5. Número de estudantes do Norte Global na educação básica do Sul

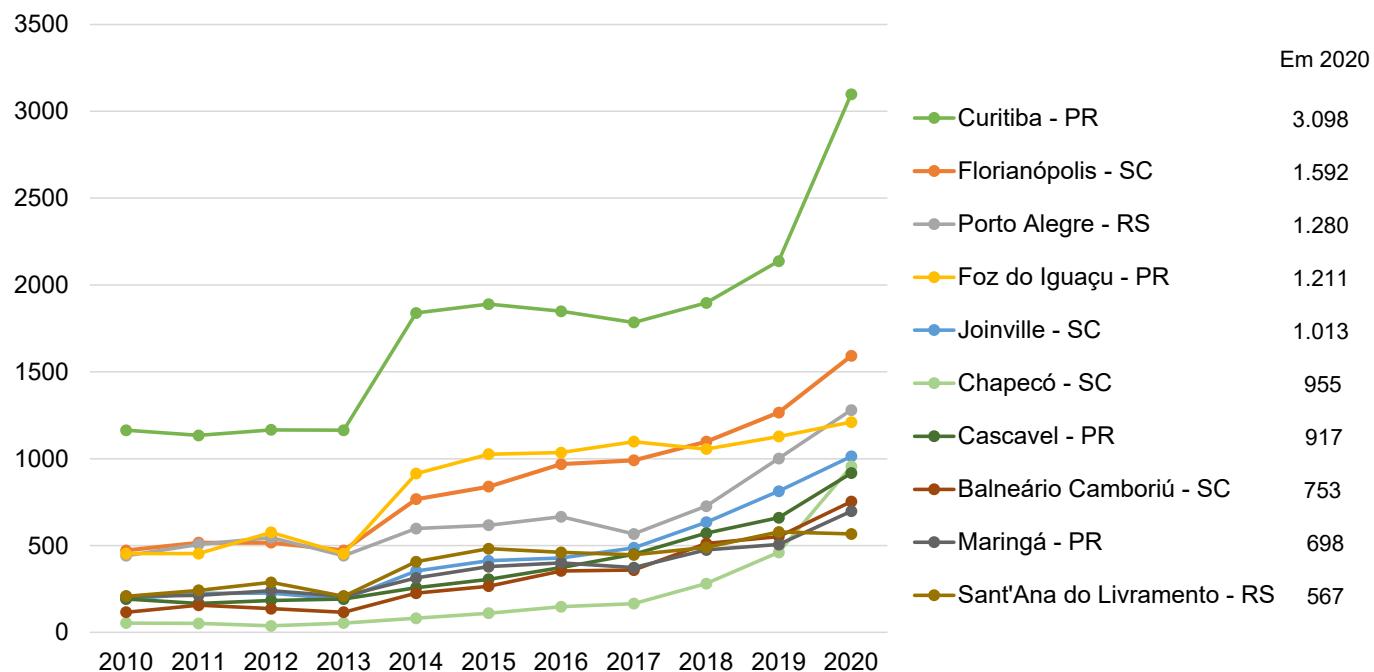


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

As capitais dos três estados da região Sul concentram os maiores contingentes de estudantes imigrantes (Gráfico 6). Vale destacar também o número expressivo na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, que faz divisa com Paraguai e Argentina, além das cidades de Joinville e Chapecó em Santa Catarina que receberam nos últimos anos muitos imigrantes haitianos. O aumento do

número de estudantes haitianos no sul do país pode ser explicado pelo fato de que trabalhadores desse país são recrutados em outros estados para trabalharem em empresas da região (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016) e, ainda, além dos homens, pela contratação de um número crescente de mulheres haitianas (CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2017).

Gráfico 6. Número de estudantes imigrantes por município na educação básica no Sul

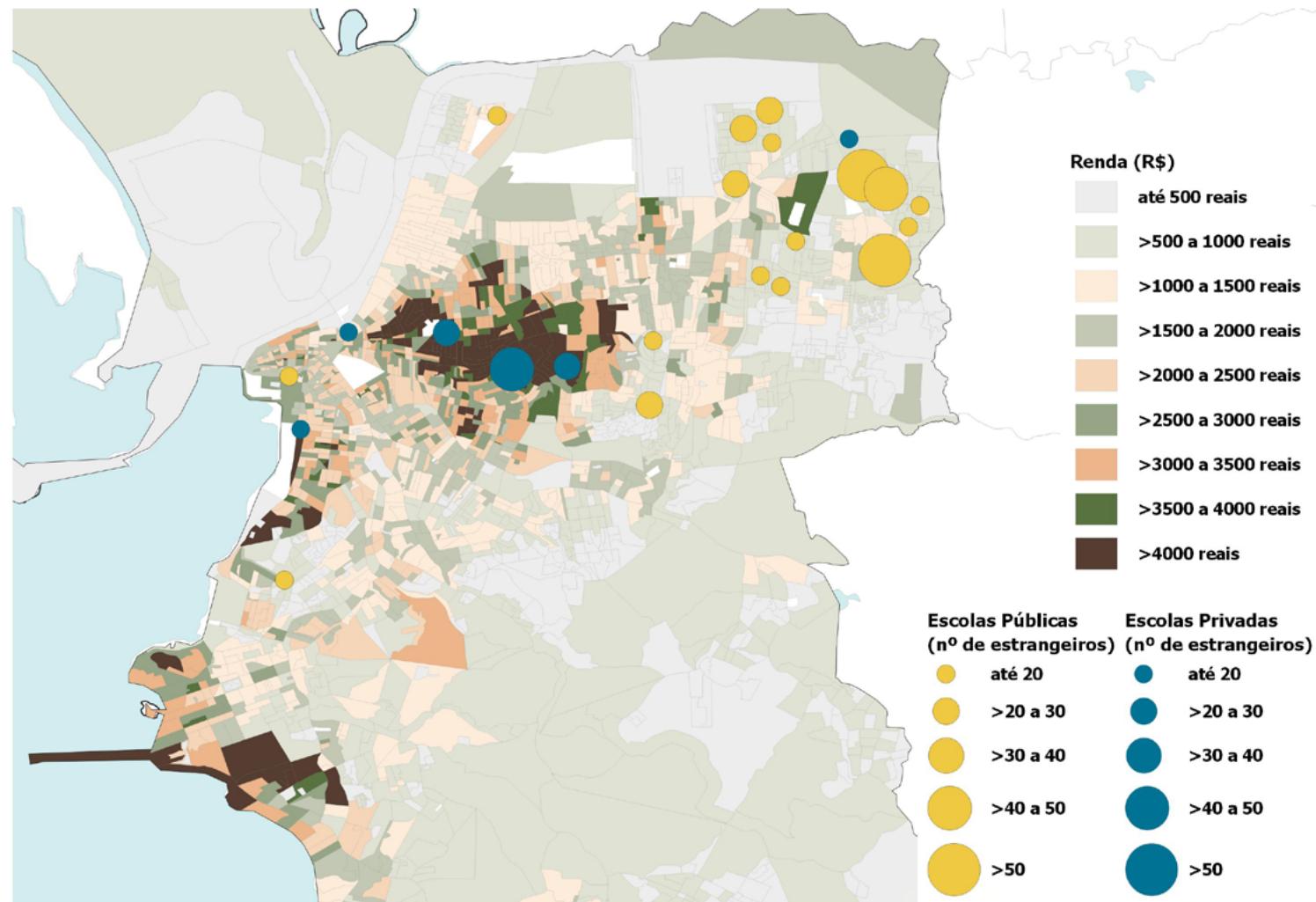


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Para essa região, a cidade escolhida para apresentação mais detalhada foi a capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Essa cidade foi escolhida uma vez que os estudantes imigrantes aí estão mais concentrados em poucas esco-

las, diferente de outras cidades. Pela Figura 2, assim como observado para a cidade de Fortaleza, as escolas públicas estão situadas nas regiões com menor renda na cidade, e as escolas privadas nas áreas de maior poder aquisitivo.

Figura 2. Mapa da cidade de Porto Alegre com renda média por pessoa, por setor censitário e escolas com maior número de imigrantes



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 e Censo Escolar de 2020.

A Tabela 3 apresenta algumas escolas da capital do Rio Grande do Sul que têm mais de 10 estudantes imigrantes e que foram avaliadas no SAEB 2019. Essas escolas estão situadas, principalmente, nos bairros Rubem Berta e Sarandi que, segundo Dagnino, Guadagnin e Snel (2006), apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano -IDH. A escola com maior número de imigrantes tem 133 estudantes imigrantes matriculados na educação básica em 2020, o que corresponde a 10% do total e apresenta desempenho médio em Língua Portuguesa e Matemática na quarta faixa. As demais escolas têm baixos percentuais de imigrantes, não ultrapassando os 4%.

Na região Sul, é possível observar um aumento expressivo de haitianos a partir de 2014 e venezuelanos a partir de 2018 e a concentração da maioria dos estudantes imigrantes nas capitais dos estados. Em relação aos estudantes oriundos do Norte Global, como nas demais regiões do Brasil, verifica-se um aumento seguido da queda do número de matrículas na educação básica.

Tabela 3. Escolas públicas da cidade de Porto Alegre com 10 ou mais estudantes imigrantes e avaliadas no SAEB 2019

Escola	Bairro – Região	Estrangeiros	Venezuelanos	Proficiência média em LP (5º ano)	Proficiência média em MAT (5º ano)	Posição em LP	Posição em MAT
EMEF Gov. Ido Meneghetti	Rubem Berta	133(10%)	29	203,39	213,33	4 ^a	4 ^a
EMEF Pres. Joao Belchior Marques Goulart	Sarandi	29(4%)	22	212,75	216,64	6 ^a	5 ^a
EE Cristóvão Colombo	Sarandi	22(3%)	11	213,51	234,17	6 ^a	9 ^a
EMEF Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha	Sarandi	21(1%)	2	201,54	217,34	3 ^a	5 ^a
EMEF Jean Piaget	Rubem Berta	17(2%)	7	213,49	224,02	6 ^a	7 ^a
EMEF João Antônio Satte	Rubem Berta	16(2%)	1	214,96	224,13	7 ^a	7 ^a
EMEF Ver. Antônio Giudice	Humaitá	15(1%)	4	201,91	212,59	3 ^a	4 ^a
EMEF Lauro Rodrigues	Passo das Pedras	11(1%)	2	215,38	212,13	7 ^a	4 ^a

EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental; EE: Escola Estadual; NSE: Nível socioeconômico; LP: Língua Portuguesa; MAT: Matemática

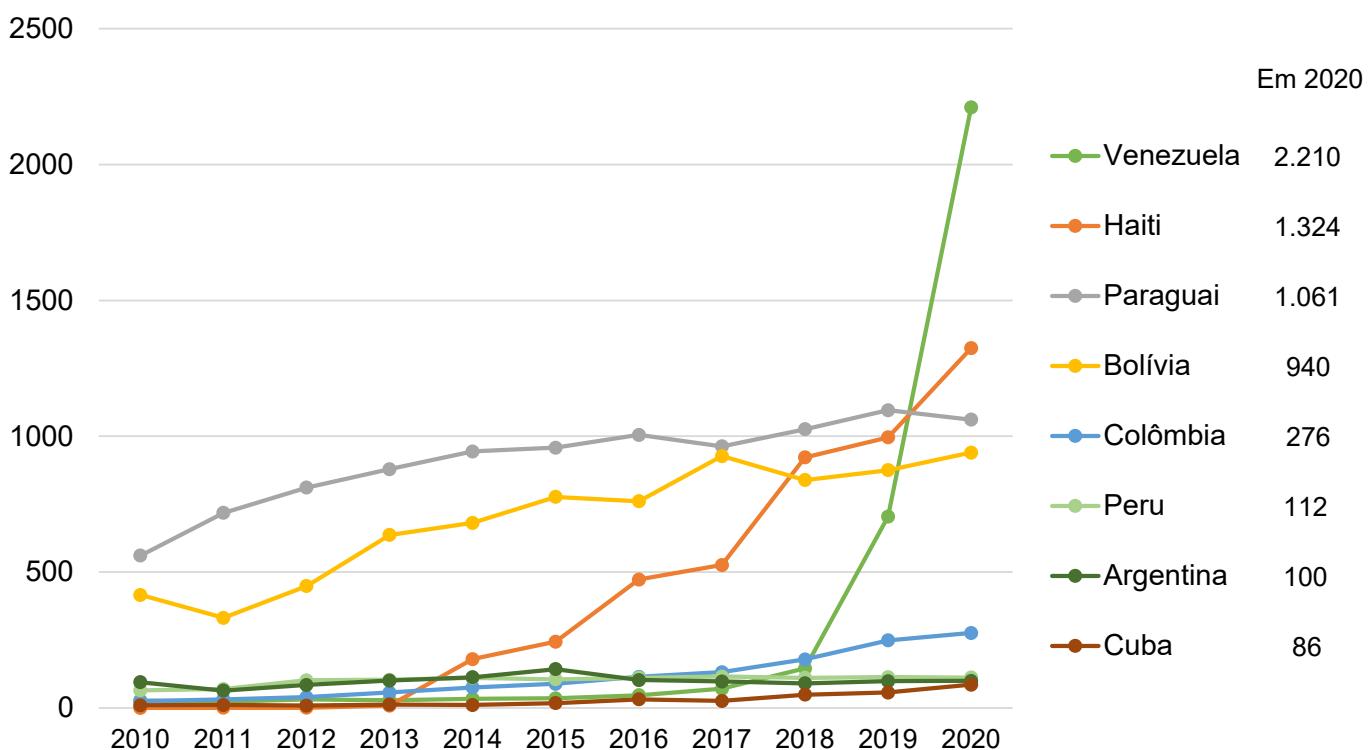
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do SAEB 2019 e Censo Escolar de 2020.

1.3. REGIÃO CENTRO-OESTE

A região Centro-Oeste do Brasil, composta por três estados e o Distrito Federal, tem grande extensão de fronteiras terrestres com Bolívia e Paraguai. Os fluxos migratórios observados no período de 2010 a 2020 são caracterizados pela entrada de venezuelanos e haitianos, como em outras regiões do país, além da presença dos vizinhos de fronteira e estudantes do Norte Global na cidade de Brasília.

No Gráfico 7 são apresentados os números de estudantes matriculados no ensino básico e nascidos nos principais países da América Latina. Nota-se um forte aumento de estudantes venezuelanos a partir de 2018, intensificado entre 2019 e 2020. Nessa região, entre os latino-americanos, destaca-se o número de haitianos, com aumento consistente no número de matrículas a partir de 2014. Paraguaios e bolivianos aparecem também em destaque. No entanto, o aumento do número de matrículas desses grupos é menos acelerado no período analisado.

Gráfico 7. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Centro-Oeste

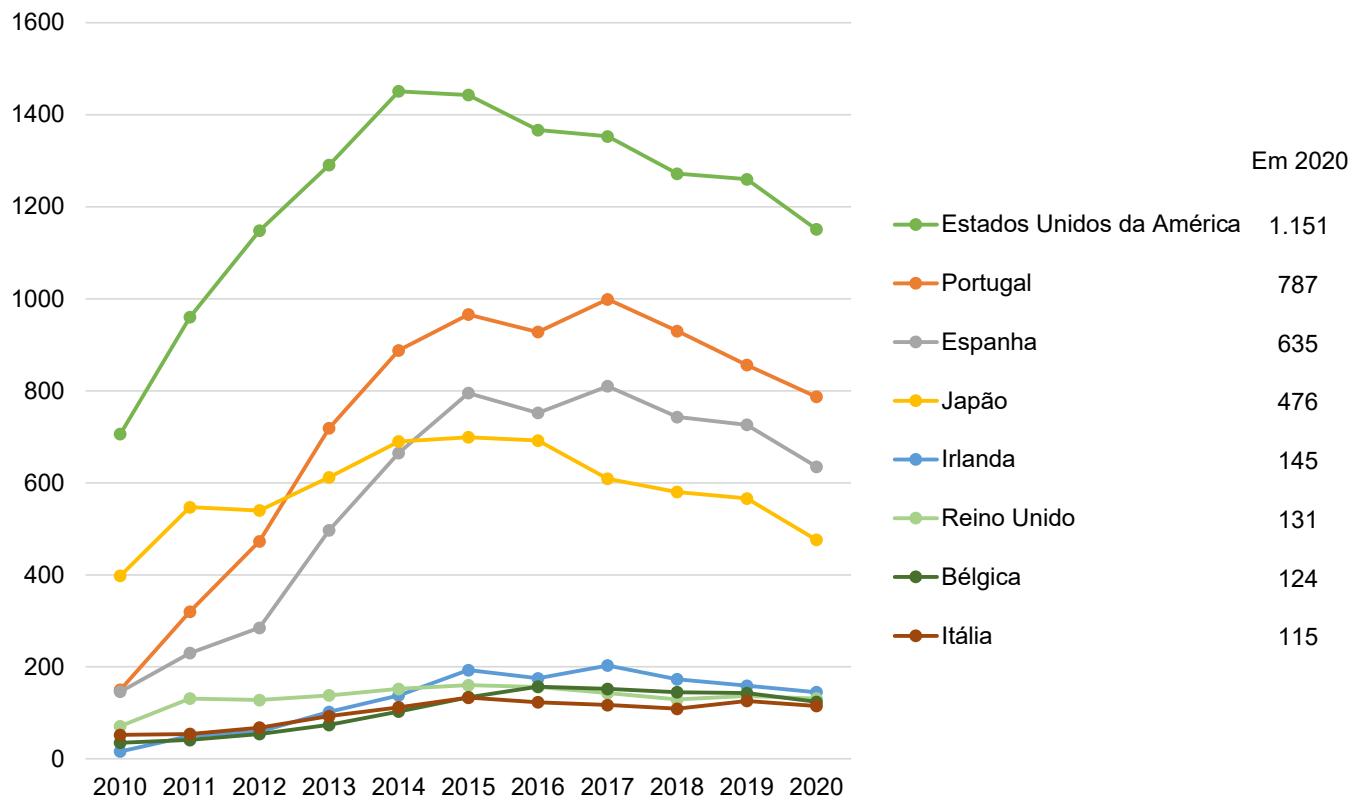


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Quando considerados os estudantes oriundos do Norte Global, verifica-se, em geral, crescimento no número de estudantes na educação básica na região até a metade do período e queda nos

anos seguintes (Gráfico 8). Destaca-se aqui o número de americanos, portugueses, espanhóis e japoneses.

Gráfico 8. Número de estudantes do Norte Global na educação básica no Centro-Oeste

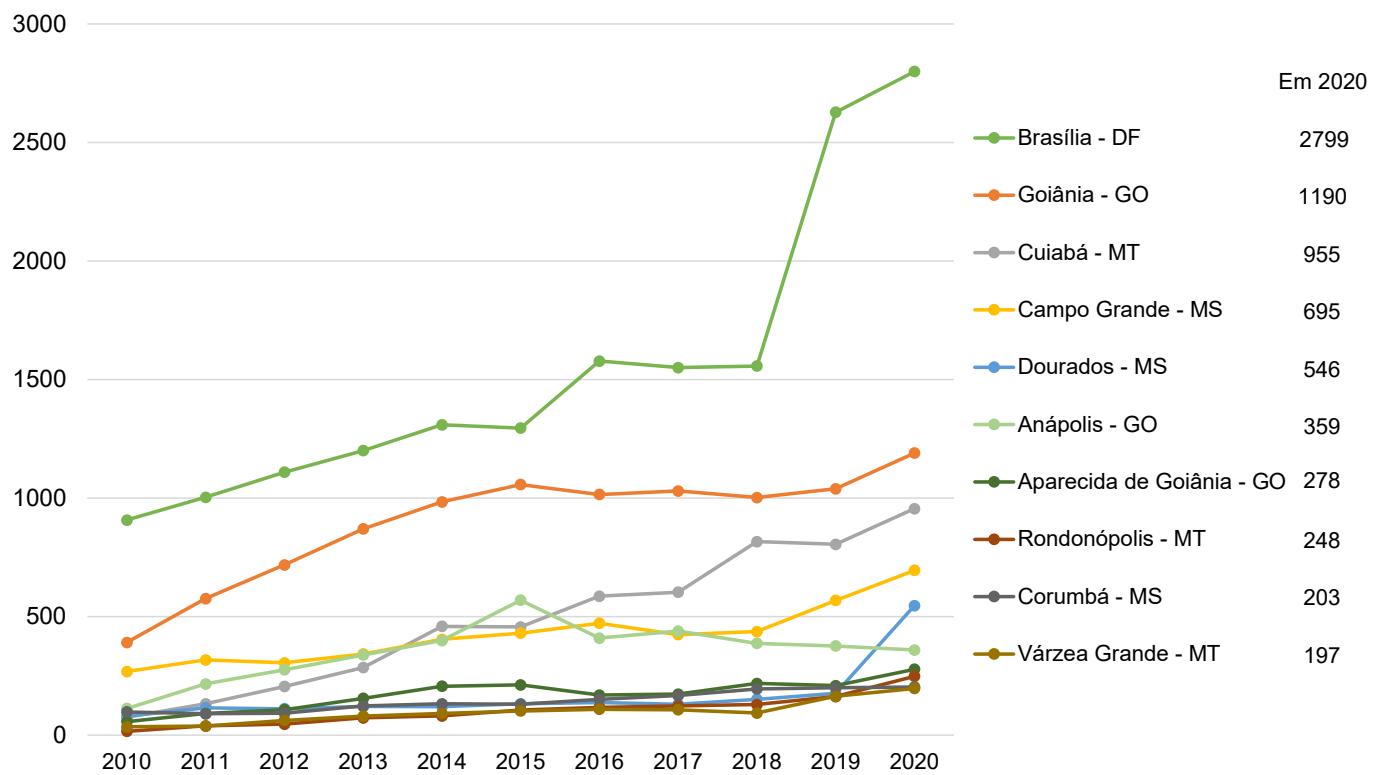


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Algumas cidades concentram grande parte dos imigrantes na educação básica no Centro-oeste (Gráfico 9). Verifica-se que o número de imigrantes é maior nas capitais dos estados e em Brasília, onde estão matriculados mais de 60% dos

estudantes da região em 2020. Como esperado, o número de estudantes imigrantes tem crescido no período, com destaque para Brasília, apresentando aumento expressivo nos últimos dois anos.

Gráfico 9. Número de estudantes, por município, na educação básica no Centro-Oeste



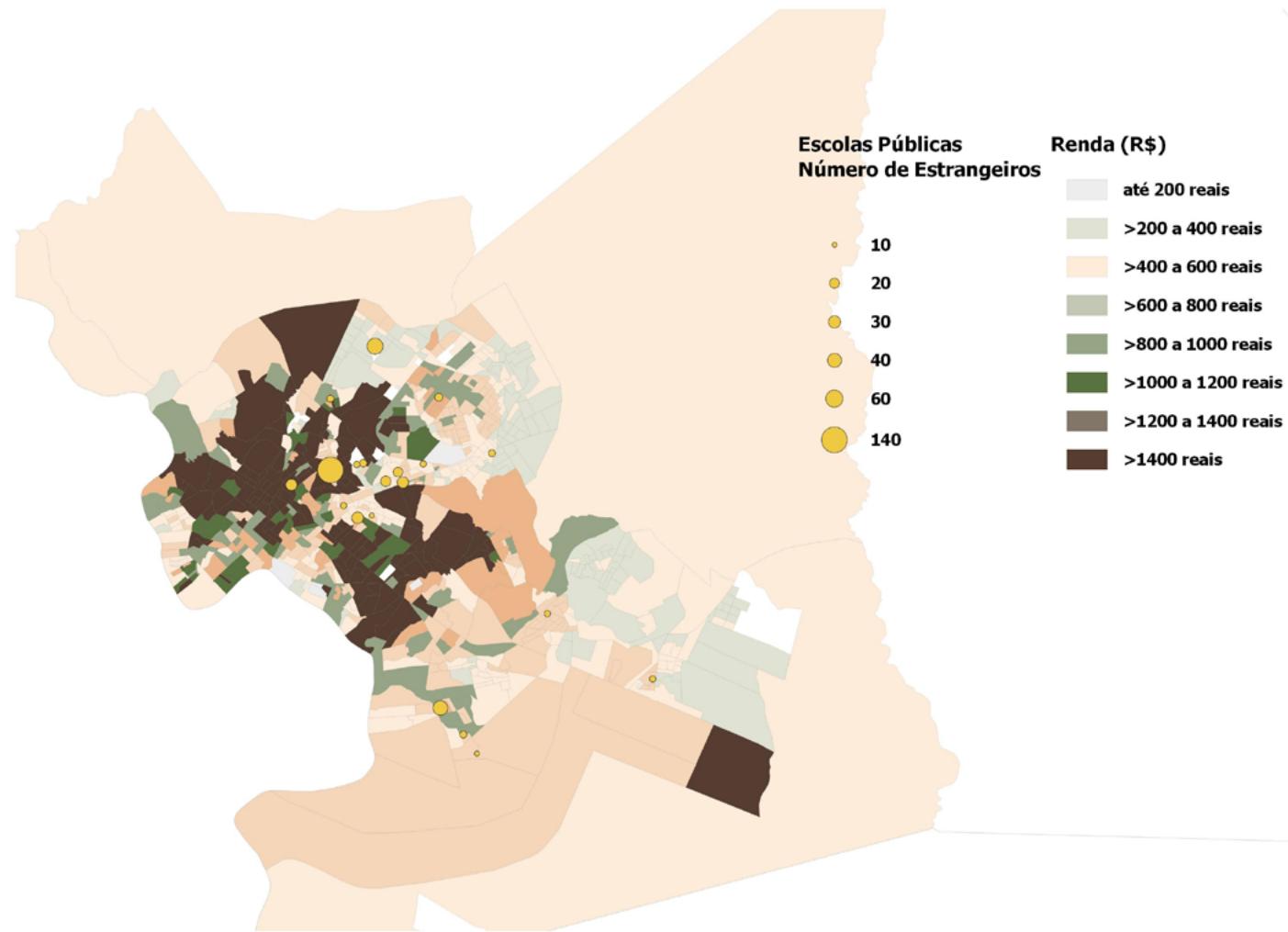
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Na cidade de Brasília estão situadas parte das escolas com maior número de imigrantes. Mas, no geral, são estudantes nascidos no Norte Global e matriculados em estabelecimentos privados de ensino, o que é esperado dado que essa é a capital do país. Outra cidade que se destaca em termos do número de imigrantes é a capital do estado do Mato Grosso. No entanto, diferentemente de Brasília, as escolas com maior número

de imigrantes são as da rede pública de ensino.

A Figura 3 apresenta o mapa da cidade de Cuiabá, nos moldes das Figuras 1 e 2, mas apresentando apenas escolas públicas. Novamente, observa-se que as principais escolas públicas que abrigam os estudantes imigrantes localizam-se em áreas com renda baixa. Em geral, a renda média por pessoa não ultrapassa R\$600,00.

Figura 3. Mapa da cidade de Cuiabá com renda média por pessoa, por setor censitário e escolas com maior número de imigrantes



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 e Censo Escolar de 2020.

A instituição de ensino que concentra o maior número de imigrantes tem 139 matriculados, sendo 136 venezuelanos (Tabela 4). Essa escola encontra-se em uma região de renda média para baixa e apresenta resultados modestos em termos das proficiências médias dos estudantes, ocupando a terceira faixa em Língua Portuguesa e a segunda em Matemática. As demais escolas têm número de imigrantes muito inferior a primeira apresentada na Tabela 2, em geral, com maior presença de haitianos. Considerando ainda o desempenho dos estudantes, algumas escolas se destacam

nesse grupo com desempenhos médios nas posições mais altas.

Assim como em outras regiões, no Centro-Oeste houve uma entrada de grande quantidade de haitianos e venezuelanos no período em estudo. É importante destacar o crescimento exponencial de venezuelanos a partir de 2018. Novamente, verifica-se um crescimento seguido da diminuição de estudantes imigrantes do Norte Global e a maior concentração nas capitais.

Tabela 4. Escolas públicas da cidade de Cuiabá com 10 ou mais estudantes imigrantes e avaliadas no SAEB 2019

Escola	Bairro – Região	Estrangeiros	Venezuelanos	Haitianos	Proficiência média em LP (5º ano)	Proficiência média em MAT (5º ano)	Posição em LP	Posição em MAT
EE Leovegildo de Melo	CPA III Setor V	139 (11%)	136	0	191,56	197,18	3 ^a	2 ^a
EMEB Profa. Guilhermina de Figueiredo	Carumbé	25 (6%)	10	15	202,74	219,09	5 ^a	8 ^a
EMEB Jose Luis Borges Garcia	Bela Vista	19 (7%)	5	14	221,46	226,49	9 ^a	9 ^a
EMEB Cel. Octayde Jorge da Silva	Tancredo Neves	14 (2%)	0	10	202,15	204,85	5 ^a	5 ^a
EE Rodolfo Augusto T Curvo	Resid. Paiaguás	12 (1%)	4	6	194,35	202,53	4 ^a	4 ^a
EMEB Jescelino Jose Reiners	Novo Horizonte	12 (2%)	3	9	200,69	204,44	5 ^a	4 ^a
EMEB Padre Raimundo Conceição	Parque Cuiabá	12 (2%)	11	0	206,1	206,59	7 ^a	5 ^a
EE João Brienne de Camargo	Lixeira	11 (2%)	8	1	197,93	207,51	4 ^a	6 ^a
EMEB Profa. Elza Luiza Esteves	Jardim Aclimacão	11 (3%)	0	9	210,99	209,37	8 ^a	6 ^a
EMEB Senador. Darcy Ribeiro	Jardim Industriário I	11 (2%)	6	2	223,25	233,91	9 ^a	10 ^a
EMEB Dr. Orlando Nigro	Pedregal	10 (1%)	6	0	217,19	220,32	9 ^a	8 ^a
EMEB Profa. Joana Dark da Silva	Real Parque	10 (2%)	10	0	213,45	218,68	8 ^a	8 ^a

EE: Escola Estadual; NSE: Nível socioeconômico; LP: Língua Portuguesa; MAT: Matemática

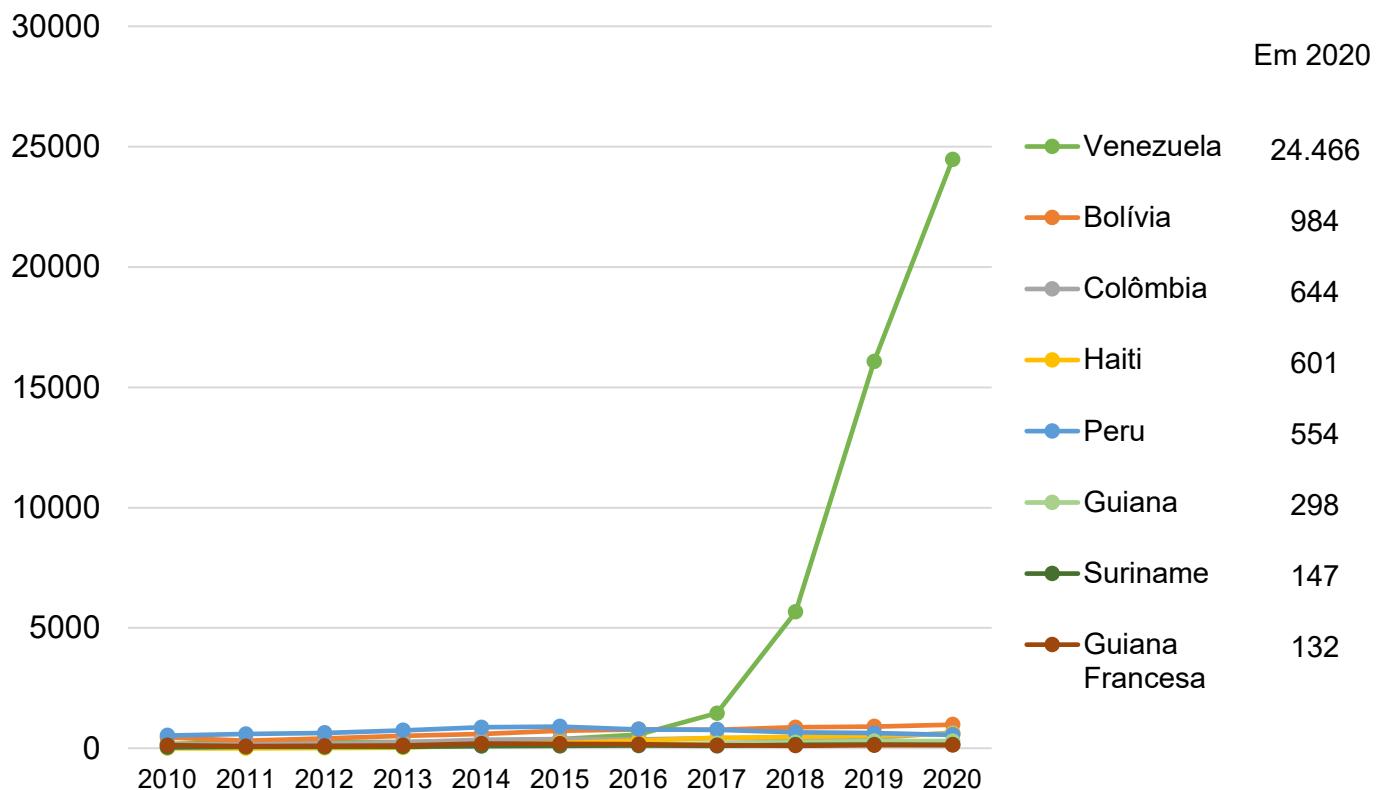
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do SAEB 2019 e Censo Escolar de 2020.

1.4. REGIÃO NORTE

A região Norte é a maior em extensão territorial do Brasil e faz fronteiras com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Pelo Gráfico 10, como esperado, dada a crise econômica na Venezuela, verifica-se que o crescimento do número de estudantes desse país é intenso após o ano de 2017, passando de

1.452 estudantes para 24.446 em 2020. O número de estudantes venezuelanos no país representa 82,4% dos imigrantes nas escolas da educação básica da região e é cerca de 25 vezes maior que o número de bolivianos, segundo maior grupo. Em relação aos demais países, além dos bolivianos, é possível notar um crescimento no número de imigrantes originários da Colômbia, Haiti e Peru a partir de 2013 (Tabela 1.8 do Apêndice 1).

Gráfico 10. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Norte

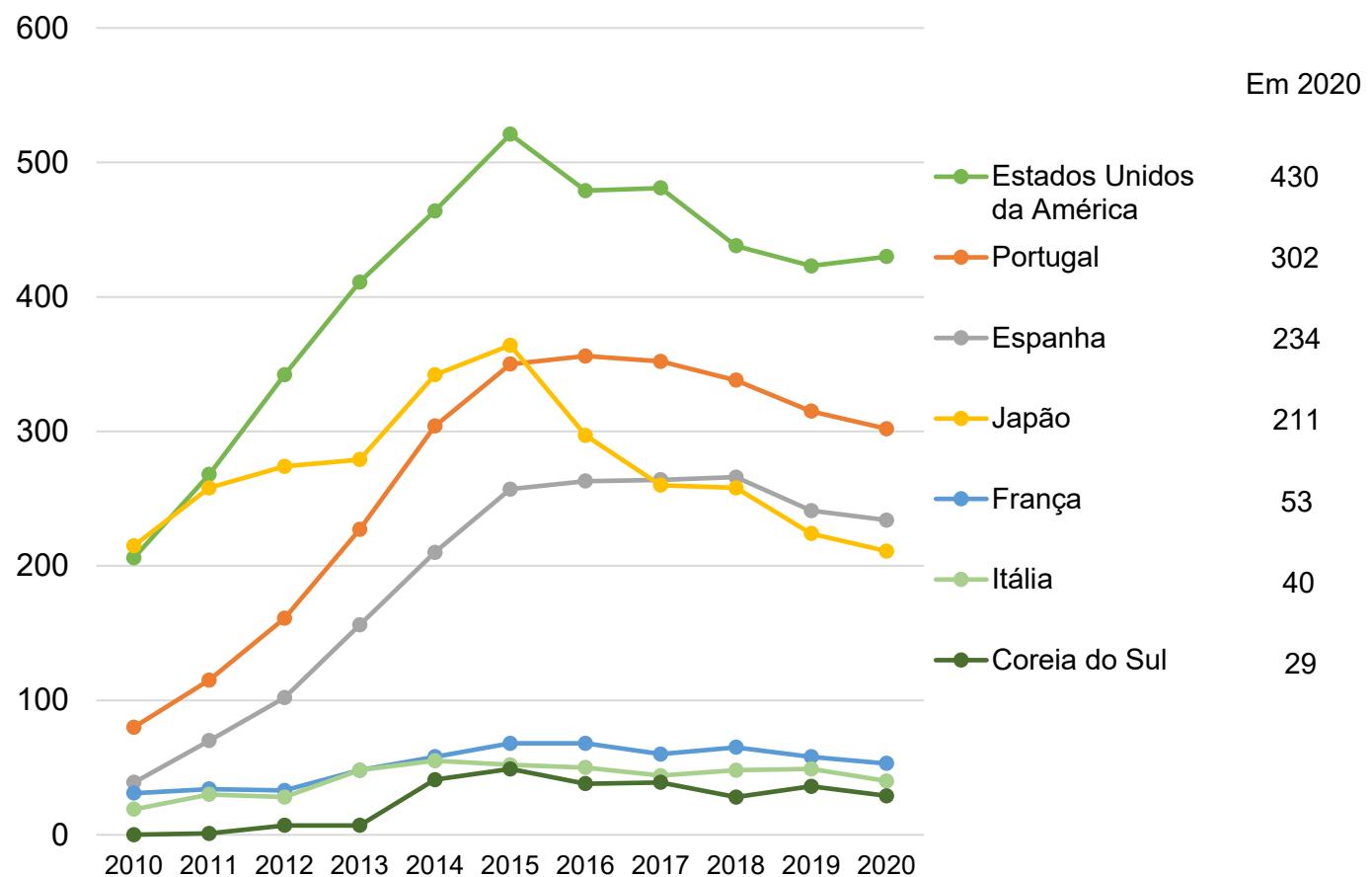


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Quando considerados os estudantes oriundos do Norte Global, verifica-se, em geral, crescimento no número de estudantes na educação básica na região até a metade do período e queda nos

anos seguintes (Gráfico 11). Destaca-se aqui o número de americanos, portugueses, espanhóis e japoneses.

Gráfico 11. Número de estudantes do Norte Global na educação básica na região Norte

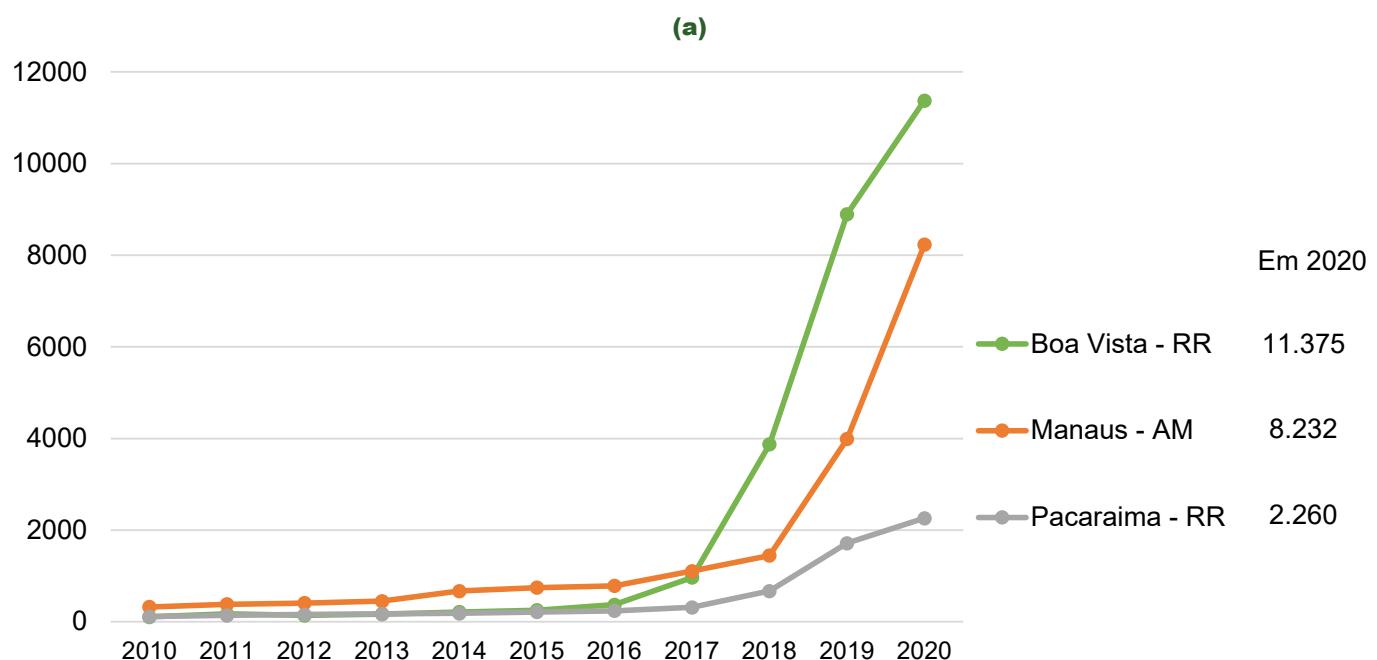


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

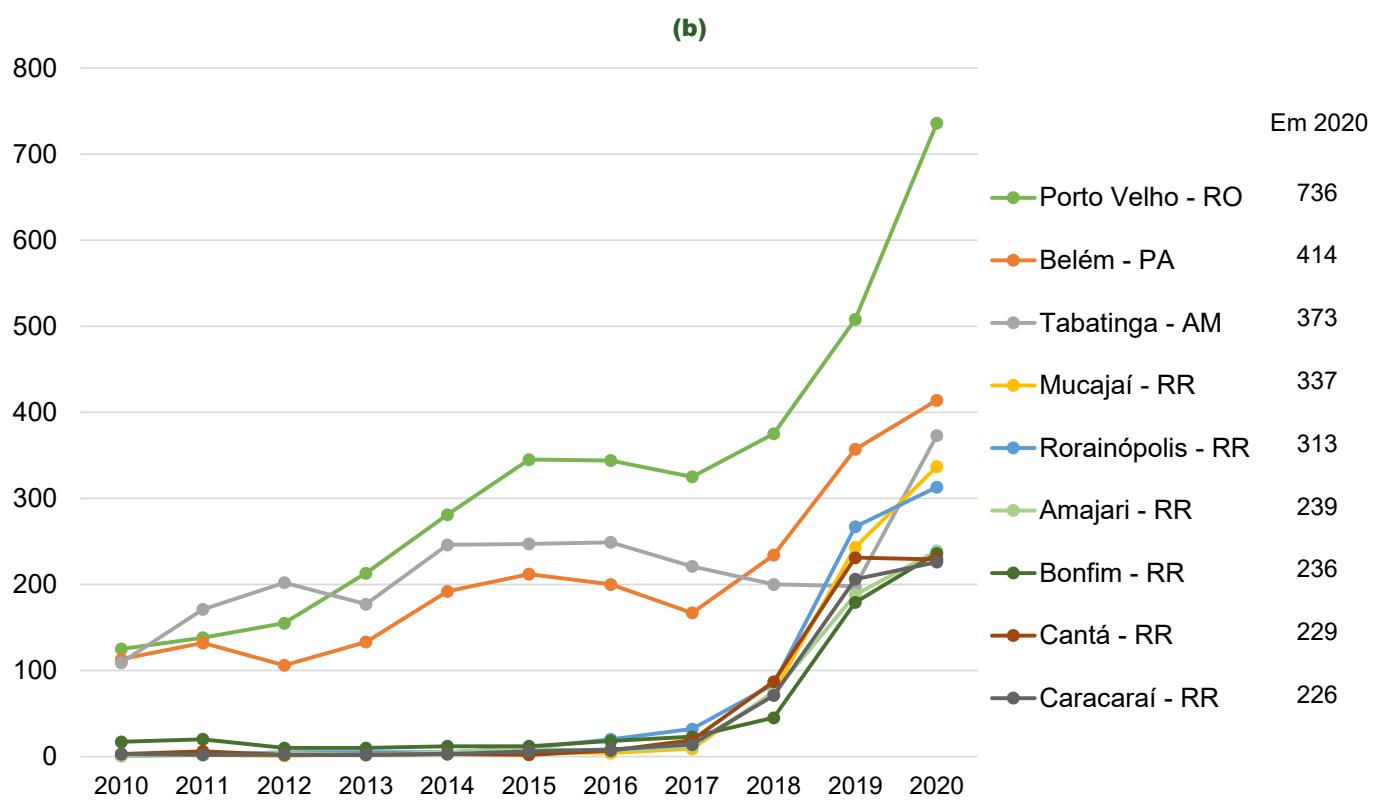
No Gráfico 12 são apresentadas as principais cidades da região Norte que abrigam os estudantes imigrantes. É possível verificar que o número de estudantes é expressivamente maior nas cidades de Boa Vista e Pacaraima em Roraima e na capital do estado do Amazonas, Manaus (Gráfico 12a). É importante destacar a grande

quantidade de imigrantes em Pacaraima, que é um município com menos de 20.000 habitantes e que possui fronteira com a Venezuela. O aumento do número de imigrantes é também intenso a partir de 2017 em diversas cidades do estado de Roraima, além das cidades de Porto Velho – RO e Tabatinga – AM (Gráfico 12b).

Gráfico 12. Número de estudantes por municípios na educação básica no Norte



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

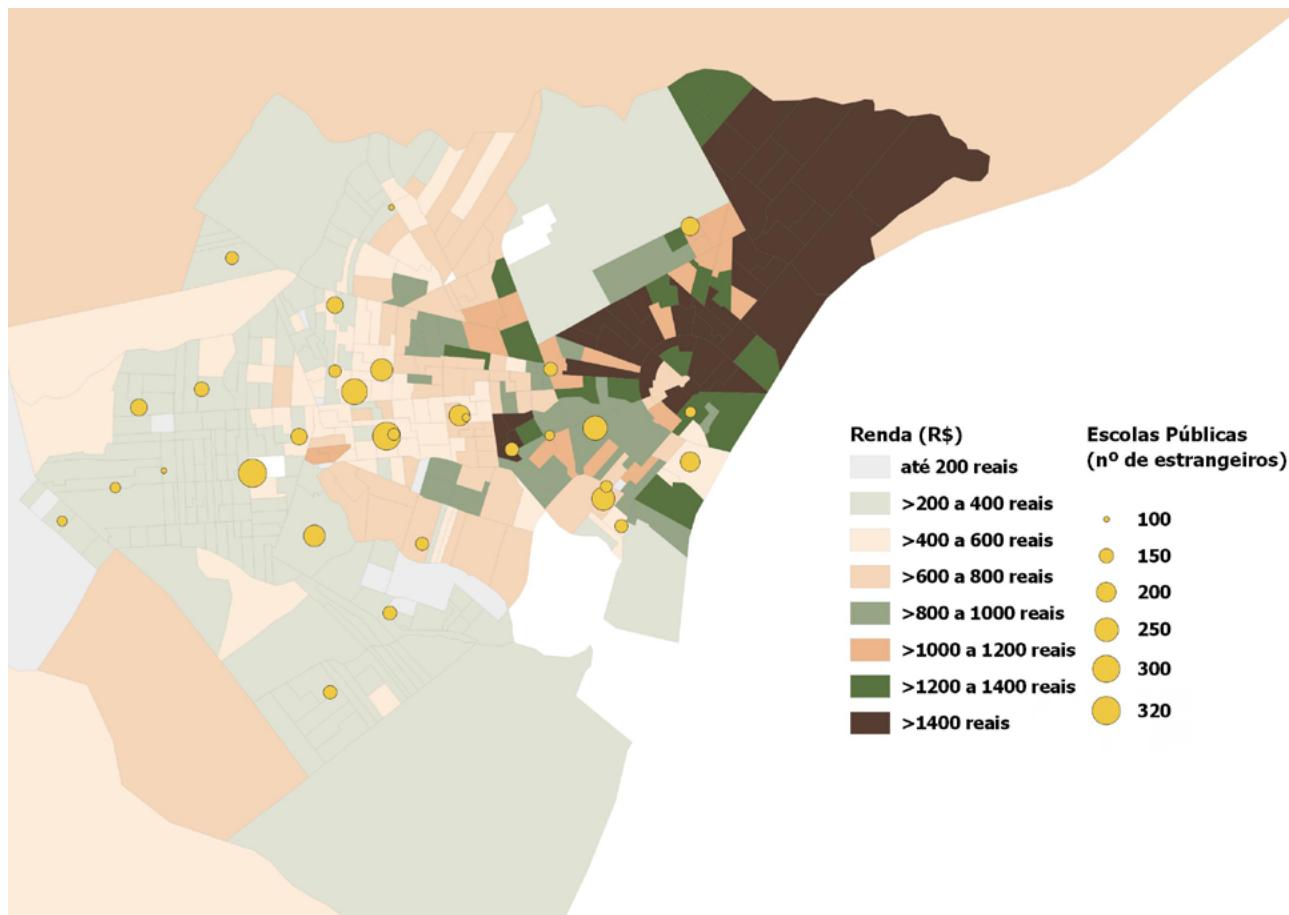


Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

A cidade de Boa Vista foi escolhida na Região Norte por concentrar o maior número de imigrantes. Na Figura 4, pode-se observar a distribuição das escolas públicas para essa cidade. Com poucas exceções, as escolas es-

tão situadas em regiões mais periféricas e em setores censitários com baixa renda média por pessoa, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010.

Figura 4. Mapa da cidade de Boa Vista com renda média por pessoa, por setor censitário e escolas com maior número de imigrantes



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 e Censo Escolar de 2020.

Pela Tabela 5, pode-se verificar que os estudantes imigrantes matriculados são majoritariamente venezuelanos e que existe grande variação nos desempenhos médios em Língua Portuguesa e Matemática. Por um lado, algumas escolas apresentam desempenhos médios mais baixos, situados nas primeiras faixas de acordo com os desempenhos de todas as escolas avaliadas no SAEB 2019. Por outro lado, há escolas que se estão em faixas superiores.

Na maior região do país observa-se, entre 2017 e 2020, um crescimento de mais de 1500% do número de imigrantes oriundos da Venezuela, país que representa mais de 80% dos imigrantes na região. Nessa região, além da concentração em capitais estaduais, verifica-se a presença marcante de estudantes imigrantes em diversas cidades do estado de Roraima.

Tabela 5. Escolas públicas da cidade de Boa Vista com 100 ou mais estudantes imigrantes e avaliadas no SAEB 2019

Escola	Bairro – Região	Estrangeiros	Venezuelanos	Proficiência média em LP (5º ano)	Proficiência média em MAT (5º ano)	Posição em LP	Posição em MAT
EM Prof. Carlos Raimundo Rodrigues	Tancredo Neves	280 (27%)	277	224,4	235,58	8 ^a	8 ^a
EM Frei Artur Agostini	São Vicente	258 (35%)	256	218,25	230,5	6 ^a	5 ^a
EM Pequeno Polegar	Treze De Setembro	242 (45%)	238	216,27	233,11	5 ^a	7 ^a
EM Newton Tavares	Calunga	237 (33%)	232	211,48	226,51	5 ^a	4 ^a
EM Juslany de Souza Flores	Jardim Tropical	223 (17%)	220	199,63	213,83	1 ^a	1 ^a
EM Profa. Maria Francisca da Silva Lemos	Buritis	214 (34%)	210	218,36	232,23	6 ^a	6 ^a
EM Profa. Edsonina de Barros Villa	Estados	188 (32%)	187	218,16	237,66	5 ^a	9 ^a
EM Nova Canaã	Nova Canaã	168 (17%)	162	224,43	235,38	9 ^a	7 ^a
EM Rujane Severiano dos Santos	Alvorada	153 (16%)	151	204,16	216,79	3 ^a	2 ^a
EM Cantinho Feliz	Treze De Setembro	141 (47%)	141	206,45	217,13	3 ^a	2 ^a
EM Profa. Glemiria Gonzaga Andrade	Cidade Satélite	139 (12%)	137	209,31	221,49	4 ^a	3 ^a
EM Profa. Carmem Eugenia Macaggi	Asa Branca	133 (17%)	132	219,59	234,75	7 ^a	7 ^a
EM Aquilino da Mota Duarte	Centro	127 (28%)	124	224,64	227,32	9 ^a	5 ^a
EM Luiz Canarã	Senador Hélio Campos	125 (9%)	124	209,5	224,26	4 ^a	4 ^a
EM Raimundo Eloy Gomes	Laura Moreira	123 (13%)	118	196,97	215,75	1 ^a	2 ^a
EM Profa. Maria Gertrudes Mota de Lima	Santa Luzia	111 (12%)	109	203,85	220,75	2 ^a	3 ^a
EM Maria Gonçalves Vieira	Caranã	111 (21%)	110	219,58	237	6 ^a	8 ^a
EM Delacir de Melo Lima	Centenário	109 (18%)	107	204,01	231,59	2 ^a	6 ^a
EM Francisco Cassio de Moraes	União	108 (19%)	105	239,98	246,63	10 ^a	10 ^a
EM Balduíno Wotrich	Monte Cristo	105 (20%)	97	206,86	224,02	4 ^a	3 ^a
EM Ana Sandra Nascimento Queiroz	Cidade Satélite	102 (10%)	101	242,41	256,19	10 ^a	10 ^a

EM: Escola Municipal; NSE: Nível socioeconômico; LP: Língua Portuguesa; MAT: Matemática.

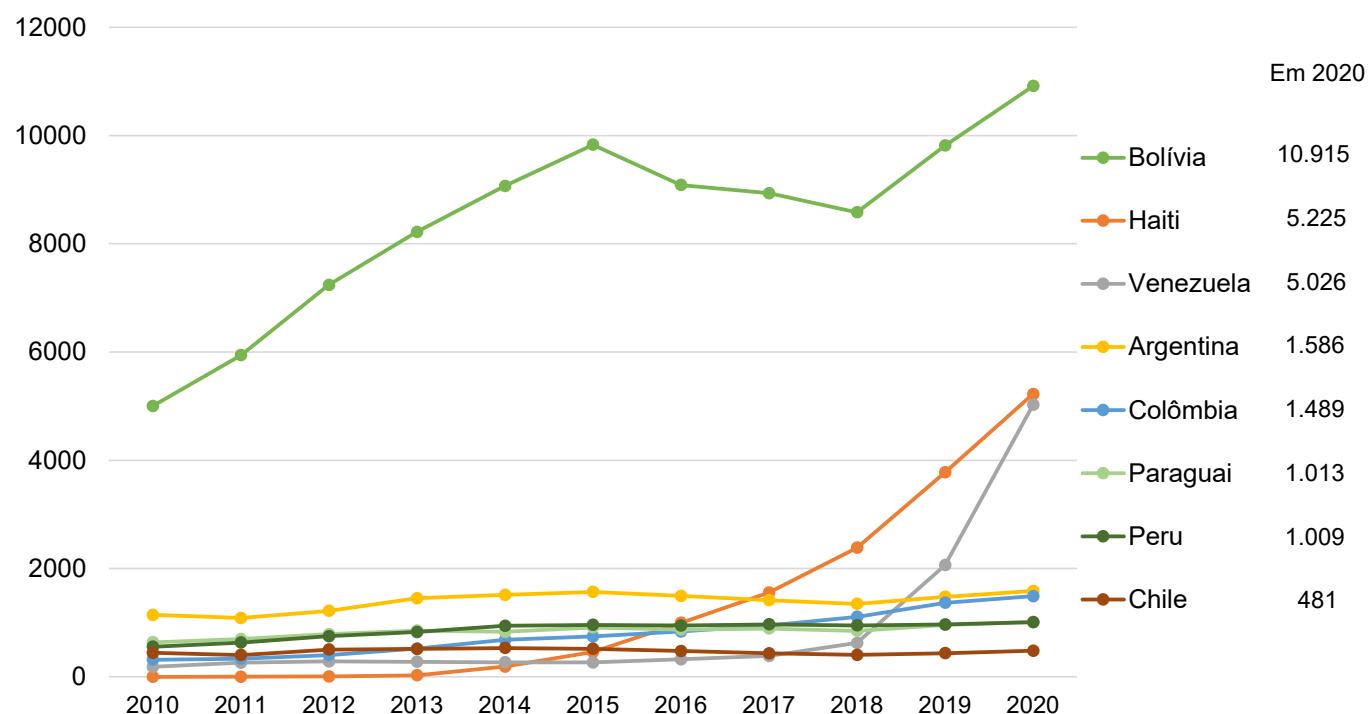
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do SAEB 2019 e Censo Escolar de 2020.

1.5. REGIÃO SUDESTE

Por fim, a região mais populosa do país também concentra o maior número de estudantes imigrantes. Observou-se um aumento de 85,5% no número de imigrantes nas escolas do sudeste, passando de 25.567 em 2010 para 47.443 estu-

dantes em 2020. Pelo Gráfico 13, pode-se verificar que os bolivianos superam os demais grupos em valores absolutos, com 10.915 estudantes e que o número de haitianos e bolivianos aumentou consideravelmente no período, ultrapassando 5.000 estudantes em 2020.

Gráfico 13. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Sudeste



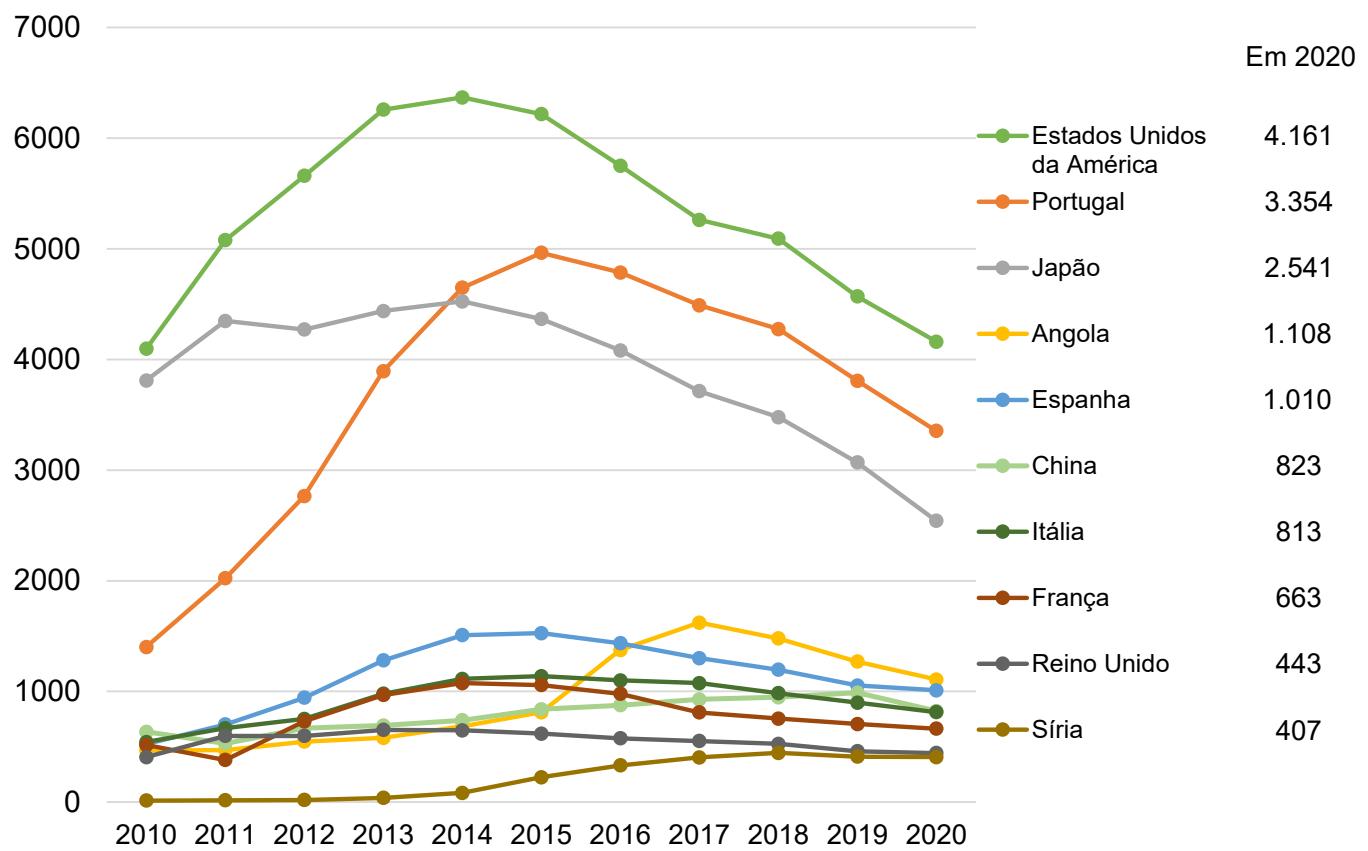
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Para o número de estudantes oriundos do Norte Global, observa-se evolução semelhante à observada em outras regiões com aumento até 2014 e queda nos anos seguintes (Gráfico 14).

A cidade de São Paulo abriga mais de 68% dos estudantes imigrantes da região sudeste, com

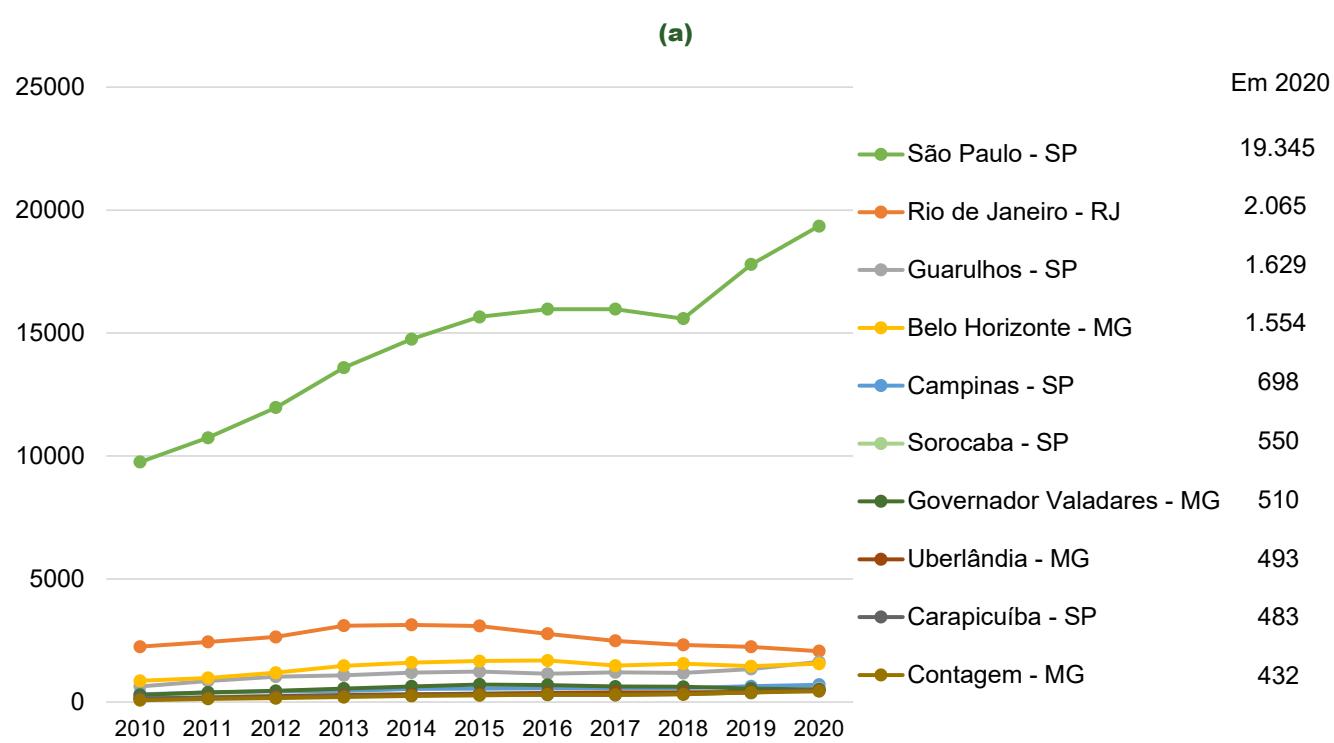
19.345 deles nas escolas em 2020 (Gráfico 15a). Com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades com os maiores números de imigrantes também mostram aumento do número de matrículas no período (Gráfico 15b).

Gráfico 14. Número de estudantes do Norte Global na educação básica na região Sudeste



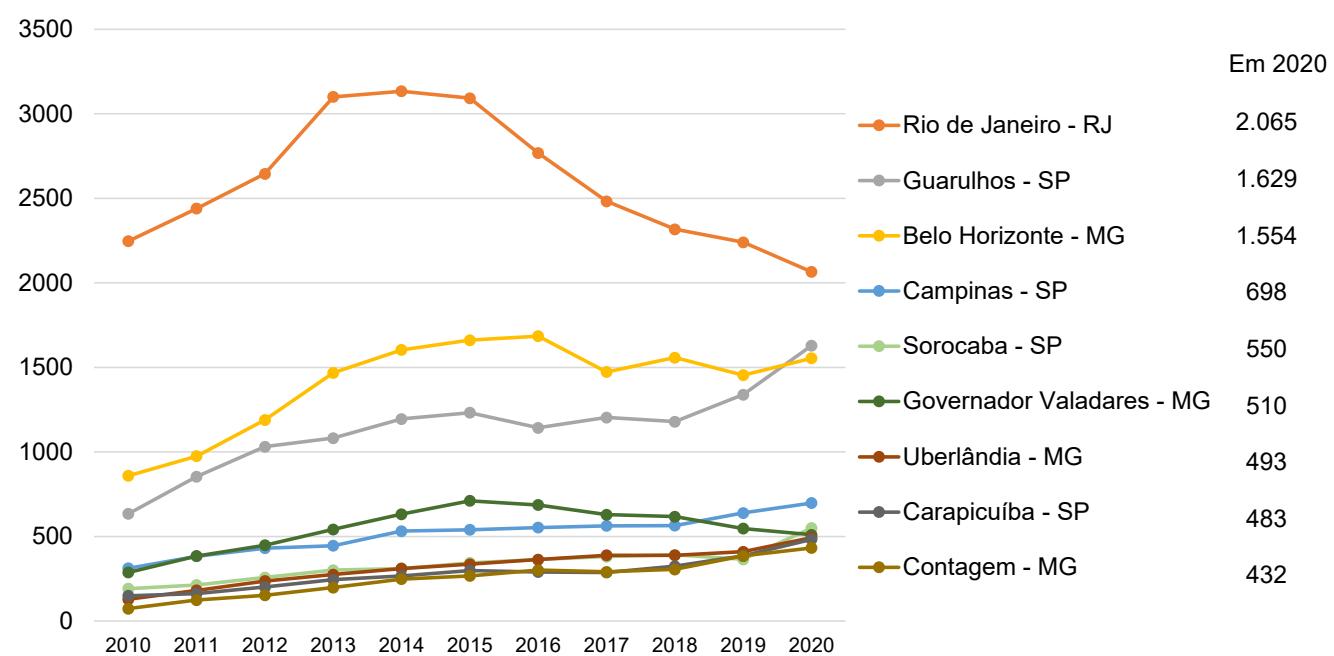
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Gráfico 15 - Número de estudantes por município na educação básica no Sudeste



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

(b)



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

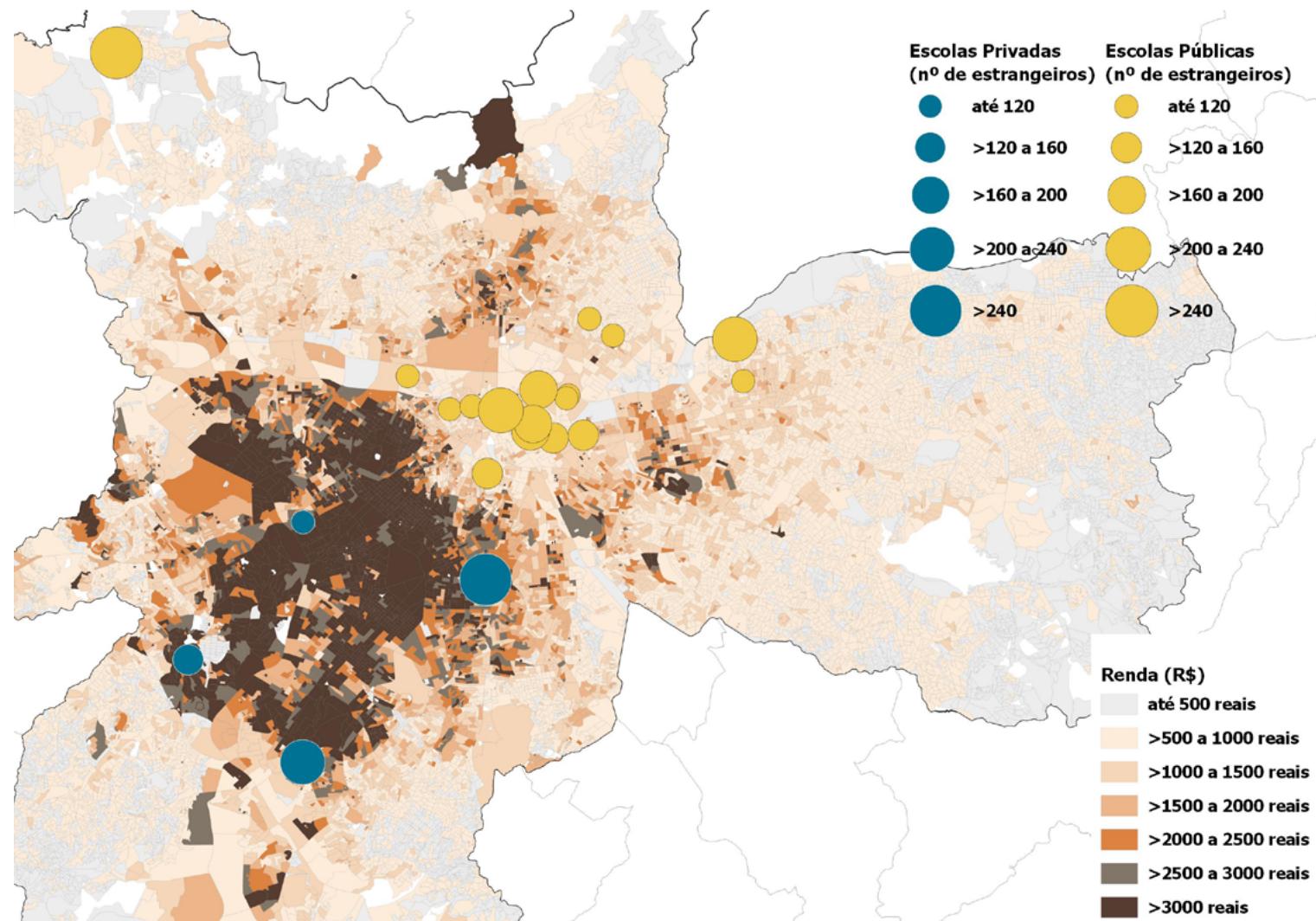
A maior cidade do país concentra um número expressivo de estudantes imigrantes, notadamente por bolivianos, com 41,7% do total de matrículas. Bairros como Brás, Bom Retiro e Pari, famosos pela atividade têxtil, são as localidades onde esse grupo mais se concentra. Além dos bolivianos, observou-se, como em outras cidades do país, a entrada de imigrantes haitianos e venezuelanos.

Na Figura 5 pode-se observar grande concentração das escolas públicas com imigrantes na região mencionada acima, na região central da cidade, além de escolas na região leste. A escola que abriga o maior número de imigrantes está em uma região afastada do centro, situada na Vila Inácio, noroeste da cidade, com maioria de estudantes haitianos. Algumas escolas privadas são destacadas no mapa e estão localizadas na região sul, em locais com renda acima de R\$3.000,00 por pessoa.

A Tabela 6 mostra as escolas da cidade de São Paulo com mais de 50 estudantes imigrantes matriculados na educação básica e que foram avaliadas no SAEB 2019. Nota-se que grande parte está situada em bairros conhecidos pela atividade têxtil. Assim como observado na cidade de Boa Vista, existe grande variação dos desempenhos médios das escolas destacadas na tabela.

Verifica-se o aumento de cerca de 85% do número de estudantes imigrantes nas escolas do Sudeste, no período de 2010 a 2020. Vale destacar os números relativos à cidade de São Paulo, com grande quantidade de estudantes bolivianos, em grande parte concentrados em escolas localizadas em bairros conhecidos pela atividade têxtil.

Figura 5. Mapa da cidade de São Paulo com renda média por pessoa, por setor censitário e escolas com maior número de imigrantes



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020).

Tabela 6. Escolas públicas da cidade de São Paulo com 50 ou mais estudantes imigrantes e avaliadas no SAEB 2019

Escola	Bairro - Região	Estrangeiros	Bolivianos	Haitianos	Proficiência média em LP (9º ano)	Proficiência média em MAT (9º ano)	Posição em LP em relação à cidade	Posição em MAT em relação à cidade
EMEF Edgard Cavalheiro	Vila Mesquita	222 (20%)	38	155	207,08	217,5	3 ^a	2 ^a
EE Orestes Guimarães	Canindé	209 (14%)	65	0	192,89	223,85	1 ^a	3 ^a
EE Paulo Luig Frei	Pari	198 (21%)	118	0	224,78	249,42	6	9 ^a
EE Eduardo Prado	Brás	184 (17%)	98	0	225,56	257,26	7 ^a	10 ^a
EMEF Duque de Caxias	Liberdade	155 (17%)	4	112	190,06	200,24	1 ^a	1 ^a
EE Domingos Faustino Sarmiento	Brás	134 (16%)	107	2	220,03	248,09	6 ^a	9 ^a
EMEF Anália Franco Bastos	Catumbi	92 (10%)	64	0	205,07	224,56	2 ^a	4 ^a
EE Prudente de Moraes	Bom Retiro	92 (7%)	29	1	219,85	243,58	6 ^a	8 ^a
EMEF João Domingues Sampaio	Vila Maria Alta	82 (7%)	64	0	227,19	236,94	7 ^a	6 ^a
EE Professora Maria Augusta Correa	Cangaíba	79 (7%)	57	9	220,78	247,73	6 ^a	9 ^a
EE Deodoro Marechal	Bom Retiro	77 (9%)	49	0	220,95	246,45	6 ^a	9 ^a
EE Caetano de Campos	Aclimação	71 (5%)	0	54	216,93	237,41	5 ^a	7 ^a
EE Joaquim Nabuco	Vila Celeste	69 (9%)	64	2	217,2	240,67	5 ^a	8 ^a
EE Oswaldo Cruz	Mooca	61 (6%)	48	0	229,98	253,81	9 ^a	10 ^a
EMEF Arthur Azevedo	Tatuapé	60 (9%)	43	0	216,5	239,5	5 ^a	7 ^a
EMEF Olívia Irene Bayerlein Silva	Vila Guilherme	58 (10%)	40	0	217,32	225,02	5 ^a	4 ^a
EMEF Almirante Tamandaré	Vila Maria Alta	57 (7%)	55	0	220,98	246,11	6 ^a	9 ^a
EMEF Professora Helena Lombardi Braga	Vila Leonor	53 (5%)	47	0	231,54	239,14	9 ^a	7 ^a
EE Júlio Maia	Vila Maria Alta	52 (10%)	48	0	222,83	239,86	6 ^a	7 ^a
EMEF Dr. Fabio da Silva Prado	Mooca	52 (7%)	38	0	217,84	231,52	5 ^a	5 ^a
EE Professora Annita Guastini Eiras	Vila Paulistânia	50 (6%)	31	10	216,13	240,03	5 ^a	8 ^a

EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental; EE: Escola Estadual; LP: Língua Portuguesa; MAT: Matemática

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do SAEB 2019 e Censo Escolar de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo de imigrantes no Brasil se intensificou na última década e esse fato pode ser observado quando considerado o número de estudantes imigrantes nas escolas do país. De forma geral, o aumento observado é de 195%, passando de 41.916 para 122.900 estudantes no período de 2010 a 2020.

Quando são analisadas as evoluções dos estudantes nas diferentes macrorregiões, alguns pontos em comum podem ser destacados. Em todas as regiões do país, observa-se o aumento no número de matrículas de haitianos e venezuelanos. Além disso, como esperado, as capitais dos estados concentram os maiores quantitativos de imigrantes. No entanto, algumas cidades do país apresentam números expressivos de estudantes imigrantes, como por exemplo, Pacaraima e outras cidades do estado de Roraima.

Outro ponto em comum observado é o padrão de evolução do número de matrículas de imigrantes nascidos nos países do Norte Global. Os países que mais se destacam nesse cenário são Estados Unidos e Portugal, com presença importante de estudantes em todas as regiões. Verifica-se, no entanto, para todas as regiões, o aumento no número de estudantes imigrantes do Norte Global nas escolas brasileiras até o ano de 2015, seguido de uma queda nos anos seguintes. Essa queda no número de matrículas pode ser explicada, em parte, pela desaceleração da economia do país a partir do ano de 2014 (PEREIRA et al., 2019).

Para cada uma das macrorregiões do país, uma cidade foi escolhida para um olhar mais detalhado. Verificou-se que, como esperado, as escolas públicas com maior número de imigrantes situam-se em locais com baixa renda e em regiões periféricas das cidades. No entanto, não necessariamente esses alunos estão em escolas com resultados ruins em avaliações externas. Por exemplo, para as cidades de São Paulo e Boa Vista, de acordo com os dados do SAEB 2019, verificou-se que os estudantes imigrantes estão matriculados tanto em escolas com desempenho alto nas provas de Língua Portuguesa e Matemática, quanto em escolas com baixo desempenho, quando comparadas com o conjunto de escolas avaliadas nesses locais.

O presente estudo tem como objetivo contribuir para o maior entendimento do fluxo de estudantes imigrantes no país. No entanto, dada a dimensão do país e os seus diferentes contextos, muitas lacunas ainda devem ser preenchidas. A partir dos dados coletados foi possível identificar escolas com maiores concentrações de estudantes e classificá-las em termos do desempenho médio, no entanto, não foi analisado o desempenho individual dos estudantes imigrantes, e sim das escolas como um todo. Estudos futuros podem analisar as relações entre o número de estrangeiros e características das escolas e desfechos escolares, além do estudo das trajetórias escolares dos imigrantes em termos de desempenhos individuais nas avaliações, abandonos e reprovações.

REFRÊNCIAS

Brasil. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (1996). **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República nº23.12/96. Brasília: Presidência da República.

CAVALCANTI, L; TONHATI, T.; OLIVEIRA, A. T. Migração no Sul Global: haitianos no mercado de trabalho brasileiro. Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 08, n. 01, p. 103-129, 2017.

GIROTO, G.; PAULA, E. M. A. T. Imigrantes e refugiados no Brasil: uma análise sobre escolarização, currículo e inclusão. **Revista Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 164-75, 2020.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. A imigração haitiana em Santa Catarina: Fases e contradições da inserção laboral. **Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas–SEPECH**. Londrina, p. 377-388, 2016.

PEREIRA, A. P. A.; ALVES, A. F. JÚNIOR, P. S. P.; SILVA, S. W. Impactos da Crise Econômica de 2014 na Rentabilidade e Endividamento de Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 10, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, T. R.; CAVALCANTI, L.; COSTA, L. F. L. O acesso dos imigrantes ao ensino regular: **Relatório OBMigra – 2020**. Observatório das Migrações Internacionais; Brasília, DF: OBMigra, 2020.

APÊNDICE 1

Tabela 1.1. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Nordeste

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Venezuela	31	36	30	37	44	41	37	64	127	554	1.114
Colômbia	37	32	49	69	109	166	214	236	294	407	447
Argentina	164	117	152	174	197	200	198	217	240	272	304
Bolívia	76	46	59	75	89	108	95	119	123	158	190
Cuba	13	3	8	4	11	24	27	36	87	110	143
Suriname	16	27	28	42	64	77	71	85	83	88	81
Guiana Fran-cesa	26	14	18	29	28	40	23	32	33	57	73
Peru	27	29	29	29	42	37	49	47	49	54	60

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.2. Número de estudantes do Norte Global na educação básica no Nordeste

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Portugal	227	329	430	614	718	757	754	721	684	614	578
Estados Unidos	426	556	623	688	699	698	663	639	614	570	557
Itália	184	207	241	325	430	501	489	434	381	405	384
Espanha	134	181	241	315	365	401	385	388	375	345	311
França	107	66	77	112	127	150	150	156	149	153	127
Japão	107	164	169	168	173	176	169	154	131	134	118
Alemanha	143	99	114	143	151	160	165	149	132	126	106
Guiné Bissau	16	3	13	13	22	34	70	89	94	125	104
Suíça	67	74	83	84	91	92	100	96	89	80	76

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.3. Número de estudantes por município na educação básica no Nordeste

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Fortaleza - CE	258	304	388	470	495	500	579	612	583	808	709
Salvador - BA	323	328	342	342	347	298	332	292	300	312	350
João Pessoa - PB	107	142	138	185	190	216	206	198	186	241	323
Recife - PE	153	206	232	278	313	344	333	294	288	287	276
Natal - RN	204	207	218	251	266	301	255	235	195	206	200
Porto Seguro - BA	57	96	100	115	140	136	142	147	144	145	162
Lauro de Freitas - BA	56	50	49	49	75	101	81	81	66	77	141
Jaboatão dos Guararapes - PE	36	79	103	108	128	118	129	112	119	119	125
Teixeira de Freitas - BA	42	74	65	94	105	124	130	124	113	110	121
Aracaju - SE	37	66	60	69	85	92	101	108	103	117	118

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.4. Número de estudantes do Norte Global na educação básica no Sul

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Portugal	338	443	596	865	1.028	1.145	1.188	1.128	1.061	998	914
Estados Unidos	925	1.096	1.193	1.294	1.456	1.398	1.192	1.080	1.024	1.009	896
Japão	842	834	902	1.043	1.212	1.137	1.086	958	864	816	695
Espanha	178	276	364	538	668	729	665	610	567	524	494
Itália	193	267	291	369	476	529	560	526	518	541	479
Reino Unido	120	692	510	423	401	362	311	306	285	281	267
Alemanha	214	175	194	213	245	230	271	250	231	230	190

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.5. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Sul

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Haiti	0	0	32	106	547	1.269	2.291	3.244	4.915	7.139	10.186
Venezuela	14	25	31	31	55	95	152	205	410	2.143	7.138
Paraguai	3.059	2.999	3.040	3.451	3.759	3.826	3.763	3.769	3.544	3.373	3.390
Argentina	1.261	745	1.020	1.250	1.513	1.702	1.800	1.885	1.905	2.029	2.194
Uruguai	1.211	1.309	1.339	1.352	1.552	1.629	1.651	1.679	1.732	1.827	1.796
Colômbia	91	64	84	130	207	250	306	360	452	521	631
Cuba	10	8	10	12	25	54	57	67	104	187	315
Bolívia	88	61	98	129	158	178	190	179	180	208	257
Chile	116	121	118	127	144	148	137	135	135	196	252
Peru	112	120	118	125	155	179	193	187	230	237	228

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.6. Número de estudantes por município na educação básica no Sul

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba - PR	1.164	1.134	1.166	1.164	1.839	1.890	1.849	1.784	1.897	2.137	3.098
Florianópolis - SC	472	517	517	472	767	839	969	991	1.098	1.266	1.592
Porto Alegre - RS	442	507	546	442	598	617	666	567	727	1.001	1.280
Foz do Iguaçu - PR	454	454	576	454	914	1.026	1.035	1.098	1.056	1.128	1.211
Joinville - SC	191	225	226	191	354	413	429	487	634	813	1.013
Chapecó - SC	54	52	38	54	82	111	148	166	281	461	955
Cascavel - PR	193	167	184	193	258	306	374	450	571	660	917
Balneário Camboriú - SC	116	157	137	116	226	266	354	359	512	552	753
Maringá - PR	208	214	241	208	314	379	401	373	475	506	698
Sant'Ana do Livramento - RS	208	242	288	208	407	482	461	447	490	578	567

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.7. Número de estudantes do Norte Global na educação básica no Centro-Oeste

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estados Unidos	706	960	1.148	1.291	1.451	1.443	1.367	1.353	1.272	1.260	1.151
Portugal	150	320	473	719	888	966	928	999	930	856	787
Espanha	146	230	285	497	665	795	752	810	743	726	635
Japão	398	547	540	612	690	699	692	609	580	566	476
Irlanda	16	50	59	102	138	193	175	203	173	159	145
Reino unido	71	131	128	138	152	160	156	143	129	137	131
Bélgica	35	41	54	74	103	134	157	152	145	143	124
Itália	52	54	68	93	112	133	123	117	109	126	115

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.8. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Centro-Oeste

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Venezuela	28	23	32	29	34	36	47	71	146	704	2.210
Haiti	0	1	1	9	180	244	473	526	922	996	1.324
Paraguai	561	718	811	879	944	958	1005	963	1.026	1.096	1.061
Bolívia	416	332	449	637	681	777	761	927	839	875	940
Colômbia	25	32	40	57	76	89	115	132	179	249	276
Peru	65	70	102	104	111	106	111	116	111	114	112
Argentina	95	64	85	101	113	143	103	98	91	99	100
Cuba	10	11	9	13	11	18	32	26	49	57	86

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.9. Número de estudantes por município na educação básica no Centro-Oeste

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasília - DF	907	1.003	1.109	1.200	1.309	1.295	1.578	1.550	1.557	2.627	2.799
Goiânia - GO	391	576	718	870	984	1.057	1.015	1.030	1.002	1.039	1.190
Cuiabá - MT	75	132	205	285	459	456	586	603	816	805	955
Campo Grande - MS	268	317	305	342	404	430	472	424	437	568	695
Dourados - MS	80	115	111	121	120	132	137	130	151	176	546
Anápolis - GO	112	216	276	338	399	569	409	439	387	376	359
Aparecida de Goiânia - GO	57	91	107	155	206	212	169	173	218	209	278
Rondonópolis - MT	16	39	46	73	81	106	117	123	129	163	248
Corumbá - MS	98	90	92	123	132	130	151	167	195	200	203

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.10. Número de estudantes do Norte Global na educação básica no Norte

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estados Unidos	206	268	342	411	464	521	479	481	438	423	430
Portugal	80	115	161	227	304	350	356	352	338	315	302
Espanha	39	70	102	156	210	257	263	264	266	241	234
Japão	215	258	274	279	342	364	297	260	258	224	211
França	31	34	33	48	58	68	68	60	65	58	53
Itália	19	30	28	48	55	52	50	44	48	49	40
Coreia do Sul	0	1	7	7	41	49	38	39	28	36	29

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.11. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Norte

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Venezuela	183	242	254	264	297	379	564	1.452	5.667	16.071	24.466
Bolívia	442	309	403	508	593	727	780	770	867	902	984
Colômbia	153	157	196	251	350	381	368	417	400	434	644
Haiti	1	1	14	24	142	227	309	428	477	527	601
Peru	531	591	637	745	872	902	786	771	664	627	554
Guiana	29	70	60	72	97	127	162	196	242	298	298
Suriname	40	55	58	62	88	98	110	100	142	153	147
Guiana Francesa	124	81	98	120	189	186	162	125	107	122	132

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.12. Número de estudantes por município na educação básica no Norte

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Porto Velho - RO	125	138	155	213	281	345	344	325	375	508	736
Belém – PA	113	132	106	133	192	212	200	167	234	357	414
Tabatinga - AM	109	171	202	177	246	247	249	221	200	198	373
Mucajáí – RR	1	2	1	3	3	5	4	9	75	243	337
Rorainópolis - RR	1	2	5	5	5	10	20	32	84	267	313
Amajari – RR	1	2	4	2	5	9	6	12	74	188	239
Bonfim – RR	17	20	10	10	12	12	18	23	45	179	236
Cantá – RR	3	6	2	2	3	2	7	19	87	231	229
Caracaraí - RR	3	2	2	2	3	6	8	14	71	206	226

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.13. Número de estudantes do Norte Global e outros países na educação básica no Sudeste

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estados Unidos	4.096	5.078	5.660	6.257	6.368	6.217	5.751	5.261	5.092	4.570	4.161
Portugal	1.402	2.022	2.766	3.894	4.648	4.963	4.785	4.489	4.275	3.807	3.354
Japão	3.810	4.348	4.271	4.437	4.524	4.365	4.082	3.713	3.478	3.069	2.541
Angola	466	469	546	580	685	812	1.374	1.622	1.479	1.270	1.108
Espanha	524	701	943	1.280	1.509	1.527	1.435	1.301	1.196	1.054	1.010
China	635	530	668	692	739	838	876	929	947	988	823
Itália	543	667	752	978	1.113	1.138	1.100	1.075	984	898	813
França	515	380	730	968	1.075	1.057	978	810	754	706	663
Reino Unido	402	598	598	652	649	619	576	552	526	459	443
Síria	14	17	19	38	83	224	332	404	444	411	407

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.14. Número de estudantes latino-americanos na educação básica no Sudeste

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bolívia	5.004	5.941	7.240	8.219	9.070	9.830	9.087	8.935	8.583	9.815	10.915
Haití	0	2	6	29	189	457	997	1.557	2.384	3.778	5.225
Venezuela	184	262	285	278	267	265	323	386	625	2.063	5.026
Argentina	1.144	1.086	1.218	1.451	1.513	1.570	1.494	1.416	1.349	1.477	1.586
Colômbia	317	336	403	521	683	745	836	948	1.109	1.368	1.489
Paraguai	637	697	788	853	832	911	873	892	848	960	1.013
Peru	556	633	751	828	942	960	947	968	950	967	1.009
Chile	444	402	503	516	532	517	476	433	406	435	481

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

Tabela 1.15. Número de estudantes por município na educação básica no Sudeste

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
São Paulo - SP	9.755	10.744	11.969	13.592	14.753	15.656	15.969	15.968	15.587	17.787	19.345
Rio de Janeiro - RJ	2.247	2.440	2.645	3.100	3.134	3.092	2.768	2.483	2.317	2.240	2.065
Guarulhos - SP	634	854	1.031	1.082	1.195	1.232	1.143	1.204	1.179	1.339	1.629
Belo Horizonte - MG	859	975	1.189	1.468	1.604	1.661	1.685	1.473	1.558	1.454	1.554
Campinas - SP	312	383	431	445	532	540	553	563	564	639	698
Sorocaba - SP	191	213	257	301	310	344	363	381	391	365	550
Gov. Valadares - MG	287	384	448	542	632	711	686	629	617	547	510
Uberlândia - MG	128	181	236	275	310	336	363	389	389	410	493
Carapicuíba - SP	149	162	201	244	266	298	290	287	324	385	483
Contagem - MG	73	124	152	198	248	267	301	291	305	385	432

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 a 2020)

NOTAS METODOLÓGICAS

Felipe Quintino¹
Paulo César Dick²
Ailton José Furtado³
Luiz Fernando Lima Costa⁴

INTRODUÇÃO

Essas notas têm o propósito de auxiliar os leitores a compreenderem quais foram as opções metodológicas no tratamento e análise das bases de dados objetos de investigação neste relatório.

As bases de registros administrativos que foram disponibilizadas aos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais foram as seguintes: do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL), Conselho Nacional de Imigração (CNIG), do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE); do Ministério do Trabalho e Previdência - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Admitidos e Demitidos (CAGED); da Polícia Federal – Sistema de Tráfego Internacional (STI), Sistema de Tráfego Internacional – Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR) e Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra); do INEP – Censo Escolar, Censo do Ensino Superior e ENEM; e do Ministério da Cidadania – Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Um outro aspecto metodológico, que abrange todas as bases de dados analisadas no presente relatório, exceto às do INEP, diz respeito à necessidade de se criar um conversor de países em

face a problemas de grafia, países que alteraram o nome, possessões, espaços subnacionais, etc. que surgiam e prejudicavam, em alguma medida, a tabulação da variável país de nascimento e/ou nacionalidade. Com a utilização do conversor essas ocorrências foram quase que integralmente solucionadas.

1. CGIL/CNIG

Este relatório, além do tratamento dos dados referentes ao antigo marco jurídico, autorizações de residência – temporárias e permanentes – analisa os dados referentes às categorias Residência Prévia e Residência, concedidas a migrantes pela Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), emitidas com base na nova regulamentação após a edição do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, a nova Lei da Migração.

As autorizações de residência para fins laborais aos migrantes no Brasil são exigidas pelas autoridades consulares brasileiras, para efeito de concessão de vistos permanentes ou temporários a migrantes que desejem permanecer no Brasil a trabalho (PALERMO, OLIVEIRA e LOPES, 2015). No novo marco jurídico, o Conselho

1 Pesquisador OBMigra, Doutor em Matemática/Departamento de Matemática - UnB.

2 Pesquisador OBMigra, Mestre em Epidemiologia em Saúde Pública/ENSP-FIOCRUZ.

3 Pesquisador OBMigra, Mestre em Geomática/Engenharia da Computação-UERJ.

4 Pesquisador OBMigra, Mestre em Estatística/Instituto de Matemática – UFRJ.

Nacional de Imigração passou a disciplinar os casos especiais relacionados às questões laborais.

As bases de dados da CGIL/CNIg, disponibilizadas ao OBMigra, contêm as informações sobre as autorizações de residência para trabalho no Brasil, concedidas mensalmente a migrantes, no período 2011 a 2020, de modo que estes possam trabalhar de forma regular em território brasileiro. Porém, é importante notar que a base de dados não mostra o quantitativo de migrantes autorizados a trabalhar no Brasil, no respectivo ano, e sim o número de autorizações. Outro ponto a ser destacado é que nem todas as autorizações concedidas são efetivadas, pois como o migrante as recebem antes de chegar ao país, alguns, por diversos motivos, não concretizam a vinda (PALERMO, OLIVEIRA e LOPES, 2015).

1.1. PROCEDIMENTOS DE LIMPEZA E TABULAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Para iniciar o processo de limpeza, anteriormente são definidas variáveis para identificar cada migrante de forma única, tendo assim critérios para definir a unicidade de cada indivíduo dentro do banco de dados. Dessa forma, no processo de identificação os migrantes são distinguidos por meio das variáveis *Nome do Estrangeiro*, *Data de Nascimento* e o *País de Origem*. A variável *nome do estrangeiro* se apresenta como uma alternativa mais consistente à variável *número do passaporte*, o que justifica a opção pela primeira.

Destaca-se que nas bases de dados ocorrem alguns casos em que a *Resolução Normativa (RN)* informada não é compatível com o *Tipo de Visto* declarado na autorização. Nessas situações, para o procedimento de limpeza foi considerada como principal informação a RN declarada.

LIMPEZA DE 2011 A 2017

As Resoluções Normativas concedem autorizações de residência para fins laborais de dois tipos: permanentes e temporários. Como na base existem alguns casos de autorizações permanentes mais de uma vez no mesmo ano, foi feito um processo de limpeza, para esses casos, descrito a seguir.

Passo um (Autorizações Permanentes). Se um migrante recebesse mais de uma autorização permanente, então era mantida a linha da base de dados mais antiga. Exceto para as autorizações concedidas pela Resolução Normativa 62, pois ela é permanente até durar o trabalho do migrante. Para estes casos, verifica-se apenas se há duplicatas de linhas inteiras na base.

Passo dois (Autorizações Temporárias). O menor tempo de concessão de autorizações temporárias é de três meses, logo, no caso de migrantes com mais de uma autorização de trabalho e o tempo entre duas delas for inferior a três meses, a mais antiga é mantida e eliminada a mais recente. A exceção fica pela RN 69, que permite concomitância, situação em que não se aplica a limpeza. Para estes casos, verifica-se apenas se há duplicatas de linhas inteiras na base.

LIMPEZA DE 2018 E 2020

A seguir, descrevemos a limpeza aplicada aos dados da CGIL a partir de 2018.

Passo um (Separação dos tipos de residência). Os dados de autorização foram separados por aqueles que possuem concomitância (estes não sofrem alterações), Residência Prévia e Residência.

Passo dois. (Residência Prévia). No caso de migrantes com mais de uma autorização de residência prévia e o tempo entre duas delas for inferior a três meses, a mais antiga é mantida e

eliminada a mais recente.

Passo três. (Residência). No caso de migrantes com mais de uma autorização de residência e o tempo entre duas delas for inferior a três meses, a mais antiga é mantida e eliminada a mais recente.

1.1.1. VARIÁVEIS DESENVOLVIDAS E RESULTADOS DA LIMPEZA

Na base de dados do CGIL/CNIg, o grupo ocupacional é obtido pelo primeiro dígito do Código CBO 2002, que possui 6 dígitos, no qual as categorias são definidas da forma apresentada no Quadro 1.1, assim como a base de dados da RAIS, que também usa o mesmo método para obtenção do grupo ocupacional.

É importante destacar que como o Código CBO é uma variável numérica, o grupo ocupacional Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares é obtido identificando todas as linhas da variável

que tenham apenas 5 dígitos.

Como a base de dados não possui a variável idade é utilizada a Data de Nascimento como forma de definir a idade. Como não se tem a data em que o processo foi deferido, e somente a informação mensal de quando solicitou a autorização, foi utilizado como data de referência o último dia do trimestre em que foi solicitada a autorização, a partir do qual se calcula a diferença da data de nascimento.

Através da variável Amparo Legal é possível extrair a informação da Resolução Normativa para a qual o processo foi analisado. No entanto, estavam presentes na base de 2011 a 2017 algumas RNs incompatíveis com o tipo de visto. Para esses casos, o tipo de visto foi alterado para se tornar compatível com as respectivas RNs. Os Quadros 1.2 e 1.3 apresentam as RNs por tipo de visto entre 2011 e 2017, enquanto no Quadro 1.4 é possível ver as novas RNs presentes na base de 2018.

Quadro 1.1. Grandes grupos ocupacionais

CBO 2002	Grupo ocupacional
0	Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares
1	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes
2	Profissionais das ciências e das artes
3	Técnicos de nível médio
4	Trabalhadores de serviços administrativos
5	Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
7	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
8	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
9	Trabalhadores de manutenção e reparação

Fonte: OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2021.

Quadro 1.2. Resoluções Normativas temporárias presentes na base CGIL, 2011-2018

RN 01(*)
 RN 27(*)
 RN 35
 RN 61
 RN 69
 RN 71
 RN 72
 RN 76
 RN 77(*)
 RN 79
 RN 80
 RN 81
 RN 87
 RN 94
 RN 98
 RN 99
 RN 103
 RN 121

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2021.

Quadro 1.3. Resoluções Normativas permanentes presentes na base CGIL, 2011-2018

RA 05
 RN 01(*)
 RN 27(*)
 RN 62
 RN 63
 RN 74
 RN 77 (*)
 RN 84
 RN 118

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2021.

Nota (*): As Resoluções Normativas 01, 27 e 77, dependendo do caso, podem ser atribuídas tanto para o tipo de autorização temporária ou permanente, devendo, no momento da tabulação, ser analisado caso a caso.

Quadro 1.4. Resoluções Normativas presentes na base CGIL em 2020
RN
RN 02
RN 03
RN 04
RN 05
RN 06
RN 07
RN 08
RN 09
RN 10
RN 11
RN 12
RN 13
RN 14
RN 15
RN 16
RN 17
RN 18
RN 19
RN 20
RN 21
RN 24
RN 26
RN 30
RN 36
RN 40

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2021.

Em relação às autorizações amparadas pelo Decreto nº 9.199, de 2017, Residência Prévia e Residência, verificou-se a ocorrência de linhas duplicadas, evitando-se assim a duplicação na contagem desses tipos de concessões. Havia inicialmente, no ano de 2020, 21.289 autorizações para Residências (6.589) e Residências Prévias (14.700). Utilizando a chave *Nome do Estrangeiro+Data de Nascimento+País* para identificar linhas duplicadas, a nova base totalizou 20.730 autorizações, sendo 14.613 para Residência Prévia e 6.117 para Residência.

Por fim, destaca-se que alguns procedimentos metodológicos foram adotados para a definição dos imigrantes qualificados. Em primeiro lugar, foram removidas as Resoluções Normativas (RNs) referentes às autorizações sem vínculo empregatício, dado que o objetivo do relatório é acompanhar as autorizações dos imigrantes que venham se inserir no mercado formal de trabalho brasileiro. Após a aplicação desse primeiro filtro, um segundo passo foi implementado, selecionando entre os imigrantes com vínculo empregatício apenas aqueles com nível de instrução superior completo ou mais.

Quadro 1.5. Número de autorizações de trabalho concedidas pela CGIL (antes e após a limpeza na base), segundo o tipo de autorização, Brasil 2020		
Tipo de autorização	Antes da Limpeza	Após a Limpeza
Residências prévias	14.700	14.613
Residências	6.589	6.117
Total	21.289	20.730

Fonte: OBMigra, a partir dos dados da Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2021.

1.2. STI

O STI é um sistema, do Departamento de Polícia Federal, desenvolvido para registrar os dados das entradas e saídas das pessoas no país pelos postos de controle de fronteiras terrestres, portos e aeroportos (OLIVEIRA, 2015). Todavia, é possível, através das classificações e respectivas especificações, propor tipologias para os diferentes movimentos de entradas e saída no país. Nesse sentido, em conjunto com os técnicos da Polícia Federal, e visando conciliar os usos para gestão dos processos e os estudos acadêmicos, as tipologias utilizadas anteriormente foram substituídas pelos seguintes tipos que seguem descritos abaixo:

Brasileiros - brasileiros, brasileiros com dupla nacionalidade.

Residente – estrangeiros com vistos de residentes no Brasil (indeterminado), asilados; refugiados; solicitantes de refúgio; diplomatas em missão oficial e seus familiares; estrangeiros com vistos ou tramitação de permanência; reunião familiar; e portugueses com igualdades de direitos civis e políticos.

Temporário – são não nacionais que ingressam no país para desenvolver, por prazo determinado, migrantes contemplados pelo Acordo de Residência do Mercosul; atividades profissionais, acadêmicas ou religiosas, como professores, cientistas, jornalistas, artistas, desportistas, Programa Mais Médicos, viajantes a negócios ou com algum contrato de trabalho com entidade pública ou privada; solicitantes de refúgio com pedido denegado; vistos de cortesia a diplomatas e seus familiares; e a nova classificação visita negócios.

Trânsito – tipologia que abrange um segundo bloco de não nacionais caracterizado pela curta permanência, reunindo: não nacionais em trânsito; tripulantes de empresas de transportes; tripulantes marítimos de longo termo; não nacionais expulsos de forma compulsória por não ter sido possível a retirada imediata no momento do embarque, interrupção da viagem por motivo imperioso ou clandestinos; com vistos de curta duração ou não; transbordos; presos, e a nova classificação visita trânsito.

Turista – composta por estrangeiros em viagem de turismo de lazer ou negócios, com prazo de permanência máximo de 90 dias (incluindo turistas vindos para a Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016) e a nova classificação visita turismo.

Fronteiriço – movimento de estrangeiros residentes em países limítrofes que possuam Cédula de Identidade de Estrangeiros ou documento de identificação, e que vivam em cidade contígua à fronteira.

Não nacionais deportados, expulsos ou extraditados – para as pessoas que deixaram o país nessas condições.

Não aplicável – tipologia criada para atender classificações não abrangidas pelas categorias anteriores. Na base analisada a única situação observada foi a entrada ou saída de restos mortais.

Cabe salientar que toda série histórica foi compatibilizada para as novas tipologias propostas.

Quadro 1.2.1.

TIPOLOGIA	CLASSIFICAÇÃO	TIPOLOGIA	CLASSIFICAÇÃO
MIGRANTE	ASILADO	TEMPORÁRIO	VISITA OUTRAS HIPÓTESES
MIGRANTE	BENEFICIÁRIO DE TRATADO	TEMPORÁRIO	ATIVIDADE RELIGIOSA ou SERVIÇO VOLUNTÁRIO
MIGRANTE	CIDADÃOS ARGENTINOS AMPARADOS PELO “ACORDO DE SÃO BORJA”	TEMPORÁRIO	VISTOS DE CORTESIA
MIGRANTE	DIPLOMATA	TEMPORÁRIO	CREDENCIADO OLÍMPICO
MIGRANTE	DIPLOMÁTICO	TEMPORÁRIO	CREDENCIADO PRÉ-OLÍMPICO
MIGRANTE	ESTRANGEIRO REQUERENTE	TEMPORÁRIO	EXCEPCIONAL
MIGRANTE	EXCEPCIONAL	TEMPORÁRIO	OFICIAL
MIGRANTE	NOTIFICADO	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO ATIVIDADE ARTÍSTICA ou ATIVIDADE DESPORTIVA
MIGRANTE	OUTRAS HIPÓTESES e CASOS OMISSOS	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO ESTUDO
MIGRANTE	PORTUGUÊS COM IGUALDADE DE DIREITOS	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO FÉRIAS-TRABALHO
MIGRANTE	PROVISÓRIO	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO I
MIGRANTE	REFUGIADO	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO II
MIGRANTE	REQUERENTE	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO III
MIGRANTE	SOLICITANTE DE REFÚGIO	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO IV
MIGRANTE	TEMPORÁRIO ACOLHIDA HUMANITÁRIA	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO PESQUISA, ENSINO ou EXTENSÃO ACADÊMICA
MIGRANTE	TEMPORÁRIO I	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO TRATAMENTO DE SAÚDE
MIGRANTE	TEMPORÁRIO INVESTIMENTOS	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO VI
MIGRANTE	TEMPORÁRIO PESQUISA, ENSINO ou EXTENSÃO ACADÊMICA	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO VII
MIGRANTE	TEMPORÁRIO REUNIÃO FAMILIAR	TEMPORÁRIO	VISITA ATIVIDADES ARTÍSTICAS OU DESPORTIVAS
MIGRANTE	TEMPORÁRIO TRABALHO	TEMPORÁRIO	VISITA NEGÓCIOS
MIGRANTE	TEMPORÁRIO V	TEMPORÁRIO	TEMPORÁRIO VITEM
NÃO APLICÁVEL	RESTOS MORTAIS	TRÂNSITO	CLANDESTINO
NÃO NACIONAIS	DEPORTADO	TRÂNSITO	EXCEPCIONAL
NÃO NACIONAIS	EXPULSO	TRÂNSITO	CONDICIONAL
NÃO NACIONAIS	EXTRADITADO	TRÂNSITO	PRESO
NÃO NACIONAIS	BRASILEIRO DEPORTADO	TRÂNSITO	TRANSBORDO
PENDULAR	FRONTEIRIÇO	TRÂNSITO	TRIPULANTE AÉREO
RESIDENTE	RESIDENTE	TRÂNSITO	TRIPULANTE MARÍTIMO
RESIDENTE	BRASILEIRO	TRÂNSITO	TRIPULANTE TERRESTRE
RESIDENTE	BRASILEIRO COM DUPLA NACIONALIDADE	TRÂNSITO	TRÂNSITO
RESIDENTE	BRASILEIRO DIPLOMATA	TRÂNSITO	VISITA TRÂNSITO
RESIDENTE	BRASILEIRO DIPLOMÁTICO	TRÂNSITO	TRIPULANTE COM RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO
RESIDENTE	SOLICITANTE DE REFÚGIO	TRÂNSITO	TRIPULANTE MARÍTIMO / AUDITORIA E DE CONSULTORIA
RESIDENTE	BRASILEIRO EXPULSO	TURISTA	ESPECTADOR OLÍMPICO
RESIDENTE	BRASILEIRO EXTRADITADO	TURISTA	EXCEPCIONAL
RESIDENTE	BRASILEIRO INADMITIDO NO EXTERIOR	TURISTA	TURISTA
RESIDENTE	OFICIAL	TURISTA	TURISTA COPA DO MUNDO FIFA 2014
RESIDENTE	PERMANENTE	TURISTA	TURISTA OLÍMPICO
RESIDENTE	BRASILEIRO PRESO	TURISTA	VISITA TURISMO
RESIDENTE	TEMPORÁRIO II	TURISTA	

Fonte: OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional, 2021.

1.2.1. ADEQUAÇÃO E TABULAÇÃO DA BASE DE DADOS

A base de dados foi armazenada no banco de dados relacional SQLite, que é um software livre e de domínio público. Sua tabulação foi executada utilizando SQL (Structured Query Language), Linguagem de Consulta Estruturada, uma linguagem padrão de gerenciamento de dados que interage com os principais bancos de dados baseados no modelo relacional, utilizando uma IDE (Integrated Development Environment), Ambiente de Desenvolvimento Integrado, chamada SQLiteStudio. O SQLiteStudio é um gerenciador de banco de dados Open Source e Livre - Lançando sob licença GPLv2.

Foram encontrados 215.762.282 registros entre os anos de 2010 a 2018. No atributo “Tipo_movimento”, foram considerados os valores de “entrada” e “saída”.

Foram encontrados 245.335.704 registros entre os anos de 2010 a 2019. No atributo “Tipo_movimento”, foram considerados os valores de “entrada” e “saída”.

Entre 2010 e 2019 foram registradas 121.974.358 “entradas”, 123.361.346 “saídas”. No tratamento das Unidades da Federação, foi utilizado a variável uf_local_migracao, entre os anos de 2010 e 2019, nas tipologias Migrantes foram registradas 8.829.048 e Temporários, 13.844.920 respeitando as UFs. Em relação aos países, também no período 2010 a 2019, a variável utilizada foi

a pais_nacionalidade, trazendo o retrato dos 30 mais relevantes em relação ao número de entradas e saídas.

1.3. SISMIGRA

O SisMigra veio para substituir o antigo Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), de forma a se adequar à nova lei de migração, Lei 13.445/2017. Assim como a base anterior, é formada por registros administrativos do Departamento de Polícia Federal (DPF), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem por objetivo cadastrar todos os migrantes com vistos de entrada regular no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de turismo. Todas as pessoas com permissão de ingresso devem comparecer, num período máximo de 30 dias, ao Departamento de Polícia Federal para obter o Registro Nacional de Estrangeiro (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2015).

No presente relatório, os autores açãoaram a base de dados revisada, com alguns pequenos ajustes, sobretudo no que diz respeito aos registros considerados como “não aplicáveis”, cujo detalhamento será apresentado abaixo. Em outros artigos, a opção foi utilizar a base a partir das tipologias propostas por Oliveira (2015). A seguir são apresentados a forma como os amparos foram organizados em cada base.

1.3.1. BASE REVISADA

Quadro 1.3.1.

PERMANENTES/RESIDENTES

1	2	5	7	8	9		
10	12	15	16	18	19		
20	21	22	23	25			
33	34						
40	42	43	47	49			
51	52	53	56	58			
60	61	63	64	65			
71	72	76					
83	89						
102	103	104	105	106	108	109	
112	114	115	116	119			
122	123	129					
130	135	137	138	139			
140	141	144	147	148			
155							
160	161	162	168				
170	171	178					
180	185						
195	196						
202	203						
216							
225	227	228					
230	234	235	236				
251	258	259					
274							
286	287						
292	298	299					
303	305	306					
312							

TEMPORÁRIOS

28	29						
30	31	32					
48							
50	54	55					
62	66	67	68	69			
75	77	78	79				
80	81	82	84	85	87		
91	92	93	95	96	98	99	
100	101	107					
110	111	113	117	118			
120	121	124	125	126	127	128	
131	132	133	134				
142	146	149					
150	151	152	153	154	156	158	159
163	164	165	166	167			
172	174	175	179				
187	188	189					
191	192	193	194				
204	205	206	209				
210	218	219					
220	221	222	223				
231	238						
241	242	243	244	245	246	247	
250	252	253	254	257			
263	264	267	268				
273	278	279					
280	281	282	283	384	285	288	289
291	294	295	296	297			
302	306						
310	311						

FRONTEIRIÇOS

36	186	190	217	233	256		
----	-----	-----	-----	-----	-----	--	--

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra - 2021.

1.3.2. AS TIPOLOGIAS PROPOSTAS

Baseado na proposta de Oliveira (2015), foram criadas tipologias que mais aproximassem os dados disponíveis dos deslocamentos característicos de migração, movimentos de curta duração e deslocamentos pendulares, entendendo que a cada uma dessas modalidades estão relacionadas estratégias distintas, associadas ao tem-

po de permanência, à distância percorrida e à inserção na sociedade de destino, entre outros fatores. Assim sendo, a base de dados ora disponibilizada foi analisada a partir das tipologias migrantes – amparos de mais longa duração, temporários – amparos de mais curta duração, e fronteiriços – para os migrantes residentes em cidades de outros países contíguas às fronteiras brasileiras.

Quadro 1.3.2.

MIGRANTES DE LONGO TERMO (PERMANENTES/RESIDENTES)

1', '2', '5', '7', '8', '9', '
 10', '12', '15', '16', '18', '19'
 20', '21', '22', '23', '25',
 33', '34',
 40', '42', '43', '47', '49',
 51', '52', '53', '54', '56', '58',
 60', '61', '63', '64', '65', '66',
 71', '72', '76',
 83', '89',
 102', '103', '104', '105', '106', '108', '109',
 112', '114', '115', '116', '119',
 121', '122', '123', '129',
 130', '135', '137', '138', '139',
 140', '141', '144', '147', '148',
 155', '158', '159',
 160', '161', '162', '163', '164', '168',
 '170', '171', '178', '179',
 '180', '185',
 195', '196',
 202', '203', '205', '206', '209',
 210', '216',
 '225', '227', '228',
 230', '234', '235', '236', '238',
 '240', '248', '249',
 '251', '252', '257', '258', '259',
 265', '266',
 , '273', 274, 278, 279,
 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289,
 292, 297, 298, 299,
 302', 303, 305, 306
 310, 311, 312

TEMPORÁRIOS

28', '29',
 '30', '31', '32',
48
 '50', '55',
 62', '67', '68', '69',
 '75', '77', '78', '79',
 , '80', '81', '82', '84', '85', '87',
 '91', '92', '93', '95', '96', '98', '99',
 100', '101', '107', '110', '111', '113', '117', '118',
 , '120', '124', '125', '126', '127', '128',
 '131', '132', '133', '134',
 142', '146', '149',
 150', '151', '152', '153', '154', '156',
165, '166', '167',
 172', '174', '175',
 187', '188', '189',
 '191', '192', '193', '194',
 '204',
 218', '219',
 '220', '221', '222', '223',
 '231',
 241', '242', '243', '244', '245', '246', '247',
 '250', '253', '254',
 263', '264', '267', '268',
 280, 281, 288,
 291, 294, 295, 296

FRONTEIRIÇOS

36 186 190 217 233 256

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra - 2021.

No processo de aproximação das tipologias propostas pelo OBMigra às do SICREMI, um conjunto de amparos foram caracterizados como “não aplicáveis”, por dizerem respeito a renovações ou mudanças de status na modalidade migratória, como, por exemplo, de temporários

para permanentes. Enfim, por não se tratar de um novo migrante, o entendimento é que esses registros não devem ser computados. Os amparos referentes a esses casos são apresentados no Quadro 1.3.3:

Quadro 1.3.3											
Não aplicáveis											
3	4	6	11	13	14	17					
24	26	27	35	37	38	39	41	44	45	46	
57	59	70	73	74	86	88	90	94	97		
136	143	145	157	169	173	176	177				
181	182	183	184	197	198	199					
200	201	207	208	211	212	213	214	215			
224	226	229	232	237	239						
255	260	261	262	269	270	271	272	275	276	277	290
301	304	307	308	309	313	314					293

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra - 2021.

Assim sendo, a base de dados ora disponibilizada foi analisada, excluindo os casos considerados como não aplicáveis, a partir das tipologias migrantes de longo termo – amparos de mais longa duração; temporários – amparos de mais curta duração, e fronteiriços – para os migrantes residentes em cidades de outros países contíguas às fronteiras brasileiras.

1.3.2. ADEQUAÇÃO E TABULAÇÃO DA BASE DE DADOS

A base de dados foi armazenada no banco de dados relacional SQLite, que é um software livre e de domínio público. Sua tabulação foi executada utilizando SQL (Structured Query Language), Linguagem de Consulta Estruturada, uma linguagem padrão de gerenciamento de dados que interage com os principais bancos de dados

baseados no modelo relacional, utilizando uma IDE (Integrated Development Environment), Ambiente de Desenvolvimento Integrado, chamada SQLiteStudio. O SQLiteStudio é um gerenciador de banco de dados Open Source e Livre - Lançado sob licença GPLv2.

Foram encontrados 1.449.684 registros, incluindo os 154.198 renovação e mudança de status, sendo 98 sem classificação/amparo legal definidos. O intervalo de trabalho foi entre 1800 e 2019, sendo considerado ignorado valores fora desse intervalo. Em relação à variável sexo (sexo_descricao), todos os registros foram descritos entre masculino e feminino, ou seja, sem nenhum valor fora desse escopo. A variável estado civil (estcivil_desc) também não houve nenhum valor fora do escopo descrito na tabulação, Casado, Solteiro, Viúvo e Outro. Para o cálculo da variável Idade/ Faixa etária, foram utilizadas as variáveis data de

nascimento (dtnasc) e as respectivas datas de entrada (data_entrada) e de registro (data_reg), sendo as faixas criadas em relação a idade 0 e 100 anos. Fora desse intervalo foi considerado ignorado. A variável país de nascimento (pnasc_desc), foram destacados os 20 maiores em relação a sua movimentação na classificação Migrantes, os 20 na classificação Temporário e os 09 países na classificação Fronteiriço, os demais agrupados na categoria “Outros países”. Na variável uf de residência (ufres) valores encontrados nas unidades da federação não sendo os oficiais, foram considerados como ignorados.

1.4. RAIS-CTPS-CAGED

Após o pareamento entre as bases de CTPS, RAIS e CAGED todas as informações extraídas de uma dessas bases passaram a ser extraídas da base pareada. Para os resultados a partir de 2020, com a substituição da captação dos dados do CAGED pelo eSocial, o processo de pareamento foi atualizado de forma a incorporar as novidades provenientes da nova base. Inicialmente, serão descritos os procedimentos referentes ao uso da base que vigorou até 2019.

O CAGED é uma base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego com os registros permanentes de admissões e demissões de empregados, sob regime da CLT. Os dados do CAGED são muito utilizados pelo Programa do Seguro-Desemprego para a conferência dos vínculos empregatícios. Além disso, serve como base de tomadas de decisões para ações governamentais, para estudos, pesquisas e projetos sobre o mercado de trabalho (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2015).

A RAIS é um registro administrativo declarado anualmente, de forma obrigatória, por todas as empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que abrange o território nacional, podendo ser desagregada até o

nível municipal. Além disso, é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, servindo como insumo na elaboração de políticas públicas de emprego e renda, sendo também muito utilizada pelos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, acadêmicos, sindicatos, etc.). A elaboração da base teve entre seus objetivos: controlar a atividade trabalhista no país, gerar dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e prover informações sobre o mercado de trabalho.

A base RAIS contempla os dados de todos os trabalhadores com vínculos de subordinação no mercado de trabalho formal, indicando o estoque de trabalhadores em um determinado ano. No caso dos migrantes, abrange aqueles com autorização de trabalho temporário ou permanente, além de informar sobre o ano de chegada no Brasil.

A CTPS era um documento obrigatório para toda pessoa que preste trabalho subordinado, com vínculo celetista. A base de dados da CTPS permite a reprodução, de forma tempestiva, da situação funcional do trabalhador, possibilitando acesso a direitos como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, seguro-desemprego e benefícios previdenciários (OLIVEIRA e CAVALCANTI, 2015).

O OBMigra recebeu extratos das três bases citadas, com os registros que permitiram o tratamento e análise dessas bases para a obtenção das informações de interesse.

O extrato do CAGED contém todos os registros desde 2011 até o final de 2019. Suas principais variáveis são o saldo de movimentação, que indica se o movimento foi de admissão ou demissão e a competência de movimentação, que indica quando a movimentação ocorreu, além de características próprias do trabalhador, como sexo, idade e escolaridade e da ocupação em si, como códigos de atividade (CNAE) e ocupação (CBO)

e salário mensal recebido.

A base de dados do CAGED não possui variável de identificação do país de origem, impossibilitando a identificação dos migrantes unicamente a partir dela (FURTADO et al., 2018). As bases com informações sobre mercado formal de trabalho que dispõem desta identificação são a CTPS e a RAIS. A primeira possui a vantagem de trazer o país de origem de forma mais desagregada, contudo, não permitiria identificar a movimentação de um migrante que emitiu sua CTPS em um período anterior ao do extrato disponível. Com o objetivo de contornar esta limitação e ter uma identificação mais abrangente dos migrantes no mercado de trabalho, os dados da RAIS foram incorporados, permitindo um aumento da listagem em uma base combinada RAIS-CTPS (DICK, FURTADO e OLIVEIRA, 2018).

O extrato da base RAIS contém os registros dos trabalhadores migrantes e naturalizados brasileiros desde 2010 até 2019. A base da RAIS possui a informação da nacionalidade de forma agregada, identificando o país em 29 casos, e com seis categorias do tipo “outros”, em alguns casos permitindo a identificação do continente e em outros não. Com esta base é possível obter informações sobre vínculos ativos ao final de cada ano (estoque) e movimentações ocorridas ao longo do

ano. As principais variáveis da base são o indicador de vínculo ativo em 31/12, que permite saber quais os vínculos se mantiveram até o final do ano, caracterizando o estoque de trabalhadores, além de características próprias do trabalhador e da ocupação, tais como no CAGED. Além disso, o número do PIS possui papel fundamental no pareamento entre as bases, por ser a principal variável usada como identificadora.

Em relação à base de dados da CTPS, os registros de migrantes vêm desde 2009 até o final de 2019, entre emissões (1^a via) e remissões (2^a via). Nesta base, estão presentes variáveis de identificação, sendo essas o nome do migrante e o número do PIS, o país de origem, e outras características como data de nascimento, sexo e nível de escolaridade. Para a ligação com as bases RAIS e CAGED, as variáveis de maior interesse são: o número do PIS, utilizada como identificador do indivíduo, por ser a mais consistente e completa para esta finalidade, o país de origem e o status migratório. Esta última variável contempla um interesse recente de análise em conjunto com a empregabilidade, permitindo que se avalie dados de estoque e de movimentação para cada grupo específico de interesse. A construção do status migratório é explorada em mais detalhes por DICK, FURTADO e OLIVEIRA (2018), sendo ilustrada no Quadro 1.4.1.

Quadro 1.4.1. Recodificação das tipologias de status migratório.

Tipologias de status migratório	Tipologias originais da base CTPS
Permanente (1)	Acordo; Acordo Brasil e Argentina; Acordo Brasil e Bolívia; Asilado; Asilado Político; Circular 33; Dependente Diplomático; Dependentes Mais Médicos; Estrangeiro com Mais De 60 Anos, Com CIE; Estrangeiro com Mais De 60 Anos, Sem CIE; Lei Nº 9.505 (Mais 60 anos/Def. Físico); Permanente; Permanente (maior 51 anos/Def. Fis.); Permanente RN 77/08 MTE (União Estável); Provisório; Provisório (Anistiado); Provisório - Circular 33; Prt. 2524/08 MJ(maior 51 anos/Def. Fis.); Registro Provisório Com CIE; Registro Provisório Sem CIE; Temporário Item V; Tratado de amizade Brasil/Portugal
Temporário Fronteiriço	Temporário; Temporário (eventos esportivos); Temporário Item III; Temporário(Eventos Esportivos) Fronteiriço
Refugiado e Solicitante de refúgio (2)	Base Lei N. 9474; Base Lei N. 9474 (Refugiado); Base Lei N. 9474 art. 21 § 1º; Base Lei N. 9474 art. 21 § 1º (Pedido de Refugio); Base Lei N. 9474 de 22/07/97, Com CIE; Base Lei N. 9474 de 22/07/97, Sem CIE; Pedido de Refugio
Ignorado	Sem informação

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra - 2021.

Fonte: DICK, FURTADO e OLIVEIRA (2018) com atualizações.

Notas: (1) A RN 113 deixou claro o status permanente para os haitianos com acolhida humanitária. Por isto, emissões de carteiras para haitianos ocorridas até o ano de 2014 foram automaticamente classificadas como “Permanente”. Os demais foram classificados conforme a modalidade.

(2) Na origem da base de dados da CTPS, no momento do enquadramento da modalidade migratória, a separação entre as categorias referentes aos refugiados e solicitantes de refúgio parece não ocorrer de forma a refletir o real status migratório do requerente. Nesse sentido, visando contornar esse problema, foi adotada a opção de agregar analiticamente estas modalidades, criando uma única tipologia composta por Refugiados e Solicitantes de refúgio.

1.4.1. TRATAMENTO DA BASE DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)

No processo de tratamento da base CTPS, foi verificado que algumas observações na variável PIS apareciam mais de uma vez, devido à emissão de segunda via da carteira de trabalho. Desta forma, o procedimento de limpeza da base CTPS foi desmembrado em duas etapas distintas, originando duas bases diferentes: a primeira para obter informações sobre emissões de carteiras de trabalho para migrantes e a segunda objetivando a ligação com as bases RAIS e CAGED.

De forma comum aos dois procedimentos de limpeza, foram retiradas inconsistências no preenchimento do PIS, sendo elas as observações

com PIS zero ou com um número muito pequeno de dígitos. No extrato utilizado, houve dois casos em que um mesmo número de PIS estava associado a duas pessoas distintas. Nesses dois casos, optou-se pontualmente por manter a duplidade, para posteriormente tentar resgatar qual dos dois registros deveria ser mantido, a partir da combinação com as bases RAIS e CAGED.

1.4.1.1. LIMPEZA DA BASE PARA EMISSÕES DE NOVAS CARTEIRAS DE TRABALHO

No procedimento de limpeza usado para obter informações sobre emissões de carteiras, são selecionadas apenas as informações de 1ª via. Na ocorrência de mais de uma observação de primeira via para o mesmo indivíduo, apenas

a ocorrência mais antiga é mantida. Com esta base, são efetuados os estudos de emissões de carteiras de trabalho.

1.4.1.2. LIMPEZA DA BASE PARA JUNÇÃO COM RAIS E CAGED

Já no procedimento que visa a ligação com as bases RAIS e CAGED, não é feito filtro de emissão ou reemissão, sendo priorizada a ocorrência mais recente em caso de mais de uma observação para o mesmo indivíduo. Quando as bases originais são recebidas, o procedimento de limpeza é aplicado e a base resultante é usada para a etapa de pareamento, permitindo obter os dados de movimentação no CAGED daquele mês, sem aplicação retroativa. Este procedimento é feito a fim de minimizar a flutuação dos resultados, decorrente da maior identificação de migrantes no CAGED.

1.4.2. LIGAÇÃO ENTRE AS BASES CTPS E RAIS

O procedimento detalhado de ligação entre as bases é descrito em DICK, FURTADO e OLIVEIRA (2018). Ao final deste procedimento são geradas duas bases, denominadas de RAIS-CTPS estoque e RAIS-CTPS movimentação. A primeira permite que o estudo do estoque a partir da RAIS ganhe um refinamento de informações, pela agregação de variáveis da CTPS na base de dados da RAIS (por exemplo, o status migratório). Já a segunda traz um ganho considerável na identificação dos migrantes no mercado de trabalho formal pelo CAGED.

O pareamento entre as bases CTPS e RAIS foi realizado até 2020, com seus resultados incorporados tanto à análise de vínculos ativos, na base RAIS-CTPS estoque. Para a base de movimentação, o procedimento foi aplicado até 2019, uma vez que os dados captados a partir do eSocial

fornecem uma cobertura muito abrangente das movimentações no CAGED a partir de 2020.

1.4.3. LIGAÇÃO COM A BASE CAGED

Após o procedimento que gera a base RAIS-CTPS movimentação, realizou-se a junção das duas bases, sendo o número do PIS a chave para a junção. As variáveis CPF e nome foram utilizadas para verificar a adequação da junção efetuada, desconsiderando casos em que havia divergência de CPF e nome, apesar do mesmo número de PIS. Desta forma, as informações relativas à CTPS e à RAIS, principalmente o país de origem, são agregados à base CAGED, de forma que as informações dos migrantes podem ser identificadas na base conjunta.

Com relação aos registros, citados anteriormente, onde o mesmo número de PIS estava associado a duas pessoas distintas, em um dos casos foi possível identificar o indivíduo correto após a ligação com o CAGED.

Após a junção com o CAGED, é aplicado um procedimento para separar apenas as movimentações dos períodos desejados. Este procedimento é necessário pois as bases são organizadas por competência de declaração, e possuem tanto os dados das declarações dentro do prazo quanto as fora do prazo relativas aos últimos doze meses (MTE, 2011). Portanto, para compor as bases de um período, por exemplo 2017, são agregados os movimentos ocorridos e declarados em 2017 (dentro do prazo) com os movimentos ocorridos em 2017 e declarados em 2018 (fora do prazo). As bases de 2011 e 2012 não possuem a informação da competência de movimentação, portanto são exceções neste procedimento.

1.4.4. GERAÇÃO DA BASE DE NÃO OCUPADOS

A partir do pareamento entre as bases de dados CTPS, RAIS e CAGED, foi possível combinar as informações provenientes destas para caracterizar os migrantes com vínculo formal de trabalho e, por outro lado, este esforço permitiu caracterizar os migrantes que permaneceram sem vínculo formal de trabalho.

A construção desta base de não ocupados seguiu a seguinte lógica, aplicada para cada ano de 2011 a 2019: foram considerados como não ocupados todos aqueles que atenderam simultaneamente aos requisitos ilustrados a seguir:

1. Apresentaram alguma indicação anterior de ocupação ou de intenção de estar ocupado;
2. Não se encontravam ocupados no final do ano.

Para o primeiro ponto, foram considerados os migrantes que constavam no extrato RAIS até o final do ano em questão, indicando que estiveram ocupados em algum momento anterior, ou que tiveram emissão ou reemissão de CTPS até o final do ano em questão, indicando que tinham interesse de se inserir no mercado de trabalho. Estas informações combinadas compõem a base harmonizada que foi chamada de RAIS-CTPS movimentação.

Para o segundo ponto, foram considerados aqueles que apresentaram desligamento como última movimentação ou que não apresentaram nenhuma movimentação, na base RAIS-CTPS-CAGED, no ano em questão. Além disso, não deveriam constar como vínculo ativo na RAIS-CTPS estoque ao final daquele ano.

Após a construção da base, uma etapa importante é a harmonização entre as variáveis, provenientes de três diferentes fontes. As principais variáveis que passaram pelo processo de har-

monização são país, sexo, idade e instrução. A harmonização foi construída de forma a priorizar a fonte que fornecesse a informação de maneira mais recente ou mais completa. Para a idade, a informação harmonizada foi a data de nascimento, com a idade calculada para 31/12 do referido ano. Outra variável importante na análise é o status migratório, contudo, esta é originária apenas da CTPS, tornando simples o seu processo de definição final aqui.

É importante reforçar que a construção deste grupo de não ocupados é fruto do trabalho de pareamento e harmonização dos dados provenientes das três bases RAIS, CTPS e CAGED. Contudo, o que sabemos é que eles não estavam inseridos no mercado formal de trabalho, mas não é possível identificar em que situação específica eles se encontram, podendo estar desocupados, fora da força de trabalho, ocupação informal ou mesmo re-emigração. Em função disso, é razoável supor que os totais absolutos obtidos destas bases estejam superestimados. Outro ponto que vale ser destacado é que, até o fechamento deste relatório, os dados da base de não ocupados não haviam sido trabalhados para 2020.

Por fim, é importante ressaltar alguns aspectos gerais, relevantes no processo de junção das bases. Uma limitação que permanece é que, como a identificação dos migrantes no CAGED depende do extrato das bases CTPS e RAIS, é possível que um migrante com movimentação no mercado de trabalho (admissões ou demissões) não seja identificado porque, por exemplo, emitiu sua CTPS em um período anterior ao coberto pelo extrato disponível e se encontrava fora do mercado de trabalho desde um ano anterior ao coberto pela RAIS. Se este mesmo migrante emitir uma segunda via da sua CTPS, ou se aparecer no estoque da RAIS, ele passará a compor o extrato e terá suas movimentações anteriores identificadas. Outra limitação presente na junção das duas bases, que decorre do fato do processo de emissão das carteiras de trabalho no Estado

de São Paulo não estar totalmente informatizada. Em função disso, uma parcela das carteiras emitidas manualmente não consta da base de dados, o que implica em uma subestimação da movimentação dos trabalhadores migrantes naquela Unidade da Federação.

Contudo, há um ganho considerável ao se utilizar a base RAIS em conjunto com CTPS e CAGED para a identificação dos migrantes no mercado formal de trabalho no Brasil, tanto em relação ao estoque quanto à movimentação, amenizando o impacto sentido pelas limitações citadas anteriormente.

1.4.5. UTILIZAÇÃO DOS DADOS CAPTADOS A PARTIR DO ESOCIAL

No processo de transição da captação dos dados, passando a utilizar o eSocial, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) passou a adotar um trabalho baseado em imputação de dados de diferentes fontes, a fim de melhor qualificar as informações de movimentação no mercado formal de trabalho, dando origem ao novo CAGED, cuja metodologia foi divulgada pela SEPRT (Ministério da Economia, 2020).

A base de dados do novo CAGED foi disponibilizada para o OBMigra contendo registros a partir de janeiro/2020. Esta base não possui diretamente a informação do país de nacionalidade ou de nascimento de cada indivíduo, de forma que este dado precisou ser agregado a partir de outra fonte. Assim, o trabalho de pareamento entre as bases RAIS, CTPS e CAGED, descrito anteriormente, foi utilizado para permitir a identificação da nacionalidade. Paralelamente, para permitir a identificação da nacionalidade nos registros mais recentes, foi obtida, junto ao Ministério da Economia, a listagem dos CPFs que tiveram movimentação a partir de novembro/2019, com as respectivas informações de nacionalidade e

país de nascimento, obtidas a partir dos dados do eSocial com batimento dos CPFs da base de vínculos da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Para permitir o uso da base harmonizada, foi necessário um tratamento preliminar, pois esta base foi tratada de tal forma que sua chave identificadora fosse o número do PIS, enquanto para as novas bases, a chave é o número do CPF. A base RAIS-CTPS movimentação possui 648.938 registros, referentes ao extrato do pareamento entre as bases RAIS e CTPS até 2019, feito com o intuito de identificar os migrantes no CAGED.

Para que fosse efetuada a alteração na base, de forma que a nova chave seja o número do CPF, divergências foram identificadas e duplicatas foram tratadas. Vale ressaltar que este tipo de tratamento já havia sido efetuado no momento da construção desta base, mas utilizando o PIS como chave. O resultado do tratamento foi:

- Registros pareados entre RAIS e CTPS, com informação do CPF consistente para uso: 228.273;
- Registros não pareados, com informação do CPF disponível em uma das fontes: 419.358
- Registros pareados entre RAIS e CTPS, com informação do CPF inconsistente: 283;
- Registros não pareados, sem informação disponível de CPF: 1.024

Assim, o total de registros sem informação disponível ou com informação inconsistente foi de 1.307. Estes precisaram ser descartados, e representavam fração muito baixa do total (0,2%).

Em seguida, foi realizada a identificação de possíveis registros duplicados. Novamente, a base RAIS-CTPS movimentação já é tratada para esta possibilidade, mas a partir do número do PIS. Pelo CPF, foram identificados 10.020 números de CPF com mais de uma ocorrência na base, totalizando 20.256 registros. Os registros foram

limpos adotando as seguintes regras de prioridade:

- 1) Informação da CTPS priorizada em relação à RAIS;
- 2) Informação mais recente priorizada;
- 3) País classificado como “não especificado” no conversor perde a prioridade

Em seguida, as informações dos extratos RAIS-CTPS e da listagem de CPFs com nacionalidades e países de nascimento foram utilizadas para identificar os migrantes nas bases do novo CAGED através de pareamento entre as três fontes. Feito o pareamento, foi criada a variável harmonizada de país, e nesta foi aplicado o conversor de países e continentes para padronização da escrita e de casos específicos. Além disso, a informação do país de nascimento para os registros provenientes da listagem também foi mantida na base conjunta. A regra para definir a variável harmonizada de país foi:

- 1) Se na listagem a indicação for de país de nacionalidade Brasil, será considerado NATURALIDADE BRASILEIRA;
- 2) Se não, priorizar informação de país originária da CTPS;
- 3) Em seguida, priorizar informação de nacionalidade originária da listagem;
- 4) Por último, usar informação de país originária da RAIS.

Em resumo, após o trabalho de pareamento e

harmonização das bases de dados RAIS, CTPS e CAGED, foram consolidados quatro extratos que permitem obter diretamente as informações de interesse, que foram usadas neste relatório:

1. Carteiras de Trabalho e Previdência Social emitidas: obtida diretamente da base CTPS, após o tratamento adequado da base, permite obter informações sobre carteiras de trabalho emitidas;
2. Harmonizada RAIS-CTPS estoque: obtida a partir do trabalho de pareamento e harmonização das bases RAIS e CTPS, permite obter informações sobre vínculos formais no mercado de trabalho;
3. Harmonizada RAIS-CTPS-CAGED: obtida a partir do trabalho de pareamento e harmonização envolvendo RAIS, CTPS e CAGED, com a incorporação da listagem de CPFs obtida a partir do eSocial em 2020, permite obter informações sobre movimentação no mercado formal de trabalho;
4. Harmonizada de não ocupados: obtida a partir do trabalho de pareamento e harmonização envolvendo RAIS, CTPS e CAGED, permite obter informações sobre migrantes não ocupados em vínculos formais no mercado de trabalho.

O Quadro 1.4.1 ilustra os totais obtidos, por ano, em cada uma das quatro bases citadas.

Quadro 1.4.1. Totais obtidos a partir das bases trabalhadas, por ano

Ano	Totais por base					Harmonizada de não ocupados (4)	
	CTPS emitidas (1)	Harmonizada RAIS-CTPS estoque (2)	Harmonizada RAIS-CTPS-CAGED (3)				
			Admissões	Desligamentos			
2010	8.649	55.148		
2011	13.042	62.423	36.364	30.231	40.518		
2012	23.244	72.852	46.045	39.175	67.327		
2013	37.050	92.011	69.105	52.490	99.983		
2014	45.695	116.375	95.009	76.208	138.544		
2015	41.352	127.879	88.767	82.930	184.413		
2016	32.063	113.295	64.540	81.710	243.965		
2017	35.715	122.658	66.333	57.811	281.400		
2018	68.986	136.329	74.453	61.358	344.230		
2019	92.258	147.674	95.650	74.202	423.769		
2020	..	181.385	92.570	68.378	..		

Fonte: Elaboração própria dos autores, a partir dos dados:

- (1) Ministério da Economia, CTPS, 2010-2019.
- (2) Base harmonizada RAIS-CTPS estoque, 2010-2020.
- (3) Base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2011 a 2020.
- (4) Base harmonizada de não ocupados, 2011-2019.

1.4.6. TRATAMENTOS DOS DADOS PARA AS ANÁLISES

Algumas variáveis derivadas são geradas para o processo de tabulação, como os grandes grupos ocupacionais e os grupos de atividade econômica. O primeiro é criado a partir da variável ocupação, utilizando o primeiro dígito do código CBO. Já os grupos de atividade são definidos a partir da variável atividade, seguindo os agrupamentos da CNAE 2.0 conforme ilustrado no Quadro 1.4.2.

Para as análises envolvendo valores monetários, foi efetuado um procedimento de deflacionamento, a fim de colocar todos os valores na mesma escala, permitindo comparações diretas entre os indicadores obtidos. O índice adotado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nacional (IBGE, 2021). Desta forma, todos os valores

monetários, como o salário mensal, foram deflacionados para o período de referência indicado. Adicionalmente, foi aplicado o tratamento para remoção de *outliers*, visando minimizar a influência destes no cálculo dos indicadores agregados. Foram considerados *outliers* os rendimentos com valor menor que 0,3 salário-mínimo ou maior que 150 salários-mínimos.

Por fim, os valores monetários foram agregados em percentis de renda, que visam dividir a população em grupos de mesmo tamanho ordenados pelo rendimento de interesse. A classificação nos grupos foi feita nas etapas: 1) estimação os valores dos percentis desejados; 2) uso desses valores como separatrizes para definição dos grupos. Assim estes grupos ficam bem definidos, no sentido de não ter pessoas com mesmo valor em classes distintas.

Quadro 1.4.2. Construção dos grupos de atividade econômica

Grupo	Seção CNAE	Subclasses (dois primeiros dígitos)
Agropecuária	A	01 - 03
Indústria	B, C, D, E	05 - 39
Construção	F	41 - 43
Comércio e reparação	G	45 - 47
Administração pública	O	84
Educação, saúde e serviços sociais	P, Q	85 - 88
Serviços domésticos	T	97
Demais serviços	H, I, J, K, L, M, N, R, S, U	49 - 82; 90 - 96; 99
Atividades mal definidas	-	Demais casos

Fonte: Elaboração própria dos autores, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

1.5. SOLICITAÇÕES DE REFÚGIO

Os dados sobre solicitações de refúgio são obtidos a partir de extração de parte do banco de dados STI-MAR, sob responsabilidade da Polícia Federal. Como o extrato obtido pelo OBMigra utilizada não possui variáveis identificadoras do migrante, não foi possível aplicar nenhum tratamento de limpeza de duplicatas. Os principais procedimentos de criação de variáveis tabuláveis são apresentados a seguir:

i) Foram utilizadas nas tabulações apenas as linhas de registros com status “ativo”. Os registros com STATUS “excluídos” ou “inativo” foram removidos da base.

ii) Os registros de Data de Nascimento e Data de Registro possuem o formato DD/MM/YYYY HH:MM:SS. Para a criação da variável “Idade”, foi calculado o número de dias entre estas datas, utilizando-se apenas as informações de dia, mês e ano, descartando as horas. Em seguida, verificou-se que todas as idades superiores a 100 anos eram originadas de registros com inconsistências no preenchimento no ano de nascimento, de modo que estas idades foram consideradas

“Não Informadas”. Por fim, categorizou-se as idades em intervalos de 10 anos.

1.6. CONARE

A base de dados do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE está em fase de transição para um sistema estruturado, o SISCONARE, que irá fazer toda gestão dos processos de solicitações, análises e concessões de refúgio, o que pode vir a acarretar alterações no tratamento das bases. Enquanto a transição não se completa, a base atual foi enviada pelo CONARE ao OBMigra que a recepcionou e a tratou de modo a possibilitar o uso estatístico.

A seguir são apresentadas as variáveis e as etapas de tratamento aplicados à base.

As variáveis contidas na base do CONARE são:

- Número do processo
- Oficial responsável
- Resumo do caso
- Fundamentação
- Motivação para ter deixado o país/Caracte-

- rística que levou o solicitante a deixar o país
- Plenária
 - Nome do solicitante
 - Sexo do solicitante
 - Data de nascimento do solicitante
 - País de nacionalidade do solicitante
 - Tipo de processo
 - Data da decisão
 - Ano da decisão
 - Ano do processo
 - Cidade de solicitação
 - Unidade da Federação de solicitação

Foi feito um trabalho de exclusão de casos duplicados a partir das seguintes variáveis: “Nome do solicitante”, “Data de nascimento do solicitante” e “Tipo de processo”.

Se as três variáveis citadas apresentassem valores iguais a solicitação foi tratada como uma duplicação e assim excluída da análise final.

A variável derivada ‘Idade do solicitante’ foi calculada a partir das variáveis “Data de nascimento” e “Data da decisão”. Para os casos nos quais não havia informação sobre uma das variáveis utilizadas no cálculo a variável “Idade do solicitante” foi considerada não informada.

O País de nacionalidade do solicitante foi padronizado para sua nomenclatura ser comparável com as outras bases de dados trabalhadas pelo OBMigra.

A variável “Sexo” foi padronizada de modo que para mulheres foi atribuída a categoria “F” e para os homens, “M”. Casos fora desse escopo foram classificados como não especificados, “NE”.

A variável Tipo de Processo foi padronizada e re-categorizada seguindo o quadro a seguir:

Quadro 1.6.1. Tipo de processo

Categoria Original	Categoria Padronizada
ARQUIVADO - CG	ARQUIVADO
ARQUIVAMENTO PLENÁRIA	ARQUIVADO
CESSAÇÃO	CESSAÇÃO
ELEGIBILIDADE - DEFERIDO	DEFERIDO
EXTENSÃO DOS EFEITOS DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO - DEFERIDO	EXTENSÃO DEFERIDA
EXTENSÃO DOS EFEITOS DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO - INDEFERIDO	EXTENSÃO INDEFERIDA
EXTINÇÃO (DESISTÊNCIA SEM FORMULÁRIO PRÓPRIO)	EXTINÇÃO
EXTINÇÃO (SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO) ART.6-B	EXTINÇÃO
EXTINTO CG	EXTINÇÃO
ELEGIBILIDADE - INDEFERIDO	INDEFERIDO
INDEFERIDO - REGULARIZADO (CNIG)	INDEFERIDO
Em branco	NE
ÓBITO	ÓBITO
PERDA DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO	PERDA DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO
REASSENTAMENTO	REASSENTAMENTO
SEM INFO	SEM INFORMAÇÃO

Fonte: Elaboração própria dos autores, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

A variável Fundamentação foi padronizada e re-categorizada seguindo o quadro a seguir:

A categoria “APATRIDIA C/C REFÚGIO” na variável Fundamentação é atribuída a partir da variável País de Nacionalidade com resposta Apátrida.

Quadro 1.6.2. Fundamentação	
Categoria Original	Categoria Padronizada
AUSÊNCIA DE CREDIBILIDADE EXTERNA	AUSÊNCIA DE CREDIBILIDADE
AUSÊNCIA DE CREDIBILIDADE INTERNA	AUSÊNCIA DE CREDIBILIDADE
PEDIDO MANIFESTAMENTO INDUNDADO	AUSÊNCIA DE FUNDADO TEMOR
ENCAMINHADOS AO CNIG	ENCAMINHADOS AO CNIG
GGVDH	GGVDH
GRUPO SOCIAL	GRUPO SOCIAL
NACIONALIDADE	NACIONALIDADE
NE	NE
OPINIÃO POLÍTICA	OPINIÃO POLÍTICA
GRUPO SOCIAL; OPINIÃO POLÍTICA	OUTROS
GRUPO SOCIAL; RELIGIÃO	OUTROS
NACIONALIDADE; GRUPO SOCIAL	OUTROS
NACIONALIDADE; OPINIÃO POLÍTICA	OUTROS
NACIONALIDADE; RAÇA	OUTROS
OPINIÃO POLÍTICA IMPUTADA	OUTROS
OPINIÃO POLÍTICA; GRUPO SOCIAL	OUTROS
OPINIÃO POLÍTICA; RELIGIÃO	OUTROS
RAÇA, TRIBO OU ETNIA; GRUPO SOCIAL	OUTROS
RAÇA, TRIBO OU ETNIA; OPINIÃO POLÍTICA	OUTROS
RELIGIÃO; GRUPO SOCIAL	OUTROS
RELIGIÃO; OPINIÃO POLÍTICA	OUTROS
RELIGIÃO; RAÇA, TRIBO OU ETNIA	OUTROS
RAÇA, TRIBO OU ETNIA	RAÇA
RELIGIÃO	RELIGIÃO

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do CONARE - 2020.

1.7. INEP

A partir do Relatório Anual de 2020, o OBMigra inaugurou uma nova linha de investigação voltada ao acesso aos serviços públicos por parte da população imigrante, iniciando pelo ensino regular. Para tanto, utilizou como fonte de dados os Censos Escolar e de Nível Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Eduacionais Anísio Teixeira – INEP, a partir do acesso aos dados públicos disponibilizados pelo INEP.

Para disponibilizar essas bases aos seus usuários e de modo a assegurar alguma padronização com as demais bases de registros administrativos investigadas, foi necessário adotar algumas etapas de tratamento nas bases do INEP, que são apresentadas a seguir.

Censo Escolar:

O recorte temporal para base do Censo Escolar foi de 2010 a 2019. Como toda análise se baseia em avaliar a jornada do imigrante nas etapas de ensino é importante saber em qual segmento da educação ao aluno se encontra. Para isso, no Censo Escolar, existe uma variável que informa qual Etapa de Ensino (TP_ETAPA_ENSINO) o aluno se encontra (Educação Infantil, Ensino

Fundamental, Ensino Médio, Curso Técnico ou EJA). Porém, no período analisado 14.761 alunos apresentaram a variável Etapa de Ensino sem informação. Sendo assim, esses 14.761 casos não foram incluídos na análise.

Ao longo dos anos algumas variáveis apresentaram mudança na nomenclatura e com intuito de padronizar as mesmas foi feita a seguinte atualização:

Quadro 1.7.1. Censo Escolar

Nome original	Nome padronizado
CO_PESSOA_FISICA	ID_ALUNO
ANO_CENSO	NU_ANO_CENSO
PK_COD_MATRICULA	ID_MATRICULA
FK_COD_ALUNO	ID_ALUNO
NUM_IDADE_REFERENCIA	NU_IDADE_REFERENCIA
NUM_IDADE	NU_IDADE
NUM_DUR_AEE_MESMA_REDE	NU_DUR_AEE_MESMA_REDE
NUM_DUR_AEE_OUTRAS_REDES	NU_DUR_AEE_OUTRAS_REDES
FK_COD_PAIS_ORIGEM	CO_PAIS_ORIGEM
FK_COD_ESTADO_NASC	CO_UF_NASC
FK_COD_MUNICIPIO_DNASC	CO_MUNICIPIO_NASC
FK_COD_ESTADO_END	CO_UF_END
FK_COD_MUNICIPIO_END	CO_MUNICIPIO_END
ID_ZONA_RESIDENCIAL	TP_ZONA_RESIDENCIAL
ID_TIPO_ATENDIMENTO	TP_OUTRO_LOCAL_AULA
ID_N_T_E_P	IN_TRANSPORTE_PUBLICO
ID_RESPONSAVEL_TRANSPORTE	TP_RESPONSAVEL_TRANSPORTE
ID_TRANSP_VANS_KOMBI	IN_TRANSP_VANS_KOMBI
ID_TRANSP_MICRO_ONIBUS	IN_TRANSP_MICRO_ONIBUS
ID_TRANSP_ONIBUS	IN_TRANSP_ONIBUS
ID_TRANSP_BICICLETA	IN_TRANSP_BICICLETA
ID_TRANSP_TR_ANIMAL	IN_TRANSP_TR_ANIMAL
ID_TRANSP_OUTRO_VEICULO	IN_TRANSP_OUTRO_VEICULO
ID_TRANSP_EMBAR_ATE5	IN_TRANSP_EMBAR_ATE5
ID_TRANSP_EMBAR_5A15	IN_TRANSP_EMBAR_5A15

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do INEP, Censo Escolar - 2019.

Quadro 1.7.2. Censo Escolar

Nome original	Nome padronizado
ID_TRANSPI_EMBAR_15A35	IN_TRANSPI_EMBAR_15A35
ID_TRANSPI_EMBAR_35	IN_TRANSPI_EMBAR_35
ID_TRANSPI_TREM_METRO	IN_TRANSPI_TREM_METRO
ID_POSSUI_NECESSIDADE_ESPECIAL	IN_NECESSIDADE_ESPECIAL
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_CEGUEIRA	IN_CEGUEIRA
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_BAIXA_VISAO	IN_BAIXA_VISAO
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_SURDEZ	IN_SURDEZ
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_DEF_AUDITIVA	IN_DEF_AUDITIVA
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_SURDO_CEGUEIRA	IN_SURDOCEGUEIRA
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_DEF_FISICA	IN_DEF_FISICA
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_DEF_INTELECTUAL	IN_DEF_INTELECTUAL
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_DEF_MULTIPLAS	IN_DEF_MULTIPLA
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_AUTISMO	IN_AUTISMO
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_ASPERGER	IN_SINDROME_ASPERGER
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_RETTE	IN_SINDROME_RETTE
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_TDI	IN_TRANSTORNO_DI
ID_TIPO_NECESSIDADE_ESPECIAL_SUPERDOTACAO	IN_SUPERDOTACAO
ID_TIPO_RECURSO_ESP_LEDOR	IN_RECURSO_LEDOR
ID_TIPO_RECURSO_ESP_TRANSCRICAO	IN_RECURSO_TRANSCRICAO
ID_TIPO_RECURSO_ESP_INTERPRETE	IN_RECURSO_INTERPRETE
ID_TIPO_RECURSO_ESP_LIBRAS	IN_RECURSO_LIBRAS
ID_TIPO_RECURSO_ESP_LABIAL	IN_RECURSO_LABIAL
ID_TIPO_RECURSO_ESP_BRAILLE	IN_RECURSO_BRAILLE
ID_TIPO_RECURSO_ESP_AMPLIADA_16	IN_RECURSO_AMPLIADA_16
ID_TIPO_RECURSO_ESP_AMPLIADA_20	IN_RECURSO_AMPLIADA_20

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do INEP, Censo Escolar - 2019.

Quadro 1.7.3. Censo Escolar

Nome original	Nome padronizado
ID_TIPO_REC_ESP_AMPLIADA_24	IN_RECURSO_AMPLIADA_24
ID_TIPO_REC_ESP_NENHUM	IN_RECURSO_NENHUM
ID_INGRESSO_FEDERAIS	TP_INGRESSO_FEDERAIS
FK_COD_ETAPA_ENSINO	TP_ETAPA_ENSINO
ID_ETAPA_AGREGADA_MAT	TP_ETAPA_AGREGADA
PK_COD_TURMA	ID_TURMA
FK_COD_CURSO_PROF	CO_CURSO_EDUC_PROFISSIONAL
COD_UNIFICADA	TP_UNIFICADA
FK_COD_TIPO_TURMA	TP_TIPO_TURMA
PK_COD_ENTIDADE	CO_ENTIDADE
FK_COD_ESTADO_ESCOLA	CO_UF
COD_MUNICIPIO_ESCOLA	CO_MUNICIPIO
FK_CODIGO_DISTRITO	CO_DISTRITO
ID_DEPENDENCIA ADM_ESC	TP_DEPENDENCIA
ID_LOCALIZACAO_ESC	TP_LOCALIZACAO
DESC_CATA_ESCOLA_PRIV	TP_CATEGORIA_ESCOLA_PRIVADA
ID_CONVENIADA_PP_ESC	IN_CONVENIADA_PP
ID_TIPO_CONVENIO_PODER_PUBLICO	TP_CONVENIO_PODER_PUBLICO
ID_MANT_ESCOLA_PRIVADA_EMP	IN_MANT_ESCOLA_PRIVADA_EMP
ID_MANT_ESCOLA_PRIVADA_ONG	IN_MANT_ESCOLA_PRIVADA_ONG
ID_MANT_ESCOLA_PRIVADA_SIND	IN_MANT_ESCOLA_PRIVADA_SIND
ID_MANT_ESCOLA_PRIVADA_SIST_S	IN_MANT_ESCOLA_PRIVADA_SIST_S
ID_MANT_ESCOLA_PRIVADA_S_FINS	IN_MANT_ESCOLA_PRIVADA_S_FINS
ID_DOCUMENTO_REGULAMENTACAO	TP_REGULAMENTACAO
ID_LOCALIZACAO_DIFERENCIADA	TP_LOCALIZACAO_DIFERENCIADA
ID_EDUCACAO_INDIGENA	IN_EDUCACAO_INDIGENA

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do INEP, Censo Escolar - 2019.

O País de nacionalidade do solicitante foi padronizado para sua nomenclatura ser comparável com as outras bases de dados trabalhadas pelo OBMigra.

Censo Superior:

O recorte temporal para base do Censo Superior foi de 2010 a 2018. Ao longo dos anos, como

também observado para as bases do Censo Escolar, algumas variáveis apresentaram mudança na nomenclatura e com intuito de padronizar as mesmas foi feita a seguinte atualização, conforme o quadro 1.7.4.

Além de ajuste no nome de variáveis, foi necessário atualizar categorias de algumas variáveis, conforme a listagem do quadro 1.7.5.

Quadro 1.7.4. Censo Superior

Nome original	Nome padronizado
CO_OCDE	CO_CINE_ROTULO
CO_PAIS_ORIGEM_ALUNO	CO_PAIS_ORIGEM
CO_ALUNO	ID_ALUNO
IN_ALUNO_DEFICIENCIA	IN_DEFICIENCIA
IN_ALUNO_DEF_TGD_SUPER	IN_DEFICIENCIA
TP_DEFICIENCIA	IN_DEFICIENCIA
IN_FINANC_ESTUDANTIL	IN_FINANCIAMENTO_ESTUDANTIL
IN_ING_AVALIACAO_SERIADA	IN_INGRESSO_AVALIACAO_SERIADA
IN_ING_CONVENIO_PECG	IN_INGRESSO_CONVENIO_PECG
IN_ING_DECISAO_JUDICIAL	IN_INGRESSO_DECISAO_JUDICIAL
IN_ING_ENEM	IN_INGRESSO_ENEM
IN_ING_OUTRA_FORMA	IN_INGRESSO_OUTRA_FORMA
IN_ING_OUTRA_FORMA_SELECAO	IN_INGRESSO_OUTRO_TIPO_SELECAO
IN_ING_SELECAO_SIMPLIFICADA	IN_INGRESSO_SELECAO_SIMPLIFICA
IN_ING_TRANSF_EXOFFICIO	IN_INGRESSO_TRANSF_EXOFFICIO
IN_ING_SELECAO_VAGA_PROG_ESPEC	IN_INGRESSO_VAGA_PROG_ESPECIAL
IN_ING_SELECAO_VAGA_REMANESC	IN_INGRESSO_VAGA_REMANESC
IN_ING_VESTIBULAR	IN_INGRESSO_VESTIBULAR
ANO_INGRESSO	NU_ANO_INGRESSO
NU_ANO_ALUNO_NASC	NU_ANO_NASCIMENTO
NU_DIA_ALUNO_NASC	NU_DIA_NASCIMENTO
NU_MES_ALUNO_NASC	NU_MES_NASCIMENTO
NU_IDADE_ALUNO	NU_IDADE
CO_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA	TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA
CO_COR_RACA_ALUNO	TP_COR_RACA
TP_PROCEDE_EDUC_PUBLICA	TP_ESCOLA_CONCLUSAO_ENS_MEDIO
CO_TIPO_ESCOLA_ENS_MEDIO	TP_ESCOLA_CONCLUSAO_ENS_MEDIO
CO_GRAU_ACADEMICO	TP_GRAU_ACADEMICO
CO_MOBILIDADE_ACADEMICA	TP_MOBILIDADE_ACADEMICA
CO_MOBILIDADE_ACADEMICA_INTERN	TP_MOBILIDADE_ACADEMICA_INTERN
CO_MODALIDADE_ENSINO	TP_MODALIDADE_ENSINO
CO_NACIONALIDADE_ALUNO	TP_NACIONALIDADE
CO_NIVEL_ACADEMICO	TP_NIVEL_ACADEMICO
IN_SEXO_ALUNO	TP_SEXO
CO_ALUNO_SITUACAO	TP_SITUACAO
CO_TURNO_ALUNO	TP_TURNO

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do INEP, Censo Ensino Superior - 2018.

Quadro 1.7.5.

Nome da variável (Atualizado)	Ano que necessita modificação	Categoria original	Categoria atualizada
TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA	2012	6	7
TP_COR_RACA	2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016	6	9
TP_SEXO	2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016	0	2
IN_DEFICIENCIA	2013, 2014, 2015, 2016	2	9
TP_ESCOLA_CONCLUSAO_ENS_MEDIO	2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016	2	9
TP_ESCOLA_CONCLUSAO_ENS_MEDIO	2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016	0	2

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do INEP, Censo Ensino Superior - 2018.

Na variável TP_ESCOLA_CONCLUSAO_ENS_MEDIO, nos anos de 2010 a 2016, era perguntado se “o aluno havia estudado em escola pública no ensino médio”, tendo respostas possíveis “Sim”, “Não” ou “Não dispõe da informação”. Após 2016, a pergunta foi reformulada para “Tipo de escola que estudou no ensino médio” apresentando como opções de respostas “Pública”, “Privada” ou “Não dispõe da informação”. Portanto, nos anos de 2010 a 2016 a categoria “Não dispõe de informação” precisou ser modificada de 2 para 9. Já a categoria “Não” precisou ser modificada de 0 para 2.

Adotando o mesmo procedimento implementado nas bases do Censo Escolar, o País de nacionalidade do solicitante foi padronizado para sua nomenclatura ser comparável com as outras bases de dados trabalhadas pelo OBMigra.

ENEM:

O recorte temporal para base do ENEM foi de 2013 a 2019. Ao longo dos anos algumas variáveis apresentaram mudança na nomenclatura e com intuito de padronizar as mesmas foi feita a seguinte atualização:

Quadro 1.7.6. ENEM

Nome original	Nome padronizado
COD_MUNICIPIO_RESIDENCIA	CO_MUNICIPIO_RESIDENCIA
COD_UF_RESIDENCIA	CO_UF_RESIDENCIA
UF_RESIDENCIA	SG_UF_RESIDENCIA
IDADE	NU_IDADE
NACIONALIDADE	TP_NACIONALIDADE
ST_CONCLUSAO	TP_ST_CONCLUSAO
IN_TP_ENSINO	TP_ENSINO

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do INEP, Censo Ensino Superior - 2018.

No ENEM existe um questionário socioeconômico preenchido pelos alunos e ao longo dos anos a numeração das perguntas desse questionário também sofreu várias mudanças, sendo necessário implementar a de padronização dessas categorias, conforme tratamento apresentado abaixo para cada ano.

Além de ajuste no nome de variáveis, foi necessário atualizar categorias de algumas variáveis, conforme listagem do quadro 1.7.6.

Quadro 1.7.7. ENEM

2013 e 2014	
Nome original	Nome padronizado
Q003	QSE3
Q016	QSE4
Q010	QSE5
Q017	QSE6
Q035	QSE7
2015 e 2016	
Nome original	Nome padronizado
Q003	QSE1
Q004	QSE2
Q006	QSE3
Q022	QSE4
Q024	QSE5
Q025	QSE6
Q047	QSE7
2017 e 2018	
Nome original	Nome padronizado
Q003	QSE1
Q004	QSE2
Q006	QSE3
Q022	QSE4
Q024	QSE5
Q025	QSE6
Q027	QSE7
2019	
Nome original	Nome padronizado
Q003	QSE1
Q004	QSE2
Q006	QSE3
Q022	QSE4
Q024	QSE5
Q025	QSE6

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do INEP, ENEM - 2018.

Quadro 1.7.6. ENEM

Nome da variável (Atualizado)	Ano que necessita modificação
TP_ESCOLA	2013, 2014
TP_ESCOLA	2013, 2014
TP_ENSINO	2013, 2014
TP_ENSINO	2013, 2014
QSE4	2015, 2016, 2017, 2018, 2019
QSE6	2013, 2014
QSE6	2013, 2014
QSE6	2013, 2014

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do INEP, ENEM - 2018.

1.8. CADÚNICO

O OBMigra recebeu da Secretaria Nacional do Cadastro Único do Ministério da Cidadania um extrato de imigrantes cadastrados na base de dados Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O CadÚnico é um registro administrativo utilizado pelas três esferas do governo brasileiro - federal, estadual e municipal - para implementação e monitoramento das políticas de assistência social. É através do CadÚnico que há a focalização de beneficiários para os programas sociais brasileiros, evitando que ocorra a sobreposição de iniciativas para uma mesma família.

Tratamento da base

Foram recebidas duas bases de dados: Base de dados com informações da família e Base de dados com informações do indivíduo.

Ambas as bases foram enviadas contendo apenas imigrantes.

Os anos analisados foram 2012 a 2020.

A idade dos indivíduos foi calculada a partir do ano de nascimento e o ano de referência da base.

O País de nascimento do imigrante foi padronizado para sua nomenclatura ser comparável com as outras bases de dados trabalhadas pelo OBMigra.

REFRÊNCIAS

DICK, P. C; FURTADO, A. J; OLIVEIRA, A. T. R. Pareamento das bases de dados sobre migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho formal. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. **Relatório Anual 2018**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

FURTADO, A. J; QUINTINO, F; DICK, P. C; OLIVEIRA, A. T. R. Notas Metodológicas. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. **Relatório Anual 2018**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

IBGE, **Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 24/06/2019.

Nota Técnica MTE 083/11 - **Divulgação da Série do Índice Mensal de Emprego do CAGED Ajustada com as declarações fora do prazo**. Disponível em < ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/CAGED_AJUSTES/1Comunicado_Qtd_registros_por_arquivo.xls >. Acesso em 23/09/2018.

Nota Técnica. Ministério da Economia; Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; Secretaria de Trabalho, 27 de maio de 2020. **Substituição da captação dos dados do Caged pelo eSocial**. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED_26_05.pdf. Acesso em 03/10/2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R e CAVALCANTI, Leonardo Potencialidades e limitações no uso dos registros administrativos: a experiência do OBMigra. **II Seminário Imigração e Emigração Internacional no Cenário de Mudanças Globais no Início do Século XXI: migração qualificada e demandantes de refúgio** (apresentação). Belo Horizonte: PUCMINAS, junho de 2015.

OLIVEIRA, A. T. R. de O Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) e a migração regular no país. In: CAVALCANTI, L et al (Orgs) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Relatório Anual 2015**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

PALERMO, G; OLIVEIRA, A. T. R; LOPES, J. Conceitos e notas metodológicas – CGIg/CNIg, RAIS, Censo Demográfico (IBGE). In: **Cadernos OBMigra**, v.1, n.2, 2015, p. 74-135.